



ATAS/ANAIS, SINOPSES E BIODADOS XVII COLÓQUIO DA LUSOFONIA



ISBN: 978-989-95891-9-3 (ATAS/ANAIS)
XVII COLÓQUIO DA LUSOFONIA 30 MARÇO 3 ABRIL 2012

Organização AICL



:

APOIO



Governo dos Açores



SECRETARIA REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS



UNIÃO EUROPEIA FEDER

E DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES

PATROCÍNIO: CÂMARA MUNICIPAL DA LAGOA, S. MIGUEL, AÇORES



AICL - Colóquios da Lusofonia - organiza o 17º Colóquio (30 março a 3 de abril 2012) com o alto patrocínio da Câmara Municipal da Lagoa

Todos os textos conforme o Acordo Ortográfico 1990



1. HISTORIAL AICL - Os colóquios da lusofonia representam a sociedade civil atuante

Quero recordar em linhas gerais o que já conseguimos alcançar para vos lembrar que os colóquios da lusofonia criados em 2001 passaram a associação cultural e científica sem fins lucrativos em 1 de janeiro de 2011. Os nossos oradores “típicos” não buscam mais uma conferência para juntar aos seus currículos, antes estão interessados em partilhar as suas ideias, projetos, e criar sinergias nos quatro cantos do mundo, irmanados deste nosso ideal de “sociedade civil” capaz e atuante, para – todos juntos – atingirmos aquilo que as burocracias e as hierarquias muitas vezes não podem ou não querem. Acreditamos que somos capazes de fazer a diferença. Os nossos oradores “típicos” juntam-se aos colegas no primeiro dia de trabalhos, partilham as suas refeições, as suas comunicações, os passeios, e despedem-se no último dia como se de amigos se tratasse. É isso que nos torna distintos de qualquer outro colóquio ou simpósio.

Quanto aos Açores, o desconhecimento, a nível do Continente e do (resto do) mundo, da nossa realidade insular combate-se levando a cabo iniciativas como esta para divulgar o seu nome e presença no seio de uma Lusofonia alargada. Pretendemos aproximar povos e culturas no seio da grande nação dos lusofalantes, independentemente da sua nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência, todos unidos pela mesma língua. Pretendemos continuar a aproximar povos e culturas no seio da grande nação dos lusofalantes, independentemente da sua nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência, todos unidos pela mesma língua.

INTRODUÇÃO

Quando em 2001 preparamos, no Porto, o início dos COLÓQUIOS ANUAIS da LUSOFONIA - sob a égide do então nosso patrono Embaixador Professor Doutor José Augusto Seabra - queríamos patentear que era possível ser-se INDEPENDENTE, descentralizar a realização destes eventos e levá-los a cabo sem sermos subsídio-dependentes. O ponto de partida foi a discussão das problemáticas da língua portuguesa no mundo. De 2002 a 2010 os Colóquios realizaram-se em Bragança devido à sua insularidade em termos culturais. Portugal, como todos sabem, é um país macrocéfalo; existe Lisboa e o resto continua a ser paisagem. É muito raro os locais mais remotos do interior, como Bragança, terem acesso a debates de relevantes sobre a língua. Por outro lado, em poucos anos os Colóquios já se afirmaram (sem custos para o Ministério da Cultura, Instituto Camões e outras entidades) como a única realização regular, concreta e relevante em Portugal sobre esta temática. Os Colóquios são totalmente independentes de quaisquer forças políticas ou institucionais. Asseguram essa sua “independência” e sobrevivência através do pagamento das inscrições dos participantes e apoios protocolados especificamente para cada evento que é concebido e levado a cabo por uma rede organizativa de voluntários. Esta independência permite a participação de um leque alargado de oradores, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos.

Ao nível logístico, beneficiam do apoio das autarquias locais que decidem apostar na divulgação e realização deste importante evento anual. Debatem-se as problemáticas da língua portuguesa, em articulação com outras comunidades como agentes fundamentais de mudança. Apesar do carácter vincadamente independente dos Colóquios, temos estabelecido parcerias e protocolos que nos permitam embarcar em projetos mais ambiciosos e com a necessária validação científica. Os Colóquios podem ainda ser **(ou não) marginais** em relação às grandes diretrizes teóricas aprovadas nos gabinetes de Lisboa ou de Brasília, mas têm servido para inúmeros colegas aplicarem a prática experiências doutros à realidade do seu quotidiano de trabalho. Visa-se aproveitar a experiência de cada um dentro da sua especialidade, para que os restantes possam partir para o terreno, para os seus locais de trabalho e de residência e utilizarem esses instrumentos que já deram resultados noutras comunidades. Nas conferências e simpósios similares, de formato tradicional, as pessoas chegam, debitam o seu trabalho e partem com uma ata, posteriormente elaborada, cheia de boas intenções e conclusões que não se concretizam. Aqui nos Açores, os Encontros tiveram início em 2006 trazendo, académicos, estudiosos, escritores e outras pessoas para debater a identidade açoriana, a sua escrita, as suas lendas e tradições, sempre numa perspetiva de enriquecimento da LUSOFONIA, tal como a entendemos com todas as suas diversidades culturais que, com a nossa podem coabitar. Deste intercâmbio de experiências entre residentes, expatriados e todos aqueles que dedicam a sua pesquisa e investigação à literatura, à linguística, à história dos Açores ou qualquer outro ramo de conhecimento científico, *podemos aspirar a tornar mais conhecida a identidade lusófona açoriana*. Pretendemos contribuir para o levantamento de fatores exógenos e endógenos que permeiam essa açorianidade lusófona e criativamente questionar a influência que os fatores da insularidade e do isolamento tiveram na preservação do carácter açoriano. Mantivemos sempre uma sessão dedicada à tradução que é também uma forma de divulgação da nossa língua e cultura. Veja-se o recente exemplo de Saramago que já vendeu mais de um milhão de livros nos EUA, e onde é difícil a penetração de obras de autores de outras línguas e culturas.

Os Colóquios inovaram logo no seu primeiro encontro em 2002 e introduziram o hábito de entregarem um CD das Atas/Anais no início das sessões.

Em 2004, os Colóquios fizeram a campanha que salvou o Ciberdúvidas;

Em 2005 presidimos ao lançamento do Observatório da Língua Portuguesa integrado na CPLP;

Em 2006 lançamos a primeira pedra para a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa. Em 2007 atribuímos o 1º Prémio Literário da Lusofonia da Câmara Municipal de Bragança e debatemos (pela primeira vez em Portugal) o Acordo Ortográfico, que finalmente foi promulgado e ora está em vigor.

Em 2008 assistimos à abertura da Academia Galega da Língua Portuguesa nascida no seio dos colóquios. Esse ano marca o início de parcerias com Universidades e Politécnicos rumo à concretização desse ambicioso projeto da DICIOPÉDIA/LEXICOPÉDIA Contrastiva da Língua Portuguesa dos Colóquios da



Lusofonia e do Dicionário de Açorianismos. Igualmente em 2008, o Presidente da Academia de Ciências de Lisboa (Professor Adriano Moreira) e o seu Vice-Presidente (Prof. Artur Anselmo) deslocaram-se propositadamente a Bragança para darem “o apoio inequívoco da Academia de Ciências aos Colóquios da Lusofonia”, a confirmar o gabarito intelectual dos nossos colóquios e a sua importância no meio académico de Portugal, Brasil e Galiza. Na sequência desta vinda acabaria por doar o seu espólio a Bragança onde se encontra na Biblioteca Municipal Adriano Moreira. Idêntica visita ocorreu em 2009 na Lagoa (Açores).

Prosseguimos de 2007 a 2011, sempre, incansáveis, a campanha para a execução do novo Acordo Ortográfico, com o laborioso apoio dos seus proponentes: Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Ângelo Cristóvão que nos têm assistido a lutar pela língua unificada que propugnamos para as instâncias internacionais.

Em Portugal não há uma política de língua. Enquanto as Letras se mantiverem subalternas como mera Secção da Academia das Ciências é imperioso que esta seja mais atuante na defesa da língua e das suas variantes face aos desafios que os políticos não conseguem afrontar. A vetusta Academia tem de ser pró-ativa em vez de reativa. O futuro e a preservação da língua não se compadecem com esperas nem vivem de glórias passadas. Portugal está irremediavelmente atrasado. Não pode esperar mais. Por isso sonhámos ainda hoje com a criação de uma Academia das Letras, uma Academia da Língua, independente, sem sujeições a projetos estatais ou outros.

Em 2009 definimos o projeto do MUSEU DA LUSOFONIA em Bragança e decidimos levar os colóquios a Santa Catarina, Brasil, no ano de 2010. Face ao apoio dado pela Academia de Ciências de Lisboa, pelo professor Evanildo Bechara da Academia Brasileira de Letras, e pela novel Academia Galega da Língua Portuguesa, os Colóquios da Lusofonia em ação concertada com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança para a futura localização na cidade de Bragança do Museu da Língua Portuguesa. Infelizmente, este projeto não teve seguimento por parte da autarquia e aquilo que se pretendia era um espaço virtual resultante da adaptação do conceito do museu da língua que existe em São Paulo, no Brasil, utilizando as novas tecnologias para viajar, através de ecrãs, ao longo da história". O "Museu da Língua" daria também destaque aos dialetos minoritários da região de Bragança e à segunda língua oficial de Portugal, o Mirandês, falado em Trás-os-Montes. A história de Bragança estaria presente no novo espaço, com um complemento lúdico com jogos didáticos para despertar o interesse dos mais novos pela temática.

Em 2009 tivemos como convidado o escritor Cristóvão de Aguiar na Homenagem Contra O Esquecimento, que incluía, entre outros, Carolina Michaëlis, Leite De Vasconcellos, Euclides Da Cunha, Agostinho Da Silva, Rosália De Castro. Nesse ano foi firmado um protocolo com a Universidade do Minho para ministrar um Curso Breve de Estudos Açorianos de 25 de setembro de 2011 a 18 fevereiro de 2011. Nova edição está prevista para 2012. A Dicipédia Contrastiva da Língua Portuguesa em breve estará em nova plataforma.

Foi finalmente preparado um Caderno de Estudos e Literatura de matriz açoriana em formato pdf na nossa página www.lusofonias.net, em janeiro de 2010 estando já disponíveis 14 cadernos, vários suplementos e vídeo-homenagens a autores açorianos. Estes cadernos servem não apenas de iniciação para aqueles que querem ler autores açorianos mas também de suporte ao curso AÇORIANIDADES E INSULARIDADES.

Em 2008 e 2009 os colóquios prolongaram-se com atividades organizadas pela AGLP. Deslocámo-nos a Santiago de Compostela para o 1º Seminário de Lexicologia da AGLP não só para mostrar o nosso continuado apoio à novel academia como também para provar que ela conta com o apoio das outras duas Academias e dos Colóquios da Lusofonia que a ajudaram a nascer numa época conturbada relativamente à situação da língua portuguesa na Galiza. É de extrema importância manter estes vínculos ativos entre as organizações.

Em 2010 mantivemos a homenagem contra o Esquecimento que incluiu os nomes de Vasco Pereira da Costa, Cristóvão de Aguiar, Dias de Melo e Daniel de Sá. O Colóquio teve início simultâneo na Galiza e em Braga dia 25 de setembro. Na Galiza teve lugar o IIº Seminário de Lexicologia da Academia Galega da Língua Portuguesa e em Braga teve início o Curso Breve de Açorianidades e Insularidades.

Em 2010, foi muito proveitosa a Sessão de Esclarecimento que os Colóquios organizaram com a Escola Secundária Miguel Torga. Outra sessão que merece realce foi a Sessão de Poesia onde se declamaram poemas de Vasco Pereira da Costa incluindo uma vídeo homenagem ao autor e a declamação ao vivo do seu poema “Ode ao Boeing 747”, lida em 11 das 14 línguas para que foi traduzido pelos Colóquios (Alemão, Árabe, Búlgaro, Catalão, Castelhana, Chinês, Flamengo, Francês, Inglês, Italiano, Neerlandês, Polaco, Romeno, Russo).

Prosseguiram bem encaminhadas as negociações resultantes do repto que os Colóquios da Lusofonia lançaram à Academia Brasileira de Letras e a todas as outras entidades para apoiarem a imediata inclusão da ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA com o estatuto de observador na CPLP.

Malaca Casteleiro sugerira no XIII Colóquio no Brasil em abril de 2010 que se valorizassem as publicações de trabalhos das Atas/Anais, fazendo-se uma Antologia a qual foi disponibilizada “online” (em linha) em 2011, ano em que fomos até Macau com o generoso apoio do Instituto Politécnico de Macau. Em 2011 seguiu-se a primeira ida à ilha de Santa Maria, onde se lançou *A antologia (bilingue) de autores açorianos contemporâneos* enquanto a AGLP disponibilizava os seus meios técnicos para a página oficial da AICL, numa nova plataforma, Foram dados plenos poderes à associada Dina Ferreira para encetar todos os contactos necessários à edição no Brasil dos autores açorianos apoiados pelos Colóquios (Daniel de Sá, Eduardo Bettencourt Pinto e Vasco Pereira da Costa, entre outros). Igualmente está a mesma autorizada a organizar protocolos de cooperação com universidades brasileiras e fez-se uma proposta ao município de Vila do Porto (mas que se pretende extensivo a todas as nove ilhas) para a criação de **ROTEIROS CULTURAIS** como aquele que experimentalmente se fez no ano de 2011 em Santa Maria, onde, o XVI Colóquio da



Lusofonia aprovou uma declaração de repúdio pela atitude de PORTUGAL OLVIDANDO SÉCULOS DE HISTÓRIA COMUM DA LÍNGUA, AO EXCLUIR A GALIZA - REPRESENTADA PELA AGLP - DO SEIO DAS COMUNIDADES DE FALA LUSÓFONA.

A GALIZA ESTEVE SEMPRE REPRESENTADA DESDE 1986 EM TODAS AS REUNIÕES RELATIVAS AO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO E O SEU LÉXICO ESTÁ JÁ INTEGRADO EM VÁRIOS DICIONÁRIOS E CORRETORES ORTOGRÁFICOS. A SUA EXCLUSÃO À ÚLTIMA HORA DO SEIO DA CPLP REPRESENTA UM GRAVE ERRO HISTÓRICO, POLÍTICO E LINGUÍSTICO QUE URGE CORRIGIR URGENTEMENTE.

A AICL entende que não faz sentido aceitar como observadores países sem afinidades diretas ou indiretas à Lusofonia, a Portugal e sua língua e deixar de fora a região onde nasceu a língua portuguesa há mais de dez séculos. É um crime de lesa-língua de todos nós. A Língua que se fala na Galiza é uma variante do Português como a do Brasil, Angola, Moçambique e tantas outras, com a peculiaridade de ter sido o berço da mesma língua comum, e jamais houve exclusão por parte da CPLP das regiões lusofalantes do mundo. Trata-se de uma medida obviamente ditada por preconceitos políticos e contra a qual a AICL se manifesta veementemente não só apoiando a subscrição da Petição como encorajando todos os seus associados e participantes nas suas iniciativas a protestarem publicamente contra esta injustiça feita à língua portuguesa e à AGLP.

Em 2012 a AICL lança na Lagoa o seu MANIFESTO 2012:

2. MANIFESTO CONTRA A CRISE – A LÍNGUA COMO MOTOR ECONÓMICO

A Direção da AICL - COLÓQUIOS DA LUSOFONIA (AICL, Associação [Internacional] Colóquios da Lusofonia) – preocupada pelas recentes decisões economicistas relativas à Língua e Cultura de todos nós, vem apresentar algumas ideias de estímulo económico, através da língua e cultura, que servirão a médio prazo para um estímulo maior à economia. Sabendo que existem estudos que apontam a importância deste setor e cifram o mesmo em 17% do PIB e considerando que BRASIL e PORTUGAL são os países em melhores condições de proporcionarem o arranque deste projeto, fica desde já a ressalva de que a eles se devem juntar os restantes países da CPLP quando estiverem dispostos a fazê-lo sem medos de Quintos Impérios e neocolonização cultural

1. BUSCAR CONSENSOS COM O GOVERNO DO BRASIL E DE PORTUGAL E LANÇAR CURSOS DE PORTUGUÊS – PRESENCIAIS E ONLINE – EM TODOS OS 4 CANTOS DO MUNDO, UTILIZANDO UMA NOVA FÓRMULA QUE QUER O INSTITUTO CAMÕES QUER O MACHADO DE ASSIS NÃO PROPORCIONARAM, PODENDO INCLUSIVE UTILIZAR-SE O IILP PARA TAL FIM, E COM APOIO DE UNIVERSIDADES E POLITÉCNICOS DOS DOIS PAÍSES
2. SERIAM CRIADOS CURSOS PRESENCIAIS DE LÍNGUA, CULTURA E TRADUÇÃO NAS CIDADES ONDE OS CURSOS DO INSTITUTO CAMÕES VINHAM FUNCIONANDO (EM COORDENAÇÃO COM UNIVERSIDADES,

POLITÉCNICOS E OUTRAS ENTIDADES LOCAIS) E EM TODAS AS OUTRAS ONDE EXISTA UM NÚMERO SUFICIENTE DE LUSOFALANTES. NOS RESTANTES LOCAIS USAR-SE-ÍAM PLATAFORMAS DE E-ENSINO COMO AS EXISTENTES NA UNIVERSIDADE ABERTA DE PORTUGAL ENTRE MUITAS OUTRAS PARA MINISTRAR ESSES CURSOS QUE SE DEVERIAM FOCAR EM 3 VERTENTES: APRENDIZAGEM E MELHORAMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA, LITERATURA LUSÓFONA E ESTUDOS DE TRADUÇÃO.

3. BUSCAR APOIOS DAS ACADEMIAS DE LÍNGUA PORTUGUESA EXISTENTES (ABL, ACL; AGLP), DA CPLP, E DE TODAS AS RESTANTES INSTITUIÇÕES PARA QUE CONTRIBUÍSSEM PARA ESTE PROJETO QUE SE NÃO DEVE LIMITAR AOS PALOP MAS A TODO O MUNDO ONDE HAJA LUSOFALANTES.
4. CRIAR – PELO MENOS 500 BOLSAS DE ESTUDO ANUAIS PARA PAÍSES DE TODOS OS CONTINENTES FREQUENTAREM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E PORTUGUESAS (O BRASIL PODERIA DISPONIBILIZAR 350 E PORTUGAL 150) PARA OS MELHORES ALUNOS DOS CURSOS REFERIDOS EM 2. OS BOLSEIROS DEVERIAM FUNCIONAR COMO EMBAIXADORES DA LÍNGUA PORTUGUESA NOS SEUS PAÍSES DE ORIGEM, UMA VEZ TERMINADA A BOLSA EM MOLDES A DEFINIR.
5. CONVOCAR AS EDITORAS DE PORTUGAL E DO BRASIL E CRIAR COM AS ACADEMIAS E OUTRAS ENTIDADES UMA BOLSA DE EDIÇÕES A PROMOVER EM TODO O MUNDO DOS MAIORES VULTOS QUE REPRESENTAM A ESCRITA DE CADA UM DOS PAÍSES LUSÓFONOS, AS QUAIS SERIAM DISPONIBILIZADAS NOS VÁRIOS PAÍSES.
6. CRIAR ANTOLOGIAS BILÍNGUES PARA A DISSEMINAÇÃO DE OBRAS DE AUTORES LUSÓFONOS E PROMOVER A SUA DISTRIBUIÇÃO NOS PAÍSES DE DESTINO À SEMELHANÇA DA ANTOLOGIA BILÍNGUE DE AUTORES AÇORIANOS
7. 7. CRIAR E DESPERTAR O INTERESSE POR AUTORES LUSÓFONOS, ATRAVÉS DA DISPONIBILIZAÇÃO GRATUITA EM LINHA DE EXCERTOS DE OBRAS SELECIONADAS DE AUTORES LUSÓFONOS, TAL COMO ESTÁ A SER FEITO COM OS CADERNOS DE ESTUDOS AÇORIANOS.
8. EVITAR QUE AS BUROCRACIAS MINISTERIAIS E GOVERNAMENTAIS IMPEÇAM A IMEDIATA CONSECUÇÃO DESTE PROJETO, NOMEANDO UMA COMISSÃO DE SÁBIOS PARA DEFINIR EM DETALHE ESTE PROJETO, SEU CRONOGRAMA E CUSTOS.

Estes são os pontos de partida que gostaríamos de ver debatidos e aumentados no 17º Colóquio da Lusofonia

J. CHRYS CHRYSTELLO, Presidente da Direção



3. AICL PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

“AICL, ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA”, são um movimento cultural e cívico que visa mobilizar e representar a sociedade civil de todo o mundo, para pensar e debater amplamente, de forma científica, a nossa fala comum: a Língua Portuguesa.

2. A Associação tem por objeto promover A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA conducente ao reforço dos laços entre os lusofalantes – no plano linguístico, cultural, social, económico e político - na defesa, preservação, ensino e divulgação da língua portuguesa e todas as suas variantes, em qualquer país, região ou comunidade.

3. Para a consecução destes objetivos a Associação compromete-se a

a) Promover encontros científicos anuais, o desenvolvimento dos estudos universitários e outros, para ensino, divulgação, preservação e tradução da língua portuguesa, procurando o apoio das Instituições nacionais e internacionais;

b) Desenvolver outras ações culturais, tais como colóquios, congressos, encontros, exposições, em estreita ligação com outras entidades;

c) Promover cursos e bolsas de estudo na área das Ciências da Cultura em parceria com outras instituições universitárias e culturais;

d) Fomentar a divulgação das obras de autores em língua portuguesa através de reedições e traduções;

e) Criar grupos científicos ligados aos objetivos da Associação

4. Os valores essenciais da cultura lusófona constituem, com o seu humanismo universalista, uma vocação da luta por uma sociedade mais justa, da defesa dos valores humanos fundamentais e das causas humanitárias.

5. A todos nós incumbe o dever de promover a defesa, a expansão e o prestígio da nossa língua comum, patrocinando a publicação, a tradução e difusão por todo o mundo de obras literárias, científicas e artísticas, de autores de língua portuguesa.

6. Em defesa da Lusofonia, defendemos a nossa identidade como pessoas e povos, e em prol da variada língua comum com todas as suas variantes e idiossincrasias, impedindo que outras culturas e outros povos nos dominem cultural, económica ou politicamente, como alguns, ostensiva e claramente, defendem.

A nossa divisa é “**NÃO PROMETEMOS, FAZEMOS**”

4. TEMAS 17º COLÓQUIO 2012 LAGOA

1. LUSOFONIA, LITERATURA, ENSINO, FORMAÇÃO, GEOGRAFIA HUMANA E A LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO.

1.1. A (defesa e preservação da) **LÍNGUA PORTUGUESA EM TEMPO DE CRISE** qualquer que seja o país ou região onde haja LUSOFALANTES (DEBATE DO **MANIFESTO AICL 2012**)

1.2. Lusofonia num contexto global. Questões e Soluções.

1.3.1. Literatura.

1.3.2. Ensino.

1.3.3. Didática.

1.3.4. Formação de Professores

1.3.5. Currículos regionais e nacionais

1.4. Literatura (de matriz) Açoriana: autores contemporâneos, história recente, perspetivas e projetos (editoriais e outros)

1.5. Geografia de um Povo: Açorianidade no mundo (guetos, comunidades transplantadas, comunidades integradas, comunidades desenraizadas, etc.)

2. ESTUDOS DE TRADUÇÃO

2.1. Literatura lusófona, tradução de e para português

2.2. Revisitar a Literatura de Autores estrangeiros sobre os Açores por exemplo:

Ashe, Thomas / Haydn, Joseph (1813): History of the Azores, or Western Islands, containing an account of the Government, Laws, and Religion, the Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants and demonstrating the importance of these valuable islands to the British Empire, illustrated by Maps and other Engravings, London: Printed for Sherwood, Neely, and Jones.

Bullar, Joseph / Bullar, Henry (1841): A winter in the Azores: and a summer at the baths of the Furnas, vol. I, London: John van Voorst [vol. II com as mesmas referências bibliográficas].

Henriques, Borges de F. (1867): A trip to the Azores or Western Islands, Boston: Lee and Shepard.

Twain, Mark (1899): The Innocents Abroad, Volume I, New York; London: Harper & Brothers Publishers.

John Updike "Azores", Harper's Magazine, March 1964, pp. 11-37

Mark Twain, "Innocents abroad" (capítulos sobre os Açores, Faial), CAP. V/VI

Maria Orrico "Terra de Lídia",

Romana Petri "O Baleeiro dos Montes" e "Regresso à ilha",

António Tabucchi "Mulher de Porto Pim"

2.3. Literatura Açoriana traduzida para outras línguas

3. HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO 2012: Autores HOMENAGEADOS

CANADÁ: **EDUARDO BETTENCOURT PINTO,**

EUA: **CAETANO VALADÃO SERPA,**

ARQUIPÉLAGO DA ESCRITA [AÇORES]:

(SÃO MIGUEL) **EDUÍNO DE JESUS, URBANO BETTENCOURT, DANIEL DE SÁ, FERNANDO AIRES** (REPRESENTADO PELA VIÚVA DRA. IDALINDA RUIVO MEDEIROS DE SOUSA), E PELA FILHA MARIA JOÃO RUIVO DE SOUSA, (TERCEIRA) **VASCO PEREIRA DA COSTA, JOANA FÉLIX (FILHA DE EMANUEL FÉLIX E POETA)**

BRASIL: ISAAC NICOLAU SALUM (Descendente de açorianos) com a presença da filha do autor Maria Josefina Leuba Salum

OUTROS (POESIA, TEATRO E MÚSICA) CANCIONEIRO AÇORIANO: **ANA PAULA ANDRADE, HENRIQUE CONSTÂNCIA, RAQUEL MACHADO CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA) + GRUPO JUVENIL VELVET CAROCHINHA DA EBI DA MAIA, S. MIGUEL +TEATRO CIA E ATO DE RIO GRANDE DO SUL**



5. LISTA DE CONVIDADOS, HOMENAGEADOS, ORADORES

	NOME	TRABALHO	INSTITUIÇÃO/PAIS/REGIÃO	TEMA
1.	Adela Figueroa	O Conto Infantil "O Rei Da Floresta"	AGLP Galiza	1.1.1
2.	Anabela Mimoso 1	Pedaços Dos Açores Em Eduardo Bettencourt Pinto	ULHT Porto Pt	3
		A Açorianidade De Rodrigo Leal De Carvalho: A Visão Do Outro		3
3.	Ana Paula Andrade	Cancioneiro Açoriano	Conservatório Pdl Açores Pt	-
4.	Ana Paula Silva		Presencial Porto Pt	
5.	Bernardete Costa		Presencial, Esposende, Pt	
6.	Caetano Valadão Serpa	Linguagem Não-Sexista	Escritor Homenageado Eua	1.3.2
7.	Celsa Sánchez		Presencial Galiza	
8.	Cicero V Santos		Presencial Brasil	
9.	Chrys Chrystello	Língua Portuguesa Em Crise	AICL Austrália	1.1
10.	Conceição Andrade	Histórias Da Minha Avó: O Simbolismo Do Touro	U. Harvard Eua	1.1.1
11.	Conceição Casteleiro		Presencial Portugal	
12.	Conceição Oliveira		Presencial Facfil UCP Portugal	
13.	Concha Rousia 1	Cultura Galega E Lusofonia	AGLP Galiza	1.2
	Concha Rousia 2	Língua Portuguesa Em Crise	AGLP Galiza	1.1
14.	Daniel De Sá	--	Escritor Homenageado Açores	1.1.1
15.	Eduardo Bettencourt Pinto	Um Cesto Com Malmequeres, Um Amor Imperfeito	Escritor Homenageado Canadá	1.1.1
16.	Eduíno De Jesus	Literatura De Matriz Açoriana	Escritor Homenageado Açores	1.4
17.	Elisa Guimarães	Ensino De Literatura	UPM, S. Paulo Brasil	1.3.2
18.	Evanildo Bechara	--	ABL / Patrono Rio, Brasil	
19.	Flávia Ba	Nómadas Do Presente. Sedentários Do Futuro? A Atualização Da Lusofonia Na Memória Histórico-Cultural	CEC / U. Lisboa Pt	1.2
20.	Francisco Madruga	Língua Portuguesa Em Crise	Calendário De Letras VNGaia	1.1
21.	Gabriela Silva		Presencial Açores	
22.	Helena Anacleto-Matias	Tonalidades E Sonoridades Portuguesas Em "Unholy Ghosts" De Richard Zimler	ISCAP / IPP Porto Pt	2.1
23.	Helena Chrystello	Antologia Autores Açorianos Contemporâneos	EBI Maia / AICL Açores	1.3.1
24.	Helena Pedroso	Teatro	Rio Grande Do Sul, Brasil	-
25.	Hélia De Jesus		Presencial Portugal	
26.	Henrique . Constância	Cancioneiro Açoriano	Conservatório PDL Açores	
27.	Idalinda Ruivo Sousa	Viúva De Fernando Aires	Escritor Homenageado Açores	1.1
28.	Jairo Klein	Teatro	Rio Grande Do Sul, Brasil	
29.	Joana Félix	Filha D Emanuel Félix	Escritor Homenageado	
30.	(Mª) João Ruivo	Filha De Fernando Aires	Presencial Açores Pt	
31.	João Chrystello		Secretariado AICL Açores	

32.	João Malaca Casteleiro	Português - Uma Língua Com Futuro".	Patrono AICL Lisboa Pt	1.1
33.	John J Baker		Presencial EUA	
34.	José A. Santos Alves	A Imprensa Açoriana Como Ingrediente Da Memória Da Lusofonia: O Íris Da Terceira	U Nova De Lisboa, Pt	1.2
35.	José Larotonda		Presencial, Brasil	
36.	Katharine Baker	Traduzir O Conto "Nas Lajes, Um Chá Imprevisível" De Urbano Bettencourt	U. Pittsburgh Pensilvânia, EUA	2.3
37.	Manoel Vidal		Presencial Brasil	
38.	Manuela Marujo	Português Língua Estrangeira Em Toronto: Caso Para Debate E Reflexão	U Toronto Canadá	1.3.2
39.	Maria Barroso	Língua Portuguesa Em Crise	Patrono Fundação Pró Dignitate	1.1
40.	Mª De Lourdes Serpa		Presencial Lesley University Usa	-
41.	Mª Deyris Barthez	Expressão Da Lusofonia Na Proposta Do Convénio Cultural Luso-Brasileiro 1945	FCSH, U. NOVA DE LISBOA, PT	1.2
42.	Mª Josefina L Salim		Escritor Homenageado, Brasil	
43.	Mª ZÉLIA BORGES	Cigarras Açorianas Trabalham Como Formigas	UPM, São Paulo, Brasil	1.4
44.	Nerea Rodriguez		Presencial Galiza	
45.	Paula Bento		Secretariado AICL	
46.	Raquel Machado	Cancioneiro Açoriano	Conservatório PDL Açores	-
47.	Rolf Kemmler	Algumas Notas Sobre A Perceção Dos Açores Pelo Mundo Anglófono Novecentista	CEL / UTAD Alemanha	2.2
48.	Rossella Lopopolo		Presencial TAP, Itália	
49.	Rui Faria	Imigração Açoriana: Novas Vias De Apresentação Às Novas Gerações	C M Ribeira Grande, Açores Pt	1.3.2
50.	Simona Vermeire	O Contágio Memético No Romance <i>Ensaio Sobre A Lucidez</i> De José Saramago	U Minho, Roménia	1.3.1
51.	Tiago Anacleto-Matias		Presencial, Bruxelas, Bélgica	
52.	Urbano Bettencourt	Fernando Aires E A Geração De 40	Escritor Homenageado, UAç, Açores	3
53.	Vasco Pereira Da Costa	O Pré-Texto Do Filme <i>Anthero - O Palácio Da Ventura</i> De José Medeiros	Escritor Homenageado, Açores	1.4.1
54.	Verónica Almeida	CM Lagoa	Açores	
55.	Vilca Merízio	Almeida Pavão Das Raízes À Diáspora:	Academia S. José De Letras Brasil	1.4
56.	Zilda Zapparoli	Um Tributo Ao Mestre Isaac Nicolau Salum	U. São Paulo, Brasil	1.3.1



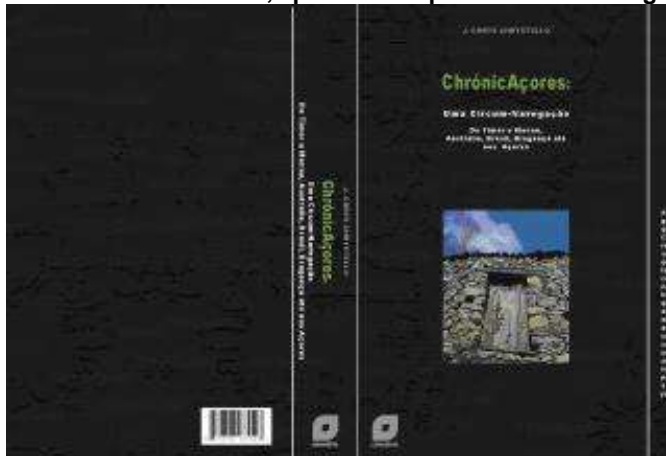
6. SESSÕES CULTURAIS 17º COLÓQUIO

6.1. LANÇAMENTOS LITERÁRIOS –

Antologia bilingue de autores açorianos contemporâneos, de helena chrystello e rosário girão, edição da calendário de letras, apresentada por maria zélia borges da UPM, brasil



2º volume *Crônica Açores: uma circum-navegação*, de j. Chrys chrystello, edição da calendário de letras, apresentado por maria zélia borges da UPM, brasil



E AINDA LANÇAMENTO DE ANABELA MIMOSO "QUANDO NOS MATAM OS

SONHOS"



POSSÍVEL APRESENTAÇÃO OBRA POÉTICA JANELAS DA ALMA DE VILCA MARLENE MERÍZIO: **LIVRO DE AFETOS E DESEJOS**, PUBLICADA EM FLORIANÓPOLIS PELA EDITORA PAPA LIVROS

i.2. MÚSICA: **CANCIONEIRO AÇORIANO** [Hino dos Colóquios](#) e [Recital "cancioneiro açoriano"](#), em arranjo e execução da pianista professora maestrina Ana Paula Andrade, a soprano Raquel Lima Machado e o violoncelo de Henrique Constância [OUÇA-A no 13º Colóquio em Florianópolis](#). <http://www.youtube.com/watch?v=SRBpimP04dU>

Ouç-a em Macau e em Santa Maria
<http://www.youtube.com/watch?v=CEZDg5FM1MQ>



Ana **Paula Andrade Constância** (1964) - Nasceu em Ponta Delgada onde concluiu o curso geral de música no Conservatório Regional, Desde 1989 é professora de Piano e Análise e Técnicas de Composição no Conservatório Regional de P. Delgada,



desempenhando nos últimos três anos o cargo de Presidente do Conselho Executivo do Conservatório de Música de Ponta Delgada, Açores. É Pianista Residente dos Colóquios



Raquel Beatriz de Lima Machado - Conservatório Regional de Ponta Delgada, nasceu em Ponta Delgada, em 1987. Ingressou no Conservatório Regional daquela cidade açoriana aos seis anos de idade. Como soprano, apresentou-se pela primeira vez como solista em maio de 2010 no Teatro Micaelense (S. Miguel – Açores), interpretando a *Missa Breve* de Delibes e *Aleluia* de Mozart. Foi convidada dos Colóquios a Bragança 2010, Santa Maria e Macau 2011



Henrique Andrade Constância –

Nasceu em Ponta Delgada, a 28 de julho de 1997. Iniciou os seus estudos musicais no Conservatório Regional de Ponta Delgada, em Violino e Percussão. Aos 10 anos iniciou o estudo do Violoncelo frequentando, atualmente, o 4º grau do curso básico na classe da professora Ana Vilela. Foi selecionado para participar no X estágio da OJ.COM – Orquestra de Jovens dos Conservatórios Oficiais de Música, realizado em Coimbra em abril de 2011 e participou, também, nos dois estágios regionais de orquestra, sob a direção do maestro Rui Massena. Frequentou o curso de verão Musicaldas 2011, orientado pela violoncelista Teresa Valente Pereira.

6.3. GRUPO JUVENIL VELVET CAROCHINHA, ESCOLA DA MAIA

Os Velvet Carochinha (Grupo Vocal da Escola Básica 2, 3 da Maia) formaram-se em setembro de 2010 com o intuito de aumentar a oferta de atividades musicais nesta mesma escola. A principal atividade no ano letivo de 2010/2011 foi a criação do espetáculo "Velvet Carochinha", que posteriormente deu o nome ao grupo, onde as

tradicionais músicas infantis receberam uma nova "roupagem" com base nos grandes êxitos (hits) da música rock. AC/DC, Queen, Nirvana e Led Zeppelin, entre outros, conheceram as fantásticas personagens do imaginário infantil português, dando origem a um programa de recordações únicas. Depois do sucesso verificado nas redes sociais, tendo já ultrapassado 1 000 000 de visualizações no YouTube, conta atualmente com 33 elementos com idades entre os 10 e 14 anos e preparam um novo espetáculo onde agora juntam os grandes hits da música disco com a música infantil



portuguesa Na rádio comercial

6.4. POESIA SESSÕES 1. EDUARDO BETTENCOURT PINTO, 2. CONCHA ROUSIA E CHRYS CHRYSTELLO,



EDUARDO BETTENCOURT PINTO, CONCHA ROUSIA E CHRYS CHRYSTELLO - POESIA EM PORTUGUÊS, DOS AÇORES À GALIZA, AO CANADÁ: poemas de alguns dos autores homenageados e dos próprios

PASSEIOS: FORAM DEFINIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DA LAGOA OS SEGUINTE PASSEIOS

(exclusivo para oradores e presenciais com inscrição paga até 10/3)
(14.30-14.45 AUTOCARRO/ÔNIBUS) Locais de visita
DIA 30 14.30-16.30 OVGA Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores/
DIA 2 ÁGUA DE PAU 15.00-18.00: Tradicional, Núcleos /Oficina de Tanoaria/Presépio
Movimentado/Tenda do Ferreiro Ferrador

6.5. TEATRO: Teatro cia & ato apresenta EU, PESSOA E OS OUTROS EUS e CALDO DE PROVÉRBIOS

PERFORMANCE TEATRAL “CALDO DE PROVÉRBIOS”

Este trabalho é o resultado da pesquisa do grupo “NAQ” e “Cia palavra e ato” sobre provérbios portugueses. Utilizamos o artigo da doutora Anabela Mimoso “comamos e bebamos porque amanhã morreremos” como fonte de informação e inspiração. Dado



que os provérbios reúnem conhecimentos milenares fruto da experiência e cultura dos povos, concebemos esta performance para ser apresentada no Colóquio, em uma mesa posta, com a presença de alguns participantes convidados que queiram interagir com os atores. Cada prato colocado na mesa, será acompanhado de um provérbio, na sua maioria coletado pela pesquisadora citada acima. Haverá uma trilha sonora apropriada gravada previamente e em alguns momentos tocada ao vivo no piano, intermediada por movimentos coreográficos encenados.

Duração: 30 minutos Atores: Jairo Klein e Maninha Pedroso



Sinopse

“Eu, Pessoa e os Outros Eus” é um espetáculo inspirado na obra literária do poeta português Fernando Pessoa e seus Heterônimos mais conhecidos:

Alberto Caeiro, seu mestre e poeta da natureza; Ricardo Reis, das odes, clássico e pagão e o existencialismo radical; o poeta das sensações, Álvaro de Campos. A pesquisa de vinte anos do ator dedicados à obra literária de Fernando Pessoa mostra a passagem nítida e múltipla por cada um deles, suas características próprias, personalidades revelando o universo real e metafísico do autor. O espaço cênico intimista divide-se em três planos: da realidade, da ilusão e da memória. Transporta o público para uma dimensão visceral e questionadora traduzindo o seu conteúdo próprio e as variações de seus outros eus.

Objetivo

Resgatar os questionamentos da alma humana, através da poesia de um dos maiores da literatura universal do século XX. E por ser esse, um momento de grandes contrastes e transformações em todos os níveis, a poesia de Fernando Pessoa, sempre atual, vem com a função social de proporcionar o registro de uma época, e sua importância literária deixada através dos tempos

Conceção Musical do Projeto

A Trilha Sonora é executada ao vivo, inspirada nos fados portugueses e recheada por dois timbres: a gaita, para os momentos onde a poesia é mais lírica, e o piano/teclados, para delinear o romantismo e a densidade poética. A música faz a conexão entre um poema e outro, assim como, pontua passagens importantes entre os heterônimos criando um clima de fundo a apresentação. **MANINHA PEDROSO**

Conceção da Ambientação Cênica do Projeto

Uma cadeira, uma mesa de época - como coração, como poesia, como algumas cartas de amor. - cortadas. Uma mala de chegadas e partidas. Líquidos em transparência - água, vinho, cor, anestesia. Som, ouvido, luz, vazio. A solidão do dia dos meus anos — vezes cinza — muitas vezes cinza. Girassóis do tempo e do relógio das

horas...Cabides suspensos com gravatas, livros... Livros suspensos no ar. Caravelas voando a retratar os três planos poéticos envolvendo a figura do poeta. **ZOÉ**

DEGANI e JAIRO KLEIN

Conceção do Figurino

O figurino busca retratar o poeta em sua época, mesclando objetos cênicos simbólicos: o chapéu, a capa, suspensório, gravata, óculos.

A maquiagem fictícia é realista na busca de conceber a figura do poeta na construção de seus Heterônimos. **JAIRO KLEIN**

Roteiro – Textos Selecionados Pesquisa Poética

Alberto Caeiro

- *O PASTOR AMOROSO
- *GUARDADOR DE REBANHOS
- *POEMAS INCONJUNTOS
- *AUTOPSILOGRAFIA

Ricardo Reis

- *COROAI-ME DE ROSAS
- *O MAR JAZ
- *PARA SER GRANDE

Álvaro de Campos

- *TODAS AS CARTAS DE AMOR SÃO...
- *TABACARIA
- *AO SONHAR EU VENCI MUNDOS
- *HÁ METAFÍSICA
- *POEMA EM LINHA RETA
- *LISBOA REVISITED
- *PASSAGEM DAS HORAS
- *TEXTOS DO LIVRO *DESASSOSSEGO*
- *MERDA
- *GRANDES SÃO OS DESERTOS
- *EROS E PSIQUE

Ficha Técnica do Projeto

Textos selecionados do poeta Fernando Pessoa –

Pesquisa e roteiro **JAIRO KLEIN**

Direção e Atuação **JAIRO KLEIN.**

Trilha Sonora Original executada ao vivo e coreografias **MANINHA PEDROSO**

6.6. editora convidada:

calendário de letras Esta editora presente não só com obras editadas por si como sejam os trabalhos de Anabela Mimoso, Helena Chrystello e Rosário Girão, Chrys Chrystello, Vasco Pereira da Costa como também disponibilizará trabalhos de alguns dos autores presentes....



7. DISCURSO DE ABERTURA do presidente da AICL 30 março 2012

Senhores e senhoras representando o governo regional dos Açores e as autarquias, caros colegas e demais presentes

Antes de mais quero expressar os meus agradecimentos à Doutora Maria Barroso, por ter acedido a honrar-nos com a sua presença como patrona especial deste evento, agradeço à Câmara Municipal da Lagoa, nas pessoas do seu Presidente Eng.º João António Ferreira Ponte e sua adjunta Dra. Verónica Almeida, o facto de perseverarem como incansáveis patrocinadores do 9º, 11º, 13º, 15º e agora do 17º colóquio, pois que sem eles não teríamos chegado onde chegamos. Aqui realizaremos em 2013 o 19º colóquio com generoso apoio do Governo Regional dos Açores, da Direção Regional de Ciência Tecnologia e Equipamentos e da Direção Regional das Comunidades.

Os meus agradecimentos pessoais aos nossos três patronos Professor Doutor João Malaca Casteleiro Professor Doutor Evanildo Bechara E Mestre Concha Rousia que desde 2007 nos têm ajudado, com a sua presença e apoio imenso, a liderar este sonho imenso.

O nosso obrigado para a Helena Chrystello que preside ao Secretariado ajudada pela Paula Bento e ainda ao nosso jovem sonoplasta e luminotécnico João Chrystello que há três anos nos vem apoiando em todos os colóquios do nosso Secretariado. Não podemos deixar de salientar com amizade a contribuição voluntária de todos aqueles que integram as nossas atividades culturais paralelas, a pianista Ana Paula Andrade, a soprano Raquel Machado, o violoncelista Henrique Constância, o duo Helena Pedrosa e Jairo Klein de TEATRO & Cia, do Rio Grande do Sul, Mito Elias de Cabo Verde pela sua instalação de poesia, música e vídeo.

A nossa gratidão vai para os escritores que acederam estar presentes: Eduardo Bettencourt Pinto, Caetano Valadão Serpa, Urbano Bettencourt, Eduíno De Jesus, Idalinda Ruivo em representação do saudoso Fernando Aires, Vasco Pereira Da Costa, Daniel De Sá.

Por último queremos agradecer a presença de todos os presentes e em especial a cinco dezenas de inscritos como oradores e assistentes presenciais, representando 14 países e regiões, Portugal Continental, Açores, Alemanha, Angola, Austrália, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Canadá, Estados Unidos da America, França, Galiza, Moçambique e Roménia.

Grandes vultos portugueses nasceram nos Açores, como *Gaspar Frutuoso* (1522-1591 historiador), *António José de Ávila* o conde de Ávila, marquês e duque de Bolama, *Manuel de Arriaga* (1840-1917), *Roberto Ivens* (1850-1898), *Antero Tarquínio de Quental* (1842 -1891 filósofo e poeta), *Teófilo Braga* (1843 -1924 escritor político e presidente da República), *Canto da Maya* (1890 -1981 escultor), *Vitorino Nemésio* (1901-1978 escritor), *António Dacosta* (1914 -1990 pintor)... e tantos outros, mas raramente se ouve falar deste arquipélago, exceção feita ao seu anticiclone e aos terramotos frequentes.

Parece que estas nove ilhas de Zeus ainda fazem parte dum mundo à parte, esquecido como um triângulo das Bermudas onde tudo o que é relevante desaparece. A mitologia não prova que os Açores sejam o remanescente da mítica Atlântida, outrora próspera e culta, desaparecida nas profundezas embora no livro de banda desenhada de Blake e Mortimer, “*O Enigma da Atlântida*”, S. Miguel seja uma das portas de saída da Atlântida. Se os Açorianos descendem dos Atlantes não foram ainda descobertos vestígios arqueológicos embora falte ainda explorar as insondáveis profundezas dos seus mares.

Aqui aprendi o significado de quatro estações num só dia, e tanto chove como faz sol...mas a paisagem é eternamente verde com a beleza inigualável das suas lagoas, crateras e dos montes peçados de vacas alpinistas. Há um nevoeiro histórico que assombra a data do descobrimento dos Açores: muitas são as dúvidas e poucas as certezas. O Doutor Gaspar Frutuoso, cronista açoriano do século XVI, indica que Gonçalo Velho Cabral, a mando do Infante D. Henrique, chegou a Sta. Maria em 1432 e a S. Miguel em 1444. No mapa que Gabriel de Valsequa, judeu converso da Catalunha, fez das ilhas dos Açores em 1439, a legenda diz que elas foram encontradas em 1427 por um piloto do rei de Portugal. Para o escritor Daniel de Sá, poucas dúvidas há para o nome de batismo do enigmático navegador: Diogo. Valsequa, que era maiorquino, teria escrito Diego e a leitura mais antiga que se conhece da sua carta em 1789, foi feita por um Pasqual, também maiorquino que leu Guullen. Para complicar tudo, em 1838, no palácio dos condes de Montenegro e de Montouro, em Palma de Maiorca, um tinteiro derramou-se sobre o mapa, caindo no apelido do navegador. George Sand, que acompanhava o seu amado Chopin que ali fora procurar melhoras para a tuberculose que haveria de matá-lo, assistiu horrorizada à cena, que descreveu mais tarde como simples testemunha, mas ainda há quem a culpe do desastre.

No mais antigo documento régio referente aos Açores, de 2 de julho de 1439, é dada permissão ao Infante D. Henrique para mandar povoar e lançar ovelhas nas sete ilhas dos Açores^[2] pressupondo que, apesar de as viagens entre o continente e as ilhas terem ocorrido desde 1427 com Gonçalo Velho, o povoamento só se terá iniciado em 1439. Neste documento são referidas sete ilhas uma vez que as Flores (164 km²) e Corvo (16 km²), só terão sido descobertas em 1452 por outro Diogo e seu filho João de Teive.^[3]

A vila da Lagoa espera passar a cidade sendo sede de um município de 45,5 km² e 14 mil habitantes subdividido em 5 freguesias. Segundo o historiador Gaspar Frutuoso em 1515:

- Lagoa teria 100 fogos; Água de Pau 110 fogos; Vila Franca 200 fogos; Ribeira Grande 200 fogos e Ponta Delgada 250 fogos.

Do património arquitetónico existente no concelho destaca-se o de cariz religioso, de que são exemplo: a Igreja Matriz de Santa Cruz (séc. XVI) e suas abóbadas em estilo manuelino; o Convento dos Franciscanos e a sua Igreja de Santo António (séc. XVIII), que possui uma fachada barroca; o Convento dos Frades Capuchos, que data de 1749; a Capela de Nossa Senhora do Cabo Finisterra (séc. XVIII), com a fachada em



azulejo da época; a Capela de Nossa Senhora dos Remédios (séc. XVI), salientando-se o frontal com azulejos hispano-árabes e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (séc. XVIII), de três naves e esculturas de Machado de Castro que datam do séc. XVIII. É também de realçar alguns edifícios, como os Paços do Concelho (séc. XIX) e as casas nobres Solar do Fisher e Casa da Atalhada.

Diz-se que foi no lugar de Porto de Carneiros que o infante D. Henrique mandou lançar os carneiros e demais gado no início do povoamento, devido à sua abrigada enseada. Gaspar Frutuoso escreveu: *“A villa d’ALagoa, chamada assim por uma que teve defronte da porta da Igreja principal acima d’um recife e porto que tem onde podiam entrar bateis, na qual antigamente se tomou já muito pescado, por entrar às vezes o mar nela, e bebia o gado e nadavam por passatempo algumas pessoas...”*

Água de Pau é uma das mais antigas freguesias locais que tem existência desde o século XVI. Em 1522, um grande sismo derrubou a igreja sendo reconstruída três anos depois. Em 1521, D. Manuel I dera a esse templo o hábito de Cristo, em gratidão pelo comportamento dos filhos da terra no Oriente a que sempre os Açores estiveram ligados, elevando-a a vila em 1522, com *“meia legoa de termo em redor”* contando à época com 1600 habitantes e 300 casas. Data do início do séc. XVI a fundação do Convento da Caloura, numa ermida junto à pequena baía, provavelmente, o primeiro Convento de Religiosas da ilha.

A sua criação deveu-se à devoção das filhas de Jorge de Mota de Vila Franca do Campo. Diz a lenda que a comunidade necessitava da Bula Apostólica para autorizar a constituição do convento e que duas religiosas foram enviadas a Roma. O Papa Paulo III (1534/1549) atribuiu a Bula e ofereceu-lhes uma imagem do “Ecce Homo” para o novo mosteiro e colocada num nicho, no Vale de Cabaços, lugar ermo exposto às incursões dos piratas. Hoje sorrimos com a improbabilidade da viagem, pois não se imagina naquela época, duas jovens à boleia de uma qualquer caravela, a ficarem em inexistentes pousadas da juventude, viajando sozinhas por estradas atravessando países e reinos diversos em constantes guerras até chegarem a Roma, sendo recebidas pelo Papa e logo ali agraciadas. Mas são estas lendas que tornam a cultura mais interessante.

Construído sobre rochedos à beira-mar o pequeno convento de arquitetura simples, tem uma igreja anexa dedicada à Senhora das Dores, ladeada por duas torres sineiras e no frontispício um nicho tem a imagem de Nossa Senhora da Conceição. O corpo da igreja é revestido por um raro conjunto de azulejos oitocentistas policromados, apresentando o altar-mor um retábulo de talha dourada com curiosos anjos de bigode e valiosas imagens.

O Convento foi habitado por freiras até 1541, ano em que foram substituídas por uma comunidade religiosa masculina, devido ao constante ataque de piratas. A fundadora Petronilha da Mota sobreviveu à catástrofe por não se encontrar em Vila Franca na altura do sismo¹. Fora ela com uma amiga e irmãs que saíram de casa em 1522 e criaram o convento da Caloura. Quase 10 anos depois algumas foram para Vila Franca

(para o Convento de Santo André, que entretanto ficara pronto) e as últimas para o Convento da Esperança em 1541, quando a religiosa galega Madre Maria Inês de Santa Iria levou para lá a imagem do Senhor Santo Cristo.

.A grande fertilidade dos solos permitiu que neste concelho em particular, predominassem as culturas de trigo, pastel e vinha. O seu porto contribuiu para o desenvolvimento económico do concelho, permitindo a exportação de trigo e a pesca. A cultura da laranja no século XVIII e sua exportação trouxeram mais prosperidade ao concelho. A construção de moradias intensifica-se assim como solares e capelas. No ano de 1834 os laranjais sofreram duas infestações que deram início ao fim desta cultura: Possivelmente o mais conhecido foi o do inseto *Coccus hesperidum*, conhecido como cochonilha. O outro grande mal que contribuiu fortemente para a destruição dos laranjais foi a doença que conduz à perda prematura das laranjas, conhecida como a “lágrima”, e que leva ao deterioramento da qualidade do fruto e da própria árvore. Os laranjais foram substituídos pela cultura de ananases.

A indústria no concelho começou com as fábricas de cerâmica e destilarias de álcool no século XIX, abrangendo mais tarde a produção de óleo vegetal, sabão e rações. No final do séc. XX e na atualidade o setor terciário assume-se como o principal empregador do Concelho (58,2% da população ativa) e o número de empresas deste setor sedeadas na Lagoa, cresceu na ordem dos 17,2%, de 2001 para 2004. Pode afirmar-se que a Lagoa começa a despontar para o desenvolvimento turístico e as empresas de serviços começam a crescer em número e em importância na economia do Concelho. O município patrocina estes colóquios desde 2008 numa das suas muitas apostas de enriquecimento cultural.

Os colóquios da lusofonia criados em 2001 passaram a associação cultural e científica sem fins lucrativos em 1 de janeiro de 2011, pretendendo aproximar povos e culturas no seio da grande nação dos lusofalantes, independentemente da nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência, todos unidos pela mesma língua.

Numa década já se afirmaram (sem custos para o Ministério da Cultura, Instituto Camões e outras entidades) como a única realização regular, concreta e relevante em Portugal sobre esta temática, sendo totalmente independentes de quaisquer forças políticas ou institucionais. Asseguram essa sua “independência” e sobrevivência através do pagamento das inscrições dos participantes e dos apoios protocolados para cada evento que é concebido e levado a cabo por uma rede organizativa de voluntários. Esta independência permite a participação de um leque alargado de oradores, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos. Ao nível logístico, temos o apoio da autarquia local que decidiu apostar na divulgação e realização deste importante evento e gabar-se de ser a Capital da Lusofonia nesta época do ano. Apesar do caráter vincadamente independente dos Colóquios, temos estabelecido parcerias e protocolos que nos permitem embarcar em projetos mais ambiciosos e com a necessária validação científica.

¹ (ver livro Convento da Caloura do Dr. António Albuquerque Jácome Correia)



Em Portugal não há uma política de língua e temos sido nós a indicar um dos caminhos possíveis como prova de que a sociedade civil ativa e interventiva pode ter lugar na defesa da Língua Portuguesa. O futuro e a preservação da língua não se compadecem com esperas nem vivem de glórias passadas. Portugal está irremediavelmente atrasado. Não pode esperar mais. Por isso sonhámos ainda com a criação de uma Academia das Letras, uma Academia da Língua, independente, sem sujeições a projetos estatais ou outros, que permita definir uma política da língua que os governos e o povo não sabem nem querem definir.

Desde 2009 que temos nos temas, a nossa Homenagem Contra O Esquecimento, que começou com Carolina Michaëlis, Leite De Vasconcellos, Euclides Da Cunha, Agostinho Da Silva, Rosália De Castro.

Em 2010 criámos um Caderno de Estudos e Literatura de matriz açoriana estando já disponíveis 14 edições, vários suplementos e vídeo-homenagens a autores açorianos que servem não apenas de iniciação para aqueles que querem ler autores açorianos mas também de suporte ao curso AÇORIANIDADES E INSULARIDADES que temos na Universidade do Minho bem como aos mestrados e doutoramentos daquela universidade versando temas açorianos.

Apoiamos anualmente os Seminários de Lexicologia da AGLP para mostrar o nosso continuado apoio à novel academia numa época conturbada relativamente à situação da língua portuguesa na Galiza. É de extrema importância manter estes vínculos ativos entre as organizações.

Em 2010 e 2011 na homenagem contra o Esquecimento incluímos nomes como Vasco Pereira da Costa, Cristóvão de Aguiar, Dias de Melo, Eduardo Bettencourt Pinto e Daniel de Sá.

Igualmente começámos a fazer Sessões de Esclarecimento em liceus e universidades e Sessões de Poesia sendo a mais memorável aquela onde se declamaram poemas de Vasco Pereira da Costa incluindo uma vídeo homenagem ao autor e a declamação ao vivo do seu poema "Ode ao Boeing 747", lida em 11 das 14 línguas para que foi traduzido pelos Colóquios (Alemão, Árabe, Búlgaro, Catalão, Castelhan, Chinês, Flamengo, Francês, Inglês, Italiano, Neerlandês, Polaco, Romeno, Russo). Estamos a traduzir autores em sete línguas (Búlgaro, Romeno, Italiano, Russo, Francês, Polaco e Esloveno) e continuamos a lutar pela imediata inclusão da Academia Galega Da Língua Portuguesa na CPLP com o estatuto de observador. Trabalhamos na compilação de uma Lexicopédia Contrastiva da língua Portuguesa e disponibilizámos em linha as publicações de trabalhos relevantes dos nossos associados na nossa página.

Depois de Santa Catarina, Brasil em 2010 em 2011 fomos a Macau e à ilha de Santa Maria, a AGLP disponibilizou os seus meios técnicos para a página oficial da AICL, numa nova plataforma. Iniciaram-se contactos para a edição no Brasil dos autores açorianos apoiados pelos Colóquios (Daniel de Sá, Eduardo Bettencourt Pinto e Vasco Pereira da Costa, entre outros) e fez-se uma proposta ao município de Vila do Porto (que se pretende extensivo a todas as nove ilhas) para a criação de ROTEIROS

CULTURAIS como aquele que experimentalmente ali fizemos no ano passado, antes de regressarmos como filhos pródigos a esta casa paterna da Lagoa.

Temos neste colóquio temas deveras interessantes, ressaltando desde já o debate sobre a LUSOFONIA EM TEMPO DE CRISE E O MANIFESTO 2012 DOS COLÓQUIOS, além de uma extensa homenagem a autores que não queremos caíam no esquecimento como é o caso dos nossos escritores aqui presentes, haverá ainda diversas apresentações de livros e o lançamento da ANTOLOGIA BILINGUE DE AUTORES AÇORIANOS CONTEMPORÂNEOS com o apoio da editora Calendário de Letras, um recital do Cancioneiro Açoriano, sessões de poesia e de teatro, além de passeios culturais pela Lagoa, neste evento que nos manterá juntos ao longo de cinco dias.

A todos aqueles que pela primeira vez vêm a um dos nossos colóquios resta-me desejar que o vírus altamente contagioso que nos tem consumido ao longo de 17 edições se transforme numa pandemia e vos contagie a todos nesta nossa luta para aproximar povos e culturas no seio da grande nação dos lusofalantes, independentemente da sua nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência, todos unidos pela mesma língua.

Não queremos vãs glórias do passado mas antes queremos ajudar a que haja futuro para a língua de todos nós com uma escrita unificada, apoiado com o trabalho voluntário desta geração que hoje aqui disse presente.

8. BIODADOS E SINOPSES

1. ADELA FIGUEROA, AGLP, GALIZA



ADELA CLORINDA FIGUEROA PANISSE

Natural de Lugo onde vivo na atualidade. Passei em Pontevedra 26 anos onde realizei a maior parte da minha vida familiar e profissional. Professora reformada de Biologia e Educadora Ambiental, na atualidade ativista na ecologia em ADEGA (Associação para Defesa Ecológica da Galiza). Só foi no ano 2003 que escrevi a minha primeira poesia e nos 2005 saiu a minha primeira obra de criação. Fui atingida pelo drama do afundamento do Prestige face as costas da Galiza e do brutal ataque ao Iraque pelas



tropas dos EEUU que escrevi: Vento de amor ao mar (Editorial do Castro) Letras de Adela Figueroa e ilustrações de Jesús Herrero, Celsa Sánchez e Laura Campoy. Aberta a janela da criação seguiram-se a este livro: “A janela aberta”, (Editorial do Castro 2007) poesia feminista, com ilustrações de Celsa Sánchez e Madeira de Mulher, (Editorial do Castro 2011) relatos em chave feminina ilustrados por Celsa Sánchez. O último livro: O Rei da Floresta (Editorial do Castro 2011) de contos para crianças e grandes que gostem da fantasia, e o anterior foram dedicados ao Ano Internacional das Florestas 2011, declarado assim pela UNESCO para por em destaque a importância que estes sistemas têm para a sobrevivência no Planeta Terra. Preocupação que eu alinho.

TEMA 1.3.1. O CONTO INFANTIL: INSTRUMENTO DE SOCIALIZAÇÃO E LAZER.

Adela Figueroa Escritora + Celsa Sánchez Pintora

Vamos desenvolver estas afirmações com referência no livro de contos infantis **O Rei da Floresta**

I Estrutura da obra: Está escrita sob a forma do diálogo: Entre o tio Nicandro e o menino Martinho. Isto já sugere que os contos podem ser, quer lidos quer contados. Sinalando como o diálogo nos lares é um elemento indispensável na transmissão oral da cultura.

II A socialização: Veiculada através do modelo familiar tradicional, alicerce das estruturas sociais é fornecedora do sentimento de pertença a um grupo. Por exemplo, a fazer uma fornada tradicional ou uma comida de “Entrudo”.

III A figura do Apalpador: A ternura desta personagem dando calor e alimento às crianças foi recuperado da tradição oral na Galiza depois de estar quase perdida. E uma figura existente em quase todas as culturas ocidentais. Aparece no Natal como promessa de vida e como imagem de segurança Um homem grande, forte, bondoso, que vive em lugares recuados resguardado dos olhares e autossuficiente pelo que diz respeito das suas necessidades vitais. Traz a esperança da vitória da luz sobre a noite na festa do nascimento do sol que na cultura cristã é celebrada como o Natal do Menino Deus.

IV O Elemento mágico e etnográfico: É representado pela fada Mirnaia que penteia seus cabelos na beira de três rios impossíveis. Namora ao Rei duma Floresta mágica. Toda a obra é atravessada do elemento fantástico característico da literatura infantil.

V. Musicalidade e Imagem As estórias são acompanhadas de cantigas porque assim foi a maneira tradicional de apreender quer a língua quer os valores associados aos contos. As coloridas ilustrações e a ternura das personagens arvorecentes, dão-nos ajuda para a fantasia.

O conto Infantil: Instrumento de socialização e lazer. Como fomentar a transmissão cultural e avigorar os laços familiares. Adela Clorinda Figueroa Panisse, Escritora. Celsa Sánchez Vázquez Ilustradora

Vou desenvolver estas afirmações através do relato do livro O Rei da Floresta (*). Um livrinho de contos concebido para crianças e grandes.

I. O REI DA FLORESTA

LIMIAR

Esta coletânea de continhos foi pensada para serem contados às crianças. Aproveitando o tempo do Natal de noites longas e dias curtos, quando o frio nos rende a casa à beira do lume do lar. Quando ainda lembramos os contos que nos contaram a nós quando pequenas/os nada mais agarramos que sentar os nossos “pequinhos” no colo e agasalhá-los com um relato que os faça sonhar e imaginar mil mundos possíveis edificadas na maravilha do nosso cérebro criador.

A figura do Apalpador tem, nestes contos, uma relevância principal pois representa a bondade e a fortaleza dos que vivem na natureza e dela tiram os seus recursos para reparti-los com a vizinhança, sempre novos e sempre velhos nessa roda sem-fim da vida.

Todas as culturas foram criando o seu benfeitor que volta uma e outra vez no Natal para agasalhar os miúdos /as com prendas que os vão ajudar a passar os duros rigores do inverno e os problemas que a vida lhes há de apresentar.

O menino Sol que nasce cada ano volta ser a promessa eterna do renascimento depois da agonia da luz nos meses de invernia e com esse menino sol volta o Apalpador das barriguinhas para cuidar os meninos e as meninas que representam também o nosso futuro.

O Monte está presente nestes contos porque nele tudo pode acontecer. Por que o Monte com as suas florestas, rios, lagoas ou matos, de tudo fornece: comida, lenha, e contos que nunca acabam e que sempre vão encontrar, nesse mágico mundo do Monte Galego, matéria para renovar-se e recriarem-se cada vez, adaptados aos novos costumes que a história e o devir da vida vão trazendo.

Para o meu netinho Martinho que vive entre os formosos montes do Courel e que agasalha os seus olhos com as cores das urzes e dos castanheiros. A ele e a outros meninos que como ele precisam dos contos para alimento da sua fantasia em que os sonhos se realizam e as dificuldades da vida material abrandam.

II. MARTINHO E O APALPADOR DAS BARRIGUINHAS

*Vem o Apalpador,
Com o seu saquinho cheio de castanhas
petar nas barriguinhas
gordinhas,
dos meninos bonitos, e das meninas guapas.
Vem o apalpador fazer coxeguinhas
Nos bicos dos nenos e das rapariguinhas.
Comei, comei, castanhas quentinhas*



*Que o apalpador muitas
Trar-vos-á à noiteinha.
Comei larpeiros e nenas gulosas
Que o apalpador trar-vos-á milhões de rosas.
Dormi felizes pequenos e nenas
Que o apalpador o vosso sono vela.
Pezinhos quentes, barriguinhas cheias
O apalpador de tudo se encarrega.*

- III. Os contos desta coletânea foram organizados como um diálogo entre uma das personagens, o Tio Nicandro e o Martinho. Método já utilizado na literatura clássica como o fez Galileu com o intuito de fazer as suas teorias mais didáticas para o grande público. Som contos para serem contados, tanto quanto para serem lidos pelas crianças. Isto foi pensado assim porque uma das maneiras da transmissão cultural mais forte foi sempre sob o jeito de contos fábulas refrões ou cantigas. Pretende-se assim recuperar a tradição oral e o hábito de contar contos que se tinha, nas casas, para com as crianças e as travar com cultura oral. Cada conto leva aparelhada uma canção para reforçar a atenção e a memorização. Eu gostava muito de escutar contos em criança, e sempre contei às minhas. Mas também sempre gostei de ouvir canções e quadras de fácil repetição, por isso julguei que a miudeça também iria gostar. É assim que se apreendem as línguas e é assim também que se interiorizam os valores que definem uma cultura entre os seus utentes.

A figura do Apalpador é fulcral nesta obra. Está presente em parte da tradição oral galega. Mas é certo que muitas pessoas na Galiza nunca tiveram ouvido falar nesta personagem até que um grupo de investigadores regatou-a desde as montanhas do interior da Galiza para todos nós. Sejam bem-vindos e meus parabéns junto com o meu agradecimento para eles.

Todas as culturas do hemisfério norte criaram uma figura para comemorar o fato de o renascer do Sol quando este semelha morrer no Solstício do inverno. O dia chega ao seu mínimo e, como um eterno milagre, o sol renasce e começam a crescer os dias outra vez. É a promessa de vida que se renova ano após ano. O triunfo da luz sobre a noite. Quando o dia é menor e a noite a mais longa, tudo pode parecer perdido. A obscuridade é a rainha da natureza e esta dorme num sono quase mortal.

Mas, ah! O processo vira e a luz começa a ganhar. Cada cultura tem criado o seu “Homem Bom” como a personagem que ajuda a redimir a dor da obscuridade e que traz a promessa de vida. O pai Natal vem das regiões recuadas do Polo Norte com presentes para todo aquele que fez o bem á comunidade, para os bons e generosos, nomeadamente, para os meninos, que são a promessa de vida da sociedade. O menino Jesus traz a mensagem para o mundo cristão da luz e da esperança que sempre volta á terra. O Apalpador das barriguinhas desce desde as suas recuadas montanhas do Courel ou Pedrafita para comprovar que as criancinhas estão “bem

mantidas”, e que poderão aguentar os rigores do inverno que ainda ficam por vir. Por isso traz para elas castanhas quentinhas. A base da alimentação das populações antes que a batata chegasse da América, e que ainda o continua a ser entre as gentes do Courel. Nesta região ainda se chamam castanhas da terra às batatas. Traz, portanto presentes de vida par as crianças boazinhas junto da mensagem de esperança renovada cada ano. Assim o exprime a canção:

*Carvão carvoeiro
Que estás no poleiro
Do monte mais alto
que há no mundo inteiro.
Mais alto ainda
Do que o Taro Branco
E do que o Grande Teso que asoma do marco.
Que os Montes do Zebreiro.
Ainda mais alto.
Não queimes as mãos
Tem muito cuidado
Por que ninguém sabe
fazer o carvão
como tu o fazes.
A fazer carvão eu hei de aprender
Com o carvoeiro
Das minhas montanhas
Do Courel.*

- IV. O livrinho faz-se referência a esta figura de bondade, forte e resistente como o é a vida, aquecido no lume que ele sabe fazer e manter o ano todo. Também toda a obra vira as voltas da família como estrutura de integração social e de identificação.

Há um conto que refere um jantar do “Antroido” que aconteceu ao avô do tio Nicandro. Martinho joga com a relação familiar que isso representa: Será o meu tio? Será o meu bis avô? Todas as famílias têm estórias assim. Pequenos relatos acerca dalguma “aventura” acontecida a um tio a uma avó ou, sei lá. Relatos que dão testemunha da corrente em que se travam as nossas referências ou as nossas origens. Aquilo tudo que nos diz de onde é que vimos antes de sabermos para onde vamos ir.

Através destas pequenas estórias é que se vão dar conselhos para agirmos na vida, tão simples como o de comer primeiro aquilo do que mais gostamos, não váia vir um fogo e percamos tudo...

O sentimento mágico que é um elemento indispensável em todo conto aparece também referido. Assim no Cavalinho da Queirugas, com a sua ladainha repetitiva, como se faz no rosário:

Luz Luzeiro /Vem a este Outeiro /Ceivar este animal /Que tem por nome Real.



Um esconjuro para libertar um ser mágico e quebrar as grades que o prendem. Animando a participar a quem escutar, na ajuda ao cavalinho. Um ser que apenas pode comer as flores das queirugas, tão abundantes nos montes da Galiza e com a falsa aparência de não ter qualquer valor.

- *Cavalinho do Rei das fragas, meu cavalinho Real*

*De que gostas cavalinho,
que che hei de dar para manjar?*

- *Eu não posso comer tojo,
maçado ou sem maçã:*

*Tojo fêmea ou tojo arnal:
Suas espinhas me pincham
Na minha boca real.*

*Nem ainda posso comer
A fresca erva normal.*

*Tem de ser erva aromática
ou então a flor da mata
das queirugas do Xistral.*

O Monte Xistral é outro dos lugares mágicos da Galiza. Pertence ao maciço da Dorsal Galega divisória das águas entre a bacia do Minho e as que vertem diretamente ao Atlântico como o Ulha. Maltratado pelos poderes públicos que o ofereceram quase de graça às companhias que o inçaram de “ventoinhas” rompendo as suas estruturas edáficas e danando, para sempre, os ciclos hidrológicos que nele se sustentavam. Isto num conto para crianças não aparece, mas a sensibilidade da ecologista que sou não pode fugir da tragédia ambiental.

Também se faz referência á mitologia galega das águas e das montanhas nos três rios mágicos que podem ir e voltar do mar: O Rio Iram, O rio Tiram e o Rio Voltaram, a beira dos que a fada Mirnaia se penteia com o seu pente de prata. Meiga como é, pode-o fazer nos três rios ao mesmo tempo. No último dos contos que dá nome ao livro: O Rei da Floresta.

Há na Galiza, ainda, Florestas mágicas, escondidas e misteriosas, como a da Marronda, que faz divisória das águas principais da Galiza. Ao sul a bacia do Minho que vai até o oceano Atlântico e ao Norte a bacia do Eo que deita as águas no Cantábrico Na espessura da Marroda imaginei as personagens do Rei da Floresta namorado da Fada Mirnaia que canta no rio ou do Trasno Maior com os seus doze criados ou trasnos menores. Um Rei que monta um cavalo mágico o Cavalo Real.

E assim canta a fada meiga:

*Rio Tiram não queiras levar
As rendas do linho
que eu lavo cedinho
nas frescas manhãs.
Nas tuas águas claras
Que vão para o mar.*

E no rio Iram cantava assim:

*Rio Iram
contigo vão
os meu amores
num feixe de flores
de mil de cores
pintadas do sol do verão.
num barco de espuma
meus amores vão
Nas tuas águas claras
que chegam ao mar
E ainda cantava no rio Voltaram:
Amores que eu deixei ir
e rendas que deixei partir
no tornar das águas
a mim hão voltar,
desde a beira do mar.
Rendas e amores sempre a galgar,
nas águas que fervem
nas fortes correntes
das rudes torrentes
do rio Voltaram.
Maravilha Mundial!
do rio que sobe
para a montanha
desde a beira do mar:
rio Voltaram!*

- V. Os passarinhos não podiam faltar num livro de contos que tenta celebrar o Ano Internacional das Florestas. Estes são sempre os preferidos das crianças e, através deles, agindo como personagens do conto introduzem-se valores importantes no comportamento social como a preguiça ou o do lazer brincando ao sol do verão.

Vai, por isso acompanhada duma canção:

*Na póla mais alta do carvalho grande do Souto pequeno
Cantava um pássaro para o sol ainda neno.
E o sol que saía por trás das montanhas
Com a sua raiola primeira
Amoroso,
Ao Merlinho agasalhava:
Com um mantelo de notas
para a sua gorja de grana*



*e um arco da velha
a brilhar, com fitas de prata.
Por trás da Montanha Branca o sol agromava,
Cantava um merlino, coaxava uma rã,
Nos ramos floridos do sol da manhã.*

VI. - Há, ainda no livro, um continho que me foi referido por uma menina de três anos chamada Navia e que julguei encantador “A Meninha que sabia cozinhar os beijos”

Achei que era bom trazê-lo aqui. Hoje a Návia tem já 5 aninhos, e está muito orgulhosa de ser protagonista dum livro. Há outras duas meninas que também têm o seu lugar entre os contos, como padeiras tradicionais por um dia, a cozer num forno de lenha que a sua avó sabe usar e que lhes ensina como hão de o fazer. Elas ficaram também muito contentes de se verem refletidas na escrita do livro. São as protagonistas que agem e não apenas escutam junto da transmissão cultural fornecida pela avó.

Os miúdos/as acostumam a ser, apenas objetos passivos dos contos. Eu não quis que isso acontecesse. Existem meninas e meninos que vivem e fazem da sua vida um conto para poder ser contado.

Estes relatos pretendem ajudar a sentar os alicerces da coesão social.

O Conto cumpre sempre o papel da aprendizagem com lazer. O de construir o conjunto dos saberes que nos dão testemunha de sermos de alguém, de pertença a um lugar a uma família. De que não estamos sozinhos para enfrentar a vida que se abre aos nossos olhos assombrados e curiosos de crianças.

As formosas ilustrações da minha colega M^a Celsa Sánchez que acompanham aos contos fazem a sinergia do encantamento. Para favorecer as imaginações que podem viajar, livremente, através das imagens coloridas que acompanham as palavras.

Gosto imenso da ternura expressa nas carinhas das crianças por ela pintadas. Do Apalpador que mostra os raminhos verdes sob o seu boné de lavrador, assim quanto das outras personagens todas seres-árvores ligadas, desta maneira, à natureza em que vivem. As vivas cores utilizadas nas ilustrações condizem com a vida infantil colorida pela esperança duma vida que rebenta.

Isso foi o pretendido com este livrinho, um de tantos que são feitos para acarinhar às nossas crianças.

(*O Rei da Floresta :Textos de Adela Figueroa Panisse.
Ilustrações Celsa Sánchez Vázquez. Edicions do Castro, Sada Galiza 2012.
ISBN: 978-84-8485-307-7.



2. ANA PAULA ANDRADE, PRESIDENTE CONSELHO EXECUTIVO CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA, AÇORES



ANA PAULA ANDRADE [CONSTÂNCIA] 1964 – Nasceu em P. Delgada onde concluiu o curso geral de música no Conservatório Regional, tendo tido como professora Margarida Magalhães de Sousa (composição) e Natália Silva (piano). Em 1987 terminou o curso Superior de Piano no Conservatório Nacional (Lisboa), na classe da professora Melina Rebelo e no ano seguinte o curso superior de



composição, tendo sido aluna dos compositores C. Bochmann, Constança Capedeville, Álvaro Salazar e Joly Braga Santos.

Paralelamente estudou órgão na classe do Professor Simões da Hora, tendo realizado o exame do 5º ano. Estudou três anos no Instituto Gregoriano de Lisboa, frequentando, na classe da Prof.ª Helena Pires de Matos, as disciplinas de Canto Gregoriano e Modalidade.

Em 1989 realizou um concerto de órgão e piano no Conservatório de Toronto, integrado no ciclo de cultura açoriana.

Em 1990, participou num concerto na Universidade S.M.U. (nos estados Unidos), tocando como solista, com orquestra daquela Universidade, o concerto para piano em DÓM de Mozart.

Tem realizado diversos concertos a solo ou como acompanhadora de piano e órgão em várias regiões do continente e nas diversas ilhas do arquipélago.

Com a soprano Eulália Mendes realizou um concerto na Expo 98 em Lisboa, integrado no dia comemorativo dos Açores.

Em janeiro e em maio de 2006 acompanhou o grupo vocal Quatro Oitavas em duas digressões ao Uruguai e ao Brasil a convite da Direção Regional das Comunidades.

Desde 1989 é professora de Piano e Análise e Técnicas de Composição no Conservatório Regional, desempenhando nos últimos anos o cargo de Presidente do Conselho Executivo do Conservatório de Regional de Música de Ponta Delgada.

Em 2010 foi a pianista convidada dos colóquios para o XIII Colóquio Anual da Lusofonia em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, onde deu um concerto acompanhada da Orquestra (de cordas) da UDESC tendo para tal reescrito algumas composições do Cancioneiro Açoriano para serem tocadas com orquestra de cordas.

Em 2011 acompanhou os Colóquios a Macau onde atuou com artistas chineses em execução de obras açorianas, e no 16º colóquio em Vila do Porto.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

É a pianista residente dos Colóquios. Atuará em RECITAL ao piano com Raquel Machado (soprano) e Henrique Andrade Constância em violoncelo.



3. ANABELA MIMOSO, UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA PORTO



ANABELA BRITO FREITAS MIMOSO, Cei-Ef ULHT

Anabela Mimoso, doutora em Cultura pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é investigadora na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (Lisboa). Tem uma vasta obra escrita que vai desde a literatura infantojuvenil (obras como: *D. Bruxa Gorducha*, *Foz Côa – entre céu e rio*; *As férias do caracol*; *Aquela palavra mar...*), à literatura tradicional (*Contos tradicionais do povo açoriano de Teófilo Braga*: introdução, seleção e notas) e a estudos sobre a Geração de 70 (*S. Cristóvão de Eça de Queirós – introdução*), além de inúmeros artigos de revistas, participações em congressos nacionais e internacionais, conferências, de manuais para o ensino da Língua Portuguesa para os 2º e 3º ciclos, é autora de um razoável número de livros de literatura infantojuvenil:

História de um rio contada por um castanheiro (Porto Ed., 1986);
Era um azul tão verde... (Porto Ed., 1993);
O tesouro da moura (Porto Ed., 1994);
D. Bruxa Gorducha (Porto Editora, 1995 e Gailivro, 2006);
O último período (Âmbar, 2002);
Um sonho à procura de uma bailarina (Âmbar, 2002);
Parabéns, caloira! (Âmbar, 2003);
Quando nos matam os sonhos (Âmbar, 2005);
O Tesouro do Castelo do Rei (Âmbar, 2006);
Foz Côa: entre céu e rio (Gailivro, 2007);
Traz os olhos cheios de palavras (Âmbar, 2007);
A vida pela metade (Gailivro, 2007);
O cavalo negro (Câmara M. de Gaia, 2008);
As férias do caracol (Novagaia, 2009), entre outros em coautoria.
Aquela palavra mar (Calendário, 2010)



Contos Tradicionais Açorianos De Teófilo Braga (Calendário de Letras **2010**),
Búzios (infantojuvenil, Calendário de Letras, 2011)

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

TEMA: 1.1 E TEMA 3. PEDAÇOS DOS AÇORES EM EDUARDO BETTENCOURT PINTO

Eduardo Bettencourt Pinto, português, angolano, é também um escritor de temáticas açorianas, quer na poesia, quer na prosa, o que não é de estranhar dada a sua ascendência açoriana (por via materna) e a sua vivência açoriana, micaelense.

No conto inédito, “Um cesto de malmequeres e um amor-imperfeito”, a incluir no livro *Um dia entre nós*, e cuja ação se situa em S. Miguel (eixo Nordeste/Ponta Delgada) revisita alguns dos *topoi* comuns a outras obras que se enquadram nessas mesmas temáticas: a pobreza, a humilhação, o confronto com o outro, a migração. A opção do autor por um narrador autodiegético aponta para o conhecimento dessa realidade por dentro e contribui para tornar a narrativa credível e viva.

Poeta dos sentidos, esta nova incursão na narrativa nem por isso o faz abdicar da sua condição de poeta, nem das influências recolhidas noutras culturas, desde logo a africana, matizadas com o seu próprio percurso de vida.

1. Pedacos da vida e da obra

Não acreditando propriamente na confinação dos autores a regionalismos literários, dado que essa confinação os apouca, a divulgada Açorianidade de Eduardo Bettencourt Pinto é um exemplo flagrante de como pode ser falaciosa a regionalização da literatura. Para começar, o autor não nasceu nos Açores, mas sim na Gabela:

Eu nasci em Angola, no Sul, numa pequena cidade (Gabela). Eu amava a sua melancolia, o cheiro do café em flor, a suavidade da neblina quando anoitecia, o cantar dos galos. A minha pele tinha o cheiro daquele lugar - das suas casas de adobe, da voz do meu pai rente ao vento. Dos intermináveis cafeeiros de chuva.

E, aliás, é bem perentório nessa ligação umbilical a África:

Gabela é, será sempre, a minha terra e Angola a árvore perante a qual me ajoelho e choro. Não rejeito as minhas cinzas. Nem mesmo nos momentos mais bizarros.

Deixou, porém, Angola em 1975, na sequência da guerra. A única ligação que tem ainda com a terra que o viu nascer é o irmão mais velho, que aí vive, e a mágoa que ficou da urgência da partida:

Sentia-me angolano, com todas as influências portuguesas que ainda tenho. Mas queria que aquela terra fosse a minha pátria mas aquele mundo morreu. Gostarei sempre da minha terra, até ao meu fim. Mas não sei onde me encontro

em relação a ela. Em que horto semeio o silêncio (e-mail do autor).

Outras terras se lhe seguiram. Procurou, primeiro, refazer a sua vida ainda em África, em vários países, entre os quais o Zimbabué, tendo finalmente vindo para S. Miguel, terra de sua mãe (que nasceu em S. Roque):

Venho também dos Açores, de uma rua onde a casa de minha avó desafia o Tempo. Cresci um pouco entre aquelas paredes, ouvindo o mar [...] Um lugar onde as lágrimas caíam no último olhar, onde o inverno adormecia de mansinho no chão de musgo.

Para além da sua ascendência açoriana (os Bettencourts: Eduardo Bettencourt é neto de José Rebelo de Bettencourt, poeta, ficcionista, crítico literário), EBP viveu em S. Miguel, Ponta Delgada, em dois momentos. Primeiro, na infância, entre 1958 e 1961, de que guardará gratas recordações: «Lembro-me sobretudo do marcante período que eu e os meus irmãos passámos lá, na infância. Como esquecer as ruas húmidas, o cheiro das casas?» ou «O meu Natal, estou certo, é sempre o de 1958 em S. Miguel» (“Os jarros perto da janela”, *Portuguese Times*, semanário português de New Bedford). Depois, no regresso de África, ou seja, desde 1976 e até 1983, altura em que partiu para o Canadá.

No entanto, os Açores tornaram-se a referência portuguesa, a terra do seu regresso: «Estar nos Açores é atravessar um poema o dia inteiro com o mar colado aos olhos» ou: «Estava na ilha e toda a beleza era possível» ou ainda «Ponta Delgada é uma cidade que me comove. Sempre que lá vou, levito no passado». Aí reencontra parte da família que continua ainda ligada às Ilhas, pois o irmão mais novo, vários sobrinhos, alguns primos estão lá radicados.

Não sendo propriamente açoriano, há, além das ligações familiares ancestrais às ilhas - conforme o autor dá conta: «sentia Ponta Delgada como minha, por herança familiar e da memória» -, o conhecimento direto da sua realidade, do pulsar da sua vida, colhidos em dois momentos da existência, ambos cruciais no desenvolvimento de um ser: a primeira infância e a juventude.

Desde 1983 que mora em Pitt Meadows, British Columbia, Canadá, pelo que teremos ainda de considerar que, tantos anos no continente americano, obviamente haveriam de deixar algumas marcas na sua obra. É o que acontece com a novela *As brancas passagens do silêncio* e com o conto que dá o título ao livro (ainda inédito) *One day between us*, cuja temática é essencialmente canadiana, e em outros textos dispersos em livros de contos como *Sombra duma rosa* (ex.: *A Viagem*, *Dançar com as sombras*, Ralf).

Mas pouco fala dessa terra de estar, a não ser para a tornar mais parecida com a matéria, como quando levou para lá os novelões que trouxe dos Açores:



Minha mãe plantou os novelões no quintal, junto à parede de trás... A ausência, rasgando as vestes da ternura, vivifica o itinerário das nossas vidas. Neste caso, os Açores. Um estado de alma. Transfigurados, os novelões do meu quintal ouvem os pássaros de Pitt Meadows. E assim vou acreditando que a ilha da minha mãe, navegando no peito da poesia, nasce todos os dias junto à parede da minha casa.

O fascínio pela Ilha na sua obra não é esporádico, já que é patenteado em vários momentos. Assim, na poesia, citaremos *Mão tardia*, *Emoções*, *Menina da Água*, *Um dia qualquer em junho*, *Travelling with Shadows* e ainda em poemas dispersos por antologias (como, por exemplo, em *Construir Cultura*) e noutros inéditos; na ficção, *Sombra de uma rosa* e *O príncipe dos regressos* (sobretudo em “Mulher agachada na saudade” e “O amigo da madrugada”) e ainda em textos dispersos publicados em vários suportes.

Não será talvez arriscado aventar que terá sido a sua longa ausência a contribuir favoravelmente para a urgência desse apelo, desse fascínio pela Ilha, se é verdade, como diz uma personagem em “O amigo da madrugada”, que «Quando se vive muitos anos na Ilha, já não a vemos». No entanto, essa atração surge “apenas” como uma face da identidade multicultural que o caracteriza, matizada pela saudade, pela nostalgia da “idade de ouro” que é sempre aquela que perdemos.

Na verdade, a obra de EBP extravasa em muito a ligação a uma terra, ligação que nunca é pertença, porque a pertença exige tempo, tempo que Eduardo, o homem, nunca teve para permanecer num local, desprendimento esse que é assumido pelo autor:

É certo que a minha experiência de vida levou-me a desprendimentos múltiplos. Não tenho sentido pátrio como a maioria. Substitui-o pelo calor de algumas pessoas a quem infinitamente estimo. Elas são a minha terra e o meu país em qualquer lugar e momento em que estou com elas.

Desprendimentos que acabam por ser também constrangimentos à identificação com qualquer um dos lugares: «sou estrangeiro em Angola, em Portugal e no Canadá» (e-mail do autor). Desenraizamento doloroso, obviamente:

O meu lugar é nenhum lugar: não sou angolano, não sou português, não sou canadiano. Sou uma aparência humana no espelho do tempo com o nome dos meus mortos no subconsciente. Caminho num mundo de referências e que é um labirinto. Escrevo para não morrer dentro de mim, para dar raízes às minhas mãos. Deus é o meu País. Cresço com a primavera e apago-me no outono. Vivo num ciclo de luz e sombra. E assim vou partindo deste mundo, cansado dele: devagar e sem rancor. Feliz, quero dizer, à medida da felicidade emprestada que é ter um pouco da terra dos outros na ponta dos meus dedos, que tanto, tanto amam. E assim me escondo na névoa destruindo paradigmas.

Para concluir, se há laços, quase umbilicais, que o ligam a S. Miguel, porque S. Miguel é a mátria, a terra da mãe e da família mais alargada que não havia em África (os tios, os avós), também há laços, mais viris estes, mais estruturais que emotivos, pois moldaram-lhe o caráter e a visão da vida, incluindo a visão da Ilha, laços esses, dizíamos, que o ligam a Angola, a pátria, a terra do pai, ou melhor, a terra escolhida pelo pai. Sendo angolano e tendo lá feito a sua formação intelectual (Gaspar Simões 1983: 107), a sua obra não se esgota em África, mas também a inclui. Já o demonstrámos através da análise da obra *A casa das rugas*, poderíamos fazê-lo também através de outros textos, como, por exemplo, “Balada ao pai”, conto incluído numa antologia do conto africano, ou de vários contos do livro *Sombra duma rosa*. Assim, precavidos, partimos para esta aventura de procurar perceber como se reflete num conto de Eduardo Bettencourt, cuja ação se localiza em S. Miguel, o mundo social micaelense, tendo em conta que esse reflexo é a representação de um homem condicionado na sua mundividência pela diáspora, de um despatriado de várias pátrias, mas também condicionado pelo seu fascínio pela Ilha (1).

2. Um cesto de malmequeres e um amor-imperfeito

A ação do conto *Um cesto de malmequeres e um amor-imperfeito* decorre em S. Miguel, primeiro no Nordeste, depois em Ponta Delgada. Terras de referência: Ponta Delgada, onde EBP residiu, como vimos, e o Nordeste, terra do bisavô Lima. A Ilha está omnipresente no conto de uma forma latente, através da sua realidade social, religiosa, económica.

Porém, em vários momentos da ação, a presença da ilha torna-se mais visível, através da paisagem e do clima, moldados pela presença do mar, presença esta que, só raramente, se torna explícita.

Assim, Mateus, o narrador, limitado na sua intimidade e no espaço por ter de partilhar o quarto com os cinco irmãos, sentia-se confortado com a paisagem que podia desfrutar da sua janela, valorizando a vista que daí usufruía: «da janela via-se o mar, as nuvens, tão negras de chuva ou brancas como o linho sob o fulgor do verão». À exiguidade do espaço interior contrapõe-se assim a largueza do horizonte, mar e céu à sua frente, único elemento benigno na vida do rapazinho.

O mar, *topos* recorrentemente apontado como característico da açorianidade, por razões óbvias (J. Enes; 1983: 37), povoa muitos textos do autor, ligados ou não a temática ilhoa: «O mar, lembro-me, estava por todo o lado. Ouvia-o até na voz das pessoas» (em “Os jarros perto da janela”) ou no conto “Os anjos nascem em setembro (*Sombra duma rosa*): « [Manuel Brum] gostava do mar. Ouvia-o desde o berço, um torpor distante, entre a voz da mãe que o embalava no berço oscilante». Mas também outros mares, identificados ou não, reais ou metafóricos, geralmente associados ao amor, à mulher, como no poema “verão”:

Encho as mãos com a terra por onde passaste.

Guardo assim os teus passos, o rumor do mar e do verão que levavas nos pés como um tesouro.



Ou quando em “Neblina” diz «queria levar-te o mar nas mãos. Queria que cantasse nos teus cabelos» ou em “Pois”: «Descubro, aos poucos, que só no amor podemos caminhar sobre o mar». O mar, entre uma terra e outra, entre o tempo de estar, também ele amado: «o rumor do mar onde me ausento tantas vezes por o amar tanto» (“Orvalho”).

No conto que ora analisamos, porém, o mar, mesmo quando não se vê, faz sentir a sua presença através da brisa noturna, da humidade que destila pelas ruas ou do cheiro das árvores e da terra que arranca à natureza. A Ilha, pobre e difícil, não deixa por isso de fascinar o narrador que, ali nado e

habitado ao cheiro da terra húmida, ao das árvores, àquela viscosa impregnação que o peso do céu deixa nas casas açorianas, o cheiro, enfim, dos elementos da minha vida pobre, vi naquele momento coisas que nunca tinha observado na ilha [...] como se uma horda de anjos rebeldes gravitasse no ar para espicaçar em mim o instinto do belo.

É, efetivamente, através do clima que a presença do mar se faz mais sentir. É uma humidade constante, às vezes fria: «A neblina descia os montes. Parecia-me uma capa fria de deuses nostálgicos a avançar em nossa direção», às vezes sobre a forma de «morrinha noturna» ou de um «nevoeiro do corisco». *leitmotiv* tão do agrado do autor, a humidade estende-se também à noite – a «noite da ilha é húmida, longa, como um deserto que, de repente, fere a paisagem de escuridão» (1) e contamina outros textos: «Esperavam-nos os ventos agrestes da Ilha, a humidade, a morrinha que entristecia os dias» (em: “Os jarros perto da janela”).

Noutros, a humidade é chuva – «A chuva caía, como sempre caiu nos Açores: cheia de lágrimas» (1), chuva que acabará por se transformar em metáfora tão querida: «a chuva de todas essas vozes soa, como um piano, de encontro aos vidros da claraboia» (em: “Os jarros perto da janela”). Chuva que impregna tudo à sua volta, até invadir as palavras: «Ouves a chuva? Chove tanto, tanto que estas palavras parecem cair das árvores, húmidas e sem pássaros» (inédito).

A instabilidade do tempo, inevitavelmente, acaba também por se fazer sentir no conto. Assim, Mateus, a quem doíam os pés, opta por os libertar dos sapatos para que «o sol os aquecesse com a cristalina fosforescência de maio». Momentos depois, logo a seguir a um breve sono, chuviscava, o que o obrigou a calçar novamente.

No entanto, as referências climatéricas não assumem aqui o papel de lugares-comuns, de referências conhecidas do leitor para o familiarizar com os lugares do texto. Na verdade, elas não são despidas, já que funcionam com a força de mais um elemento adverso, mais um elemento a marcar a vida das personagens, mormente do protagonista.

Adverso é também o ambiente socioeconómico marcado pela ruralidade, pela necessidade do recurso ao trabalho infantil, a vivência de uma «infância pobre e agreste». Mateus vê-se assim obrigada a sair cedo da cama para ir à lenha. Tarefa árdua, sobretudo para uma criança:

Sozinho naqueles caminhos frios de neblina, uma profunda angústia invadia todo o meu ser. [...] Amarrava depois o molhe com um barbante que levava sempre comigo. Trazia-o ao ombro para casa e deixava-o na cozinha ao pé da lareira... Quando puxava pelo cobertor para me cobrir, sentia nas mãos o cheiro das árvores e da terra [...] Esse era o universo da minha infância.

Universo, às vezes brutal, na sua lógica utilitária:

Eu subia os degraus com uma galinha que tinha acabado de matar. Era um suplício fazer aquilo. Sempre gostei de animais.

Universo em que a fome, que o roubo de fruta ajudava a acalmar, também não estava ausente:

A nossa tática era sempre a mesma: o meu amigo ficava na rua e eu saltava o muro. Depois eu atirava as laranjas para o lado de fora e ele meti-as num saco de pano.

Apesar de intruso, eu nunca considerei aquilo um roubo. Só recolhia a fruta do chão. Que mal havia nisso? As laranjas eram doces e amarelas como o sol.

Laranjas, uma constante na obra de EBP, na poesia como na prosa, laranjas africanas, de Angola e até de Salisbury, laranjas açorianas, laranjas a sobrar do ciclo das laranjas, resto do dinamismo comercial de S. Miguel, na transição do séc. XVIII para o XIX, marcando a centralidade de S. Miguel no contexto do arquipélago açoriano, laranjas na prosa e nos poemas:

(“Atravessava, débil a rua./
Os braços, ao alto, seguravam a quinda./
O coração voa-lhe das mãos, /
escondia-se nas laranjas, /
tão antigo era o andar, o medo/
dos carros”
- *Águas de soledade* – inédito).

A dureza da vida é sinónimo da pobreza que marca as personagens e que é constantemente recordada, até porque está bem visível, como um ferrete, na roupa de Mateus:

Sentia vergonha de andar descalço, das roupas eternamente largas, daquele casaco coçado que envelhecia como uma sombra noturna presa ao meu corpo.

Por isso, é também fonte de humilhação:



Na escola, quando os outros meninos faziam pouco da minha roupa, fazia por não os ouvir. Imaginava que as solas dos meus sapatos não estavam rotas, que não sentia os pés molhados quando chovia, que a minha roupa não estava cerzida e que aquela impressão no estômago não era fome.

Para responder à dureza da vida apenas o refúgio, o consolo na religião, tarefa também feminina, quando da esfera do privado, que cabia a Dulce, a mãe de Mateus que, de tanto se queixar a Deus, acaba por se sentir envergonhada:

Ela foi sempre uma mulher devota. Era raro o dia em que não a via rezar o terço. Dei com ela muitas vezes de joelhos no chão, os cotovelos apoiados na cama, cabeça levantada e de olhos fechados. Parecia-me frágil e sublime ao mesmo tempo. Dos seus lábios, áridos como a terra seca no verão, vinham preces desesperadas, inaudíveis. [...]

Eu sabia que ela intercedia por nós. Éramos tão pobres que, estou seguro, mamã teria dificuldade em saber por onde começar. Se pela nossa mesa — que nos desse mais pão, batatas, arroz, um pedaço de carne de vez em quando; ou se pela nossa roupa cerzida, pelos nossos sapatos velhos e rotos.

No entanto, a religiosidade dos açorianos, sobretudo dos micalenses, na sua devoção ao Senhor Santo Cristo («— Vens para as festas do Senhor Santo Cristo?»), quando festa pública, portanto, já se configuraria como natural se levada a cabo pelo rapaz.

Se a devoção particular surge como incumbência feminina, o trabalho rural e doméstico, que pertence também à esfera infantil, também o é. Verificamo-lo, por exemplo, no conto “Mulher agachada na saudade”, cuja ação decorre nos Açores, em que a lenha transportada ao ombro por uma mulher, funciona como símbolo da submissão ao lar: é a mulher com o seu molho de gravetos que alimentará a lareira. Trabalho de mulheres e de crianças, portanto. O mesmo sucede com a referência à criação das aves de capoeira e à produção de ovos que também funcionam como uma evocação da Ilha. Tarefas pouco produtivas monetariamente, pelo que, mais uma vez, são desempenhadas por mulheres e crianças.

Família numerosa, vivendo em quase promiscuidade na partilha do espaço, já que todos os filhos dormiam no mesmo quarto, rapazes e raparigas, com a previsível falta de intimidade que esse facto acarreta, que papel reserva o autor ao homem?

A verdade é que a microsociedade representada é efetivamente dominada pelos homens. De facto, o *pater familiae* é a sua espinha dorsal. A sua figura tutelar. É formal, quase um estereótipo:

Vestia-se sempre muito formal, como se fosse uma farda: casaco e calças pretas, camisa branca e gravata de luto. Trajou-se assim até morrer.

Não lida bem com as emoções, disfarça-as até: «Papá, também comovido, disfarçava o que sentia levando um cigarro à boca».

Esconde-as, por respeito para com a tradição:

Era o modo com o qual combatia a tristeza: uma postura de calculada indiferença. No entanto, dentro de si, os muros da sua estabilidade emocional ruíam. Afligia-me mais o seu estado de escondida prostração do que a espontaneidade emocional de mamã a encher o mundo de lamentações bíblicas. Papá, contido, as faces empedernidas de uma estátua, parado na sua circunstância de macho, na verdade morria por dentro. Essa morte invisível e muito íntima foi sempre para mim o modo mais insuportável de resolver o inferno e a melancolia no coração de um homem.

Age assim para que o respeitem. Ele prefigura a autoridade, a reverência, aquele a quem se pede a bênção. Mas amor, amor é a mãe que o tem, é ela a referência:

Foi nesse momento que compreendi que um filho nunca abandona o ventre de sua mãe. Mesmo um século depois de ter nascido.

Neste, como noutros textos, enquanto a criança e a mulher merecem um tratamento carinhoso por parte do autor, nota-se que a figura masculina nem sempre lhe merece referências positivas.

Como a figura enigmática do velho Mateus que veio mostrar outro flagelo da asfixia provocada pelo abraço do mar açoriano: o alcoolismo. O álcool para afogar as mágoas, neste caso a dor da viuvez. Alcoolismo que não é episódico, nem marca da ruralidade, pois em Ponta Delgada, Mateus-menino encontra, no jardim onde pernoita, um companheiro desse dormitório aberto, também ele, dominado pelos vapores do álcool. Mas o mesmo problema aparece abordado noutros contos, como em “O amigo da madrugada” e em “Mulher agachada na saudade” (*O Príncipe dos regressos*), adquirindo assim a relevância de um *topos*.

O ponto de rotura, a “razão fundamental” para a busca da alteração da situação socioeconómica do protagonista, deu-se, no conto, precisamente quando a humilhação se tornou impossível de suportar, já que, desta vez, atingiu em pleno a paixão que ele nutria pela senhoril menina estrangeira a quem fora vender os ovos, em vão, porém. Chocou-o a frieza, a indiferença dela ao confrontá-lo com a sua própria indignação:

Eu pensava que era livre como o orvalho-do-sol nos últimos dias da infância de todos os meninos pobres, descalço no frio árduo dos montes, entre as árvores do inverno e no Estio do mar. Os meus dias selvagens e sem rédeas nunca tiveram até ali um espelho onde eu acordasse para a realidade da minha circunstância.

E foram essas reações que despertaram nele o desejo de se libertar da sua pobreza endêmica.

A dicotomia menina rica/rapaz pobre, no rumo que ela assume no conto (a atração pela cultura anglo-saxónica hegemónica: a menina era das Bermudas, destino de



muita da emigração açoriana), foi determinante para a opção de vida que o narrador tomou, e funciona também como marca de “açorianidade”, como elemento motivador do fluxo migratório ilhéu. Por isso mesmo, encontramos a nível do discurso frases em inglês que denunciam a necessidade de, no próprio país, se falar a língua dos detentores do poder económico.

Assim, Mateus tem do seu lado a ambição: «Querida ir para o liceu, tirar um curso, sair daquele círculo de pobreza e olvido. Estava disposto a tudo». E isso significava deixar o campo, a casa, ir para a cidade, única fuga possível que a sua pouca idade permite. Não ainda as Américas, local de fuga para tantos açorianos que povoam alguns contos de EBP (“Mulher agachada na saudade”, “Os anjos nascem em setembro”, “O amigo da madrugada ...”) e destino também de Bernardino neste conto que ora nos ocupa. Afinal não é a Ilha marcada pelos «milhentos lenços brancos acenando na memória» (“O amigo da madrugada”, *O príncipe dos regressos*)? A migração começa cedo para o narrador, apesar do medo do desconhecido e da consciência das dificuldades:

Nunca tivera, até àquele momento, tanta certeza na minha vida. E no entanto assustava-me ir para a cidade, deixá-los, partir daquela casa. Eu era apenas o miúdo silvestre de uma freguesia açoriana, cuja quarta-classe apenas me serviria para um trabalho menor.

Curiosamente, é a criança, afinal emancipada pelo trabalho, que irá abrir a porta para os pais, ainda acomodados («Ele vai abrir-nos o caminho»), poderem mudar o rumo das suas vidas. Assustadora mudança, mas Mateus estava determinado a levá-la a cabo:

Afligia-me a ideia da pessoa em que eu me tornaria, longe dali, daquele mundo que tinha sido o berço de tudo aquilo que eu era. E no entanto, estava determinado a fazer todos os sacrifícios, físicos e emocionais, para me afastar da pobreza, da eterna pobreza que se agarrava à nossa família como uma chaga demoníaca e imemorial.

E, no entanto, o seu sonho é tão justo, tão pequeno, à espera de ser cumprido:

A perspectiva de dormir numa cama, e sob um teto, era motivo para começar a dançar mesmo com a minha sombra.

Contudo, até este desejo de ascensão social acarreta situações adversas, já que Mateus vai ter de passar mal nos primeiros tempos, dormir num banco de jardim, sofrer fome, desesperança e falta de aconchego do lar, até encontrar o humilde emprego que haveria de mudar a sua situação. Haveria?

1. O açorianismo de Eduardo Bettencourt Pinto?

A opção do autor por um narrador autodiegético parece-nos apontar para o conhecimento da realidade por dentro e contribui para tornar a narrativa credível e viva, realista, portanto. Sintomaticamente, o próprio ambiente criado lembra-nos, mais ou menos vagamente, os Açores dos aos 50 a 70, altura em que EBP lá esteve. Obviamente que isso não será de admirar, já que as obras trazem as marcas dos

contextos temporais, económicos, intelectuais e socioculturais em que os seus autores se balizam.

A verdade é que, mesmo havendo no conto vários *topoi* açorianos, eles coexistem com o uso de certos termos inadequados num contexto de ruralidade açoriana (papá/mamã; papo-seco), denunciando, ainda, a presença de alguns motivos que extravasam a realidade açoriana (como as laranjas, o mar), mas que são a marca do homem por detrás do autor que teve ele também de sair da Ilha em busca da sua posição social e são também a marca do Poeta na forma como o diz.

Com alguma clarividência Eduíno de Jesus (1983: 80) afirmava que a existência de uma literatura açoriana estava dependente de uma compreensão especial da vida, de uma psicologia particular do açoriano. J. Gaspar Simões também faz depender do psiquismo essa condição (1983: 106).

Ora, nós encontramos, de facto, em EBP essa compreensão especial da vida, uma psicologia particular, mas é uma visão da vida individual, original, peculiar, não de um açoriano, mas de quem erra pelo mundo em busca do Lugar. De quem não procura denunciar, argumentar, fazer “literatura de intervenção”, em prol de regionalismos ainda a definir. Rente ao poema, mesmo na ficção:

Escrevo para ficar mais perto da manhã, regressar à luz, ao tempo em que renasço. Ficção, poesia; depois estas palavras, um pouco do calor das minhas mãos, um pouco das palavras que vou despindo, uma a uma, das suas vestes (e-mail do autor).

Por isso, a representação da sociedade micalense que o conto evidencia é uma representação fiel, válida, verdadeira e sentida de um poeta não regional, antes errante.

Nota: (1) A não ser em caso de indicação contrária, as citações foram extraídas da página do autor e do seu blogue.

Referências Bibliográficas:

- Pinto, E. B. (1998). *Sombra duma rosa*. Lisboa: Ed. Salamandra.
 Pinto, E. B. (1999). *O príncipe dos regressos*. Lisboa: Ed. Salamandra.
 Pinto, E. B. (2004). *A Casa das Rugas*. Porto: Campo das Letras.
 Pinto, E. B. (2011). Balada ao pai. *Conversas de homens no conto angolano – breve antologia. 1980-2010*. Luanda: União de Escritores Angolanos.
 Pinto, E. B. (inédito). *Águas de Soledade*.
<http://www.eduardobpinto.com/>
<http://eduardobpinto.wordpress.com/>
 Almeida, O. T. (org.). (1983). *A Questão da Literatura Açoriana*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional de Educação e Cultura.
 Riley, C. G. (2004). Das luzes pombalinas às encruzilhadas liberais nos Açores: o caminho de S. Miguel. *Estudos de homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras.



Tema 3: A açorianidade de Rodrigo Leal de Carvalho: a visão do outro

Rodrigo Leal de Carvalho viveu quase toda a vida fora da sua ilha natal (Terceira), sobretudo em África e em Macau. Os seus oito romances, não contendo muitas referências aos Açores, são, no entanto, ricos em referências ao Outro (sendo o Outro africano, asiático, europeu, americano).

A situação geográfica dos Açores no meio do Atlântico, na confluência de mundos diferentes, a escassez de recursos das ilhas que obrigava à emigração, propiciaram aos seus habitantes ocasião de encontro com desvairadas gentes, abrindo as mentes para a descoberta do outro, para a abertura à convivência com ele, para a aceitação das suas particularidades. Percorreremos os oito romances de R.L.C. em busca das marcas dessa mundividência, as únicas que nos permitem apelidar um autor nado nos Açores, mas que só escreveu sobre Macau, de açoriano.

1. Vida e Obra de Rodrigo Leal de Carvalho

Rodrigo Leal de Carvalho nasceu em 1932 nos Açores, na Praia da Vitória, ilha Terceira. Foi delegado do procurador da República na ilha do Pico, em S. Tomé e Príncipe e depois pediu a transferência para Macau. Foi juiz de direito em Macau e Luanda; ajudante do procurador da República e depois procurador da República em Lourenço Marques; desembargador do tribunal da relação e juiz do tribunal administrativo de Lourenço Marques; diretor do gabinete de assuntos jurídicos do Ministério da Coordenação interterritorial; procurador da República e depois procurador-geral adjunto em Macau; presidente do Tribunal de Contas de Macau; juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, já na situação de jubilado.

Viveu em Macau entre 1959 e 1999 (com pequenos interregnos). A sua atração por Macau está bem patente na frase que profere, aquando do *in memoriam* de Senna Fernandes: «Macau, a minha pátria de adoção», ou como dirá em *Os Construtores do Império*: «desde a primeira hora, filho adotivo de Macau» (p. 223). A sua devoção a este pequeno território foi reconhecida em 1998, quando recebeu a medalha de ouro do Governo de Macau. Em 1999, pouco antes da transferência de soberania, deixou Macau para nunca mais lá voltar.

Todos os oito romances de Rodrigo Leal de Carvalho revelam ambientes e personagens macaenses: *Requiem para Irina Ostrakoff* -1993; *Os Construtores do Império* – 1994; *A IV Cruzada* – 1996; *Ao Serviço de Sua Majestade* - 1996; *O Senhor Conde e as Suas Três Mulheres* – 1999; *A Mãe* – 2000; *O Romance de Yolanda* – 2005.

O autor publicaria ainda, em 2007, uma outra obra, *As Rosas Brancas de Surrey*, enquadrada na iniciativa editorial do diário macaense *Ponto Final*, “Cinco anos – cinco livros”, lançada em 2004, em colaboração com a Editora Livros do Oriente (editora de Rodrigo Leal de Carvalho). Consistia na publicação semanal de capítulos de cinco

obras inéditas de temática macaense de cinco autores portugueses e que seriam editadas pela Livros de Oriente na íntegra, depois de publicadas em folhetim.

2. Topoi açorianos

Apesar de açoriano, à primeira vista, parece não haver na obra de RLC *topoi* que se possam filiar na açorianidade. Porém, um olhar mais atento, permite-nos encontrar marcas de algumas das características comuns a outros escritores naturais das Ilhas ou que sobre elas escreveram.

A vida de RLC tem sido uma longa viagem de conhecimento, de encontros e desencontros com desvairadas gentes e desvairados locais, e a sua obra reflete, ela também, essa aprendizagem da tolerância e do conhecimento do Outro. Na verdade, ele próprio, como muitos outros dos seus conterrâneos, é um (e)migrante e isso mesmo é lembrado na obra, mormente em *Os Construtores do Império*. E não é irrelevante lembrar que os locais por onde o autor passou, incluindo o local onde nasceu, são eles mesmos locais de passagem ou de convergência de vários povos de diferentes etnias e culturas, credos e línguas, ou são então lugares de chegada e de partida de quem vai ou de quem vem de lugares distantes, lugares de aprendizagem da saudade, como é a sua própria ilha, a sua Terceira e, de um modo geral, os Açores. Em suma, todos esses são lugares abertos à tolerância e ao diálogo.

No entanto, seria o Oriente que estaria predestinado a servir para a localização da maioria da ação dos seus romances, talvez porque o autor aí permanecesse a maior parte do tempo da sua vida ativa, talvez pelas características especiais desta região que viriam a sintetizar e a exponenciar as características dos outros pontos da sua passagem.

O Oriente de Rodrigo Leal de Carvalho é um Oriente concreto, bem localizado no tempo e no espaço. Para ele, o Oriente começa em Moçambique, centra-se em Macau, do mesmo modo que em Hong Kong (“Hong Kong e Macau tinham sempre constituído uma unidade, uma espécie de extensão uma da outra – mais do que Macau e Portugal” (*Os Construtores do Império*: 447), mas espria-se até Singapura (em *As Rosas Brancas...*) e Xangai (*Requiem para Irina Ostrakoff*).

O facto de Macau ter sido escolhida como ponto nevrálgico da ação dos seus romances não é de estranhar, pois Macau foi durante mais de 450 anos ponto de encontro da cultura oriental e da ocidental, local de salutar convívio e enriquecimento mútuo, onde as duas culturas predominantes - a portuguesa e a chinesa - se encontraram. As relações óbvias e pacíficas entre os dois povos criavam uma situação excecional que o autor explica assim: «nas teias das leis e do relacionamento das comunidades de Macau, os chineses não eram bem estrangeiros, eram... eram...eram chineses» (*O Romance de Yolanda*: 60).

A imigração chinesa seria particularmente relevante para uma época bem determinada da sua história, a da Revolução Cultural: «As autoridades da China Continental tinham permitido a fuga de mendigos, narcodependentes – *pakfanistas*, como o macaense mais cruamente os batizara – vagabundos, tuberculosos, deficientes físicos ou



mentais; em suma, os improdutivos» (*Os Construtores do Império*: 54) que, sem outra porta que se lhes abrisse, arribavam a Macau.

Mas Macau, cidade cosmopolita, foi também e ainda «um porto de abrigo para os fugidos às guerras, à miséria, à fome. E aos problemas políticos também. No passado recente abrigou russos brancos, chineses, indonésios, vietnamitas, filipinos e até portugueses perseguidos pelos credores ou por mulheres ciumentas. E alguns, poucos, pelas ideias políticas» (Entrevista ao Expresso).

Em *Requiem para Irina Ostrakoff* já defendia a mesma ideia: «Macau foi sempre um porto de abrigo para os refugiados. Da política, da miséria, das guerras. Em suma, da vida. É uma das razões que a tornam tão fascinante. Aventureiros de ambos os sexos foram frequentes nas grandes cidades desta área, até à implantação do regime comunista na China; e os que aí havia escaparam-se para Hong Kong e Macau» (p. 15). Procuravam aí um refúgio seguro, através da obtenção da nacionalidade portuguesa. No caso das mulheres era sempre possível obtê-la através de um casamento de conveniência. Assim, em *Os Construtores do Império*, Mui Mui casa com o macaense Tchitcho. Já o Sr. Lau Wong (*O Romance de Yolanda*), espoliado pelo Grande Timoneiro das suas terras conseguiu a nacionalidade portuguesa “ab origine”, por juramento de testemunhas.

São, pois, sobretudo asiáticos que, acolhidos num território tolerante que permitia uma saudável relação entre os povos, deram azo à formação de uma *halfcaste* de portugueses ambientados – os macaenses. Curiosamente, foram as reduzidas dimensões de Macau («nada mais do que uma vila grande» (*O Senhor Conde*: 109) que permitiram a coesão da população portuguesa, continental e macaense («em Macau somos todos mais ou menos primos» - *O Senhor Conde*: 138). Na verdade, isto acontecia, porque estamos a falar de uns 2 ou 3% da população.

Não admira, portanto, que o autor aí encontrasse suficiente inspiração: «Arribado na década de cinquenta à então província ultramarina de Macau, fui de imediato conquistado pela cidade, pela sua maneira de viver e, principalmente pela sua gente. Fadado (ou condenado), pela sorte ou pela geopolítica, a cadinho de culturas e etnias, o minúsculo enclave acabou por ser um porto de abrigo para gente de mundos vários que aqui vieram parar por desvairadas razões: espírito de aventura e ambição pelo lucro fácil, refúgio às convulsões político-sociais da região e à loucura de uma guerra que lançara o mundo em fogo, evasão a problemas sociais ou familiares ou inútil fuga aos demónios próprios de cada um» (*Requiem para Irina Ostrakoff*: 5). Precisamente esta obra serve de prova do encontro e da mistura de raças, pois a imigração aí abordada é a dos russos brancos, chegados numa outra época.

Este facto fazia com que Macau se oferecesse ao autor como um local de pertença, de continuidade da sua aprendizagem açoriana, como terra de abertura ao conhecimento do Outro.

Paredes meias com Macau, não admira que Hong Kong figure também e recorrentemente na obra de RLC. Para as compras, passeios, jantares ou como recurso de pessoal especializado. Por exemplo, Mafalda foi a Hong Kong buscar o

arquiteto para restaurar a sua casa. Curiosamente, este era descendente de portugueses (*Requiem para Irina Ostrakoff*: 26).

Porém, Hong Kong desenha-se na obra em contraste com Macau. E esse contraste permanente, a maioria das vezes, não é nada favorável a Macau. Por exemplo, em *O Senhor Conde*, o protagonista enfrenta esse antagonismo: «Tudo lhe parecia pobre e triste, em inconsciente confronto à feérica iluminação e bulício entrevisto na fugaz passagem por Hong Kong» (pág. 519). Na verdade, para além dos seus verões serem sufocantes de calor e humidade (*Requiem para Irina Ostrakoff*: 11), ainda havia a juntar os estranhos cheiros que a cidade «suja e degradada» exalava (*id.*: 23). Mas se Hong Kong é superior a Macau em termos de desenvolvimento económico-sanitário, em termos de paisagem humana já não é assim, como veremos mais à frente.

Ora, a presença tutelar de Hong Kong, logo da cultura anglo-saxónica, pode ser entendida como a repetição das experiências dos frequentes contactos dos emigrantes açorianos com as Américas, onde, ainda hoje, o autor tem família e onde passa largas temporadas. De facto, há uma presença muito marcada na obra do autor da cultura anglo-saxónica que, sendo terceirense, ele conheceu desde sempre. Em *Ao Serviço de Sua Majestade* e em *As Rosas Brancas de Surrey*, os protagonistas são súbditos ingleses e a ação decorre maioritariamente em Inglaterra, nos Estados Unidos e nas Bermudas também (no caso da primeira obra).

Porém, deste confronto de Macau com Hong Kong, resulta a imagem da benignidade da colonização portuguesa, uma vez que a miscigenação se institui na obra como um fenómeno tipicamente português, pois a administração britânica de Hong Kong «reprovava terminantemente as ligações dos seus homens com mulheres asiáticas» (*Ao Serviço de Sua Majestade*, p. 26), ainda que tivessem sangue e nacionalidade portugueses. As relações com Hong Kong ocupam muito espaço na obra de RLC, sobretudo e precisamente no que diz respeito à miscigenação, mas também é notório na obra o desprezo dos ingleses pelos portugueses, complexos que se configuram como um motivo presente na literatura “açoriana”, e que bem poderia ser um *topos* das marcas da açorianidade na literatura.

Obviamente que a não-aceitação do Outro por parte da administração inglesa e dos súbditos de “sua majestade”, reflexo provável do medo da perda de autoridade sobre ele, serve bem de contraste com a política colonial que o autor entende ser a reinante em Macau.

Diga-se, porém, em abono da verdade, que a miscigenação só parece ser bem aceite se se der em Macau. Fora deste contexto, ela levanta problemas, embora não prejudiquem a sua consumação. É o que parece acontecer em *Os Construtores do Império*: Maria Mafalda, açoriana branca e loira, estava em vias de casar com Tarcísio, moreno macaense de olhos amendoados. Ora, esta ligação afetava a família de Mafalda, embora não a ponto de impedir o enlace. Ao contrário, a própria considerava Tarcísio um galã. Também em *Ao Serviço de Sua Majestade*, nos Estados Unidos onde viviam, na eminência de ver Detty casada com um chinês, Maggie, sua parente, propôs-se intervir, refugiando-se na desculpa de que Detty nunca seria aceite pela família dele, tradicional e muito fechada, e fazia-o «um pouco inconscientemente,



ignorando os seus próprios preconceitos, radicados na infância de macaense da primeira sociedade onde, mesmo só quanto aos homens, se admitiam as mal secretas aventuras e ligações ilícitas com chinesas, mas nunca os casamentos na igreja» (p. 384).

Curiosamente esta bondade da miscigenação de portugueses e chinesas também não funciona quando se trata de chineses, conforme parecem revelar os preconceitos étnicos do Sr. Lau «chinês puro, da etnia *han*, sem gota de sangue estrangeiro» (*O Romance de Yolanda*: 90).

Para além destas circunstâncias, o facto dos Açores, terra de origem do autor, terem uma presença explícita diminuta na obra de R.L.C., não significa que estejam dela ausentes. Na verdade, essa presença faz-se sentir, em primeiro lugar, através das personagens. Assim, logo no seu primeiro livro, aparece Maria Mafalda, que figurará em várias outras obras do autor. Ela «nascera nos Açores, ligada por laços de afinidade a uma família da pequena nobreza ilhoa, os barões de Nordela» (*Requiem para Irina Ostrakoff*: 15). O amor pelos Açores e a saudade de Mafalda pela sua terra-mãe são sublimados no restauro que ela fará da casa onde vai habitar em Macau com o marido: pinta-a de branco com persianas verde-escuro «à semelhança da casa dos pais nos Açores» (l: 26).

Em *Ao Serviço de Sua Majestade*, além da presença de Mafalda, também aparece D. Venceslau Goulart de Bettencourt, bispo de Macau, Malaca e Singapura, natural de Urzelina, S. Jorge que, segundo o autor/narrador foi «um distinto príncipe da Igreja» (p. 114). Em outra obra, figura ainda outro clérigo: «O padre Fabião, um açoriano de Urzelina, S. Jorge, trazido para o seminário em criança, por sua Excelência Reverendíssima, o então Bispo de Macau, D. Venceslau Goulart de Bettencourt» (*A Mãe*: 155). «Um padre pouco exemplar» (*idem*) tinha nula vocação religiosa mas disso «não tinha culpa, era o seu temperamento, misto de sensualidade latina e apetite flamengo, herança de algum ancestral ido da Flandres nos longínquos anos de quatrocentos, como servidor de Wilhelm Van der Hagen, o donatário da Ilha» (155).

Na segunda obra, *Os Construtores do Império*, logo nas primeiras páginas, fala-se, com uma certa ironia, nas «nossas ilhas adjacentes, tão verdes e lindas, que eles [ministros salazarentos] ainda não conheciam mas onde, todos e cada um projetavam deslocar-se na primeira oportunidade» (p. 10), retratando assim o esquecimento a que os Açores foram votados durante o Estado Novo. Quase no final dessa mesma obra, com saudade, num breve apontamento, haverá o autor de falar nas «revistas americanas da minha infância nos Açores» (p. 226), atestando assim, a influência da cultura americana na Terceira.

Mas a presença açoriana não se fazia sentir só em Macau. Também aparece referenciada nas Bermudas uma grande e ancestral colónia açoriana (*Ao Serviço de Sua Majestade*: 562), justificando assim, mais uma vez, a vocação do açoriano para construtor de impérios. Uma significativa maioria dos membros desta sociedade já tinha nascido aí (p. 566). De facto, a presença dos Açores aparece como uma marca interior, que vem do fundo da alma e que se plasma na voz de uma moça que entoa *Os Olhos Pretos* (*Ao Serviço de Sua Majestade*).

Parece-nos, contudo, que, de algum modo, os Açores são vistos com um certo olhar autocrítico: é assim que se brinca com a pronúncia de uma professora micaelense de Rabo de Peixe que, destacada em Macau, não logrou pôr os seus alunos a exprimirem-se inteligivelmente em português (*O Romance de Yolanda*: 25), o que é também a expressão da rivalidade (saudável) interilhas.

3. A experiência do Outro

Há então em RLC uma certa sedução pelo exotismo oriental ou, parafraseando Nemésio, pelas «esquisitices dos chins». Logo no *Requiem para Irina Ostrakoff*, refere-se à época da sua chegada: «assim me vim a encontrar neste pequeno mundo de gente que me fascinou: a população chinesa fervilhante e laboriosa, refugiada numa cultura milenar... a comunidade macaense, decaída de riqueza, mas continuando a exibir uma certa prodigalidade e ostentação fidalga de outros tempos melhores, a minúscula comunidade de portugueses metropolitanos, um tanto arrogantes da sua pseudopureza ariana e na posição funcional administrativa, e os demais elementos de tantas nacionalidades, etnias e culturas que, pelos azares da vida tinham vindo aportar a Macau (p. 6- "Duas palavras em jeito de prefácio").

É o próprio autor que confessa em *Os Construtores do Império*, referindo-se ainda aos anos 50, altura em que arribou a Macau, que o «trauma cultural foi grande – não tanto em relação à comunidade macaense que não divergia sensivelmente, senão para melhor, da portuguesa metropolitana – mas, naturalmente, em relação aos 98 por cento de população chinesa» (p. 181). Os portugueses que lá estavam não passavam de «aves de arribação». A maioria deles pertencia ao corpo dos funcionários superiores do Quadro comum do Ultramar» (p. 219).

Este convívio interracial tinha reflexos na moral e nos valores da comunidade: «A moral social local, quer da comunidade macaense quer ainda mais da chinesa, consentia essa liberal sofisticação de costumes, manifestação viva da interpenetração dos valores culturais da região...» (*O Senhor Conde*: 396), mas também fruto da imigração de lindas mulheres, que confundiam os olhares dos latinos, sobretudo as de Xangai. Assim, alguns dos costumes orientais eram bem sedutores para os machos lusos, que lamentavam apenas o facto de as «sucessivas Administrações Portuguesas não terem sabido aproveitar a lição de quatrocentos anos de contacto com a milenária cultura chinesa, mais antiga, mais sábia, mais realista, que admitia, na harmoniosa estrutura familiar e sob o austero império da Primeira Esposa, um número indeterminado de concubinas e até "bichas", solução muito cômoda e prática» (*Os Construtores do Império*: 137), diz o autor com não disfarçada ironia.

Várias vezes é salientada esta "liberalidade" da cultura oriental: «A interpenetração dos valores culturais das múltiplas comunidades locais, a flexibilidade dos códigos morais ou sociais do Oriente, a influência no meio macaense dos usos e costumes chineses que instituíra na Colónia o concubinato com o reconhecimento social e legal, o contacto frequente com a sexualidade liberal dos aventureiros de outros mundos e etnias... o temperamento fácil das gentes do Sueste Asiático, as noites quentes e



sensuais dos Trópicos... tinham adorado a rigidez de fachada vitoriana e marialva, da moral sexual de importação lusiada e conferido à sociedade macaísta uma tolerância e sofisticação que comportava... a admissibilidade de pequenas infrações sexuais, aventuras pré-maritais com ou sem sequência matrimonial, recatados adultérios» (*O Senhor Conde*: 214). A queda inevitável pelas belezas asiáticas, bem como a flexibilidade dos costumes sexuais funcionam assim como forte motivação para a aceitação de alguns dos costumes do Outro.

A influência do 98% da população também se fazia sentir na língua, obviamente. Figura na obra, como um dado assente, que os macaenses não dominavam bem o português. Lito, por exemplo (em *O Romance de Yolanda*), apesar de filho de português, dominava mal a língua, pois esta não era falada em casa, já que a mãe, sendo oriental, a desconhecia. Só na instrução primária é que começara a praticar a língua, de resto, sem grande sucesso, pois a professora, natural de Rabo de Peixe, não lograra fornecer um modelo correntemente aceitável da pronúncia da língua. Além da pronúncia, outras subtilidades da língua são apontadas, como, por exemplo, o uso de você, em vez de tu (*Os Construtores do Império*: 107); a simplificação da conjugação verbal, a eliminação de artigos e pronomes (como fazia Aline em *O Senhor Conde*: 193). Não obstante, a mulher do Governador em *O Senhor Conde*, «era uma acérrima defensora da implantação da língua de Camões neste tão pequenino quanto encantador rincão lusiada» (p. 125). Na verdade, o respeito pelo uso padrão da língua variava consoante a educação e o empenho de cada um. A esta regra não escapavam também os funcionários públicos (como acontecia com o oficial de diligências – *Os Construtores do Império*: 185).

Como seria espectável, alguns romances estão salpicados de palavras orientais e, obviamente de algumas importadas do Patuá, mas, mais correntemente, também de muitas palavras e mesmo frases completas inglesas (da convivência com Hong Kong). As expressões chinesas utilizadas ou as do Patuá vêm explicadas em notas ou em glossário, como em a *IV Cruzada*, o que é também uma forma de recuperar um pouco da «doce *papiaçam maquista*, o dialeto musical», como o autor lhe chama em *O Senhor Conde* (p. 330).

Mas o inglês tem uma presença muito importante na obra. De resto, não é só a língua que seduz o autor e as suas personagens, mas também o modo de vida dos britânicos, pois «a generalidade dos macaenses, alimentava uma nem sempre discreta simpatia e admiração pelas *things British*» (*O Sr. Conde*: 130). Mais adiante se diz ser o inglês a língua franca da região (p. 331). Evidentemente que o facto da ação de algumas obras se passar em países anglo-saxónicos e/ou de algumas personagens serem falantes do inglês torna essa presença mais justificável.

O Outro é assim também o britânico. E os britânicos impõem-se. Diferentes, muito embora, até porque, todos sabiam que «os britânicos eram pessoas sérias. Nos negócios, na política e no humor. Principalmente no humor» (*Ao serviço de Sua Majestade*: 5). Daí a sedução pela colónia britânica: «Hong Kong fornecia o modelo para a Administração, os hábitos, os gostos, as maneiras, o desporto, as bebidas, os *tweeds* e o corte de casaco de caxemira» (Surrey: 174). Fruto de uma bem-pensada

política que levava a que o *British Colonial Service*, «antes de colocar os mais prometedores candidatos à administração ultramarina» (pp. 5-6) os mandasse aprender as línguas e culturas das colónias a que se destinavam, sendo Macau, nas décadas de 20 e 30, o local escolhido para a aprendizagem da língua e cultura chinesas, leia-se, a cantonense, obviamente, local onde também «a desenvoltura, a camaradagem sadia, o *savoir-faire* dos britânicos temperavam o entusiasmo, a malícia e o marialvismo lusiada» (Sua majestade: 11).

Em relação à vida em Macau, é, sobretudo, à alimentação que o autor mais atenção presta. Por um lado, informa-nos, quase voluptuosamente, sobre a diversificada culinária macaense, especificidades e designação, como por exemplo, sobre as sobremesas. Em *O Senhor Conde*, uma das personagens (Kate) explica que não sendo comparáveis às europeias, ainda assim são notáveis, como, a bebinca, o bolo menino (mais próprio para chá), os genetes, o aluá, o ladú, a jagra-d'ovos (p. 221). Por outro lado, denuncia, com idêntico prazer a excentricidade da comida chinesa: «as holotúrias, as barbatanas de tubarão, as patas de pato, os cogumelos orelhas de rato, e por último, o caldo doce de feijão» (p. 52).

Outra das diferenças culturais abordadas são os intermináveis jantares chineses (*Os Construtores do Império*: 65), pois «em Macau nenhum acontecimento social digno desse nome dispensa o conforto do estômago» (p. 189). E não resiste à tentação de anotar que, acabados os piqueniques, as garrafas e embalagens são lançadas ao chão, os restos de comida são aproveitados. Na verdade, depois de uma festa, os convidados arrebanhavam «os restos da fruta e dos doces chineses em saquinhos de papel disponibilizados para o efeito» (*ib.*: 89). No campo das diferenças culturais, certamente que, a que mais o surpreende, é o facto de, finda a refeição de os convivas não dispensarem «o arroto digestivo e cerimonial» (*Os Construtores do Império*: 189) ou o «arroto digestivo e dietético» (*O Romance de Yolanda*: 166).

Muitos destes costumes acabam por ganhar foros de cidadania. Assim, é com o conceito oriental de salvar a face (*Os Construtores do Império*: 141) que, aliás, acaba também por se tornar importante para os ingleses, de tal maneira que se torna «crucial mesmo, na sociedade da Colónia (Hong Kong) (*Ao Serviço de Sua Majestade*: 139). Tal como esse outro de conferir face que acaba por transformar a vida numa feira de vaidades, pois a vivenda em que se habita, o carro que se conduz são o meio para se conseguir esse atributo. Devido às reduzidas dimensões do território, esta necessidade torna-se mais premente ainda em Macau (*O Romance de Yolanda*: 92).

Obviamente que nem todos os costumes são vistos da mesma maneira, daí que haja alguns que não foram incorporados. Percebemos que a estranheza de alguns deles é notório. Como, por exemplo, a presença de escarradores por todo o lado, até nos restaurantes, censurada por portugueses, desejada por chineses, verificável logo na sua primeira obra (p. 37). Assim, o senhor Yau Yee, que sofria de catarro crónico, não «compreendia por que estranha razão os ocidentais não disponibilizavam recipientes próprios para o efeito, como avisadamente faziam os chineses» (*Os Construtores do Império*: 175).



Hábitos apenas, observados, não julgados, próprios de uns, diferentes dos outros, como os rituais de morte (hábito de ir «prestar três “bate-cabeças” ao falecido e o singelo à família enlutada» - *O Senhor Conde*: 517); costumes que fazem sorrir o Outro, como o hábito do beija-mão europeu que, estranhado por Siu-Fá (*O Senhor Conde*) o levou a achar que se estava a cheirar a mão; costumes irónicos, como a abundância de produtos da contrafação local (*O Romance de Yolanda*: 80), ou apenas um *qui pro quo* como é o problema da altura que levava o Sr. Yau Yee a sentir-se desconfortável nas cadeiras portuguesas, demasiado altas para que os seus pés chegassem ao chão (C.I.: 175).

4. Conclusão

Em contacto com uma maioria oriental, os europeus chegados a Macau, sobretudo os portugueses, adotaram os hábitos daqueles, nos aspetos que não chocavam com a sua própria idiossincrasia. Na verdade, a compreensão, a aceitação do Outro, passa pela incorporação de algumas das suas características na cultura do Mesmo, aquelas que, num dado momento, mais necessárias são para a sua coesão e mesmo para a sua sobrevivência.

Esses costumes partilhados acabaram mesmo por moldar o carácter macaense. Assim é, por exemplo, em relação à seriedade com que os orientais encaram “as coisas” do dinheiro. Esta atitude acabou por contagiar o macaense (*O Senhor Conde*: 185), bem como a observação da necessidade de salvar a face ou de se habituar aos longos repastos orientais.

Por causa desta integração, Macau era «um pequeno paraíso onde um cidadão podia viver em paz e dar largas à sua imaginação comercial, ao seu dinamismo e iniciativa empresarial» (*O Romance de Yolanda*: 93). Diria António José Saraiva que: «Os mitos históricos são uma forma de consciência fantasmagórica com que um povo define a sua posição e a sua vontade na história do mundo» (1982: 118).

Findo o Império, diríamos que ficou em Rodrigo Leal de Carvalho um certo desencanto, porque o mito não foi cumprido, porque os “construtores do Império” estiveram sempre mais preocupados com o culto da beleza da mulher asiática ou macaense, do que com a sua missão institucional. Ainda assim, ressalta da sua visão, a tendência que o português sempre teve para a miscigenação, o apreço pela beleza e sensualidade da mulher asiática ou euroasiática, o prazer na sua companhia e tudo isto em flagrante contraste com os britânicos construtores de império, que apesar de usar os favores sexuais das asiáticas, não nutriam por elas qualquer vontade de deixar descendência ou de com elas virem a casar (*As Rosas Brancas de Surrey*).

Se bem que RLC tenha situada a maioria da ação dos seus romances no longínquo Oriente, a verdade é que a sua visão do Outro é marcada pela sua “açorianidade” (aqui empregue no sentido de ter ele nascido e ter sido criado nos Açores). Desde logo, na sua obra, sobressaem quatro *topoi*: a emigração ou migração, de que o próprio autor é um ótimo exemplo, mas que marcam a vida de muitas personagens das diferentes obras; a tolerância e abertura ao Outro, logo, a capacidade de adaptação; a

miscigenação; o fascínio pela cultura anglo-saxónica e a consciência da pressão, do domínio que esta exerce sobre a portuguesa.

Não sendo motivos obrigatoriamente açorianos, podemos dizer que eles se configuram como tipicamente açorianos e, se é a emigração o mais apontado deles, na verdade, os outros três não deixam de ser importantes na construção da representação que o autor faz da sua própria condição de açoriano, mas também da representação do açoriano no mundo que o nosso imaginário construiu, a partir de histórias de vida, da literatura, dos textos jornalísticos.

Mas, sendo um autor açoriano, se não há uma presença explícita dos Açores muito relevante na obra, a verdade é que sempre que o narrador coincide(?) com o autor, através da presença do “eu”, os Açores estão lá também presentes.

Ora, se acreditamos, conforme temos defendido várias vezes, que os autores não devem ser confinados a regionalismos literários, dado que essa confinamento os pouca, também defendemos que nada justifica que se excluam dessa regionalização outros autores só porque, aparentemente, não recorrem a lugares-comuns literário que se convencionaram balizá-la. Cremos ter dado mais um exemplo flagrante de como pode ser falaciosa a regionalização da literatura.

Bibliografia:

- Carvalho, R. L. (1993). *Requiem para Irina Ostrakoff*. Macau: Livros do Oriente.
Carvalho, R. L. (1994). *Os construtores do Império*. Macau: Livros do Oriente.
Carvalho, R. L. (1996). *A IV Cruzada*. Macau: Livros do Oriente.
Carvalho, R. L. (1996). *Ao Serviço de Sua Majestade*. Macau: Livros do Oriente.
Carvalho, R. L. (1999). *O Senhor Conde e as Suas Três Mulheres*. Macau: Livros do Oriente.
Carvalho, R. L. (2000). *A Mãe*. Macau: Livros do Oriente.
Carvalho, R. L. (2005). *O Romance de Yolanda*. Macau: Livros do Oriente.
Carvalho, R. L. (2007). *As Rosas Brancas de Surrey*. Macau: Livros do Oriente.
Azevedo, C. C. (2010). *O Lúdico na História do Oriente Português*. Macau: Instituto Politécnico.
Kaufmann, J-C. (2005). *A invenção de si*. Lisboa: Instituto Piaget.
Laborinho, A. P. (1993). *Requiem por Irina Ostrakoff*. *Revista de Macau*. Fevereiro 1993, pp. 57-62.
Expresso. Entrevista de José Pedro Castanheira, disponível em 02/02/2011 em:
Machado, A. M. (1983). *O mito do Oriente na Literatura Portuguesa*. Lisboa: ICALP.
Saraiva, A. (1982). *A Cultura em Portugal — Teoria e História, Livro I — Introdução geral*, Lisboa, Livraria Bertrand.
Tribuna de Macau, nº 3287 (nova série), sexta-feira, 9 de outubro de 2009.

**4. CAETANO VALADÃO SERPA, ESCRITOR, EUA**

Caetano Valadão Serpa, Ph. D. Investigador, professor e escritor, doutorado em História na Universidade Gregoriana de Roma, Itália, especializado em Psicologia de Aconselhamento na *Lesley University* e em Técnicas de Mediação na *Harvard University, Cambridge, Massachusetts*.

“Professor de Português, Língua e Cultura, na *University of Massachusetts at Boston*. Professor convidado pelo Departamento de Estudos Ibéricos e Latino Americanos começou com uma dúzia de estudantes, hoje, o departamento conta com cerca de 350.

Autor de várias obras literárias incluindo a *Gente dos Açores*, um dos três primeiros livros em língua portuguesa selecionados pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos para transcrição em Braille.

Outros títulos, *Guiomar*, já traduzida para inglês e *Gente Sem Nome*, ambas de temática emigrante. Por fim, *Uma Pessoa Só é Pouca Gente*, versando a temática religiosa do nosso tempo, especificamente, o celibato eclesiástico, o papel da mulher na Igreja Católica e a linguagem sexista na literatura e cultura portuguesas.

Neste momento, *Uma Pessoa Só é Pouca Gente* está a ser traduzida para inglês e também a ser objeto de estudo numa tese de doutoramento numa universidade da Nova Zelândia.

Foi diretor do Projeto Família - Educação, programa sistemático de formação familiar e escolar destinado a dar resposta à problemática atual da família e da escola e ao relacionamento criança/jovem-adulto.

Na sequência do lecionamento de uma cadeira em *Child Moral Development*, no *Cambridge College, Cambridge*.

Liderou o primeiro e único Congresso dos Portugueses nos EUA, realizado na Harvard University, 1973, como Presidente da Comissão Organizadora.

Foi presidente da *Cambridge Organization of the Portuguese Americans (COPA)*, atualmente, *MAPS (Massachusetts Organization of Portuguese Speakers)* e presidiu à Primeira Comissão Eleitoral do consulado Geral de Portugal em Boston, após o 25 de abril. Colaborador de vários jornais e revistas, orador e conferencista."

Publicações:

A GENTE DOS AÇORES, (1978) Prelo Editora, Lisboa, Portugal.

GUIOMAR, (1990) Edição do Gabinete de Emigração, Angra do Heroísmo,

GENTE SEM NOME, (1994) Jornal de Cultura, Ponta Delgada, Açores.

GUIOMAR, (1996) English Edition, Portuguese Continental Union, Boston, Mass.

UMA PESSOA SÓ É POUCA GENTE, (2000) Edição Salamandra, Lisboa, 2011 In Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. Calendário de Letras / AICL, VN de Gaia

TEMA 1.3.2. LINGUAGEM NÃO SEXISTA, Caetano Valadão Serpa, Ph.D. University of Massachusetts at Boston, U.S.A.

Linguagem sexista é o uso abusivo do género masculino das palavras na perspetiva do homem em detrimento da mulher, ignorando ou desconhecendo, inconsciente ou conscientemente, a presença e participação da mulher a todos os níveis da atividade humana.

A linguagem como veículo primário de comunicação não pode continuar a ignorar a mulher na sua dignidade primordial de mãe, esposa, irmã e profissional, educadora, médica, advogada, filantropa.

A mulher tornou-se indispensável ao progresso global e nacional, sem ela não há soluções possíveis para qualquer problema.

Porque será que a língua portuguesa, na sua expressão falada e escrita, rudemente, ignora a mulher?

E grande parte das mulheres nem se opõe! Talvez, com receio de ser alcunhada de feminista, labelo depreciativo.

É tempo da língua portuguesa levantar a burca da linguagem sexista quando se refere à mulher e reconhecer a presença feminina, sem omissões nem desculpas.

5. CHRYS CHRYSTELLO, AICL - AÇORES, AUSTRÁLIA

Chrys CHRYSTELLO (n. 1949) não só acredita em multiculturalismo, como é um exemplo vivo do mesmo: Nasceu no seio duma família mesclada de Alemão, Galego-Português (942 AD) e Brasileiro do lado paterno e Português e marrano do materno. Publicou em 1972 (aos 22 anos) o seu primeiro livro “Crónicas do Quotidiano Inútil” (vol. 1 poesia).

Foi para Timor integrado no exército colonial português em 1973 onde foi Editor-Chefe do jornal local (A Voz de Timor) em Díli, enquanto em Portugal a Revolução dos Cravos (abril 1974) destronava uma ditadura velha de 48 anos.



Depois, radicar-se-ia em Sydney (mais tarde Melbourne) como cidadão australiano onde viveu até 1996.

Começou a interessar-se pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor.

Desde 1967 dedicou-se sempre ao jornalismo (rádio, televisão e imprensa escrita). Durante décadas escreveu sobre o drama de Timor Leste enquanto o mundo se recusava a ver essa saga.

De 1976 a 1982 desempenhou funções executivas como Economista, Chefe da Divisão de Serviços Administrativos da Companhia de Eletricidade de Macau.

Ali, foi Redator, Apresentador e Produtor de Programas para a ERM/ Rádio 7/Rádio Macau/TDM e RTP Macau.

Durante os anos na Austrália esteve envolvido nas instâncias oficiais que definiram a política multicultural daquele país.

Foi Jornalista no Ministério do Emprego, Educação e Formação Profissional e Ministério da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários; tendo sido Tradutor e Intérprete no Ministério da Imigração e no de Saúde (Nova Gales do Sul).

Divulgou a descoberta na Austrália de vestígios da chegada dos Portugueses (1521-1525, mais de 250 anos antes do capitão Cook).

Igualmente difundiu a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (há quatro séculos).

Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators & Interpreters), Chryslacionou em Sidney na Universidade UTS, Linguística e Estudos Multiculturais a candidatos a tradutores e intérpretes.

Durante mais de vinte anos, foi responsável pelos exames dos candidatos a Tradutores e Interpretes na Austrália (NAATI National Authority for the Accreditation of Translators & Interpreters). Foi Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council (UTS Universidade de Tecnologia de Sidney).

É *Mentor* dos finalistas de Literatura da ACL (Association for Computational Linguistics, Information Technology Research Institute) da University of Brighton no Reino Unido e *Revisor* (Translation Studies Department) da Universidade de Helsínquia, Consultor do Programa REMA da Universidade dos Açores.

Membro do Conselho Consultivo do MIL

Como jornalista, publicou milhares de trabalhos em jornais e revistas. Nas últimas duas décadas, como conferencista, apresentou temas de linguística e literatura em conferências (Austrália, Portugal, Espanha, Brasil, Canadá, etc.).

Foi Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council, na UTS Universidade de Tecnologia de Sidney (1999-2005).

Tem inúmeros trabalhos publicados em jornais e revistas académicas/científicas, e apresentou temas de linguística e literatura em conferências em países como a Austrália, Portugal, Espanha, Brasil, Canadá, Macau (China) etc..

Em 1999, publicou em livro a sua tese de MA, o Ensaio Político "Timor Leste: o dossiê secreto 1973-1975", esgotado ao fim de três dias.

Em 2000 publicou (eBooks) a monografia "Crónicas Austrais 1976-1996".

Em 2005 compilou e publicou o "Cancioneiro Transmontano 2005" e publicou (eBooks DVD) outro volume dos seus contributos para a história "Timor-Leste vol. 2: 1983-1992, *Historiografia de um Repórter*" (> 2600 pp., edição de autor CD).

Entre 2006 e 2010, traduziu, entre outras, as obras de autores açorianos para Inglês, nomeadamente de Daniel de Sá (Santa Maria ilha-mãe, O Pastor das Casas Mortas) e de Manuel Serpa (As Vinhas do Pico), Victor Rui Dores "Ilhas do Triângulo, coração dos Açores (numa viagem com Jacques Brel) "; "São Miguel: A Ilha esculpida" e a "Ilha Terceira" também de Daniel de Sá.

Em 2011 traduziu a Antologia Bilingue de Autores Açorianos Contemporâneos e iniciou a tradução da obra "Uma pessoa só é pouca gente" de Caetano Valadão Serpa

Considera como momento marcante da sua vida uma Palestra proferida na ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS em 29 de março de 2010 juntamente com Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia, presidida pelo então Presidente da ABL, Marcos Vilaça.

Em março 2009 publicou o 1º volume da trilogia "*Crónica Açores: uma Circumnavegação, De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores.*" cronicando as suas viagens em volta do mundo. Esgotada a edição impressa, em 2010 colocou-o em linha (online) para livre utilização em <http://www.scribd.com/doc/39955110>

Em 2011 publicou o segundo volume da trilogia *Crónica Açores*: (ed. Calendário de Letras).

Mantém o interesse no ensino de tradução, multiculturalismo e Inglês.

Organiza desde 2001-2002, os Colóquios Anuais da Lusofonia (Porto, Bragança, Lagoa (São Miguel), Vila do Porto (Santa Maria, Açores), Brasil e Macau.

É Editor dos CADERNOS (DE ESTUDOS) AÇORIANOS, publicação trimestral (PDF) em linha, coordenada por Helena Chrystello e Rosário Girão.

Prepara um volume especial de poesia "Crónica do Quotidiano Inútil" a assinalar os 40 anos de vida literária em 2012.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

TEMA 1.1 A LÍNGUA PORTUGUESA EM TEMPO DE CRISE CRISE DE IDEIAS - MANIFESTO 2012 AICL, CHRYS CHRYSTELLO, AICL

RESUMO

Em minha opinião, a crise do país é mais do que tudo uma crise de ideias, de líderes, de pensadores e intelectuais, aliada ao capitalismo selvagem, dito neoliberalismo, que desde os anos 90 vem tomando dos meios de produção globais e manipulando os governos do mundo ocidental. O país precisa de mais de se servir dos seus "sages" para usar um termo francês em vez do mais habitual pensadores ou filósofos que não incluiria todos os que pretendo incluir. Um conselho de sábios, por assim dizer seria aquilo que o país necessita para vencer a crise e sairmos da podridão da partidarite



viciada em cunhas, nepotismo e esquemas. Teríamos depois, de estabelecer consensos alargados e um plano de mudança e ação a muito longo prazo e buscar a força e iniciativa dos mais jovens para as levar a cabo. Não devemos deixar que Portugal se perca na sua atual insignificância quando grande parte da sua história foi feita de grandes homens que se sobrepuseram, pela sua visão, a gerações de séculos de Velhos do Restelo. São estes que hoje guiam os nossos filhos e netos para uma subserviência e dependência total ao grande capital internacional sem esperanças de uma vida melhor. Trata-se de um retrocesso ao pior da Grande Revolução Industrial ou rumo a uma criação de novos servos da gleba, automatizados, controlados e vigiados, mas sobretudo intelectualmente deficientes.

Gostava de vos dizer que, em minha opinião, a crise do país é mais do que tudo uma crise de ideias, de líderes, de pensadores e intelectuais, aliada ao capitalismo selvagem, dito neoliberalismo, que desde os anos 90 vem tomando dos meios de produção globais e manipulando os governos do mundo ocidental.

O país precisa de mais de se servir dos seus “sages” para usar um termo francês em vez do mais habitual pensadores ou filósofos que não incluiria todos os que pretendo incluir. Um conselho de sábios, por assim dizer seria aquilo que o país necessita para vencer a crise e sairmos da podridão da partidarie viciada em cunhas, nepotismo e esquemas. Teríamos depois, de estabelecer consensos alargados e um plano de mudança e ação a muito longo prazo e buscar a força e iniciativa dos mais jovens para as levar a cabo.

Não devemos deixar que Portugal se perca na sua atual insignificância quando grande parte da sua história foi feita de grandes homens que se sobrepuseram, pela sua visão, a gerações de séculos de Velhos do Restelo. São estes que hoje guiam os nossos filhos e netos para uma subserviência e dependência total ao grande capital internacional sem esperanças de uma vida melhor. Trata-se de um retrocesso ao pior da Grande Revolução Industrial ou rumo a uma criação de novos servos da gleba, automatizados, controlados e vigiados, mas sobretudo intelectualmente deficientes.

A receita universalmente seguida é a da ignorância, em que quase todos hoje vivem, aliviada com um voyeurismo exacerbado em Big Brother e quejandos, e outras telenovelas da vida real que a TV projeta incessantemente nas horas poucas de lazer. Acrescentemos a esta fórmula mágica o entorpecimento futebolístico que ajuda a exacerbar paixões e ventilar frustrações recalçadas e temos o caldo mágico para as gerações futuras.

Um sistema educacional e cultural forte seria a base para partirmos para o futuro em que ainda acreditamos. Temos alguns exemplos de gente excecional, mas infelizmente a grande maioria emigrou e faz carreira no estrangeiro porque este país só apoia a mediocridade. Tratou-se de alunos que se não contentaram com a mediocridade do ensino e brilharam sem se deixarem enredar na modorra anquilosante dos que os governam. É esta situação de exceção que nos traz algumas esperanças.

A minha geração e, antes dela, a dos nossos patronos foi criada na certeza de que nada era fácil nem havia almoços grátis. Havia trabalho, muito e mal pago, e a réstia de esperança de que este fosse reconhecido pois todas as promoções eram a pulso na longa escalada que encetámos. Assim, essa geração subiu a novos patamares à custa de trabalho, esforço, estudo e aprendizagem contínua. Tínhamos coisas sagradas a que chamávamos princípios e ética. Líamos, debatíamos, estudávamos e continuávamos a aprender toda a vida. Nada era fácil. Hoje constata-se o que foi feito nas últimas duas décadas para destruir o tecido escolar, com a facilitação extrema apenas para falsificar estatísticas, programas especialmente elaborados para ninguém ficar para trás, uma redução substancial da quantidade e conteúdo de matérias a aprender, o lento esquecimento a que a História foi votada porque os nossos antepassados eram politicamente incorretos, a marginalização da Filosofia porque poderia levar os jovens a pensar e os maus tratos dados à Língua Portuguesa.

Temos hoje uma vasta gama de professores incultos, e a maioria dos alunos analfabetos funcionais incapazes de compreender ou debater o que leem. Os autores que estudamos foram substituídos para que hoje fosse quase impossível criar uma geração filológica-linguística como a do Cenáculo ou até mesmo compreender esse fenomenal, extraordinária e inexplicável centro de espírito e de estudo, de fantasia, de ideias numa sociedade banal como era a de Lisboa naquela época. O Cenáculo era uma reunião permanente de jovens em casa de Antero, dia e noite, todos tinham ali os seus melhores livros, notas, provisões de princípios e de tabaco. Cada um deles possuía conhecimentos profundos sobre, pelo menos, uma das ciências base que são a matriz do conhecimento: física, química, matemáticas, filosofia, direito, história e linguística.

Quando Antero regressa do estrangeiro pleno de ideias e leituras novas é como que a vinda do Rei Artur à Corte de Camelot e daí nasceram as Conferências do Casino, cheias de cultura europeia, de fervor revolucionário, da romanesca efervescência intelectual e sentimental. Essa geração de jovens tentou trazer algo de novo e bom à nossa cultura, debatendo o Estado da Nação. As Conferências do Casino podem considerar-se um manifesto de geração. Perdoem esta curta digressão para vos explicar o que pretendo. Denominam-se assim por terem tido lugar numa sala alugada do Casino Lisbonense e foram uma série de cinco palestras realizadas em Lisboa no ano de 1871 pelo grupo do Cenáculo formado, por sua vez, pelas mesmas pessoas, que constituem a Geração de 70. Antero é o grande impulsionador desde 1868, iniciando os outros membros do grupo em Proudhon. A 18 de maio 1871 foi divulgado o manifesto, já anteriormente distribuído em prospectos, e que foi assinado pelos doze nomes que tinham intenções organizadoras destas Conferências Democráticas.

22 de maio de 1871

A 1ª Conferência: "O Espírito das Conferências", proferida por Antero de Quental consistiu num desenvolvimento do programa previamente apresentado. Antero referiu-se à ignorância e indiferença que caracterizava a sociedade portuguesa, falando da repulsa do povo português pelas ideias novas e na missão de que eram incumbidos os "grandes espíritos" e que



consistia na preparação das consciências e inteligências para o progresso das sociedades e resultados da ciência. Para Antero o ponto fulcral seria a Revolução, o seu conceito, que define como um conceito nobre e elevado. A conclusão da palestra termina com o apelo às "almas de boa vontade" para meditar em nos problemas que iriam ser apresentados e para as suas possíveis soluções.

27 de maio de 1871

2ª Conferência: "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos" também proferida por Antero. Em primeiro lugar Antero julga a História, como uma entidade, o juízo moral, social e político. Em seguida enumera e discute as causas da decadência. Aponta o Absolutismo, a Monarquia Absoluta que constituía a "ruína das liberdades sociais", o centralismo imperialista que coartara as liberdades nacionais, rumo a uma cega submissão; por fim, o desenvolvimento de hábitos prejudiciais de grandeza e ociosidade que conduziram ao esvaziamento de população de uma nação pequena, substituindo o trabalho agrícola pela procura incerta de riqueza, a disciplina pelo risco, o trabalho pela aventura. Para Antero a solução destes problemas seria:

" (...) a ardente afirmação da alma nova, a consciência livre, (...), a filosofia, a ciência, e a crença no progresso, na renovação incessante da humanidade pelos recursos inesgotáveis do seu pensamento, sempre inspirado. (...) a federação republicana de todos os grupos autonómicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal (...) à inércia industrial oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo, e para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea (...), organizada de uma maneira solidária e equitativa..."² A conclusão insere uma dimensão progressista, a instauração de uma revolução, a ação pacífica, a crença no progresso inspirado na moralização social (Proudhon), num tom idealista e retórico.

5 de junho de 1871

3ª Conferência: "A Literatura Portuguesa" proferida por Augusto Soromenho, professor do Curso Superior de Letras que faz uma crítica aos valores da literatura nacional. Cita a negação sistemática dos valores literários nacionais, excetuando escritores como Luís de Camões, Gil Vicente e poucos mais. Tem a sua vertente revolucionária ao inculcar a ideia de que a literatura portuguesa deverá ter caráter nacional mas pautada por valores universais. O modelo e guia desta renovação salvadora da literatura nacional seria Chateaubriand, com o conceito de Belo absoluto como ideal da literatura, constituindo esta um retrato da Humanidade na sua totalidade.

12 de junho de 1871

4ª Conferência: "A Literatura Nova ou o Realismo como Nova Expressão de Arte" por Eça de Queirós salientou a necessidade de se operar uma revolução na literatura. A revolução é um facto permanente, porque manifestação concreta da lei natural de transformação constante, e uma teoria jurídica, pois obedece a um ideal, a uma ideia. É uma influência proudhoniana. O espírito revolucionário tem tendência a invadir todas as sociedades modernas, afirmando-se nas áreas científica, política e social. A revolução constitui uma forma, um mecanismo, um sistema, que também se preocupa com o princípio estético. O espírito da revolução procura o verdadeiro na ciência, o justo na consciência e o belo na arte. A arte, nas sociedades, encontra-se ligada ao seu progresso e decadência e o artista sob a influência do meio, dos costumes do tempo, do estado dos espíritos, do movimento geral... Foca ainda as relações da literatura, da moral e da sociedade. A arte deve visar um fim moral, auxiliando o desenvolvimento da ideia de justiça nas sociedades. Fazendo a crítica dos temperamentos e dos costumes, a arte auxilia a ciência e a consciência.

19 de junho de 1871

5ª Conferência: "A Questão do Ensino" proferida por Adolfo Coelho traça o quadro desolador do ensino em Portugal, mesmo o superior, através da História. A solução proposta passa por uma mais ampla liberdade de consciência. Para Adolfo Coelho do Estado nada havia a esperar. Tomando isto em consideração, o remédio seria apelar para a iniciativa privada, para que esta difundisse o verdadeiro espírito científico, o único que beneficiaria o ensino.

26 de junho de 1871

Quando Salomão Saragga se preparava para realizar a sua Conferência "História Crítica de Jesus", o Governo, mandou encerrar a sala do Casino Lisbonense e proibir as Conferências. No mesmo dia Antero redige um protesto no café Central, hoje Livraria Sá da Costa.

Vivemos hoje uma encruzilhada como a da Geração de 1870 e das Conferências do Casino, sendo a enumeração de problemas bem semelhante à de então. Embora maioritariamente preocupados com os aspetos mais vastos da Língua Portuguesa, linguística, literatura, história, também nós constituímos um grupo heterogéneo unidos apenas naquilo que nos é comum, a língua de todos nós. A nossa língua configura o mundo, sem esquecer porém que Wittgenstein disse que o limite da nossa nacionalidade é o limite do nosso alcance linguístico.

Os Colóquios são uma prova insofismável de que tudo é possível com custos mínimos desde que se dê liberdade às pessoas para criarem no seio da nossa associação projetos com os quais se identifiquem e que se destinam a pensar e debater amplamente, de forma científica, a nossa fala comum: a Língua Portuguesa de forma conducente ao reforço dos laços entre os lusofalantes – no plano linguístico, cultural,

² QUENTAL, Antero de, 2ª Conferência: *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Casino Lisbonense, 27 de maio de 1871 in MEDINA, João, *Eça de Queiroz e a Geração de 70*, Lisboa, Ed. Moraes, 1980, 1ª ed., pp. 157-158.



social, económico e político – na defesa, preservação, ensino e divulgação da língua portuguesa e todas as suas variantes.

Em defesa da Lusofonia, defendemos a nossa identidade como pessoas e povos, e em prol da variada língua comum com todas as suas variantes e idiossincrasias, impedindo que outras culturas e outros povos nos dominem cultural, económica ou politicamente, como alguns, ostensiva e claramente, defendem.

É aqui no nosso seio de oradores, patronos e patronos especiais como os que aqui temos hoje, que nos podemos afirmar como plataforma de arranque de uma congregação de um Conselho de Sábios e de jovens cultos e dinâmicos para pensar e agir rumo ao futuro sem nos deixarmos abater pelo negativismo da crise que visa embotar a nossa capacidade de realização. Resumidamente foi isto que os colóquios fizeram ao longo de uma década, numa prova da vitalidade que a sociedade civil atuante pode ter quando se congregam vontades e esforços de tantos académicos e investigadores como aqueles que hoje dão vida aos nossos projetos.

Resta apenas que todos os que aqui estão se juntem à AICL – Colóquios da Lusofonia para fazermos chegar o nosso MANIFESTO a toda a gente e aos governos dos países de expressão portuguesa e que este sirva de ponto de partida para o futuro que ambicionamos e sonhamos. Com a vossa ajuda e dedicação muito mais podemos conseguir como motor pensante da sociedade civil.

Para terminar interrogamos - Quanto vale um idioma? Se a língua portuguesa estivesse numa prateleira de supermercado, estaria num nicho de luxo ou esquecida em um canto, para promoção de minimercado? Estamos acostumados a medir o valor económico dos objetos a que um idioma dá nome, e não do idioma em si. Um recente estudo solicitado pelo Instituto Camões ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Portugal, encarou o desafio de medir essa grandeza, e revela que 17% do PIB do país equivale a atividades ligadas direta ou indiretamente à língua portuguesa.

-É um percentual interessante e até conveniente, por ter ficado ligeiramente acima do que se apurou na Espanha relativamente ao espanhol (15%) - analisa Carlos Reis, da Universidade de Coimbra, professor visitante da PUC-RS e um dos fundadores da Universidade Aberta em Portugal, da qual foi reitor até julho passado.

O índice leva em conta a importância relativa da comunicação e da compreensão em campos de atividades económicas. Privilegia, assim, relações económicas que exigem uma dada língua. E descarta atividades que podem ser executadas por trabalhador de outra nacionalidade ou competência linguística. Por essa lógica, ramos como ensino, cultura e telecomunicações seriam celeiros automáticos de atividades em que a língua é fulcral. Além das "indústrias da língua", há as ligadas a fornecedores de produtos em português, como a administração pública, e as que têm forte conteúdo de língua, como o setor de serviços, ou a que induz maior conteúdo de língua para a economia como um todo, da indústria de papel à de eletrodomésticos.

Por último, o peso de processos em que o conteúdo de uma língua tem predomínio menor ou só relativo, ainda assim enquanto fazem brotar impérios no próprio circuito de trocas de um idioma.

No Brasil, é o que ocorreria, por exemplo, à extração de petróleo e de minérios, ou ao agronegócio. Apesar de o estudo não visar o Brasil, a pesquisa indica que o fenómeno se repete em coeficientes aplicáveis aos países lusófonos. Línguas com muitos utilizadores fornecem mercado maior para bens culturais.

O crescimento sustentado da última década fez o gigante da língua portuguesa saltar aos olhos globais. O Brasil virou protagonista das relações comerciais mantidas entre países lusófonos, mercado que movimenta um Produto Interno Bruto que passou de US\$ 1,9 mil milhões em 2009 para US\$ 2,3 mil milhões em 2010, diz o Banco Mundial. Já o PIB dos imigrantes de língua portuguesa em outros países gira em US\$ 107 mil milhões (2009).

A diferença entre os países pobres e os ricos não é a idade do país. Isto está demonstrado por países como o Egito, que têm mais de 5.000 anos, e são pobres. Por outro lado, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, que há 200 anos eram inexpressivos, hoje são países desenvolvidos e ricos. A diferença entre países pobres e ricos também não reside nos recursos naturais disponíveis. O Japão, possui um território limitado, 80% montanhoso, inadequado para a agricultura e para a criação de gado, mas é a segunda economia mundial. O Japão é uma imensa fábrica flutuante, que importa matéria-prima do mundo inteiro e exporta produtos manufaturados. Outro exemplo é a Suíça, que não planta cacau, mas tem o melhor chocolate do mundo. No seu pequeno território, cria animais e cultiva o solo apenas durante quatro meses ao ano. No entanto, fabrica laticínios da melhor qualidade. É um país pequeno que passa uma imagem de segurança, ordem e trabalho, pelo que se transformou no cofre-forte do mundo. No relacionamento entre gestores dos países ricos e os seus homólogos dos países pobres, fica demonstrado que não há qualquer diferença intelectual.

A raça, ou a cor da pele, também não são importantes: os imigrantes rotulados como preguiçosos nos seus países de origem, são a força produtiva dos países europeus ricos. Onde está então a diferença? Está no nível de consciência do povo, no seu espírito. A evolução da consciência deve constituir o objetivo primordial do Estado, em todos os níveis do poder. Os bens e os serviços, são apenas meios...

A educação (para a vida) e a cultura ao longo dos anos, deve plasmar consciências coletivas, estruturadas nos valores eternos da sociedade: moralidade, espiritualidade, e ética. Solução-síntese: transformar a consciência do Português. O processo deve começar na comunidade onde vive e convive o cidadão. A comunidade, quando está politicamente organizada em Associação de Moradores, Clube de Mães, Clube de Idosos, etc., torna-se um micro estado. As transformações desejadas pela Nação para Portugal, serão efetuadas nesses microestados, que são os átomos do organismo nacional – confirma a Física Quântica. Ao analisarmos a conduta das pessoas nos países ricos e desenvolvidos, constatamos que a grande maioria segue o paradigma quântico, isto é, a prevalência do espírito sobre a matéria, ao adotarem os seguintes princípios de vida:



1. A ética, como base;
2. A integridade;
3. A responsabilidade
4. O respeito às leis e aos regulamentos;
5. O respeito pelos direitos dos outros cidadãos;
6. O amor ao trabalho;
7. O esforço pela poupança e pelo investimento;
8. O desejo de superação;
9. A pontualidade;

Somos como somos, porque vemos os erros e só encolhemos os ombros e dizemos: "não interessa!..."

A preocupação de todos, deve ser com a sociedade, que é a causa, e não com a classe política, que é o triste efeito. Só assim conseguiremos mudar o Portugal de hoje. Vamos agir! Reflitamos sobre o que disse Martin Luther King: " O que é mais preocupante, não é o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, ou dos sem ética. O que é mais preocupante, é o silêncio dos que são bons..."

2. Anexo à comunicação.

2.0. Quanto vale um idioma? Se a língua portuguesa estivesse numa prateleira de supermercado, estaria em um empório de luxo ou esquecida em um canto, em promoção num mercadinho? Estamos acostumados a medir o valor econômico dos objetos a que um idioma dá nome, e não do idioma em si. Mas recente estudo solicitado pelo Instituto Camões ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Portugal, encarou o desafio de medir essa grandeza, e revela que 17% do PIB do país equivale a atividades ligadas direta ou indiretamente à língua portuguesa.

-É um percentual interessante e até conveniente, por ter ficado ligeiramente acima do que se apurou na Espanha relativamente ao espanhol (15%) - analisa Carlos Reis, da Universidade de Coimbra, professor visitante da PUC-RS e um dos fundadores da Universidade Aberta em Portugal, da qual foi reitor até julho.

2.1. Indústrias da língua

O índice leva em conta a importância relativa da comunicação e da compreensão em campos de atividades econômicas. Privilegia, assim, relações econômicas que exigem uma dada língua. E descarta atividades que podem ser executadas por trabalhador de outra nacionalidade ou competência linguística. Por essa lógica, ramos como ensino, cultura e telecomunicações seriam celeiros automáticos de atividades em que a língua é insumo-chave. Além dessas atividades que o ISCTE denomina de "indústrias da língua", há as ligadas a fornecedores de produtos em português, como a administração pública, e as que têm forte conteúdo de língua, como o setor de serviços, ou a que induz maior conteúdo de língua para a economia como um todo, da indústria de papel à de eletrodomésticos. Por último, o peso de processos em que o conteúdo de uma

língua tem domínio menor ou só relativo, ainda assim enquanto fazem brotar impérios no próprio circuito de trocas de um idioma. No Brasil, é o que ocorreria, por exemplo, à extração de petróleo e de minérios, ou ao agronegócio. Apesar de o estudo não visar o Brasil, a pesquisa indica que o fenômeno se repete em coeficientes aplicáveis aos países lusófonos.

Línguas com muitos usuários fornecem mercado maior para bens culturais. O crescimento sustentado da última década fez do gigante da língua portuguesa saltar aos olhos globais. O Brasil virou protagonista das relações comerciais mantidas entre países lusófonos, mercado que movimenta um Produto Interno Bruto que passou de US\$ 1,9 trilhão em 2009 para US\$ 2,3 trilhões em 2010, diz o Banco Mundial. Já o PIB dos imigrantes de língua portuguesa em outros países gira em US\$ 107 bilhões (2009).

2.2. Lusofonia

Enquanto o Instituto Camões, organização portuguesa que tem o objetivo de divulgar o idioma no mundo, prepara um novo estudo sobre o valor econômico do idioma, a dinâmica dos negócios fala por si. Mário Filipe da Silva, vice-presidente do instituto, afirma que em maio, no encontro realizado pela entidade sobre o valor econômico das línguas portuguesa e espanhola, as empresas presentes foram claras em afirmar que "suas estratégias de internacionalização passam pela vantagem competitiva de negociar em português". Outro fator que facilita negociações em português é a localização geográfica privilegiada de países lusófonos e os acordos econômicos feitos entre essas nações.

Estudo da Apex (Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos) de 2009 mostra que os negócios realizados em língua portuguesa cresceram 534% nos cinco anos anteriores. O fluxo de comércio entre o Brasil e os sete países lusófonos pulou de US\$ 1 bilhão em 1996 (quando a Comunidade de Países de Língua Portuguesa foi formada) para US\$ 6,5 bilhões em 2008. Muito desse avanço se deve à estabilização política dos países, em particular os africanos. A crise mundial não afetou de forma substancial o cenário: hoje há mais ênfase diplomática e comercial entre as nações que falam português entre si.

- Uma língua não pode ser mais forte que os países que a sustentam. Na medida em que os países crescerem em importância no palco mundial, também o português crescerá - reforça João Caetano, professor da Universidade Aberta e doutor em Ciência Política. Quanto maior o número de falantes, nativos ou não, maior a recompensa por dominar a língua, assim como o poder de compra dos usuários. Segundo Mário Silva, do Camões, investigadores reconhecem que, no futuro, o peso de uma língua deverá ser avaliado principalmente pela força da economia, do progresso científico, da qualidade institucional e não apenas pelo número de falantes.

2.3. Economia diplomática

Por enquanto, o Brasil se firma como o maior embaixador do idioma. Dos mais de 249 milhões de falantes do português que moram em países lusófonos, 77% são do Brasil,



segundo o Banco Mundial. Significa dizer que a cada dez falantes do idioma no planeta, ao menos sete são brasileiros. Os dados colocam nossa língua em 5ª posição de mais falada no mundo, mas o que tem feito crescer o português aos olhos dos estrangeiros é o destaque político, econômico e cultural que a comunidade de países de língua portuguesa, em especial o Brasil, vem recebendo nos últimos anos.

- Há muitos falantes de português no mundo que ocupam posições de direção em empresas mundiais e que vão ser usados como agentes de uma nova diplomacia a que eu chamo "economia diplomática" - acrescenta Caetano.

A força brasileira não é subestimada pelos analistas internacionais. No mês passado, a revista britânica *The Economist* analisou o PIB *per capita* dos estados brasileiros (em dólar) como se cada um fosse um país autônomo. A publicação, que já chegou a ilustrar a ascensão do Brasil com um Cristo Redentor transformado em foguete em sua capa, percebeu que o Rio de Janeiro tem o valor de uma Rússia, por exemplo. O Distrito Federal, com seu PIB *per capita* de US\$ 25 mil, equivale a Portugal, enquanto São Paulo equivaleria à Polônia com o PIB *per capita* de US\$ 13.331. Mesmo o lanterninha Piauí soma a riqueza da Geórgia.

Traduzir essa força em valor de uso idiomático é, no entanto, um desafio. Silva, do Camões, ressalta que a língua portuguesa vem crescendo na medida em que aumenta a sua capacidade de servir de meio de comunicação internacional.

- Nesse sentido, a língua constitui um ativo econômico e deve ser considerada como um veículo de penetração econômica e comercial, podendo ser igualmente um instrumento usado para vender um grande número de serviços e produtos e ser o núcleo para a criação de uma imagem de marca do país - comenta.

2.4. Propagação

Com o aumento das exportações brasileiras e das parcerias comerciais estabelecidas com o país, cresce o interesse pela língua falada no Brasil. Todos os falantes do português ganham com isso, defende Mônica Villela, doutoranda de Ciências Políticas que estuda as novas relações de poder entre os países de língua portuguesa com base no processo de internacionalização do idioma.

- Empresários da União Europeia que queiram aprender português para fazer negócios com o Brasil tenderão a fazer um curso de imersão na língua portuguesa em Portugal por estar mais perto geograficamente - avalia Mônica. O fato é que a retomada do fôlego econômico do país estimulou o relacionamento de empresas em seu próprio idioma. Há hoje a constatação de mais negócios mediados por tecnologias que enfatizam a comunicação em português - mensagens eletrônicas e apresentações com projeções em tela, que não podem exibir tropeços. E em reuniões de trabalho, o desempenho retórico virou chave empresarial. Quem muito escreve ou fala tem risco maior de expor sua eventual falha de formação. Daí não ser surpreendente o fenômeno dos cursos de português para brasileiros, para executivos, secretárias e gerentes, em tradicionais escolas de idiomas. No universo das corporações, não vale mais a atenção exclusiva dada ao domínio do inglês.

2.5. Internet

Essa mediação tem tido crescimento sustentável no cenário mundial.

- A língua portuguesa é suave ao ouvido e sedutora nas suas entoações, sendo por isso bem-amada na música, no teatro e nas novelas. É uma língua com plena capacidade para se tornar cada vez mais uma das grandes do mundo - diz Caetano, do Universidade Aberta.

Uma das virtudes da internet para a língua portuguesa foi o feito de unir, pela rede, os milhões de falantes dos países lusófonos espalhados pelo globo. Com essa união, o idioma ganhou força - e valor no mundo virtual. De 7ª língua mais falada na Web em 2007, o português é hoje a 5ª, ficando atrás apenas do inglês, chinês, espanhol e japonês, que, com exceção do Japão, possuem muito mais falantes do que os países da CPLP.

O dado é da pesquisa *Internet World Users by Language*, de 2011. Ela aponta que, apesar de o português possuir a fatia de apenas 3,9% dos falantes na internet, esse número aumentou 990% desde 2000 e, hoje, cerca de 82,6 milhões de pessoas usam a língua portuguesa na rede, o que equivale a um terço dos falantes do idioma no mundo.

O Instituto Camões aponta também que o português se tornou a 9ª língua em produção de conteúdos na internet em 2011. Mário Silva observa que, tendo em vista que o crescimento da língua portuguesa na internet na última década "foi monstruoso", não podemos considerar essas estatísticas pequenas.

- A importância dessa presença crescente resulta da maior exposição do idioma na rede e no efeito multiplicador que advirá do aumento de utilizadores e produtores de conteúdos em língua portuguesa em resultado do desenvolvimento econômico, da maior qualidade dos acessos à rede e de uma maior capacidade da população mundial de língua portuguesa de tornar-se internauta cada vez mais ativa - analisa o vice-presidente do instituto.

2.6. Redes sociais

Outro fato que deu destaque para o português na Web é o uso maciço das redes sociais no Brasil, país onde sites de relacionamento fazem grande sucesso (86% dos internautas brasileiros acessam esses sites, segundo pesquisa de 2010 da Nielsen). O Brasil alavancou o português como a 3ª língua mais falada nessa rede mundial de microblogs, com 9%, atrás do inglês e do japonês.

Impossível esquecer o caso do Orkut, em que a adesão maciça de brasileiros gerou reação negativa dos usuários norte-americanos, que se incomodaram com a presença constante do português no site e debandaram para outras redes, como o Facebook - hoje com quase a mesma força do Orkut no Brasil, registrava 12,11 milhões de brasileiros ante 31,27 milhões no Orkut até fevereiro.

- Outro ponto a avaliar está nos interesses econômico-financeiros das empresas de todas as partes do mundo no português e que se fazem presentes, de algum modo, na



internet - pontua Regina Pires de Brito, professora da pós-graduação em letras do Núcleo de Estudos Lusófonos da Universidade Mackenzie.

Regina, que coordena programas de extensão no Mackenzie, cita o exemplo do site da companhia chinesa Lenovo, que tem a opção em português associada ao Brasil e a nenhum outro país lusófono.

- É de se esperar que a 5ª língua em número de usuários revele uma necessidade de atenção por essas instituições. Já se vê um número considerável de sites estrangeiros com opção para acesso em português, com claro apelo para o (atraente) mercado brasileiro - afirma.



Novos projetos de tradução de brasileiros no exterior podem impulsionar paixões como as que marcaram os norte-americanos Benjamin Moser e Woody Allen

A circulação da palavra impressa no idioma também se valorizou no Brasil. Enquanto o mundo vive enxugamento das versões impressas de jornais e revistas, aqui a tiragem aumentou. Em 2010, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), houve aumento de 2% de exemplares diários vendidos em relação a 2009. E aumento de 5,1% da venda de exemplares de revistas no primeiro semestre de 2011.

No mercado editorial, os números também subiram. O Censo do Livro do IBGE revelou que o tamanho do mercado no Brasil, contando publicações do governo, cresceu de R\$ 3,3 bilhões (2009), para R\$ 4,2 bi (2010). No mesmo período, o crescimento do setor editorial brasileiro foi de 8,12%, e o número de exemplares vendidos cresceu 8,3% (só as vendas ao mercado) e 13,12% (considerando também vendas a governo e entidades sociais). Temos um respeitável mercado editorial cujo tema é o idioma (média de 25 milhões de exemplares de dicionários, gramáticas, etc., vendidos todo ano) e uma carência por informação básica que impulsionou a procura por consultórios gramaticais na mídia.

2.7. Tradução

Os investimentos em exportação da palavra brasileira seguem a tendência de alta. Só em 2010 foram concedidas pela Fundação Biblioteca Nacional 68 bolsas de tradução de livros brasileiros para o exterior, sendo que a média anual costuma ser de 20. Os autores brasileiros são traduzidos hoje para mais de 17 países. Foi assim que, por exemplo, norte-americanos como Woody Allen e Benjamin Moser tomaram contato com autores brasileiros que lhes foram decisivos na carreira, como Machado de Assis e Clarice Lispector, respectivamente. Em julho, a Fundação Biblioteca Nacional, vinculada ao Ministério da Cultura, anunciou o investimento de R\$ 2,7 milhões até 2013 em bolsas de tradução, pelo Programa de Apoio à Tradução e Publicação de Autores Brasileiros no Exterior. Além disso, o Brasil será, no fim de 2013, tema da Feira de Frankfurt, o maior evento internacional de livros do mundo, e por isso editoras europeias buscam aumentar seus negócios com a contratação de obras brasileiras.

O ensino de português para estrangeiros acompanhou o maior interesse pelo Brasil e, na última década, fez com que escolas de idiomas abrissem novas classes.

- Temos acompanhado uma crescente valorização de nosso país, da economia, e tudo isso se reflete, também, no prestígio da língua. No entanto, muitas vezes os próprios falantes nativos não percebem, ou não valorizam essa riqueza. A língua portuguesa precisa, cada vez mais, de falantes e professores especializados para o ensino - diz Susanna Florissi, diretora internacional da HUB Editorial, do grupo SBS, responsável pelo *best-seller Bem-Vindo!*, de português para estrangeiros, e pela comunidade "Fale Português" na internet que tem mais de 2 mil seguidores fora do país.

2.8. Estrangeiros

Embora o Inep-MEC não informe o aumento das inscrições para a prova Cel Lep-Bras, que certifica a proficiência de estrangeiros em português no Brasil, escolas de renome como o Cel Lep e Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) garantem que a procura cresceu significativamente no Brasil. Com a agenda de eventos esportivos dos próximos anos (Copa das Confederações de 2013, Copa de 2014, Olimpíada e Paraolimpíada de 2016), a previsão é de aumento da demanda.

O Cel Lep tem uma média de oito a dez solicitações por semana para o curso de português para estrangeiros, número três vezes maior do que seis meses atrás.

- Eles vêm para o Brasil cada vez mais por causa das condições econômicas do país e precisam do português para conseguir vagas, competir por empregos e, às vezes, para tentar a sorte - diz Graça Paiva, uma das coordenadoras do curso de português para estrangeiros do Cel Lep.

2.9. Português gringo

O mesmo aconteceu na Faap, que no começo do seu curso de português para estrangeiros, em 2006, possuía dez alunos e hoje possui 110 de mais de 20 nacionalidades.

- O Brasil está sendo mais procurado, as pessoas querem conhecer mais sobre esse país e o aprendizado da língua é importante, porque é a partir da língua que se aprende a cultura. Também tem muita gente que pretende fazer negócios com o Brasil, e por isso vêm fazer português - diz Lourdes Zilberberg, coordenadora do Departamento de Intercâmbio e Internacionalização da FAAP.

Lourdes conta que, com a vinda de muitas empresas multinacionais para o país, não só os executivos estrangeiros transferidos precisam aprender o idioma, mas seus filhos. Em paralelo à demanda no mundo do trabalho, mais do que antes temos um circuito de estudos sobre a língua com uma consistência, pluralidade e um amadurecimento que permitem maior certeza nas afirmações sobre os fenômenos do idioma e um debate cada vez mais acalorado entre tendências acadêmicas. As instituições de ensino superior passaram de 1.859 (2003) para 2.314 (2009), segundo o Inep/MEC. É mais gente escrevendo trabalhos acadêmicos, apresentando seminários, produzindo teses e dissertações, uma cadeia produtiva crescente.



6. CONCEIÇÃO ANDRADE, UNIVERSIDADE DE HARVARD, EUA



CONCEIÇÃO ARAÚJO ANDRADE leciona Português no Departamento de Romance Languages and Literature, Faculty of Arts and Sciences, na Universidade de Harvard, Estados Unidos da América do Norte, desde 2010.

Nos últimos 30 anos, Conceição Andrade dedicou-se intermitentemente ao ensino da Língua Portuguesa nos Estados Unidos.

De 1992-2002, lecionou português no Banco Mundial, Washington D.C., a funcionários trabalhando em Países Lusófonos da África, e publicou vários trabalhos incluindo "Portuguese For Business Travelers", World Bank (2002).

De 1978-1992, foi instrutora de português em vários Institutos de Línguas, incluindo Languages Learning Enterprises, Language Inc., and Inlingua. Também foi tutora particular de estudantes da Universidade de Harvard, e Universidade da Carolina do Norte.

Além de ensino, Conceição Andrade trabalhou como tradutora e revisora de Inglês-Português e Português-Inglês de relatórios e documentos oficiais do Banco Mundial, Universidade de Harvard, Universidade da Carolina do Norte, American Friends Service Committee, Ministério das Obras Públicas em Moçambique, e como revisora, desenhadora e analisadora linguística de manuais de treinamento em Booz Allen and Hamilton.

Foi intérprete num Tribunal do Estado da Virgínia, e tradutora duma entrevista com o autor Dr. Fernando Namora, para a Fundação Kellogg. Também trabalhou desde 1977-1985 em Bibliotecas, incluindo Widener Library, Harvard University, Biblioteca do Ministério das Obras Públicas (diretora), Moçambique, e na University of North Carolina.

Formou-se em Antropologia e Francês em 1993 na American University, Washington D.C., e recebeu um diploma de TESOL (Teaching English as a Second Language) em 1998, na mesma Universidade. Conceição Andrade foi membro de várias instituições profissionais, incluindo APPEUC (Associação de Professores de Português dos Estados Unidos e Canadá), ATA (American Translators Association), and WATESOL (Washington Area Teaching English as a Second Language).

Nascida nos Açores, está radicada nos Estados Unidos, e também viveu em Moçambique, Índia e Brasil.

O número de teses brasileiras equivale a 1,6% da produção mundial (2004-2008), um aumento de 0,3% em relação ao período entre 1999 e 2003. O estudo da Royal Society, a academia de ciência britânica, mostra que só a cidade de São Paulo foi do 38º para o 17º lugar entre cidades com mais publicações científicas no mundo. Para o Instituto Camões, o Brasil ocupa o 2º lugar entre os países ibero-americanos com maior produção científica.

- Aumenta o número de universidades em quase todos os países de língua portuguesa, crescem os programas de pós-graduação, financiamentos e publicações. As bibliotecas virtuais das universidades do Brasil têm colocado as dissertações e teses gratuita e massivamente à disposição dos interessados, produzindo-se assim um círculo virtuoso entre produção e acesso que nunca tivemos e nem podíamos imaginar há quinze anos - observa Gilvan Müller de Oliveira, diretor executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) da CPLP.

A percepção hoje é a de que a língua vai bem, obrigado, não está ameaçada, não precisa de proteção, mas de promoção. Se a economia e a cultura do Brasil continuarem a ampliar a importância do uso do idioma, a língua portuguesa só tende a aumentar seu valor de troca na balança comercial dos idiomas.

2.10. Coeficiente da língua

Um estudo encomendado pelo Instituto Camões ao ISCTE português chefiado por José Paulo Esperança aplicou coeficientes usados pelo economista espanhol Martin Municio em 2003 para estimar a participação do idioma em setores da economia de fala portuguesa. Os pesquisadores multiplicaram o PIB de um ramo específico para entender o valor agregado da língua portuguesa na economia, a partir do peso relativo das atividades com maior conteúdo de língua envolvido. Abaixo, alguns desses coeficientes por setor.



Agricultura, ambiente e pesca	0,544%
Energia	0,063%
Indústria	8,699%
Construção civil	0,078%
Comércio	14,931%
Outros serviços	29,297%



TEMA 1.1.1. HISTÓRIAS DA MINHA AVÓ AÇORIANA: O SIMBOLISMO DO TOURO

Conceição Araújo Andrade, Universidade de Harvard, Cambridge, MA, 02138, EUA

1 Introdução

Francisca Emília Araújo, minha avó, viveu na Praia de Norte, Faial, Açores, no século 20, e era conhecida na comunidade como contadora de histórias. Eu tinha 14 anos quando ela morreu, mas as histórias ficaram para sempre comigo, e escrevi-as em português e traduzi para inglês nos anos 80. Quando ela chegava à Horta, nós sempre lhe pedíamos para contar contos, “casos”, como ela os chamava. São três as histórias de que eu me lembro melhor: *As Três Pereiras*, *Os Três Manjeriões* e *A Branca de Neve ou Maria de Pau*. Nesta composição eu vou analisar uma das histórias favoritas dela – *A Branca de Neve* – e o papel do touro nesta história e em Mitologia. Especificamente, traço o papel do touro neste conto, e comparo esta representação com a de outras histórias e mitos, nas quais o touro é protagonista. O touro, cujo papel pode ser benevolente ou malevolente, é um símbolo recorrente em mitos, histórias populares, e contos de fadas.

3. Folclore, Mitologia e Contos de Fadas

Há dois canais - registado e oral - pelos quais mitos e lendas têm sido passados através dos tempos. Folclore e mitologia aparecem em muitas civilizações, para explicar o mundo misterioso e assustador onde viviam, e desde a antiguidade que há descrições e registos em papiros, tabletes, desenhos, pinturas, esculturas, do papel do Touro e do seu simbolismo. Ao contrário, contos de fadas eram passados oralmente e não só serviam como contos admoestatórios para adultos e para crianças, assim como diversão. Neste artigo exploro a relação entre estas duas formas.

O primeiro europeu a recolher informação oral das histórias que ouvia de sua mãe e nos salões parisienses, e a escrevê-las foi o escritor e poeta francês Charles Perrault, no século 18 (Johnson, 1969). Por esta razão, foi-lhe conferido o título de “Pai da Literatura Infantil”. Em 1697 publicou o livro *Histórias ou Contos do Tempo Passado com Moralidades*, também chamado de *Contos da Velha* e *Contos da Cegonha*, ficando, afinal, conhecido como *Contos da Mamã Gansa*. A publicação foi um grande sucesso, e alcançou fama em todo o mundo, além de inaugurar um novo gênero literário, o Conto de Fadas. As histórias mais conhecidas de Perrault são *A Bela Adormecida*, e *A Gata Borralheira*. É de notar que há milhares de versões da Gata Borralheira no mundo inteiro (Cox, 1893; Tatar 1999), da qual a versão de *A Branca de Neve* da minha avó tem vários elementos, incluindo o sapato. É possível que o tema da Gata Borralheira tenha originado na antiguidade clássica. A sua versão mais antiga é a história de *Rhodopis* uma menina Greco-Egípcia que viveu no Egito antigo, e foi registada no 1 século A.C. pelo historiador, geógrafo e filósofo grego Estrabo. Uma

outra versão antiga chama-se *Yeh-Shsien* e foi escrita na China em 850 A.D. (Tatar, 1999).

Algumas dessas histórias são de fundo europeu comum, tendo sido também recolhidas de fontes orais pelos irmãos alemães Jacob e Wilhelm Grimm, que em 1812 publicaram *Contos da Criança e do Lar (Kinder und Hausmärchen)* (Tatar, 1987; Miller 2006). Seguiram-se várias publicações das histórias incluindo uma em 1825, que contribui grandemente para a popularidade dos contos. Em 1890 apareceu a primeira edição inglesa de contos de fadas *Contos de Fadas Ingleses (English Fairy Tales)*, compilada por Joseph Jacobs (Jacobs, 1967). Nesta edição a violência foi diluída, para ser lido pelas crianças inglesas. Em Portugal também se dedicaram a esta literatura vários académicos (Pedroso, 2001). O etnógrafo José Leite de Vasconcellos viveu de 1858-1941, recolheu contos oralmente e publicou em *Contos Populares e Lendas*; o escritor Teófilo Braga viveu de 1843-1924, escreveu *Contos Tradicionais do Povo Português*, que publicou em 1914, e o historiador e etnógrafo Adolfo Coelho que viveu de 1847-1919, recolheu e publicou *Os Contos Populares Portugueses* em 1883. Além destes, o historiador e folclorista Zófimo Consiglieri Pedroso que viveu de 1851-1910, e escreveu *Contos Populares Portugueses*, publicados primeiro em inglês na Inglaterra, e depois traduzidos por Henrietta Monteiro e publicados em Portugal em 1882.

Nesta composição vou analisar com algum detalhe um aspeto da história da minha avó – o papel do Touro. Mas primeiro, vou dar alguma informação sobre o simbolismo dele.

4. Simbolismo do Touro

O Touro é representado como animal sagrado, forte, poderoso, símbolo de renascimento, constância, perseverança, e fecundidade. Um dos significados do sacrifício do Touro é o domínio sobre os instintos animais. Imagens do Touro, em cenas de caça ou representando o seu sacrifício aparecem em petróglifos, arte rupestre, escultura, pinturas, e tabletes, desde a antiguidade.

A imagem mais antiga dum Touro, o auroque, é um petróglifo em Fourneau du Diable em Bourdeilles, Dordogne, França e data de há dezoito mil anos. Além desta, os auroques estão presentes em caves em pinturas rupestres Paleolíticas da Europa, como as encontradas em Lascaux e Livernon na França e datadas de à volta da mesma época. Auroques viveram na Europa, Ásia, e no norte de África, eram animais perigosos, e foram caçados até à sua extinção no século 17. Quando ficaram raros, era um privilégio da nobreza caçá-los, e um sinal de posição social elevada. Os chifres dos auroques eram usados como copos pela nobreza, e os do último auroque, foram ornamentados com ouro, e estão no Museu de Livrustkammaren em Estocolmo. O auroque sobrevive ainda na linguagem de alguns povos da Europa do Leste. Na Rússia dizem “comportando-se como um auroque”, quando uma pessoa embriagada se comporta mal, e na Polónia chamam “grande como um auroque” a pessoas fortes e altas (Wikipédia, Aurochs).



O Touro foi adorado por muitas civilizações antigas, nomeadamente na Mesopotâmia, no Egito, e no Império Romano, e ainda é considerado sagrado na Índia. Na Mesopotâmia era venerado como O Touro Lunar (por os chifres serem em forma da lua) e associado com a Grande Deusa (Cashford, 2003). No Egito, era adorado como Ápis, embalsamado e posto em sarcófagos. No Império Romano era associado com o culto do deus Mitras, no qual este com o seu séquito de acompanhantes jovens com cabeça de touro, sacrificou o Touro primordial. De várias partes do animal, incluindo da coluna vertebral, do sangue e do sémen, resultaram o trigo, o vinho, e animais úteis ao homem respetivamente. Diz-se que touradas que ainda são praticadas na Terceira, Portugal Continental, Espanha, sul da França, tem as suas raízes neste ritual de Mitras.

O Touro é mencionado na bíblia no conhecido episódio do bezerro de ouro adorado no mundo antigo e destruído por Moisés. É de notar ainda que até em presépios de tradições cristãs mostram um touro ou boi, que pode ser um resíduo do culto do Touro. Finalmente, na Índia, a montada do deus Shiva, Nandi o Touro Solar, vem dos mitos da civilização antiga do Vale do rio Indus (Wikipédia, Bull, Mythology).

5. Papel do Touro

Em mitologia e histórias de fadas o Touro é às vezes malevolente e outras, benevolente.

5.1. Papel malevolente – Zeus e Minotauro

Há muitas versões do mito da Europa e Zeus, entre elas a seguinte: Zeus apaixonou-se por Europa e decide raptá-la e seduzi-la. Assim, se transforma em um Touro branco e vai pastar entre o gado do pai dela. Enquanto Europa e as companheiras estavam colhendo flores, ela acariciou o Touro, e montou nele. Zeus usou esta oportunidade, correu para o mar, e nadou com ela nas costas para a ilha de Creta. Depois, ele revela a sua identidade, e Europa se torna a primeira rainha de Creta. Mais tarde, Zeus recria a imagem do Touro nas estrelas, a constelação Touro (Hoena, 2003).

Também há várias versões do mito do Minotauro incluindo a que se segue: Após assumir o trono de Creta, o rei Minos combate os seus irmãos pelo direito de governar a ilha. Pede a Poseídon que lhe envie como um sinal de aprovação ao seu reinado, um touro branco como a neve, que deveria sacrificar em homenagem ao deus. Contudo, Minos decidiu mantê-lo devido à sua beleza. Como forma de punir Minos, a deusa Afrodite fez com que Pasífae, mulher de Minos, se apaixonasse perdidamente pelo touro. O Minotauro, um ser com cabeça e cauda de touro e corpo de homem foi o filho desta união. O touro cresceu, tornou-se feroz, e comia jovens. Então Minos mandou construir um labirinto para o abrigar. Quando se aproximava a data do envio do terceiro sacrifício de jovens, o príncipe Teseu ofereceu-se para matar o monstro. Ariadne, filha de Minos, apaixonou-se por Teseu e o ajuda a se deslocar pelo labirinto,

dando-lhe um novelo de lã com o qual ele marca o caminho, para poder retornar por ele. Teseu mata o Minotauro com a espada de seu pai Egeu e casa com Ariadne (Murgatroyd, 2007; Wikipédia, Minotauro).

5.2. Papel benevolente – A Branca de Neve da minha avó, Le Tableau Bleu, e O Touro Preto de Norrway

O conto *A Branca de Neve* da minha avó inclui elementos de muitas outras histórias conhecidas, entre elas *Branca de Neve*, *Gata Borracheira*, *A Madrasta*, *Le Tableau Bleu*, *A Princesa que não Queria casar com o Pai*, e *O Touro Preto de Norrway*. É de notar o facto de que não há muitas histórias de fadas com touros, e das que menciono acima, só duas os têm, como na da minha avó: *Le Tableau Bleu* e *O Touro Preto de Norrway*.

Ao contrário dos mitos descritos anteriormente, em que o Touro tem um papel malevolente, na história da minha avó, o Touro tem um papel benevolente. Abaixo conto a história brevemente.

Era uma vez (como começam todos os contos de fada), uma princesa que vivia com o pai. Em frente ao palácio vivia uma senhora muito bonita com a filha que era muito feia. A senhora era muito boa para a princesa, e dava-lhe sopas de mel. Quando a menina vinha para casa dizia ao pai que devia casar com ela, pois ela dava-lhe sopas de mel. O pai respondia: “Pois é minha filha, ela agora dá-te sopas de mel, mas mais tarde te dá sopas de fel”. A menina tanto insistiu que o pai se casou. A madrasta tinha um espelho mágico, e todos os dias perguntava a este quem era a mulher mais bela do mundo, e o espelho respondia que era ela, até que um dia, depois do rei morrer, ela perguntou novamente: “Espelho meu, quem é a mulher mais bela do mundo?” Ao que o espelho respondeu: “Tu és muito bela que vives no palácio do rei, mas mais linda é a Branca de Neve”. A rainha ficou furiosa, mandou dois algozes matarem a menina e trazerem os olhos dela. Estes levaram-na para a floresta, mas tiveram pena dela pois era muito bela e boa. Assim, deixaram-na na floresta, e levaram uns olhos duma cadela.

A princesa estava muito assustada e cheia de fome, mas um Touro apareceu e ajudou-a, levando-lhe uma toalha mágica enrolada nos chifres, que quando a princesa estendia no chão se cobria com as melhores iguarias. Além disto, levou a princesa mas costas quando soube que a madrasta mandou alguém para a matar. Nesta viagem, passam pelas quintas de cobre, prata e ouro, e o Touro avisa a princesa para não deitar nenhuma folha no chão, pois os reis destas quintas vão ficar zangados, e o Touro tem que lutar com eles. Mas, em cada uma delas a menina deita abaixo uma folha de cada árvore. Assim, o Touro tem que lutar com os reis delas para proteger a princesa.

Depois das lutas, fica fraco e ferido, e manda a princesa matá-lo, cortá-lo aos bocados e deitá-lo no rio. Mas avisa-a que deve apanhar uma vara de condão do intestino dele, que a ajudará no futuro. A princesa diz chorando que não pode fazer isso, pois ele foi tão bom para ela, mas ele insiste. Assim, a chorar, ela faz o que o Touro pediu. A



varinha de condão quase lhe escapuliu das mãos, mas ela consegue agarrá-la. Depois da Branca de Neve se disfarçar com um vestido e tamancos de pau, e de pôr cinza na cara, vai trabalhar na cozinha no palácio dum príncipe. Os criados chamam-lhe Maria de Pau, e não querem que o príncipe a veja, como ela é muito feia, porque ele foi desencantado e está de muito humor. Por essa razão, ordenam-lhe que se esconda no forno depois de fazer o trabalho na cozinha. Durante três domingos, a Maria de Pau leva uma toalha, uma bacia e um pente ao príncipe, antes de este ir à missa, e depois usa a varinha de condão para se vestir belamente, e ir à igreja, onde se senta ao lado do príncipe. Este se enamora dela, e pergunta-lhe de que terra é. Cada domingo ela diz que é duma terra diferente, de acordo com o objeto que levou ao príncipe: da toalha, da bacia e do pente. No último domingo perde o sapato, e o príncipe manda os arautos pelo reino anunciando que casará com a menina a quem servir o sapato. O sapato serve à filha da madrasta da princesa, que era muito feia. Assim, o príncipe muito triste tem que casar com ela (“como palavra de príncipe não volta atrás”, como dizia a minha avó). Mas quando o cortejo do casamento aí a caminho da igreja, um passarinho começou a cantar: “Ai como o senhor príncipe vai enganado. O sapato não é da filha da madrasta, mas sim da Branca de Neve que está no forno da cozinha do palácio”. Ao ouvir isto, o príncipe mandou parar o cortejo, foi à cozinha, e ordenou que a Maria saísse do forno. Ela saiu, o sapato serviu-lhe, foi buscar os seus vestidos lindos, e contou ao príncipe o que lhe tinha acontecido. O príncipe ficou muito contente, reconheceu-a como a princesa da igreja e da floresta, casou com ela, e viveram muito felizes. O príncipe mandou amarrar a madrasta e a filha à cauda dum cavalo, e arrastá-las pelas ruas da cidade até morrerem.

Como é que esta descrição do Touro benevolente se compara com a descrição das outras histórias?

Na história de *Le Tableau Bleu* (Cox, 1893) os elementos comuns com *A Branca de Neve* são: Touro e comida, mas trazida magicamente dentro da orelha em vez de na toalha enrolada nos chifres, as três florestas de cobre, prata e ouro, vestido da cor de madeira, então criados chamam-lhe “Casaco de Pau”, príncipe encantado, princesa empregada no palácio do príncipe, igreja, o sapato serve a uma camponesa, vai casar com ela, pássaros que falam. Na história de *O Touro Preto de Norrøya* (Lang, 2006) não tem muitos elementos em comum, exceto a donzela em perigo, o Touro, a comida e bebidas tiradas das orelhas do touro.

A história da minha avó apesar de ser uma mistura destas histórias, tem elementos únicos que eu não sei onde a minha avó ouviu, ou donde tirou: Touro e toalha enrolada nos chifres com comida, o que acontece nas Florestas de cobre, prata e ouro (difere de *Le tableau Bleu*, porque o Touro luta contra os reis desses países), varinha de condão no intestino do touro, *Maria de Pau* esconde-se dentro do forno depois de fazer o trabalho, terras da toalha, bacia, e pente, madrasta e filha amarradas à cauda dum cavalo e arrastadas pelas ruas da cidade. É de notar que o elemento do forno reflete a cultura campestre portuguesa, pelo menos no Faial, onde os fornos são grandes.

6. Conclusões

Nesta composição comparamos uma história oral duma contadora faialense (minha avó) com outras versões escritas do Touro e vemos semelhanças e diferenças.

A análise académica de contos de fadas é uma área que está crescendo. Professores como Maria Tatar, Jack Zipes, Megan Leroy, Ariane Mandel, David Elmer, Jerry Griswold, entre outros, estão interessados no aspeto psicológico, sociológico, e antropológico dos contos, e entre outros, analisam elementos de transformação, género, sofrimento, culto da beleza, o grotesco, e o papel da violência dos contos na mente infantil.

Neste contexto, uma pergunta interessante para ser explorada numa composição futura, e que resulta da comparação efetuada acima, é como a cultura isolada do Faial no século 20 afetou a interpretação de temas gerais em mitologia e contos como o do Touro, em versões locais dos contos de fadas.

Mas, no fim, estas histórias ajudam a definir e manter a nossa cultura. Como a minha avó Francisca, eu contei estes casos muitas vezes -- aos meus amigos, aos meus filhos, e agora aos meus netos. Elas continuam engajantes e eternas.

7. Referências bibliográficas

- Cashford, Jules (2003), *The Moon: Myth and Image*. New York: Four Walls Eight Windows.
- Cox, Marian Roalfe (1893), *Cinderella: Three Hundred and Forty-Five Variants of Cinderella, Catskin, and Cap O'Rushes*. London: David Nutt.
- Hoena, B. A. (2003), *Zeus*. Mankato, Minnesota: Capstone Press.
- Jacobs, Joseph (1967), *English Fairy Tales*. New York: Schocken Books.
- Johnson, A. E. (1969), *Perrault's Complete Fairy Tales*. New York: Dover Publications.
- Lang, Andrew (org), (2006), *The Black Bull of Norrøya*. The Complete Fairy Book Series. UK: Shoes and Ships and Sealing Wax Ltd.
- Miller, Raymond H. (2006), *The Brothers Grimm*. Farmington Hill, MI: Kid Haven Press.
- Murgatroyd, Paul (2007), *Mythical Monsters in Classic Literature*. London: Duckword.
- Pedroso, Zófimo Consiglieri (2001), *Contos Populares Portugueses*. São Paulo: Landy Livraria Editora e Distribuidora. Ltda.
- Tatar, Maria (1987), *The Hard Facts of the Grimms' Fairy Tales*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Tatar, Maria (1999), *The Classic Fairy Tales*. New York: W. W. Norton.



8. **CONCHA ROUSIA AGLP ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, GALIZA**



CONCHA

Rodríguez PÉREZ, Nascida o **04-10-1962**, em **Covas** (Os Brancos, Galiza) **Psicoterapeuta**. Licenciada em 1995 em psicologia **pola Universidade de Santiago de Compostela**, *especialidade em psicologia clínica*.

Master in Science, Marriage and Family Therapy, Universidade de Maryland, USA, 1999. Tese de graduação intitulada **“Multilingualism and psychotherapy”**.

Secretária da Fundação Academia Galega da Língua Portuguesa e cofundadora da Academia Galega da Língua Portuguesa em 2008.

Membro da Associação Galega da Língua desde 2004.

Membro da associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa.

Presidente pela parte galega do Instituto Cultural Brasil Galiza, fundado em 2009 e apresentado publicamente em Santa Catarina em março de 2010 e em Madrid em outubro deste mesmo ano.

Membro da Junta Diretiva da Ordem dos Psicólogos da Galiza, e Coordenadora da Comissão Cultural, desde onde, entre outras atividades criou o Prémio Literário ‘Rosa de Cem folhas’ que vai pela sua quarta edição.

PUBLICAÇÕES:

- **As Sete Fontes**, Romance publicado em 2005, formato eBooks pola editora digital portuguesa ArcosOnline Arcos de Valdevez, Portugal.
- **"Dez x Dez"** 2006, Antologia poética, Abrente Editora (Galiza).
- **“Cem Vaga-lumes”** Obra composta por 16 haikus premiados e publicados polo Concelho de Ames, ano 2006.
- **Herança**, Conto publicado em 2007 em *Rascunho* (Jornal de literatura do Brasil), Curitiba, Brasil.
- **Primeira Antologia do Momento Lítero Cultural**, em formato digital. 2007, Porto Velho, Brasil.
- **Nas Águas do Verso**. Antologia. 2008, Porto, Portugal.
- **Antologia do XXII Festival de Poesia do Condado**. 2008, Gráficas Juvia.

- **Poeta, Mostra a tua Cara**. Antologia. 2008, Rio Grande do Sul, Brasil.
- **Mulheres**. Antologia poética. 2011, Mulheres Feministas do Condado, Galiza.
- **IV Antologia de poesia lusófona**. 2012. Folheto, Leiria, Portugal.
- Volume 7 da Coleção **“Poesia do Brasil”**, correspondente ao XV Congresso Brasileiro de Poesia, que se celebra em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Tem publicado **poemas, contos, crónicas, e outros textos** em diversas revistas galegas como Agália ou A Folha da Fouce; e em jornais como o Novas da Galiza, Galicia Hoxe, A Nosa Terra, Portal Galego da Língua, Vieiros, e em brasileiras como Momento Lítero Cultural.
- **Agora Já Não é Nada: Narrativa da desfeita**, Lethes 2007. É uma análise do significado da perda das funções que mantinham os espaços comunitários que desapareceram com a desarticulação da cultura tradicional.
- **Um dia**, Publicado em A Nossa Terra; 2006. Análise da violência de género.
- **Mudança de Narrativa Linguística**, Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa 2008.

Prémios

- Prémio de Narrativa do Concelho de **Marim**, 2004, Galiza.
- Prémio de poesia do Concelho **Ames**, 2005, Galiza.
- Ganhadora do **Certame Literário Feminista do Condado**, 2006, Galiza com o romance “A Língua de Joana C”

Colaboradora dos Colóquios da Lusofonia.

Em março de 2010 participou na Comitativa Oficial destes Colóquios na sua visita à Academia Brasileira de Letras, onde deu uma palestra para falar da participação da Galiza nos Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa.

Administradora do blogue ‘República da Rousia’: republicadarousia.blogspot.com

Em março de 2010 participou na Comitativa Oficial do 13º Colóquio na sua visita à Academia Brasileira de Letras, onde deu uma palestra para falar da participação da Galiza nos Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa.

Em 2011 fez parte da comitativa oficial do 15º Colóquios a Macau.

Foi nomeada Patrona da AICL no 16º Colóquio em outubro 2011.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

TEMA 1.2. CULTURA GALEGA E LUSOFONIA I, CONCHA ROUSIA, Academia Galega da Língua Portuguesa

1. Introdução

Esta comunicação é a primeira parte do estudo intitulado ‘Cultura Galega e Lusofonia’ que se está a levar a cabo; nesta primeira parte faz-se uma introdução ao tema, assim como à importância de o estudar em profundidade. Numa segunda parte que se



intitulará 'Cultura Galega e Lusofonia II' aprofundar-se-á na análise incorporando o estudo tanto da literatura como da realidade nas noutras áreas culturais e sociais.

De fulcral importância será a consideração dos acontecimentos que tenham vindo a nascer e crescer nos tempos mais recentes; pois isso nos poderá dar uma ideia das tendências culturais atuais na Galiza.

No estudo 'Mudança de narrativa linguística' (Rousia, 2009) analisa-se como se está a dar a transformação do paradigma linguístico nos distintos âmbitos da sociedade galega. No presente estudo, concretamente na sua segunda parte, analisar-se-á a mudança de paradigma, ou ajuste de paradigma cultural, que se está a dar na Galiza.

2. A Lusofonia como realidade cultural

A Lusofonia para além de ser um conceito territorial e político é um conceito com uma dimensão cultural que é a que nos interessa para a análise que se pretende fazer com este estudo. Neste sentido a Lusofonia é uma descoberta cultural e linguística que tem que ser feita por todos e cada um de nós, embora para as pessoas que vivem nos países onde a língua oficial é o português essa descoberta é feita de jeito automático, e a maior parte das vezes as pessoas nem tem que ser conscientes do processo. Para os galegos e galegas, alienados desde há séculos de seus irmãos de língua, é um processo que se dá ao entrarem em contato com manifestações culturais numa variante da nossa língua diferente da variante galega. Por essa razão são necessários e urgentes os eventos de tipo cultural e linguístico que ofereçam a oportunidade para essa experiência ter lugar, sem a qual a ideia de ser ou não ser lusófonos é meramente uma postura teórica, mas nada tem a ver com a ecoeficiência, ou a vivência que ponha de manifesto o óbvio. Sabemos que são muitos os galegos que descobrem este fato, o fato de serem lusófonos, quando se encontram com membros da comunidade lusófona e descobrem que, independentemente do país de origem, se podem comunicar com eles sem qualquer problema usando a língua da Galiza; mesmo assim ainda há certas reticências, ou resistências internas dos indivíduos devidas ao decurso dominante que na Galiza se tem vindo promovendo nos últimos trinta anos, e que defende que galego e português são línguas diferentes.

No estudo anteriormente mencionado (Rousia, 2009) foi estudado como na Galiza se está a dar uma mudança de narrativa linguística; e sabemos que não é fácil o salto do isolamento a integração na Lusofonia.

3. Introdução ao conceito de narrativa linguística e necessidade dessa mudança

O conceito de narrativa faz referência à forma de definir o que na Galiza somos do ponto de vista linguístico. A mudança de narrativa vai ter repercussões tanto na linguagem escrita quanto na falada, mas privilegia-se a escrita. Porque certamente fala e escrita são diferentes; mesmo que estabeleçamos que a palavra falada precedeu a palavra escrita num sentido histórico, e mesmo que esta foi baseada naquela, não são a mesma coisa. (Bateson, 1972).

A escrita não é ouvida mas sim vista, com tudo o que isso implica no mundo ocidental, no que a visão está considerada por cima dos outros sentidos. Podemos mesmo falar de uma espécie de "óculo-centrismo" A escrita incorpora, isso sim, dimensão temporal. Então conseguiremos uma mudança de narrativa linguística do que é ou não é a língua na Galiza na medida em que sejamos capazes de o fazer no âmbito da escrita.

4. Mas por que essa necessidade de uma mudança de narrativa?

Nos seres humanos surge mal-estar quando as histórias nas que narram as suas experiências, tal e como eles ou outros as contam, não representam suficientemente bem a experiência vivida, ficando sem narrar aspetos que são importantes mas que de ser incluídos na narração contradiriam a narrativa dominante dentro da qual se fazem os discursos.

Na Galiza esse discurso dominante, do que é o que não é a língua dos galegos, tem sido feito pelas instituições detentoras do poder, sendo a ideia central desse discurso linguístico que galego é uma língua diferente do português; essa ideia vai, portanto, ser fulcral à hora de elaborar a escrita, e por esse motivo a ortografia escolhida vai ser uma ortografia que seja diferente da do Português.

Não é objetivo deste estudo analisar o porquê dessa decisão política, simplesmente aqui vamos analisar apenas o acontecido, até porque rompe com a tradição do galeguismo histórico que sempre foi reintegracionista ou lusófono.

Ora bem, como esse discurso dominante, de galego diferente de português não é satisfatório para dar conta das experiências linguísticas da gente, não fica livre de críticas pelo mal-estar que se cria. Mas como as experiências que as pessoas têm que contradizem esse discurso não produzem dados linguísticos relevantes, por contradizer o discurso dominante desde o que analisamos a nossa realidade linguística, esses dados, mesmo existindo, passam a ser desatendidos; com esses dados não se constrói significado nenhum e simplesmente são descartados sem a pessoa necessitar ser consciente do processo.

5. O discurso dominante como forma de conhecimento dominante e unidade de poder

A narrativa linguística que na Galiza nos dita o que é e o que não a língua, nos tem tentado levar a aceitar como único conhecimento válido aquele que afirma que galego é uma língua diferente do português. E assim é como o movimento reintegracionista ou lusófono passa a ter que sobreviver nas margens do sistema.

Se falamos de poder temos à vez que falar de conhecimento porque são conceitos inseparáveis; quem domina uma área de conhecimento retém o poder sobre essa área; e também, quem tem o poder sobre uma área, decide o que é o conhecimento nela. (Foucault, 1980)

Foucault diferencia entre poder soberano e moderno. A efetividade do poder nas monarquias dependia em grande medida da capacidade do soberano para se fazer visível à povoação. Por contra os mecanismos que usa o poder nas sociedades modernas permitem que a figura de poder permaneça invisível para os indivíduos, e



quem passa a ser visto, em lugar de ser o poder, são os indivíduos a ser controlados por esse poder. A pessoa percebe-se a si própria como podendo estar a ser observada em todo o momento, e se comporta de acordo com isso. (Foucault, 1980).

Mas apesar destes esforços dos organismos de poder para impor um discurso sobre o que é a língua na Galiza, a cada vez mais pessoas se mostram insatisfeitas com esse discurso dominante. A capacidade de fazer visível essa insatisfação no contexto onde esse discurso tem vigência, vai influir diretamente na capacidade de propiciar uma mudança desse discurso, e da construção duma narrativa alternativa.

É por isso que se faz necessário e urgente a criação de contextos que facilitem este processo, a criação de contextos que coloquem as pessoas em situação de fazer avaliação de sua pertença cultural. No posterior estudo analisaremos esses contextos.

Neste ponto devo, antes de continuar, salientar a importância dos Colóquios da Lusofonia; portanto quero antes de mais agradecer a estes encontros e ao seu presidente, Chryst Chrystello o ter sido desde há bastantes anos já, um lugar, não apenas onde os galegos descobrimos que somos Lusofonia, mas também para descobrimos que a Lusofonia é a sua vez Galiza. É desde estes Colóquios que a nossa voz, inseparável da dos outros lusófonos que participam destes encontros, viaja e chega aos quatro cantos da Lusofonia.

O papel dos Colóquios da Lusofonia para nós, para a Galiza, é portanto, de uma importância essencial. Podemos afirmar que hoje não poderíamos falar de uma Academia Galega da Língua Portuguesa sem antes falarmos dos Colóquios da Lusofonia, que de um modo metafórico 'pariu' a novel academia; pois foi no contexto dos Colóquios da Lusofonia que a ideia se concebeu, e foi também no interior destes Colóquios que se anunciou pela primeira vez a criação da AGLP.

Podemos dizer que o que está em jogo para a Galiza é a decisão de pertença ou não pertença ao contexto da Lusofonia, e para isso é necessário um reposicionamento cultural da sociedade civil galega e das suas instituições. Porque mesmo que a Galiza esteja na raiz própria da Lusofonia, nem foi, nem é ainda, consciente dessa sua dimensão lusófona. Sabemos que a raiz é imprescindível para que qualquer organismo vivo, como é a língua e a cultura, cresça, mas ela não é suficiente, a raiz necessita de tronco para crescer fora da terra, necessita de ramos e folhas que proporcionem os nutrientes da luz para sustentar a vida que se estende desde a raiz.

6. A Lusofonia como descoberta cultural

A Lusofonia é portanto uma descoberta que cada habitante da Galiza deve fazer; mas para poder fazer isso é preciso para ele se encontrar nessa situação que o permita; deve ver-se imerso em contextos que lhe façam necessária essa confrontação que mesmo sendo externa só se pode resolver interiormente. Por este motivo é fundamental criar eventos que coloquem a cada vez a mais pessoas em situação de poder fazer esta análise introspectiva, e o conseqüente posicionamento. Sabemos que os galegos que emigram e se encontram com habitantes doutras partes da Lusofonia pelo mundo adiante, descubram que compartilham a mesma língua e também que muitos dos rasgos culturais são similares, e em muitos casos, como com os vizinhos

do norte de Portugal, idênticos. Mas o que tinha que ser um saber desde o nascimento para os galegos e galegas é antes bem uma descoberta que não deixa de ser dolorosa. Como se diria reformulando o pensamento da Natália Correia... "Os galegos não nascem à Lusofonia até que sentem as próprias dores" Ou como diria o saudoso professor Guerra da Cal "A língua portuguesa é o meu lar perdido e reencontrado". Todos os filhos da Galiza podemos reencontrar a nossa pátria perdida, o nosso caminho que vincule as nossas raízes com a árvore frondosa que é a Lusofonia, mas para isso ser possível é imprescindível que o contexto que o permita e propicie.

No estudo posterior analisaremos os diversos eventos, atividades e situações culturais que contribuam a criação de contextos nos que se pode dar a anteriormente mencionada descoberta sobre a pertença por parte dos galegos à Lusofonia. Mas façamos um bocadinho de história e analisemos. A Galiza vem de uma travessia no deserto; uma peregrinação que não nos aproximou de nós mesmos e sim nos afastou de nossa essência e irmandade Lusófona. Esta peregrinação é tão antiga como a rotura do velho pais em dois pedaços, na altura duas Galizas iguais, mas uma que se libertou e se fez chamar Portugal, cultivou a língua e a liberdade, e outra Galiza que continuou a se chamar com seu velho nome, se encerrou entre o mar e a Castela e ficou à deriva de si própria. Essa Galiza isolada e retratada por Rosalía como pobre e triste, embora nobre e profunda, ficou órfã de elites que a entendessem como ela era, lusófona. Muitas foram as ocasiões em que as elites desprezaram negaram e destruíram, tanto a língua quanto outras manifestações culturais próprias da Galiza ao longo dos séculos. Em ocasiões uma voz ilustrada ou poética requer que se faça visível a questão que vai no nosso inconsciente coletivo: A Lusofonia; mas como isso vai contra o projeto centralista de homogeneização da Península Ibérica, por vezes incluindo também Portugal nos seus planos uniformizadores, e portanto se afasta desse discurso dominante é apagado sem deixar rasto. Quando finalmente na Galiza nos é permitido escrevermos na nossa língua é escolhido para nós um modelo linguístico que se baseia na ortografia do castelhano. Esse discurso dominante, tal e como podemos ver no meu estudo 'Mudança de narrativa linguística' (Rousia 2008) vai alongar ainda mais a nossa peregrinação, retardando mais ainda a nossa chegada à Lusofonia.

Portanto para na Galiza podermos tomar um rumo diferente, para incorporarmos toda a nossa experiência linguística e cultural faz-se imprescindível uma mudança de narrativa. Faremos também uma análise da literatura; a lista é ampla, inclui autores dos que eu aqui apenas me limitarei a nomear alguns seguindo o estudo de Carlos Durão (Durão, 2008, p. 35-56).

Analisaremos festivais musicais como por exemplo os 'Cantos na Maré' que vem reunindo cantores e cantoras dos diversos recantos da Lusofonia desde 2003 em Pontevedra, lugar no que se celebram estes concertos com apoio da câmara municipal; ou o Festival 'É Mundial' organizado pela Associação Galega da Língua (AGAL); analisaremos também congressos, encontros culturais diversos, assim como as atividades levadas a cabo pela AGLP desde a sua fundação em 2008.



7. Prognóstico de Futuro

Cabe esperar, que sejam mais os contextos culturais nos que a cada vez mais pessoas possam fazer a descoberta de sua pertença à Lusofonia. Se a Galiza se vai integrar com normalidade na Lusofonia esses passos tem que acontecer no presente; buscaremos e analisaremos esses passos que reconduzem a situação a uma normalidade depois da peregrinação e afastamento que se deu na cultura galega com respeito da Lusofonia. Esse afastamento foi empreendido por uma parte da sociedade civil galega, talvez mal guiada pelo distanciamento que pelas circunstâncias históricas se deu na Galiza.

Falaremos também do papel nefasto das elites galegas subsumidas nas lutas de poder no reino da Espanha.

Desde o século XIX até o momento presente vem-se dando um processo de reconstrução do galego, paralelamente a uma progressiva descoberta de Portugal como modelo de língua e o reconhecimento nele de uma cultura galega plena. Os contatos entre galegos e portugueses iam sendo a cada vez maiores mas se viram truncados pela Guerra Civil Espanhola, o que supõe o início da fase de destruição na que ainda nos encontramos, com o conseguinte extermínio de elites, postergação económica, emigração, destruição dos modelos económicos e de população. De importância fulcral foi o mantimento do contato continuado com Portugal e com as fontes literárias lusófonas para a resistência cultural desde os anos cinquenta.

Desde os anos oitenta manteve-se a ideia da unidade lusófona num setor da sociedade galega constituindo um núcleo a cada vez com maior visibilidade, que hoje com ajuda da internet se expande com maior facilidade.

Resumindo, o processo de que se trata aqui é o do retorno da Galiza à Lusofonia com o que se fecha um ciclo e dá forma ao conjunto com um simbolismo de totalidade das partes; pois assim como a Galiza não pode sobreviver fora da Lusofonia muito mais tempo, a Lusofonia só pode estar completa se se integrar a Galiza, cuja raiz linguística e cultural conserva o sabor antigo das palavras.

Portanto, nem a Galiza pode seguir a ser galega sem a Lusofonia, nem a Lusofonia estará nunca completa sem a Galiza.

8. Referências Bibliográficas

- Bateson, G. (1972). *Steps to an ecology of mind*. Nova Iorque: Ballantine Books.
- Durão, C. (2008). *Síntese do reintegracionismo contemporâneo: Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*. Santiago de Compostela: Tórculo Artes Gráficas.
- Foucault, M. (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings*. Nova Iorque: Pantheon Books.
- White, M., & Epston, D. (1990). *Narrative means to Therapeutic Ends*. Nova Iorque – London: W. W. Norton & Company.

9. DANIEL DE SÁ ESCRITOR CONVIDADO



DANIEL AUGUSTO RAPOSO DE SÁ

nasceu a 02/03/1944 e reside na Maia, S. Miguel, Açores, Aos dois anos deixa a Maia (S. Miguel) para, com a mãe e a irmã, ir juntar-se ao pai, que no ano anterior fora trabalhar no aeroporto de Santa Maria. Frequentou três meses a escola de São Pedro e o Externato de Santa Maria até ao quarto ano, tendo feito o quinto ano no Externato da Ribeira Grande. Fez o curso do Magistério Primário antes de ser professor nos Fenais da Ajuda por quatro anos. Começou a escrever para o jornal de Cícero de Medeiros, com o pseudónimo Augusto de Vera Cruz. Depois de mais um ano como professor na Maia, entrou para a congregação missionária dos Combonianos, esteve quase três anos em Valência (onde fez o curso de Filosofia e o primeiro ano de Teologia) e em Granada frequentou a Faculdade de Teologia. Pai de três filhos, foi membro da Junta Regional dos Açores, o governo que preparou as primeiras eleições para a Assembleia Regional. Considera-se, culturalmente, apátrida, no mais permanecendo ilhéu e português. Tem várias obras publicadas e contribui para inúmeras revistas e jornais.

BIBLIOGRAFIA:

- 1982 *Génese* (novela), D. R. A. C. da Secretaria Regional de Educação e Cultura, Angra do Heroísmo.
- 1985 *Sobre a Verdade das Coisas* (crónicas-contos), edição da Junta de Freguesia da Maia.
- 1987 *O Espólio* (novela), Signo, Ponta Delgada.
- 1987 *A Longa Espera* (contos), edição Signo, Ponta Delgada, 1987
- 1988 *Bartolomeu* (teatro), edição da D.R.A.C. da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1988:
- 1990 *Um Deus à Beira da Loucura* (novela), edição da D.R.A.C. da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo.
- 1992 *Ilha Grande Fechada* (romance), ed. Salamandra, Lisboa, 2ª ed. Ponta Delgada Ver Açor 2010
- 1993 *A Criação do Tempo, do Bem e do Mal* (ensaio), ed. Salamandra, Lisboa
- 1995 *Crónica do Despovoamento das Ilhas (e Outras Cartas de El-Rei)* (crónicas históricas), edição Salamandra, Lisboa:
- 1997 *E Deus Teve Medo de Ser Homem* (novela), edição Salamandra, Lisboa:



1999 *As Duas Cruzes do Império – Memórias da Inquisição* (romance), edição Salamandra, Lisboa
 2003 *A Terra Permitida* (romance), ed. Salamandra, Lisboa
 2003 *Açores – Colección Monumental y Turística* – ed. Everest, León, Espanha;
 2007 *O Pastor das Casas Mortas* (novela), edição Ver Açor.
 2007 *Santa Maria a Ilha-Mãe* ed. Ver Açor
 2009 *S. Miguel a ilha esculpida*, ed. Ver Açor
 2009 *Peregrinos do Senhor Santo Cristo dos Milagres* (ensaio histórico), ed Paulus Editora, Lisboa
 2010, *Terceira Terra de Bravos* ed. Ver Açor
Velhas Energias para um Mundo Novo, ensaio, EDA, 2010.
 2011, *As Rosas de Granada* (poesia), edição familiar não comercializável, concepção gráfica Ver Açor / Hélder Segadães. ~
 In *Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos*, ed. Calendário de Letras / AICL, VN de Gaia, 2011

10. **EDUARDO BETTENCOURT PINTO, ESCRITOR CONVIDADO, VANCOUVER, CANADÁ,**



EDUARDO BETTENCOURT PINTO Nasceu em Gabela, Kwanza Sul, Angola, em 1954. Tem ascendência açoriana pelo lado materno. Cresceu em Luanda e saiu do país em setembro de 1975. Fixou residência no Zimbabué e depois em Ponta Delgada, Açores. Reside no Canadá desde 1983. É editor da revista literária online *Seixo Review*.

A sua poesia está traduzida para Inglês, Castelhana, Galego, Catalão e Letão. Está representado em várias publicações em Portugal, Angola, Brasil, Canadá, Estados Unidos e Reino Unido. É funcionário estadual, consultor informático e editor da revista literária *Seixo REVIEW*, na Internet. Escreve para publicações no Canadá, Estados Unidos, Portugal e Brasil. Organizou e publicou *Nove Rumores do Mar - Antologia de Poesia Açoriana Contemporânea* (1996). Está representado em várias antologias, nos Estados Unidos, Reino Unido, Portugal e Brasil. É membro do P. E. N Clube Português. (página pessoal do Eduardo (<http://www.eduardopinto.com>)). Recebeu o

Prémio Nacional Bienal Copa 2008, instituído pelo Congresso Luso-Canadano. Publicou vários livros de poesia e ficção. Alguns deles: *Menina da Água* (1997), *Tango nos Pátios do Sul* (1999), *Casa das Rugas* (2004) e *Travelling with Shadows/Viajar com Sombras* (2008). Tem em preparação o livro *One Day Between Us*, ficção.

BIBLIOGRAFIA: POESIA:

Emoção; Ponta Delgada, Açores, 1978.
Razões, Ponta Delgada, Açores, 1979.
Poemas, (c/ Jorge Arrimar); Ponta Delgada, 1979. 2ª Ed., Tipografia Martinho, Macau, 1993
Mão Tardia; Gaivota, SREC, Angra, Açores, 1981. **(Prémio Revelação do suplemento cultural Contexto do jornal Açoriano Oriental)**.
Emersos vestígios; Sete Estrelo, Mira, 1985. 2ª Edição, Seixo Publishers, Pitt Meadows, Canada, 1994.
A Deusa da Chuva; Gaivota, SREC, Angra, Açores, 1991.
(Prémio Mário de Sá-Carneiro da Association Portugaise Culture et promotion, St. Dennis, France, 1988; para o original «Regresso do olhar».
Menina da Água; Éter/Jornal da Cultura, Ponta Delgada, Açores, 1997.
Tango nos pátios do sul; Seixo Publishers, Pitt Meadows, 1999.
 2ª Edição, revista e aumentada; Campo das Letras, Porto, 2001.
Um dia qualquer em junho; Instituto Camões, Col. Lusófona, Lisboa, 2000.
Ficção:
As Brancas Passagens do Silêncio; Signo, Ponta Delgada, 1988.
Sombra duma rosa - contos; Edições Salamandra, Lisboa, 1998.
O príncipe dos regressos - narrativas; Edições Salamandra, 1999.
A casa das rugas - romance; Campo das Letras, Porto, 2004.

Antologia (organização):

Os Nove Rumores do Mar - Antologia da Poesia Açoriana Contemporânea; Seixo Publishers, Pitt Meadows, 1996.
 2ª Edição, Instituto Camões, Coleção Insularidades, Lisboa, 1999.
 3ª Edição, Instituto Camões, Coleção Insularidades, Lisboa, 2000.
 2011 In *Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos*, ed. Calendário de Letras/AICL, VN de Gaia

TRADUÇÃO:

Oito poemas de J. Michael Yates; apresentação e tradução com Rosa Pinto, Sete-Estrelo, Mira, 1985.
 Representado em várias publicações em Portugal, Estados Unidos, Canadá e Inglaterra.



É SÓCIO DA AICL.

TEMA 1.1.1. Um cesto com malmequeres e um amor imperfeito, EDUARDO BETTENCOURT PINTO, CANADÁ, ESCRITOR AÇORIANO

Um cesto com malmequeres e um amor imperfeito é o retrato social, emocional e psicológico de Mateus, um rapazinho de estrato social baixo do nordeste da ilha de S. Miguel. Membro de uma família muito humilde e economicamente despossuída, Mateus, o primogénito de uma prole de seis filhos, rapazes e raparigas, investe-se da responsabilidade de abrir novos caminhos, para si e para os seus, ao decidir rumar em direção a Ponta Delgada. Não leva consigo uma mala de viagem mas um saco cheio de ilusões e sonhos.

Chamo-me Mateus. Sou o mais velho de seis irmãos, aquele que levava aos ombros o peso de uma infância pobre e agreste.

Dormíamos, três rapazes e três raparigas, apertados em duas camas num quarto pequeno. Tínhamos, no entanto, a melhor vista da casa: da janela via-se o mar, as nuvens, negras de chuva ou brancas como o linho sob o fulgor do verão. Se olhasse para baixo via a terra escura da rua, estreita e íngreme que levava ao monte.

Não era fácil partilhar o quarto com as nossas irmãs. Para elas, a situação era igual: chegados à idade do pudor, tínhamos vergonha uns dos outros.

Quando nós, os rapazes, nos vestíamos, Liseta, Jasmim e Lurdes saíam. Fazíamos o mesmo quando era a vez delas.

Apesar de sermos muitos num espaço tão reduzido, quase nunca brigávamos. As nossas desavenças eram disputadas através de resmungos. A severidade do nosso pai, omnipresente, mantinha-nos num contínuo estado de alerta, mesmo na sua ausência. Estávamos conscientes de que a sua implacável autoridade nos impedia de qualquer excesso. Ele detestava barulho e desordem. Ao mínimo sinal de caos, a sua voz grave atravessava as paredes com a inexorável autoridade de um trovão. De modo que o nosso espaço exíguo mais parecia uma camarata de militares do que um simples quarto de crianças.

Eu dormia no extremo direito da cama. Matias, o mais novo, no meio; no lado esquerdo era o Joaquim, que sonhava alto e nos acordava a todos.

Liseta, de todas a mais extrovertida, comandava os cochichos. Tinha uma pele láctea de freira e uma bela cabeleira, solta num vendaval de oiro pelas costas magras.

Eu era sempre o último a adormecer. Qualquer ruído me incomodava.

No verão, com o calor, deixávamos a janela aberta. Virado para o meu lado direito, e mal me habituava ao escuro, entretinha-me a contar as vezes que a brisa noturna abanava as cortinas de pano-cru. Adormecia, por fim, com o ar fresco do monte e sob o cheiro húmido das árvores. A ressonância de um silêncio imemorial caía dentro de mim com a leveza de uma gota de água.

Levantava-me do nosso encovado colchão de milho com o febril cantar dos galos. A noite cobria ainda o monte com restos de escuridão e uma eterna neblina flutuava na paisagem como um sopro irreal.

As madrugadas, tristes e forçadas, eram mais difíceis no inverno. Custava-me abandonar o refúgio e o calor da cama e pisar a penumbra gelada do chão. Mas mamã precisava da lenha para cozinhar porque nem fogão a petróleo tínhamos. Sentia um arrepio de angústia e medo, um enorme desconforto. Calçava as peúgas muito depressa, quase sempre rotas, e vestia-me mesmo no escuro para não acordar os meus irmãos.

Antes de sair para a rua, húmida e escura, resguardava o meu corpo magro dentro de um casaco preto de adulto, a roçar-me os joelhos.

Nunca gostei da escuridão. Até os meus próprios passos me assustavam. Era um tormento contínuo que eu não compartilhava com ninguém. Sendo o mais velho de todos, tinha a obrigação de ser forte.

Hoje, quando oiço um galo cantar, emocionou-me. Recordo-me aquele tempo — a caminhada solitária até aos campos, o dia a clarear sob uma dança de nuvens e luz. Quantas vezes não me perseguiram a chuva, o granizo e a trovoadas? A solidão?

Sozinho naqueles caminhos frios de neblina, uma profunda angústia invadia todo o meu ser. Só tinha um pensamento: encontrar uma árvore o mais rapidamente possível, trepar por ela acima e apanhar o maior número de ramos possível. Depois era só amarrar o molhe com barbante, voltar a casa com ele ao ombro e deixá-lo na cozinha ao pé da lareira.

Corria então para a nossa cama, um leito de aves pobres, e metia-me debaixo da roupa.

Quando puxava pelo cobertor para me cobrir, sentia nas mãos o cheiro das árvores e da terra. Esse era o universo da minha infância.

Naquela idade eu detestava o meu nome. Parecia-me um remendo de sílabas, indefinidas e sem personalidade. Faltava-lhe, por exemplo, a virilidade sonante de João, a intrepidez de Valente e a suavidade de Joaquim.

Eu tinha doze anos quando a minha aversão, até ali subjetiva, passou a ter um motivo concreto: Mateus da Horta.

Uma noite sonhei que alguém chorava muito alto. De repente acordei com Matias, muito assustado, agarrado a mim.

— Está alguém lá fora!

A claridade lunar atravessava as cortinas da janela. Soergui-me. Notei que os meus irmãos, despertos e perplexos, fitavam-me suspensos de expectativa.

Não me queria levantar. A noite era um sepulcro de sombras. A voz, porém, não nos abandonava, rouca: o choro convulso, as pausas, as palavras ininteligíveis. Era como se alguém tentasse comunicar connosco do interior das paredes.

Levantei-me devagar e fui espreitar por trás dos vidros, embaciados e húmidos.



Distingui um vulto sentado nos degraus da nossa porta. Estava curvado, a cabeça entre as mãos. Ao cabo de algum tempo levantou-se, trôpego. Parecia muito bêbado. Meteu-se rua acima, devagar, as pernas muito abertas, rente às paredes das casas. Arrastava os pés como se levasse consigo o peso do mundo.

— No dia seguinte contei à minha mãe.

Encontrei-a, como de costume, na cozinha. Tinha o avental molhado, os longos e negros caracóis desalinados, tamancos nos pés. O cheiro do fumo da lenha, que sempre lhe conheci, parecia estar agora colado ao seu corpo. Preparava-se para levar ao forno o pão de milho já amassado em cima da mesa.

Voltou-se e avivou o lume com o abano. Depois agachou-se e endireitou a lenha que crepitava.

— Deve ser o Mateus da Horta. Depois de tudo por que passou, deu em beber ...

— Então deram-me o nome de um bêbado? — exclamei indignado.

— Tens o nome de um apóstolo! Devias ter mais respeito ...

Fixei-a confuso. Não compreendi a rispidez. Minha mãe tinha as faces muito vermelhas do lume. Os olhos, magnânimos e doces, brilhavam como diamantes quando estava contente. Nessa manhã, porém, pareciam que iam queimar-me.

Esperei que ela me contasse o resto da história.

— Vai-te embora, Mateus! Não vês que estou ocupada?

Não valia a pena insistir. Mamã não era uma pessoa com a qual nós, os filhos, pudéssemos ganhar um argumento. Eu sabia que mais tarde ou mais cedo acabaria por contar-me tudo.

Afastei-me e nunca mais falei no assunto.

Ela foi sempre uma mulher devota. Era raro o dia em que não a via rezar o terço. Dei com ela muitas vezes de joelhos no chão, os cotovelos apoiados na cama, cabeça levantada e de olhos fechados. Parecia-me frágil e sublime ao mesmo tempo. Dos seus lábios, áridos como a terra seca no verão, vinham preces inaudíveis.

Nunca consegui perceber o que ela dizia. O tom, porém, confrangia-me. Era uma espécie de choro, como se estivesse a confessar um crime sem remissão. Incomodado, retirava-me devagarinho e fechava a porta sem fazer ruído. Não me atrevia a interrompê-la. Deus, na Sua omnipresente magnitude, não aprovaria a minha impertinência.

Eu sabia que ela intercedia por nós. Éramos tão pobres que, estou seguro, mamã teria dificuldade em saber por onde começar. Se pela nossa mesa — que nos desse mais pão, batatas, arroz, um pedaço de carne de vez em quando; ou se pela nossa roupa cerzida, pelos nossos sapatos velhos e rotos.

«Tenho vergonha de mendigar tanto a Deus, mamã, mas que remédio tenho?» ouvia-a confessar a avó Encarnação uma vez que nos veio visitar.

Mas a sua rispidez naquele momento não teve a ver com questões religiosas. Teve pena, estou certo, do velho Mateus. O ancião era um pobre diabo. Apanhava bebedeiras monumentais desde que enviudara. Naquela altura, porém, eu não compreendia que nós somos os únicos responsáveis pelo legado do nosso nome.

— Estás a fazer do Mateus um homem velho —, ouvi mamã dizer a papá.

Eu subia os degraus com uma galinha que tinha acabado de matar. Era um suplício fazer aquilo. Sempre gostei de animais. Fazê-los perder a vida entre as minhas mãos arrasava-me. Fechava os olhos enquanto lhes apertava o pescoço. A primeira vez que fiz aquilo, chorei. Ao jantar não consegui comer a canja de galinha. Levantei-me da mesa a correr e fui vomitar para a casa de banho.

Na véspera eu tinha dito aos meus pais que o meu futuro era na cidade. Achava que o meu mundo se encolhia à medida que ia crescendo. Sentia vergonha de andar descalço, das roupas eternamente largas, daquele casaco coçado que envelhecia como uma sombra noturna presa ao meu corpo. Queria ir para o liceu, tirar um curso, sair daquele círculo de pobreza e olvido. Estava disposto a tudo.

Mas a razão fundamental (e que lhes ocultei) era outra. Chamava-se Rosemary.

Vivia na parte alta da freguesia, numa casa branca, imponente. Parecia esmagar as demais, torná-las mais pobres e insignificantes com as suas janelas altas, o som de um piano ao fim da tarde, os seus majestosos muros, inacessíveis e ornados de trepadeiras de buganvílias. Acesas em dias de sol, desenhavam contra o branco da cal um rasto de lume e alegria.

E no entanto, essa paixão infeliz foi o ponto de partida, inexorável e definitivo, na minha vida. Nunca fui o mesmo após esse único e derradeiro encontro com Rosemary.

Um dia fui à casa dos estrangeiros vender ovos. Intimidou-me o portão verde, alto, pintado de fresco. Senti-me minúsculo e insignificante perante aquele símbolo de opulência. Puxei a corda que pendia do sino da entrada e fi-lo tinir com timidez. Segurando o cesto de vimes com ambas as mãos, senti um tremor de expectativa percorrer-me o corpo. Os ovos estremeceram. Assustou-me a hipótese de quebrar algum. Eles representavam as migalhas que mamã ia juntando para nos manter calçados e vestidos. Eu estava sempre num susto e por isso não gostava da responsabilidade de os vender. Para mais, nesse dia, era a vez de Lurdes. Mas ela esquivou-se com o pretexto de que lhe doía a barriga.

— Who is there?

— Há?

Silêncio.

— Who is there?

Eu não entendi nada do que ela disse. Não era americano. Bernardino não falava assim e esteve muitos anos na América. Regressou um dia como uma ave desgarrada e alojou-se, com os seus enormes caixotes, na casa da mãe, uma viúva octogenária cuja rotina consistia em cantar horas a fio as fastidiosas modas de tempos longínquos. Com o pó e a humidade dos anos, a sua memória foi deixando para trás palavras e rimas, soçobrando à implacável evidência da sua longevidade e ao degredo emocional em que a sua vida se tornou. O fulgor e a elasticidade mental que a acompanharam desde sempre, eram agora um lume triste e tépido a crepitar nas suas lembranças. Para fugir ao assalto rouco e contínuo da sua voz, Bernardino ia sentar-se nos degraus da igreja. Alojava-se com a displicência de um nefelibata, a olhar o infinito, de calções, sandálias e camisas largas de cores berrantes, uma garrafa de vinho e o tédio de um



homem solteiro, tímido e lunático. Gostávamos dele porque nos atirava rebuçados e moedas.

A voz da menina estrangeira atravessou a madeira do portão e alojou-se dentro de mim como uma flecha. Fiquei tenso.

— Eggs, big eggs! – gritei, usando uma frase de Bernardino.

— Wait a minute. I'm gonna ask my mom.

Não entendi nada do que ela me disse. Ouvi afastar-se, depois o bater de uma porta. Ia-se embora?

Decidi esperar e sentei-me no degrau de pedra a observar as nuvens. Nunca fui muito paciente e geralmente ia-me embora ao menor sinal de rejeição. Agarrava-me ao orgulho como um naufrago a uma boia. Na escola, quando os outros meninos faziam pouco da minha roupa, fazia por não os ouvir. Imaginava que as solas dos meus sapatos não estavam rotas, que não sentia os pés molhados quando chovia, que minha roupa não estava cerzida e que aquela impressão no estômago não era fome. Mas naquela manhã, de sol e nuvens brancas, o meu olhar perscrutou a distância, polvilhada de beleza e mistério. Se Deus fala com os pobres através das lágrimas de cada um, vi naquele momento coisas que nunca tinha observado na ilha. Melhor, sentia-as. Uma pacificação elementar apossou-se de mim. Notei então, como se pela primeira vez, as casas pobres e brancas sob uma fina camada de luz, o cantar dos galos, e aquele cheiro estonteante das gardénias, ou de outra flor qualquer, a gravitar ao meu redor como se uma horda de anjos rebeldes gravitasse no ar para espicaçar em mim o instinto do belo. Foi então que voltei a ouvir os passos da menina, o ruído do ferrolho, e o grande, imenso portão daquela casa senhoril abriu-se nas minhas costas.

Quando me voltei, o que me tocou não foi a claridade diáfana do dia mas o sol da sua cabeleira de oiro resplandecente e a cintilação azul que vinha dos seus olhos de menina estrangeira. Uma brisa súbita correu os seus cabelos encaracolados, desalinhou-os, e libertou um perfume de rosas. Eu estava habituado ao cheiro da terra húmida e ao das árvores, à viscosa impregnação que o peso do céu deixa nas casas açorianas, o cheiro, enfim, dos elementos da minha vida pobre. Aquele pareceu-me de outro mundo. Depois o olhar, o seu olhar inquiridor correu todo o meu corpo como se voasse sobre mim como uma gaivota. Foi naquele momento, naquele instante de assombro que senti apossar-se de mim a mais constrangedora sensação de vergonha.

Eu pensava que tinha sido livre como o orvalho-do-sol nos dias da minha infância. Chegara entretanto à adolescência descalço sob o frio árduo dos montes, entre as árvores do inverno e no estio do mar. Os meus dias selvagens e sem rédeas nunca tiveram até ali um espelho onde eu acordasse para a realidade da minha circunstância.

Aqueles belos olhos, caídos sobre mim com a força autoritária de um juiz ou de um deus de neblina, despiram-me até à nudez mais lúgubre. Foi o azul mais belo e mais frio que até ali tinha observado num ser humano. Senti-me mais descalço do que estava e tão insignificante como o pó da estrada.

Atrapalhei-me de tal maneira que deixei cair o cesto. Os ovos quebraram-se todos nas escadas de pedra. Senti-me um imbecil. As minhas faces, o meu pescoço,

todo o meu corpo ardia de vergonha. Peguei no cesto e afastei-me como um cão que acabara de ser pontapeado pelo destino mais funesto.

Eu tinha combinado ir jogar à bola com o João Canelas. Depois íamos às laranjas.

A propriedade, grande, estava cercada por altos muros de magma que escondiam intermináveis filas de laranjeiras. Os donos, muito ricos, exportavam-na para o estrangeiro.

A nossa tática era sempre a mesma: o meu amigo ficava na rua e eu saltava o muro. Depois eu atirava as laranjas para o lado de fora e ele meti-as num saco de pano.

Apesar de intruso, nunca considere aquilo um roubo. Só recolhia a fruta do chão. Que mal havia nisso? As laranjas eram doces e amarelas como o sol. Tinham um aroma tão agradável que dava gosto cheirá-las.

Nesse dia, porém, o guarda surpreendeu-me. Agachado a recolher laranjas, a sua voz chicoteou-me pelas costas. Quando me virei, alarmado, assestando um joelho no chão para me equilibrar, dei com o brutamontes. Parecia uma torre prestes a desabar sobre mim. Fiquei petrificado. Num instante, uma garra tomou-me a orelha e uma unha afiada rasgou-me o lóbulo, obrigando-me a levantar.

Divertia-o manter-me à sua mercê. Era notória a dificuldade com que eu me aguentava nas pontas dos pés para aliviar a pressão da sua unha maldita na minha carne.

— Até que enfim te apanho, meu ladrão! Há tempos que ando de olho em ti ... Mas agora vais pagá-las!

Evite as lágrimas o mais que pude. A besta puxava a minha orelha com tal violência que parecia que me ia arrancar. Fungava como um animal bravo.

Tentei acompanhar o movimento da sua mão mas ele percebeu as minhas intenções e puxou com mais força. Gritei de raiva e dor. Gritei de humilhação.

— Cala-te, filho de puta! Cala-te, demónio! Olha que levais!

Ao alto, ameaçadora, a palma da sua mão. Nesse momento perdi todo o medo. Ou enlouqueci, não sei. Lancei-me ao seu pulso e mordi-o.

— Maldito! Oh, filho de puta!

De repente, uma sombra caiu sobre o meu carrasco. Era o João Canelas a bater-lhe com um ramo de laranjeira.

Até hoje, volvidos tantos anos, me comovo ao pensar nesse momento: o olhar assustado do meu amigo, os seus braços de menino frágil, as mãos decididas, as folhas do ramo a soltarem-se a cada vergastada, o gigante a recuar agarrado ao pulso. Depois as laranjas, tão redondas como o sol, sobre as nossas cabeças enquanto largámos dali para fora numa corrida, veloz, louca, entre as laranjeiras. Nem os melros, os melros da minha infância, poderiam acompanhar, num voo rente ao chão, tamanha velocidade.



Papá estava sentado num banco, as pernas escachadas, a gravata preta solta no colarinho desapertado. Vestia-se sempre muito formal, como se fosse uma farda: casaco e calças pretas, camisa branca e gravata de luto. Trajou-se assim até morrer.

Nesse dia, porém, estava uma tarde de calor. Mamã lavava a roupa no tanque. Ouvi a sua voz através da porta aberta da cozinha.

— Não digas disparates, Dulce! Ele vai abrir-nos o caminho.

Mamã não respondeu.

— Vais chorar?

— E se chorar? Não é o meu filho?

— O nosso filho! Também é meu, não achas? — disse papá em tom compungido.

Eu não queria que eles discutissem por minha causa. Deixei a galinha num algaridar de plástico em cima da mesa da cozinha, e saí para o quintal.

— Anda cá Mateus — disse papá mal me viu. — Estávamos a falar de ti. Achas mesmo que queres ir para Ponta Delgada?

Nunca tivera, até àquele momento, tanta certeza na minha vida. No entanto, assustava-me ir para a cidade, deixá-los, partir daquela casa. Eu era apenas o miúdo silvestre de uma pobre freguesia açoriana, cuja quarta-classe apenas me serviria para um trabalho menor.

Mamã chorava, as mãos cheias de espuma do sabão. Papá, também comovido, disfarçava o que sentia levando um cigarro à boca. Riscou um fósforo e a chama, breve, iluminou o seu olhar brilhante.

Quis responder à sua pergunta mas não consegui. Fechei os olhos e senti as lágrimas choverem pelo meu rosto como se de repente um inverno súbito e violento tivesse brotado do mais fundo de mim.

Mamã fez-me um saco com pedacinhos de pano que foi descobrindo numa cesta onde guardava os seus retalhos. Afundava o braço na roupa com a tristeza de quem se perdia num poço de recordações. As suas lágrimas, sob o efeito da contraluz que vinha da janela, pareciam diamantes fluidos. Ainda hoje brilham dentro de mim.

No dia da partida, mamã entregou-me um pedaço de queijo e dois pães de milho que cozera na véspera. «Para quando tiveres fome, meu rico filho!» disse-me com a voz a tremer. «Vai conduzindo para que te dure. Mais vale fomes pequeninas do que uma muito grande.»

Papá estava muito sério, escanhoado de fresco, o cabelo muito escuro penteado para trás à James Dean. O cigarro fumegava ao canto da boca. Observava-me, sentado numa cadeira, o cotovelo direito apoiado na mesa, o queixo a repousar na mão, as pernas cruzadas. Era o modo com o qual combatia a tristeza: uma postura de calculada indiferença. No entanto, dentro de si, os muros da sua estabilidade emocional ruíam. Afligia-me mais o seu estado de escondida prostração do que a espontaneidade emocional de mamã a encher o mundo de lamentações bíblicas. Papá, contido, as faces empedernidas de uma estátua, parado na sua circunstância de macho, na verdade morria por dentro. Essa morte invisível e muito íntima foi sempre

para mim o modo mais insuportável de resolver o inferno e a melancolia no coração de um homem.

Perdi-me nos braços de mamã, que me recolheram com o seu eterno cheiro a lenha do fogão e do vento árido e furioso do Nordeste da ilha. Naquele momento abracei-me à sua vida com as minhas lágrimas de partida, e escondi-me, como num abrigo, no seu pranto. Foi nesse momento que compreendi que um filho nunca abandona o ventre de sua mãe. Mesmo um século depois de ter nascido.

A neblina descia os montes. Parecia-me uma capa fria de deuses nostálgicos a avançar em nossa direção.

Papá e eu subíamos a estrada em silêncio. O som dos nossos passos, letárgicos e tristes, devolvia-me a ressonância de uma profunda melancolia. Não ia para longe, é certo. Mas não era a distância física que me assustava. Ou os trocos que eu levava no bolso. Ou o incógnito. Afligia-me a ideia da pessoa em que eu me tornaria, longe dali, daquele mundo que tinha sido o berço de tudo aquilo que eu era. E no entanto, estava determinado a fazer todos os sacrifícios, físicos e emocionais, para me afastar da pobreza, da eterna miséria que se agarrava à nossa família como uma chaga demoníaca e imemorial.

À medida que nos aproximávamos da estrada, mais densa se tornava a neblina. Comecei a ficar preocupado. E se o condutor da camioneta não me visse na estrada? Papá falara com ele na véspera, o José da Calheta. Ele sabia que eu ia estar ali à sua espera. Pararia, mesmo que não me visse?

Com todas as dúvidas, receios e tensão acumulados nos últimos momentos, ficar atrás por um motivo desses seria um golpe muito profundo no meu espírito.

E, no entanto, quase desejava que isso acontecesse. Quando me despedi de mamã e dos meus irmãos, senti que algo ruía dentro de mim, como se o chão se tivesse transformado num amontoado de cinzas e ruínas. Um suor frio correu todo o meu corpo. Afastei-me deles, indeciso e com a soturna impressão de quem se dirigia, de olhos vendados, para o degredo.

Para minha surpresa, José da Calheta não se esqueceu de mim. No silêncio da manhã, lentamente, foi crescendo o ruído esforçado do motor. Por fim, apareceram as luzes na curva da estrada que nos cegaram momentaneamente. Os travões guincharam e o monstro de metal estacou mesmo ao pé de nós. Avançamos para a cabina.

Várias silhuetas moveram a cabeça na nossa direção. A do extremo esquerdo, com voz rouca, fez-se ouvir:

— Bom dia, José! Que nevoeiro do corisco é este? Homem, vais desculpar, mas o teu rapaz tem que ir atrás. Não tenho lugar aqui dentro.

Papá ajudou-me a subir para a carroçaria. Caminhei com cuidado sobre as beterrabas e sentei-me como pude. Só então me lembrei de que não me tinha despedido dele.

— Adeus, papá. A sua bênção!



— Vai com Deus, meu filho. E que Ele te abençoe! Não te esqueças de dar notícias!

Fiquei com o braço no ar até que a distância e a escuridão engoliram o vulto de papá na berma da estrada. Então chorei, agachado e aos solavancos, a cabeça entre os meus joelhos. Sentia o cheiro da terra e da beterraba, os cabelos fustigados pelo vento húmido da ilha. Apertei contra o peito o saco que mamã me fizera. Era como se continuasse ainda a abraçá-la na densa escuridão da minha vida.

Vagueei pela cidade como uma gaivota desorientada. Assustava-me o tráfego automóvel, atravessar as ruas. Estranhei os ruídos da cidade, os vendedores de peixe e hortaliça que cantavam pelas ruas a qualidade e a frescura dos seus produtos.

A minha curiosidade fez-me perder muito tempo e até me esqueci de procurar emprego.

Era de tarde quando me sentei num banco da avenida marginal. Doíam-me os pés. Descalcei os sapatos e deixei que o sol os aquecesse com a cristalina fosforescência de maio.

Comi um pão e metade do queijo, uma imprevidência. Mamã pedira-me para condutar. Fora imoderado. Teria de ser mais cuidadoso se não quisesse passar fome.

Uma modorra incontornável acabou por tomar conta de mim. Fechei os olhos e uma noite súbita instalou-se nas minhas pálpebras.

Sonhei com mamã. Via-a a correr ao meu encontro, muito aflita, os braços estendidos e os seus longos cabelos grisalhos a voarem pelos seus ombros como nuvens carregadas de chuva.

Acordei estremunhado. Chuviscava. Senti frio nos pés e voltei-me a calçar. Estava com sede, mas não me convinha gastar o pouco dinheiro que tinha.

Entre num café e dirigi-me ao sujeito do balcão.

— O senhor pode dar-me um copo de água?

Não sei se foi pela minha timidez, ou porque tinha mau feitio, o homem correu comigo.

— Vai-te embora, rapaz! Isto aqui não é casa de esmolas!

Virei a esquina e entrei noutra vez. Dessa vez tive mais sorte.

Quando me enchia o copo pela segunda vez, perguntou-me:

— Vens das freguesias?

Disse-lhe que viera do Nordeste à procura de trabalho. Acabei na cozinha a lavar tachos e panelas a troco de um prato de favas com chouriço.

Era já noite escura quando saí. Andei um pouco à deriva, até que me lembrei do jardim Antero de Quental. Tinha passado por lá nessa manhã.

Escolhi um banco por detrás de uns arbustos e deitei-me de costas. Apertei o casaco, levantei a gola e meti as mãos nos bolsos para as aquecer.

Senti frio na cabeça. Então virei-me de lado e pus o saco por cima. Senti o conforto do cheiro do pão e do queijo. Era como se as mãos de mamã, naquela noite

de feroz solidão, me afagassem os cabelos no escuro. Fazia-me sentir menos vulnerável e mais seguro. E não tardei a adormecer.

Foi a noite mais longa da minha vida. Qualquer ruído me acordava. O saco acabou por cair com os meus movimentos. A roupa humedeceu com a morrinha noturna. Tive arrepios de frio. Foi com imenso alívio que vi a manhã clarear.

Sentei-me no banco. Doía-me a cabeça da noite mal dormida e as pálpebras pesavam-me. Levantei-me e fui urinar por trás de uma árvore. Um sujeito de barba dormia num banco. Devia ser o bêbado que ouvi a meio da noite a falar sozinho. Estava descalço, os sapatos no chão, as peúgas, muito sujas e rotas. Evitei fazer barulho e voltei ao meu banco.

Lavei a cara, os sovacos e o pescoço no fontanário. Depois parti o pão ao meio e comi.

Os pássaros cantavam. Lembrei-me dos melros dos montes, do brilho da luz por entre os ramos delgados das criptomérias, da passagem das nuvens por cima dos meus olhos, deitado no chão a sonhar não sei bem com quê.

Andei pelas ruas como um autómato, lânguido e sonolento. Entrei num café a pedir trabalho, e depois numa farmácia. O farmacêutico ia precisar de um estafeta. Prometeu-me trabalho logo que estivesse familiarizado com a cidade. Até podia aprender a servir ao balcão. Animou-me essa perspectiva. No entanto não me servia de nada naquele momento.

Ao passar por uma padaria, decidi entrar. Precisava de pão para o jantar.

O sujeito do balcão era baixo, atarracado, e de faces rosadas. Pedi-lhe um paposeco. Observou-me com curiosidade enquanto tirei o dinheiro do bolso e contei as moedas.

— Vens para as festas do Senhor Santo Cristo?

— Não senhor. Estou à procura de trabalho — respondi sem entusiasmo.

— Vieste ao sítio certo. Preciso de alguém que me venda o pão. Estás interessado?

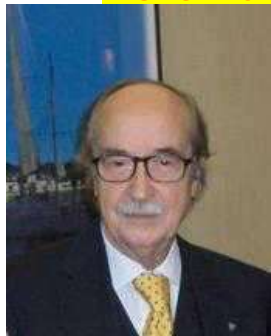
Começava às seis da manhã. Ia pelas ruas até à Fajã de Cima a puxar uma pequena carroça com pão. A maioria dos que compravam eram clientes certos. Alguns pagavam ao fim do mês; outros teria de apontar os seus nomes num caderninho.

De tarde ia ao Restelo levar um barril com lavagens de farinha e vegetais aos porcos.

**

Nessa noite dormi no Albergue Distrital. Quando as luzes se apagaram e o silêncio me cobriu como um cobertor, pensei em Rosemary. Até aonde me levaria a sua recordação entre as ruínas da noite? Por que mundos?

As minhas asas só me permitiriam voar pelo chão. Começaria por aí: a calcar o longo caminho do Tempo. Apesar de tudo, estava determinado a renascer a cada passo ao encontro de uma outra vida. Assim me obrigaram os relâmpagos azuis dos olhos de Rosemary quando incendiaram para sempre a minha inocência.

**11. EDUÍNO DE JESUS, ESCRITOR CONVIDADO**

EDUÍNO (Moniz) DE JESUS nasceu na Ilha de S. Miguel, freguesia de Arrifes, concelho de Ponta Delgada.

Nesta cidade viveu desde um ano de idade e aí completou os seus estudos secundários (Cursos Geral dos Liceus e Complementar de Letras) e o Curso do Magistério Primário.

Em 1951 ingressou como aluno voluntário na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde frequentou o Curso de Ciências Pedagógicas, e de 1953 em diante (até 1959) o de Filologia Românica, que só veio a completar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, licenciando-se com dissertação em Linguística e Literatura.

Frequentou depois em França, na Academia de Bordéus, um Curso de Comunicação. Aos vinte anos ingressou na carreira docente, que seguiu durante mais de meio século (1948-2000), começando por exercer o ensino primário em Ponta Delgada e nos arredores de Coimbra (Lorvão), depois os Ensinos Técnico e Liceal (privado) em Lisboa e por fim o Ensino Superior, também nesta cidade.

No Ensino Técnico foi professor, primeiro, de Língua e História Pátria e depois, quando o Francês foi introduzido no Ensino Técnico Elementar, passou a lecionar Português e Francês, disciplinas de que também foi professor em colégios privados.

Na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa lecionou Teoria da Literatura apenas no ano letivo de 1979-80 e na Faculdade de Letras da Universidade (Clássica) de Lisboa, durante mais de vinte anos, até ao ano 2000, História da Literatura Portuguesa e outros Cursos de Língua e Cultura Portuguesa para estudantes estrangeiros.

Desempenhou, além da docência, diversos cargos, entre os quais o de subdiretor de uma escola técnica (Nuno Gonçalves) e diretor de outra (Cesário Verde).

Além disso, pertenceu em 1977-78 à comissão que fez a reforma dos programas do antigo ciclo preparatório (na parte relativa ao ensino do Português) e foi, no antigo Ministério da Educação e das Universidades, membro do Conselho Orientador da Profissionalização em Exercício (1980-86), que procedeu à reforma dos estágios para professores daquele antigo ciclo de estudos e à preparação dos novos formadores.

Paralelamente dedicou-se à Literatura desde a adolescência.

Tem vasta obra dispersa em jornais e revistas desde 1946 (poesia, conto, teoria e crítica de literatura, teatro e artes plásticas, ensaio, polémica), e alguma publicada em livro (poesia, teatro, ensaio).

Bibliografia:**1. POESIA:**

- Caminho para o Desconhecido, Coimbra, col. Arquipélago, 1952;
- O Rei Lua, Coimbra, ed. do Autor, 1955;
- A Cidade Destruída durante o Eclipse, Coimbra Editora, 1957;
- Os Silos do Silêncio, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

2. TEATRO

- Cinco Minutos e o Destino. Comédia em 1 Ato. Ponta Delgada, ed. Açória, 1959

3. ENSAIO

3.1 Em Prefácios e posfácios:

- In Antologia de Poemas de Armando Côrtes-Rodrigues, Coimbra, col. Arquipélago, 1956 (tem 2ª ed.);
- In Virgílio de Oliveira, Rosas que Vão Abrindo. Coimbra, col. Arquipélago, 1956: (Tem outras eds);
- In Maria Madalena Monteiro Férin, Poemas, Coimbra, col. Arquipélago, 1957;
- In António Moreno, Obra Poética, Coimbra, col. Arquipélago, 1960;
- In António Manuel Couto Viana, Pátria Exausta, Lisboa, Editorial Verbo, 1971. (tem outras eds.);
- In Natércia Freire, Os Intrusos, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1971 (tem outras eds.);
- In António Manuel Couto Viana, Teatro Infantil e Juvenil, Lisboa, Nova Arrancada, 1997;
- in António Manuel Couto Viana, 12 Poetas Açorianos. Lisboa, Salamandra, col., 200 etc.,

3.2 Em obras coletivas:

- Costa Barreto (dir.), Estrada Larga, 3 vols., Porto, Porto Editora, s/d;
- Onésimo Teotónio Almeida (org.), A Questão da Literatura Açoriana, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1983;
- In António Manuel Machado Pires, José Martins Garcia, Margarida Maia Gouveia e Urbano Bettencourt (coord.), Vitorino Nemésio, Vinte Anos Depois, Lisboa / Ponta Delgada, Ed. Cosmos, 1998.

4. ANTOLOGIAS POÉTICAS em que está selecionado:

- Maria Alberta Menéres e E. M. de Mello e Castro, Antologia da Novíssima Poesia Portuguesa, Lisboa, Morais Ed., 1ª ed. 1959, 2ª ed. 1961;
- António Salvado, A Paixão de Cristo na Poesia Portuguesa, Lisboa, Polis, 1969;



- Orlando Neves e Serafim Ferreira, 800 Anos de Poesia Portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores, 1973;
- Pedro da Silveira, Antologia de Poesia Açoriana do Século XVIII a 1975, Lisboa, Liv. Clássica Ed., 1977;
- Ruy Galvão de Carvalho, Antologia Poética dos Açores, 2 vols., Angra do Heroísmo, col. Gaivota, 1979-80;
- Onésimo Teotónio Almeida, The Sea Within. A selection of Azorean Poems (trad. de George Monteiro), Providence, 1983;
- Maria de Lourdes Hortas, Poetas Portugueses Contemporâneos, Recife (Brasil), 1985;
- Álamo Oliveira, Ana Maria Bruno, Mariana Mesquita e Susana Rocha, Pai, a sua Bênção! (Antologia de Textos de Autores Açorianos), Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1994 (Edição comemorativa do Ano Internacional da Família);
- Eduardo Bettencourt Pinto, Os Nove Rumores do Mar, Seixo Publishers, Canadá 1996; 2ª ed. (aumentada), Lisboa, Instituto Camões 1999 e 3ª ed (corrigida), Lisboa, Instituto Camões, 2000;
- Ivan Strpka e Peter Zsoldos Zakresl'ovanie do mapy. Azory a ich básnici, Bratislava (Eslováquia), Kalligram, 2000;
- Adozinda Providência Torgal e Clotilde Correia Botelho, Lisboa com seus Poetas, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2000.
- valter hugo mãe, O Futuro em Anos-Luz / 100 Anos. 100 Poetas. 100 Poemas, Porto, Edições Quázi, 2001.
- Adozinda Providência Torgal e Madalena Torgal Ferreira, Encantada Coimbra, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2003.
- Diniz Borges, On a Leaf of Blue Bilingual Anthology of Azorean Contemporary Poetry, Berkeley, Institute of Governmental Studies Press, University of California, 2003.
- António Manuel Machado Pires, 20 Poemas (volume integrado no álbum XX3x20 - 20 Pinturas | 20 Melodias | 20 Poemas), Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura, 2003.
- Diniz Borges, Nem Sempre a Saudade Chora, Horta, Direção Regional das Comunidades, 2004.
- Lauro Junkes, Osmar Pisani e Urbano Bettencourt, Caminhos do Mar. Antologia Poética açoriano-catarinense, Blumenau, Santa Catarina (Brasil), 2005.
- Maria Aurora Carvalho Homem e Urbano Bettencourt (selec.) e Diana Pimentel (org.), Pontos Luminosos. Açores e Madeira, Antologia de Poesia do Século XX. Porto, Campo das Letras, 2006.
- John M. Kinsella, Voices from Islands. An Anthology of Azorean Poetry, Providence, R. I., Gávea-Brown, 2007;
- Leons Bredis e Urbano Bettencourt, Azoru Salu. Dzejas Antologija, Riga (Letónia), Minerva, 2009.
- Amadeu Baptista, Divina Música. Antologia de Poesia sobre Música. Viseu, Tip. Guerra, 2009

2011 In Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. Calendário de Letras/AICL, VN de Gaia

5. VÁRIA

Produziu e dirigiu para a RTP um “magazine” literário quinzenal durante cinco anos: Convergência (1969-1972), depois reformulado e chamado Livros & Autores (1072-1974).

Foi editor e pertenceu ao conselho de direção da revista de artes e letras Contravento. (Lisboa, ed. Contravento, 1968-1971) e dirigiu a Revista de Cultura Açoriana (Lisboa, ed. Casa dos Açores de Lisboa, 1989-1991).

Tem colaboração na enciclopédia de literatura Biblos (da Editorial Verbo) e no Dicionário Cronológico de Autores Portugueses do Instituto Português do Livro e da Leitura (Publicações Europa-América).

Também se dedicou ao teatro (teoria, história e crítica) e às artes plásticas (teoria e crítica). Assim:

- Fez crítica de teatro durante vários anos na revista Rumo (Lisboa, 1960-67) e organizou a secção de teatro da Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura ‘Verbo’, de cujo conselho de Diretores fez parte, tendo inventariado as entradas respeitantes àquela secção e redigido a quase totalidade dos respetivos verbetes (mais de 1 milhar). Além disso, fez parte, durante vários anos, dos júris dos Prémios Nacionais de Teatro e pertenceu a um efémero conselho de leitura dos Teatros Nacionais de D. Maria II, de Lisboa, e de S. João, do Porto, com a escritora Agustina Bessa-Luís e a atriz Glória de Matos.

- Sobre artes plásticas, escreveu principalmente na revista Panorama (de Lisboa) e prefaciou álbuns de pintura e catálogos de exposições, entre os quais o da representação Portuguesa na VI Bienal de Paris (1969). Além disso fez parte de vários júris de Salões de Arte e representou Portugal no Júri Internacional da X Bienal de S. Paulo, Brasil (1969).

Tem feito conferências e participado em Congressos e Colóquios literários em diversas universidades e outras instituições de cultura em Portugal (incluindo os Açores), nos Estados Unidos, no Canadá e no Brasil.

TEMA 1.4 POETAS AÇORIANOS NO “SISMO” MODERNISTA E SUAS RÉPLICAS, EDUÍNO DE JESUS, ESCRITOR AÇORIANO

Num “fragmento” de prosa em inglês, deixado inédito e não datado mas certamente do tempo da redação dos polémicos ensaios sobre A Nova Poesia Portuguesa saídos em 1912 na revista A Águia, do Porto, Fernando Pessoa considerava o poeta açoriano Antero de Quental o “ponto de partida” de um “rompimento definido com as tradições literárias portuguesas”.

Nos citados polémicos ensaios o jovem crítico retomaria esta opinião, ao traçar, muito em síntese, a evolução daquelas tradições literárias para o que viria a ser a “atual corrente literária portuguesa”. De facto, menciona aí como pioneiros António



Nobre, Eugénio de Castro e o Junqueiro d' Os Simples, mas antepõe-lhes um "precursor [...] Antero de Quental".

Em 1912, bem entendido, a "atual corrente literária portuguesa" a que se referia Fernando Pessoa não abrangia ainda, nem podia, o Modernismo, pois naquele tempo este movimento literário e artístico ainda nem sequer existia em Portugal (estava, quando muito, em fermentação). A "atual corrente literária portuguesa" em 1912, a que o futuro poeta da Ode Marítima também chamava a nova ou novíssima poesia portuguesa, era o Saudosismo, então, e facto, o mais recente movimento literário português, acabado mesmo de fundar naquele ano. O respetivo "manifesto" tinha sido publicado a abrir o primeiro número da 2ª série na supracitada revista A Águia em janeiro de 1912, já então tornada órgão do grupo da "Renascença Portuguesa", liderado pelo poeta Teixeira de Pascoaes. Era, pois, na génese desta corrente que Fernando Pessoa colocava Antero de Quental, e o via (se é preciso dizer) não como inspirador das teses filosóficas do Saudosismo nem do cânone poético saudosista, mas como poeta do sentimento transcendentalista atribuído aos poetas do Grupo da Renascença Portuguesa.

Eis nas suas próprias palavras;

"Percorrendo todo o Romantismo, não encontramos esse sentimento [transcendentalista]; apenas em Alfred de Vigny e nos seus descendentes, já pós-românticos, há um vago arremedo dele. Mas, ao atentar bem nos caraterísticos que deduzimos como devendo ser os da poesia transcendentalista, revela-se-nos imediatamente que estamos em Portugal e em plena descrição da poesia de Antero".

Aliás, também pela via desse "caraterístico da poesia transcendentalista", Antero viria a ser considerado pouco mais tarde pelo mesmo crítico um precursor do Modernismo, pois, em 1916, Fernando Pessoa poria o "panteísmo transcendentalista" entre "os movimentos mais antigos" de que descendiam os sensacionistas portugueses. (Os outros movimentos eram o simbolismo francês e "a baralhada de coisas sem sentido e contraditórias de que o Futurismo, o Cubismo e outros quejandos [eram] expressões ocasionais").

Mas voltemos atrás, agora a 1913 (já então o Paulismo dava os primeiros passos). Fernando Pessoa dizia então serem três os caminhos conducentes à "arte moderna" (que, nessa altura, ele próprio definia como "a arte de sonho"), a saber:

- entregar-se ao mundo exterior,
- isolar-se no sonho
- ou
- meter o mundo exterior "dentro do próprio sonho".

E concluía que o último caminho - meter o mundo exterior "dentro do próprio sonho" - é que "[era] o caminho português" que levava à arte moderna. Ora esse caminho, dizia, "[vinha] desde Antero de Quental cada vez mais intenso até à nossa recentíssima poesia". Ainda aqui, portanto, Antero surgia aos olhos de Fernando Pessoa como precursor não só da literatura portuguesa moderna *latu sensu* mas do próprio Modernismo.

Contudo, onde Antero de Quental foi um poeta realmente inovador no *phylum* da lírica portuguesa e, por isso, um precursor propriamente do Modernismo, creio que foi na sua (que também Fernando Pessoa lhe reconhecia, aliás) "ternura metafísica", no seu "poder de emocionalizar o pensamento". (Ver de Fernando Pessoa, por exemplo, "o que em mim sente está pensando").

Não obstante, mal se pode falar numa influência direta de Antero nos poetas modernistas, salvo no próprio Fernando Pessoa, que se terá iniciado na obra do poeta açoriano ainda na adolescência, por intermédio de Henrique Rosa, durante a sua primeira estada em Portugal em 1901-1902. Gomes Leal, Junqueiro, Cesário Verde (sobretudo, muito acima de todos, este último, a quem Pessoa chama repetidamente "o Mestre" e que Mário de Sá-Carneiro designa de "poeta futurista") e depois destes António Nobre e os simbolistas (Eugénio de Castro, Camilo Pessanha, evidentemente, mas sobretudo o próprio movimento em si, tanto na exploração das potencialidades musicais e plurissémicas da linguagem como na atitude decadentista, digamos (ver o prefácio do Orpheu, por Luís de Montalvor, e as revistas que lhe sucederam, como o Exílio, o Centauro, a Athena e a Contemporânea) – tudo isso é que abre o caminho que leva diretamente ao Modernismo português, sem falar, claro está, da influência de movimentos literários e artísticos contemporâneos estrangeiros, aquilo que Fernando Pessoa dizia ser "a baralhada de coisas sem sentido" de que muitas das vanguardas daquele tempo eram "expressões ocasionais".

Na área de sensibilidade do Simbolismo e do Decadentismo, os Açores também tiveram poetas de algum relevo, como José de Lacerda, Roberto e Carlos de Mesquita, Fernando de Sousa, Rodrigo Rodrigues, Duarte Bruno, por exemplo, mas nenhum que (salvo Carlos de Mesquita, mas como crítico e não como poeta) chegasse a evidenciar-se na época ou a tempo de vir a merecer a atenção dos modernistas. Diz-nos Dinis da Luz que Fernando Pessoa conheceu e apreciou a poesia de Roberto de Mesquita, mas isso só podia ter sido depois de 1931, que é quando a sua obra começa a circular em livro. O único poeta dos Açores muito próximo, cronologicamente falando, da geração simbolista (na verdade, um poeta hibridamente epigonal, digamos assim), que poderá ter sido apreciado por Fernando Pessoa (ou mais provavelmente por António Botto, e isto pelas suas Cantigas ao jeito do Cancioneiro Popular) foi Manuel Augusto de Amaral, que os citados Fernando Pessoa e António Botto teriam chegado a pensar incluir numa Antologia de Poesia Portuguesa Moderna. Poeta (este M. A. Amaral) que, todavia, estava e ficou sempre a anos-luz de distância do Modernismo.

Há, porém, da geração simbolista açoriana (mas que não foi poeta, embora também escrevesse versos) um artista de renome internacional que os modernistas chamaram às suas fileiras tal como fizeram com Ângelo de Lima e Camilo Pessanha: Refiro-me ao Maestro Francisco de Lacerda. Francisco de Lacerda colaborou com algumas breves composições musicais na revista Contemporânea, onde foi apresentado não como uma glória já consumada a quem se presta homenagem (talvez também com esse fim, é provável) mas chamando-se-lhe "um novo" (sic), como quem diz: "um dos nossos".



Mas entremos finalmente na participação direta dos Açores no movimento Modernista.

Se tivermos em conta os poetas açorianos que nasceram na década de 1885 a 1895, isto é, no lapso de tempo em que também vieram ao mundo todos os colaboradores da revista *Orpheu* I e II, desde o artista que desenhou a primeira capa, José Pacheco, nascido em 1885, até ao editor, António Ferro, nascido em 1895, poderemos destacar sem muitas concessões uma dúzia de personalidades literárias, algumas de inegável merecimento. A sua maioria, porém – aliás, como, no Continente, a maioria dos poetas nascidos na mesma época –, foi refratária ao Modernismo. Alguns procedem da progénie bastarda do Romantismo, outros tangeram o alaúde romântico mas afinaram-lhe as cordas (sem grande ouvido, de resto) pela lira parnasiana, outros dedilharam instrumentos híbridos, alguns, todavia, de boa fábrica. Ângelo Ribeiro, Maria Isabel da Câmara Quental, João de Matos Bettencourt, Félix Horta, Espínola de Mendonça, Ana Adelina Bettencourt da Costa Nunes, José Barbosa, Oliveira San-Bento, Rebelo de Bettencourt são alguns destes poetas, citados aqui não totalmente ao acaso. Deveria incluir neste elenco, se bem que fora do âmbito que comecei por definir (mas não tanto que nem é despropositada a sua inclusão) Luís-Francisco Bicudo, nascido em 1884. Começemos, então, por Luís Francisco Bicudo.

Nada teve a ver, como poeta, com o Modernismo, mas foi o primeiro português a fazer ideia do que se estava a passar na Europa e que veio a provocar o movimento modernista em Portugal. Quando, em 1909, em Lisboa (e em todo o Reino, já se vê, mas digo Lisboa por ter sido ali que propriamente se confinou o Modernismo) Mário de Sá Carneiro, por exemplo, ainda brincava aos teatros (sem saber que em Paris estava em cena o *Roi Bombance*, de Marinetti) e Fernando Pessoa, no casulo onde esperava a sua primavera, começava apenas a ler os simbolistas franceses, o poeta açoriano Luís Francisco Bicudo, em viagem pela Europa e estanciando algum tempo na Itália, lia a revista *Poesia*, que se publicava em Milão, sob a direção de Marinetti, onde convergiam os poetas futuristas. O poeta açoriano não se deixou aliciar pela “nova escola de poesia”, mas procurou entendê-la (e entendeu muito bem) ao contrário de alguns noticiários (por exemplo, Xavier de Carvalho) que deram as primeiras informações do Futurismo em jornais portugueses sem perceberem o que se estava passando à sua volta.

Assim, em vez de reagir com apupos ao “manifesto cheio de violência destruidora e incendiária” publicado naquele ano de 1909, em que Marinetti proclamava o Futurismo, declarando guerra ao passado, fazendo a apologia da guerra, exortando ao incêndio das bibliotecas e à inundação dos museus, relacionou tudo isso com a “pavorosa luta de ideias, mais terrível e mais devastadora do que seria a dos canhões” que se estava a dar “atualmente” (quer dizer naquele tempo) “no mundo, em todos os campos”. “Lemos as declarações do Futurismo”, dizia, “como ouviríamos as detonações dum tremendo combate de poderosas esquadras, que se estivesse travando no meio do oceano, para lá de Santa Maria, para lá da linha do horizonte”.

Esse combate travava-o, na opinião de Luís Francisco Bicudo, “uma nova aristocracia” (“não a do sangue nem a do talento, mas a dos homens de ação”) que “[pretendia] dominar e impor-se, “sem escrúpulos”, pela audácia e impiedade.

Para ele, “o Futurismo [era] como o hino, a marcha guerreira das novas ideias” desta “nova aristocracia”. Fundava-se na “filosofia tresloucada” de “um doido” (referia-se a Nietzsche) e os seus continuadores (os futuristas) eram “histéricos e nevróticos produtos da degenerescência do século”.

A “nova escola de poesia” não podia, por isso, atraí-lo, e não só isso como a condenava, pois achava “um mau sinal quando estas monstruosidades começavam a tocar a sensibilidade humana sob a forma harmoniosa da poesia”.

Estas ideias, Luís Francisco Bicudo expô-las num comentário ao Futurismo que publicou em agosto de 1909 no *Diário dos Açores*, de Ponta Delgada, no qual transcreveu na íntegra, posto em vernáculo, o “undecálogo” do movimento lançado apenas meses antes em Paris e uma entrevista com Marinetti sobre o seu programa revolucionário, que extratou de uma revista parisiense.

Não houve, que eu saiba, reações locais nem ao “manifesto” nem à entrevista, apesar de Luís Francisco Bicudo ter lançado um repto aos poetas açorianos, desafiando-os a exporem as suas opiniões. Nenhum levantou a luva, apesar de entre os citados, como Humberto de Bettencourt e José Bruno, e mesmo entre os não citados (principalmente Rodrigo Rodrigues), haver poetas nos Açores que, quinze anos atrás, tinham publicado uma revistinha nefelibata aceitavelmente impertinente para a época. A tradução do Manifesto Futurista por Luís Francisco Bicudo e o comentário que a acompanhou e que é a primeira crítica séria ao Futurismo saída na imprensa portuguesa, não fizeram, afinal, História na História do Modernismo.

Mais tarde, seria ainda outro açoriano quem havia de dar a conhecer em Portugal os manifestos italianos do Futurismo, tendo-os recebido em 1917 das mãos de Santa Rita Pintor, que já em 1914 dizia em Paris a Mário de Sá-Carneiro que ia voltar para Portugal com os Manifestos daquele movimento para procurar, a pedido do próprio Marinetti, um editor para a sua tradução portuguesa. Rebelo de Bettencourt fez desses manifestos uma síntese, quase uma colagem de excertos de Marinetti, Boccioni, Carra, etc., postos em vernáculo (em versão libérrima), e publicou-a no número 1 e único da revista *Portugal Futurista*, em 1917, assinada Bt. R. (Bettencourt-Rebelo). Esse açoriano foi Rebelo de Bettencourt.

Naquela revista publicou também um panegírico do autossuposto Pontifex do Futurismo português Santa Rita Pintor e depois, já em 1923, ainda se veria o seu nome várias vezes numa revista da orla modernista, mais propriamente naquela faixa do Modernismo que se confundiu com o Nacionalismo literário. Refiro-me à *Revista Portuguesa*, de Víctor Falcão. Aliás, já em 1920, num livro sobre *Os Novos Escritores*, Rebelo de Bettencourt tinha feito a História e apologia do Nacionalismo literário e proclamado António Sardinha, que era a figura de proa do Integralismo Lusitano, “chefe da nova geração”. De qualquer modo, como poeta - que o foi, e apreciável, - Rebelo de Bettencourt nada deveu ou teve a ver com o Modernismo. Ele próprio diria n’ *O Mundo das Imagens* (1928), ao evocar “Os Rapazes do Martinho” (Santa Rita,



Almada, Pessoa, José Pacheco, Amadeo, por esta ordem): “[...] eu [...] nunca fui rigorosamente um modernista [...]”.

Quem, de facto, esteve envolvido no Modernismo no tempo da explosão do movimento em Lisboa, foi Armando Côrtes-Rodrigues, que não só integrou o grupo de Fernando Pessoa no tempo do Orpheu, como certamente até foi o primeiro da constelação modernista a entrar na órbita do grande poeta da Mensagem. Foi ele mesmo que o disse algures:

Que a sua amizade com Fernando Pessoa tinha começado logo em 1910, tendo-lhe sido apresentado por um colega do Curso Superior de Letras, também poeta, chamado António Cobeira, como alguém acabado de chegar da ilha onde nascera Antero. Mário de Sá-Carneiro só seria atraído para a mesma órbita em 1911 ou 12 e os outros daí por diante.

Armando Côrtes-Rodrigues colaborou na revista-manifesto do Modernismo português Orpheu em 1915 e na que se lhe seguiu em 1916, o Exílio, onde vem mencionado entre os fundadores, com o Diretor Augusto de Santa-Rita, irmão do Santa-Rita Pintor, Pedro de Menezes (Alfredo Guisado) e António Ferro. O seu percurso seguiria depois sinuosamente por uma poesia de inspiração etnográfica e um neoparnasianismo muito apurado até regressar, já entrados os anos 40, ao Modernismo, um modernismo moderado, em que mal ressoa a voz juvenil do poeta do Orpheu e Exílio.

Um último poeta açoriano que tocou a raia do Modernismo, mas nascido já pelos finais do século XIX, foi Duarte de Viveiros. A sua poesia situa-se na faixa do Modernismo que arvorou a bandeira do Nacionalismo Literário: um Modernismo, todavia, mitigado pelo exercício do verso parnasiano (à sombra de Cesário) ou derivado diretamente do Decadentismo e do Simbolismo, como o de Sá-Carneiro (o poeta que, depois de Cesário Verde e de António Nobre, lhe está mais próximo) e um Nacionalismo tão exacerbado quanto desiludido, descrente do Futuro (“as novas gerações que vêm chegando / trazem nos braços, a embalar, cantando, / o corpo apunhalado do Futuro”).

EDUÍNO DE JESUS eduinodejesus@gmail.com

12. ELISA GUIMARÃES, UPM, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE



Elisa Guimarães doutorou-se em Letras pela Universidade de São Paulo, onde lecionou na graduação e na pós-graduação, bem como orientou mestrados e doutorando na área de Filologia e Língua Portuguesa. Nessa mesma Universidade, foi coordenadora do Curso de Letras. Atualmente, é professora titular do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Publicou, na área de sua especialidade, ou seja, Linguística Textual e Análise do Discurso, as obras *A articulação do texto* (Ed. Ática), *Texto, discurso e ensino* (Ed. Contexto), *Linhas e entrelinhas* (Ed. Casemiro), *Texto e Discurso – confluências* (Ed. Mackenzie), *Textualidade e discursividade na linguística e na literatura* (Ed. MACKENZIE) *Estudos linguísticos e literários* (Ed. MACKENZIE). Publicou artigos e ensaios sobre Língua e Literatura portuguesa em periódicos no Brasil e no exterior. Vem proferindo palestras, ministrando cursos e apresentando resultados de pesquisas em diversos congressos nacionais e internacionais.

É SÓCIO DA AICL.

1) TEMA 1.3.1 – ENSINO DE LITERATURA: LINGUAGEM LITERÁRIA E CORREÇÃO GRAMATICAL, ELISA GUIMARÃES, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE – BRASIL

A linha fundamental da montagem deste ensaio tem em mira – fixados os conceitos de “norma” e “correção gramatical” – explorar a essência de sua vinculação com a língua enquanto canal de expressão literária. Para isso, apresentará resultantes da maneira como se podem sintonizar, no texto escrito, traços de literariedade, ora espelhando sujeição aos cânones da Gramática, ora traçando desvios em relação aos mesmo cânones. Explorará, assim o caráter autônomo da linguagem literária: algo funcionando como mensagem que engendra seu próprio código – especificidade que, no entanto, não se choca com os ditames das normas gramaticais. Antes, enfatiza a sobreposição do critério estético em relação ao critério de correção gramatical.

Os passos, pois, a serem dados no desenvolvimento do tema implicam algo consabido; a linguagem literária tanto pode ser encarada como exercício criativo, quanto como marca estilística resultante de desvios de cânones gramaticais.

Servir-nos-ão de alicerce teórico os autores Jean-Michel ADAM, Eugénio COSERIU e Celso CUNHA, respetivamente em *Linguistique et Discours Littéraire - Teoria del Language et Linguística General – Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*.

As linhas fundamentais da montagem deste ensaio têm em mira – fixados os conceitos de “norma” e “correção gramatical” – explorar a essência de sua vinculação com a língua enquanto canal de expressão literária. Os passos a serem dados no desenvolvimento do tema implicam algo consabido: a linguagem literária tanto pode ser encarada como exercício criativo, quanto como marca estilística resultante de desvios de cânones gramaticais. Esses dois fatos parecem-nos suficientes para ponto



de partida de reflexões mais aprofundadas acerca das relações entre linguagem e correção gramatical.

Vista como exercício criativo da língua, a linguagem literária engendra-se na dimensão expressiva da atividade linguística, não se caracterizando apenas como expressão de desvios, mas ainda como possibilidade de escolha dentro da própria norma. O literário mergulha em meios de expressão próprios, ainda que se valendo da língua, ponto de partida. Esbarramos aqui com a noção de literariedade – fenômeno que consiste de linguagem e, no entanto, redundante em efeitos que a linguagem comum não logra produzir.

Confrontando a linguagem literária com a cotidiana, Roman Jakobson (1965:95) assim formulou a diferença entre uma e outra:

Os fenômenos linguísticos devem ser classificados do ponto de vista do objetivo visado em cada caso particular pelo falante. Se os utiliza com objetivo puramente prático de comunicação, ele faz uso do sistema da língua cotidiana, na qual as formas linguísticas (os sons, os elementos morfológicos, etc.) não têm valor autônomo e não são mais do que um meio de comunicação. Mas podemos imaginar (e eles existem realmente) outros sistemas linguísticos, nos quais o objetivo prático recua a um segundo plano (ainda que não desapareça inteiramente) e as formas linguísticas obtenham, então, um valor autônomo.

Inferir-se das reflexões de Jakobson que a literariedade e, consequentemente, a linguagem literária não se afirma em oposição à linguagem normal, mas a uma “sobreposição de linguagens”, em que se manifestam estruturas complexas. O plano de expressão e o plano de conteúdo do sistema linguístico denotativo não são anulados, mas trespassados pelo acréscimo de significados conotativos conferidos a significantes monovalentes para expressarem o mesmo significado. É próprio da literariedade impor ao discurso alguma estrutura adicional àquela que deriva da linguagem tal como normalmente usada - o que se pode verificar nos exemplos seguintes: *Fiz uma viagem de trem e vi árvores ao longo da estrada* - *“Eu viajava e as árvores passeavam pelas janelas do trem”*.

Da conceituação, bem como da exemplificação apresentada, a inferência que se impõe é que a linguagem literária identifica-se como linguagem ordenada ou arranjada de maneira distinta da ordem habitual, para isso contribuindo ainda os recursos ligados à linguagem figurada, como se pode observar em *“as árvores passeavam”*. A análise linguística, pois, quando tem por alvo o discurso literário, resulta numa gramática diferente daquela que seria produzida por uma análise linguística da linguagem comum. Diferença essa que não implica, necessariamente, afastamento dos cânones da Gramática Normativa.

Torna-se necessário, neste ponto de nossas reflexões, especificar o que entendemos por “norma” e por “correção gramatical” para, em seguida, explorarmos a essência da sua vinculação com a Língua enquanto instrumento de expressão literária.

A noção de norma remete-nos para a defesa do código da Língua, que nós todos, membros de uma comunidade linguística, conhecemos. Consiste o código, ao

mesmo tempo, de um conjunto de classes de elementos linguísticos e de um conjunto de regras destinadas a combinar ou a correlacionar esses elementos. O conhecimento do código capacita-nos a codificar e a decodificar mensagens. Referimo-nos, pois, em primeiro plano, à norma objetivamente comprovada numa língua, e não à norma no sentido corrente, estabelecida ou imposta segundo critérios de correção e de valoração subjetiva do expressado; aquela norma segundo a qual se reconhece que “falamos bem” ou de maneira exemplar, na mesma comunidade. Em relação à norma a que os referimos, indica-se “como se deve dizer” e não se comprova “como se diz”; os conceitos que se opõem com respeito a essa norma são “correto” e “incorreto”, e não “normal” e “anormal”. Pondera Eugênio Coseriu:

se é um sistema de realizações obrigadas, consagradas social e culturalmente, a norma não corresponde ao que se pode ou se deve dizer, mas ao que já se disse ou tradicionalmente se diz na comunidade considerada (1967:31).

Concorda, pois, o lúcido mestre Coseriu com o princípio da “consuetude” de Varrão, ou seja, com o domínio da aceitabilidade social sobre os demais critérios de correção, dentre os quais o “uso” é o mais antigo. Seu conceito apresenta, porém, insuficiências, e requer ulteriores precisões, como, por exemplo, o “correto” revela-se, sem dúvida, no “uso”, mas também o novo, o jamais dito pode ser perfeitamente correto.

É justamente para chegarem a um conceito mais preciso de “correção” em cada idioma que os linguistas atuais vêm tentando estabelecer métodos que possibilitem a descrição minuciosa de suas variedades cultas, seja na forma falada, seja na escrita. No tocante à língua portuguesa, convém lembrar que, desde a época do colonialismo, nossos escritores, tendentes à imitação de modelos portugueses, concorrem para implantação de “normas de correção idiomática”, ainda hoje reproduzidas na maioria de nossas gramáticas. Ainda nos primeiros anos do século atual, dispensava-se obediência às normas lusitanas em compêndios de língua com abonações invariavelmente hauridas em escritores portugueses – os únicos que mereciam crédito. Inflexíveis normas gramaticais, a que passivamente obedeciam os letrados da colônia, mantêm respeitada a chamada “norma culta”, na qual se pautam os princípios de “certo” e “errado”, ou seja, de correção gramatical. Vê-se, pois, o critério de correção conformado com o uso próprio dos escritores de uma época pretérita, em geral escolhida arbitrariamente. É o critério tradicional de correção, fundado nos exemplos dos clássicos. É momento, contudo, de exaltar escritores nossos, como Machado de Assis, Raul Pompeia, Euclides da Cunha, que procuram – cada um a seu modo – harmonizar renovação com tradição. Leia-se a esse propósito o que diz Machado de Assis:

Não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma. A influência popular tem um limite; o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte



de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão (1988: 800).

O trecho espelha o que seria o processo de escolha de Machado de Assis no terreno da Língua; um equilíbrio constante entre a pureza dos clássicos e a renovação dos modernos.

Voltamo-nos para outra questão que aqui nos interessa diretamente, ou seja, a das formas linguísticas que, transcendendo o plano da simples correção gramatical, encerram um valor autônomo. Formas linguísticas cuja especificidade reside no fato de que, nelas, as palavras e seu arranjo e seu significado, sua forma externa e interna adquirem pelo e valor por si próprios. Trata-se de formas linguísticas resultantes de uma combinação de elementos com a finalidade de produzir um efeito de sentido específico. Assim se define a linguagem literária – autônoma porque tem o poder bastante para organizar e estruturar inteiros mundos expressivos. Autônoma porque funciona como uma mensagem que engendra o seu próprio código. Essa especificidade da linguagem literária não se choca com os ditames das normas gramaticais, se considerada a sua face de exercício criativo da língua, resultante da possibilidade de escolha dentro da própria norma. Dentro desse quadro, é possível distinguir traços característicos da linguagem literária, que podem ser sintetizados nos seguintes: “Relevância do plano da expressão”; na linguagem literária, o modo de dizer é tão ou mais importante do que aquilo que se diz, e que é diferente da linguagem em função utilitária. Esse tipo de linguagem não serve apenas para veicular conteúdos, mas principalmente para recriar-se no seu processo de organização. Assim, quando Oswald de Andrade escreve: “E tia Gabriela grasnadeira grasnou graves grosas de infância”, a frase não só explicita o que dizia tia Gabriela, mas por força da aliteração do grupo Gr reproduz aproximadamente o caráter enfadonho, repetitivo e desagradável da fala da personagem. O plano da expressão articula-se com o plano do conteúdo, contribuindo assim para a significação global.

Tem-se na intangibilidade outra característica do texto formulado em linguagem literária. Pode-se dizer que, quando se faz um resumo de um texto não-literário, apreende-se o essencial; quando se resume o texto literário, perde-se o essencial. Com efeito, não se pode suprimir ou acrescentar. É diferente afirmar que não há definição para o amor e dizer “Amor é fogo que arde sem se ver”...

O sentido assumido por uma palavra numa dada situação e por referência a um certo contexto gera o “processo conotativo” – também marca característica da linguagem literária. A denotação exhibe o núcleo intelectual do significado da palavra, enquanto na conotação valores significativos de ordem emotiva, volitiva e social, como um halo, circundam e penetram esse núcleo. Esse halo significativo pode ser estritamente subjetivo, apresentando-se como a marca de um indivíduo (resultado das vicissitudes essenciais, do seu temperamento, etc.), mas pode também apresentar-se como comum a todos os membros de uma comunidade, constituindo-se assim para eles como que uma vivência subjetiva do objeto denotado ou uma atitude valorativa perante ele, de certo modo objetivada. O conceito linguístico de conotação é

indispensável para a análise e a fruição estética do texto literário, pois que este se constitui sobre um “plano de expressão”.

A linguagem literária é polissêmica, ambígua, aberta a várias interpretações – fato do qual se pode citar como outra característica a plurissignificação, ou seja, a propriedade que põe em xeque o aspecto monolítico, unívoco e monológico do sistema linguístico normal, renovando e atualizando constantemente as possibilidades expressivas da linguagem humana. Liberta dos constrangimentos da prática monovalente do uso linguístico, a linguagem literária pode continuar “*ad infinitum*” sua função de criadora de realidade, renovando incessantemente códigos e ideologias. Esse tipo de linguagem transforma incessantemente não só as relações que as palavras entretêm consigo mesmas, utilizando-as além de seus sentidos estritos e além da lógica do discurso usual, mas estabelece com cada leitor relações subjetivas que tornam o texto móvel (modificante modificável), capaz mesmo de não conter nenhum sentido definitivo ou incontestável.

A plurissignificação ou polissemia da linguagem literária não atinge apenas a mensagem em si, mas também o emissor, o destinatário e o referente, gerando ambiguidade respectivamente entre o autor e o “eu” poético, leitor textual e leitor visual, realidade material e realidade ficcional. Em vez de filtrar uma dimensão de significados, a linguagem literária deixa passar várias, até mesmo consolida várias dimensões, que fluem conjuntamente à maneira dos textos sobrepostos de um palimpsesto. O literário conserva e transcende simultaneamente a literalidade das palavras. A plurissignificação pode verificar-se tanto num fragmento como na totalidade de um texto literário. Pode caracterizar a própria “base semântica” do texto literário e manifestar-se assim ao longo de toda a cadeia textual. E constitui não apenas um efeito das suas estruturas, mas ainda, dialeticamente, um “efeito de leitura”. Eis por que é a plurissignificação um fenômeno de recepção literária, implicando, portanto, parâmetros pragmáticos muito importantes.

Cite-se ainda outro traço típico da língua literária: a “novidade”.

Na linguagem científica e coloquial, predomina o uso de estereótipos, seguindo padrões linguísticos e petrificando a palavra. O cientista e o homem comum não pensam no código que utilizam; o uso linguístico cria automatismos psíquicos e intelectuais que levam à perda do sentido do significante. A força da repetição aniquila o significado da palavra, que perde o seu poder de criatividade.

A linguagem literária insurge-se contra o automatismo e a estereotipação do uso linguístico, reavivando arcaísmos, criando neologismos, inventando novas metáforas, ordenando de modo diferente os lexemas no sintagma. Os signos poéticos, mais do que expressarem conceitos, carregam representações sensoriais, por meio da metrificação, da rima, da assonância, do ritmo, da sinestesia, etc.

A novidade do significante linguístico causa no leitor um “efeito de estranhamento”, que o obriga a refletir sobre a formulação da mensagem.

Enfim, a linguagem literária define-se mais produtivamente se encarada com uma expressão de valências profundas do sistema linguístico.



Na escalada da utilização de linguagem literária situamos a relação norma/desvio – item proposto no início deste ensaio como objeto da segunda parte de nossas reflexões, ou seja, a exploração da língua literária como marca estilística resultante de desvios de cânones gramaticais.

“Norma” é ainda noção muitas vezes presente na definição de estilo. Assim, Jean Cohen lembra Charles Bruneau quando define: *Estilo é um desvio em relação a uma norma e, portanto, um erro, mas um erro intencional (1966:27)*. John Lyons (1982: 268) apela para a expressão “incongruência estilística” e comenta:

(...) mas este tipo de desvio da norma prova meramente que existe uma norma em primeiro lugar. A incongruência estilística é reconhecida pelo que é e alcança o efeito que alcança em relação às normas da congruência.

A concepção de linguagem literária na qualidade de desvio encontra-se já exposta na *Poética* de Aristóteles e está também explorada na *Epístola aos Pisões* de Horácio. Na *Poética*, Aristóteles preceitua que a elocução, sem deixar de ser clara, não deve ser “pedestre”, devendo antes ser nobre e afastada do uso vulgar, que não deve ser cultivada até ao extremo do “enigma” e do “barbarismo”.

A caracterização do estilo por um desvio da norma linguística assente, ou o conceito da “deformação” em matéria de estilo, é doutrina da escola eslava de crítica literária, cujo ramo mais importante está no grupo tcheco, ligado ao famoso Círculo Linguístico de Praga.

O que entender por essa questão? Quais as relações existentes entre a Gramática que permitem descrever e explicar os textos de língua literária? Estas relações se podem definir em termos de desvio: a língua literária representa um desvio quando comparada com a língua norma; por conseguinte, a gramática que permite descrever e explicar os textos literário não se pode identificar totalmente com a gramática da língua normal.

Conceber a linguagem literária com desvio implica determinar e caracterizar a “regularidade”, “o grau estilístico e retórico”, a partir dos quais se institui o “desvio”. Este pode ser analisado como uma “diferença”, um “distanciamento” e uma novidade, ou pode ser analisado como uma “irregularidade”, uma “anomalia” e uma “transgressão” em relação ao termo considerado como “norma”.

O desvio não se configura forçosamente, por conseguinte, como um fenômeno agramatical ou como infração de quaisquer regras, podendo antes configurar-se como um fenômeno - a “norma” – a regularidade institucionalizada – sem a qual não seria possível detectar ou caracterizar o “desvio”. E, dialeticamente, a norma não se manifestaria de modo tão claro sem a ocorrência de desvios.

Traça-se, com efeito, nas linhas do desvio, o aspecto talvez mais relevante da linguagem literária: significações marginais violando as associações verbais habituais, formas inusitadas aparentemente transgressoras dos preceitos gramaticais.

Exemplifiquemos essas formas:

No conhecido verso de João Cabral de Melo Neto “Um galo sozinho não tece a manhã”, há um desvio em relação às normas semânticas: o verbo “tecer” raramente tem por sujeito a nome de um animal e na apresenta normalmente por objeto um

substantivo como “manhã”. Tecer exige um sujeito comportando o sema objeto material, artefato; manhã não comporta, evidentemente, esses últimos semas.

Na passagem do romance *Quincas Borba*, em que Machado de Assis, ao fixar o personagem Rubião como demente, imaginando-se imperador dos franceses, situa-o cingindo a “coroa”, que era sequer uma bacia onde “se pudesse palpar a ilusão: ele pegou nada, ergueu nada e cingiu nada”. A forma empregada pelo autor transgredir a regra gramatical que preceitua a duplicação da partícula negativa: ele não pegou nada. No entanto, a expressividade decorrente da figura anômala enfatiza a sensação de vazio que envolve a figura e o gesto do personagem demente – o pronome indefinido “nada” assumindo o valor substantivo de “alguma coisa”.

Há, nos exemplos apresentados, e esses poderiam multiplicar-se, uma boa amostragem do fato estilístico resultante do desvio. Essa “deformação” resulta da utilização da linguagem representativa para fins que não estão na sua essência e cujas formas só podem servir a esses fins mediante uma adaptação.

Os desvios – não enquadrados em regras gramaticais bem definidas – representam o exercício criativo da linguagem – prova eloquente do domínio da expressão. Exibem esses desvios o porte do escritor que faz da língua um emprego voluntário e consciente, determinado por uma intenção estética – postura que distancia o escritor do falante comum.

Dimensiona-se aqui a estatura do escritor que devolve a uma linguagem possivelmente ameaçada pelo já dito, pelo vulgar, o poder anunciar o novo, e até mesmo o inefável.

O exposto parece ter-nos oferecido dados conducentes às seguintes conclusões:

Ainda que problema bastante intrincado, a conceituação de erro e, decorrentemente, de correção em linguagem distingue-se facilmente da deformação estilística, se partirmos da exata compreensão de língua literária e estilo, ou seja, encarados como um conjunto de processos para um fim estético. A deformação aparente que serve a esse fim é expressão literária, é recurso estilístico, e não incorreção gramatical.

Não se pode por isso estabelecer uma correspondência biunívoca entre norma e desvio, gramática e estilo. Ao lado de desvios negativos, confundidos com o “erro”, há os que só se definem como tais em relação a determinados tipo de norma. Há por outro lado, traços estilísticos resultantes de escolha dentro da norma e que, portanto, não se configuram como desvios.

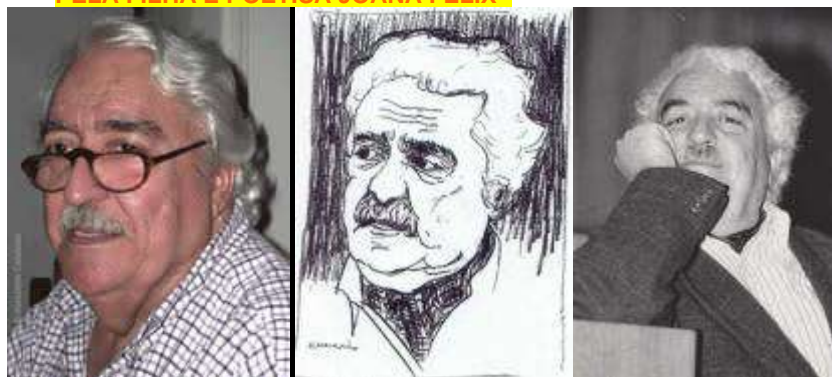
Parece-nos caber ainda no ângulo das conclusões o princípio que estabelece no literário um outro nível de inteligibilidade em que as possíveis impertinências não só são aceitas, como são necessárias para a criação de novas possibilidades de expressão não previstas pela língua – ou pela “norma” – como nos parece mais adequado. Ou seja: a liberdade tem parâmetros, mas até mesmo esses podem ser dispensados diante das prerrogativas da linguagem literária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



COHEN, Jean (1966) *Structure du langage poétique*. Paris: Flammarion.
 COSERIU, Eugenio (1967) *Teoria del language y Linguística General*. Madrid: Gredos.
 JACOBSON, Roman (s/d) *Linguística e Comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix.
 LYONS, John (1982) *Novos Horizontes em Linguística*. São Paulo: Cultrix,
 MACHADO de ASSIS, Joaquim (1988) *Crônicas*. São Paulo: Ed. Aguilar.

13. EMANUEL FÉLIX (1936-2004) ESCRITOR CONVIDADO REPRESENTADO PELA FILHA E POETISA JOANA FÉLIX



Emanuel Félix Borges da Silva nasceu em Angra do Heroísmo a 24 de outubro de 1936 e faleceu no dia 14 de fevereiro de 2004 na mesma cidade.

Poeta, ensaísta, autor de contos e crônicas, crítico literário e de artes plásticas. Foi considerado o introdutor do concretismo poético em Portugal, que cedo rejeitou, tendo passado pela experiência surrealista.

Fundou e foi codiretor da revista *Gávea* (1958).

Foi codiretor da revista *Atlântida*, do Instituto Açoriano de Cultura. Iniciou os seus estudos nos Açores, tendo, porém, feito quase toda a sua preparação técnico-profissional no estrangeiro, designadamente no Instituto Francês de Restauro de Obras de Arte (Paris), na Escola Superior de Belas-Artes de Anderlecht e na Universidade Católica de Lovaina, onde se especializou no Laboratório de Estudo de Obras de Arte por Métodos Científicos do Instituto Superior de Arqueologia e História da Arte da mesma Universidade.

Efetou visitas de estudo e frequentou estágios de longa duração em institutos superiores e serviços científicos dos museus de Paris, Ruão, Bruxelas, Leigue, Amsterdão, Londres, Roma, Florença, etc.

Foi responsável pela criação do Centro de Estudo, Conservação e Restauro de Obras de Arte dos Açores, que dirigiu e onde organizou, com o apoio do Fundo Social Europeu, cursos de formação para técnicos de restauro de pintura de cavalete.

Tendo iniciado a sua vida como professor do ensino primário, foi também professor do ensino secundário e, por fim, do ensino superior, havendo proposto e colaborado na reestruturação do "currículo" do Curso Superior de Conservação e Restauro da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, onde lecionou Tecnologia da Pintura e Técnicas de Conservação e Restauro, disciplinas cujo conteúdo programático elaborou.

Na mesma Escola Superior, prestou serviços no âmbito dos estudos, da consultadoria, do desenvolvimento científico do respetivo laboratório de restauro e da direção de estágios de especialidade.

Fez parte do grupo de peritos do "Projeto 10" do CDCC do Conselho da Europa, que realizou numerosas audições com vista ao estudo das dinâmicas culturais no desenvolvimento de diversas regiões europeias.

Proferiu conferências e participou em mesas redondas em associações culturais e universidades dos Estados Unidos da América.

Foi membro individual de diversas instituições culturais nacionais e estrangeiras. Tem centenas de artigos publicados em jornais e revistas dos Açores, do Continente Português e do Estrangeiro. Está representado em numerosas antologias poéticas.

Ficaram por publicar, entre outras:

- *Paramentos Antigos dos Açores* - séc. XIV, XV e XVI (História da Arte),
- *Comunicação, Cultura, Liberdade* (artigos, comunicações, conferências e outros textos de intervenção).

1965. <i>Vendedor De Bichos (Poesia)</i> Lisboa, 1965;
1967. <i>Angra No Último Quartel Do Século XVI (Angra do Heroísmo)</i> , 1967;
1977. <i>A Palavra O Açoite (Poesia)</i> Coimbra, 1977;
1984. <i>A Viagem Possível (Poesia, 1965/81)</i> Angra do Heroísmo, 1984;
1985. <i>Seis Nomes De Mulher ((Poesia)</i> Angra do Heroísmo, 1985
1988. <i>António Dacosta - Esboço De Um Roteiro Sentimental (Angra do Heroísmo)</i> , 1988;
1988. <i>O Dragoeiro (Dracaena Draco da Macaronésia) Chave da Grande Obra em Jerónimo Bosch, Angra do Heroísmo</i> , 1988;
1989. <i>Conceito E Dinâmica Do Património Cultural (Angra do Heroísmo)</i> , 1989;
1992. <i>O Instante Suspenso (Poesia)</i> Angra do Heroísmo, 1992;
1993. <i>A Viagem Possível (2ª edição refundida e atualizada)</i> Lisboa, 1993;
1994. <i>Os Trincos Da Memória (Ficção Narrativa)</i> Ponta Delgada, 1994;
1995. <i>Iconografia e Simbólica do Espírito Santo nos Açores, Praia da Vitória</i> ,
1997. <i>Habitação Das Chuvas (Poesia)</i> , Angra do Heroísmo, 1997.
1997. <i>Emanuel Félix 121 poemas escolhidos -1954-1997</i>
2011 <i>In Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos</i> , ed. <i>Calendário de Letras / AICL, VN de Gaia</i>

Leia: <http://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=32#ixzz1BVGyLQpU>

- *The Possible Journey – Poems (1965-1992)*.

**Tema 1.1.1. O Gaspar e o Félix por Joana Félix**

Sou filha de Emanuel Félix.

É essa a condição para ter aceitado dizer alguma coisa sobre o poeta.

Sou filha de Emanuel Félix.

Eis a condição para dizer coisas do meu pai-poeta ou do poeta-meu-pai, assim contribuindo de algum modo para a compreensão da sua obra ou do seu pensamento – e apenas nessa condição porque na de poeta, ou escritor ou investigador por aí não me meto com medo de errar. Ou jeito, porque isso de filha de Emanuel Félix é coisa que engrandece mas também esmaga.

Sou, portanto, filha de Emanuel Félix e é nessa condição que exponho aquilo que penso constituir uma parte do seu pensamento, do seu sentir e da sua palavra.

Meu Pai era assim.

Tinha eu 19 anos, meu Pai teria nessa altura 50, quando o Gaspar desapareceu. tinha aquele gato desde há dois anos, mas o amor era grande ao ponto do meu Pai ter de intervir pedindo-me que escrevesse um texto para enviar ao jornal a dar conta do desaparecimento a quem o encontrasse. Esgratevi então estas letras assim:

GATO

Procura-se. Grande, azul de pelo raso. Sagaz, felino, mas amigo e companheiro. Pede- -se a quem o encontrar favor apagar a candeia acesa que aguarda o seu regresso no quarto de jantar.

Mostrei ao Pai para verificar se assim estava bem. E o Mestre, na sala de jantar, agarrou no papel, mexeu-se na cadeira como se estivesse a ajeitar o comando duma nave espacial, olha para mim e para o papel, os olhos dele redondos mas assim pontiagudos a perceber a estrutura molecular do que se estaria a passar e disse-me: — *Parece um poema, isto não é um anúncio qualquer. Publica-o mesmo assim; quem quiser sofra a alegria da poesia, coitado do Gaspar; quem não o entender, pois que procure o gato.*

Meu Pai era assim.

Ao mais pequenino detalhe, a poesia ressaltava. Ou melhor dizendo: aos olhos dele a vida era pura poesia. É assim que o recorde: à sua volta uma mundividência de artes, do desenho até à pintura, passando pelo restauro e pelo livro, mas ao centro a poesia, e empurrava-nos para aí num ambiente de amigo e companheiro. O exemplo do gato é um entre tantos, e por isso talvez o anúncio tornou-se poesia e como tal está já publicado assim mesmo.

Se fosse feito agora, o anúncio seria diferente, muito diferente, e escrevê-lo-ia assim:

FÉLIX

Procura-se. Grande, de sangue azul, de branco bordado e de chita enramada por ser da ilha de salga e de vulcânica vida. Sagaz, assim como o felino, mas amigo e companheiro. Pede-se a quem o encontrar favor apagar a candeia acesa que aguarda o seu regresso no quarto de jantar.

14. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007

EVANILDO CAVALCANTE BECHARA nasceu no Recife, a 26 de fevereiro de 1928.

Quinto ocupante a Cadeira nº 33, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa. Evanildo Cavalcante Bechara nasceu no Recife (PE), em 26 de fevereiro de 1928. Aos onze para doze anos, órfão de pai, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a fim de completar sua educação em casa de um tio-avô. Desde cedo mostrou vocação para o magistério, vocação que o levou a fazer o curso de Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto La-Fayette, hoje UERJ, Bacharel em 1948 e Licenciado em 1949. Aos quinze anos conheceu o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da língua portuguesa, que na época contava entre 81 e 82 anos. Essa experiência permitiu a Evanildo Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos. Aos dezassete, escreve seu primeiro ensaio, intitulado Fenômenos de Intonação, publicado em 1948, com prefácio do filólogo Lindolfo Gomes. Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne no livro Primeiros Ensaios de Língua Portuguesa artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, saídos em jornais e revistas especializadas. Concluído o curso universitário, vieram-lhe as oportunidades de concursos públicos, que fez com brilho, num total de onze inscritos e dez realizados. Aperfeiçoou-se em Filologia Românica em Madri, com Dámaso Alonso, nos anos de 1961 e 1962, com bolsa oferecida pelo Governo espanhol.

Doutor em Letras pela UEG (atual UERJ), em 1964.

Convidado pelo Prof. Antenor Nascentes para seu assistente, chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ) em 1964.

Professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de 1962 a 1992.

Professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, de 1976 a 1994.

Professor titular de Língua Portuguesa, Linguística e Filologia Românica da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.



Professor de Língua Portuguesa e Filologia Românica em IES nacionais (citem-se: PUC-RJ, UFSE, UFPB, UFAL, UFRN, UFAC) e estrangeiras (Alemanha, Holanda e Portugal).

Em 1971-72 exerceu o cargo de Professor Titular Visitante da Universidade de Colônia (Alemanha) e de 1987 a 1989 igual cargo na Universidade de Coimbra (Portugal).

Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994) e da Universidade Federal Fluminense (1998).

Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra (2000).

Distinguido com as medalhas José de Anchieta e de Honra ao Mérito Educacional (da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro), e medalha Oskar Nobiling (da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura).

Foi convidado por acadêmicos amigos para candidatar-se à Academia Brasileira de Letras, na vaga do grande Mestre Afrânio Coutinho, na alegação de que a instituição precisava de um filólogo para prosseguir seus deveres estatutários no âmbito da língua portuguesa.

É o quinto ocupante da Cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.

Foi Diretor Tesoureiro da Instituição (2002-2003) e Secretário-Geral (2004-2005).

Criou a Coleção Antônio de Moraes Silva, para publicação de estudos de língua portuguesa, e é membro da Comissão de Lexicologia e Lexicografia e da Comissão de Seleção da Biblioteca Rodolfo Garcia.



Entre centenas de artigos, comunicações a congressos nacionais e internacionais, Bechara escreveu livros que já se tornaram clássicos, pelas suas sucessivas edições. Diretor da revista *Littera* (1971-1976) – 16 volumes publicados; da revista *Confluência* (1990-2005) – até agora com 30 volumes publicados.

Orientador de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado no Departamento de Letras da PUC-RJ, no Instituto de Letras da UFF e no Instituto de Letras da UERJ, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de dissertações de Mestrado, de teses de Doutorado e de Livre-Docência na Faculdade de Letras da UFRJ, no Instituto de Letras da UERJ e em outras IES do país, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de concursos públicos para o magistério superior no Instituto de Letras da UFF, no Instituto de Letras da UERJ e no Departamento de Letras da USP, desde 1978.

Foi Diretor do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1974 a 1980 e de 1984 a 1988;

Secretário-Geral do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1965 a 1975;

Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, de 1976 a 1977;

Membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1978 a 1984;

Chefe do Departamento de Filologia e Linguística do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1981 a 1984;

Chefe do Departamento de Letras da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Membro titular da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Romanistas, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro. Membro da Societé de Linguistique Romane (de que foi membro do Comité Scientifique, para o quadriênio 1996-1999) e do PEN Clube do Brasil.

Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Foi eleito por um colegiado de educadores do Rio de Janeiro, uma das dez personalidades educacionais de 2004 e 2005.

A convite da Nova Fronteira integra o Conselho Editorial dos diversos volumes do Dicionário Caldas Aulete.

Em 2005 foi nomeado membro do Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro e da Comissão para a Definição da Política de Ensino, Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa, iniciativa do Ministério da Educação.

Dentre suas teses universitárias contam-se os seguintes títulos:

- A Evolução do Pensamento Concessivo no Português (1954),
- O Futuro em Românico (1962),
- A Sintaxe Nominal na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta (1964),
- A Contribuição de M. Said Ali para a Filologia Portuguesa (1964),
- Os Estudos sobre Os Lusíadas de José Maria Rodrigues (1980),
- As Fases Históricas da Língua Portuguesa: Tentativa de Proposta de Nova Periodização (1985).

Autor de duas dezenas de livros, entre os quais a *Moderna Gramática Portuguesa*, amplamente utilizada em escolas e meios acadêmicos, e diretor da equipe de estudantes de Letras da PUC-RJ que, em 1972, levantou o corpus lexical do



Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, sob a direção geral de Antônio Houaiss.

É professor da UERJ e da UFF e membro da ABL

É patrono dos Colóquios da Lusofonia e dos Encontros Açorianos da Lusofonia desde 2007.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

JORNAL O DIA: FONTES DA REFORMA ORTOGRÁFICA,

Rio domingo, 24 de julho de 2011- Temos recebido de vários leitores uma pergunta muito oportuna neste período em que se intensificam entre portugueses críticas ao novo Acordo Ortográfico: por que os portugueses rejeitam tão veementemente aquilo que seu representante legal se comprometeu a adotar?

As críticas dos portugueses chegam a apelar, nos sucessivos abaixo-assinados às autoridades governamentais competentes, para que se revogue o compromisso de implantação do sistema ortográfico aprovado pelos sete países de língua oficial portuguesa.

A indagação é oportuna nesta coluna, porque, no meio da gritaria, quase sempre não aparecem razões de ordem técnica que invalidem as Bases em que se assentam as normas do novo sistema. Já em 1911, depois de aprovada a reforma ortográfica elaborada pelos melhores filólogos que Portugal tinha à época, confessava D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos:

'O público! Qual foi o acolhimento que fez à Reforma? Naturalmente as opiniões estão divididas. Houve e há entusiastas, críticos, indiferentes e adversários. Reacionários rombos, avessos a todo e qualquer progresso, aos quais as quarenta e tantas regras mostraram, pela primeira vez, quantas e quais são as dificuldades da ortografia nacional, entendem que fomos nós que as inventamos, baralhando e complicando tudo. Constou mesmo que esses descontentes iam angariar assinaturas a fim de reclamar a revogação da portaria de 1 de setembro [DE 1911].

Podemos começar a dizer que as novas normas não são tão novas para os portugueses, porque em geral ratificam usos que já vêm praticados desde 1945, ou antes, portanto há mais de meio século. Os pontos de que se afasta a nova proposta de 1990 praticamente dizem respeito a questões mal resolvidas pelo sistema de 1945, e que também se tornam mal resolvidas pelo sistema vigente no Brasil desde 1943. Dentre essas questões cumpre ressaltar o emprego do hífen. Bem ou mal, os redatores do texto oficial, sem se afastar muito das normas de 1945 na sua redação, nos seus exemplos e até nas suas exceções, procuraram sistematizar melhor o que foi possível, numa área da ortografia que se mostra muito sutil quando os fundamentos se baseiam no desvanecimento da noção da composição, na evolução semântica, na aderência de sentido, no sentimento do falante ou na perda em certa medida da noção de composição. O espaço limitado desta coluna não nos permite aprofundar nossa pesquisa para demonstrar os íntimos laços que aproximam as Bases do Acordo de 1990 ao Formulário Ortográfico de 1945.

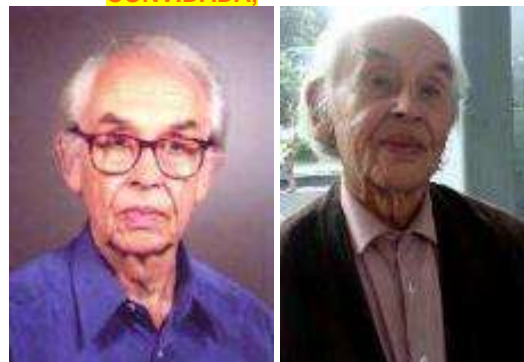
Vamos nos limitar a apontar as principais alterações gráficas nas regras de acentuação a serem adotadas pelos brasileiros, regras que já vinham do sistema ortográfico de 1945, com as alterações levadas a efeito por lá em 1975, praticadas, portanto, pelos portugueses e africanos:

- 1) desaparece o circunflexo de 'voo, enjoo, perdooo', etc.;
- 2) desaparece o circunflexo de 'creem, leem, deem, veem';
- 3) desaparece o acento gráfico agudo dos ditongos abertos 'oi' e 'ei' dos paroxítonos ('heroico', sem acento, mas 'herói' com acento; 'ideia', sem acento, mas 'réis' com acento);
- 4) desaparece o acento gráfico agudo das vogais 'i' e 'u' da sílaba tônica de paroxítonos quando procedidas de ditongo decrescente ('feiuza', 'baiuca');
- 5) desaparece o acento gráficoônico do hiato 'ii' dos paroxítonos ('xiita', 'tapiira');
- 6) desaparece o uso do trema;
- 7) desaparece o acento diferencial, exceto em 'pôde' e 'pôr'.

Neste particular, a única cedência do lado português relativa ao sistema de 1945 será o desaparecimento das consoantes não pronunciadas 'c' e 'p' para indicar o timbre aberto da vogal anterior, ou por força da etimologia, ou ainda por força da tradição ortográfica: 'diretor', 'Egito'. Reforma que haverá de agradar às criancinhas portuguesas que começam a escrever.

Cremos que estas cedências brasileiras de seus hábitos ortográficos bem demonstram o desejo firme de colaborar para a unificação tão almejada por todos os que sonham que nossa escrita reflita a maturidade cultural e política tão necessária à divulgação e ilustração do idioma compartilhado por tantos países soberanos.

15. FERNANDO AIRES representado pela viúva IDALINDA RUIVO, CONVIDADA,



Fernando Aires Medeiros de Sousa nasceu em Ponta Delgada (Açores) a 18 de fevereiro de 1928 e ali faleceu a 9 de novembro 2010. Depois da Escola Primária, frequentou o Liceu Antero de Quental na mesma cidade entre 1940-1947, onde



completou o Curso Complementar de Letras Matriculado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas.

Professor efetivo no Liceu Antero de Quental, cumulativamente orientou estágios pedagógicos durante vários anos e lecionou a cadeira de Psicopedagogia na Escola do Magistério Primário de Ponta Delgada.

Com a fundação da Universidade dos Açores em 1974, ingressou nesta instituição Aposentou-se na situação de assistente-convidado da Universidade dos Açores, cargo que exerceu de 1975 a 1994.

Pertenceu ao grupo que, nos anos 40, fundou o Círculo Cultural Antero de Quental, destinado a introduzir o Modernismo nos Açores, com Eduíno de Jesus, Soares de Albergaria, Eduardo Vasconcelos Moniz, Carlos Wallenstein e outros.

Colaborador assíduo da imprensa local e regional, bem como de revistas conhecidas regionalmente como a revista "Atlântica e Nova Renascença".

Fernando Aires revela-se um escritor com um estilo firme e excecional, com uma escrita elegante que nos cativa e fascina. Este conjunto de características viria a desenvolver-se num género literário onde predomina o memorialismo, que é caracterizado por abarcar relatos autobiográficos, que se manifestam na vertente diarística que o autor inaugura na produção literária açoriana.

De 1978 a 1989, fez parte da Direção do Instituto Cultural de Ponta Delgada. Está representado na Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa, onde colaborou desde 1993.

Leitor de clássicos e modernos, viria a publicar um diário em 5 volumes que intitulou de "Era Uma Vez o Tempo" que obteve largo reconhecimento junto dos ilhéus e de alguma crítica especializada em Portugal e nos E.U.A.

Na ficção publicou dois volumes de Contos "Histórias Do Entardecer " (1988) que ganhou o primeiro prémio do Concurso Literário dos Açores/88.

Publicou ainda "Memórias Da Cidade Cercada " (1995) e a novela "A Ilha Do Nunca Mais" (2000) que confirmaram as suas qualidades de prosador.

Fernando Aires, professor, escritor, poeta, ensaísta, cronista em muitos jornais, marcou várias gerações ao lecionar História e Filosofia, incentivando os jovens alunos a irem muito além dos compêndios oficiais.

Bibliografia – alguns dados

Aires, Fernando E Vasconcelos, Lúcia sd., O Rosto Da Festa, ed. Lúcia Vasconcelos

1961 Faria E Maia E Antero (Ensaio, Angra Do Heroísmo, 1961)

1981, José Do Canto Vivo, ensaio, Separata Da Revista "Arquipélago", Universidade Dos Açores, Ponta Delgada, Série "Ciências Humanas", N.º 3, 1981)

1982, Afonso Chaves, ensaio, (Separata Da Revista "Açoriana", Ponta Delgada

1982, José Do Canto - Subsídios Para A História Micaelense (1820-1898) ensaio, Universidade Dos Açores, Ponta Delgada, 1982)

1985, Alice Moderno - A Mulher E A Obra, ensaio, (Separata Da Revista

"Insulana", vol. XLI, 1985)

1988 Delinquência E Emigração Em São Miguel Na Primeira Metade Do séc.

XIX ensaio (Separata Da Revista "Insulana", Ponta Delgada, 1988),

1988 Diário I, [Era uma Vez o Tempo](#) Lisboa, Edições Salamandra,

1988, Histórias Do Entardecer, Contos, ed. SREC (Secretaria Regional Da Educação E Cultura, col. Gaivota. Ganhou O Concurso Literário Açores 1988

1991 Diário II, Lisboa, Edições Salamandra,

1993 Diário III, Lisboa, Edições Salamandra,

1995 [Memórias da Cidade Cercada](#) (Lisboa, Edições Salamandra

1997. Era Uma Vez O Tempo (Diário IV), Lisboa, ed. Salamandra

1999. Diário V, Lisboa, Edições Salamandra,

2000. *A Ilha de Nunca Mais* (ficção, Lisboa, Edições Salamandra,

2011 In Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed.

Calendário de Letras/AICL, VN de Gaia

Outras páginas sobre o autor (ver no suplemento dos Cadernos Açorianos em

16. FLÁVIA BA, UNIVERSIDADE DE LISBOA



FLÁVIA DOMINGAS MENDES BA, é natural de Lisboa, de 2009 até à presente data - Investigadora em formação do Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Doutoranda do Programa de Estudos Comparatistas – Centro de Estudos Comparatistas – Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Coordenadora do I Volume da Antologia de Literatura-Mundo em Português, dirigida pela Professora Doutora Helena Carvalhão Buescu; De 2000 a 2003 - Mestrado em Literaturas Comparadas - Departamento de Estudos Portugueses da Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Licenciatura em Estudos Portugueses - Departamento de Estudos Portugueses da Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.



De 1996 a 2000 - Licenciatura em Estudos Portugueses - Departamento de Estudos Portugueses da Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

De 2007 a 2010 - *Leitora de Língua e Cultura Portuguesas - Instituto Camões, Cidade da Praia; Docente no Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Cabo Verde, Praia.*

De 2004 a 2007 - Diretora do Centro de Língua Portuguesa, Instituto Camões, Díli, Timor-Leste; Diretora Interina do Departamento de Língua Portuguesa na Universidade Nacional de Timor-Leste; Docente de Língua e Cultura Portuguesas. *Foi ainda Membro do Conselho Consultivo de Apoio à Comunidade do Consulado de Portugal em Cabo Verde - Cidade da Praia, membro da Comissão Científica do Colóquio Língua Portuguesa e Diálogo Cultural – Universidade de Cabo Verde, no âmbito da visita de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa a Cabo Verde, Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva – junho de 2010 e responsável pela conceção e lançamento da revista digital Autodidatas Ao pé da Letra (Universidade de Cabo Verde)*

É SÓCIO DA AICL.

Tema 1.1.2 - **«Nómadas do Presente. Sedentários do Futuro? A atualização da lusofonia na memória histórico-cultural portuguesa» Flávia Ba, Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa**

A presente comunicação procurará, sob a forma de questão, analisar em que bases histórico-culturais se situam as relações atuais internas e externas entre Portugal e os países lusófonos que, quotidianamente, escrevem a história contemporânea portuguesa.

Uma das hipóteses metodológicas de análise é a da caracterização da forma como as relações entre Portugal e os países da CPLP atualizam, cultural, social e politicamente, uma memória histórica feita de desafios, revoluções e, acima de tudo, contactos.

A música e as novas textualidades são exemplos da forma como a memória cultural portuguesa se cruza com outras memórias culturais, interseção afirmada em diferentes manifestações culturais, permitidas por uma língua comum.

A expressão «nómadas do presente» procura caracterizar a forma como o acolhimento institucional se tem vindo a processar, numa perspetiva intercultural, a partir da análise da tendência atual dos fluxos migratórios, tendência com aspetos muito específicos no caso de Portugal.

Se atualmente se relativiza a ideia de regresso definitivo aos países de partida dada a compressão das distâncias, um migrante é visto como um potencial nómada, no sentido da possibilidade de regresso ao país de origem ou, eventualmente, na migração para outro lugar.

Por outro lado, um dos fatores de ponderação a concorrer para o nomadismo ou para a sedentarização será o das condições criadas pelos países de acolhimento, para que estes potenciais nómadas se transformem, ou não, em sedentários do futuro.

Neste sentido, a interrogação «Sedentários do Futuro?» remete para os resultados da resposta que Portugal tem dado ao acolhimento desses mesmos fluxos migratórios através das políticas de imigração e das práticas de integração. Este raio de ação, segundo estudos de Machado (1997) e mais recentemente de Belén (2008), projeta de Portugal a imagem de um país favorável à imigração, com uma preferência implícita pelos fluxos migratórios oriundos dos países lusófonos.

Esta revolução já existe. Já existe nas escolas, já existe quando vemos pares de namorados com miúdos pretos com miúdas brancas; miúdos brancos e miúdas pretas...Já existe esta revolução. Já existe quando vemos como os músicos se misturam entre si, já existe esta troca...seja a Kizomba, seja o Kuduro, seja o que for.

David Ferreira in *Lusofonia, A (R)evolução* (2006)

O nome do documentário estreado a 26 de outubro de 2006 no Festival Doc Lisboa não poderia ter sido mais bem escolhido para caracterizar a atualização da memória histórica entre Portugal e os países lusófonos – *Lusofonia, A (R) evolução*. Como afirmou o diretor da EMI David Ferreira, na altura, “esta revolução já existe” acentuada por outras revoluções históricas que, atualmente, permitem que a lusofonia (re)viva social e culturalmente em Portugal, atualizando-se simultaneamente nos laços de cooperação privilegiados entre os sete países que hoje fazem parte da CPLP e o país onde começou, há muito, esta (r) *evolução*. A partir dos acontecimentos históricos do 25 de abril de 1974 e das independências das ex-colónias, a noção de espaço geocultural português foi-se distendendo gradualmente. Portugal tornou-se num espaço de acolhimento de vários *espaços* geograficamente dispersos.

A princípio a estranheza foi a expressão dominante: as comunidades começaram por se *habitar* a partilhar o mesmo espaço e as suas diferenças. Da atitude inicialmente reservada num primeiro contacto com o Outro, ao longo das décadas que se seguiram ao 25 de abril de 1974, as comunidades foram abrindo as portas umas às outras – a exemplo da música. O documentário *Lusofonia, A (R)evolução* ilustra essa *revolução* musical contemporânea, permitindo compreender a evolução das relações entre Portugal e os países lusófonos, a partir da música, contextualizando-a historicamente a partir do período das Descobertas, passando pelo momento anterior ao 25 de abril, caracterizando posteriormente a música urbana pós-25 de abril até ao momento presente. Neste documentário, é explicado que se nos anos setenta, a música surge como meio de intervenção e de consciencialização social (em Portugal e nas colónias), com objetivos precisos (o de resistência ao regime, em Portugal, e o da luta pela independência nas colónias) na década de oitenta, integrados num fluxo migratório acentuado de cidadãos dos PALOP, uma série de músicos africanos chega a Portugal, embora não se concretize ainda o diálogo intercultural, sob a forma de intercâmbio. Como afirmado pelo cantor cabo-verdiano Tito Paris (em entrevista no referido documentário), os grupos tinham tendência para se juntar de acordo com a



nacionalidade. A partir da década de noventa surge outra fase – a da nova mestiçagem. Este foi um momento particular de viragem na relação entre as comunidades: nasce em Portugal a geração dos filhos dos imigrantes, a continuidade geracional do fluxo migratório verificado nas décadas de setenta e de oitenta. Aqui, a música urbana ganha uma nova dimensão, influenciada pelo hip hop e pelo reggae: “filhos de imigrantes despontaram através da compilação “Rapública”; bandas como os Cool Hipnoise davam uma nova abordagem aos ritmos brasileiros; os Kussundolola promoviam um reggae angolanizado e editoras como a Nylon pugnavam por um produto português feito por executantes lusófonos.”³ No entanto, e tal como referido no documentário, só no segundo milénio se dá a verdadeira fusão musical, espelho também da gradual evolução da relação entre as diferentes comunidades.

O espaço geográfico português começa a distender-se culturalmente, tornando-se cada vez mais multifacetado. As comunidades começam a afirmar-se e a integrar-se dialogicamente, inseridas numa dinâmica de inserção social e de afirmação cultural das origens, o que contribui para uma verdadeira revolução da *Lusofonia*, ainda que esse processo nem sempre seja (e tenha sido) pacífico. As expressões *multiculturalismo* e *interculturalismo* começam a ganhar consistência em vésperas do século XXI, por espelharem as relações humanas deste grande espaço que se comunica, se escreve e inscreve a sua identidade cultural, nas semelhanças e nas diferenças, em português. Entre os conceitos de *multiculturalismo* e, sobretudo, de *interculturalismo*, muitas vezes se inscreve a palavra *fusão*: fusão de tempos, de espaços, de estilos, de músicas e de letras - o espaço que antes era meu, passa a ser também o espaço do outro, de outros e de muitos outros – de nómadas, de sedentários e das marcas socioculturais que o contacto, no mesmo espaço, tem proporcionado.

«Nómadas do presente. Sedentários do Futuro?» procura, sob a forma de questão, analisar em que bases histórico-culturais se situam as relações atuais internas e externas entre Portugal e os países lusófonos que, quotidianamente, escrevem a história contemporânea portuguesa. Uma das hipóteses metodológicas de análise é a da caracterização da forma como as relações entre Portugal e os países da CPLP atualizam, cultural, social e politicamente, uma memória histórica feita de desafios, de revoluções e, acima de tudo, de contactos. A música e as novas textualidades são exemplos da forma como a memória cultural portuguesa se cruza com outras memórias culturais, interseção feita através da afirmação de diferentes manifestações culturais, permitidas por uma língua comum.

A expressão «nómadas do presente» procura caracterizar a forma como o acolhimento institucional se tem vindo a processar, numa perspetiva intercultural, a

partir da análise da tendência atual dos fluxos migratórios⁴, tendência com aspetos muito específicos no caso de Portugal como será referido mais adiante. Se atualmente se relativiza a ideia de “regresso definitivo aos países de partida” (Machado, 1997: 10) dada a compressão das distâncias, um migrante é visto como um potencial nómada, no sentido da possibilidade de regresso ao país de origem ou, eventualmente, na migração para outro lugar. Por outro lado, um dos fatores de ponderação a concorrer para o nomadismo ou para a sedentarização será o das condições criadas pelos países de acolhimento, para que estes potenciais nómadas se transformem, ou não, em sedentários do futuro. Neste sentido, a interrogação «Sedentários do Futuro?» remete para os resultados da resposta que Portugal tem dado ao acolhimento desses mesmos fluxos migratórios – os potenciais nómadas - através das políticas de imigração e das práticas de integração. Este raio de ação, segundo estudos de Machado (1997) e mais recentemente de Suárez (2008), tem projetado de Portugal a imagem de um país favorável à imigração, com uma “preferência expressa ou tácita” pelos fluxos migratórios oriundos dos países lusófonos.⁵ Tal poderá significar que se procuram criar as condições para que os nómadas do presente se possam constituir nos sedentários do Futuro, a exemplo da integração de muitos “nómadas” que chegaram a Portugal nos anos sessenta e que, atualmente, são sedentários de um presente que cada vez mais aponta para Portugal como um espaço culturalmente maior e historicamente familiar. A resposta institucional refletida na revisão de políticas de imigração e na prática da integração social, potencializa o diálogo intercultural e, noutros casos, a fusão (a exemplo de alguma música urbana contemporânea). Desta forma, mesmo que alguns nómadas do presente possam não constituir os sedentários do futuro, a nível migratório, deixaram e deixarão a sua marca na memória cultural portuguesa.

Se a nível interno, Portugal procura promover uma relação de complementaridade sociocultural que permita uma integração que não anule a identidade cultural dos países de origem dos atuais fluxos migratórios, a mesma encontra equivalência a nível

⁴ “A compressão das distâncias, (...), faz hoje da emigração longínqua e para toda a vida um facto do passado, contribuindo ao mesmo tempo para diluir as fronteiras – consagradas nas classificações teóricas – entre migrações permanentes e temporárias, económicas e não-económicas ou ainda para relativizar a ideia de regressos definitivos aos países de partida. As estratégias que apostam no vai e vem e na intermediação entre países de origem e de destino, os percursos migratórios com passagem curta ou longa por mais de um país, as famílias migrantes dispostas em rede ou em vários destinos, são outros traços que apontam no mesmo sentido” (Machado, 1997: 10).

⁵ “Durante muitos anos sem qualquer orientação assumida em termos de política de imigração e, depois, com a maior preocupação maior e quase exclusiva de controlar as entradas de estrangeiros de fora da União Europeia, as autoridades portuguesas têm mantido, no entanto, de forma expressa ou tácita, preferência pelos imigrantes dos países lusófonos” (Machado, 1997: 41).

³ *Lusofonia, A (R) evolução*, 2006



das relações externas, no aspeto de se privilegiarem os laços de cooperação com os países que fazem parte da memória histórica portuguesa, em particular, a nível económico: “les PALOP attirent la presque totalité de l’aide publique au développement accordé par le Portugal”, segundo Oppenheimer (1997: 471). Atualmente o reforço das relações com o espaço lusófono é uma das «políticas de ordem» no tocante aos laços de cooperação “homeadamente através da projeção de valores e interesses nos PALOP, no Brasil e em Timor (MNE, 2003a), assim como à defesa e afirmação da língua e da cultura portuguesas, aspetos que contribuem, segundo o Programa do XV Governo (2002-2004), para a afirmação da identidade nacional” (Mesquita, 2005: 2). Se, por um lado, a manutenção dos laços privilegiados de Portugal com os países da CPLP surge no âmbito da dinâmica da integração europeia e, portanto, numa afirmação identitária expressa na projeção interna e externa da língua e cultura portuguesas (Mesquita, 2005, *op. cit.*), por outro lado, é em nome dos laços históricos comuns que se procura promover o diálogo intercultural, através da valorização equilibrada dos vários legados histórico-culturais – não apenas o de Portugal, como também os dos países da CPLP. Assim, sob o “amplo manto da língua comum”, a atualização da memória histórica da Lusofonia⁶ compreende uma dimensão cultural indissociável e transversal aos raios de atuação a nível interno e externo: tanto as políticas de imigração e de integração, quanto os laços de cooperação mantêm os países lusófonos num lugar privilegiado:

Com efeito, para além dos laços históricos que nos unem a estes países, onde se destaca naturalmente a língua comum, Portugal detém uma mais-valia comparativa, ao nível de uma matriz cultural, jurídica e institucional, e de competências técnicas em áreas fundamentais para o desenvolvimento destes países, designadamente no campo da formação de recursos humanos e da capacitação institucional nas diversas áreas essenciais no combate à pobreza, como a educação, a saúde e outras áreas sociais.⁷

Os laços afetivos e de promoção do diálogo intercultural que caracterizam as atuais relações entre Portugal e os países da CPLP fazem parte de uma memória histórica entrelaçada de roturas e de aproximações. Houve «acasos da História», retomando as palavras de Eduardo Lourenço, em que Portugal se aproximou dos países com os quais mantém atualmente laços privilegiados de cooperação, sem que dessa proximidade resultasse um contacto cultural profícuo. Ao contrário do que sucede atualmente, em que cidadãos de diferentes países encontram condições, no país de acolhimento, propícias à enculturação, houve momentos históricos – em

particular, nos vinte e quatro anos precedentes ao 25 de abril de 1974 - em que a tentativa de aculturação, no contacto com o Outro, foi a tendência dominante (como se verá seguidamente):

É importante distinguir enculturação de aculturação. A enculturação é o processo que liga o desenvolvimento das pessoas aos seus contextos culturais, ao passo que a aculturação é um processo por que passam as pessoas, frequentemente já na idade adulta, em reação a uma mudança de contexto cultural. A aculturação é uma forma de mudança cultural suscitada pelo contacto com outras culturas (Neto, 1997: 43).

A referência aos conceitos de *enculturação* e de *aculturação* surge contextualizada no âmbito histórico e de evolução das relações com os países com os quais Portugal tem vindo a manter um diálogo político e cultural privilegiado: se atualmente, é Portugal que dá resposta à necessidade de acolhimento de quem chega, permitindo que cidadãos de outros países se desenvolvam e evoluam num determinado contexto cultural, no período imediatamente anterior à independência das ex-colónias, o contacto procurou promover uma mudança cultural, fruto da política assimilacionista então adotada. A política atual procura promover o contacto cultural a partir da enculturação, enquanto a política ultramarina promovia a aculturação.

Uma vez que a memória também é feita de roturas e de reações a essas roturas, far-se-á seguidamente uma breve análise do período histórico que antecedeu o alargamento do espaço cultural português e que terá contribuído para a preservação dos atuais laços de cooperação com os países da CPLP, em particular, com os PALOP, bem como a preferência pelos países lusófonos no tocante às políticas de imigração. Assim se analisará o passado recente - aproximação e posterior rotura – para verificar se o presente – concretizado na adoção de políticas de integração e de laços de cooperação – apontará para a manutenção do diálogo intercultural – o futuro? É neste sentido que se fará uma breve retrospectiva do discurso interno da memória portuguesa antes das (r) *evoluções* para se verificar o motivo pelo qual:

José Manuel Barroso justifica (...) a centralização da ajuda portuguesa nos PALOP como resposta a uma necessidade de natureza interna (para além de externa), que se traduz num modo de Portugal se reconciliar com o passado, na valorização das relações com o espaço lusófono e na afirmação da componente histórico-cultural (Barroso, 1998 *apud* Mesquita, 2005:3).

1. O discurso interno da memória – «Alter» Portugal em contacto com a alteridade: Fado ou Lundum?

Uma inversão da ordem de fatores

Os anos 50, por virtude das pressões políticas externas, alteraram a sua «exterioridade imperial» [de Portugal], sem lhe mudar a essência. Pelo contrário, com eles iniciar-se-ia uma nova fase da política colonial do regime,

⁶ -Entendendo-se aqui atualização da memória histórica no sentido de um permanente repensar das relações internas e externas, baseadas nas experiências de contacto sociocultural vivenciadas quotidianamente e no contexto internacional dos laços de cooperação entre Portugal e os países lusófonos.

⁷ Intervenção do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) no âmbito do Ciclo de Encontros “Negócios & Afinidades” – Seminário “Portugal Cabo Verde: Uma Parceria para o Futuro”, Hotel Altis, 22 de junho de 2005.



marcada por várias medidas integradoras tanto institucional como economicamente. Esse esforço integracionista conformaria um reforço drástico e sem precedentes da viragem para África, começado ainda antes do desencadear das guerras coloniais a partir de 1961 (Mattoso, 1997: 486, vol. VII).

Uma análise do tipo de memória no período anterior ao 25 de abril de 1974 e aos acontecimentos posteriores permite compreender o subsequente confronto de discursos – o período pós-colonial: para se analisar de que forma o encontro com o Outro, no mesmo espaço geográfico, se caracterizou, é necessário verificar quais foram os antecedentes mnemónicos desse contacto – são esses elementos que permitem reatualizar a História de Portugal e dos países que fazem parte da sua memória histórica, refletida social e culturalmente, a nível nacional, e através dos atuais laços de cooperação, a nível da política externa. Por esse motivo, identificam-se dois momentos particulares que marcaram a construção mnemónica contemporânea da identidade portuguesa: um pautado pela busca do Outro como uma possível forma de afirmação perante Outros (o último período histórico da colonização a partir dos anos cinquenta do século passado); o segundo pautado pelo encontro com o Outro, mas num movimento contrário: de fora para dentro – muitos (O)utros que vieram ao encontro dessa identidade. Cronologicamente, situa-se o primeiro momento antes de 25 de abril de 1974 – momento a se designará metaforicamente de “sístole cardíaca”; o segundo momento – situado imediatamente a seguir – será designado de “diástole cardíaca” – o pós-25 de abril de 1974.

1.1 *Sístole cardíaca* – a instrumentalização da memória coletiva - «Fado mas se quiserem chamem-lhe Lundum...»

O movimento do 25 de abril de 1974 e as independências das Províncias Ultramarinas encontraram um país anteriormente marcado por um movimento de «sístole cardíaca» - o Portugal do Estado Novo: uma nação *pluricontinental* (termo utilizado a partir da revisão deste aspeto na Constituição em 1951) contraída sobre si mesma. O *Outro* fazia política e administrativamente parte de *Nós* (o Outro como instrumento de reconhecimento pelos Outros - a Europa) mas estava ainda geograficamente longe e, por esse motivo, *Nós* continuávamos a ser *Nós-mesmos* (pluralidade política e administrativa) – não *Soi-même comme un Autre*, mas *Nous-mêmes sans les Autres* - “vinte milhões (...), brancos, pretos e mestiços” como afirmaria, em 1971, o diretor-geral da DGS, Silva Pais. Neste momento histórico, os «vinte milhões (...), [de] brancos, pretos e mestiços» foram propositadamente integrados num todo, como resposta de afirmação identitária de Portugal relativamente à Europa. Note-se que, a partir de 1951, a Constituição deixa de referir os termos «colónia» e «império», tendo estes sido substituídos pelos termos «Províncias

Ultramarinas» e «Ultramar». Esta substituição jurídico-formal do estatuto do Outro não se traduziu num diálogo cultural equilibrado (nem o poderia ser neste momento, tendo em conta a política ultramarina), ainda que vinte anos mais tarde Silva Pais se referisse aos *diferentes* “credos, costumes e culturas” do (s) Outro (s) demonstrando o uso do plural a consciência da heterogeneidade cultural das Províncias, ainda que desconhecida. A ideia subjacente era a de que Portugal desempenharia uma missão civilizadora - a expressão *Nous-mêmes sans les Autres* pretende traduzir a tentativa de tornar os *Outros* idênticos a este *Nós* (mas um *Nós* que ainda se encontrava geograficamente longe), através de um processo de aculturação administrativamente gerido.

O país procurava ser um novo Outro aos olhos da Europa, aglutinando política e administrativamente «vinte milhões» de Outros. Neste sentido, mesmo que os portugueses (em Portugal) não tivessem noção da extensão imperial (propositadamente criada e divulgada) do seu país, a política ultramarina do Estado Novo integrava administrativamente o Outro, incluindo-o numa memória coletiva politicamente instrumentalizada, ainda que consciente dos seus diferentes “credos, costumes e culturas”. A reação essencial a obter sob a forma de imagem positivamente reconstituída era a de o surgimento de um novo Portugal aos olhos da Europa, nação pluricontinental e exemplo de integração multirracial – a nação do «Fado mas [que] se quiserem chamem-lhe Lundum». A preocupação não estava na afirmação cultural do Lundum mas antes, na afirmação do Fado perante a Europa, com a integração política do Lundum como exemplo. A intolerância política contra “todos os que dividem ou conspiram (...) [terem] de ser os seus declarados inimigos e não [poderem] ter tréguas”, legitimava assim a institucionalização e a instrumentalização de uma memória coletiva como afirmação de uma nova identidade, de um *alter* Portugal, sobretudo a nível interno – o novo discurso interno da memória. Este tipo de discurso caracteriza-se pelo que Gellner (1998) *apud* Peralta (2007: 9) teorizou, sobre a memória coletiva:

Para Gellner (1998), o vínculo social básico necessário à construção deste edifício nacional é o princípio da semelhança cultural. Este princípio tem por base uma cultura e uma história comuns que unem e identificam uma população com a sua comunidade de origem e de destino. Este novo modelo de coesão social seria socialmente publicitado por recurso à oficialização de uma memória coletiva deliberadamente desenhada para simbolizar a unidade nacional, garantir a legitimidade do Estado e sustentar o consenso político-social.

Neste momento, o “princípio da semelhança cultural” foi posto em prática a partir de uma política assimilacionista nesta última fase da viragem portuguesa para África – fazer com que o Outro fosse igual a Nós. Ainda que este discurso mnemónico pudesse despoletar (como o fez) discursos de contramemória na aceção de Foucault (1977), a preservação de uma memória coletiva, a ideia de uma nação pluricontinental e



plurirracial convenceria os portugueses em Portugal (e a Europa) de que a pátria ainda que só com o seu passado imperial neste momento reatualizado, resgataria através desse mesmo passado determinada condição de periferia ibérica. Apesar do discurso politicamente aglutinador, o facto de se manter o país fechado sobre si mesmo e de costas propositadamente voltadas para a Europa, levou a que os portugueses desconhecem culturalmente outros tantos milhões que faziam parte da sua *nação*. Este desconhecimento já tinha sido anteriormente ressaltado no seio da elite intelectual por Carlos Selvagem (em 1925), que se referiu à escassez de obras literárias de temática colonial (ou obras de carácter «exótico», segundo Pinto [2002]) como sinal de “desinteresse da população”.

O discurso interno da memória politicamente instrumentalizada e de carácter pluricontinentalmente aglutinador – *Nous-mêmes sans les Autres*, mas com os outros como garante de sobrevivência identitária - prevaleceu ao longo deste momento histórico. Ao mesmo tempo, este discurso politicamente unívoco da memória coletiva estava à beira do colapso: enquanto Portugal continental instrumentalizava politicamente a memória coletiva, outros discursos, nas Províncias, se preparavam - os discursos do resgate identitário, a partir da luta pela independência. O carácter negocial e conflitual da memória entra agora em campo através do discurso da contramemória *contra* a memória coletiva politicamente forjada: “incluindo na análise das representações do passado a voz daqueles que foram silenciados e marginalizados pelos discursos dominantes” (Foucault, 1977) *op. cit.*, apud Peralta, 2007: 13). A memória coletiva politicamente instrumentalizada começava, desde há algum tempo, a dar sinais de fragilidade:

Após livros como *Terra Morta*, de Castro Soromenho, e *Natureza Morta*, de José Augusto França, ambos de 1949, após o início de um movimento literário vasto e difuso da africanidade, após a Segunda Guerra Mundial, após o início do movimento da descolonização, de que império (de que África) poderia Portugal continuar a ser e a imaginar-se o centro? (Ribeiro, s.d.: 21).

Neste período de sístole cardíaca, Portugal assumiu identitariamente dois papéis que viriam a marcar as relações pós-25 de abril de 1974 consigo mesmo e com o Outro – o de migrante e o de viajante. Politicamente, e em nome do surgimento de um *Alter* Outro, Portugal viajou sem verdadeiramente sair de casa, o que lhe outorgou identitariamente a condição de viajante, mas também a de migrante. A aglutinação política de outros territórios (baseada numa relação histórica secular) – fez com Portugal viajasse até ao Outro mas com uma ressalva: o Outro teria de ser obrigatoriamente igual a Nós não havendo, portanto, espaço para negociação (a memória coletiva política não o permitia). Ao mesmo tempo, houve uma inversão na ordem dos fatores: se o “migrante é o viajante que não volta”, o mesmo não sucedeu depois do 25 de abril e das independências das ex-colónias: os migrantes portugueses que haviam partido para a continuidade da Nação – para África – regressaram a casa. Nesse retorno, trouxeram consigo novas memórias: a da vivência em África. Mas não

foram apenas as novas memórias que regressaram: com elas vieram outras – as memórias dos imigrantes africanos:

Na sequência imediata de abril de 74 e da descolonização, e a par do regresso das centenas de milhares de portugueses residentes nas ex-colónias, uns poucos milhares de imigrantes africanos fixam-se em Portugal. Grande parte desse novo fluxo é composta por indivíduos e famílias que fogem a contextos de mudança e instabilidade política e, mais particularmente, a situações de guerra, podendo por isso ser considerado como migração de refugiados (Saint-Maurice e Pires, 1989 *apud* Machado, 1997: 21).

Assim se dá início ao movimento de diástole cardíaca – o pós-25 de abril de 1974. Fado...e agora o Lundum?

1.2 *Diástole cardíaca – o entrelaçar de diferentes memórias sociais e históricas - «Fado... e agora o Lundum?»*

Todos são oriundos de outras paragens – todos são imigrantes. A África é o mundo que partilham, mas dentro das suas fronteiras deslocam-se há séculos de um lado para o outro e misturam-se (nalgumas regiões do continente este é um processo que durou até aos nossos dias). Uma característica marcante desta civilização é assim um certo estado transitório, algo provisório, a ausência de continuidade material.

Ébano - Febre Africana, Ryszard Kapuscinski (1998)

O momento histórico do 25 de abril de 1974 e a descolonização trouxeram consigo um *pós*: o da memória pós-colonial, aqui entendida no sentido histórico:

“Postcolonialism must be understood in two main senses. The first one concerns a historical period, the period that succeeds the independence of the colonies. (...). In the first sense, postcolonialism translates itself into a set of economic, sociological, and political analyses of the construction of new states” (Boaventura de Sousa Santos, 2001: 13).

Ao mesmo tempo que o período das independências dos PALOP implicou uma reestruturação política dos países recém-independentes, este momento trouxe a Portugal mudanças de nível político – o fim do Estado Novo; de nível social - o retorno e a entrada de milhares de indivíduos cuja fragmentação da ex-Nação plurirracial fez deslocar. Dada esta fragmentação da anterior memória coletiva, a sociedade portuguesa confronta-se com a convivência quotidiana com outras memórias e com outros discursos, numa continuidade geracional de determinados fluxos migratórios. Não se trata agora do anterior *Nous-mêmes sans les Autres*, mas de um quotidiano *Nous-mêmes avec les Autres*. Neste momento, a memória adquire mais do nunca um carácter negocial entre passado-presente-futuro: “a memória fornece referentes de



significação constituídos por visões partilhadas do passado que são geradas pelo presente e orientadas para o futuro” (Peralta, 2007: 16).

Neste caso, a visão partilhada do passado, sob diferentes pontos de vista, é a da colonização (traço histórico presente na memória de quem colonizou e de quem foi colonizado) – o presente – a descolonização – o presente-futuro: o tipo de relações que se geraram.

Assim, surgem três tipos de memórias que se entrelaçam: a memória histórica de quem ficou no país de acolhimento, a memória das vivências dos portugueses que partiram – os migrantes que depois regressaram a casa - e as memórias dos migrantes africanos que se juntaram ao movimento de retorno. Com a alteração gradual da estrutura sociocultural portuguesa (no sentido em que sete anos depois da entrada massiva referida, cinquenta e quatro mil cidadãos de outros países dão entrada em Portugal), o país passa a viver o dilema mnemónico típico da Pós-Modernidade.

Note-se que quando nos anos sessenta se assiste ao primeiro movimento migratório oriundo das colónias, Portugal encontrava-se ainda num regime político cujo discurso mnemónico não admitia contramemórias (embora as mesmas existissem já, mas clandestinamente). A emigração de muitos portugueses entre 1960 e 1973 – calculados em novecentos mil – levou a que, na altura, o Estado Português promovesse a vinda de trabalhadores das então Províncias Ultramarinas, nomeadamente de Cabo Verde – a chamada “imigração de substituição” (Amaro, 1985, 1986 *apud* Machado, 1997: 21).

Neste momento, sendo o imigrante visto como força de trabalho «solicitada» num contexto em que Portugal e as Províncias se encontravam sob o mesmo regime político, a reivindicação mnemónica (a da contramemória) teria de ser prudentemente gerida ou mesmo silenciada – neste momento, qualquer memória «estrangeira» oriunda das Províncias Ultramarinas teria de ser cuidadosamente filtrada pela modelação discursiva política do Estado Novo. A partir de 1974, o anterior carácter unívoco de uma memória coletiva (veiculada pelo discurso oficial) é substituído pelo carácter polifónico das memórias de muitos Outros que deixam os países recentemente independentes. Os discursos serão não apenas *outros* mas de vários Outros, sobretudo a partir dos sucessivos fluxos migratórios desde 1981 até à presente década, que tornaram Portugal “num espaço instável em mutação e construção”:

Numa leitura sintética, Robin (1994) assinala, no contexto da União Europeia, três realidades migratórias distintas, no tempo e no espaço. Uma zona de acolhimento tradicional, incluindo a França e o Reino Unido; um “espaço singular”, constituído pela Alemanha, caracterizada pela imigração oriunda da Europa de Leste e do Médio Oriente; e um “espaço instável em mutação e

construção”, formado pela Itália e Península Ibérica, solicitadas por novas imigrações africanas e asiáticas (Machado, 1997: 13).

A mutação e a construção deste espaço singular dá-se não só pelo tipo de fluxo migratório que o caracteriza, como também pelo tipo de relações estabelecidas entre esse espaço de acolhimento e as comunidades imigrantes. Em sequência do 25 de abril de 1974 e da descolonização, uma média de seiscentos mil portugueses, até à altura residentes nas ex-colónias, dá entrada em Portugal. Paralelamente a este retorno massivo, alguns milhares de imigrantes africanos fixam-se no país. Como apontado por Saint-Maurice e Pires (1989) *apud* Machado (1997: 21), este movimento migratório caracteriza-se como “migração de refugiados”, motivado por situações de instabilidade política e de guerra civil nos países de origem. A partir dos anos oitenta, o movimento migratório que se observa é o de tipo laboral: no caso caboverdiano, dá continuidade ao movimento iniciado nos anos sessenta; no caso dos restantes PALOP, estende-se a Angola e Guiné-Bissau (maioritariamente), Moçambique e S.Tomé (em fluxos quantitativamente inferiores relativamente aos dois primeiros países primeiramente mencionados). Ainda na década de oitenta, outras nacionalidades vêm reforçar *provisoriamente* o cenário sociocultural português: dá-se um aumento de entradas de cidadãos dos países membros da União Europeia (na altura ainda CEE), com duas diferenças relativamente ao fluxo migratório africano: “de acordo com Pires (1993: 185-187), se aquele se pode qualificar como “imigração laboral”, aqui trata-se na grande maioria dos casos de uma “*imigração profissional*”, composta por quadros dirigentes e profissionais científicos e técnicos que se instalam em Portugal por *período de tempo limitados* [sic]” (Machado, 1997: 24, sublinhado nosso). Em finais dos anos noventa, dão entrada os cidadãos da Europa de Leste, nomeadamente da Ucrânia e Moldávia (Suárez, 2008: 4).

A caracterização dos diferentes tipos de fluxos migratórios, bem como o tipo de relação histórica com os respetivos países de origem orienta a resposta institucional do país de acolhimento, neste caso de Portugal. A migração de carácter provisório – o caso da imigração profissional – não exige do país o mesmo tipo de resposta relativamente à migração de refugiados e à migração laboral. Note-se que a migração de carácter profissional pode implicar um retorno aos países de origem (porque o período de tempo é limitado), enquanto a migração de carácter laboral e de refugiados implica um período de permanência mais incerto e, por esse motivo, mais propenso à sedentarização, dependendo certamente do tipo de acolhimento encontrado no país de chegada:

Dadas certas condições estruturais, de natureza económica ou política, estabelecendo um cenário de migrações prováveis entre determinados pontos de partida e de chegada, a passagem à prática de intenções migratórias é favorecida na medida em que os potenciais migrantes estejam inseridos em redes de relacionamento interpessoal, que lhes facilitem, por exemplo, o apoio à instalação logo após a chegada e a informação sobre oportunidades



de trabalho. Essas redes funcionam, assim, como elemento de intermediação entre os atores individuais e as forças estruturais de atração e repulsão, e não só apoiam como estimulam (Machado, 1997:23) “novas correntes migratórias, o que contribui para explicar a persistência de determinados fluxos populacionais mesmo quando cessam as condições estruturais que lhes deram início” (Rocha-Trindade, 1995: 91 *apud* Machado, 1997: 23).

O que se tem verificado em Portugal, desde a década de sessenta, é que os fluxos migratórios são tendencialmente oriundos dos países lusófonos, tendência marcadamente sedentária no caso cabo-verdiano por exemplo: “a chegada, já nos anos sessenta, dos primeiros imigrantes caboverdianos lançou as bases de uma cadeia migratória que se mantém ativa até hoje” (Machado, 1997: 24); “em meados da década de sessenta deu-se a entrada em Portugal (então potência colonizadora) de uma massa enorme de cabo-verdianos que, até ao presente, não se estancou e já vai em mais de duas gerações” (Lopes Filho, 2006).

O quadro seguinte dá-nos conta da evolução dos fluxos migratórios oriundos dos países lusófonos entre 1986 e 1996 (Machado, 1997:30):

Quadro 1⁸

População estrangeira oriunda de países lusófonos	Datas	
	1986	1996
Cabo-verdianos	26.301	39.236
Angolanos	3.966	16.172
Guineenses	2.494	12.548
Moçambicanos	2.475	4.396
Santomenses	1.563	4.174
Brasileiros	7.470	20.027

Assim, em 1986, num total de 86.982 estrangeiros em Portugal, 36.799 eram oriundos dos PALOP, em contraste com os 24.040 oriundos da Europa; em 1996, num total de 170.962 estrangeiros em Portugal, 76.526 destes cidadãos eram oriundos dos PALOP, contrastivamente aos 46.033 cidadãos da Europa (Machado, 1997: 30).

Em nome destes fluxos migratórios clara e maioritariamente oriundos dos países lusófonos, a resposta institucional de Portugal orientou-se para a criação de condições que visassem não apenas a integração social mas também o respeito pela

⁸ O quadro de onde foram retirados os dados no artigo citado, apresenta-se mais pormenorizado, podendo ser consultado em Machado, Fernando (1997), «Contornos e especificidades da imigração em Portugal», *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 24, pp. 9-44. Seleccionaram-se apenas os números relativos aos fluxos migratórios dos países da CPLP dado o objetivo da presente comunicação.

diversidade étnica. Se, como referido anteriormente, estas migrações tendem a aumentar com fortes perspectivas de sedentarização (pelo tipo de redes familiares que geram), por outro lado as ligações históricas entre Portugal e estes países podem significar o estabelecimento de relações que promovam o diálogo intercultural em nome da permanente atualização das memórias histórico-culturais partilhadas pelos países. Não quer isto dizer que as outras nacionalidades, em menor número em termos de fluxos migratórios, não sejam abrangidas pelas políticas de imigração e práticas de boa integração, no caso dos cidadãos moldavos e ucranianos, por exemplo; no entanto, Portugal não tem com os países de origem destes cidadãos a mesma relação histórica que partilha com os cidadãos oriundos dos países lusófonos.

Neste sentido, dá-se o reforço de uma política de acolhimento e de integração de imigrantes, coordenada desde 1996 pelas diretivas do, na altura, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)⁹ com a missão de:

promover a integração dos imigrantes e minorias étnicas na sociedade portuguesa, assegurar a participação e a colaboração das associações representativas dos imigrantes, parceiros sociais e instituições de solidariedade social na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão, assim como acompanhar a aplicação dos instrumentos legais de prevenção e proibição das discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica (Art. 3º da Declaração Universal da Diversidade Cultural (Unesco, 2001) *apud* Marques, Rui, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas)

Verifica-se que o reforço da política de acolhimento e de integração de imigrantes ocorre depois de dois processos de regularização extraordinária de imigrantes – o primeiro ocorrido em 1993, o segundo em 1996, a que se seguiram os processos de 2001 e 2003, este último no âmbito do Acordo Luso-Brasileiro (Suárez, 2008: 9).

⁹ O Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas passou a auferir de novo estatuto a partir do dia 01 de junho de 2007, designando-se de ACIDI, I.P., - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural: “no seguimento das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e dos objetivos do Programa do XVII Governo no tocante à modernização administrativa e à melhoria da qualidade dos serviços públicos com ganhos de eficiência, foi feito um esforço de racionalização estrutural consagrado no Decreto-Lei que aprova a Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros (DL nº 202/2006, de 27 de outubro). Neste âmbito foi criado o ACIDI, I.P., que resulta da extinção por fusão dos seguintes organismos, cujas atribuições passam a estar integradas no ACIDI, I.P.:
- ACIME- Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
- Estrutura de apoio técnico à coordenação do Programa Escolhas
- Estrutura de Missão para o Diálogo com as Religiões
- Estrutura de Missão”.



Os processos de regularização extraordinária e as Diretivas do ACIME podem ser vistas de forma concomitante e com dois objetivos: o de, por um lado, impedir que uma potencial rede migratória clandestina se desloque para outros países europeus, sobretudo para o espaço UE; o de, por outro lado, garantir que o primeiro princípio-chave da política de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal – o da “**Igualdade** de direitos e deveres” – possa ser colocado quotidianamente em prática, a partir da regularização de cidadãos estrangeiros – nómadas do presente e potenciais sedentários do futuro.

O raio de ação das políticas de imigração, como referido anteriormente, tem projetado de Portugal a imagem de um país favorável à imigração, já quantificada em resultados positivos através dos indicadores do Índice de Políticas de Integração de Imigrantes (MIPEX)¹⁰. O estudo de Bélen Fernandez Suárez - «Políticas comparadas de integração de estrangeiros entre Espanha e Portugal» (2008) demonstra que Portugal é o segundo país, no conjunto dos países da UE-15 (2006) “em que se aplicam medidas de integração mais favoráveis aos imigrantes (com uma pontuação de 79 pontos sobre 100) depois da Suécia” (Suárez, 2008: 8). Veja-se o quadro abaixo (“Tabela 3: Índice de Políticas de Integração de Imigrantes para Espanha, Portugal e a EU-15 [2006]”, Suárez, 2008: 8):

Quadro 2

Índice de políticas de Integração de Imigrantes (2007)	Espanha	Portugal	EU-15
Acesso ao mercado de trabalho	90	90	64
Reagrupamento Familiar	66	84	59
Residência de longa duração	70	67	61
Participação política	50	79	60
Acesso à nacionalidade	41	69	48
Antidiscriminação	50	87	66
- Definições e conceitos	63	100	---
- Campos de aplicação	50	100	---
- Mecanismos de aplicação	67	89	---
- Políticas de Igualdade	21	64	---

¹⁰ - “O Índice de Políticas de Integração de Imigrantes (MIPEX) é uma iniciativa promovida pelo British Council e o Migration Policy Group, e apoiada pela Comissão Europeia. Na mesma, participam parceiros oriundos de 19 países e cujo objetivo consiste em melhorar a política de integração de imigrantes na União Europeia. O MIPEX é um instrumento que nos permite comparar e avaliar as diversas políticas de integração de estrangeiros levadas a cabo nos países da UE-25 e três países extracomunitários como são o Canadá, Suíça e Noruega” (Suárez, 2008: 8).

Este quadro fornece a indicação da pontuação obtida por Portugal, dez anos depois das diretivas do ACIME, relativamente às políticas de integração de imigrantes em Portugal. Do quadro original de Suárez (2008: 9), especificou-se o indicador *Antidiscriminação*, aquele que estará mais diretamente relacionado com as relações socioculturais derivadas da memória histórica partilhada entre Portugal e o fluxo migratório numericamente mais significativo: o dos países lusófonos. Na lógica de interpretação cruzada dos resultados – o do fluxo mais significativo em termos de países de origem (quadro I) e o indicador *Antidiscriminação* (quadro II) – pode inferir-se que há uma preocupação com a diversidade étnica: “Definições e conceitos”, “Campos de aplicação”, “Mecanismos de aplicação” e “Políticas de Igualdade”. Esta preocupação institucional poderá apontar para a prática simultânea da integração e do diálogo intercultural, como forma de solução de determinados conflitos que derivam da convivência quotidiana de diferentes hábitos socioculturais.

Os sete princípios-chave do extinto ACIME, que orientaram a política de acolhimento e de integração de imigrantes em Portugal surgiram, portanto, enquadrados no atual contexto social português, como resposta à alteração do mosaico sociocultural português fortemente modificado pela dinâmica migratória.

Entre os sete princípios-chave – *igualdade, hospitalidade, cidadania, corresponsabilidade, participação e consenso*, destaca-se o da *interculturalidade*:

Mais do que uma coexistência pacífica de diferentes comunidades, o modelo intercultural afirma-se no cruzamento e miscigenação cultural, sem aniquilamentos nem imposições. Muito mais do que a simples aceitação do “outro” o modelo intercultural propõe o acolhimento do “outro” e transformação de ambos com esse encontro (Rui Marques, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas).

Repare-se que estas respostas institucionais dão-se num contexto que ilustra várias modificações desde os anos sessenta; a partir da década de oitenta, o tipo de movimento migratório assume características diferentes relativamente ao movimento anterior. Dá-se num contexto em que a memória de Portugal já não é politicamente unívoca e, ao mesmo tempo, este movimento migratório assume um caráter espontâneo da parte de quem chega, ao contrário da imigração «solicitada» na década de sessenta. Por outro lado, os imigrantes das ex-colónias entram em Portugal recém-chegados, por sua vez, de um momento em que os respetivos países entravam na fase de habituação a uma identidade independente: uma identidade também ela em fase de atualização, tentando libertar-se do passado colonial. Tendo este contexto como pano de fundo, o diálogo intercultural, “sem aniquilamentos nem imposições” poderá ser o caminho a percorrer para que relativamente aos descendentes dos filhos de imigrantes e aos novos fluxos migratórios, o país de acolhimento e esses mesmos fluxos que para ele se dirigem ou nele continuam a viver se habituem a partilhar uma memória que já não é unívoca.



A análise do impacto destes movimentos migratórios na dinâmica da sociedade portuguesa contemporânea poderá ser feita a dois níveis: a nível institucional e na prática do quotidiano. A nível institucional, a tendência é a da prática da boa integração, que se verifica tanto na ação do ACIDI como na ação das Organizações Não Governamentais. É de salientar que no âmbito do princípio da hospitalidade foram criados o *Sistema Nacional de Apoio ao Imigrante*, os *Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (one stop shop)*, a *Rede Nacional de Informação ao Imigrante* e as ações de ensino de Português dinamizadas pelo *Programa Portugal Acolhe* (Rui Marques, ACIME, *op. cit.*). Na prática do quotidiano – convivência comunitária – a tendência aponta para o fenómeno de tipificação e de seleção, da parte dos portugueses relativamente às diferentes nacionalidades / origens dos imigrantes: “os portugueses preferem os brasileiros para conviver, os imigrantes de leste para trabalhar e dificilmente optam por se relacionar com os cidadãos de origem africana” (Cunha et alii, 2006: 23). Esta tendência para a seleção reveste três aspetos: a relação de integração social, a relação histórico-afetiva, além das imagens veiculadas pelos próprios grupos e pelos diferentes discursos no país de acolhimento, nomeadamente, na comunicação social. O terceiro aspeto relaciona-se com os momentos de entrada e com as motivações para os diferentes fluxos migratórios.

Relativamente à relação histórico-afetiva, note-se que a imigração africana, apesar das diferentes motivações e tipos de imigração (no caso cabo-verdiano, migração de substituição nos anos sessenta, nos casos angolano, guineense, moçambicano e santomense, migração de refugiados e, atualmente, migração laboral) pode evocar, quer para os migrantes, quer para os indivíduos do país de acolhimento, uma memória, por vezes, pesada: as independências das ex-colónias, comparativamente ao Brasil foram muitíssimo mais recentes, podendo comportar ainda o discurso da contramemória, evocada quando os estereótipos criados entre ambas as partes são negativos. Daí que, enquanto institucionalmente, o discurso seja o da integração (apoiado em boas práticas e na criação de comissões como a CICDR),¹¹ a prática quotidiana da convivência aponte para a tolerância, no sentido de *suportar* sem necessariamente *aceitar* e *integrar* à partida.

Outro aspeto a ter em conta é o da reserva entre ambas as partes (sobretudo relativamente à geração dos filhos de imigrantes), e é aqui que os discursos mnemónicos entram em conflito: no caso da migração de refugiados, em que muitos saíram dos países de origem por razões económicas e de guerra civil, a disposição relativamente ao Outro, no país de acolhimento, pode tornar-se mais defensiva ou mais reservada, gerando situações de confronto cultural e identitário, se não houver uma integração social e uma enculturação de facto. Esta atitude defensiva ou de reserva, muitas vezes adquirindo contornos de violência e de alienação, volta a

polarizar o discurso no binómio ex-colonizador e ex-colonizado. Desta forma, o fator exclusão social pode influir na relação cultural entre Nós e o Outro: se não se atinge uma plataforma de entendimento social, o diálogo intercultural dificilmente se potencializa, o que contextualiza a não-preferência dos portugueses relativamente a hábitos de convivência com cidadãos de países africanos (apesar da prática institucional). Neste sentido, compreende-se que o combate à exclusão social, a partir de políticas de igualdade, seja uma das diretrizes de atuação institucional, no sentido de tornar estes nómadas do presente em sedentários do futuro, num contexto cultural favorável.

Há outro fator a ter em conta relativamente às situações de confronto cultural e identitário, que poderá estar na base do raio de ação institucional: a geração dos filhos de imigrantes. A questão tem sido amplamente discutida e tem gerado reações nos subindutores “Campos de aplicação” e “Mecanismos de Aplicação” (Quadro II): “Note-se que amiúde se fala de crise de identidade quando os filhos de imigrantes não optam por se identificarem nem com o país de origem dos pais, nem com o seu país de nascimento e/ou socialização” (Carvalho, 2007: 2). Estes são os nómadas que estão num entre-lugar presente problemático relativamente a uma sedentarização sociocultural de facto, no futuro. Não nasceram no país de origem dos pais, e ao mesmo tempo nem sempre se identificam com o país de acolhimento daqueles. Ao mesmo tempo, e dando como exemplo o caso dos filhos de imigrantes cabo-verdianos, o país de acolhimento partilha uma memória histórica com o país de origem dos pais. Esta crise de identidade enquadra-se em dois polos: a geração não nasceu no país de origem dos pais (portanto não há uma noção de pertença natural), mas também não se identifica com o país de acolhimento dos pais, por vezes derivada de uma memória histórica amiúde conotada negativamente: para eles, Portugal pode não significar diálogo lusófono mas sim um confronto identitário, na medida em que poderão não pretender identificar-se com um país que colonizou o país dos progenitores.

Assim, para resolver a bipolaridade que se pode converter em atitudes de alienação social e cultural, começam a surgir exemplos de associações e projetos, na prática do quotidiano, que envolvem agentes tanto do país de acolhimento como do país de origem dos imigrantes e respetivos descendentes. O dossier «Cidadania, cidadanias» publicado na revista *Noesis* (abril/junho de 2007) faz referência à Associação Cultural Moinho da Juventude e ao Projeto da Diversidade Linguística na Escola Portuguesa, cuja equipa é coordenada por Maria Helena Mira Mateus. Estes dois raios de ação enquadram-se, por sua vez, em dois dos princípios-chave de atuação do ACIME (atual ACIDI): no de interculturalidade e no de igualdade. A Associação Cultural Moinho da Juventude foi criada nos primeiros anos da década de oitenta, pelos moradores do bairro da Cova da Moura, nos arredores de Lisboa. Depois da escritura pública efetuada em 1987, que oficializou a Associação, a mesma tem vindo a desenvolver projetos enquadrados quer na integração social, quer na

¹¹ CICDR: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial



promoção do diálogo intercultural e da manutenção de costumes do país de origem dos habitantes do bairro, maioritariamente cabo-verdianos:

Preservar e divulgar a cultura de origem dos moradores tem sido um dos eixos das suas atividades, traduzida na criação de grupos culturais como o *Kola S.Jon* e o Grupo de Batuque *Finka PÉ*, este último com várias atuações fora do bairro, em diversos eventos (*Noesis*, nº 69, abril/junho de 2007: 30).

O projeto da Diversidade Linguística na Escola Portuguesa, desenvolvido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), entre 2003 e 2007, sensibilizando a comunidade para o atual contexto multilíngue nas escolas e valorizando as línguas maternas dos alunos, criou linhas orientadoras e materiais que pudessem contribuir para melhorar a competência comunicativa em português em falantes de outras línguas maternas, respeitando a legislação em vigor de que devem ser consagrados noventa minutos por semana ao ensino do português como língua não materna. Este projeto já obteve resultados – o CD 1 – *Primeiros Resultados* (lançado em novembro de 2005) com uma análise de dados sobre a diversidade linguística nas escolas; o CD 2 – *Análise e Materiais* (novembro de 2006), inclui propostas de exercícios para o ensino do português Língua Não Materna e listas de vocabulário multilíngue em português, cabo-verdiano, ucraniano, guzerate e mandarim, além de textos formativos destinados aos professores¹². O resultado final foi o da publicação do livro *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa, em 2008*.

Esta preocupação com a língua, fator de inclusão sociocultural, constitui um exemplo da forma como Portugal procura promover a enculturação quer dos imigrantes, quer dos seus filhos. Apesar de o fluxo migratório apontar para uma tendência marcadamente lusófona no tocante aos países de origem, a preocupação estende-se a outras nacionalidades, o que mostra que o país vai dando respostas na medida do gradual alargamento do espaço sociocultural. Assim, para minorar o choque bipolar entre a língua materna dos pais e a língua veicular e de comunicação, estes projetos contribuem para que a comunicação em português – uma das principais fontes de contacto – não seja, pela falta de domínio da língua, um entrave ao diálogo social e intercultural.

...

Estes foram alguns exemplos referidos para explicar os pontos de partida mencionados na introdução da presente comunicação. A lusofonia já não é apenas um projeto idealista de união, sob a mesma língua, de países que partilharam a mesma história. Ainda que com aspetos a melhorar, a nível de um maior acompanhamento e avaliação de projetos implementados e ou fase de implementação, o país alimenta uma relação de complementaridade que se reflete e se vai construindo diariamente nas práticas institucionais de boa integração dos vários fluxos migratórios, a nível

interno. Do anterior *Nous-mêmes sans les Autres*, Portugal passou a ser um país de *Nous-mêmes avec les Autres* estes que, se vistos numa perspetiva de possível sedentarização, serão les *Autres* em nome do respeito e preservação da sua identidade cultural, mas ao mesmo tempo, *Nós-Outros-Todos*.

Um Portugal maior e historicamente familiar surge como a tendência dominante nesta relação lusófona interna: a tendência presente e que aponta para um futuro análogo, na dinâmica dos atuais fluxos migratórios é a de, no caso de Portugal, a imigração se cingir quase exclusivamente aos países lusófonos: “no ano 2006, representavam em Portugal cerca de 37% do total de residentes estrangeiros” (Suárez, 2008: 5). Como apontado por Machado (1997, *op. cit.*), a facilidade do domínio da língua, a existência de redes familiares e as afinidades histórico-culturais existentes entre Portugal e os países lusófonos são fatores de ponderação nesta tendência. Ao mesmo tempo, a criação da CPLP em 1996 veio reforçar esta tendência e esta preferência, apesar da preocupação com um maior rigor no controle de entradas de cidadãos estrangeiros na União Europeia.

O presente-futuro aponta, portanto, para uma aproximação recíproca. Essa aproximação, como tem vindo a ser referido ao longo do presente estudo, deve-se à atualização contemporânea da lusofonia na memória histórico-cultural portuguesa. Note-se que muito se tem evoluído desde o período histórico pós-colonial, isto é, do período imediatamente a seguir às independências das ex-colónias e da reestruturação política de Portugal depois do 25 de abril de 1974. A Lusofonia deixa de ser um conceito abstrato para cada vez mais passar a fazer parte da memória política e cultural portuguesa, na prática do quotidiano, quer a nível interno, quer a nível das relações externas que, como referido anteriormente, privilegiam os laços de cooperação com os países da CPLP. Muito mais do que uma reconciliação com um passado histórico, em momentos, doloroso no tocante ao contacto com o Outro, Portugal procura atualizar a História de forma a promover o diálogo intercultural, tentando, acima de tudo, não anular, mas integrar nas suas redes sociais e culturais outras identidades que afinal são, secularmente, também a sua.

Referências bibliográficas

- Bellei, Sérgio. (2001) “Pós-Colonialismo : Culturas em diálogo”, *Ilha do Desterro*, nº 40, Florianópolis, janeiro/junho, disponível em www.periodicos.ufsc.br, pp. 108-171
- Cahen, Michel. (1997) « Salazarisme, fascisme et colonialisme – Problèmes d'interprétation en sciences sociales, ou le sébastianisme de l'exception », Centre d'étude d'Afrique noire de l'Institut d'études politiques de Bordeaux, Unité mixte de recherche CNRS-IEP n 206, disponível em pascal.iseg.utl.pt/~cesa, pp. 1-21
- Carreira, Shirley. (2003) «A representação do outro em tempos de pós-colonialismo: uma poética de descolonização literária», *Unigranrio*, nº VI, julho/setembro, disponível em alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/zips/shirley03.rtfpp. 1-5

¹² - Fontes: Revista *Noesis* nº 69, abril/junho de 2007, páginas 36-37;



Carvalho, Francisco. «Segunda Geração e Crise de Identidade. Breve Discussão de Conceitos», *Revista de Estudos Cabo-V*

Cunha et alii. (2006) *Media, Imigração e Minorias Étnicas*

Fonseca, Ana Margarida. «Testemunho (s) e memória (s) – imagens pós-coloniais da alteridade», *Literatura e Pluralidade Cultural*, Atas do 3º Congresso Nacional da APLC, Lisboa, Colibri, pp. 179-189

IPAD. (2005) «Intervenção do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento», Seminário “Portugal Cabo Verde: Uma Parceria para o Futuro”, Lisboa, disponível em www.portugalcaboverde.com, pp. 1-6

Lima, Mesquitela. (1980) «Amílcar Cabral e a Cultura» *Raízes*, nºs 7/16, julho-78/dezembro, pp. 3-7

Lopes Filho, João. (2006) «O Multiculturalismo e a Integração dos Filhos dos Imigrantes Cabo-verdianos», *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, CNI-UniCV, janeiro nº 2, pp. 8-27

Machado, Fernando. (1997) «Contornos e especificidades da imigração em Portugal», *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 24, pp. 9-44

Marques, Rui (s.d.). «As grandes linhas da política de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal»,

Mattoso, José. (1994) «O Estado Novo» *História de Portugal, Lisboa, Editorial Estampa*, vol. 7, pp. 485-495

Mesquita, Ana Guedes. (2005) «A política portuguesa de cooperação para o desenvolvimento», *Lisboa, Cesa (Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa*, nº 67, pp. 1-21

Neto, Félix. (1997), *Estudos de Psicologia Intercultural – Nós e Outros*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

Oppenheimer, Jochen (1997) «Réalités et Mythes de la Coopération Portugaise», *Lusotopie*, pp. 469-478

Peralta, Elsa. (2007) «Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica», *Antropologia, Escala e Memória*, Lisboa, nº 2, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa – Universidade Técnica de Lisboa, pp. 4-23

Pinto, Alberto. (2002) «O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951); Colonialismo e Propaganda», *Clio*, nº 7, Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 191-249

Ribeiro, Margarida. (s.d.) «Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo», disponível em www.ces.uc.pt/publicacoes, pp. 2-40

Santos, Boaventura de Sousa. (2002) «Between Prospero and Caliban: Colonialism, Post-colonialism, and Inter-identity», *Luso-Brazilian Review*, 39/2, University of Wisconsin System, pp. 8-43

Suárez, Belén. (2008) «Políticas comparadas de integração de estrangeiros entre Espanha e Portugal», VI Congresso Português de Sociologia, Universidade Nova de Lisboa, , pp. 3-16

17. FRANCISCO MADRUGA, editora calendário das letras



FRANCISCO FERNANDES MADRUGA, Nascido em Mogadouro, Distrito de Bragança a 6 de maio de 1957, vive em Vila Nova de Gaia desde os 4 anos, foi sócio fundador das Editoras Campo das Letras, Campo da Comunicação, do Jornal *Le Monde Diplomatique* edição portuguesa e da Empresa de Comércio Livreiro, distribuidora da Editorial Caminho. Foi membro da Comissão Organizadora do III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro. Trabalhou no Jornal Norte Popular e foi colaborador permanente do jornal A Voz do Nordeste. Teve colaboração regular nos Jornais Nordeste, Mensageiro de Bragança e Informativo. Editou em colaboração com a Revista BITÓRO a Antologia Novos Tempos Velhas Culturas. Foi fundador do Fórum Terras de Mogadouro e responsável pela respetiva revista. Foi membro da Direção da APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros durante 2 mandatos. Foi Fundador da Calendário de Letras, projeto Cultural onde desenvolve a sua atividade profissional. Convidado a estar presente no colóquio de 2009 foi selecionado em 2010 para ir ao Brasil, e em 2011 a Macau, divulgar e buscar parcerias editoriais, e apresentar uma pequena mostra com exemplares de autores contemporâneos portugueses (e dos Açores) como Anabela Mimoso, Cristóvão de Aguiar, Chrys Chrystello, Vasco Pereira da Costa, etc. É o editor da Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos da autoria de Helena Chrystello e Rosário Girão, e da sua versão BILINGUE (Português-Ingês).

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

TEMA 1.3.1. DESAFIOS EDITORIAIS.

**18. HELENA ANACLETO-MATIAS, ISCAP, IPP**

Licenciada (1988) e Mestre (1997) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Maria Helena Anacleto-Matias completou duas pós-graduações: uma como intérprete de conferências (Universidade de Genebra, 1989), enquanto bolseira do Parlamento Europeu, e outra em Estudos Norte-Americanos (Smith College – EUA, 1990), com uma bolsa Fulbright.

Publicou artigos em Portugal, Chipre e Países Baixos nas áreas da Linguística, Estudos Interculturais, Literatura, Tradução e Interpretação.

Como pontos altos de comunicações apresentadas em congressos internacionais destacam-se Singapura (2002), Santiago de Compostela (2003), Bélgica (2006; 2011), Chipre (2007), Valência (2008), Brasil (2010) e Macau (2011).

Esteve igualmente em mobilidade Erasmus na Universidade Nicolau Copérnico, em Toruń – Polónia (2009).

O seu interesse pelos Estudos Lusófonos tem vindo a crescer desde que participou no IX Congresso da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP – Viseu, 2001). Tendo ensinado Português como Língua Estrangeira no Porto (1992/93) e na Bélgica (2006/2007), é a décima segunda vez que participa nos Congressos ligados à Lusofonia (desde novembro/2003 em Bragança, até outubro/2011 em Santa Maria – Açores).

Depois de ter publicado o seu primeiro livro “Emma Lazarus – Vida e Obra” em 2008, é presentemente bolseira da FCT ligada ao CETAPS (Centre for English Translation and Anglo-Portuguese Studies) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde se encontra a frequentar o 4º ano do curso de doutoramento, vertente Tradução, em Estudos Anglo-Americanos.

Desde 1993 que é docente na área de Línguas e Culturas do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto.

2) É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.**TEMA 2.1 TONALIDADES E SONORIDADES PORTUGUESAS EM “UNHOLY GHOSTS” DE RICHARD ZIMLER, Helena Anacleto-Matias – Instituto Politécnico do Porto**

Palavras-chave: representações culturais, biculturalismo e bilinguismo, cultura luso-americana, folclore

O presente artigo sugere que as representações de Portugal na obra norte-americana *Unholy Ghosts*, de Richard Zimler, são filtradas pelas temáticas inerentes ao contexto ficcional presente, isto é, em relação à temática estudada pelos Estudos Gay e ao recurso à linguagem adolescente como técnica basilar da conceção da personagem secundária deste romance, isto é, de António.

Numa abordagem que se pretende etnográfica, analisa-se o episódio da inclusão musical de um tema folclórico Minhoto e a sua importância na articulação narrativa do romance com as recorrentes referências aos Conservatórios de Música do Porto e de Paris e da composição de uma obra musical intercultural da personagem António. Ainda no âmbito antropológico, descreve-se a inclusão do culto aos mortos em Portugal através da participação no velório de uma portuguesa de Monsaraz, e uma visita ao cemitério da Vila de Almeida descrita por um Narrador norte-americano, que pode ser visto como o alter-ego do escritor Richard Zimler, o Professor de António. Repensando o romance em termos metaliterários, e sob uma perspetiva da inclusão da própria Literatura e da referência de publicações em Portugal no romance *Unholy Ghosts*, analisa-se a importância narrativa da inclusão de uma edição bilingue de um poema de Walt Whitman da Assírio e Alvim.

No contexto gastronómico, que é uma referência cultural da tonalidade portuguesa marcante neste romance norte-americano, descreve-se a importância do bacalhau e a sua função narrativa de estabelecimento de camaradagem à mesa de dois convivas; ainda no contexto das bebidas, existe a incontornável referência ao Vinho do Porto por oposição ao Ouzo grego e ao Xerez espanhol que são consumidos ao longo de toda a narrativa, enquanto *leitmotives*.

Sendo as duas principais personagens do romance discutivelmente bilingues, isto é, António e o seu Professor – um é um jovem guitarrista clássico português que fala inglês com pouca mestria e o seu Professor é norte-americano, imigrado em Portugal, trabalhando no Conservatório do Porto e sendo pouco proficiente no falar luso... –, existem, no entanto, constantes referências a motivos biculturais. Desta forma, propomo-nos a uma análise abreviada do conceito dos seus bilinguismo/biculturalismo enquanto pano de fundo para reflexões do tipo conclusivo: quais os estereótipos que estão patentes no imaginário do leitor norte-americano e do português que lhe permitem tirarem ilações e interpretações diferentes da obra?

De que forma o leitor português se vê retratado culturalmente na obra?

Até que ponto a introdução de diálogos e/ou expressões em português de ambas as personagens principais contribui para a “cor local” presente em toda a obra?

De uma forma preliminar, podemos adiantar que, para um leitor norte-americano, a personagem de António surgirá como mais interessante do que o Professor devido ao



seu “exotismo cultural”, por ser português; por outro lado, as singularidades norte-americanas no que toca às especificidades nova-iorquinas e californianas da sua experiência pré-Porto, tornam a personagem do Professor como mais cativante para o imaginário de um leitor português, porque as suas coordenadas espaço-culturais são diferentes das dos lusofalantes...

Por outro lado, o facto de ser um romance originalmente escrito em inglês, mas ocasionalmente ter em si formas de diálogo em português, mostra que há um empenho do autor Richard Zimler para retratar a cultura lusófona no seu romance, resultando daí alguma chamada “cor local”, ou seja, a tonalidade portuguesa faz-se através da sonoridade do discurso em português na troca de palavras entre António e o seu Professor na sua relação homossexual.

1. Representações Gay e Linguagem adolescente

O facto de as personagens principais de *Unholy Ghosts*, António e o seu Professor, serem homossexuais, implica uma representação Gay da realidade. A mundividência de António e do seu Professor é modalizada pela sua característica Gay. Para eles o mundo é um desafio em que há sempre uma dicotomia enquanto Sujeitos que não são o Outro, mas sim um Eu, com valor autónomo. Homi Bhabha atacou a produção da civilização Ocidental que defende as oposições binárias. Em *The Location of Culture*, (Bhabha, 2004), Bhabha defendeu que essas relações binárias incluem o centro/margem, o civilizado/selvagem, e o esclarecido/ignorante. No dizer do mesmo, estas relações binárias são prejudicadas pelo facto de os primeiros pretenderem dominar os segundos termos dos pares binários.

Além disso, para ele a noção de “hibridismo cultural” (Rutherford, 1990: 216 et alli) propõe o conceito das relações interculturais serem interativas, pelo que se influenciam em várias direções e não só binariamente.

Na relação entre o Centro-Margem e Opressor-Oprimido, na circunstância do enredo, António acaba de saber que é portador do vírus VIH e, como tal, expressa-se como um adolescente frustrado, sem esperança, sob o choque da notícia e debatendo-se com questões que se prendem com a futilidade e brevidade forçada da vida e da proximidade da morte. Para ele, tocar guitarra já não faz nenhum sentido, e ingressar no Conservatório de Paris ainda menos. Mas ao longo da narrativa, o triângulo pseudoamoroso que se estabelece entre António, o Professor e o Pai de António acaba por dominar o percurso da viagem física que fazem entre o Porto e Paris de carro, mas também, e simbolicamente, a viagem que fazem ao interior dos seus sentimentos na descoberta de si próprios e da sua relação com o Mundo e com os Outros.

A linguagem irreverente de António, ou seja, as sonoridades adolescentes deste lusofalante, faz com que a narrativa seja mais vívida e realista, com as observações repentinas e mordazes deste estudante de guitarra clássica, criando muitas vezes um ambiente bastante incómodo e que, devido à sua situação de saúde débil, não é, na maioria das vezes, apreendido nem pelo Professor, nem pelo seu próprio pai.

2. Etnografia e Folclore

Pedro Homem de Melo foi o grande divulgador do Folclore português, com especial destaque para o folclore Minhoto, em televisão, na década de 70. Num programa que era passado ao domingo à hora do almoço, Pedro Homem de Melo mostrava os cantares e as danças de numerosos ranchos folclóricos, marcando o ideário português e especialmente o de toda uma geração que aprendia as primeiras letras, como é o caso da analista presente.

2.1. O “Marinheiro Noivo”

A canção do folclore minhoto “O Marinheiro Noivo” é apresentada na obra *Unholy Ghosts* como sendo um *leitmotiv* caracterizador da personagem Miguel, que é o Pai de António. Foi o pai que ensinou esta melodia ao filho em criança, e foi o filho que aprendeu a tocar sozinho na guitarra clássica. Este vê a canção folclórica como algo ao mesmo tempo repugnante, porque lhe lembra as origens galegas do Avô, o qual despreza vivamente, apelidando-o de “louco” e fascinante por outro lado, porque evoca os melhores momentos da sua infância, quando cantava juntamente com o seu Pai.

2.2. A obra musical de António

Em Espanha, quando António foge secretamente do convívio com o Pai e o Professor, vem-se a saber mais tarde que esteve a compor uma trilogia musical de sabor intercultural, nomeadamente, portuguesa, galega e catalã com inspirações no folclore popular da Ibéria, quando passa cerca de cinco horas em casa de uma cantora a tocarem e a cantarem numa chamada *Jam Session* à qual se junta um outro cantor catalão.

3. O culto aos Mortos

William Almeida de Carvalho em “O Rito de Iniciação: uma Abordagem” afirmou que há diversos ritos que podem ser estudados,

“tais como: da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção [sic], da gravidez e parto, do nascimento, da infância, da puberdade, da iniciação (...), da ordenação, do noivado, do casamento, dos funerais, das estações, etc. (...) o esquema completo dos ritos de passagem admite em teoria ritos preliminares (separação), liminares (margem), e pós-liminares (agregação) (...) Nas nossas sociedades modernas só há separação um pouco nítida entre a sociedade leiga e a sociedade religiosa, entre o profano e o sagrado... Entre o mundo profano e o sagrado há incompatibilidade, a tal ponto que a passagem de um ao outro não pode ser feita sem um estágio intermediário (...); esta passagem é acompanhada por atos [sic] especiais



que, por exemplo, constituem, para os nossos
ofícios a aprendizagem.”

Também o culto aos mortos representa um rito de passagem e nesta obra este rito é abordado através de um velório em Monsaraz e de uma visita a um cemitério em Almeida.

3.1. Episódio de Monsaraz

A abrir a narrativa de *Unholy Ghosts*, a qual é constituída por uma longa carta imaginária a Carlos, o antigo companheiro do Narrador, sendo este simultaneamente o Professor de António, conta-se um episódio em que Carlos e o professor estiveram em Monsaraz. A descrição da entrada na povoação é marcada por um bucolismo saudosista de uma visão ultraurbana, como se fosse uma paisagem pintada por Giotto que nos leva a sonhar pacificamente. Logo surge um senhor de idade, de traje domingueiro e corte de cabelo “à antiga portuguesa” que é o protótipo do “Bom Selvagem” de Jean-Jacques Rousseau. Em diálogo, mais ou menos telepático, e através de gestos, já que o Professor não fala português e o senhor de idade de Monsaraz não fala a língua materna inglesa do Professor, ambos se passeiam pela povoação indo parar a casa deste habitante local. Descrita com os olhos de um americano que vê tipicismo em tudo, desde o vaso de flores pendurado à porta de casa com tonalidades de primavera, até ao corredor estreito da casa, o Professor acaba por entrar no quarto do senhor, onde a esposa, falecida recentemente, está em exposição juntamente com velas e um xaile que lhe envolve a face. A sonoridade portuguesa é encarnada numa borboleta com o seu esvoaçar e que este Bom Selvagem quer fazer crer ao Professor de António que é a alma que se desprende do peito e voa até ao alto.

O Professor acaba por, apesar de sensibilizado pela sua viuvez recente e pelo facto de o ter levado a sua casa, se revoltar, pois acha que não lhe deve ser imposta uma intimidade de tal natureza, já que na sua cultura os velórios são algo da esfera do privado e a relação com a morte é encarada de forma diferente da lusitana.

3.2. Episódio de Almeida

Já durante a viagem no carro americano enorme e preto parecido com o carro do Batman, o *Batmobile*, desde a cidade do Porto rumo a Paris, atravessando território espanhol, o Professor, António e Miguel param na Vila de Almeida. No caminho para esta vila, é igualmente descrita a passagem através das montanhas até chegar ao segundo maior pico de Portugal, a Serra da Estrela, a qual parece aos olhos do Professor: “the Black Hills of South Dakota” (UG: 117).

Já em Almeida, António está com a sua má disposição do costume em relação a tudo porque está revoltado com a vida e vai dar um passeio pela povoação. Descrita com os olhos de um estrangeiro e muito poeticamente, Almeida aparece como um episódio de paz subjacente aos olhos de um cidadão do mundo que está habituado a grandes metrópoles. Nem um cão com ar semíferoz pode perturbar a calma do Professor que se junta a António na sua passeata por Almeida. Como a povoação é pequena,

acabam por ir dar ao cemitério local, onde se deparam com uma placa funerária que acaba por impressionar ambos, em especial António. Na lápide tumular lê-se “Um bom pai e jardineiro” (UG: 122). No cemitério existe igualmente um tomateiro plantado na campa referida e António declara que não se lembra se gosta ou não do sabor do tomate. Tendo em conta estes episódios neste cemitério, o mesmo parece um “filme de Vincent Price”, onde, de novo, a tonalidade portuguesa do vermelho dos tomates sugere a vida que adquire aqui uma dimensão simbólica: António, ao definhar, vai esquecendo o que é a cor da vida.

4. Literatura: função da Poesia Bilingue

Em relação à imprensa portuguesa, o Narrador-Personagem, professor de guitarra de António no Conservatório portuense, diz ter lido uma notícia que traz consigo na carteira, tendo-a mesmo fotocopiado para António, em que se fala da má qualidade dos preservativos à venda em Portugal – “Preservativos: 60% sem qualidade” (UG: 111), numa tentativa de fazer com que o seu pupilo apenas pratique sexo seguro. O Professor comenta, que tal como o sistema de esgotos português não presta, pois não escoia umas cuecas dele ou umas peças de *lingerie* de Fiama, a sua colega de apartamento, também os preservativos são de má qualidade. O que nos diz este episódio? Que o Professor “pinta” a cultura portuguesa com tonalidades escuras, tal como o seu estado de espírito daquela altura, ou seja uma tonalidade cinzenta, e que revela novamente uma diferença entre a sua cultura e a lusófona.

No tocante à Poesia em edição bilingue, focávamos na introdução do presente artigo, o caso de “Song of Myself”, de Walter Whitman, publicada pela Assírio & Alvim em 1992 (UG: 201). Nesse mesmo capítulo de *Unholy Ghosts* refere-se que o Professor e António teriam lido a edição bilingue pouco tempo depois de se terem conhecido e de se terem tornado namorados. Bastante mais adiante na narrativa, é dito que António quer ensinar o poema em português ao Pai, para que cantem juntos a composição musical que António escreveu. Assim, a sonoridade portuguesa de “Song of Myself” é introduzida, de forma a conferir uma especificidade lusófona na obra em causa. Mais adiante ainda, António afirma que deseja ser encontrado pelo Professor quando morrer, numa interpretação do poema.

5. Gastronomia

5.1. O Bacalhau

Sendo a gastronomia uma referência cultural marcante no contexto português, através da degustação de pratos de bacalhau, o Professor e Fiama estabelecem uma relação de cumplicidade e amizade. Os pratos de bacalhau que Fiama cozinha são sempre contestados pelo professor, que acha “repugnantes” aquelas postas de peixe salgado de molho durante dois dias. No entanto, à mesa estabelece-se uma relação de confraternização muito saudável entre ambos nas várias ocasiões em que o Professor está mais fragilizado. Neste caso, jocosamente poder-se-ia acrescentar que, não é uma tonalidade ou uma sonoridade portuguesa da qual estamos a tratar no presente caso, mas sim de um aroma típico da cozinha portuguesa!



5.2. O Vinho do Porto, o Sherry e o Ouzo

“Like a dream, Porto was a city which never presented an easy face. It welcomed the tourist not with the pat on the back of Lisbon, but with the cold, hard stare. The Swedish campers, British birdwatchers and French intellectuals who wandered into Porto all left the city muttering, ‘What the hell was that place all about?’ (UG: 79)

Como se pode ver pela citação anterior em inglês de *Unholy Ghosts*, a cidade do Porto é vista pelo Narrador autodiegético, o qual é o alter-ego do autor Richard Zimler, como uma entidade fora do comum, diferente de todas as outras cidades portuguesas, nomeadamente da capital; o Porto é portador de uma singularidade notável.

Para o Professor, também o vinho do Porto tem um valor diferente do qual a maioria das pessoas reconhece: para ele, o vinho do Porto era uma bebida licorosa e enjoativa, fruto certamente das referências culturais que o vinho do Porto tem com a história anglo-portuguesa. A tonalidade avermelhada do vinho do Porto e a sonoridade deste a ser colocado no copo não são, de modo algum, fascinantes para o Professor de António.

Por seu lado, o xerez é a sua bebida de eleição quando estão atravessar a Espanha, parando em Salamanca na sua travessia para Paris e o ouzo é uma bebida altamente alcoólica grega sob efeito da qual o Professor passa grande parte do tempo juntamente com os medicamentos Victan e Valium, quando partem em viagem.

6. Conclusões: Bilinguismo e Biculturalismo

Por definição de Bilinguismo e Biculturalismo, entende-se quando alguém se sente à vontade em duas culturas e falando duas línguas – é o caso parcial de António e do seu Professor de guitarra, que dominam, melhor ou pior, o Português e o Inglês. O seu Biculturalismo é algo (i)limitado, pois o Professor vive há algum tempo na cidade do Porto e António conhece minimamente a cultura pop norte-americana (ainda que não, necessariamente a cultura no sentido intelectual com as artes ou a filosofia norte-americanas, por exemplo, tecendo comentários por vezes bastantes desaprovadores quanto às vivências e costumes norte-americanos.

6.1. Estereótipos

Em relação aos estereótipos físicos, pode-se apontar o exemplo de Barabás, o anão homossexual que é o amigo visitado pelo Professor em Lisboa e que é o protótipo do “desencantado da vida”, pois já sofreu discriminação dupla – pela sua estatura e a sua orientação sexual – por parte de todos, inclusivamente por parte dos seus próprios pais.

Quanto ao estereótipo do português fanfarrão, pode-se apontar o exemplo do chefe do Professor, que fala das suas bravatas de avanços sexuais que faz a prostitutas ou

então o exemplo de Rui, o pedreiro homossexual dentro do armário que odeia outros homossexuais e que acaba por se envolver numa rixa com o Professor, com confronto físico e ataque com navalha, mesmo depois de já ter tido um contacto sexual com ele.

6.2. Retrato cultural.

Concretamente, pode dizer-se que o retrato cultural que o Professor norte-americano faz dos espaços portugueses está eivado de um saudosismo pelo puro, pelo natural, pelo bucólico e pelo autêntico. A relação do Eu com o Outro faz-se através do estranhamento que o norte-americano sente em relação a Portugal e, nomeadamente, em relação aos Portugueses e aos seus costumes e manifestações culturais. Quando António, o Pai e o Professor partem na viagem para Paris, o Narrador faz o seguinte comentário quanto às malas do rapaz: “António tinha um daqueles sacos de nylon utilitários que se vendem em feiras em todo o lado em Portugal, mas tinha enfiado umas coisas extra numa fronha amarelecida, e depois atado um bocado de um fio à volta do cimo”.

6.3. Diálogos e expressões em português.

Em tom final, pode dizer-se que as representações de Portugal no romance *Unholy Ghosts* são baseadas em estereótipos culturais mais ou menos confirmados através da vivência e experiência de contacto do Narrador com a realidade portuguesa.

O folclore contém um simbolismo de dimensão psicológica na narrativa de relação entre várias personagens, bem como a gastronomia que desempenha um papel semelhante. A inserção de poesia bilingue, bem como de diálogos em português mostram a biculturalidade de *Unholy Ghosts*.

Por vezes existe a inserção de diálogos e/ou expressões em português no texto em inglês, o que torna o romance mais vívido, bilingue e bicultural com as referências e representações de Portugal, contribuindo para a chamada “cor local”; existe, assim, aquilo que se pode chamar de concomitância entre a sonoridade e a tonalidade portuguesas no romance.

Bibliografia

- Bhabha, Homi. (2004). *The Location of Culture*. New York: Routledge, (1st edition 1994);
Carvalho, William Almeida (1997) “O Rito de Iniciação: uma Abordagem Antropológica”, in *Cadernos Antropológicos*. Brasil Ed... Nr 6, pp. 14-26;
Rutherford, Jonathan. (1990). “The Third Space. Interview with Homi Bhabha” in Lawrence and Wishart (eds.). *Identity: Community, Culture, Difference*. London: Lawrence and Wishart, pp. 207-221.

**19. HELENA CHRYSTELLO, EBI Maia & AICL**

HELENA CHRYSTELLO, Vice-presidente da direção, membro dos comités científico e executivo dos colóquios desde o primeiro, preside ao secretariado e é moderadora de sessões. Helena Chrystello tem uma licenciatura em Ensino, variante de Português – Francês e mestrado em Relações Interculturais, subordinado ao tema “Da Língua à Interculturalidade: um estudo de caso” pela Universidade Aberta; curso superior de secretariado do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), Lisboa; Certificat Pratique de la Langue Française, Université de Toulouse – Le Mirail e Certificado de Aptidão Profissional – Bolsa Nacional de Formadores, Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Lecionou, desde 1976/1977 e durante vários anos no ensino básico, secundário e profissional (coordenadora de cursos e da PAP – Prova de Aptidão Profissional).

Foi assistente na Escola Superior de Educação de Bragança, na área científica de Língua Francesa (2002/2005) e supervisora de estágios.

Foi tradutora da PNN-LUSA, Sydney, proporcionando serviços de apoio de tradução, interpretação e comunicação social, nos campos linguístico, literário e técnico em congressos (1995-2005). Foi tradutora de Francês Técnico de programas para cursos técnico-profissionais da CICOPN (1986/1988).

Participou e foi oradora em vários congressos nacionais e internacionais, com trabalhos publicados em atas e revistas científicas da especialidade.

Pertence à ACT/CATS ‘Association Canadienne de Traductologie’ e à SLP.

É Vice-Presidente da Comissão Executiva, membro da Comissão Científica e Preside ao Secretariado Executivo dos Colóquios da Lusofonia (em Bragança e S. Miguel, Açores). Membro nomeado do júri do Prémio Literário da Lusofonia (anual) de 2007 a 2009. Compilou em colaboração com a professora Doutora Maria Rosário Girão dos Santos (Universidade do Minho) uma Antologia de autores açorianos contemporâneos (originalmente destinada ao currículo regional) cuja edição bilingue (PT-EN) foi lançada no 16º colóquio.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

20. HENRIQUE ANDRADE CONSTÂNCIA, CONSERVATÓRIO DE PONTA DELGADA, AÇORES

Henrique Andrade Constância – Nasceu em Ponta Delgada, a 28 de julho de 1997. Iniciou os seus estudos musicais no Conservatório Regional de Ponta Delgada, em Violino e Percussão. Aos 10 anos iniciou o estudo do Violoncelo frequentando, atualmente, o 4º grau do curso básico na classe da professora Ana Vilela.

Foi selecionado para participar no X estágio da OJ.COM – Orquestra de Jovens dos Conservatórios Oficiais de Música, realizado em Coimbra em abril de 2011 e participou, também, nos dois estágios regionais de orquestra, sob a direção do maestro Rui Massena. Frequentou o curso de verão Musicaldas 2011, orientado pela violoncelista Teresa Valente Pereira.

JÁ ATUOU NO 12º E NO 16º COLÓQUIO EM SANTA MARIA

21. JOÃO CRAVEIRINHA, MOÇAMBIQUE

João Craveirinha **Biodados**

Natural de Muhipiti (ilha de *Mussambique* - 1947). Pseudónimo, entre outros: *Kraveirinha Mpfumo*.



Idiomas maternos (*languages*): português e ronga. Outros idiomas por ordem de nível de compreensão: espanhol, inglês, suaili, francês, italiano, suazi/zulu. Estudioso de Etno-Etimologias. [Perfil em Ciências da Cultura e Comunicação. *Sciences of Culture and Communication profile*].

2012 março: O autor, pintor e *designer* João Craveirinha é formado em Ciências da Cultura especialização em Comunicação e Cultura pela FLUL (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ex Clássica). É doutorando, fase final a obtenção de PhD, *vis a vis* a carreira de docente universitário e pesquisador. Área afim à antropossociologia da cultura incidindo na Disseminação *da Alimentação, dos Sons e Danças Tropicais* tendo a *Cultura Como Fator Económico de Desenvolvimento Humano*.

2012 março-abril: Açores (S. Miguel). Participação no 17º Colóquio Internacional da Lusofonia. Convidado pela AICL organizadora (Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia). Alto patrocínio da Câmara Municipal da Lagoa.

2012 março: Candidato a associado ao Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL / Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (público), “especializado nas áreas de Ciências Empresariais, Ciências Sociais e Tecnologias e Arquitetura.”

2012: Edição de vinte projetos de obras literárias pendentes de patrocínios (quatro a reedições).

2009 jun-dezº: No âmbito da sua formação académica é admitido pela FLUL no “Programa de Bolsas Luso-Brasileiras Santander Universidades.” Sete meses no Brasil. A partir de Brasília (UnB – Campus Universitário Darcy Ribeiro) viaja do nordeste ao sudeste percorrendo cerca de 8 mil km. Partindo de Brasília (DF) e regresso, onze viagens de 14 horas de autocarro pelo sul de Minas Gerais e metade do interior do Estado de São Paulo, via Goiás. Visitas de estudo a Campinas, São Paulo (Unicamp), e a Teresina, Piauí (UnP).

2009: Portugal. Prémio Melhor Artista Plástico II Gala Porto’s África 2009. (Organização luso-brasileira).

2008 outubro 6: Galiza. (Espanha). Convidado honorário ao lançamento da Academia Galega da Língua Portuguesa. Intervenção na Mesa de oradores na Casa da Cultura de Santiago de Compostela (entre outros) com os Professores Catedráticos, Doutor Evanildo Bechara (emérito gramático) da Academia Brasileira de Letras, Doutor José Malaca Casteleiro da Academia de Ciências de Lisboa, Doutor José-Martinho Montero Santalha da Academia Galega da Língua Portuguesa.

2008 outubro 2-5: Portugal. Bragança (zona norte). Convidado do ano ao VII Colóquio Anual da Lusofonia (AICL): apresentação do “Ensaio: *Varição Diatópica do Português Europeu (P.E.)*, em África – o caso de Moçambique.” Presentes catedráticos luso-brasileiros patronos do evento.

2008 maio: Portugal. (Maia, zona norte). Casa da Cultura de Trofa. Participação e intervenção cultural no “Encontro Lusófono” no festival do livro infantil. Convidado pelo Município.

2007 setembro 11-12: França. Paris. Convidado e participante à “*African Union – African Diaspora in Europe Regional Consultative Conference*” - *Palais des Congrès de Paris 2*. Intervenção em inglês (*PowerPoint*) no tema: *DIAGNOSIS ON AFRO-PESSIMISM. Commission 3 - Theme on: Historical, Socio-Cultural and Religious Commonalities and Challenges*. Evento organizado pelo governo da África do Sul mandatado pela União Africana (Addis Abeba, Etiópia). Coincidiu com o campeonato do mundo de Rugby em França.

TRADUÇÕES

2009: tradução para guarani de poema seu em português brasileiro pela Professora Mangarilei do Paraguai. Em espanhol (correção) pela Professora Masalado Perez do México.

2007: Auto-tradução de duas das suas obras, de português para a língua inglesa, com apoio do Professor britânico Timothy Bancroft-Hinchey.

1998 setembro: iniciativa de tradução de poemas em português para línguas *baNto* de Moçambique - poeta moçambicano Rui de Noronha (1944) traduzido para xiRonga de Maputo pelo Dr. Teodoro Mpfumo.

CINEMA

2002: Candidatura com a Beja Filmes produções, ao financiamento do ICAM. Dois projetos – Adaptação de duas obras de sua autoria – 1. “*E a Pessoa de Fernando Ignorou África?*” para “*Fernando Pessoa na África do Sul*” (*Poet Fernando Pessoa in South Africa*). 2. Épico colonial esquecido: “*O Combate de Marracuene de 2 fevereiro 1895*” (*Guáza Muthine*).”

TELEVISÃO

1998-2000: “*Crónicas de Ontem e de Hoje de Moçambique*.” (55 Minutos). Maquete filmada em câmaras *Betacam Sx*. (*Re*) *Masterizada* em 2006.

<http://www.macua1.org/jcvideo/index.html>

1967 - 2009: Em 42 anos circulou por 25 países: 9 na Europa, 15 em África e 1 na América do Sul recolhendo imagens socioculturais e memórias de vários usos e costumes, que se refletiriam no seu imaginário.

ARTES E LETRAS

1979-2000. Autor de uma das maiores pinturas murais do mundo - 110 metros x 5 metros, Maputo, Praça dos Heróis. Localizável no *Google earth*. ‘*João Craveirinha’s Mural in Maputo heroes’ square*’

<http://www.panoramio.com/photo/722255>

1962-2000: Várias exposições de pintura coletivas e individuais na Europa e África. Prémios e louvores internacionais. Pintor de murais gigantes – “escola mexicana.”

1996-2012: colunista e cronista em jornais e revistas em Moçambique, Portugal, Brasil, Angola, Inglaterra e Suécia. (Textos reproduzidos em sites e blogues pelo mundo).

28 março 2012 john.kraveirinya@yahoo.com

**22. JOÃO COSTA SIMÕES CHRYSTELLO, ASSESSOR TÉCNICO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA****JOÃO Costa Simões CHRYSTELLO (N. 1996).**

Membro supranumerário dos Colóquios devido à impossibilidade legal da sua idade. Frequenta o 10º ano da Escola Secundária da Ribeira Grande (Informática), São Miguel, Açores.

Apesar de muito jovem, desde 2008 tem-se mostrado um excelente assessor como assistente técnico, responsável – entre outras atividades - pela gravação e verificação das Atas/Anais em CD/DVD e milhentas pequenas coisas invisíveis que ele consegue por a funcionar, nas áreas tecnológicas (desde conversão de obscuros tipos de ficheiros e programas ao roaming dos telemóveis/celulares).

Em Bragança (2009 e 2010), no Brasil 2010, Macau 2011 e Vila do Porto 2011, desempenhou as funções de sonoplasta e luminotécnico, além de prestar um inestimável apoio informático a todos os oradores, às sessões culturais paralelas e à organização dos colóquios.

**BRAGANÇA 2009****FLORIPA, AÇORIANÓPOLIS 2010****MACAU 2011****VILA DO PORTO 2011****23. JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007****JOÃO MALACA CASTELEIRO**

licenciou-se em Filologia Românica em 1961, e doutorou-se em 1979, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação em Sintaxe da Língua Portuguesa. É, desde 1981, professor catedrático na mesma faculdade. Tem lecionado e coordenado a cadeira de Sintaxe e Semântica do Português, no âmbito da licenciatura, e vários seminários nas áreas da Sintaxe, Léxico e Didática, no âmbito do mestrado. Foi diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica e presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987.

Tem coordenado e colaborado em diversos projetos de investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro, em articulação com organismos como o Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação, entre outros.

É professor convidado na Universidade da Beira Interior, no Departamento de Artes e Letras.

É membro da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1979, e foi até 2009 presidente do seu Instituto de Lexicologia e Lexicografia.

Ao longo da sua carreira de professor orientou já mais de meia centena de teses de doutoramento e de mestrado.

Ganhou o Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra, da Sociedade de Língua Portuguesa, em 1981, agraciado pelo Governo Francês com o grau de Cavaleiro das Palmas Académicas, em 1986.

A sua bibliografia, iniciada com a tese de licenciatura em 1961, é constituída por muitas dezenas de estudos dedicados à linguística e à lexicologia. Editou obras como *A Língua e a Sua Estrutura*, *A Língua Portuguesa e a Expansão do Saber*, *Nouvelles perspectives pour l'enseignement du portugais en tant que langue étrangère*, *A Língua Portuguesa em África* e *A Língua Portuguesa no Oriente: do séc. XVI à Atualidade*.

Foi o coordenador do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea e o responsável pela versão portuguesa do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Tem participado em congressos e conferências, dentro e fora do país, apresentando e publicando textos científicos. Assumiu funções institucionais:



Conselheiro Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica, ao longo de 20 anos, Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ou Presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa desde 1991.

Para além da sua intensa e produtiva atividade docente, tem dedicado a sua carreira ao estudo da sua língua, e a sua extensa obra de investigação inclui inúmeros livros e artigos científicos.

Assumiu também a responsabilidade por Projetos de Investigação de grande importância, como Português Fundamental, Estruturas Lexo-Gramaticais do Português Contemporâneo, o Dicionário eletrónico do Português Contemporâneo ou o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Tem colaborado na qualidade de Professor Visitante ou de Professor Convidado com diversas instituições, nomeadamente a Universidade de Macau, e dirigido várias Teses de Mestrado e Doutoramento.

O reconhecimento dos seus méritos e do seu trabalho traduz-se em especial no respeito que académicos de todo o mundo têm demonstrado pela sua obra, pelos inúmeros convites para que participe em Conferências e Seminários Internacionais, recebeu do governo Francês o Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, julho de 1998. A 26 de abril de 2001 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República Portuguesa com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. **É patrono dos Colóquios da Lusofonia** desde 2007 e um convicto defensor da adoção do Acordo Ortográfico de 1990 em cuja conceção participou.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

Tema 1.1. "O Português - uma língua com futuro".

Tal como sucedeu com o inglês, o francês e o espanhol, também o português viu a sua importância no Mundo reforçada com a descolonização. Ao adotarem o português como língua oficial, os novos países emergentes da descolonização portuguesa tomaram uma decisão política de grande relevância para o futuro da nossa língua. A entrada de Portugal na União Europeia e em mais de uma dúzia de outras instituições internacionais valorizou exponencialmente o papel da língua portuguesa no Mundo. Adotado o Acordo Ortográfico de 1990, depois de um processo, herdado de 1911 e que se arrasta há mais de vinte anos por inoperância política, criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o nosso idioma vê agora reconhecida também a sua relevância económica, acentuada não apenas por países lusófonos emergentes, como, por exemplo, o Brasil ou Angola, mas também por países de outros quadrantes, de entre os quais merece especial destaque a China. Os países lusófonos devem definir com urgência, no âmbito da CPLP, uma política de língua que aproveite e valorize as sinergias económicas do português e consiga, nomeadamente, fazê-lo aprovar como língua oficial da ONU.

24. JOSÉ AUGUSTO SANTOS ALVES, Centro de História da Cultura, Fac. Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova Lisboa



José Augusto dos Santos Alves é Doutor e Agregado em História e Teoria das Ideias (História das Ideias Políticas), pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigador do Centro de História da Cultura, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, onde coordena o projeto de investigação sobre o *Periodismo do século XIX*.

Como professor agregado leciona História dos *Media* e História da Cultura Portuguesa.

É membro da Association International des Sociologues de Langue Française (AISLF), membro da Asociación de Historiadores de la Comunicación (AHC – España); membro do Foro Iberoamericano sobre Estrategias de Comunicación (FISEC).

Participou como conferencista convidado em seminários, palestras e congressos em Portugal, Espanha, EUA, França, Argentina, Brasil, Canadá, Colômbia, Itália, México e Turquia.

É autor, entre outras colaborações, de *Ideologia e Política na Imprensa do Exílio: O Portuguez – Londres, 1814-1826* (1992; 2005); *A opinião pública em Macau: a imprensa macaense na terceira e quarta décadas do século XIX* (2000); *A opinião pública em Portugal (1780-1820)* (2000; 2004); *Comunicação e História das Ideias: A Génesis do "Editorial Político"* (2004); *O Poder da Comunicação* (2005); *Un Nouveau Paradigme Communicationnel au Tournant du XIX^e Siècle et L'Émergence de L'individu Social Moderne. in Identités en errance Multi-identité, territoire impermanent et être social* (2007); *Nas origens do periodismo moderno: Cartas a Orestes de João Bernardo da Rocha Loureiro*. Org., introdução e notas de José Augusto dos Santos Alves. Prefácio de José Esteves Pereira (2009).

É SÓCIO DA AICL.

TEMA 1.2. A IMPRENSA AÇORIANA COMO INGREDIENTE DA MEMÓRIA DA LUSOFONIA: O ÍRIS DA TERCEIRA¹³ JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS ALVES,

¹³ *O Iris da Terceira*. (1838-1842), Angra: Na Tip. de José Joaquim Soares. Editor José Joaquim Soares, redator também a partir do Nº 158. Redatores José Eduardo de Abreu Tavares, Narciso António Fonseca, Lucas José de Chaves. Cota J 5705 B. Foi substituído por *O Anunciador da Terceira* (CANTO, 1890-1900: vol I, 198).



CENTRO DE HISTÓRIA DA CULTURA, CHC, FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, FCSH UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Introdução

Importa iniciar esta comunicação com uma pequena referência à cultura do nosso país, que esquece o fenómeno do periodismo, como parente pobre, quando é o repositório mais rico de conhecimento dos povos no século XIX e vetor crucial da afirmação da língua, da memória da lusitanidade e instrumento de criação da lusofonia¹⁴, séculos após a ideia de portugalidade ter cruzado os oceanos em todas as direções. Há que recordar, visitar, vitalizar esta memória para que não seja definitivamente rasurada. Deslembado do passado, atraído ao presente, receando o futuro, Portugal cambaleia a cada passo, apesar das declarações esperançosas de alguns políticos, provavelmente para iludirem o povo e enganarem-se a eles próprios. A reflexão sobre o periodismo não é uma história de pequenos acontecimentos. Muito mais que esse facto, é a mostra do recôndito da memória nacional. Os *media*, neste caso o periodismo do século XIX, não são um poder entre outros. O seu poder reside no papel de alicerce, correlativo do seu funcionamento, como suportes práticos de um modo de objetivação da mediação simbólica constitutiva de um sistema sociocultural. Na essência, os *media* constroem o teatro das práticas sociais, fornecem uma base à identidade e à ação individual e coletiva. Este enquadramento mostra que a questão do poder dos meios de comunicação social só é pertinente nos limites histórico-culturais precisos, no caso do espaço da portugalidade e depois da lusofonia. O dia em que o espaço social não seja mais constituído simbolicamente, mas inteiramente

¹⁴ Lusofonia entendida como um conglomerado das heranças linguística, religiosa, jurídica, imaginária, literária, periodística, etc., a consequência de um processo histórico de difusão da lusitanidade. Quer isto dizer, um agregado de espaços, que foram mais ou menos engendrados ou erigidos pelo desenvolvimento da portugalidade, "um passado comum e uma verdadeira afinidade civilizacional, centrada não apenas na língua portuguesa, mas também no ordenamento jurídico e económico, em valores morais, nos fundamentos da vida familiar e nos mais diversos aspetos de nossa cultura, tais como a culinária, a arquitetura, as artes plásticas, a música e a literatura" (*O conceito de lusofonia e a cooperação na promoção e difusão da língua portuguesa. Tópicos de Intervenção*) (2008).

Se, por um lado, como afirma Eduardo Lourenço, a "*lusofonia*, como música apropriada a essa comunidade, está conosco pelo mundo repartida, a nossa luta deve consistir apenas em não perder de vista *aquilo* que já existe, e em não nos perdermos de vista, *face àquilo* que já existe" (LOURENÇO (1996; 1999: 166), e, ainda, o "imaginário lusófono tornou-se definitivamente, o da *pluralidade* e o da *diferença*" (LOURENÇO (1987; 1999: 112), então, por outro, pode afirmar-se que a lusofonia deve ser olhada como uma diversidade sob o ponto de vista sul-americano, galego, indiano, chinês, antilhano, malaio, africano, timorense, etc., que obedece ao princípio da globalização e da interdisciplinaridade onde se ambiciona afirmar uma identidade comunitária, para além da questão linguística, em que a comunidade é ainda reconhecida como um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos, que falam portugueses, e de projeção internacional dos seus valores culturais, numa perspetiva aberta e universalista.

objetivado e determinado pelas tecnologias, não tem mais sentido interrogarmo-nos sobre a operatividade dos meios de comunicação social. Por tudo isto, o estudo do periodismo é fundamental para a inteligibilidade daquilo que fomos e que somos.

Sem um jornal não se pode unir uma comunidade, independentemente das ideias que esse jornal veicula, sejam políticas, sociais, económicas, religiosas, ainda que em confronto entre elas, um facto que mais contribui para essa sedimentação gregária. O exemplo do *Íris*, para além da sua coloração política, exhibe através das suas várias facetas o que pretendo dizer. Ou seja, contribuir para unir o espaço da portugalidade e estar na origem do mundo lusófono, ao colocar no mesmo campo o Outro, ao estabelecer um diálogo entre periodismo insular e periodismo continental, de onde releva a caracterização e a avaliação, as conexões entre imprensa e poder, entre comunicação e informação, e as estratégias seguidas no espaço geográfico nacional.

Para além da afirmação da língua, os temas que esta veicula são instrumentos dessa mesma afirmação: a razão, as noções, os conceitos, as emoções, as idiosincrasias, os sentimentos são as expressões de um mundo de vida que exhibe a consciência de pertença. Na essência, são assuntos tão díspares, mas seminais e fundamentais para a construção da interdependência, que constitui qualquer cultura, todos eles contribuindo, queira-se ou não, para dar sentido à construção do imaginário lusófono. Falar de paroquialismo, de universalismo, de liberalismo, de absolutismo, de miguelismo, de cartismo, de setembrismo, de cabralismo, de sociedade mercantil, de capitalismo económico ou financeiro, de ética, de estética, de cristianismo, de catolicismo, de protestantismo, de judaísmo, de islamismo ou da cultura das aparências, a faceta que abordarei nesta comunicação, é articular os ingredientes que a constituem e que o periodismo do século XIX, conservador, moderado ou radical, ajudou a construir.

Os laços que existem entre pensamento, língua e história estão aqui presentes e deixam ver um claro entendimento do espírito que lhe preside. Ligada à nação, a língua é, muitas vezes, considerada como a melhor fonte para conhecer os traços específicos de cada povo.

Com efeito, é uma crise, ao mesmo tempo política e linguística, que assinala o nascimento das nações na Génesis bíblica. A confusão de Babel, a autonomia linguística e a libertação política das nações são, entre outros, alguns discursos fundadores da Europa cristã. Se, na história das nações cristãs, o papel político da língua é neste ponto nevrálgico, é sem dúvida porque a mensagem divina se encontra aí inscrita (CAUSSAT *et al.*, 1997).

Desde logo, a língua contribui para formar o nosso olhar sobre as coisas e o perigo (na medida em que tudo o que diz respeito ao homem toca o homem com idêntica proximidade) das utilizações incorretas coloca-se na medida em que à diversidade das línguas equivale uma pluralidade de visões do mundo. A fuga a estes balizamentos



coloca em jogo a paixão pela língua materna, tornada nacional, um facto que, em geral, não escapa à argúcia dos periodistas.

Uma outra vertente que não pode ser ignorada é a oralidade ligada à divulgação e ao enraizamento da língua pelo periodismo, sobretudo num momento em que o analfabetismo é extremamente elevado¹⁵. No círculo dos que leem, escutam e observam, a oralidade não é um fator despreciado na afirmação e coesão da língua. No laço que une língua, história, pensamento, razão, o periódico, como fator de consolidação da língua, aborda temas múltiplos que são decisivos para a identidade e união da comunidade linguística e cultural.

No estabelecimento de uma nova ordem de linguagem, a parte da troca oral é tão importante, talvez mais importante que a da escrita que fixa o traço, e da qual por assim dizer é a resultante (FUMAROLI, 1980: 29).

"Se o mito da *Eloquentia* sustentou a eclosão da língua e da 'literatura' clássica (...), o mito do *Orator* não foi menos eficaz catalisador (...). O nosso conceito de 'literatura', muito exclusivamente ligado ao impresso, ao texto, deixa de fora do seu campo o que o ideal compreensivo do orador e da sua eloquência generosamente encerra: a arte da alocação, a arte da conversação, sem contar a *tacita significatio* da arte do gesto e das artes plásticas. A percepção do texto impresso no século XVII supõe esta primazia de uma arte da palavra, esta rede de correspondências que suscita em torno dela, em que tudo fala eloquentemente" (FUMAROLI, 1980: 30).

¹⁵ Dois válidos testemunhos, apesar do carácter aleatório da estatística da época, fornecem elementos demográficos para a inteligibilidade do analfabetismo em Portugal. O primeiro é de António Pereira de Figueiredo, a propósito da censura produzida sobre a *Descrição do Reino de Portugal*, em que a determinado passo, para justificar a escusa, afirma: "Conforme se colhe da petição que (...) fez António Morais da Silva (...), esta descrição é tirada formalmente da *Historia Universal* que corre impressa, e foi composta em Inglaterra por uma Sociedade de Homens de Letras. Mas apesar do grande conceito que se faz desta obra, a parte que respeita a Portugal (...) eu a acho tão cheia de erros (...), que a julgo indigna de ser estampada entre nós. O autor dá a Portugal só milhão e meio de almas, quando pelas modernas informações (...), os vassallos de Portugal passam de três milhões (...). Por estes e outros defeitos voto que este livro se dê por escusado (...), 18 de maio de 1787" (*IANTT. Real Mesa Censória: Censuras e Pareceres 1787*: cx. 14, doc. nº 8). O segundo é de João Bernardo da Rocha Loureiro que, a respeito da necessidade de diminuir o analfabetismo em Portugal, assevera: "Por que não se há de introduzir em Portugal a escola de mútuo ensino por o sistema de Lancaster? (...) [E]m breve daí virão dois grandes proveitos, a saber economia na despesa (...) e o que mais vale, facilidade de ensino e progresso geral da instrução. Tenha o Congresso por muito certo que não pode haver liberdade com ignorância e quando dentro de 21 há hoje 20 portugueses que não sabem ler, mal podem estes fazer um justo apreço dos direitos do cidadão e tomar amor à liberdade" (*O Portuguez; ou Mercurio Político, Commercial, e Literário 1821*:136). Ou seja, tomando como base estas informações, numa população na ordem dos três milhões de habitantes, cerca de noventa e cinco por cento são analfabetos, isto é, mais de dois milhões e oitocentos mil.

É na herança deste processo que se situam os séculos XVIII e XIX. A oralidade como fator seminal para a afirmação da língua tem, em minha opinião, uma importante função comunicacional, pelo menos idêntica à do impresso, particularmente num país onde, no período em estudo, o analfabetismo é estrutural. Se, por um lado, é certo que a imprensa desencadeia um processo de saldo da cultura oral, por outro, não é menos verdade que em circunstância alguma a oralidade perde o seu peso na sociabilidade de qualquer tipo. A voz é presença (DERRIDA, 1972: int. e cap. 6), pronunciar implica escutar, transcrever, restituir a voz das paixões e mais largamente os efeitos de empatia social desta (SALAZAR, 1995: 100-196). A vivacidade, a agressividade, a comunhão e a empatia estão bem presentes, e fornecem uma visão sobre o grau da sua eficácia se a olharmos em função da consolidação linguística, da sua conflitualidade, convivialidade e sociabilidade. A importância da oralidade, associada à escrituralidade, no enraizamento da língua é testemunhada, e.g., pela importância que a censura pombalina, na pessoa de António Pereira de Figueiredo, lhe atribui¹⁶.

O que o leitor, auditor e espetador da modernidade contempla é a imbricação linguística do antigo e do novo. Se os espaço-lugares são o espaço da modernidade e os espaços de difusão da lusitanidade, então a modernidade não pode ter as mesmas ambições da pré-modernidade. A partir do momento em que os indivíduos se aproximam, alimentam o social e ordenam, a língua cria lugares de projeção da portugalidade e, posteriormente, do imaginário lusófono.

O Íris, lugar de memória e fermento da lusofonia

No quadro da dialógica conflito-consenso, enquanto cimento de qualquer cultura societal, aborde-se então o conteúdo do *Íris*, tendo presente todo um conjunto de ingredientes, de ordem política¹⁷, social¹⁸, económica¹⁹, cultural²⁰ ou religiosa²¹, que

¹⁶ "Sacrosanto e Ecumenico Concilio Tridentino, traduzido em Portuguez, para o uso da Mocidade, pelo R. P. Fr. Manoel de S. José, Lisboa, anno de 1770. Em qualquer parte por onde se comece a ler esta tradução, logo se vê que o seu autor não tinha os talentos necessários para a fazer boa e decente (...); está pessimamente traduzido todo o sexto (...), invertendo desta sorte intoleravelmente o sentido do cânone (...). Portanto, julgo sem a mínima hesitação que esta obra se deve dar por escusada (...), 16 de novembro de 1790" (*IANTT. Real Mesa Censória: Censuras e Pareceres 1790*: cx. 14, doc. nº 45). Consequentemente, Figueiredo não tolera atropelos à língua, embora neste caso possamos admitir a existência de outras motivações que residem nos diferendos que existem no seio da Igreja sediada em Roma.

¹⁷ Objetivamente cartista, antissetembrista, como deixa ver no seu último número, findará a sua publicação a seguir ao golpe de Estado cabralista. O mesmo se poderá dizer do seu editorial político de apresentação: "Agora que os portugueses, por mais uma lição, acabam de conhecer que os inimigos da ordem, astutos e vigilantes, sempre aguardam o momento próprio de levar ao fim seus tramadas e delírios - agora que a parte sensata da nação tendo conhecido de onde nasce o germen da discórdia, que portanto tempo tem assolado o país dos heróis - agora dizemos, leva-nos a persuasão a acreditar um porvir mais feliz a par de uma paz e união



sincera, quanto necessária. Havendo até nestes últimos dias os portugueses provado a quanto são capazes de arrastar os homens as paixões, quando a desunião e a desconfiança lavra entre eles (...), sustentemos o governo (...) e a Constituição (...) e teremos concorrido para o bem-estar de nossos cidadãos” (*O Íris da Terceira*, (6 de junho - 1838): Nº 1, [1-2]). Percebe-se bem este editorial que surge na sequência do juramento, em abril de 38, da Constituição de 1838, que inscreve o veto absoluto do rei (apesar da supressão do poder moderador que constava da Carta), o bicameralismo, um compromisso entre a Constituição de 22 e a Carta de 26, logo com alguma precariedade.

¹⁸ A emigração açoriana para o Brasil é uma questão preocupante, fonte de graves problemas para os açorianos emigrados (*O Íris da Terceira*, (12 de setembro - 1838): Nº 15, [1]).

¹⁹ Polêmica com *O Angrense* a propósito do preço dos anúncios, espécie de *dumping*, que o *Iris* tem vindo a praticar depois da baixa de preços do *Arco-da-velha* (um só número, 14 de junho de 1838), destinado a combater o *Iris*, escrito por freiras para censurar o governo que não lhes pagava as prestações dos egressos (CANTO, 1890-1900: Vol I, 198) – uma redução de 70 para 30 reis (*O Íris da Terceira*, (26 de setembro - 1838): Nº 17, [1]).

²⁰ A extensão da citação que se segue justifica-se pelo conteúdo universalista, mas sobretudo pela contribuição que o redator do *Diário do Governo*, citado pelo *Íris*, fornece da *De Charlataneria Politicorum*, um teor atual com aplicação às várias da atividade e saber humanos, com enorme carga irônica da metafísica do charlatão: “É a charlatanaria um afeto humano que ainda não está sinteticamente tratado e definido. Até ainda ninguém o analisou, senão em concreto (...). Têm pois quase todas as castas de charlatães sido castigados, de modo que parece dever já ter-se escrito um tratado acerca da charlatanaria, onde examinando-se esta doença moral, no seu mais absoluto modo de existir, se descesse à observação das diversas maneiras por que ela se revela no meio da sociedade. Só assim se faria uma boa obra classificada dos charlatães por géneros e espécies; só assim se determinaria o seu tipo universal e, tal trabalho, seria, porventura, para o progresso social, não menos importante do que a descoberta ultimamente feita por um nosso crítico de polpa de que a clamação cantada do teatro português era (...) melhor do que a declamação sem graça dos Talma e Macredis. É verdade que só para um Couvier (...) seria tratar a metafísica da charlatanaria e o divino Kant não deu por certo mais tratos ao espírito para ao espírito para chegar à teoria do Eu e Não (...). Mas, apesar disso, não cremos que no nosso Portugal, que já pode ser modelo da Europa em mais de uma coisa, faltem engenhos capazes de se abalancharem a tanto. Nós vemos, por exemplo, mancebos de topete ricoço, que todos jurariam que nunca fizeram um raciocínio, ou abriram um livro, olharem com (...) desprezo para quem ainda diante deles pronunciar o nome de Deus, que à força de profundas meditações eles desterraram do universo. Que talento, que engenho, que estudo, que razão era a de Newton, de Malebranche, ou de Locke, comparada à dos sobreditos filósofos dos riços e contradanças? Quem eram esses pobres homens, que nunca puderam descobrir a perfeita igualdade entre Pedro Nunes e um carrapato, entre Sócrates e uma doninha, comparados com os pensadores do nosso século e país, que sem lerem, pensarem ou estudarem acharem a razão do universo = zero ou menos que zero! - Se temos, pois homens deste vulto, que importam as dificuldades da metafísica da charlatanaria (...). A nossa literatura atual, talvez a primeira da Europa, ganharia um novo título à admiração dos estranhos. Enquanto, porém, não aparece o Cant [sic] da charlatanaria, nós vamos coligindo e apontando algumas espécies para essa grande obra (...). Vedes vós aquele homem que (...) esbraceja contra o governo por causa da administração da fazenda, da administração da justiça, da administração do reino (...), de todas as administrações existentes e possíveis, e que termina as suas descompassadas filípicas por gabos a si próprio de amor de pátria! Esse

homem é um charlatão político. Possível é que um governo seja mau em tudo, mas que haja um homem que de tudo entenda, para tasquinhar em todos os ramos da administração, isso é que é impossível. Defronte dele está outro que defende o governo à carga cerrada, que não admite mancha ou erro nos seus homens do poder. Este também é um charlatão, mas charlatão tolo, se não é pago. Trabalha o outro para derrubar os que estão e alevantar os que querem estar. Se houver mudança o gritador terá a sua recompensa, mas o que defende o poder, por via de regra, é esquecido por este e será perseguido pelo bando que derrubar aquele. Como estes dois homens são muitos jornalistas. Em palavras pomposas ou alambicadas, ou acometem ou defendem. A questão principal no que escrevem reduz-se simplesmente a saber em que bandeira estão alistados. De resto, estes são os charlatães mais sublimes e os que melhor vão no jogo. Aquele que não queira prestar-se nem a adular o poder, nem a lisonjear partido algum terá de retirar-se dos bastidores, ainda que não tenha sido por convite que haja entrado em cena (...). Mas que estará fazendo, naquela roda de ginjas, aquele velho de cabeleira, que os seus ouvintes parecem escutar como oráculo. É um desembargador sem desembargo, que o quer outra vez, mas cuidais que fala nisso? Nada. Lamenta a queda dos nossos velhos costumes, da glória portuguesa, a corrupção do século, a peste das ideias liberais, que vão já infeccionando as aldeias e casais. Se o nome, que a esta casta de charlatães puseram há cinco anos, não é puramente metafórico, não passeis por essa roda, ou, se passardes, seja à vara e quarta de distância, se é que tendes amor às vossas canelas... Ali tendes um morgado fidalgo, que foi capitão na sua terra. Liberal (...), nos seus discursos é declinada em todos os casos, e centos de vezes, a palavra povo = o povo, do povo, ao povo, para o povo, pelo povo. Até traz sempre na algebeira o barrete vermelho e o punhal progressista. Há sedição popular? É contar com ele lá, liberdade ou morte! Já se sabe, até aparecer a tropa de linha ou guarda municipal. Credes que é um mentecapto furioso? Nada disso tem. É um charlatão político, a flor dos charlatães, charlatão perigosíssimo, abominável. O que ele quer é que o povo chegue ao extremo da licença, porque aí morreria a liberdade (...). Quereis mais charlatães políticos? Pois sabe que ainda temos na carteira, notadas e classificadas, competentemente, um cento de espécies. Imagina que melgueira não teremos de S. Bento, dos ministérios e do clero (...). Se viverdes, lereis inteiras as nossas lucubrações deste género em um livro (...) e terá por título *De Charlataneria Politicorum*” (*O Íris da Terceira*, (24 de outubro - 1838): Nº 21, [1-2]). Anotem-se os referentes, os construtores de sistema, para subtilmente, insensivelmente, denunciar o campo que esconde mal o caráter oportunista. Tetaniza, assim, toda a espécie de tarefeiros que vendem no mercado da política a sua “força de trabalho” a quem melhor remunerar. Podemos falar, nesta reflexão, em punição coletiva dos que vivem à custa da pequena política. Ziguezague desviante dos políticos, troca de favores, disseminação da corrupção, uma cultura tradicional, passada e presente, do mundo político português, de S. Bento às autarquias, dos ministérios às freguesias. Associar aos dias de hoje esta perversão é um ato legítimo. O retrato traçado reproduziu-se nos séculos seguintes, os “clones” aí estão para quem os quiser olhar, o circo da política aí está para divertimento e drama do povo.

²¹ “Ora, se tais feitos se realizam a respeito de simples questões de controversa religiosa, ou política, que em nada entendem com a felicidade do povo, o que será quando um punhado de tiranos subalternos e agitadores ferozes pretende sufocar com argumentos de aço, com a lógica dos cacetes, o grito de = abaixo os anarquistas! = (...) contra esses anticristos reformadores, esses economistas vorazes, essas fúrias destruidoras, que em dois anos têm mostrado ao mundo a infernal habilidade de reduzir ao caos social uma monarquia de sete séculos?” (*O Íris da Terceira*, (19 de dezembro - 1838): Nº 29, [2-3]).



ajudam a edificar o conglomerado das práticas sociais e fornecem um suporte à consciência da própria personalidade, à ação da individualidade e da comunidade.

A estratégia comunicacional do redator do *Íris*, para além dos paroquialismos²², e da sua cor política, que, apesar de tudo, e das fações políticas (radicais liberais, setembristas e vintistas) a que se dirige, não perde eficácia, assenta, pode dizer-se, em selecionados textos com objetivo ético, no que tange à política, mas não mascara a dependência.

O *Íris* dá a ver uma rede de comunicação e informação que envolve periódicos insulares e continentais, uma espécie de interface de um espaço que todos comungam, a lusitanidade, alicerce e construção da mesma língua. Na relação com outros periódicos, entre eles, *O Açoriano Oriental*²³, *O Angrense*²⁴, *Correio de Lisboa*²⁵,

*Diário do Governo*²⁶, *Miscellanea Politica*²⁷, *O Mosaico*²⁸, *Periódico dos Pobres no Porto*²⁹, à direita, ao centro ou à esquerda, o *Íris* constitui e constrói, no âmbito do

gritador de esquina, um sórdido bebedor de capilés, um criminoso perturbador da ordem pública e um enlameado beberrão, desprezo dos homens, escritor imundo...” (*O Íris da Terceira*, (15 de setembro - 1841): Nº 172, [3]). Como se verifica, estamos perante o insulto mais soez, uma receção que o *Íris* sempre criticou. Ou seja, uma insanável contradição, que só tem solução face a idênticos sentimentos por parte dos redatores, sobretudo a insidiosa manifestação de alienígenofobia, comum entre alguns estratos ilhéus, em relação aos continentais.

²² As polémicas com *O Angrense* são uma constante, que começa em janeiro de 1839. Os “angrenistas” e os “iristas”, eufemismos de setembrismo e cartismo, são o campo aberto da disputa, por vezes com excessos de linguagem verbal, que envolve eventual agressão física, o que não é uma novidade, sobretudo, nos países meridionais. Seja como for, evidencia-se um confronto que ressoa também nas páginas do *Angrense*, uma tradição açoriana, exemplo do empenhamento na defesa de um ideário, conservador, moderado ou radical, passado que foi o período que antecede o vintismo e o pós-vintismo imediato, em que o bloco histórico era, ainda, possível, quando a oposição era entre “corcundas” e constitucionais. Agora é entre cartistas e setembristas, no seio dos constitucionais, um momento em que os “corcundas” desapareceram de cena, deixando apenas um dos seus avatares: o miguelismo serôdio, que não incomoda, contra o qual não é necessária nenhuma guerra santa. Aliás a guerra continua entre os dois periódicos, apesar das promessas de a ela não voltarem (*O Íris da Terceira*, (1 de maio - 1839): Nº 48, [4]; *O Íris da Terceira*, (31 de julho - 1839): Nº 61, [1-2]).

²⁵ *Correio de Lisboa* (1837-1842), Lisboa: na Typ. Carvalhense.

²⁶ Cf. *supra* n.º 8.

²⁷ *O Miscellanea Politica. Pelo auctor da Camara Optica* (1838) é o periódico referencial para os artigos de opinião que saem do âmbito do paroquialismo angrense ou açoriano. Na lógica estratégica que vem sendo referida, várias apropriações do *Íris*, a partir do *Miscellanea*, mostram a rota ideológica que assiste ao pensamento de quem redige o *Miscellanea Politica* e do *Íris* que o subscreve. Percorrendo as páginas do *Miscellanea Politica. Pelo auctor da Camara Optica*, verifica-se o “anunciar” de mais um salvador da pátria que terá no cabralismo a sua expressão. Para além de ser um excelente escriba, José Joaquim Lopes de Lima, o redator, que o *Íris* apropria, escolhe, na sua guerra santa, deliberadamente a ironia mais subtil e o insulto mais sarcástico, dando um valor universal à sua escrituralidade, e língua portuguesa, enquanto estratégia de comunicação e crítica da política, no seu arco, de um extremo ao outro, à esquerda, ao centro ou à direita.

²⁸ *O Mosaico. Jornal D'Instrução e Recreio* (1839-1841), Lisboa: Imprensa Nacional.

²⁹ Também o *Periódico dos Pobres no Porto* (1834-1858), não escapa ao fenómeno apropriativo por parte do *Íris*. A imprensa da periferia vive de apoios mendigados nos periódicos do Continente, o que não obstaculiza um critério seletivo dos artigos, que revela, apesar da conotação ideológica, qualidade, tendo presentes a escrita e a temática. O fenómeno do periodismo sob ao proscénio, ou seja, a definição e o definido são agora objeto de análise, num artigo supostamente de José de Sousa Bandeira sobre “A verdade”: “Desde 1820 que a imprensa periódica não faz outra coisa senão lamentar a moléstia da pátria, e, desgraçadamente, apesar das nossas reformas e dos nossos sacrifícios, os males da pátria, longe de diminuírem, aumentam progressiva e espantosamente, a ponto tal, que já se diz por aí, à boca cheia, que os males da pátria não têm remédio. Muitas e mui grandes são as coisas que originaram estes males, mas é certo que, por maiores que eles sejam, não é com gritarias e com exclamações que eles se curam. Quem os há de curar é a verdade e é à verdade a quem

²² Assinala-se uma tradição da imprensa insular, o confronto entre leitores, que tem em *O Patriota Funchalense* o paradigma (ALVES, 1989). Em 1840, de forma mais acentuada, este hábito ocupa em o *Íris* um maior número de páginas, na continuação do embate, mediatizado por correspondentes (e.g. “Públicola”, “Paroquiano”), com *O Angrense* (*O Íris da Terceira*, (8 de janeiro - 1840): Nº 84, [1]). É um conflito, que se torna fastidioso, pela repetição, em que surge o “diálogo entre cura e vigário”, um modelo de comunicação crítica, que vem do ano anterior, na ambiência do paroquialismo, a que me refiro, em que se envolvem, além de outros, José de Cristo opositor de Narciso António da Fonseca (redator). Seja como for, é uma manifestação cíclica e sazonal (e.g. eleições, sobretudo locais) em o *Íris*, que de um rasgo, se for caso disso, integra em números sucessivos vária correspondência, envolvendo respostas e contra propostas (e.g. *O Íris da Terceira*, (4 de novembro - 1840 – 6 de janeiro - 1841): Nº 127-136). Se quisermos, no quadro do desenvolvimento do periodismo, desenvolve-se uma dupla orientação: a) modo de troca e de cooperação dos diferentes atores, “amadores” e “profissionais”, que intervêm junto do círculo de leitura; b) análise crítica dos procedimentos e exercício do poder, a nível local e central. Em suma, a repartição dos papéis, mobilizando simultaneamente os profanos (correspondentes) e os especialistas (periodistas), embora a semântica seja reversível, para uma prática crítica da política, o debate e o uso público da razão. Anote-se todavia o que é uma prática comum do periodismo deste período. Ou seja, pode tratar-se de fictivos correspondentes, uma ficção para melhor ganhar a confiança dos leitores, ao mesmo tempo que os periódicos, e quem os redige, colocam na boca do correspondente a crítica indesejada ou trazem à luz do dia temas impronunciáveis, que seriam inconvenientes, se subscritos pelos redatores.

²³ Na insuficiência da polémica que entretém com *O Angrense* (1836-1910), o *Íris* acolhe outro diferendo (tipo comunicado) com *O Açoriano Oriental* (nº 326) e o autor de um “nogentíssimo aranzel”, TARTARUGA (*O Íris da Terceira*, (28 de julho - 1841): Nº 165, [3]), sobre uma questão local (Junta Geral do Distrito), uma manifestação que vai ao encontro do insulto linear (*O Açoriano Oriental*, nº 331), com recurso a nomenclatura como “monstruosidade”, “rude animalejo”, “descomunal selvagem”, “desbocado arrieiro”, ou como o texto que se transcreve: “É bem lembrado (...), lembramos aquela fábula do burro que, entrincheirado na sua estrebaria, ameaçava com voz igual à vossa, o nobre leão, que indiferente a isso caminhava ao seu destino, “malvado animalejo”, revoltoso TARTARUGA, dizei-nos, acaso serão esses mandões filhos deste penedo? (...), não serão eles lá das bandas de Lisboa? (...). Vós sois um ridículo



devem recorrer os periódicos. Para que havemos de estar a berrar todos os dias: foram os corcundas, foram os constitucionais, foram os cartistas, foram os setembristas a causa dos nossos males. Confessemos a verdade, fomos nós todos. Que partido poderá apedrejar o outro? (...). Que fizeram os liberais desde 20 até 23? Indispuseram-se com a Europa, perderam o Brasil e nos deixarão a guerra civil, as cadeias e a perseguição. Que fizeram os absolutistas desde 23 até 26? Proclamaram as Vésperas Sicilianas em abril, reconheceram a perda de nossos territórios ultramarinos e continuaram a guerra civil! Que fizeram os malhados desde 26 a 28? Venceram batalhas, puseram luminárias, cantaram hinos, deram palmatoadas e continuaram a guerra civil! Que fizeram os miguelistas desde 28 a 34? Perseguiram, enforcaram, desterraram, lançaram tributos e continuaram a guerra civil! Que fizeram os cartistas desde 34 a 36? Contraíram grandes e necessários empréstimos, venceram muitas batalhas, libertaram o reino, derrubaram o absolutismo e livraram o povo de imensos tributos, mas não tiveram força para terminar a guerra civil em Évora-Monte! E que têm feito os setembristas desde 36 até agora? Aumentaram os empréstimos, hipotecaram a nação, ensinaram-na a ser perjura e desobediente. E, pregando doutrinas anárquicas, deram com os focinhos em terra, sustentando a guerra civil!!!! Agora perguntamos nós: se os corcundas, malhados, liberais, miguelistas, cartistas e setembristas não têm feito senão concorrer para estes males, quem os há de remediar? Quem? Nós mesmos, uma vez que deixássemos de ser tudo aquilo e sejamos só portugueses (...). Como pode Portugal levantar a cabeça, se os portugueses estão doidos? (...). O absolutista, agarrado ao credo velho, quer o seu capitão-mor para ser preso por ele! O miguelista suspira pelas forças do seu anjo! O cartista quer liberdade com ordem! O setembrista quer empregos, bilhetes do Tesouro, cacetes e despotismo à sua moda! O ordeiro, esse não sabe o que quer! E todos cegos, fanáticos e apaixonados pugnam pelos seus sistemas e só querem os seus homens. E, no entanto, vão cavando a sepultura à pátria sem reflexão e sem dor!!!! Portugueses de todas as cores políticas, perdoai uma verdade, a culpa é toda nossa e só de nós é que pode vir o remédio (...). Homem de setembro (...), a força é a virtude dos impérios. A força não pode existir sem união, não se mantém sem a reciprocidade de direitos e interesses. Enquanto quiserdes ser exclusivos, a pátria irá de mal a pior, a confiança fugirá de todo (...). O edifício liberal (...) está ameaçando de aluir-se para sempre (...). Ouvi o voto de uma imprensa livre (...). Três milhões de almas não devem ser sacrificados ao império das teorias, aos caprichos dos clubes” (*O Iris da Terceira* (24 de janeiro - 1839): Nº 34, [2-3]). Retrospectiva condicionada ideologicamente, mas à qual não pode ser tirado o valor e a qualidade, sobretudo quando, ainda que telegraficamente, analisa a atitude das partes envolvidas. Ironicamente, o apoio – atribuindo qualidades e feitos aos partidários da Carta, em que foram apenas uma parte –, que, aparentemente, fornece aos cartistas, hesitantes, vai dar origem a uma nova guerra civil. O coração e o sentimento pendem para apenas um lado. Sob a bebida, surge o que parece ser um salvador da pátria. Seja como for, estas são questões que se podem colocar hoje, o mesmo tipo de perguntas, desde o 25 de abril de 1974. Não importa, a coloração política, mas o modo como José de Sousa Bandeira escreve, constata verdades universais, independentemente do seu juízo fortemente condicionado, sob o ponto de vista cartista. Torrencial, cartista embora, cabralista incondicional depois, o facto é que do ponto de vista da escrituralidade manifesta uma coragem notável, que nada fica a dever a outros periodistas da facção oposta. Com efeito, declarar, eventual crime, escrever a verdade, reenviarmos para os dias de hoje, em que esta anda esquiva das páginas dos jornais, por falta de coragem, de conluios, de mordomias e dinheiro que circulam abundantemente nestes meios, ao incorporarem os jornalistas, os cronistas, os informadores, as casas editoriais e os académicos, sob tutela, com a finalidade de manipulação dos *media*, colocando o povo contra a rua e vice-

fermento da imagética lusófona, o que pode chamar-se, sob o ponto de vista político, uma cultura que acolhe valores conservadores, moderados e prospetivos, que assentam em opostas visões do mundo: a tradicional, imbricada na monarquia, a prospetiva, ligada ao liberalismo democrático³⁰. O confronto das ideias é um momento da construção da identidade lusitana, um conglomerado que vai sedimentando a individualidade e a comunidade em torno de um sentimento de pertença. Conformidade com os adversários políticos, identidade e solidariedade com quem comunga as mesmas ideias, no combate por um ideal político e um modelo de governo, que correspondem à objetivação do espaço social, a modos concretos de socialização e práticas culturais da vida quotidiana.

Para além de *O Iris*, por norma enriquecedora, fornecer também notícias da situação nacional e internacional, a partir dos periódicos que vai recebendo da metrópole, quer

versa. Obviamente, com o apelo ao governo forte, prepara o caminho ao “salvador da pátria”, de quem depois fará o panegírico: Cabral.

³⁰ *O Iris da Terceira*, naturalmente, reflete nas suas páginas as polémicas entre periódicos da metrópole. É o caso da disputa entre *A Vedeta da Liberdade* (1835-1839) e o *Periodico dos Pobres no Porto* (1834-1858), em que mais do que a forma de letra, é o conteúdo ideológico que carrega: “À prima *Vedeta*. Disse (...) que à força de gabos nos queríamos inculcar pelo melhor liberal do mundo!!! (...) diz (...) que nós somos um malvado!!! Um mentiroso!!! E um caluniador!!! A prima, quando faz destes favores, nunca são ninharas. É sempre presente de abade. Qualquer destes adjetivos já é um favor muito grande, quanto mais três! (...). A prima foi buscar o *Azemel* de 1822 [refere-se, supostamente, ao periódico liberal, *O Azemel Vimaranesense* (1823)] para nos chamar constitucional esturrado, que queria o sangue da aristocracia e que não queríamos duas câmaras, nem o veto. Grande coisa foi a prima ter guardado esses papelinhos, para nos dar com eles na cara! (...). Nesse tempo caímos nessa fragilidade, mas na primeira Quaresma, que se lhe seguiu, nos desobrigamos (...), dessa culpa estamos nós aliviados para com Deus e para com os homens (...). Em o seu nº 101 diz a priminha que se o medo da prisão nos fez renegar, o mesmo medo fez os oficiais de S. Julião da Barra (...) Permita que lhe digamos que canta fora do coro (...) Pobre priminha, quem lhe comer os miolos sem adubo, pode jejuar sem escrúpulo. Mudar de um partido para outro é consistência de caráter!!! (...). Fazemos muito gosto disso. Se a nossa revolução for acima, também há de chamar-se - a gloriosa - e nós o glorioso” (*O Iris da Terceira*, (5 de agosto - 1840): Nº 114, [1-3]). A *O Iris* interessa que esta polémica incorpore o corpo do periódico. Na verdade, enfrentar, por via transversa, *A Vedeta da Liberdade*, é um risco sem consequências para *O Iris*, que apenas o redator do *Pobres no Porto* tem que suportar. O combate entre jornalistas é, a meu ver, mais profundo que o estilo, que é uma forma. Ele abarca diferentes visões do mundo, a tradicional e a liberal/democrática, o conteúdo que enche a letra de forma ou a forma do estilo, ou seja, algo mais profundo que a superficialidade que alguns, provavelmente com alguma razão, atribuem aos periodistas. E esta asserção torna-se por demais evidente se tivermos em conta que *A Vedeta* tem como redator António Rodrigues Sampaio (e António do Carmo Velho de Barbosa) e *O Periodico dos Pobres no Porto* é redigido por José de Sousa Bandeira. Supostamente, companheiros de rota, exibem uma acentuada dissidência, bem evidenciada por Bandeira, que não hesita em assumir a pirueta. Nada de novo, se olharmos para os dias de hoje em que as “cambalhotas” são ainda de maior evidência.



citando, quer fazendo sínteses, uma atitude que é mais evidente em situações de crise nacional ou internacional, os temas são múltiplos, transversais à comunidade, incarnados nas diferentes pertenças dos sujeitos.

Certamente, constata-se poderosos fatores de unificação cultural, apesar do confronto ideológico, a “sociabilidade insociável”. Ao mesmo tempo, comprova-se uma forte resistência da cultura linguística, e, sobretudo, descobre-se um processo histórico de criação e de recriação das identidades culturais linguísticas, pela via de outras formas de verbalização, antes desconhecidas.

Dito isto, e na impossibilidade de trazer à colação todos os temas que *O Íris* propõe, optei por abordar um deles, um assunto que é mais comum ao conjunto da sociedade, o corpo e a moda, se quisermos o que pode chamar-se, a cultura das aparências (instrumentalizada também, quando oportuno, para a crítica sociopolítica³¹), como fator

³¹ Para a história da moda, pelo viés da crítica sociopolítica, a partir de *O Periodico dos Pobres no Porto* (1834-1858), leia-se: “Ora, aqui estou eu sr. mestre (...). Então, com que é que embirra, tia Micaela? Eu lhe digo (...) com esta palavrinha jovem (...). Mas diga-me, o jovem em frase periodiqueira quer dizer (...) um sujeito de sapatinhos tão lustrosos como uma canana; de meias alagartadas, mosqueadas e multicores; com uma calça muito tesa e repuxada, quase sempre de colete com tão grandes palmas, que parece forro de baú; com uma japoninha [sic], denominada de sobrecasaca, e, tão curta, que dá pelas virilhas; com o peito da camisa bem à mostra e ornado de botõezinhos, como armáriozinho [sic] de ourives; com umas barbas de mouro, como as do Coge-Çofar ou do Catual; com a cabecinha que apresenta bem aberta no cabelo a estrada da liberdade, e a cristãzinha a uma banda; com um chapéu de grandes abas, quase sempre de óculos fixos, por causa do reflexo do astro, ou da desenvoltura do ar; com uma delgada bengalinha na mão, ombros levantados e charuto a um canto da boca (...). Onde (...) eles são certos é nos botequins, ou mais politicamente nos cafés. Ali os encontrará (...). Ali discutem eles as maiores questões políticas, fecham Cortes, abrem Cortes, movem exércitos e lhes mandam fazer alto! Fazem entrar nos Dardanelos as esquadras aliadas! E correndo do oriente para ocidente, aqui atacam Metternich, ali o Nelsserode (...) Ali (...) os ouvirá (...) decidir que coisa é o cisma e analisar periódicos com maior calor e discernimento (...). Também agora os há de encontrar nas secretarias de Estado e nas repartições públicas (...). Se o jovem, além destas qualidades, tem de mais a mais a de Irmão...., então a sua felicidade está fazida [sic] (...) e num abrir e fechar de olhos vem rebolando no *Diário do Governo* o = atendendo ao merecimento e mais partes, etc. = e o seu crédito está formado!! (*O Iris da Terceira*, (15 de abril - 1840): Nº 98, [1-2]).

Por um lado, contra o que parecem ser os “estrategas de café” e, mais naturalmente, contra qualquer tipo de debate público sobre política, por outro, tendo presente a ascensão do que se supõe ser os filhos da “aristocracia reinante”, a crítica do redator vai direta ao coração da prática política e do exercício do poder, que tem tradição em Portugal até hoje. Ou seja, os ineptos que circundam pelos ministérios e secretarias, enquanto clientela política que cobra a fatura da campanha à qual se paga o favor. Enquanto representantes da, suposta, elite futura (que necessita pertencer já à classe social que dispõe de capitais socioculturais suficientes para ter sucesso nos diferentes campos do poder), estes inábeis, doutrinados e designados, como defensores estremados da imagética liberal, por empreendedores partidários de um pseudo-liberalismo, pretendidamente ligados aos valores da liberdade, surgem incarnados pelos

organizacional de troca de signos e significados corporais e linguísticos, cruciais para a consolidação da lusitanidade e incentivo ao fermento do que irá ser a lusofonia.

O que pode surgir como sendo a palavra passe da inconstância frívola, um luxo estético e periférico da vida coletiva, é na verdade um processo geral englobando o todo social que comanda a produção e o consumo de objetos, a cultura, os *media*, as mudanças ideológicas e sociais (LIPOVETSKY, 1987), a construção de qualquer sentimento de pertença – seja ela qual for, intuindo a assunção da língua materna. É uma temática que *O Íris* subscreve a partir de *O Mosaico* (1839-1841: Nº 76, 263-264)³² um pretexto, uma forma de diálogo com o Outro, que dá a ver o valor da argamassa em que se constitui o periódico na construção e sedimentação da lusitanidade e do germen da lusofonia, aquela enquanto berçário desta, em que o Outro e a relação com o próprio ajudam à afirmação e consolidação da língua, um elemento fundamental da unidade política que ajuda à compreensão da interdependência seminal entre língua e nação. É uma *práxis* difícil de exprimir por palavras, que se vai carregando de significado ao mesmo tempo que se sedimenta.

Na verdade, para a história da moda e do corpo, e da edificação da mentalidade da portugalidade e da inteligibilidade da lusofonia, em construção, pelo viés da crítica social, *O Íris* divulga, a partir do citado periódico, um texto sobre a organização social das aparências³³, que possui elevado grau de vivacidade e comunhão empáticas, fundamental para a consolidação da língua e criação de condições para a afirmação da lusitanidade e o despontar de uma cultura lusófona, pelo viés da mentalidade. E porquê? Porque, por um lado, a partilha empática é capital, a meu ver, para o laço inextrincável que une estes dois conceitos. Por outro, porque a empatia é geralmente concebida como a aptidão de se colocar no lugar do outro, e inferir assim em imaginação os seus pensamentos, os seus sentimentos e as suas ações, que se

redatores e as personagens que representam. Pode dizer-se que, numa pirueta de encarnação, quase perfeita, do pensamento único da classe possidente ou dirigente, são uma espécie de quinta-essência do meio social mais favorecido, cuja visão do mundo está longe de representar o ideal liberal ao qual aspira o resto da população. Por tudo isto, fica a ostentação, mais imediatamente visível do “inimigo de classe”, que representa esta “aristocracia imperial” que sucessivamente vai escolhendo ou elegendo os seus representantes, independentemente do seu estrato de classe, desde que sirva os seus propósitos. Neste caso, a prestigitação do poder empesta a hipocrisia e a submissão aos apoiantes de Costa Cabral, ministro da Justiça e Negócios Eclesiásticos, num suposto combate, de geometria variável, em favor da liberdade de imprensa.

³² O autor do texto de *O Mosaico* é R. J. de S. Netto – Ricardo José de Sousa Netto – 1822-1870 – escritor teatral, tradutor de inúmeras comédias, muitas delas publicadas na coleção *Teatro para Rir*. Curiosamente, *O Mosaico* publica durante alguns números a rubrica “Costumes Michaelenses – O Monge da Caloura”, romance histórico (Anos de 1817 – 18 –), tipo folhetim, em três capítulos, nºs 65 – 67, respetivamente de 1, 8 e 15 de junho – 1840, cujo autor é R. D’A – Francisco Manuel Raposo de Almeida, diretor da publicação.

³³ Ainda que no sentido da crítica sociopolítica, veja-se *supra* nrp # 19.



exprimem através de códigos corporais e linguísticos, que fazem interiorizar sentimentos de portugalidade, ao mesmo tempo caldo de cultura do despertar da lusofonia, não como um estado, mas como um processo que se vai definindo ao longo do tempo, numa partilha de perspetiva que consiste em imaginar o que se percebe no lugar do Outro, seja pela via da escrituralidade, seja pela via da oralidade.

A comunicação entre indivíduos consiste não apenas em trocar informações, mas também partilhar as representações e os sentimentos. Este postulado da empatia está na base das atividades sociais, é de tal modo omnipresente, que parece ir por si, ser da ordem da natureza e não da convenção, o que nos conduz a situação ideal de comunicação na conjuntura que abordamos neste texto.

Para além da escrita, da linguagem como organizadora social do pensamento, da linguagem propriamente dita, é a cultura na qual se banha a comunicação, tudo servindo para criá-la e mantê-la, que serve de quadro ao universo das representações partilhadas. Esta plataforma comunicativa comum é característica da comunicação humana.

A empatia do quotidiano interage com a utilidade da partilha empática dos afetos nas conversas com insistência, conversas de aparências, muitas vezes inessenciais, mas indispensáveis à manutenção dos laços afetivos do tecido social quotidiano e do tecido político e da afirmação da linguagem. Neste contexto, face ao elevado grau de analfabetismo, a oralidade é fundamental, como já se referiu.

A interpretação do enunciado verbal tem em conta implícitos (KERBRAT-ORECCHIONI, (1991; 1998, 4^{ème} éd.), expressões metafóricas, modos semânticas, mas também indícios não verbais: expressões faciais, atitudes corporais, intonações, que permitem transmitir, no campo da empatia e da simpatia sociopolíticas, as ideias que interessa veicular, em que o enunciado total ultrapassa o simples pronunciado (KERBRAT-ORECCHIONI, (1997; 2002, 4^{ème} éd.).

E, neste caso, pode falar-se nas interações face a face que são de facto interações de corpo a corpo em que a intersubjetividade e a interação são largamente baseadas sobre mecanismos de intercorporalidade linguística, como parece dar a ver o texto, em apreço, com o título “A AFETAÇÃO DO BELO SEXO”:

“Senhoras há, que fazem constantemente um estado mui particular de uma infinidade de afetações: em o rosto mui alvo e rubicundo; em pôr carmim nos beiços, nas pontas dos dedos e no peito; pentearem-se logo que alvora a manhã; enfeitarem-se diante de um grande espelho; instruírem-se na maneira de olhar, que este seja suave, aprazível, terno, desfalecido e amoroso. A boca, de certo modo, e com mais trejeito, parece-lhes mais formosa, os dentes mais brancos e os lábios mais vermelhos. Quando falam de certa forma, julgam que a voz, escapando-lhes dos lábios, ganha mais suavidade e som mais agradável. Passemos agora aos grandes Salões de Baile e a essas

reuniões, que chamam soirées, o que encontramos? A linda jovem toda recostada sobre a otomana, com os olhos baixos, calçando a apertada luva de branca pelica, e parecendo a tudo indiferente. Quando algum élégant lhe dirige a palavra, a semideusa responde-lhe só com monossílabos e com o rosto voltado, julgando, assim mesmo, fazer uma honra ao alombrigado Adónis, vendendo mui caro as suas respostas. E, quando por esquecimento, se lhe não dá a moderna dignidade de v. ex.^o, a ninfa nada responde, formaliza-se e encara com colérico desprezo o espartilhado, petit-maitre. É o maior escândalo que a uma bela se pode fazer!! (...). Aqui o Adónis triste e cabisbaixo lamenta-se (...) pela inconstância de certa menina (...). Ali um embonecado mancebo, diante de um espelho, concertando a cabeleira, o lenço de pescoço, a tira da camisa e colete (...). Deixemos os bailes e lancemos um golpe de vista sobre os teatros (...). Veja-se o modo arrebatador com que a bela olha para o amante que, na plateia, sentado, e pondo no côncavo do olho a delicada e quase invisível luneta, não perde o menor dos enternecidos movimentos. Outras, querendo afetar mais modéstia, põem os óculos para um camarote de frente, conservando os olhinhos fitos no afrancesado namorado, taful de longa barbinha, bigode e competente pera (...). Qual é a bela, qual a ninfa do tom, que às cinco da tarde não larga a costura, ou o bordado, e não chega à janela para ver o amante e, enquanto este não chega, s'amusant com qualquer que se acha presente, fruindo desta arte o principal prazer do sexo amável que é a novidade e a variedade? As Deidades, as Semideusas do tom estudam como hão de mover a cabeça, os gestos, a postura e o modo de andar. As suas conversações constam somente de modas e namoros e, sobretudo, la critique” (O Íris da Terceira. Nº 136 (6 de janeiro - 1841), p. [2]).

Aquilo que são afetações na opinião do autor prende-se antes com desejo de afirmação individual ou social. Um processo que pode considerar-se próprio da elaboração e manutenção de pensamento e identidades minoritários no contexto da cultura mediática do tempo, tendo presente a moda e o corpo, como instrumentos mediáticos, em função da ipseidade e da alteridade, da transcendência vertical (uma representação identitária de um pensamento minoritário numa cultura mediática hostil).

O interessante desta questão é a reação que provoca o artigo de O Mosaico, com pedido de publicação de resposta, face ao “desabono do belo sexo”, com um texto sobre “VALOR GUERREIRO DAS MULHERES”, por “O Defensor do Bello Sexo”, que, eventualmente, pode ser soletrado no feminino:

“[A] natureza dá a suscetibilidade e a educação a modifica (...). Por consequência, mostrando-se que muitas mulheres pensaram e obraram como os grandes homens, e isso porque foram educadas como eles, seguir-se-á que se todas fossem educadas como o geral dos homens, haveria tantas heroínas, como heróis. Ora, nós devemos entender por educação os modos



de pensar e de obrar resultantes das influências das ideias recebidas das pessoas, com quem tratamos, dos livros, por que aprendemos, dos lugares, em que assistimos, e dos tempos, de que somos ou em que vivemos” (*O Íris da Terceira*. Nº 137 (13 de janeiro - 1841), p. [4]) (...). Se, contudo, recorrermos a exemplos de valor singular, temos Epicaris, mulher de baixo nascimento, que, sendo convencida de ter entrado numa conjuração contra Nero, e, metida em maus-tratos, jamais lhe pode extorquir a declaração dos seus cúmplices. Receando, porém, que se outra vez a metesse em tormentos, viesse pela violência das dores a declará-los, tirou o seu cinto e, afogando-se com ele, impediu com a morte a confissão, que a honra não lhe permitia fazer. O filósofo Zenão de Eleia, em iguais circunstâncias, só traçou com os dentes a língua, cuspidando-a na cara ao tirano, impossibilitando-se por este modo de lhe responder” (*O Íris da Terceira*. Nº 138 (13 de janeiro - 1841), p. [2-3]).

O acento colocado na educação explica, em parte, esta oposição de argumentos, em que preconceito (sensação) e razão (emoção) conflituam. Por um lado, surge a visão do mundo dominante, por outro um mundo de vida minoritário, que deseja assumir a igualdade de sexos e aspirar a uma educação semelhante, que, essencialmente, remete para o princípio fundador, segundo qual todos os homens nascem iguais em natureza.

Estamos perante o que pode chamar-se uma minoria ideológica, independentemente da superficialidade e de um suposto deficit feminino de aprofundamento crítico. Quais são os processos próprios à elaboração e à manutenção de identidades ideológicas minoritárias no contexto da cultura mediática do período aqui em estudo? Trata-se de analisar o *corpus* mediático do pensamento minoritário, através do periodismo, no plano sócio-simbólico, semiótico e político. Estes dois níveis de análise permitem desenvolver uma contribuição comparativa do desenvolvimento do discurso identitário no contexto de defesa do pensamento minoritário contra o absolutismo cultural e ideológico do pensamento médio do período.

Estas questões conduzem a uma hipótese de trabalho que assenta na formulação: a identidade desenvolve-se por identificação à de outras pessoas e por interiorização do Outro generalizado. O Outro ideológico modela em parte a identidade ideológica minoritária pela sua cultura dominante, os seus esquemas narrativo-simbólicos veiculados pela publicidade e pelos seus periódicos.

A manifestação da diferença ideológica exprime-se como uma forma de resistência à hegemonia ideológica do pensamento dominante. Estas reivindicações de um pensamento minoritário expressam-se nomeadamente na cultura mediática. A este título, estas reivindicações surgem sob o ângulo de uma narração de si (a moda, o corpo são vias dessa narração), cuja função essencial visa fazer perdurar um conjunto de saberes no seio de uma memória prática mediatizada pela presença do Outro, ou seja, num contexto ideológico minoritário, as narrações de si surgem como uma

memória e uma resistência que mediatiza as transformações sociais e culturais na perspectiva da manutenção e desenvolvimento da comunidade ideológica. Esta memória responde ao princípio: quanto mais a comunidade ideológica está em situação minoritária, maior se torna o papel da memória e da resistência, uma espécie de *habitus* (Bourdieu, 1979: 179-195), quer dizer, a iniciativa contra a indiferença e a assimilação. Esta memória resistente e resistência memorizada tomam uma forma axiológica, ao mesmo tempo, sobre a diferença em relação ao Outro e sobre a sua incontornável presença. Em suma, a cultura mediática aparece como uma forma simbólica que constrói uma memória resistente num processo de interação com o Outro, no caso conjugado no feminino e nas suas manifestações aparentemente levianas.

Entre um desejo de pensar e o medo de pensar, a ousadia do afirmar. Nesta ambiência cultural, a vontade de esclarecer a relação entre a capacidade, ou ainda incapacidade, de pensar e as diferentes visões, os diferentes traços do carácter e da personalidade feminina desta década de quarenta do século XIX, coloca à luz do dia o paradoxo de sociedades e ideologias aparentemente abertas e povoadas de indivíduos fechados.

Por tudo isto, somos conduzidos a interrogarmo-nos sobre o prazer, a necessidade de pensar, e, ao contrário, a angústia, a fuga, a recusa de pensar, ligados a perturbações maiores, nascidas do tipo de sociedade, provocadas por um novo tipo de economia, sem limite e sem freio, uma privação de referências e dos quadros tradicionais. A possibilidade de atividade crítica pode tornar-se uma iniciativa destituída de interesse e de objetivo, sem outro objeto que a sua própria perpetuação e a sua autoalimentação. Pode ainda tornar-se em uma simples atitude de reticência ou de resistência maneável, despida de substância, de conteúdo e travando o exercício do pensamento. Neste sentido, a conduta feminina ganha uma dimensão acrescida pelo que representa da vontade de afirmar contra as atitudes que - institucionais, sectárias, calculistas, superficiais, ambíguos -, se submetem ao conformismo e à homogeneização dominante. Elas minam a via de um pensamento disciplinado, especialista ou erudito, ignorando deliberadamente outras formas de pensamento e apreensão do real. Abandonado a si mesmo, separado do espaço social comum, este pensamento negligencia, sobretudo, entrava as questões que dizem respeito à existência, encoraja a estreiteza de espírito, a hostilidade, indo, por vezes, até ao ponto de pôr em marcha pulsões de destruição e ascensão do fanatismo. Ao mesmo tempo deixa ver a existência de uma violência dissimulada e insidiosa, através de procedimentos que, tendo por objetivo a deslegitimação sistemática do não-conformismo, têm por razão profunda a recusa, o medo ou a impossibilidade de pensar, com efeito de aceleração intensiva.

Ainda, no âmbito da assunção do corporalidade e na perspectiva de uma diferente sexualidade deve ser vista uma manifestação inusitada, para o tempo, cujo sentido



não está de acordo com a mundanidade habitual e que adquire uma significação que não é apenas corporal. É também cultural.

O interesse fundamental desta forma de assunção do corpo está em íntima relação com a perfeita degradação de um modo de ver e pensar (que as diversificadas e heterodoxas manifestações da formação social portuguesa vão colocando à luz do dia), ao mesmo tempo que instala a via para outras formas de encarar a diferença no seio da sociedade. Visão oblíqua de um sensualismo diferente, é, simultaneamente, a incontestada expressão de outros sentimentos e de uma sexualidade "outra", de forte carga pessoal, garantia da autonomia e da individuação, que se traduz na expressão do corpo. Coloca, assim, em causa, não apenas o maneirismo feminino, mas ainda a virilidade masculina, ao mesmo tempo que, numa espécie de corrosão em processo ascendente, abre caminho à afirmação de uma nova sensibilidade em rotura com a masculinidade prevalecente.

Conclusão

Pode afirmar-se, com toda a justeza, que este conglomerado cultural, chame-se assim, é essencial para o desenvolvimento dos sentimentos lusófonos e dar sentido à nossa presença aqui hoje. A portugalidade e a lusofonia são língua e cultura, produto da fusão entre língua e cultura, entre mentalidades e visões do mundo, entre os fenómenos de empatia, neguentropia e simpatia, que se geram neste campo de forças, cujos traços, de todas as variantes conhecidas, se construíram e sedimentaram ao longo da nossa história. O nexos entre cultura das aparências, cultura lusitana e imagética lusófona parece assim evidente, sobretudo quando nos debruçamos sobre a leitura de periódicos, no caso *O Íris da Terceira*, seja qual for o século da sua história.

Na verdade, o periodismo não pode viver sem a presença de um pensamento da sua própria história e do movimento histórico, nem a língua nem a lusofonia de que aqui falamos pode sobreviver sem esta memória coletiva em que se constitui o periodismo do século XIX, o médium por excelência do exercício da razão, da emoção e dos sentimentos. E isto porquê? Porque o poder dos *Media* não é, como já referi, um poder entre outros, uma vez que a sua função de sustentáculo da mediação simbólica, nuclear em qualquer formação social, constrói o teatro dos hábitos sociais em articulação orgânica com a identidade e a ação coletiva e individual.

Existe no periodismo a alegria e o humor, comedido e impercetível, outras vezes violento, resultado da pulsão intolerante, que penetra as várias escrituralidades, os vários públicos, como se os leitores, os auditores e os espetadores, para além de os lerem, ouvirem e observarem, estivessem obrigados ao acordar da razão e da inteligência de que é capaz o periodismo desta época, ao despertar de uma alegria sarcástica, suficiente para fazer excitar novas ideias, novos pensamentos, novas conflitualidades.

Mais um argumento que me levou a trazer à vossa presença *O Íris da Terceira*, com todo um variado conteúdo, um conjunto de ingredientes de afirmação da nacionalidade, da insularidade, do paradigma da lusitanidade e da galáxia lusófona.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

IANTT. *Real Mesa Censória: Censuras e Pareceres* (1787).

IANTT. *Real Mesa Censória: Censuras e Pareceres* (1790).

Periódicos

Angrense (O) (1836-1910), Angra do Heroísmo: Typ. do Angrense.

Correio de Lisboa (1837-1842), Lisboa: na Typ. Carvalhense.

Íris (O) *da Terceira* (1838-1842), Angra: Na Tipog. de José Joaquim Soares.

Miscellanea Política. Pelo auctor da Camara Optica (1838), Lisboa: Impr. de Galhardo e Irmãos.

Mosaico (O). *Jornal D'Instrução e Recreio* (1839-1841), Lisboa: Imprensa Nacional.

Periodico dos Pobres no Porto (1834-1858), Porto: [s.n.].

Portuguez (O); *ou Mercurio Politico, Commercial, e Literário* (1821), Vol. XII (nºs LXVIII - [1821]), Londres: Impresso por L. Thompson.

Vedeta (A) *da Liberdade* (1835-1839), Porto: Imprensa de Coutinho.

Obras consultadas

ALVES, José Augusto dos Santos (1989), *O Patriota Funchalense (1821-1823) ou o elogio do contrapoder*, Sep. Atas do II Colóquio Internacional de História da Madeira, Funchal: Sec. Reg. do Turismo, Cultura e Emigração.

BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction : critique sociale du jugement*, Paris : Les Éditions de Minuit.

CANTO, Ernesto do (1890-1900), *Bibliotheca açoriana. Noticia bibliographica das obras impressas e manuscriptas nacionaes e estrangeiras, concernentes às ilhas dos Açores*, Ponta Delgada: [s.n.], Typ. do Archivo dos Açores, 2 vols.

CAUSSAT, Pierre ; DARIUSZ, Adamski ; CRÉPÓN, Marc (1997), *Messianismes séculiers en Europe centrale et orientale (du XVIIIe au XXe siècle)*, Paris: Mardaga.

DERRIDA, Jacques (1972), *La voix et le phénomène*, Paris : PUF.

FUMAROLI, Marc (1980), *L'Age de l'éloquence : Rhétorique et "res literaria" de la Renaissance au seuil de l'époque classique*, Genève: Droz.

LIPOVETSKY, Gilles (1987), *L'empire de l'éphémère: La mode et son destin dans les sociétés modernes*, Paris: Gallimard.

LOURENÇO, Eduardo (1996; 1999), "Imagem e Miragem da Lusofonia" in *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1991; 1998, 4^{ème} éd.), *L'Implicite*, Paris: Armand Colin.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1997; 2002, 4^{ème} éd.), *L'Enonciation*, Paris: Armand Colin,

SALAZAR, Philippe-Joseph (1995), *Le culte de la voix au XVIIe siècle: Formes esthétiques de la parole à l'âge de l'imprimé*, Paris: Honoré Champion.

Internet



'O conceito de Lusofonia e a cooperação na promoção e difusão da língua portuguesa. Tópicos de Intervenção' (2008) in CPLP. 'Encontros de Lusofonia em Torres Novas. 13 de novembro'.

LOURENÇO, Eduardo (1987; 1999), "Errância e Busca num Imaginário Lusófono" in *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, apud Maria Manuel Baptista, 'O Conceito de Lusofonia em Eduardo Lourenço: Para Além do Multiculturalismo 'pós-humanista'

25. KATHARINE BAKER / BOBBY J. CHAMBERLAIN, Ph.D., UNIVERSIDADE DE PITTSBURGH, PENNSILVÂNIA, EUA



KATHARINE F. BAKER, tradutora, é natural de Berkeley, Califórnia, EUA, de origem açoriana no lado paterno.

Formou-se na Universidade da Califórnia-Berkeley, ganhou um Mestrado na Universidade de Maryland-College Park, e estudou Português na Universidade de Pittsburgh na Pensilvânia.

Com Diniz Borges traduziu em inglês o romance *I No Longer Like Chocolates* de Álamoliveira [2006], o livro *My Californian Friends: Poetry* de Vasco Pereira da Costa [2009], e (também com Bobby J. Chamberlain, Ph.D.) a pequena história *The Portuguese Presence in California* de Eduardo Mayone Dias, Ph.D. [2009]; com Dr. Chamberlain o ensaio "1,500 Visas Via a Volcano" de Álamoliveira no livro *Capelinhos: A Volcano of Synergies* de Tony Goulart [2008]; e, com Sandy Ventura os poemas de Gabriela Silva no livro *Ilha* [2007].

Acabou os primeiros rascunhos das traduções do romance *Sorriso por dentro da noite* de Adelaide Freitas (com Dr. Chamberlain e Diniz Borges), da peça *Bocas de mulheres* e da poesia *andanças de pedra e cal* (os dois de Álamoliveira); e acaba de começar a traduzir o livro de ensaios *O peso do hífen* de Onésimo T. Almeida, Ph.D. Contribui de vez em quando a "Maré Cheia" no jornal californiano *Tribuna Portuguesa*, à revista semestral *Andar!LHAgem* e ao website das Comunidades (RTP).

Criou e atualiza www.inolongerlikechocolates.com www.mycalifornianfriends.com.



Coautor: **BOBBY J. CHAMBERLAIN, Ph.D.**, professor de Línguas e Literaturas Hispânicas na faculdade de Artes e Ciências da Universidade de Pittsburgh na Pensilvânia, é natural de Los Angeles, Califórnia, EUA.

Formou-se na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), donde depois ganhou um doutorado em Português e Literatura Brasileira. Recebeu duas bolsas Fulbright para fazer pesquisas no Brasil.

É especialista em Literatura Brasileira do século XX.

É autor de um livro sobre a obra de Jorge Amado, coeditor de um dicionário da linguagem informal brasileira e autor de numerosos ensaios sobre autores e teoria literária do Brasil.

Foi, durante mais de uma década, o secretário-tesoureiro do Instituto Internacional de Literatura Ibero-Americana.

TEMA 2.3 TRADUZIR O CONTO "NAS LAJES, UM CHÁ IMPREVISÍVEL" DE URBANO BETTENCOURT, Katharine F. Baker – University of Pittsburgh, Pennsylvania, USA/ Bobby J. Chamberlain, Ph.D. – University of Pittsburgh, Pennsylvania, USA

No conto "Nas Lajes, um chá imprevisível" do livro *Que paisagem apagarás* [2010], o autor Urbano Bettencourt descreve uma visita às Lajes do Pico por um certo Sr. Machado para instalar fotografias que tirou quando acompanhava uma expedição científica na Baía dos Golfinhos no sul do Brasil. O protagonista fica alojado num residencial Lajense, cujo dono lhe traz um chá ao quarto depois do jantar. Naquela noite o Sr. Machado cai figuradamente no buraco de coelho, assim chegando num quase País das Maravilhas, a sofrer vários pesadelos no caminho, e em que a literatura se cruza com a realidade imediata.

Fig. 1: Pintura, *Imprevisível chá da imaginação*, de Semy Braga.³⁴

³⁴ Imagem graças ao Doutor Semy Braga. Também disponível em: <http://semy.websabino.com/cha.htm>



“In Lajes, an unpredictable tea”³⁵ For Vera Sabino and Semy Braga

When I arrived on Pico for the first time, a low cloud ceiling reduced the island to a very level gray-green bar slightly flattened at the ends. In vain I searched for the mountain that photos I took while leaving São Jorge had transformed into the perfect profile of a breast – *a breast useless at night*, as Chateaubriand would write.

I took the remainder of the afternoon to settle into my room and rest up from my journey. After dinner I embarked upon a brief foray through Lajes, a bit aimlessly while not forgetting some of the recommendations made by the Residencial’s proprietor, Mr. Amílcar. Truth be told, in Lajes no one can wander aimlessly because the village layout almost predestines people’s steps leading them to the main street, which runs parallel to the shoreline and from which the cross streets radiate on their way to the ocean. This was one of the features that most impressed poet Wang Yong, who roamed there disguised as a tourist with a backpack in which he kept lava samples, sheets of tissue paper with poems and erotic drawings, seashells, pebbles and bits of Camilo Pessanha’s bones. It is as if the urban grid obeyed a geometry that decreed an inner life between the *Cruzeiro* monument and the *Largo da Matriz* church plaza, and at the same time remained in constant dialogue with the sea, a factor inseparable from the history and economy of the village – simultaneously isolated yet open to the world. But I could not fail to be amazed by the notable harmony and cohesion of the civic architecture that fills the space between these two poles, although only later did I come to identify the different epochal features that draw us back to the 16th century, perhaps even to the 15th.

Unexpectedly, however, everything leads to the *Igreja Matriz*, in the enormity

³⁵ Bettencourt, Urbano. “Nas Lajes, um chá imprevisível. In, *Que paisagem apagarás*. Ponta Delgada, Portugal: Publiçor Editores, 2010, pp. 15-23. Traduzido em inglês por Katharine F. Baker e Bobby J. Chamberlain, Ph.D., 2012.

of its volume a Gothic shipwreck of a church in the mid-Atlantic. It was this vision that haunted Raul Brandão in 1924 when he saw it still unfinished, work on it suspended by the republicans’ extraordinary foolishness. That did not preclude the writer from doing justice to the determination of the priest who had, in vain, expended spirit and fisc in trying to make a dream come true: “A dead black carcass erected on the oceanfront and separated from land by thick hills that threaten to submerge it. Seabirds live there... It was a dream, and no dream comes to an end – the dream does not fit into the world.”

For better or worse some dreams actually can come true, I was thinking as I arrived back at the Residencial, while just a faint light fading beyond the tip of the island revealed the world to the West. I was there to display it, ready to fulfill a dream that had been taking shape since the Lajes Whaling Museum invited me to exhibit photos I had taken at the *Baía dos Golfinhos* when I accompanied Edson Bittencourt’s scientific expedition to the Dolphin Bay habitat in southern Brazil.

The next morning, I awoke early. The mountain was still shrouded in balls of ash-colored wool.

In the restaurant, a picture hanging over the buffet table caught my attention. In its background, a somber-toned landscape that could be discerned through a window; the white outline of a horse was crossing the sky above houses and trees, its head and mane replaced by a woman’s face and hair – perhaps a centaur of the opposite sex. Inside the window, closer to the observer, sat a teapot in shades of yellow and pink, on which the figure of a woman in a long black dress was painted; in her right hand, a lily foretold the whiteness of the steam emitting from the pot’s spout. On its lower section a brief inscription read: *Imprevisível chá da imaginação* [Unpredictable tea of the imagination].

“A gift from the artist,” Mr. Amílcar said from behind me, seeing my interest in the painting. “He was here for a few days with his wife, also a painter. Brazilians from Santa Catarina. They divided their time between fascination with the mountain and anxiety in the face of its mysteriousness.”

Before mounting my exhibit, I ambled through Lajes a bit more, and found myself walking along the wall that starts in front of the museum and ends out on the wharf that is used for mooring. Along this stretch a recent monument breaks through the darkness of the basalt rock, its top curling over a gate that epitomizes the destiny of Lajes, perhaps even of Pico, between the ocean and the island. Seen from that vantage point, the village affords a better understanding of the nature of its setting atop this spit of land resulting from ancient lava flows. It was also from that moment that I began to understand the insistence with which Fernando Alvarez, in his book *Islas de Fuego* [Islands of Fire], speaks of Lajes’ dried volcanic ash mud called *fajana*.

I busied myself that day installing my photographs. I had to rearrange them to suit the particular constraints of the space available so as to make best use of existing frames and light, and that took longer than expected. In the end, I felt satisfied. My photos were finally receiving their full due in a museum where the voices of ancient whalers still seem to echo, and where the proximity of their deeds makes us complicit in an adventure of laughter and tears, euphoria and death.



That evening I dined with Richard Johnson, an American entrepreneur also staying at the Residencial, whom Mr. Amílcar had introduced to me. The story he told me had the effect of dispelling my unconcealable initial surprise at the flawless fluency of his Portuguese, spoken with only the slightest of accents.

For several years he had worked for a Texas firm dedicated to exporting democracy, with major dealings in South America. For that reason he had traveled many times to Brazil, where he stayed for long periods during the time of the generals. Later, the company turned its attention to Iraq, but by then Johnson no longer belonged to its ranks. He had discovered tourism and turned it into the modern passion of which Agustina Bessa-Luís speaks and that, in common with all passions, is verbose, listens little and precludes people from seeing anything going on around them. Now he was in Lajes on an ambitious and visionary project: transforming the village into a luxurious tourist stop with hotels, restaurants, and casinos – because tourism, you must understand, sir, is nothing more than one continuous motion from the dining table to the bathroom to the gambling table. That meant dislocating Lajes' population to an urban tract built from the ground up on the shores of the lagoon at *Lagoa do Paul*, albeit with every modern convenience. Nothing extraordinary! One needed only to bear in mind what had happened in Alentejo with Aldeia da Luz, or even recall the case of Sete Cidades on São Miguel, whose human residents were resettled on the shores of a yellow pond. Can you imagine Lajes transformed into a Las Vegas *under the volcano*, do I make myself understood? And he laughed heartily, visibly pleased with his Malcolm Lowry allusion.

I then told him of scientific studies on the predicted rise in sea level, which according to chronic pessimists will submerge Lajes within fifty years – or a century from now, in the opinion of others more accustomed to dealing with political discourse. To no effect. Nothing would budge him. All this will occur gradually, so for some time we will still be able to exploit the tourism potential of a Venice-on-the-Atlantic right here. But when the total submersion finally occurs, covering the other towns on Pico as well – don't think they'll be spared! – we'll have the opportunity to devote ourselves to underwater archaeology, the Azores' great destiny at a time when "magical nature" will have become an obsolete and absurd slogan.

When I bade farewell to Johnson he was still talking about his projects, with an enthusiasm not entirely unrelated to the bottle of fig brandy placed at our disposal by Mr. Amílcar (Romana Petri would perhaps have preferred a glass of *angelica*, as she foolishly insists on writing to me). I requested that a cup of tea be delivered to my room, and before falling asleep set to reading Enrique Vila-Matas' *El Mal de Montano*. Rosario Gironde had already returned to Faial after his trip to Pico where he met with the writer Teixeira, who lived at the foot of the mountain; he was now engaged in mapping Montano's malady and had already recorded Pico's volcano on it, because of militant moles within its interior that were conspiring against literature.

Gradually a sleepiness began to overtake my body, rendering it in an overall relaxed state. The portable player continued to play the Carlos Núñez CD, now on its third cut, "Nubes del otro lado," the strains of which were becoming ever fainter in the

distance, until finally it was just a volume of sounds as undifferentiated as the mass of clouds that were surely still obscuring the mountain. Sometime later, I'm not sure how long, I went whale watching aboard the launch *Cigana*; we were sailing along Rua Direita and the spotter had sighted a pod of dolphins in the *Largo da Matriz*. We followed slowly and without speaking, except for the voice of our guide, who was discoursing on whaling architecture and buildings from the 16th century, mixing balcony windows with wooden towers and corners made of basalt. I wanted to ask him for a clarification, but try as I might I was unable to utter a sound. Past the slight curve in the street suddenly loomed the tower of Bruges' Church of Notre Dame. The boat's pilot served double-duty as our guide; his name was Carlos and he spoke to us alternately in English and Spanish with a smattering of Portuguese words that attested to his ancestry, which was the same as his remote Burgundian homonym. He navigated recklessly along the canals, yet at certain moments was filled with extreme caution, advising us to stay seated and very still while we were passing under the St. Bonifacius Bridge. The *Lago do Amor* lagoon was filled with agitated dolphins. Carlos proceeded with a lyrical and vaguely erotic spiel, before launching into an attempt at humor: Bruges is a very Catholic city with its more than 100 churches. And also very observant: it has 423 bars. The absence of any reaction on our part left him disconsolate, and when we docked near the Nepomuceno Bridge, he was unable to flash us even a farewell smile.

Waiting for us next was a young Flemish guide who refused to speak French, and who took us to visit the inside of the mountain. Before entering through the cave opening, he attached to his waist the tip of a long rope coiled up inside a wooden hamper. We hiked through dimly lit passageways as little by little the sound of voices faded, leaving audible only the intermittent sound of droplets falling from the ceiling. Finally we caught sight of a vast chamber where a brigade of diligent functionaries were feeding a huge bonfire with books. One of these functionaries came very near us; he wore on his shirt a badge with the initials *M.E.* Ministry of Economics? Of Education? I was able to glimpse some of the titles he was carrying in his arms: Literary classics like *Fahrenheit 451*, *The Lusiads*, *Don Quixote* and José Martins Garcia's *Morrer Devagar*. Suddenly we discovered that our guide had lost the cord connecting us to the outside. We tried to retrace our steps, but there was no opening in the surrounding walls. In the ensuing confusion someone flung me to the ground and dozens of moles scampered over me in a frenzied rush. My struggle to stand up woke me.

In the morning, I recounted this dream to Mr. Amílcar. He smiled.

"It was from yesterday's tea. The one of the imagination. And as you well know, Mr. Machado, that tea is totally unpredictable."

Fig. 2: Semy Braga e Urbano Bettencourt, nas Furnas de São Miguel, 2009.³⁶

³⁶ Semy Braga e Urbano Bettencourt nas Furnas, São Miguel, 2009. Disponível em <http://ww1.rtp.pt/icmblogs/rtp/comunidades/?k=Semy-Braga-o-poeta-audio-de-Olegario-Paz.rtp&post=28960>



Nas Lajes, um chá imprevisível³⁷ Para Vera Sabino e Semy Braga

Quando cheguei ao Pico pela primeira vez, um teto de nuvens baixas reduzia a ilha a uma barra verde-cinza muito regular, ligeiramente achatada nos extremos. Em vão procurei aquela montanha que as fotos tiradas a partir de S. Jorge transformam no perfil perfeito de um seio – *um seio inútil de noite*, como escreveria Chateaubriand.

Aproveitei o resto da tarde para instalar-me e descansar da viagem. E depois do jantar abalancei-me a uma breve incursão pelas Lajes, um pouco à toa, mas sem esquecer algumas das recomendações feitas pelo senhor Amílcar, proprietário da Residencial. Para falar verdade, nas Lajes não se anda à toa, pois o traçado da vila quase nos controla os passos e os encaminha para a rua principal, paralela à linha da costa e donde partem as perpendiculares que levam até ao mar. Este foi um dos aspetos que mais impressionaram o poeta Wang Yong, que por lá andou disfarçado de viajante com uma mochila onde guardava amostras de lava, lenços de papel com poemas e desenhos eróticos, conchas, pedrinhas, pedacinhos de ossos de Camilo Pessanha. É como se a malha urbana obedecesse a uma geometria que proporciona a vida interior entre o Cruzeiro e o Largo da Matriz e, ao mesmo tempo, mantém o diálogo constante com o mar, fator indissociável da história e da economia da vila – simultaneamente recolhida e aberta ao mundo. Mas não pude deixar de surpreender-me com a notória harmonia e coesão da arquitetura civil que preenche o espaço entre esse dois polos, embora só mais tarde eu viesse a identificar os diferentes traços epocais que nos fazem recuar até ao século XVI, talvez mesmo ao século XV.

Inesperadamente, porém, tudo vai desembocar na Igreja Matriz, na desmesura da sua volumetria e de um gótico naufragado em pleno Atlântico. Foi essa visão que assombrou Raul Brandão, em 1924, quando a viu ainda por acabar, suspensas as obras pelo despautério republicano. Isso não impediu o escritor de fazer justiça à teimosia do padre que, em vão, gastara ânimo e fazenda para tentar levar um

³⁷ Bettencourt, Urbano. “Nas Lajes, um chá imprevisível. In, *Que paisagem apagarás*. Ponta Delgada, Portugal: Publiçor Editores, 2010, pp. 15-23.

sonho por diante: “uma carcaça morta e negra erguida em frente ao mar, e separada de terra por montes espessos que ameaçam submergi-la. Moram lá as aves marinhas... Aquilo foi um sonho e nenhum sonho se chega a concluir – o sonho não cabe no mundo.”

Melhor ou pior, alguns sonhos até podem concretizar-se – fui pensando ao entrar de novo na Residencial, quando apenas uma vaga claridade para lá do extremo da ilha indicava o oeste do mundo. Ali estava eu para prová-lo, prestes a concluir um sonho que fora ganhando forma desde que o Museu dos Baleeiros me convidara para expor as fotos que eu fizera na Baía dos Golfinhos, quando acompanhei a expedição científica de Edson Bittencourt àquele habitat do sul do Brasil.

Na manhã seguinte acordei cedo. A Montanha continuava envolta nos seus novelos de cinza e lã.

No restaurante, chamou-me a atenção um quadro suspenso por cima da mesa de apoio às refeições. Em fundo, uma paisagem de tons sombrios que poderia ser observada através de uma janela; o traço branco de um cavalo atravessava o céu sobre casas e árvores, a cabeça e as crinas tinham dado lugar ao rosto e ao cabelo de uma mulher – talvez um centauro de sexo oposto. Do lado de dentro, mais próximo do observador, um bule de chá em tons amarelados e róseos sobre o qual se recortava uma figura de mulher com longo vestido preto; na sua mão direita, um lírio antecipava a brancura do vapor que saía do bico do bule. Na parte inferior deste, uma breve inscrição: “imprevisível chá da imaginação”.

– Uma oferta do autor – disse atrás de mim o senhor Amílcar, ao ver o meu interesse na pintura. – Esteve cá uns dias com a mulher, também pintora. Brasileiros de Santa Catarina. Passaram o tempo divididos entre o fascínio pela Montanha e a inquietação perante o seu mistério.

Antes de montar a exposição, deambulei ainda um pouco pelas Lajes e dei comigo a percorrer o muro que parte da frente do Museu e termina lá fora em cais de acostagem. Nessa espécie de leque, um monumento recente quebra a escuridão do basalto, o seu topo ondula sobre uma porta que resume o destino das Lajes, talvez mesmo do Pico, entre o mar e a ilha. Vista daí, a vila deixa perceber melhor a natureza do seu assentamento sobre esta língua de terra resultante de antigas escoadas lávicas. Foi também a partir daí que comecei a entender a insistência com que Fernando Alvarez fala da “fajana de Lajes” no seu livro *Islas de Fuego*.

Passei o dia ocupado com a instalação das fotografias. Tive de reordená-las em função das particulares condições do espaço disponível, de modo a tirar o melhor aproveitamento dos enquadramentos e da luz, e isso levou mais tempo do que o previsto. No final, acabei por sentir-me satisfeito. As minhas fotos ganhavam, finalmente, pleno sentido num Museu onde parece ecoar ainda a voz de antigos baleeiros e onde a proximidade dos seus gestos nos torna cúmplices de uma aventura de pranto e riso, euforia e morte.

Nessa noite, jantei com Richard Johnson, empresário norte-americano que o senhor Amílcar me apresentara, também hóspede da Residencial. A história que me contou acabaria por dissipar a minha indisfarçável surpresa inicial perante a fluência



do seu português escorreito, apenas com um ligeiro toque fonético.

Durante vários anos trabalhara numa empresa texana que se dedicava à exportação de democracia, com grandes negócios na América do Sul. Por essa razão tinha viajado muito para o Brasil, onde permanecera longas temporadas na época dos generais. Mais tarde, a empresa voltou-se para o Iraque, mas nessa altura Johnson já não pertencia aos seus quadros. Tinha descoberto o turismo e feito dele a paixão moderna de que fala Agustina Bessa-Luís e que, à semelhança de todas as paixões, é muito palavrosa, escuta pouco e não deixa ver nada do que se passa em volta. Agora estava nas Lajes por causa de um projeto ambicioso e visionário: transformar a vila numa estação turística de luxo, com hotéis, restaurantes e casinos, porque o turismo, compreenda o senhor, não é mais do que uma continuada circulação entre a mesa das refeições, a casa de banho e a mesa de jogo. Isso implicava deslocar a população das Lajes para uma urbanização construída de raiz nas margens da Lagoa do Paul, mas com todas as comodidades modernas. Nada de extraordinário! Bastava ter em conta o que se passara no Alentejo com a Aldeia da Luz ou até mesmo pensar no exemplo micaelense das Sete Cidades, com a sua comunidade humana instalada nas margens de uma lagoa de águas amarelas. Já imaginou as Lajes transformadas numa Las Vegas *under the volcano*, debaixo do vulcão, faço-me entender? E ria muito, visivelmente satisfeito com a alusão a Malcolm Lowry.

Ainda lhe falei dos estudos científicos sobre a previsível subida das águas do mar, que submergirão as Lajes dentro de cinquenta anos, segundo os pessimistas crónicos, ou daqui a um século, na opinião de outros mais habituados a lidar com o discurso político. Sem qualquer efeito. Nada o demovia. Tudo isso ocorrerá progressivamente; durante algum tempo ainda, poderemos explorar aqui as potencialidades turísticas de uma Veneza atlântica. E quando a submersão total se concretizar, abrangendo também outras vilas do Pico, não pensem elas que se livram!, teremos oportunidade de nos dedicar à arqueologia submarina, o grande destino dos Açores numa altura em que “a natureza mágica” se terá tornado um slogan obsoleto e absurdo.

Quando me despedi de Johnson, ele falava ainda nos seus projetos, com um entusiasmo a que já não era totalmente alheia a garrafa de aguardente de figo posta à nossa disposição pelo senhor Amílcar (Romana Petri talvez preferisse um copinho de “angélica”, como ela tontamente insiste me escrever). Pedi para me levarem um chá ao quarto e antes de adormecer pus-me a ler *El Mal de Montano*, de Enrique Vila-Matas. Rosario Gironde já tinha regressado ao Faial depois da viagem ao Pico onde se encontrara com o escritor Teixeira, que vivia no sopé da Montanha; estava agora entretido a traçar o mapa do mal de Montano e já registara nele o vulcão picoense, por causa das toupeiras militantes que no seu interior conspiravam contra a literatura.

Aos poucos, uma sonolência foi-me aconchegando o corpo, deixando-o num amolecimento geral. O leitor portátil continuava a reproduzir o CD de Carlos Nuñez, agora o tema “Nubes del otro lado”, com as suas sonoridades cada mais distantes, por fim um volume de sons indiferenciados como a massa de nuvens que decerto ainda esconderiam a Montanha. Algum tempo depois, não sei quanto, eu fazia *whale*

watching a bordo da *Cigana*, navegávamos ao longo da Rua Direita, o vigia avistara um grupo de golfinhos no Largo da Matriz. Seguíamos lentamente e sem falar, apenas a voz da nossa guia dissertava sobre arquitetura baleeira e construções do séc. XVI, misturava janelas de sacada com torres de madeira e cunhais de basalto. Quis pedir-lhe um esclarecimento, mas por mais que tentasse não consegui articular qualquer som. Passada a ligeira curvatura da rua, surgia de repente a torre da Igreja de Nôtre-Dame de Bruges. O condutor do barco era, ao mesmo tempo, o nosso guia; chamava-se Carlos e falava-nos alternadamente em inglês e em espanhol com algumas palavras portuguesas que atestavam a sua ascendência, a mesma do seu remoto homónimo borgonhês. Conduzia de modo temerário ao longo dos canais, mas por momentos enchia-se de cuidados extremos, aconselhando-nos a ficar sentados e muito quietos enquanto passávamos sob a Ponte Bonifácio. O Lago de Amor estava cheio de golfinhos excitados. Carlos aproveitou para uma tirada lírica e vagamente erótica, ainda antes de se entregar a uma tentativa de humor: Bruges é uma cidade muito católica, com as suas mais de cem igrejas, e também muito praticante, tem quatrocentos e vinte e três bares. A ausência de reação da nossa parte deixou-o desolado e, quando desembarcámos junto à Ponte Nepomuceno, nem foi capaz de lançar-nos um sorriso de despedida.

À nossa espera estava uma jovem guia flamengo que se recusava a falar francês e nos levou a visitar o interior da Montanha. Antes de entrar na gruta de acesso, prendeu à cintura a ponta de uma longa corda enrolada dentro de uma celha de madeira. Percorremos galerias vagamente iluminadas, a pouco e pouco baixava o rumor das vozes, deixando ouvir o som espaçado das gotas que se desprendiam do teto. Avistámos por fim uma vasta sala onde uma brigada de funcionários diligentes alimentava uma grandiosa fogueira de livros. Um desses funcionários passou muito perto de nós, na camisa ostentava um crachá com as iniciais *M.E.* Ministério da Economia? da Educação? Pude vislumbrar alguns títulos que levava nos braços: *Fahrenheit 451*, *Os Lusíadas*, *Dom Quixote*, *Morrer Devagar*. De repente, descobrimos que a nossa guia tinha perdido a corda que nos ligava ao exterior. Quisemos voltar sobre os nossos passos, mas não havia qualquer abertura nas paredes em redor. Na confusão que se seguiu, alguém me atirou ao chão e dezenas de toupeiras passaram sobre mim em correria desenfreada. Com o esforço para me erguer, acordei.

De manhã, falei deste sonho ao senhor Amílcar. Ele sorriu.

– Isso foi do chá de ontem. O tal da imaginação. E como bem sabe, senhor Machado, esse chá é totalmente imprevisível.

**26. MARIA BARROSO, CONVIDADA DE HONRA, PATRONA ESPECIAL DO 17º COLÓQUIO****Maria de Jesus Simões Barroso Soares** (N. 02-

05-1925). Foi aluna dos liceus D. Filipa de Lencastre e Pedro Nunes, em Lisboa, diplomou-se em Arte Dramática, na Escola de Teatro do Conservatório Nacional (1943) e, posteriormente, licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1951), onde conheceu Mário Soares. Foi atriz do Teatro Nacional na Companhia de **Amélia Rey Colaço** e Robles Monteiro, tendo-se estreado em 1944, na peça de Jacinto Benavente, *Aparências*, sob a direção de Palmira Bastos.

Teve participações em filmes de Paulo Rocha (1966 -*Mudar de Vida*) e **Manoel de Oliveira** (1985 - *Le Soulier de Satin*, 1979 - *Amor de Perdição*, 1975 - *Benilde ou a Virgem Mãe*).

Foi diretora do Colégio Moderno, fundado pelo seu sogro, João Lopes Soares. Esteve em Bad Münstereifel aquando da criação do Partido Socialista (1973).

Foi eleita deputada à Assembleia da República, pelos círculos de Santarém, Porto e Algarve (até 1982). Já antes da Revolução dos Cravos, fora deputada pela Oposição Democrática (em 1969), e participara no seu III Congresso, em Aveiro (1973), sendo a única mulher a intervir na sessão de abertura.

Esteve proibida de exercer a docência, tanto no ensino público como privado, durante o Estado Novo. Casada com Mário Soares desde 1949, enquanto Primeira-Dama de Portugal (1986 - 1996) afirmou-se na defesa do sentido de família, intervindo nos países de língua portuguesa.

Em 1990 criou o movimento Emergência Moçambique, outorgando, no ano seguinte, a escritura da Associação para o Estudo e Prevenção da Violência.

Em 1995 presidiu à abertura do ciclo de realizações do Ano Internacional de Luta contra o Racismo, a Xenofobia, o Antissemitismo e a Exclusão social, em 1997 presidiu à Cruz Vermelha Portuguesa, funções que cessou em 2003.

É sócia-fundadora e presidente do Conselho de Administração da ONGD Pro Dignitate - Fundação de Direitos Humanos, desde 1994.

Foi distinguida com o título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade de Aveiro (1996), pela Universidade de Lisboa (1999) e pelo Lesley College (1994). Recebeu também a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade (1997).

Maria Barroso é mãe de João Barroso Soares (1949) e de Isabel Barroso Soares (1951)

É PATRONA ESPECIAL DO 17º COLÓQUIO DA LUSOFONIA onde já esteve presente em 2008, também na Lagoa.

**27. MARIA DEYRIS BARTHEZ, FCSH, Universidade Nova de Lisboa**

Maria Barthez é Licenciada em Ciências-Históricas, Mestre em Museologia e Património, pela Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Nova de Lisboa, doutoranda em História de Arte, variante Museologia e Património, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Nova de Lisboa (Bolseira. FCT).

Publicações, entre outras, *Museu de Arte Popular: o culminar da política do espírito de António Ferro*, Revista Encruzilhadas/Crosswords, Departamento of Spanish and Portuguese, Universidade de Los Angeles, UCLA, 2009; *Ascensão, Declínio e Reinvenção de Um Museu: Museu de Arte Popular (1935-2010)*, Atas do II Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Universidade do Porto / Faculdade de Letras, 2011.

É SÓCIO DA AICL.**TEMA 1.2. EXPRESSÃO DA LUSOFONIA NO CONVÉNIO CULTURAL ENTRE O BRASIL E PORTUGAL (1945), MARIA BARTHEZ³⁸, FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**

“É o idioma de um povo a mais eloquente revelação da sua nacionalidade e da sua independência”
Latino Coelho³⁹

1. Introdução

³⁸ Doutoranda em História de Arte, variante Museologia e Património Artístico – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

³⁹ COELHO, Latino, *Parecer da Câmara Corporativa*, Academia das Ciências, 1944.



Para entender a Lusofonia moderna como hoje a concebemos e o modo como se tem processado, afigura-se-me indispensável percorrer a sua génese no espaço e no tempo, e refletir sobre o seu desempenho ao longo da história recente. O seu trajeto, enquanto espaço cultural, pode e deve assentar, a meu ver, numa primeira abordagem ao intercâmbio luso-brasileiro entre dois países independentes, Portugal e Brasil (principalmente a partir dos anos 40), fruto de uma estratégia, enquanto vetor de aproximação ao Mundo Novo (continente americano), entre o “descobridor” e o “descoberto”, delineada por António Ferro⁴⁰.

Se, por um lado, é inegável, que a construção da lusofonia contemporânea mergulha as suas raízes mais profundas nos descobrimentos portugueses e “no diálogo étnico de cultura miscigenada, que a aventura dos mares proporcionou” (CRISTÓVÃO, 2008: 45), por outro, atravessa e, simultaneamente, beneficia, através dos tempos, de uma certa evolução de conceitos, de propósitos, de especificidades que a conduzem da Lusitanidade, precisamente à Lusofonia.

Assim, o conceito de Lusitanidade, que se afirma com certo vigor nos anos 40, e se define, segundo alguns autores, como a “projeção espiritual da alma da Nação Portuguesa no mundo” (PIMENTEL, 1942: 27)⁴¹, em consonância com ideais propagados pelo regime vigente à época, beneficia, claramente, com as comemorações centenárias em Portugal de 1940. Estas, para além de servirem na sua essência para apresentar o nosso país – e toda a “civilização lusófona” – a nível mundial, (como o último reduto resistente à instabilidade que grassava no mundo), permitiam ainda, entre outros objetivos, congregarem todos aqueles povos e cidadãos que se identificassem de alguma forma com o *império espiritual da lusitanidade*. Nesta perspetiva, surge assim, a necessidade de unir a este evento, de forma especial, a participação do Brasil (apresentado enquanto exemplo da capacidade criadora da cultura lusitana no mundo)⁴².

⁴⁰ António Joaquim Tavares Ferro (Lisboa, 1895-1956). Jornalista, escritor e político. À frente do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) e mais tarde do Secretariado Nacional de Informação (SNI) (1933-1949) desenvolveu grande atividade nas áreas da propaganda interna e externa, edição, radiodifusão, cinema, teatro, bailado, jornalismo, turismo e actividades culturais em geral.

⁴¹ Este autor acrescenta que no seu entender, dadas as relações intrínsecas entre Portugal e Brasil, a “Lusitanidade está firmada... na grande república sul-americana” (PIMENTEL, 1942: 27).

⁴² A participação do Brasil na Exposição do Mundo Português (onde intelectuais e figuras de relevo cooperaram ativamente), à qual foi dado grande destaque em ambos os países, simbolizava a prova evidente, sentida pelas duas nações de revigorarem os laços existentes entre a comunidade pertencente à grande pátria da língua portuguesa. Um exemplo das boas relações culturais à época, traduz-se na entrega, após o fecho da exposição, de todo o espólio literário brasileiro (que fizera parte do pavilhão brasileiro na Exposição) ao Estado Português, com o intuito da criação de um local específico, de um novo centro de divulgação da produção cultural e intelectual brasileira, que efetivamente seria instalado na Academia das Ciências, na chamada *Sala Brasil*.

A compreensão do conceito de Lusitanidade à época, aqui equacionado como processo conducente à moderna Lusofonia, enquanto movimento convergente, para a defesa estreitamento e desenvolvimento de relações culturais, entre o povo peninsular e o sul-americano, ligada pela língua comum – como o elemento mais forte da cadeia que une as nações –, permite que, neste campo de ação, abordemos na presente comunicação, o intercâmbio cultural entre estes dois países: Portugal e Brasil.

Contudo, e ainda neste âmbito, as relações culturais firmadas entre Portugal e Brasil embora aqui sejam especialmente referenciadas, não constituem, no entanto, um facto isolado e único, pois como veremos através da breve análise de três documentos⁴³, também o resto do continente americano é, em meados do séc. XX, objeto da ação de António Ferro, que se assume, a meu ver, como representante do sentimento lusófono, ao mesmo tempo, pioneiro da lusofonia⁴⁴.

Assim, partindo da identificação e análise das principais relações culturais estabelecidas entre Portugal e Brasil, durante as primeiras décadas do séc. XX, e tendo em conta os principais antecedentes conducentes já experimentados, e posteriormente reforçados pelo Acordo Cultural de 1941, limitar-me-ei apenas a enunciar e relevar os propósitos, que tendo tido lugar nos anos anteriores à documentação referida, encontram uma consonância, que embora sem a aplicabilidade total desejada, indicia, no entanto, uma vontade crescente no desenvolvimento e fortalecimento das relações luso-brasileiras. Regista-se, como veremos, uma ênfase da defesa e uniformização de um dos elementos mais importantes para a preservação da identidade lusitana, comum aos dois países e às duas comunidades nacionais – a *língua*.

2. A defesa da língua portuguesa e da cultura comum

A defesa da unidade ortográfica e linguística da língua portuguesa, entre Portugal e Brasil, constitui, assim, um dos pontos de relevância no campo da cooperação cultural, que levará à conclusão de convénios reguladores de problemas / diferendos existentes e futuros. Neste contexto, saliente-se que essa unidade, à luz do conceito atual de lusofonia, poderia e teria de coexistir com a capacidade de uma língua viva, em contacto com realidades diferentes, em constante mutação e evolução, mantendo no entanto, a sua identidade própria e única, permitindo-se e aceitando-se a sua contaminação, e constante evolução, por elementos linguísticos diferentes, dialetos e autóctones.

⁴³ Acordo Cultural; Plano de Lusitanidade para toda a América em especial o Brasil; Convênio Cultural de 1945.

⁴⁴ Como parte integrante para um intercâmbio cultural entre Portugal e América do Sul, António Ferro, como veremos, empreende pela mesma altura (Outubro de 1941) uma visita a Argentina e ao Uruguai, proferindo conferências sobre a necessidade do estabelecimento de relações culturais com ambos os países, prestando, ao mesmo tempo, grande apoio à nossa colónia portuguesa.



Neste ímpeto, impunha-se, como condição *sine qua non*, que não lhe usurpassem a qualidade de língua mãe e de idioma oficial dos dois países, vistos sem desejo de conotação com qualquer tipo de colonialismo entre identidades nacionais distintas.

Todavia essa variedade da língua portuguesa, face às características próprias, e mesmo divergentes, de cada uma das realidades nacionais territoriais, impunha que a herança comum do idioma português deveria ser preservada como raiz primacial do falar português e brasileiro.

Desta forma, como meio de auscultar e sancionar estas questões, tornou-se essencial a instituição e a manutenção de um diálogo entre dois governos, mais especificamente entre dois organismos que tinham a seu cargo a defesa e a depuração da língua portuguesa – A Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras.

Além da função e ação direta destas duas congéneres, muitas outras personalidades e eventos, de ambos os regimes, privilegiam e contribuem para reforçar esse relacionamento linguístico, procurando estreitar laços entre os dois governos e entre duas comunidades nacionais, de forma a envolver os povos nessa cooperação e diálogo transatlântico.

Tendo em conta que o intensificar das relações culturais e a defesa da língua portuguesa e da cultura comum serão objeto, nas primeiras décadas do séc. XX, de Acordos ortográficos e Convenções, que no entanto não resolvem, de modo efetivo, o problema da unidade linguística, verifica-se, todavia, no início dos anos 40, um fortalecimento e aproximação cultural luso-brasileira, impulsionado pelo Acordo Cultural de 1941. Neste contexto, permitam-me, sem querer ser exaustiva, dada a sua relevância para a compreensão do que tem sido abordado, trazer à colação, os diplomas que concorrem, de certo modo, para o processo de consenso linguístico.

Assim, nos anos trinta, destaca-se, como resultado dessa política e ambição, a assinatura do Acordo Ortográfico em 1931, subscrito conjuntamente pela Academia de Ciências de Lisboa e Academia Brasileira de Letras, com o objetivo de preservar a unidade e promover a expansão da língua portuguesa, a defesa da sua especificidade e irradiação, não só no território brasileiro, mas também na metrópole colonial e resto do mundo. Ainda neste âmbito, surge em Lisboa (1936) e no Rio de Janeiro, no seguimento do entendimento ortográfico citado, o Instituto Luso-Brasileiro para a Alta Cultura (I.L-B A. C.). Criado com intuito de fomentar a uniformidade linguística entre os dois países, através de diversas atividades e eventos – intercâmbio entre intelectuais portugueses e brasileiros, missões especiais encarregadas de ministrar cursos e conferências –, o I.L-B A. C. tem em vista promover a língua e a cultura lusófonas, ainda que a sua salvaguarda nos dois territórios venha a ser veiculada, com mais vigor, através da ação propagandística conjunta e dos esforços académicos para resolver todos os problemas linguísticos, que vão surgindo⁴⁵.

⁴⁵ O acordo Ortográfico de 1931 pressupunha, embora com algumas modificações sugeridas pela Academia Brasileira de Letras, a aceitação da ortografia oficialmente adotada em Portugal, proposta pela Academia das Ciências de Lisboa. Oficializado pela portaria nº 7177 de 28 de maio de 1931, seria aceite pelo Brasil através dos decretos respetivamente, n. 20 108, de 15 de

3. No lago da lusitanidade – o Atlântico

Deste modo, no contexto de reaproximação cultural entre os citados países, que tenho vindo a abordar, a deslocação de António Ferro ao Brasil (9 de julho de 1941), no âmbito da assinatura do Acordo Cultural, reveste-se de extrema importância, ao criar um clima favorável aos interesses lusos e ao reforçar a união espiritual, cultural e política luso-brasileira. Como o próprio explicará, a sua ação, além da fundamental cooperação entre dois organismos, Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) e Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁴⁶, terá ainda como outro objetivo a homenagem à colónia lusa, uma via de propor, simultaneamente, o envolvimento da comunidade portuguesa no Brasil nos projetos e eventos organizados, com vista a uma completa integração. A particularidade desta visita reside, essencialmente, na vontade expressa de Ferro em propor a continuação da “política de ligação cultural entre Portugal e o Brasil e as outras repúblicas da América do Sul...”⁴⁷, como de facto demonstram as suas deslocações posteriores a várias cidades do Brasil, à Argentina e ao Uruguai. Concretamente, este acordo é, então, encarado pela classe política e intelectual da época, como um marco essencial entre os dois países, “obra de aproximação afetiva e intelectual ...” para a emergência de um grande movimento de pró-lusitanidade entre os dois países (FONTOURA, 1943: p. [1]).

Em termos práticos, ficava estipulado no documento, para além da criação da secção do DIP em Portugal e outra do SPN no Brasil, incumbidas da tarefa de tudo fazerem para tornarem conhecida quer em Portugal quer no Brasil a cultura dos dois países, a dinamização de mecanismos, como a publicação de obras e artigos de autores portugueses e brasileiros (promovendo a sua expansão e divulgação entre os meios intelectuais e populacionais), e, um dado não despreciando em qualquer conjuntura deste género, o intercâmbio regular de jornalistas, de escritores e de conferencistas. Entre outros propósitos veiculados pelo Acordo de 1941, destaca-se a sua pertinência, ao visar promover a unificação e divulgação da língua portuguesa, com a edição da revista *Atlântico*, “instrumento de ação constante, no plano da arte e do pensamento, para a conservação e o desenvolvimento da solidariedade oceânica”, com a “colaboração dos grandes nomes lusos e brasileiros” (FONTOURA, 1943: p. [2]), que constituiu um marco indisputável desse desejo, ao qual se aliam outros mecanismos e instrumentos de incentivo à escrita, como sejam os prémios literários e artísticos do SPN. Uma outra vantagem da referida Convenção prende-se com a maior

junho de 1931, e nº 23 028, de 2 de agosto de 1933. O primeiro I. L-B A. C. (Instituto Luso-Brasileiro Alta Cultura) será fundado no Brasil, pela ação da Universidade do Rio de Janeiro.

⁴⁶ O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criado em 1939, era um importante órgão do Estado Novo Brasileiro, que não apenas supervisionava os meios de comunicação, como também se encarregava da produção de uma cultura favorável à ditadura de Getúlio Vargas, favorecendo o seu estímulo e consolidação. Abarcava ainda os serviços de radiodifusão, cinema, teatro, turismo. Teve como seu diretor Lourival Fontes. O Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) liderado por António Ferro tinha, em Portugal, funções semelhantes.

⁴⁷ cf. Entrevista a António Ferro, *Jornal do Comércio*, 9 de Julho 1941, p. 2.



difusão do livro brasileiro em Portugal e vice-versa, que se efetiva com a abertura da casa “Livros de Portugal”, no Rio.

Em jeito de conclusão, posso dizer que este Acordo, apesar de ter também gerado a movimentação de setores contrários à ideia e dos opositores ao regime do Estado Novo, no Brasil⁴⁸, surge como um documento histórico de alta relevância para os estudos teóricos das relações transatlânticas e de uma pesquisa político-cultural, em geral. Em particular, emerge como um testemunho que possibilita, modelarmente, o estudo das relações entre Propaganda, Informação e Intercâmbio Cultural, responsáveis por um movimento e uma consolidação eficazes na reaproximação da cultura de dois países, com nítido propósito de defesa e divulgação da cultura lusófona, na sua vertente nobre, a língua portuguesa.

A deslocação ao Brasil de António Ferro, a ação desenvolvida, os contactos que teve, as preocupações, que o assaltavam no tocante à afirmação e divulgação de Portugal na América, em particular no Brasil, tiveram enorme efeito no seu pensamento e estratégia. Na verdade, a viagem leva Ferro a elaborar um “PLANO DE UMA CAMPANHA DE LUSITANIDADE EM TODA A AMÉRICA, EM ESPECIAL NO BRASIL” (FERRO, 1942). Documento inédito, elaborado em março de 1942, dois meses após o seu regresso do Brasil, é entregue ao Presidente do Governo, António Oliveira Salazar, um “breve enunciado das medidas, que julgo necessárias e urgentes, para recuperar as consequências do abandono de qualquer programa seguido de ação espiritual ou cultural (...) não só no Brasil, como na América” (FERRO, 1942: 5-6).

As medidas, enunciadas no PLANO, contemplavam três ministérios (Negócios Estrangeiros, Educação e Economia) e os serviços do SPN, que as poderiam e deveriam executar. Neste contexto, face ao objetivo da presente comunicação, apenas nos ocuparemos das incumbências atribuídas ao Ministério da Educação Nacional (MNE), enquanto responsável direto na difusão da língua.

Assim, é a este organismo, que Ferro propõe, e ao qual compete criar “cursos de língua, história, e literatura”, a funcionarem nos principais núcleos da população portuguesa do Brasil, assim como “liceus portugueses no Rio e no Pará”, fomentar “políticas dirigidas aos professores de instrução primária do Brasil, estágios em Portugal, para aqueles que melhor ensinarem a nossa língua, brochuras pedagógicas feitas expressamente para eles”. Ferro atribuía também ao MNE a tarefa de “pôr em contacto as duas mocidades. Aproveitar todas as oportunidades para estabelecer diálogos entre rapazes portugueses e brasileiros”, dada a importância da formação das gerações vindouras em todo este processo (FERRO, 1942: 28-29).

⁴⁸ Um exemplo desta oposição traduz-se na reedição e circulação do livro “A Mulata” do escritor português, Carlos Malheiro Dias, leva a apreensão do romance pelo governo. Aliás, é a própria comunidade portuguesa que mostra a sua indignação por semelhante publicação, através do testemunho de Costa Porto editado num jornal de Recife, quando escreve “encaro com tristeza a ideia de reeditar Malheiros Dias, cujos insultos atirados a nossa raça, às nossas famílias (...) devem ser analisados como uma nota destoante na obra de fraternização a que nos entregamos. (PORTO, Costa, “aproximação luso-brasileira” *Folha da Manhã*, Recife, 18 de Dezembro de 1941, p 3).

Este inovador PLANO testemunha, com clareza, o espírito prospetivo de Ferro, com um objetivo globalizante, planetário, que visava a Lusitanidade, em que a unificação da língua é um instrumento de cultura, sem esquecer no entanto, os fins que se pretendiam alcançar com a sua viabilização, mormente no campo económico, político e diplomático.

Todavia, este desejo de aproximação cultural luso-brasileiro traduzido quer em concretizações (Acordo Cultural 1941), quer em adiamentos (Plano de Lusitanidade para toda América em especial no Brasil), cunhados à luz de uma vontade recíproca e permanente de desenvolver a comunidade transatlântica e mundial da lusitanidade, seria posteriormente consolidado pela Convenção Ortográfica entre Portugal e Brasil, em 1943 e pelo convénio cultural de 1945⁴⁹.

Relativamente ao acordo supracitado de 1943, que viria a substituir o estipulado no ato de 1931, pode dizer-se que surge como fruto de um conjunto de esforços realizados por ambas as academias nacionais, para uniformizar a língua dos seus territórios e solucionar quaisquer diferendos. Contudo, e apesar dos esforços de ambos os países, continuaram a surgir várias divergências na sua aplicação, o que conduz a nova assinatura de outro Acordo Ortográfico Luso-brasileiro, em 1945, com o objetivo de permitir a unidade linguística entre os dois países.

Porém, este novo documento não chegará a entrar em vigor, face à não-aprovação e ratificação pelo Parlamento brasileiro, uma decisão que pode ser vista em função das circunstâncias políticas que afetavam o Brasil na altura – a sua discussão coincide com o derrube do regime, uma conjuntura que remeteu o diploma para o esquecimento.

Paralelamente, no mesmo ano, António Ferro à frente da Comissão responsável pelo estudo do projeto, apresenta o que designou como o Convénio Cultural entre Portugal e Brasil de 1945. Segundo o PARECER do seu autor, o Convénio seria considerado mais com uma “remodelação” do acordo cultural firmado em 1941, com o intuito de garantir as “posições adquiridas então e que seria lamentável perder agora” (FERRO, 1945: [1])⁵⁰.

⁴⁹ Na perspetiva da importância e defesa da unidade ortográfica e linguística da língua portuguesa, e no seguimento do que tem sido abordado no tocante ao acordo ortográfico, refira-se a assinatura da Convenção Ortográfica Luso-Brasileira em 1943, que, embora não conseguisse acabar com as divergências na aplicação dos sistemas ortográficos, surge com o intuito de assegurar a defesa, expansão e prestígio da língua portuguesa no mundo, e como uma possibilidade de regular por mútuo Acordo, e de modo estável, o respetivo sistema ortográfico. Posteriormente, teve lugar, em 1945, uma reunião conjunta das duas academias, portuguesa e brasileira, onde se discutiu e aclarou todas as situações de discórdia suscitadas pelo Acordo de 1943. Como resultado, surge a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945, que, apesar de publicada e assinada pelas autoridades competentes dos dois países, não entraria em vigor, devido ao golpe militar que entretanto afastaria do poder Getúlio Vargas.

⁵⁰ Neste documento de cinco páginas, Ferro justifica o aparecimento do documento, face à situação política vivida no Brasil, assim como argumenta sobre a necessidade de se continuarem a fomentar as relações culturais entre Portugal e Brasil.



A par do motivo primordial da sua apresentação, há que referir e contextualizar o momento político vivido na altura no Brasil. Com efeito, a “remodelação” da política brasileira e a conseqüente extinção do DIP, impunham uma nova mudança de atitude do governo português (ainda que se continuasse a privilegiar a preservação do relacionamento cultural), o que esteve na origem da redação do nomeado CONVÊNIO de 1945⁵¹.

Neste sentido, no quadro “do reconhecimento recíproco do progresso que os dois países já realizaram e venham a realizar no domínio da educação, ciência, da técnica e da arte”, e do desejo de dar maior amplitude ao acordo cultural, surge em 1945, o citado CONVÊNIO com o propósito mútuo de promover “um intercâmbio mais intenso de ideias e informações entre os seus homens de pensamento, os seus institutos de ensino e de educação, os mestres da sua cultura e os cultores da sua arte” (CONVÊNIO, 1945: 5).

Este documento, que assume o caráter de anteprojeto de um CONVÊNIO cultural entre Portugal e Brasil, prevê, e denota, num conjunto de artigos a preocupação em resolver situações específicas e desenvolver métodos de resolução dos problemas que poderiam limitar essa desejada cooperação. Para isso, é indicado no diploma, que se estabeleça, por ordem das “altas partes contratantes, cada um em seu território”, um organismo denominado “Conselho da Cultura Luso-Brasileira”. Para além da indicação das personalidades, descritas no documento que fariam parte das “secções” portuguesas e brasileiras, acresce um facto novo e inserido no contexto da expressão da lusofonia (CONVÊNIO, 1945: 6, art.º I)⁵².

São atribuídas funções específicas ao Conselho, com responsabilidades acrescidas na contribuição e na consolidação da difusão e divulgação da língua portuguesa. Assim, era precisamente no meio académico que a sua ação se revestia de acrescida importância, ao competir-lhe “criar, em suas Universidades, e estabelecimentos de

ensino superior, cátedras para professores e assistentes, destinadas ao ensino da literatura, da arte, e da história do outro país...”. Este reforço, para a consolidação dos propósitos, acima firmados, impunha ainda, a “concessão mútua de bolsas de estudo para profissionais, professores e técnicos, a fim de habilitá-los, fazer e a complementar, cursos de aperfeiçoamento e pesquisa nos seus estabelecimentos de educação ciência e cultura...” (CONVÊNIO, 1945: 7-8, art.º III). Esta cooperação bilateral, além de promover, como foi salientado, o intercâmbio entre cientistas e intelectuais de ambas as nacionalidades, pautava também sua ação, de certo modo inovadora, por ter que ocupar-se de toda a logística que envolvia os problemas respeitantes às matrículas dos estudantes nas Universidades de ambos os países e a admissão no exercício das profissões liberais de portugueses e brasileiros.

Ainda dentro dos mesmos propósitos, era dado realce e incentivo à permuta de “informações sobre os seus institutos culturais as consultas entre os mestres dos seus respetivos sistemas de educação e cultura...” (CONVÊNIO, 1945: 8, art.º III).

Que pressupunha este novo CONVÊNIO, o que o diferenciava substancialmente dos anteriores projetos (Acordo Cultural de 1941 e Plano de Lusitanidade para toda a América em especial no Brasil de 1942) de Ferro?

Respondendo à questão, posso afirmar que, em rigor, apesar de não podermos dissociar, como vimos, dos anteriores projetos dos inícios dos anos quarenta, a preocupação latente de Ferro era consolidar a divulgação e preservação da língua e vincar uma diferença substancial patente no CONVÊNIO: expurgá-lo de qualquer odor de propaganda política do regime. Deste modo, enfatizava, de uma maneira direta e consciente, os esforços empreendidos de acordo com os imperativos da unidade/diversidade, cultural e linguística.

Traduzia-se, assim, todo este movimento de reaproximação e relacionamento cultural luso-brasileiro, na defesa da cultura lusófona comum aos dois territórios, tal como a obtenção de mecanismos reais promotores da Lusitanidade, agora de uma forma mais coerente, coordenada e eficaz, que promovessem o entrosamento cultural e espiritual, entre duas comunidades, que comunicavam na mesma língua e que integravam uma cultura única e específica.

De facto, esta defesa da unidade linguística (permissiva nas originalidades ortográficas e vocabulares de cada uma das realidades nacionais e regionais) do idioma Português e da cooperação cultural, entre os dois países, adquire, por um lado, uma nova importância neste período, devido às materializações concretas e institucionais, contidas nos projetos apresentados. Por outro, angaria, através das propostas contidas no CONVÊNIO, um ímpeto de defesa da cultura e da língua, comum a ambos os territórios⁵³. Assim, se nos situarmos no contexto atual da Lusofonia, podemos

⁵¹ CONTRAPROPOSTA AO ANTEPROJETO DE UM CONVÊNIO CULTURAL ENTRE O BRASIL E PORTUGAL. Espólio Cultural de António Ferro ... Este CONVÊNIO surge no seguimento do PARECER (cf. *supra* n.º 13), e inclui oito artigos. Ainda neste quadro de “remodelação” do Acordo Cultural de 1941, e face ao excelente trabalho levado a cabo até então pela Secção de Intercâmbio Luso-Brasileiro do SNI, e a bem da continuidade dos propósitos contidos no Acordo Cultural, António Ferro à frente da comissão encarregada da redação do anteprojeto do Convênio esclarece que haveria então duas atitudes a tomar. A primeira preconizava a manutenção do Acordo estabelecendo-se um outro a designar por Convênio de Cooperação Intelectual; a segunda envolveria a substituição do Acordo por um outro, o Acordo Cultural e de Cooperação Intelectual.

⁵² Entre as individualidades que deveriam fazer parte deste conselho, em Portugal, destaca-se: um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um do Ministério da Educação Nacional, o Presidente do Instituto para a Alta Cultura, um Professor Catedrático, da cátedra de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Lisboa e o Secretário Nacional da Informação. No Brasil deveriam integrar este conselho, um representante do Ministério das Relações Exteriores, um representante do Ministério da Educação e Saúde Pública, o Presidente do Instituto Luso-Brasileiro da Alta Cultura, Presidente do Instituto dos Estudos Portugueses, Diretor da Agência Nacional e um delegado do SNI. (CONVÊNIO, 1945: Art.º I, 6).

⁵³ O anteprojeto do CONVÊNIO CULTURAL ENTRE O BRASIL PORTUGAL, de 1945, daria lugar posteriormente à efetivação do *Acordo de Cooperação Intelectual entre o Brasil e Portugal* firmado em Lisboa a 6 de Dezembro de 1948 e mais tarde aprovado pelo Decreto Legislativo, nº 41, de 7 de Junho de 1950. Entrou em vigor no Rio de Janeiro a 25 de Janeiro de 1951 sendo promulgado pelo Decreto nº 29.268 de 16 de Fevereiro de 1951. Ministério das Relações



constatar que a ação de António Ferro, possuidor, a meu ver, de um notável pensamento estratégico e de uma capacidade antecipatória e visionária, mostra que Portugal soube articular uma política cultural, como instrumento de defesa e de divulgação da língua e da cultura portuguesa.

4. BIBLIOGRAFIA

- ACCIAIUOLI, Margarida (1998), *Exposições do Estado Novo*, Lisboa: Livros Horizonte.
- CATROGA, Fernando (1998), "Ritualizações da História", TORGAL, Luís Reis;
- MENDES, Amado J. M., *História da História em Portugal*, [S.l.]: Temas e Debates, Imp.
- CARVALHO, E. Marques (1990), *A lusitanidade de mim ou o mistério de ser portugueses*, Lisboa: Afonso Moita.
- CERVO, Amado Luiz (2002), "As Relações entre PORTUGAL e o Brasil – o peso da História", *Revista de Relações Internacionais da Univ. Lusíada do Porto*. Porto, Lusíada.
- CERVO, Luís Amadeo; MAGALHÃES, José Calvet (2000), *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e o Brasil, 1808-2000*, organização e apresentação de ALVES, Dário Moreira de Castro, Lisboa: Instituto Camões.
- CONVÊNIO CULTURAL ENTRE BRASIL E PORTUGAL (1945), Espólio Cultural de António Ferro, Caixote 15, Escritos de A. Ferro, Arquivo da Fundação António Quadros, Cultura e Pensamento.
- CORREIA, Afonso (1944), *Lusitanidade evocando uma época*, Coimbra Editora.
- CRISTÓVÃO, Fernando (2008), *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Coimbra: Almedina.
- FERRO, António (1942), "Plano Duma Campanha De Lusitanidade Em Toda A América, Em Especial No Brasil", Espólio Cultural de António Ferro, Caixote 15, Escritos de A. Ferro, Arquivo da Fundação António Quadros, Cultura e Pensamento.
- FERRO, António (1945), *PARECER*, Espólio Cultural de António Ferro, Caixote 15, Escritos de A. Ferro, Arquivo da Fundação António Quadros, Cultura e Pensamento.
- FONTOURA, João Neves de (1943), "A Realidade do Acordo Cultural. Discurso do Embaixador João Neves Fontoura", in *Atlântico. Revista Luso-Brasileira*, Rio de Janeiro; Lisboa: Edição do Departamento de Imprensa e Propaganda; Secretariado da Propaganda Nacional, nº 4.
- MARGARIDO, Alfredo (2000), *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos mitos Portugueses*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- PEREIRA, António Henrique (1965), *O 1 Encontro de Escritores e os Primores da Lusitanidade*, Edições Posição.

PIMENTEL, Francisco Emílio (1942), *A expressão da Lusitanidade*, Coimbra: Edições "Estudos".

REGO, A. da Silva (1966), *Relações Luso Brasileiras (1822-1953)*, Lisboa. Edições Panorama.

SOARES, Filipa Maria Valido Viegas de Paula (2010) *Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas. O ensino português: estratégias de ensino e ação cultural*, Eds. Mª João Marçal e Mª Célia Lima-Henriques, Universidade de Évora.

ITES da Internet

<http://www.arquivonacional.gov.br/cqi/cgilia.exe/sys/start.htm?tpl=home> - site oficial do Arquivo Nacional do Brasil.

site do projeto de Digitalização de Imagens e de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin American Microform Project; patrocinado pela Fundação Andrew W. Mellon.

26. MARIA ZÉLIA BORGES UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, S. PAULO, Brasil. APOIO: CÍCERO V. SANTOS,



MARIA ZÉLIA BORGES E apoio de CÍCERO V. SANTOS

Mestra e Doutora em Letras /Linguística pela Universidade de São Paulo. Foi professora titular de Linguística no Programa de Pós-Graduação e na Faculdade de Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Destaca-se em sua produção: participação em congressos nacionais e internacionais; pesquisa e publicação de artigos, bem como livro com estudos em Lexicologia e sobre peculiaridades do português do Brasil.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

TEMA 1.4 CIGARRAS AÇORIANAS TRABALHAM COMO FORMIGAS, Maria Zélia Borges UPM jubilada

Tradicionalmente, com base na leitura bíblica, o trabalho tem sido visto como castigo para o homem em queda. Perdida a felicidade do Éden, desde o pecado original, toda a humanidade é obrigada a ganhar o pão com o suor do próprio rosto. E

Exteriores, *Coleção de Atos Internacionais*, Serviço de Publicações, nº 285. Na sua essência estes dois documentos (CONVÊNIO de 1945 e *Acordo* de 1948) apresentam grande analogia nas propostas avançadas. No entanto, no segundo documento não há referência ao acordo de 1941, e é introduzido o desejo expresso de salvaguardar, em termos de acesso à universidade a igualdade entre brasileiros e portugueses (cf. *Acordo de Cooperação Intelectual entre o Brasil e Portugal*, Art.º V, p [3]).



o trabalho se opõe ao descanso, ao lazer. Todavia, em nossos dias, em tempos de maior indulgência, os artistas já podem jactar-se por serem remunerados ao produzir obras que lhes dão prazer. O trabalho pode sim, mesmo que a duras penas, ser forte aliado do ócio criativo. Nesta comunicação, parte-se da *Antologia Bilingue de Autores Açorianos*, de CHRYSTELLO e GIRÃO (2011), secundada pela *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano*, de Melo (1978) e tendo por mote a lenda da cigarra e da formiga, tentar-se-á mostrar que, para os escritores açorianos, o canto da cigarra não é incompatível com o trabalho da formiga. Tabuladas as informações advindas das antologias, pode-se concluir que a atividade artística, mais vista como lazer, não impede o exercício de atividades consideradas mais como trabalho propriamente dito.

Numa visão bastante maniqueísta da vida e do mundo, vive-se num jogo de escolhas entre polos contraditórios e excludentes. Entre as oposições disponíveis está a que se faz entre o bem e o mal. Nesta visão o bem é o trabalho e o mal, a diversão. Sociedades religiosas e laicas insistiram em perpetuar e passar tal visão.

Hoje sabe-se que nem tudo é tão claro assim, nem tão oposto e excludente. Sabedoria popular, por exemplo, nem sempre se opõe a sabedoria fundada no conhecimento, no estudo. Do mesmo modo, bem e mal nem sempre aparecem com tanta clareza e exclusão; o trabalho e o lazer podem vir conjugados.

Ilustrativa da evolução deste modo de pensar é a lenda da cigarra e da formiga. Tal lenda, atribuída a Esopo com raconto de La Fontaine, tradicionalmente opõe o trabalho da formiga ao canto da cigarra no tempo da primavera, premiando o primeiro (a formiga se refugia em casa aquecida e alimento abundante no inverno) e castigando o segundo (à cigarra imprevidente, só resta dançar ao frio).

Em nossos dias, a lenda tem aparecido em versões mais conciliadoras, com um final menos duro que o da versão primeva. Nesta, a formiga costumava condenar a cigarra ao frio e à fome, dizendo-lhe: “Cantou durante o verão?! Pois dance agora.” Já na nossa infância, líamos de Monteiro Lobato uma versão menos radical quanto a prêmio e castigo.

O autor registra duas fábulas com títulos diferentes:

1. A Formiga boa. Nesta a cigarra, com a chegada do inverno, procura a formiga e, tossindo e tremendo. E a história assim termina:

- Ah!... exclamou a formiga recordando-se. Era você então quem cantava nessa árvore enquanto nós labutávamos para encher as tulas?
- Isso mesmo, era eu...
- Pois entre amiguinha! Nunca poderemos esquecer as boas horas que sua cantoria nos proporcionou. Aquele chiado nos distraía e aliviava o trabalho. Dizíamos sempre:

que felicidade ter como vizinha tão gentil cantora. Entre, amiga, que aqui terá cama e mesa durante todo o mau tempo.

A cigarra entrou, sarou da tosse e voltou a ser a alegre cantora dos dias de sol.

2. A formiga má. Termina diferentemente:

[...] a formiga era uma usurária sem entranhas. Além disso, invejosa. Como não soubesse cantar, tinha ódio à cigarra por vê-la querida de todos os seres.

– Que fazia você durante o bom tempo?

– Eu... eu cantava.

– Cantava? Pois dance agora, vagabunda! E fechou-lhe a porta no nariz.

Resultado: a cigarra ali morreu intanguidinha; e quando voltou a primavera o mundo apresentava um aspecto mais triste. É que faltava na música do mundo o som estridente daquela cigarra morta por causa da avareza da formiga. Mas se a usurária morresse, quem daria pela falta dela?

E o autor que fazia alegria de nossa infância ainda tem o cuidado de apor à fábula a moral da história: “Os artistas – poetas, pintores, músicos – são as cigarras da humanidade”.

Na Internet, que tudo aceita, aparece no site Qdivertido.com.br (2011), uma adaptação com um seguinte final em que a formiga rainha institui o canto como uma tarefa para a cigarra, integrando-a, assim, na comunidade do formigueiro:

Certo dia o inverno chegou, e a cigarra começou a tiritar de frio. Sentia seu corpo gelado e não tinha o que comer. Desesperada, foi bater na casa da formiga.

Abrindo a porta, a formiga viu na sua frente a cigarra quase morta de frio.

Puxou-a para dentro, agasalhou-a e deu-lhe uma sopa bem quente e deliciosa.

Naquela hora, apareceu a rainha das formigas que disse à cigarra:

- No mundo das formigas, todos trabalham e se você quiser ficar conosco, cumpra o seu dever: toque e cante para nós.

Para cigarra e para formigas, aquele foi o inverno mais feliz das suas vidas.



Aqui se conciliam os opostos ócio/ocupação, trabalho/lazer, legitimando o ócio criativo, tão simpático na atividade artística.

Aliás, a atividade artística era muito mais associada à busca do lazer, ao descanso do trabalho, oportuna apenas para as horas de folga. E não somente ao lazer, mais respeitado na sociedade maniqueísta, que ligava lazer a descanso e prazer atividades condenáveis. No Brasil, tal fato se evidenciava sobremaneira, pois artistas só obtinham Carteira de Identidade em Delegacia de registro de atividade de prostituição.

As palavras tradicionalmente usadas para a atividade produtiva têm uma história interessante, que parece oportuno considerar.

No grego, trabalhar se expressava através de dois verbos diferentes:

1. γργάζομαι: definido como trabalhar, no sentido de produzir algo; tendo o substantivo correspondente εργον;
2. o segundo verbo, διαπονεω, tem o significado de trabalhar com esforço. Esta mesma palavra é definida como castigar, por Pereira (1961), que lhe apõe a observação “falando de estilo”,

No latim aparece com uma só palavra para trabalhar: *tripaliare que, na explicação etimológica de Houaiss é verbo românico, advindo do latim *tripalium*, 'instrumento de tortura', derivado do adjetivo *tripális*, aparelho 'sustentado por três estacas ou mourões'. Com isto, para nós, falantes de língua latina, trabalho traz consigo, sempre, a ideia de esforço e de castigo. Aliás, o castigo imposto a Adão, em sua queda do paraíso, fala em “ganhar o pão com o suor de seu rosto. Assim, trabalho opõe-se a lazer que, na definição do mesmo dicionarista, se define como:

“1 tempo que sobra do horário de trabalho e/ou do cumprimento de obrigações, aproveitável para o exercício de atividades prazerosas; 2 Derivação: por metonímia. atividade que se pratica nesse tempo; 3 Derivação: por extensão de sentido. cessação de uma atividade; descanso, repouso”. Ócio também se opõe a trabalho, com as seguintes explicações: 1 **cessação** do trabalho; folga, repouso, quietação, vagar 2 espaço de tempo em que se descansa 3 **falta** de ocupação; inação, ociosidade 4 falta de disposição física; preguiça, moleza, mandriice, ociosidade 5 Derivação: sentido figurado trabalho leve, agradável. Observe-se que a definição derivada de lazer bate com a derivada de ócio.

Temos até um sintagma para falar de atividade artística sem confundi-la simplesmente com ócio: a expressão “ócio criativo”. Este pode resultar, de fato, de tarefa muito trabalhosa, às vezes até penosa. Olavo Bilac tem um soneto – “A um poeta”, onde fala do esforço que se faz para alcançar um poema:

Longe do estéril turbilhão da rua,

Beneditino escreve! No aconchego
Do claustro, na paciência e no sossego,
Trabalha e teima, e lima, e sofre, e sua!

Mas que na forma se disfarce o emprego
Do esforço: e trama viva se construa
De tal modo, que a imagem fique nua
Rica mas sóbria, como um templo grego

Não se mostre na fábrica o suplício
Do mestre. E natural, o efeito agrade
Sem lembrar os andaimes do edifício:

Por que a Beleza, gêmea da Verdade
Arte pura, inimiga do artifício,
É a força e a graça na simplicidade.

Correndo os olhos no poema, ressaltam-se os verbos usados no último verso da primeira estrofe. São todos muito mais ligados ao trabalho visto como esforço – “Trabalha e teima, e lima, e sofre, e sua!” – nas explicações a eles dadas por Houaiss (...). De fato, para obter o verso o poeta deve trabalhar com paciência e sossego; isolado em sua cela, pois deve:

- *trabalhar*, bem no sentido de sofrer tortura, do verbo latino; *teimar*, isto é, insistir, com grande obstinação, por repetidas vezes;
- *limar*, isto é, “corroer material duro com lâmina dentada”;
- *sofrer*, isto é “experimentar com resignação e paciência; suportar, tolerar, aguentar”;
- *suar*, isto é, “empregar grandes esforços na consecução de (algum objetivo); afadigar-se”.

Mas o poeta parnasiano não se esquece de conciliar opostos, isto é *paciência*, vista como “capacidade de persistir numa atividade difícil, suportando incômodos e dificuldades; aliada a sossego, visto como “quietude física; descanso, repouso, ausência de problemas, de preocupações, de trabalho excessivo; descanso, calma, tranquilidade”.

Bilac encerra o poema também com um paradoxo ao definir Beleza como “a força e a graça na simplicidade”. De fato, força pode se opor a graça:

- *força*, isto é, “robustez, vigor físico, energia vital;
- *graça*, isto é “elegância e leveza de formas, do porte e/ou dos movimentos; graciosidade.

Ora, a simplicidade, em sua aquisição, pode resultar de ingente esforço.



Com efeito, nosso autor parnasiano, pontificou e “cigarrou” no Brasil há bastante tempo. Assim, para aqueles que gostam apenas de bibliografia recente e que veem a suprema arte na tecnologia avançada, pode-se brincar com afirmação mais recente e concisa, tornada preceito para Steve Jobs: “A simplicidade é a máxima sofisticação” (Isaacson, 2011: p. 99). O que é recente, na verdade é a forma e a síntese, porque a máxima adviria de Leonardo da Vinci, segundo o mesmo autor.

Convém agora atentar às cigarras laboriosas, formigas cantantes, aos nossos autores açorianos, cujo trabalho apraz considerar, neste momento em que a primavera começa a se anunciar no hemisfério norte.

Colhi⁵⁴ os autores, inicialmente, em Chrystello e Girão (1911) – *Antologia Bilingue de Autores Açorianos*. Contudo, não podia deixar de fora dois autores não focados na obra, mas que me ocuparam bastante desde que frequento estas ilhas queridas. Um deles, Dias de Melo, foi objeto de minha consideração no Colóquio de 2009, aqui mesmo em Lagoa. Do outro, Cristóvão de Aguiar, venho cuidando na tentativa de torná-lo conhecido no Brasil, tarefa de que fui incumbida pelo mesmo Colóquio e que, recentemente, no Colóquio realizado em Santa Maria, 2011, passou para a colega Dina Ferreira a quem devo ajudar.

Tabulei⁵⁵, inicialmente, dados da Antologia. Todavia, mesmo em tabela bastante resumida e localizada, precisei lançar mão de pelo menos mais uma antologia, a *Antologia panorâmica do conto açoriano*, de João de Melo (1978), que percorre um tempo mais dilatado (séculos XIX e XX). Além disso, inclui alguns dados considerados oportunos, obtidos diretamente em obra de autor devidamente citado.

São autores ilhéus, embora esteja entre eles um autor angolano, Eduardo Bettencourt Pinto, que viveu em Ponta Delgada e, desde 1983, reside no Canadá. Publica em jornal e revista açorianos e possui poemas em antologias nos Estados Unidos, Brasil, Portugal, Inglaterra e Letônia. Açorianos todos os demais da *Antologia Bilingue de Autores Contemporâneos* e os dois da *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano*: Álamo de Oliveira, Caetano Valadão Serpa, Daniel de Sá, Eduíno de Jesus, Emanuel de Sousa, Emanuel Félix, Fernando Aires, José Martins Garcia, Marcolino Candeias, Maria de Fátima Borges, Onésimo Teotónio de Almeida, Urbano Bettencourt, Vasco Pereira da Costa, Victor Rui Dores. Os dois constantes da outra antologia já foram acima apontados.

Nas três primeiras colunas da tabela, cada autor tem sua vida datada e localizada.

Temos autores de cinco ilhas: Ilha das Flores e Graciosa: com um autor para cada uma; Ilha do Pico, quatro autores; São Miguel, seis autores; Terceira, quatro autores.

Todos os autores analisados nasceram no século XX. O de data mais antiga nasceu em 1925, seguido por um de 1928 e um outro de 1936. Todos os demais, exceto cinco para os quais não aparece tal data, nasceram a partir de 1940, o que justifica sua classificação como contemporâneos, pois a primeira morte registrada só ocorreu em 2002. Assim, produziram até o século XXI.

Na quarta coluna, aparece atividade essencialmente de formiga: constam nela os estudos de cada autor, no tempo de fazer provisões para o futuro, na primavera da vida. Apenas um autor não tem declinados seus estudos.

A produção dos autores como cigarras aparece em quatro colunas da tabela: Outros Trabalhos, Publicações, Antologias e Obras traduzidas. Na primeira coluna estão referidas as diversas atividades exercidas: funcionalismo público, participação em departamentos de Estado ligados à Cultura, palestras e conferências em terras portuguesas continentais e insulares, na África do Sul, Bélgica, no Brasil, no Canadá, China (Macau), Estados Unidos, Espanha, França, na Guiné-Bissau, Holanda, Inglaterra, Itália, Letônia, Senegal, Venezuela. Conclui-se que o canto das cigarras açorianas esteve em quatro continentes. Entre atividades diversas aparecem duas mais ou menos estranhas ao canto: serviço militar (referido para dois autores) e serviço em banco. A partir do serviço militar veio o canto através de autobiografia, biografia, memória, diário ou nem tanto (nas palavras de um autor). A autora que exerceu atividade bancária, além de publicações exerceu atividade de professora universitária e publicou também suas obras literárias. Na coluna publicações, vemos que o canto se espalhou por artes, mídias e gêneros literários diversos: artigos em jornais e revistas literárias e de artes, coleções turísticas, conto, crítica e teoria literária, crônica, dicionário temático da baleação, ensaio, internet, novela, poesia, rádio, romance, teatro, televisão. No rol de publicações tabuladas, aparece até uma obra vertida para o Braille, na Biblioteca do Congresso nos Estados Unidos.

Na coluna Antologias não citei aquela que serviu de ponto de partida para minhas considerações, graças à obviedade de tal citação. Tive o cuidado, porém, de apor a Antologia de Melo aos nomes dos dois autores, cujos dados aqui incluídos dela vieram. Registre também outras antologias para alguns autores onde foram referidas.

Deixei para o fim a atividade que me parece o protótipo da cigarra-formiga (ou da formiga-cigarra). Falo aqui do magistério, uma vez que o professor trabalha como um mouro, cantando, propagando, explicando, antes mesmo que seu próprio canto, o canto de outras cigarras, na sua e em outras línguas. Apenas um autor aparece sem nenhum registro nesta coluna. Mas sendo consultor de informática, subsidia todo e qualquer professor com um instrumento de trabalho que, em nossos dias, quase ninguém dispensa.



Daqui para a frente passarei a redigir na primeira pessoa, pois atingido o estágio de vida em que me encontro, posso fazer minha a máxima de Pedro Nava – “A experiência é como farol traseiro do carro; só ilumina para trás” – e assumir, como direito adquirido, o uso do eu e do nós.

² A tabela, apareceria aqui mas, por sua avantajada extensão, aparece em nota de rodapé, no fim do texto.

TABELAS:**ÁLAMO OLIVEIRA** Também na Antologia de João de Melo

NASCIMENTO	Local	Freguesia do Raminho
	Ilha	Terceira
	Data	1945
ESTUDOS	Seminário de Angra	
MAGISTÉRIO	Universidade da Califórnia – Berkeley (lecionou sobre sua obra para alunos de L. Portuguesa, em 2002).	
OUTROS TRABALHOS	Diversos departamentos. governamentais ligados à Cultura	
PUBLICAÇÕES	Poesia, romance, conto, teatro, ensaio.	
ANTOLOGIAS		
OBRAS TRADUZIDAS		

CAETANO VALADÃO SERPA

NASCIMENTO	Local	Freguesia da Fajã Grande
	Ilha	das Flores
	Data	
ESTUDOS	Seminário de Angra do Heroísmo: estudos secundários. História (licenciatura e Doutorado na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma)	
MAGISTÉRIO	Seminário de Angra, Colégio do Sto. Cristo (Ponta Delgada) Professor e Supervisor em Cambridge, Harvard e Massachusetts) (USA)	
OUTROS TRABALHOS	Participação em colóquios e encontros	

	Palestras sobre história, psicologia, literatura nos EUA, Portugal, Canadá, Brasil
PUBLICAÇÕES	5 obras arroladas, sem indicação de gênero. Sua obra Gente dos Açores foi uma das 3 primeiras de língua portuguesa a ser transcrita em Braille (1980) na Biblioteca do Congresso dos EUA
ANTOLOGIAS	
OBRAS TRADUZIDAS	

CRISTÓVÃO DE AGUIAR Apenas na Antologia de Melo

NASCIMENTO	Local	Pico da Pedra
	Ilha	São Miguel
	Data	1940
ESTUDOS	Liceu Antero de Quental, Ponta Delgada. Curso de Filologia Germânica em Coimbra.	
MAGISTÉRIO	Foi professor secundário em Leiria e Coimbra. Leitor de língua inglesa na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, onde se mantém.	
OUTROS TRABALHOS	Redator da revista Vértice, trabalhou também para o rádio. Trabalhou na Guiné-Bissau, como alferes miliciano.	
PUBLICAÇÕES	Conto, romance, biografia, memórias, poesia.	
ANTOLOGIAS	Além de duas por ele organizadas, colaborou em mais outras três: <i>Vietname</i> , <i>Antologia de Poesia Açoriana e Para o Mundo de Todos os Homens</i> .	
OBRAS TRADUZIDAS	Colaborou em antologia de poemas, em Gávea-Brown.	

DANIEL DE SÁ

NASCIMENTO	Local	Maia
	Ilha	São Miguel
	Data	1944
ESTUDOS	Escola de São Pedro em Sta. Maria; em Santana, Ribeira Grande, curso de Magistério Primário em	



	Ponta Delgada. Na congregação missionária dos Combianos. Fez faculdade de Filosofia e 1º ano de Teologia em Valência. Faculdade de Teologia, por alguns meses, em Granada.
MAGISTÉRIO	Em Fenais da Ajuda, por quatro anos. Depois, na Maia
OUTROS TRABALHOS	Serviço militar em Tavira. Membro da Junta Regional dos Açores
PUBLICAÇÕES	Novela, Crônica, Conto, Teatro, Romance, Ensaio, Poesia, Coleção turística. Autorretrato e autobiografia em http Obras sobre as ilhas de Sta. Maria, S. Miguel, Terceira Edição histórica Sobre Peregrinos do Senhor Sto. Cristo.
ANTOLOGIAS	
OBRAS TRADUZIDAS	Dead Houses' Shepherd; Santa Maria Island Mother

DIAS DE MELO (Apenas na Antologia de João de Melo)

NASCIMENTO	Local	Calheta de Nesquim
	Ilha	Do Pico
	Datas ☼ 08/04/25 † 24/09/08	
ESTUDOS	Na cidade da Horta, completou o Curso do Magistério Primário.	
MAGISTÉRIO	No ensino primário e mais tarde, no Preparatório, em Ponta Delgada	
OUTROS TRABALHOS	Imprensa Oficial do Faial. Esteve na origem da Fundação da Associação Cultural Académica. Além de ficção, fez, com trabalhos de campo, o levantamento da população baleeira da ilha onde nasceu; organizou uma espécie de dicionário temático da baleação, publicado em quatro volumes pela Secretaria Regional de Educação e Cultura, sob o título de <i>Vida Vivida de Baleeiros</i> , com dados biográficos dos baleeiros picarotos.	

PUBLICAÇÕES	Colaborador assíduo de jornais de S. Miguel. Escritor de todos os gêneros, segundo a Antologia de Melo, para a qual sua leitura "é um marco obrigatório"
ANTOLOGIAS	
OBRAS TRADUZIDAS	

EDUARDO BETTENCOURT PINTO

NASCIMENTO	Local	Gabela Cuanza
	País	Angola
	Data	1954
ESTUDOS	Morou temporariamente na Rodésia (Zimbabué), Ponta Delgada. No Canadá, desde 1983, atualmente nos arredores de Vancouver.	
MAGISTÉRIO		
OUTROS TRABALHOS	Funcionário público, Consultor de informática. Conferências nos EUA, Canadá, Portugal e Espanha	
PUBLICAÇÕES	Poesia, Ficção, Colaboração em Jornais (revista literária Aresta), suplemento literário Seixo do Jornal Correio dos Açores, atual editor da revista de artes e letras <i>Seixo Review</i> , na Internet. Poesia em várias antologias nos EUA, Brasil, Portugal, Inglaterra e Letônia.	
ANTOLOGIAS		
OBRAS TRADUZIDAS		

EDUÍNO DE JESUS

NASCIMENTO	Local	Freguesia de Arrifes, Ponta Delgada
	Ilha	São Miguel
	Datas	
ESTUDOS	Em Ponta Delgada: Curso Geral dos Liceus, Curso Complementar de Letras, Curso do Magistério Primário. Coimbra: Aluno voluntário na Faculdade Letras; frequentou Curso de Ciências Pedagógicas.	



	Lisboa: Completou Curso de Letras iniciado em Coimbra, licenciando-se com dissertação em Linguística e Literatura Portuguesa. Bordéus, França: frequentou Curso de Comunicação.
MAGISTÉRIO	Professor durante 52 anos (1948-2000). Professor primário em Ponta Delgada, Lorvão (arredores de Coimbra). Professor. no Ensino Técnico e Liceal em Lisboa. Ensino Superior em Lisboa: Universidades Nova e Clássica por mais de vinte anos. Professor de português também para estrangeiros e francês.
OUTROS TRABALHOS	Cargos diversos: subdiretor e diretor de escola técnica. Comissão da reforma do antigo ciclo preparatório; Conselho Orientador da Profissionalização em Exercício e preparação de novos formadores. Dirigiu e produziu programa literário para RTP. Colaborou em revistas, enciclopédia de literatura. Atuou em teatro e artes plásticas
PUBLICAÇÕES	Poesia, conto, teoria e crítica da literatura, teatro, artes plásticas, ensaio, polémica, em jornais e revistas. Poesia, teatro e ensaio em livro.
ANTOLOGIAS	Está representado em antologias poéticas em Açores, Portugal, E.U.A., Brasil, Eslováquia, Letônia.
OBRAS TRADUZIDAS	

EMANUEL DE SOUSA

As autoras da Antologia alegam que "não foi possível contactar o Autor, quer em Portugal quer nos Estados Unidos, para obter uma nota biográfica mais completa"

EMANUEL FÉLIX

NASCIMENTO	Local	Angra do Heroísmo
	Ilha	Terceira

	Datas ☼ 24/10/36 † 14/02/04
ESTUDOS	Iniciados nos Açores, fez sua preparação técnico-profissional no estrangeiro, designadamente em Paris – Instituto Francês de Restauo de Obras de Arte, na Bélgica: Escola Superior de Belas-Artes de Anderlecht e na Universidade Católica de Lovaina, especializando-se, nesta última, no Laboratório de Estudo de Estudo de Obras de Arte por Métodos Científicos do Instituto Superior de Arqueologia e História da Arte. Fez visitas de estudos e estágios de longa duração nos museus de Paris, Ruão, Bruxelas, Liège, Amsterdão, Londres, Roma e Florença, "para mais não citar".
MAGISTÉRIO	Professor do ensino primário, secundário e superior. Lecionou Tecnologia da Pintura e Técnicas de Conservação e Restauo na Escola Superior de Tecnologia de Tomar, elaborando conteúdos programáticos para as disciplinas.
OUTROS TRABALHOS	Colaborou em consultoria, desenvolvimento de laboratório de restauro e direção de estágios em Tomar. Participou do grupo de peritos do "Projeto 10" do CDCC do Conselho da Europa, responsável por audições para estudo no desenvolvimento de diversas regiões europeias. Foi membro de instituições culturais em Portugal e no exterior.
PUBLICAÇÕES	Poesia, ensaio, conto, crônica, crítica literária. Artes plásticas. Introduziu o concretismo poético em Portugal. Artigos em jornais e revistas nos Açores, Portugal e no exterior.
ANTOLOGIAS	Representado em inúmeras antologias poéticas
OBRAS TRADUZIDAS	

FERNANDO AIRES

	Local	Ponta Delgada
--	-------	---------------



NASCIMENTO	Ilha	São Miguel
	Datas	→ 18/02/28 † 09/11/10
ESTUDOS	Ponta Delgada – Liceu Antero de Quental: Escola primária, Liceu, Curso Complementar de Letras. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas	
MAGISTÉRIO	Efetivo no Liceu Antero de Quental, cumulando cargo de orientador de estágios pedagógicos. Professor de Psicopedagogia na Escola de Magistério Primário de Ponta Delgada. Assistente convidado da Universidade dos Açores, de 1975 a 1994.	
OUTROS TRABALHOS	Pertenceu ao grupo que, em 1940, fundou o “Círculo Antero de Quental”, na introdução do Modernismo nos Açores	
PUBLICAÇÕES	Poesia, ensaio e crônica em jornais. Colaborador assíduo da imprensa local e regional e também das revistas <i>Atlântica</i> e <i>Nova Renascença</i> . 1 diário bastante reconhecido nas Ilhas e objeto de crítica especializada em Portugal e nos EUA. (em 5 volumes). 1 livro de ficção autobiográfico. 2 volumes de contos premiados nos Açores.	
ANTOLOGIAS		
OBRAS TRADUZIDAS		

JOSÉ MARTINS GARCIA Também na Antologia de João de Melo

NASCIMENTO	Local	Criação Velha
	Ilha	Pico
	Datas	→ 17/02/41 † 04/11/02
ESTUDOS	Estudos de Liceu iniciados em Horta e terminados em Lisboa. Licenciou-se em Letras – Filologia Românica – em Lisboa.	
MAGISTÉRIO	Professor eventual no Liceu Nacional da Horta; Leitor de Português na UNIV. Católica de Paris. Lecionou na Faculdade Letras de Lisboa. Nos E.U.A., foi professor convidado da Brown University (Providence). Após doutorar-se na	

	Universidade dos Açores foi aí professor e vice-reitor. Também Introduziu a disciplina Literatura e Cultura Açoriana,
OUTROS TRABALHOS	Dirigiu a revista Arquipélago, na Universidade dos Açores.
PUBLICAÇÕES	Ensaio, Conto, Poesia.
ANTOLOGIAS	
OBRAS TRADUZIDAS	

MARCOLINO CANDEIAS

NASCIMENTO	Local	Angra do Heroísmo
	Ilha	Terceira
	Data	
ESTUDOS	Secundários, em Angra do Heroísmo. Bacharelou-se em Filologia Românica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, licenciando-se ainda em Línguas e Literaturas Modernas.	
MAGISTÉRIO	Professor estagiário, Assistente na Universidades dos Açores e de Coimbra. Leitor de Língua, Literatura e Culturas Portuguesa e Brasileira na Universidade de Montreal, tendo apresentado um primeiro pequeno projeto em Estudos Luso-Brasileiros	
OUTROS TRABALHOS	Diretor da Secção de Estudos Portugueses e Brasileiros na Universidade de Montreal. Participou de vários Congressos com Conferências, na Maison Internationale de la Culture e na Société des Ecrivains Canadiens, em Montreal. Posteriormente, nos Açores, foi Diretor da Casa de Cultura da Juventude de Angra do Heroísmo, no fim do mandato do VII governo e também no mandato do VIII Governo. Preside o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo.	
PUBLICAÇÕES	Foi tido como voz importante do Grupo chamado de Geração Glacial, colaborando em jornais e	



	revistas nacionais e estrangeiras. Publicou livros de poemas.
ANTOLOGIAS	
OBRAS TRADUZIDAS	Alguns poemas traduzidos para inglês e eslovaco.

MARIA DE FÁTIMA BORGES Também na Antologia de João de Melo

NASCIMENTO	Local	Ribeira Grande
	Ilha	São Miguel
	Datas	1943
ESTUDOS	Secundários em Ponta Delgada. Faculdade de Letras da Universidade de Letras. Obteve licenciatura na Universidade dos Açores, em Estudos Portugueses e Ingleses	
MAGISTÉRIO	Assistente Convidada na Universidade dos Açores, em Cultura Portuguesa	
OUTROS TRABALHOS	Bancária em Ponta Delgada	
PUBLICAÇÕES	Contos e crônicas em livro e em revistas de Ponta Delgada, de Barcelona e de Lisboa. Publicou ainda em Jornal de Lisboa (<i>Independente</i>) e em jornais locais	
ANTOLOGIAS	Aparece em <i>Antologia Panorâmica do Conto Açoriano</i> , de Lisboa (1978)	
OBRAS TRADUZIDAS	em <i>27 Erzähler Aus Portugal</i> , de Berlim, 1993	

ONÉSIMO TEOTÔNIO DE ALMEIDA Também na Antologia de Melo

NASCIMENTO	Local	Pico da Pedra
	Ilha	São Miguel
	Data	1946
ESTUDOS	Seminário de Angra do Heroísmo e Universidade Católica de Lisboa. Licenciou-se em Filosofia na Brown University de Providence, Rhode Island, EUA, onde fez também Doutorado.	
MAGISTÉRIO	Filosofia e Literatura, na Brown University de Providence, tendo aí criado nova disciplina: "Literatura Açoriana". Leciona na Brown University desde 1975. Leciona também uma disciplina sobre Valores e	

	Mundividências
OUTROS TRABALHOS	Diretor do Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da Brown University. Fundador e editor da revista Gávea-Brown
PUBLICAÇÕES	Poesia, peças de teatro, ensaios, contos. Colaboração em jornais, revistas e rádio.
ANTOLOGIAS	
OBRAS TRADUZIDAS	

URBANO BETTENCOURT Também na Antologia de João de Melo

NASCIMENTO	Local	Freguesia da Piedade
	Ilha	Pico
	Datas	
ESTUDOS	Estudos secundários no Seminário de Angra. Na faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa, licenciou-se em Filologia Românica. Fez Curso de Doutoramento na Universidade dos Açores	
MAGISTÉRIO	Português e Francês nas Escolas da Amora, Bela Vista (Setúbal), Lagoa e Antero de Quental de 1980 a 1990. Desde 1990, leciona da Universidade dos Açores.	
OUTROS TRABALHOS	Participação de Colóquios, Encontros, no país e no estrangeiro, proferindo conferências sobre literatura açoriana e outras literaturas insulares. Viveu, na Guiné-Bissau, como miliciano, na patente de alferes, na guerra colonial. Aderiu ao movimento Glacial do jornal <i>A União</i> .	
PUBLICAÇÕES	Participação de Colóquios, Encontros, no país e no estrangeiro, com conferências sobre literatura açoriana e outras literaturas insulares.	
ANTOLOGIAS		
OBRAS TRADUZIDAS		

VICTOR RUI DORES

NASCIMENTO	Local	Vila de Santa Cruz
	Ilha	Graciosa
	Data	1958



ESTUDOS	Fixado na Ilha Terceira, estudou no Liceu Nacional e Angra do Heroísmo. Licenciou-se em Línguas e Literaturas (Inglês e Alemão), na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Estuda etnomusicologia e etnografia. Pesquisa sotaques, pronúncias e variantes dialetais das ilhas açorianas. Possui Certificado de Estatuto de Formador conferido pela Direção Regional de Educação e Formação em Didáticas Específicas (Inglês e Alemão) e Expressão Dramática
MAGISTÉRIO	Escola Secundária Manuel de Arraiga, em Horta, ilha do Faial
OUTROS TRABALHOS	Cumpriu Serviço Militar, com patentes de aspirante e Alferes, na Força Aérea. Foi presidente da Comissão Executiva Provisória do Conservatório Regional da Horta. É representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional de Educação e Presidente da Assembleia Geral da “Azórica”, Associação de Defesa do Ambiente. Ator e encenador no grupo de teatro da Escola Secundária Manuel de Arriaga, em projeto pelo qual é responsável desde 1988. Escreveu e encenou mais de 40 peças. Direção de ateliês e oficinas de Expressão Dramática. Apresenta e comenta espetáculos musicais. Colabora na RTP/RDP AÇORES.
PUBLICAÇÕES	Poesia, Ensaio, Crítica Literária, Crônica. Crônicas para jornais e revistas nacionais, regionais e da diáspora.
ANTOLOGIAS	Aparece em dez antologias: Angra, Ponta Delgada, Lisboa, Instituto Camões, Institute of Governmental Studies Press/University of Califórnia, Berkeley, Gávea-Brown Publications, Providence, Rhode Island
OBRAS TRADUZIDAS	

NASCIMENTO	Ilha	Terceira
	Data	
ESTUDOS		
MAGISTÉRIO	Ensino secundário por vários anos. Docente na Escola Superior de Educação de Coimbra, ligado à formação de professores	
OUTROS TRABALHOS	Diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Coimbra. Conferências sobre Literatura e Pedagogia em: África do Sul, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Macau. Portugal, Senegal, Venezuela. Integrou grupo de trabalho “Culture sans frontières” da DG X da União Europeia para estudo de turismo cultural em cidades europeias de média dimensão. Integrou, representando a A.P.E., vários júris de prémios literários, notadamente o Grande Prémio A.P.E. de poesia. Representante de Portugal no programa FAULT LINES da “True and Reconciliation Commission” da República da África do Sul. Trabalha em rádio e televisão em programas culturais e literários, também exercendo funções de consultor para programas infantis. Foi Diretor regional da cultura dos Açores e Cônsul Honorário da França em Coimbra. É pintor, sob pseudónimo Manuel Policarpo. Integra o Conselho Diretivo da Fundação Luso-Americana para Desenvolvimento.	
PUBLICAÇÕES	Conto, poesia, romance, novela, nos Açores e Portugal	
ANTOLOGIAS	Está na <i>Antologia da Poesia Açoriana</i> (Lisboa, 1977)	
OBRAS TRADUZIDAS	Duas edições, em inglês, de <i>My Californian Friends</i> (aqui pergunto: obras traduzidas ou lançadas em inglês?)	

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Cristóvão (1994) *Passageiro em Trânsito*. Lisboa: Salamandra.
 (2000) – *Relação de Bordo II*. Porto: Campo das Letras.
 CHRYSTELLO, Helena e GIRÃO, Rosário (2011) – *Antologia Bilingue de Autores Açorianos* – trad. Chrys Chrystello, Vila Nova de Gaia: Calendário de Letras.
 ISAACSON Walter (2011) – *Steve Jobs: a biografia*. São Paulo: Companhia das

VASCO PEREIRA DA COSTA

Também na Antologia de Melo

	Local	Angra do Heroísmo
--	-------	-------------------



Letras.

MELO, João de (1978) - Antologia Panorâmica do Conto Açoriano. Lisboa: Veja.

LOBATO, Monteiro (1976) – Fábulas. São Paulo: Brasiliense.

Presidência do Governo Regional dos Açores Gabinete de Apoio à Comunicação Social – Apresentação de Catarse de Cristóvão de Aguiar e Francisco

† Apresentação de Catarse de Cristóvão de Aguiar e Francisco de Aguiar – Disponível 11/09/2012

PEREIRA, Isidro S.J. (1961) (Dicionário Grego-Português e Português-Grego. 3 ed. Porto: Apostolado da Imprensa

Qdivertido.com.br (2003-2011). Contos infantis, historinhas e fábulas Disponível em janeiro de 2012.

27. MANUELA MARUJO, UNIVERSIDADE DE TORONTO, CANADÁ.



Manuela Marujo é

professora de Língua e Cultura Portuguesa no Departamento de Espanhol e Português da Universidade de Toronto, desde 1985.

Ocupa o cargo de Diretora Associada do mesmo desde 2001.

Licenciada em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, é Doutorada em Ciências de Educação pelas Universidade de Toronto (Canadá) e Universidade dos Açores (Portugal).

Manuela Marujo tem procurado aproximar a universidade da comunidade em que se insere, organizando ao longo dos mais de vinte e cinco anos da sua atividade profissional no Canadá um sem número de atividades de caráter educativo e cultural de que se destacam simpósios, semanas de Língua Portuguesa e congressos internacionais multidisciplinares, entre muitas outras.

Manuela Marujo tem publicado vários trabalhos em revistas académicas e livros.

A sua pesquisa mais recente incide sobre a temática de imigração com destaque para o género e relações intergeracionais.

É SÓCIO DA AICL.

TEMA 1.3.2. PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA EM TORONTO: CASO PARA DEBATE E REFLEXÃO, MANUELA MARUJO, DEPARTAMENTO DE ESPANHOL E PORTUGUÊS, UNIVERSIDADE DE TORONTO

1. Resumo

Com Pierre Trudeau e sua política de apoio ao bilinguismo e multiculturalismo, o Canadá conheceu, nos anos 1980, um período de ideias e políticas educacionais progressistas que se prolongaram por mais de duas décadas. Nos últimos anos, olhares conservadores fizeram regredir os passos dados. Os programas de línguas de origem/línguas internacionais sofreram cortes substanciais ao nível das escolas elementares e as escolas secundárias desvalorizaram gradualmente o ensino das línguas estrangeiras: as opções curriculares são mínimas para se obter créditos de entrada nas faculdades. Até as universidades sofreram redução de programas de línguas que se assumia estarem consolidados, vendo diminuídos os números de docentes e de alunos.

Proponho apresentar o caso do Português Língua Estrangeira (PLE) em Toronto, a cidade que apresenta não só o maior número de habitantes, como também a maior diversidade linguística do Canadá. Que lugar tem sido reservado ao PLE nas escolas, aos vários níveis de ensino? Que têm as universidades podido oferecer a nível de cursos e certificados?

O Canadá apresenta ao mundo a imagem de um país de grandes recursos, com uma política de multiculturalismo desejada em outros lugares do mundo. Será que as suas políticas de língua correspondem a esse ideal?

O governo português, por outro lado, em todas as suas afirmações respeitantes a políticas de língua para os imigrantes, defende ser a língua um bem essencial a que os lusodescendentes têm direito. Como tem Portugal apoiado o ensino de PLE em Toronto ao longo das seis décadas de permanência dos portugueses nesta cidade?

2. Introdução

Nos quase trinta anos de docência prestada no Departamento de Espanhol e Português da Universidade de Toronto, sempre acompanhei e me interessei pelo ensino da Língua Portuguesa nos vários graus de ensino. Penso poder apresentar, de forma sucinta, um pequeno historial do que tem sido feito quer de iniciativa local, quer da parte do governo português para que a nossa língua tenha vindo a ser ensinada como língua estrangeira, língua segunda e até como língua materna.

A minha primeira ida ao Canadá, em 1981, foi da iniciativa do governo português e da responsabilidade dos Serviços do Ensino Básico e Secundário de Português no Estrangeiro (SEBSPE) / Instituto de Cultura e Língua Portuguesa



(ICALP).⁵⁶ Foi organizada uma ação de formação em resposta aos pedidos insistentes que o governo português recebia para que se fizesse formação junto dos professores que ensinavam Língua Portuguesa nas escolas comunitárias. Eu integrava a equipa pedagógica dos SEBSPE. Competia-nos fazer ações de reciclagem de professores especialmente nos países da Europa, mas também nos Estados Unidos, Venezuela, África do Sul e Canadá.

Nessa primeira visita ao Canadá, tive encontros com professores das escolas comunitárias não só em Montreal e Toronto, duas das cidades com maior número de imigrantes portugueses, mas também London, Chatham e Cambridge, na Província do Ontário. Foram os Consulado de Toronto e Montreal responsáveis pela organização da agenda de trabalho que incluiu visitas protocolares às escolas canadianas das Direções Escolares (Católicas e Públicas) onde Português era ensinado integrado no horário escolar, depois da escola ou ao sábado de manhã.

O governo português mostrava-se interessado em estabelecer protocolos de cooperação com o Canadá. A responsável pelos SEBSPE veio juntar-se uns dias mais tarde, em Toronto, para uma reunião com mais de cento e cinquenta responsáveis – os principais administradores (*superintendents*) da Direção Católica e diretores das escolas (*principals*) onde o português estava a ser ensinado foram convocados. Nessa reunião, na qual servi de intérprete entre os dois governos, tudo o que o governo português quis oferecer foi recusado. A mensagem que nos foi transmitida nessa altura foi a seguinte – não era necessária formação pois já a havia oferecido a própria Direção Escolar a todos os professores de línguas e não podiam aceitar livros ou materiais escolares pois não poderiam analisar os conteúdos e a política interna da Direção Católica não permitia o uso de materiais desconhecidos. Saímos extremamente mal impressionados com o modo como o governo canadiano encarou a oferta de colaboração. Foi desanimador e embora tivesse havido uma reunião com o diretor de educação da Direção Escolar Pública, muito mais recetivo e disposto a colaborar, eram as escolas católicas quem maioritariamente acolhiam os alunos portugueses.⁵⁷

Os SEBSPE mandavam anualmente livros para todas as escolas comunitárias de distribuição gratuita aos alunos, eram enviados programas, uma revista didática e outros materiais de ensino. No entanto, os professores sentiam-se menos apoiados comparativamente aos professores da Europa, dado que estes eram contratados e remunerados diretamente pelo governo de Portugal e recebiam

formação pedagógica com mais frequência. Queixavam-se igualmente de que os livros não eram apropriados para os níveis de aprendizagem.

Observar as aulas de Português nas escolas canadianas com ensino integrado no horário regular do aluno foi o que mais me impressionou durante essa visita. Regressada a Portugal, não consegui esquecer o entusiasmo do governo canadiano pela integração das línguas maternas dos alunos nos programas das escolas canadianas. Permitir e facilitar que o aluno não perdesse a fluência na língua materna enquanto aprendia a língua oficial do país de acolhimento parecia-me o caminho indicado para um bilinguismo bem-sucedido. Por outro lado, o enorme empenho que os professores das escolas comunitárias punham no seu ensino, muito mal remunerado na altura e em condições pedagógicas deficientes deixou-me sensibilizada e com vontade de procurar soluções que minimizassem os desafios que se lhes apresentavam.⁵⁸

A questão do bilinguismo/multilinguismo entre as famílias imigrantes há muito despertara o meu interesse ao examinar o que se passava nas escolas britânicas, suecas e alemãs onde já observara as crianças lusodescendentes em aspetos sociolinguísticos. Apercebi-me facilmente que havia um campo fértil e não explorado de pesquisa nessa área no Canadá e quatro anos depois, fui contratada para um lugar de docente a que me candidataria para o departamento de Espanhol e Português da Universidade de Toronto. O meu objetivo era conciliar a docência com a pesquisa nesse ramo educacional.⁵⁹

3. Ensino de Português na Universidade de Toronto

O ensino de Português ao nível universitário antecede a imigração portuguesa para o país. Os portugueses chegaram ao Canadá em grupos organizados, após negociações laborais entre os dois governos, nos anos 1950 (Anderson & Higgs, 1976, Marques & Marujo, 1993). O ensino de português na Universidade de Toronto consta do calendário oficial no ano letivo de 1947-48.⁶⁰ Comemoraram-se portanto 65 anos no próximo ano letivo de 2012-2013. Assinalaremos com um Simpósio Internacional uma data tão significativa para os Estudos Portugueses e Brasileiros nos dias 28 e 29 de setembro do corrente.

⁵⁸ Os professores que ensinavam nas escolas canadianas e nas escolas comunitárias eram maioritariamente os mesmos. Trabalhavam durante o dia e depois ensinavam duas horas no horário depois da escola.

⁵⁹ A minha tese de doutoramento com o título “From the margins to the center? A Case Study of the integration of culturally diverse students’ first language into the mainstream curriculum of an elementary school” deu-me a oportunidade de fazer trabalho de campo numa escola onde bilinguismo era posto em prática com a finalidade de minimizar dificuldades de aprendizagem e de ajudar a integração no sistema escolar canadiano das crianças portuguesas.

⁶⁰ O primeiro curso que apareceu oficialmente no calendário, página 193, era descrito da seguinte forma” Pronúncia, gramática, prática oral e leitura de textos selecionados. O docente indicado Ralph G. Stanton.

⁵⁶ O Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – ICALP tinha sob a sua responsabilidade todo o ensino de português no estrangeiro. O que isso queria dizer é que o ensino de PLE estava sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O ICALP passou depois a Instituto Camões com atribuições só para o ensino superior; muito recentemente foi denominado Camões - Instituto de Cooperação e da Língua, IP (Decreto Lei N. 21, D.R. 2012, 30 de janeiro).

⁵⁷ Há duas direções escolares em Toronto que são públicas: a Toronto Catholic District School Board e a Toronto District School Board. Os alunos lusodescendentes frequentam predominantemente as escolas católicas.



Em entrevista ao Prof. Kurt Levy (Marujo, 1998) foi-me dito, no entanto, que foi o distinto Professor Milton A. Buchanan o primeiro docente de Língua Portuguesa no início dos anos quarenta e até 1946, ano em que se aposentou.⁶¹ Ensinava cursos de três horas semanais e entre os alunos que testemunharam esse facto encontram-se, para além de Levy, James Parker e Ralph G. Stanton.⁶²

No ano letivo de 1978 -1979, a Universidade de Toronto criou uma Licenciatura (Four Years Honour Program) em Português e que continua a ser a única em todo o país. O apoio, primeiramente do governo brasileiro, enviando um Leitor em 1966⁶³, por um período de cinco anos e, posteriormente do governo português tem sido indispensável para o sucesso do programa. O estabelecimento de um Leitorado graças ao governo de Portugal teve início em 1981 e mantém-se até esta data⁶⁴. Essa política tem permitido aceitar mais alunos e a oferta de maior variedade de cursos.

Na cidade de Toronto, é de referir igualmente o programa da Universidade de York. Com oferta de cursos opcionais de Português desde 1983, York tem visto aumentar o número de alunos e também se tem preocupado em oferecer cursos cada vez mais diversificados. No ano letivo de 2008-2009, criou-se um grau de *Major* ou *Minor* no Departamento de Línguas, Literaturas e Linguísticas dessa universidade após a contratação de um professor efetivo⁶⁵. O Instituto Camões tem, ao longo dos anos, apoiado de forma diversa os estudos em York⁶⁶. O Instituto Camões estabeleceu um protocolo com a Universidade de York em que um docente, contratado localmente, recebe uma percentagem da sua remuneração enviada de Portugal.

4. Ensino de Português nas Escolas Secundárias

As alterações curriculares de que tenho sido testemunha, ao longo das três décadas em Toronto, afetaram o ensino de línguas internacionais. O Português

ensinado nas escolas secundárias foi introduzido nos anos 1970 como disciplina curricular ao lado do Italiano, Espanhol e outras línguas. Os alunos poderiam aprender Português Língua Estrangeira do décimo ao décimo terceiro (designado habitualmente graus 10 ao 13). Era-lhes contado como disciplina curricular para entrada na universidade. Nos anos oitenta e noventa o ensino da língua portuguesa tinha lugar em várias escolas das duas Direções Escolares. As Faculdades de Educação, todavia, não facilitavam a um candidato a professor do ensino secundário a certificação na disciplina de Português (isto é, não era considerado entre os *teachable subjects*). Em 2001, graças ao empenho, ao longo de vários anos, de ativistas da Coligação Luso-Canadiana para a Melhoria do Ensino⁶⁷, o Ontário Institute for Studies in Education (OISE) da Universidade de Toronto iniciou um projeto-piloto de recrutamento de candidatos a professores de Português. Três professores saíram certificados em junho de 2003. Infelizmente porque as línguas internacionais se tinham tornado línguas de opção nos programas do ensino secundário, nenhum destes professores conseguiu colocação a ensinar Português. O OISE viu-se forçado a cancelar o programa por não terem surgido quaisquer candidaturas nos anos seguintes.

5. Programas de Língua de Origem/ Línguas Internacionais

Pierre Trudeau, Primeiro-ministro canadiano (1968-79; 1980-1984) encarregou uma *Royal Commission on Bilingualism and Multiculturalism* de se debruçar sobre a questão fundamental da importância das línguas dos povos fundadores. As recomendações desta Comissão deram origem ao Decreto-Lei Língua Oficial de 1969 através do qual foi reconhecido igual estatuto ao Francês e ao Inglês. Posteriormente esses direitos linguísticos foram incorporados na Carta de Direitos e Liberdades (*Charter of Rights and Freedoms*, 1982). Para além do reconhecimento e estatuto dado ao Francês, a Comissão assinalou a vontade expressa pelas famílias imigrantes de que as suas línguas e culturas continuassem a ser preservadas e que ao estado competia apoiar essa preservação. Outros estudos foram subsequentemente efetuados pelo governo e dois dos mais importantes *The Non-Official Language Study* (O'Bryan, Reits & Kuplowska, 1976) e *The Majority Attitudes Language Survey*, Berry, Kalin & Taylor, 1977) indicaram de modo inequívoco, a firme vontade de vários grupos etnoculturais de que a língua materna fosse retida. É no seguimento destes resultados que o governo federal cria em 1977, o Programa de Enriquecimento Cultural (Cultural Enrichment Program – CEP) com o fim de dar apoio ao ensino das línguas não-oficiais e à preservação das respetivas heranças culturais. Embora o Programa não oferecesse elevados apoios financeiros, o facto de ser implementado pelo governo federal vinha comprovar a necessidade de melhorar as condições e os programas que tinham sido anteriormente organizados e estabelecidos por muitos grupos étnicos a

⁶¹ Milton A. Buchanan, Diretor de Italiano e Espanhol 1916-1946.

⁶² James Parker foi Diretor de Departamento de 1966-1969, Kurt Levy de 1978-1984. Ralph G. Stanton, que viria a distinguir-se na área da Matemática, ofereceu à Universidade de Toronto, a sua preciosa coleção de livros portugueses que estão depositados na Thomas Fisher Rare Library.

⁶³ Aluizio Ramos Trinta, especialista na área de Cinema e Comunicação. Um outro académico esteve como professor convidado – Pedro Xisto Pereira – no ano de 1967-68.

⁶⁴ Os Leitores de Portugal que ensinaram em Toronto foram os seguintes: Teresa Soares Carneiro (1981-1985); Luís Campos (1985-1989); Alix de Carvalho (1989-1993); Teresa Cunha (1993-1998); Aida Batista (1998-2003); Pedro Caeiro (2003-2005) e José Pedro Ferreira (2005 - presente). Um novo Protocolo de cooperação foi assinado com o Instituto Camões para um período de três nos que começou em 2011-2012.

⁶⁵ A contratação de um professor com a possibilidade de receber “tenure” assegura o futuro do ensino de Português. A professora Maria João Dodman, contratada para a posição, tem demonstrado iniciativa e capacidade de implementação de novos e interessantes cursos.

⁶⁶ A Universidade de York foi apoiada pelo IC com a presença eventual de Leitores, e docentes contratados localmente. A situação da Universidade de Toronto tem-se distinguido da de York pela estabilidade do programa e consequentemente pela continuidade do apoio vindo de Portugal.

⁶⁷ A Coligação denominada Portuguese-Canadian Coalition for a Better Education esteve ativa entre 1995-2005. Um relatório intitulado A decade of community activism in education foi depositado nos arquivos da Universidade de York, *Clara Thomas Archives and Special Collections* da Scott Library.



nível comunitário ou graças à iniciativa de algumas Direções Escolares. A criação e implementação dos Programas de Língua de Origem (Heritage language Programs) é a consequência desta iniciativa nas províncias em que o número de crianças imigrantes o justificava.

Assim, a 1 de julho de 1977, foi decretado no Ontário que “qualquer grupo de pais poderá abordar a Direção escolar local requerendo aulas de língua para os seus filhos que frequentarem a escola primária [... e que] essas aulas sejam dadas depois do horário regular, fora dos dias normais da escola ou, se os números o justificarem se prolongue o horário escolar. Com esse programa nenhum aluno poderá receber mais do que duas horas e meia de instrução por semana” (Memorandum 1976-77:46).

Desde o início em 1977, os Programas de Língua de Origem foram implementados de acordo com três modelos: Modelo 1 – Com prolongamento do Horário Escolar, ou Depois da Escola; Modelo II – Integrado no Horário Escolar; e Modelo III – Aulas à Noite ou aos Sábados.

Os anos oitenta foram propícios para se poder pôr em prática aquilo que muitas famílias ansiavam - ver as escolas canadianas integrarem nos horários escolares regulares o ensino das suas línguas maternas. Enquanto em 1980 havia apenas dois programas completamente integrados e dois parcialmente integrados na Direção Escolar Pública, em 1997 a mesma direção escolar registava 21 programas integrados, 40 depois do horário escolar e 20 aos Sábados de manhã. Eram ensinadas 38 línguas a 6.800 alunos.

O nome dado ao programa não indicava claramente que, independentemente da sua origem étnica, qualquer aluno se podia inscrever e frequentar as aulas de língua. Num sistema educativo como é o canadiano em que se promove o antirracismo e a igualdade etnocultural (Education Act - decreto-lei de julho de 1992) era imperativo retirar qualquer conotação de subalternidade ou de estatuto inferior ao HLP. Em 1994, no Ontário, o nome Programa de Línguas de Origem passou para Programa de Línguas Internacionais.

No que diz respeito ao Português, a falta de entrada de novas famílias imigrantes no país, o desinteresse dos pais de segunda e terceira gerações pela manutenção da língua de seus antecessores levou ao encerramento de um grande número de programas.

Nas escolas católicas onde as famílias portuguesas predominantemente matriculam os seus filhos havia no ano letivo de 2010-2011 cerca de 4.000 alunos a frequentar Português. A assinatura de um *Memorandum of Understanding*, entre a Coordenação de Ensino e a Direção Católica (9 março, 2012) em que a promoção do ensino da língua é um dos principais pontos no acordo, é motivo para otimismo.

6. As escolas comunitárias

O *First Portuguese Canadian Club*, tal como o nome indica, foi a primeira associação portuguesa em Toronto. Foi pioneiro ao abrir uma escola portuguesa nos

anos 60 que continua até hoje, (Ferreira, 1989).⁶⁸ Foi sempre a escola com a maior frequência de alunos. Muitas outras escolas proliferaram na cidade durante os anos de maior procura, nos anos 80 e 90. As escolas comunitárias são privadas, as propinas pagas pelos pais dos alunos. As instalações são cedidas para algumas pelas direções escolares nas escolas que se localizam no coração de *Little Portugal*.

Noutros casos, o próprio professor ou diretor da escola aluga espaço numa biblioteca, num salão de um clube ou de uma igreja e, em casos mais raros, as aulas são dadas em casas particulares. As escolas comunitárias têm sido fundamentais na continuidade da aprendizagem da Língua Portuguesa. Nos anos oitenta, os alunos aprendiam segundo os programas de Portugal e exames eram realizados no Consulado que lhes davam as equivalências necessárias se/quando os pais regressassem a Portugal. Com a passagem dos anos, cada vez mais os alunos inscritos nas aulas eram crianças já nascidas no Canadá e o ensino do Português teve que mudar para uma abordagem como Língua Segunda.

A maior parte dos pais ainda falavam português em casa e as crianças levavam para a escola conhecimentos de oralidade.

Presentemente, a abordagem é essencialmente PLE. Poucas crianças chegam de Portugal, os pais são agora de terceira geração. Há cada vez mais casamentos interculturais em que apenas um dos pais sabe/ ou se interessa pela aprendizagem do Português. As ações de formação realizadas pela nova coordenadora do ensino no Canadá visam a formação dos professores em PLE e implementação do QECR (Quadro Europeu Comum Referência) para o ensino das línguas.

7. Coordenação do Ensino do Português

O Ministério da Educação português criou uma coordenação de ensino para todo o Canadá, no ano de 1997, a funcionar nas instalações do Consulado de Portugal em Toronto.

O Canadá é um dos cinco maiores países do mundo e são necessários recursos que Portugal não possui para poder dar cobertura às necessidades que se estendem de Kitimat (fronteira com o Alasca, onde há uma escola portuguesa) a Toronto, no Ontário ou a Montreal no Quebec. Não se perceberam quais as atribuições da pessoa nomeada para a coordenação durante quase quinze anos. Dececionou aqueles que, como eu, viam a possibilidade de ter alguém aliado e com objetivos comuns, isto é, difundir a língua, implementar e melhorar as situações de aprendizagem e ensino.

⁶⁸ A Escola do *First* teve início no dia 10 de outubro de 1964. Colaborei como voluntária nas atividades do *First*, exercendo durante três anos o cargo de Vice-Presidente com a responsabilidade da Escola. Durante esse período, fiz reuniões de formação com os professores, trocando informações sobre materiais inovadores que iam chegando de Portugal. Assisti a muitas aulas e verifiquei as condições de trabalho dos professores.



Embora o ensino superior não fosse da competência da coordenação, foi de lamentar a falta de cooperação em áreas em que ambas as partes poderiam ter colhido frutos. Em 2011, o cargo foi a concurso e substituída a pessoa encarregada de coordenar.

O Instituto Camões passou novamente a responsabilizar-se pelos vários níveis de ensino, deixando o Ministério de Educação essa tutela. Nestes primeiros meses de atividade, foi criado pela coordenação um Centro de Língua Camões/Luso-Canadian Learning Center onde se oferecem cursos de PLE a crianças e adultos.

Entre outras iniciativas, contam-se a assinatura dos protocolos com as duas universidades e mais recentemente o protocolo atrás referido com a Direção Escolar Católica (Memorandum of Understanding, 2012) para dar apenas alguns exemplos. O diálogo estabelecido entre a coordenação e a nossa universidade é de grande transparência e espírito de cooperação.

8. Conclusão

Que futuro prevemos para o ensino de PLE em Toronto? Nos trinta anos de ensino na Universidade de Toronto, tenho comprovado que o número de alunos que se candidatam aos nossos cursos é estimulante.

Comparativamente com outros departamentos de línguas, estamos numa situação privilegiada. No entanto, as reduções de orçamento para as instituições de ensino superior levaram a que, no verão de 2011, um movimento de protesto tivesse lugar quando a administração anunciou a intenção de, a curto prazo e sem consulta prévia aos diretamente interessados, encerrar os Departamentos de Línguas e fundi-los numa mega Escola de Línguas.

Manifestações de estudantes, professores e comunidade em geral fizeram parar o processo. Porém, a ameaça não foi esquecida.

No que diz respeito aos outros níveis de ensino, quer no nível secundário quer no primário, receio que o futuro traga cada vez menos matrículas e que as Direções Escolares encerrem as turmas frequentadas por um número reduzido de alunos.

Na verdade, o domínio da língua inglesa sempre levou o Canadá a menosprezar a aprendizagem de outras línguas.

Nem o francês, a outra língua oficial, está isento de ser olhado com falta de interesse. Trudeau e a sua visão para um Canadá bilingue/multilingue parecem ter sido esquecidos.

Os alunos saem das escolas com uma aprendizagem deficiente resultante da perceção generalizada de que as línguas não são importantes.

O Português, o Italiano ou outras línguas internacionais são vistas como algo exótico, não essencial no programa escolar das escolas do Ontário.

Compete a cada um de nós dar visibilidade aos programas existentes, incentivar a criação de outros ainda melhores e mais inovadores e educar os alunos e a sociedade em geral dos enormes benefícios que a aprendizagem de uma língua pode trazer a nível individual e coletivo.

9. Bibliografia

- Anderson, Grace & Higgs, David (1976). A future to inherit – the Portuguese communities in Canada. Toronto: Minister of Supply and Services Canada.
- Berry, J. W., Kalin, R. & Taylor, D. M. (1977). Multiculturalism and Ethnic attitudes in Canada. Otava: Ministry of Supply and Services Canada.
- Ferreira, Humberto de Brum (1989). Escola do First - 25 anos de história. Toronto: First Portuguese Canadian Center.
- Januário, Ilda (2005). The Portuguese-Coalition for Better education: A decade of community activism in education. Toronto.
- Marques, D. & Marujo, M (1993). With hardened hands: a pictorial history of Portuguese immigration to Canada in the 1950s. Toronto: New Leaf Publications.
- Marujo, M. (edit.) (1998) Portuguese-Brazilian Studies at the University of Toronto 1947-1997, Dep. Spanish and Portuguese, Toronto, Canadá.
- Marujo, M. (1999). From the margins to the center? A case study of the integration of culturally diverse students' first language into the mainstream curriculum of an elementary school. Toronto, Tese de Doutoramento, não publicada.
- Ministry of Education, Ontário (1977). Memorandum 46
- O'Bryan, K. G., Reitz, J. G. & Kuplowska, O. M. (1976). Non-official languages: a study in Canadian multiculturalism. Otava: Minister of Supply and Services Canada.
- QEER - <http://www.dgidc.min-edu.pt/ensinobasico/index.php?s=directorio&pid=88>

28. RAQUEL BEATRIZ DE LIMA MACHADO, CONSERVATÓRIO REGIONAL, PONTA DELGADA, AÇORES

RAQUEL BEATRIZ DE LIMA MACHADO nasceu em Ponta Delgada, em 1987.

Ingressou no Conservatório Regional daquela cidade açoriana aos seis anos de idade, onde foi aluna da Prof.^a Irina Semiónova e completou o 8º Grau de Piano com a classificação de 18 valores.

Enquanto aluna daquela instituição, participou em diversas audições, recitais e concertos, como solista ou integrando grupos de música de câmara e coro.

Em julho de 2009 terminou a Licenciatura em Música – Variante de Piano, na Universidade de Aveiro, na classe de Piano da professora Nancy Lee Harper e na classe de Música de Câmara do professor António Chagas Rosa.

Em dezembro de 2009 recebeu o Prémio Caixa Geral de Depósitos – Melhor finalista da Licenciatura em Música, numa cerimónia que teve lugar no Auditório da Reitoria da Universidade de Aveiro. Participou em diversos master classes com os pianistas Massimiliano Valenti, Rudolfo Rubino, Mário Laginha, Paulo Pacheco, Sofia Lourenço, Miguel Borges Coelho, e Sergei Milstein.

No âmbito dos Cursos Internacionais de Música de Guimarães, trabalhou Música de Câmara sob a orientação de António Saiote.

Em 2007 participou no recital de encerramento do Congresso Europeu de Professores de Piano (ESMAE, Porto), e no mesmo ano atuou na Sessão Solene Comemorativa da Elevação da Ribeira Grande a Vila, que decorreu no Teatro Ribeiragrandense.



Em 2006 ingressou na Lira Açoreana, sendo a primeira pianista desta orquestra constituída por jovens músicos açorianos.

Enquanto membro do coro do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro participou já em diversos concertos, dos quais se destacam a Missa da Coroação (Mozart), Requiem (Brahms), A Criação (Haydn), a Nona Sinfonia (Beethoven), Sinfonia Coral (Beethoven) dirigida pelo maestro António Saiote e onde foi solista o pianista António Rosado.

Atualmente estuda canto com a soprano Isabel Alcobia.

Como soprano, apresentou-se pela primeira vez como solista em maio de 2010 no Teatro Micaelense (S. Miguel – Açores), interpretando a *Missa Breve* de Delibes e *Aleluia* de Mozart.

FOI SOPRANO convidada do 14º colóquio da lusofonia em Bragança (outubro 2010) e do 15º em Macau.

Atua em concerto com Ana Paula Andrade e Henrique Constância.

É SÓCIO DA AICL.

29. ROLF KEMMLER, CEL (CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS), UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES, VILA REAL PORTUGAL/ALEMANHA

Rolf Kemmler

Natural de Reutlingen (Alemanha), é investigador da área da historiografia linguística do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, desde julho de 2009. Doutorado em Filologia Românica (Dr. phil.) pela Universidade de Bremen em 2005 (Alemanha), com a tese intitulada *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e atividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, publicada em 2007. Mestre (M.A.) em Filologia Românica desde 1997 com uma tese intitulada *Esboço para uma História da Ortografia Portuguesa* (publicada em 2001 como artigo na revista Lusorama sob o título «Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911»). Com grande número de publicações dedicadas à disciplina da historiografia linguística desde 1996, é especialista nas áreas da história da ortografia da língua portuguesa desde o século XVI e da história da gramaticografia portuguesa e latino-portuguesa dos séculos XVI-XIX.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

TEMA 2.2. NOTAS SOBRE A PERCEÇÃO DOS AÇORES NO MUNDO ANGLÓFONO NOVECENTISTA I: OS HABITANTES DOS AÇORES SEGUNDO THOMAS ASHE (1813) E MARK TWAIN (1869). ROLF KEMMLER, ALEMANHA/VILA REAL *

Dentro de cada vez mais rica da literatura de viagens sobre Portugal no século XIX, também os Açores mereceram alguma atenção por parte de escritores vindos de países anglófonos. Com os seus escritos publicados, estes autores, quer fossem amadores ou mesmo profissionais, chegaram a estabelecer uma imagem sobre os Açores que viria a tipificar aspetos da vivência nos Açores nesse século.

Baseado sobretudo nas informações fornecidas sobre a ilha de São Miguel, tentaremos fazer uma primeira abordagem de alguns aspetos que iluminam como os Açores e os açorianos foram vistos por autores anglófonos como Ashe / Haydn (1813), Webster (1821), Boid (1834), Bullar / Bullar (1841), Henriques (1867), Weeks (1882) e *last but not least*, o autor mais famoso de todos eles, Mark Twain (1869, 1899).

1 Introdução

Por causa da sua característica de constituir território português 'no meio do atlântico' que se oferecia como escala entre determinados destinos, o arquipélago dos Açores não podia deixar de dar nas vistas do número cada vez mais crescente de viajantes entre a Inglaterra e os territórios anglófonos no continente americano, ou mesmo para aqueles que procuravam o ambiente salutar das Furnas.

Sem tomar em consideração referências furtivas em manuais geográficos, históricos ou em outras publicações de natureza científica, a literatura de viagens pertencente ao mundo anglófono dedicada exclusiva ou maioritariamente aos Açores, é bastante notável, pelo que em primeiro lugar nos ocuparemos de uma sistematização.

2 Para uma sistematização da literatura de viagens anglófona

Contrário a Leite 1991 (219-220) que apresenta traduções para o português, foi a nossa preocupação uma referência a todas as publicações que podem ser consideradas no presente contexto, sem tomar em conta as traduções. Apesar da tentativa de recolher o número mais completo de obras, a presente sistematização não pretende ser exaustiva.

2.1 Publicações de natureza monográfica

Entre as obras pertencentes à literatura de viagens que concentram pelo menos uma parte considerável às impressões que o respetivo autor tinha adquirido do arquipélago dos Açores durante a sua viagem, contam-se pelo menos que as seguintes onze obras de natureza monográfica:



Ashe, Thomas (1813): *History of the Azores, or Western Islands*
 Webster, John While (1821): *A description of the Island of St. Michael*
 Boid, Edward (1835): *A Description of the Azores or Western Islands*
 Bullar, Joseph / Bullar, Henry (1841): *A winter in the Azores: and a summer at the baths of the Furnas*
 Henriques, Borges de F. (1867): *A trip to the Azores or Western Islands*
 Swindells, Rupert (1876): *A Summer Trip to the Island of St. Michael, The Azores*
 Gibbons, Marianna (1880): *Happy Days: a Summer Tour to the Azores and Lisbon*
 Baker, Charlotte Alice (1882): *A Summer in the Azores with a glimpse of Madeira*
 Weeks, Lyman H. (1882): *Among the Azores*
 Walker, Walter Frederick (1886): *The Azores or Western Islands*
 Roundell, Julia Anne Elizabeth (1889): *A Visit to the Azores, with a Chapter on Madeira*

De entre estas obras, as de Ashe (1813), Webster (1821) e Swindells (1876) são quase exclusivamente dedicadas somente à Ilha de São Miguel. Como não era de esperar diferente, também na obra de Bullar / Bullar (em dois volumes!), cujo título leva a crer que os autores tenham estado quase somente em São Miguel quando também visitaram as outras ilhas do arquipélago, mas também a obra de Boid (1835) concentra uma parte considerável das suas informações sobre o arquipélago na ilha de São Miguel. Já nas obras de Henriques (1867), Gibbons (1880), Baker (1882), Weeks (1882), Walker (1886) e Roundell (1889) não se observa a mesma primazia de São Miguel.

2.2 Artigos em revistas de divulgação

Ao lado das publicações monográficas, existe um número desconhecido de artigos sobre viagens aos Açores em revistas anglófonas de divulgação. Na impossibilidade de dar uma informação completa sobre este corpus, aproveitamos para referir alguns títulos que pertencem a esta categoria:⁶⁹

«The Azores, or Western Isles No. I: St. Michael's» (August 24th, 1839)
 «The Azores, or Western Isles No. II: Fayal» (September 14th, 1839)
 Benjamin, Samuel Greene Wheeler (1873): «A Cruise among the Azores»
 Dabney Roxana Lewis (1873): «Summer Cruise Among the Azores and Canary Islands»
 Thorpe, T. E. (1890): «St. Michael's».

⁶⁹ Obviamente, artigos anteriores não foram considerados e deverão ser objeto de estudo de outras investigações. Entre este número é de destacar o artigo de Masson / Banks (1778) que constitui uma carta escrita pelo botanista escocês Francis Masson (1741-1805), a qual, sendo motivada sobretudo por interesse científico fornece algumas informações de primeira mão sobre a ilha em finais do século XVIII, tendo sido publicada na revista *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*.

E natural que um estudo dos relatos de viagens em forma de artigo somente poderá ser feito depois de uma pesquisa exaustiva do espólio existente.

2.3 Outras obras

Para além das obras já referidas, existe um número considerável de obras de natureza monográfica em que os Açores ou aspetos relacionados com os Açores são mencionados de forma algo efêmera, de entre as quais são de destacar as seguintes obras:

Steele, Robert (1810): *A tour through part of the Atlantic, or Recollections from Madeira, the Azores (or Western Isles), and Newfoundland*
 Heriot, George (1813): *Travels through the Canadas*
 Fowler, John (1831): *Journal of a tour in the state of New York, in the year 1830*
 Murray, Charles Augustus (1839): *Travels in North America during the years 1834, 1835, and 1836*
 Osborne, John (²1844): *Guide to the Madeiras, Azores, British and foreign West Indies, Mexico, and Northern South-America*
 Twain, Mark (¹1869, 1899): *The Innocents Abroad*
 Benjamin, Samuel Greene Wheeler (1878): *The Atlantic islands as resorts of health and pleasure*
 Godman, Frederick Du Cane (1870): *Natural History of the Azores or Western Islands. keine Reiseliteratur, sondern natwiss*
 Brassey, Annie Allnut (1885): *In the Trades, the Tropics, & the Roaring Forties*.
 Kettle, William R. (1887) : *A report on the artificial harbour of Ponta Delgada, St. Michael's, Azores Islands*
 Trelease, William (1897): *Botanical Observations on the Azores*.
 Dabney, Roxana Lewis (1899): *Annals of the Dabney family in Fayal*

Nos 13 capítulos da sua obra, Benjamin (1878) trata não somente dos Açores (capítulo II, págs. 33-56), mas também da Madeira (capítulo V, págs. 94-120). Para além disso, a obra é dedicada às demais ilhas atlânticas (tais como os Bahamas, os Bermudas ou Tenerife). De forma ainda mais restrita, as obras de Steele (1810), Heriot (1813), Fowler (1831), Murray (1839), Twain (1869), Brassey (1885), e naturalmente também o guia de viagens de Osborne (1844), não se ocupam em primeiro lugar com os Açores, pelo que as referências chegam a ser algo efêmeras (pelo menos se consideramos o resto das respetivas obras).

Por outro lado as obras de Godman (1870) e Trelease (1897) são de natureza científica, baseando-se em observações feitas pelos próprios autores aquando da sua presença no arquipélago. De maneira semelhante, o opúsculo de Kettle (1887) pronuncia-se sobre o porto artificial da Ponta Delgada, ao passo que a obra de Dabney



(1899) constitui uma história da sua família como cônsules americanos residentes no Faial.

3 History of Açores (1813) de Thomas Ashe

Pelo que consta, a descrição monográfica mais antiga dos Açores por um autor anglo-saxónico no século XIX⁷⁰ foi escrita pelo escritor irlandês Thomas Ashe (1770-1835) que se identifica na dedicatória,⁷¹ assinada por T. A., como «Captain Light Dragoons»,⁷² isto é, Capitão de Dragões Ligeiros. Com uma gravura na folha de anterosto, a obra ocupa viii e vi páginas, 1 mapa e 310 páginas com o próprio texto, sendo prefácio as páginas i-vi da autoria do editor Joseph Timothy Haydn (ca 1786-1856).

O conteúdo do livro é repartido em quarenta e três cartas, aparentemente dirigidas ao Conde de Moira como membro do parlamento britânico.⁷³ Depois de umas cartas (*letters*) que introduzem na 'questão dos Açores' (segundo a perspetiva do autor) e na história Açoriana (cartas I-VI; págs. 1-387), a maior parte do livro é dedicada a São Miguel ('St. Michael'; cartas VII-XXXVIII; págs. 39-266).

No que toca ao resto do arquipélago, são destacadas nas últimas cinco cartas as ilhas de Santa Maria ('St. Mary'; carta XXXIX; págs. 267-275); Terceira ('Tercera'; carta XL; págs. 276-285); Graciosa e São Jorge ('Graciosa and St. George'; carta XLI; págs. 286-293); Faial ('Fayal'; carta XLII; págs. 294-); Flores ('Flores'; carta XLIII; págs. 303-310).

Tanto o Corvo como o Pico, não se encontram descritos numa carta separada, sendo apenas mencionadas na lista das nove ilhas do arquipélago em Ashe (1813: 28). Para explicar este facto, o autor constata que não chegou a visitar as duas ilhas do grupo ocidental por causa «[...] the impossibility of obtaining a ready passage to

⁷⁰ Segundo informa Watt (1824, III: entrada AZORES), as publicações que se referiam aos Açores anteriormente à publicação do livro de Ashe eram relatórios sobre batalhas ou obras relacionadas com a navegação. Apesar de referir várias obras do autor, inclusive Ashe (1812), Watt (1824, I: fol. 49 r) não menciona a obra sobre os Açores.

⁷¹ A obra é dedicada «to the right honourable Francis, Earl of Moira [...]» (Ashe 1813: [iii]), ou seja Francis Rawdon-Hastings (1754-1826), segundo Conde de Moira (e mais tarde primeiro Marquês de Hastings) que na altura era Governador-Geral da Índia (de 1813-1821; cf. Barker 1891).

⁷² Henderson (1885: 169) informa que Ashe terá sido oficial do 83.º Regimento de Infantaria durante algum tempo. A breve biografia do autor não permite a confirmação de que realmente tenha ocupado o cargo referido na dedicatória.

⁷³ Cf. Ashe (1813: 6): «I confess that it affords me pleasure, and, perhaps, gratifies my vanity, to be permitted to address my communications to a member of the British parliament, whose system of policy is at length arousing the spirit of our country».

Flores and Corvo [...]» (Ashe 1813: 303), ao passo que não visitou o Pico ao contrário das restantes ilhas do grupo central, por considerar «[...] the anchorage of Pico being bad [...]» (Ashe 1813: 293).

3.1 As avaliações da History of Açores na literatura contemporânea

Mesmo imediatamente a seguir à sua publicação, a obra semianónima de Ashe motivou fortes críticas, tanto por parte de portugueses residentes na Grã-Bretanha, como por parte dos próprios ingleses. Parece que a primeira reação à obra foi publicada num artigo em língua portuguesa nos números 22 e 23 d'*O Investigador portuguez em Inglaterra: ou, Jornal literário, político, &c.* (1813, VI: 164-180; 312-318), tendo a tradução inglesa do mesmo texto sido reproduzida no mesmo ano entre outros assuntos no opúsculo *Representations of the Brazilian Merchants* (RBM 1813: 45-89).⁷⁴ Desde o primeiro parágrafo, onde o redator desconhecido fala de um «[...] rare spectacle of impudence which the author has exhibited [...]», ou seja, «[...] o insólito espetáculo de descaramento mostrado pelo autor [...]» [tradução RK], a atitude do redator português é marcadamente negativo, o que o leva a refutar muitas das afirmações feitas por Ashe ao longo do seu texto interessantíssimo. Mas não é só o conteúdo da obra, senão também o autor que é encarado de forma crítica, como se vê na nota de rodapé à tradução da carta de uma pessoa identificada como 'F. Borges' (RBM 1813: 90-95), datada de Ponta Delgada de 2 de abril de 1813 (igualmente reproduzida no *Investigador* 1813, VI: 377-380), e na qual os redatores d'*O Investigador portuguez* documentam as suas dúvidas sobre a pertença do autor ao exército aliado:

The author is not a military man, as we have been informed; and perhaps we shall soon know for a certainty his name and employment (RPM 1813: 93).

A segunda obra de natureza monográfica que quase exclusivamente se dedica a São Miguel é da autoria de John White Webster (1793-1850). É da seguinte maneira que Webster (1821: iii-iv) se refere à obra de Ashe:

The only work having for its object a particular account of the Azores, which I have met with, is the incorrect, and, in many instances, fabulous, "History of the Azores by T. A."* published in 1813.

*The credit of this work is given by the Azoreans, to Ashe, the author of "Travels in the United States." I was informed in St. Michael, that he had been a few days only in the city of Ponta Delgada, and visited no other place. On his arrival in England, he published the "History, &c." for a perfectly just account of which, the reader is referred to the Quarterly Review, for 1814.

⁷⁴ Infelizmente ainda não tivemos acesso ao texto original português. Devido às referências no texto inglês (RBM 1813: 45, 77), não cabe, porém, dúvida que se trata de uma tradução do artigo português.



Segundo a apreciação do escritor contemporâneo,⁷⁵ a obra de Ashe é tão incorreta como produto de fantasia. Na nota de rodapé, Webster identifica Ashe como a pessoa que é reputada como autor da obra nos Açores. Ao ser correta a afirmação de que Ashe somente teria passado uns poucos dias na Ponta Delgada sem ter visitado qualquer outro lugar, as suas afirmações sobre as outras localidades da ilha e sobre o povo micalense são suspeitas.

No texto referido por Webster (1821: iv), o autor desconhecido da recensão na revista de recensões críticas *Quarterly Review* (1804) corrige a essência das informações fornecidas por Ashe sobre a história dos descobrimentos dos Açores.

Ao chegar a discutir as propostas da anexação dos Açores pela Grã-Bretanha o autor desconhecido passa a adotar uma atitude francamente negativa face às constatações fantasiosas do capitão de dragões ligeiros (QR 1814: 199-203) para culminar na seguinte avaliação final:

The book is evidently the compilation of one of those gentlemen who write travels by the fireside, and perform their voyages up four pair of stairs. From the miserable attempts at science, and the slip-slop jargon of chemical nomenclature, we suspect that the materials were furnished by some surgeon's mate who had obtained a few days leave of absence from his captain to make the tour of the island (QR 1814: 203).

O exposto permite a constatação que todas as obras contemporâneas que se pronunciaram sobre a obra de Ashe chegaram a assumir uma postura crítica perante o conteúdo da obra, acabando por rejeitar boa parte das afirmações do 'Capitão de Dragões'.

3.2 Os Azorianos e os Açores segundo Ashe

Vejamos agora a essência das afirmações de Ashe sobre os açorianos e os Azores. Ao longo de toda a sua obra, o autor deixa manifesto estar sobretudo preocupado com a ideia de uma anexação dos Açores pela Grã-Bretanha, como eloquentemente explica o editor da obra:

The idea of placing the Western Islands under the immediate protection of Britain is far from being a mere empty scheme, or visionary project. Portugal owes this country vast sums of money, and may be happy to dissolve the debt by a transfer of the sovereignty. This would at once change the general face of the

⁷⁵ Conforme as informações dadas por Rogers (1988: 130), Webster casou com uma filha de Thomas Hickling (cf. 3.2) em Ponta Delgada, tendo passado um ano na ilha: «On the lawn of the Hickling mansion in Ponta Delgada in 1818, Harriet Frederica Hickling, Thomas Hickling's eleventh child and eighth daughter, married a prominent Harvardian, John White Webster (1793-1850), A.B., 1811, M.D., 1815. Webster was spending that year in the Azores doing geological research, principally on St. Michael's». Consta que Webster foi executado em agosto de 1850 por supostamente ter morto um amigo que lhe emprestara dinheiro.

Azores, and open such new branches of trade to England, as would amply compensate for the loans made in support of the Braganza cause. The measure would not only enhance the glory of the British name, but contribute to the common benefit of all the islands. It would afford to the English that satisfaction which is truly noble, from imparting the means of dispelling superstition, enthusiasm, poverty, and ignorance; of admitting the inhabitants of the Azores to those rights of which they are at present dispossessed, or which have been withheld, from their first establishment to the present time (Haydn em Ashe 1813: iv).

Por acreditar que a 'libertação' dos Açores do 'jugo português' deve ser encarada como uma bondade (tanto para o erário régio português como para os habitantes do arquipélago), convém saber mais sobre a avaliação dos açorianos por Ashe:

An objection to this may, perhaps, be made, referring to the moral spirit of the inhabitants. You may be told, that the love of glory is here unknown: that the Azoreans are mere animals, who consider only what will fatten them. This objection I have already removed. The latent spirit of the people has ceased to operate - or, rather, it has been palsied under the arbitrary hand of their present government. They are, however, a good, and an honest people, who prefer the olive to the laurel, and who seek for distinction by industry rather than by arms (Ashe 1813: 14).

Mesmo que o 'espírito moral' dos açorianos possa ser questionado, o autor vem à sua defesa: afinal, os açorianos são um povo bom e honesto que foi relegado à passividade devido à opressão constante pelo seu governo atual. Mas, continua no seguinte trecho, na verdade o povo açoriano estaria farto da tirania da casa de Bragança, estando apenas à espera de livrar-se dos opressores. Para Ashe, a passagem (de forma pacífica, claro) dos Açores e da Madeira ao domínio britânico não seria somente benéfica para a coroa britânica, nem que seja em pagamento da guerra em Portugal mas também traria a liberdade desejada aos açorianos:

The Azoreans are, at length, impatient of tyranny; they are only awaiting a signal to throw off the yoke. Situated, however, as their sovereign at present is, it would not be generous to countenance any step manifesting a tendency to insurrection or force. On the contrary, I would offer the Prince Regent the most solid advantages in exchange for the independence of these islands: receiving their freedom from his dominion, in the first instance, for the blood and treasure which England has shed for his cause in Portugal. If his highness will relinquish the Madeiras with the Azores; we may then, with propriety, surrender all claim to the great debt which he owes to the British government for his removal to, and final settlement in, his American empire (Ashe 1813: 15-16).

Para o nosso autor, o povo açoriano é bom e trabalhador. Até parece bucólica a descrição do povo entre Vila Franca e as Furnas:



The time of my observation was also fortunate. The sun was but just diffusing his refulgent beams over the fruitful land, and the villagers and peasants, who lived by the sweat of their brow, were collecting to pursue their respective functions. Accordingly, some were engaged in cutting the corn, and some in binding the sheaves; some were employed in the sunny vineyard, and others in the shade of the orange grove; here the brawny stripling was driving his goats to market, and there the canorous damsel was preparing the fibrous plant, which she was afterwards to spin for her own benefit and the benefit of her country. The genius of the former appeared to exert itself with uncommon fervor and felicity; like a vital principle it descended to his sons and his daughters, his man servants, and his maid servants, the cattle and the stranger within his gates. The whole population was animated by the spirit of industry; every one was active as the busy insect proposed by the Royal Moralist as a pattern and reproof to the ignominious sluggard. All was industrious - save one (Ashe 1813: 94).

A pessoa ociosa, descrita pelo nosso autor, foi um frade mendicante que encontrou durante o caminho para as Furnas (Ashe 1813: 94-95). Tendo chegado às Furnas na companhia do mendicante, o autor terá sido muito bem acolhido pelo povo das Furnas, recusando, porém, ficar nos seus casebres pois teria sido convidado para ficar em casa do cônsul americano.⁷⁶

On entering the village I was surrounded by the peasantry, who offered me the accommodation of their huts; but, as I had an order from the American Consul to occupy his hospitable house, I declined their kind importunity, and would have retired to rest so soon as I possibly could. In this intention, however, I met with an amiable interruption: the worthy villagers waited upon me with offers of eggs, bread, poultry and wine. Generous in every thing, they would have given me the little aliment and drink which they themselves scantily, but faithfully, received from the hands of nature. Indeed, the simplicity of their manners, the civility and gentleness of their carriage, and their hospitality to me, gained them instantly my esteem (Ashe 1813: 105).

O povo açoriano é caracterizado como modesto, acolhedor e bem-educado. A imagem fornecida sobre a população das Furnas é reforçada no retrato dos frades franciscanos do convento de São Francisco das Furnas, cuja existência não conseguimos confirmar.⁷⁷

⁷⁶ Será que se trata da residência de verão do Vice-Cônsul americano nos Açores Thomas Hickling (1745-1834), chamada *Yankee Hall* (1780) e que constitui o núcleo inicial do atual Parque do hotel *Terra Nostra*? No entanto, as já referidas palavras do genro do próprio Hickling levam a supor que a viagem de Ashe pela ilha nunca teria acontecido...

⁷⁷ E isso apesar da sua postura sempre crítica perante o clero católico português de que Ashe (1813: 107) não faz segredo: «I have an instinctive antipathy to pampered priests, but as the features of this reverend Padre shone with the polish of benevolence, as well as luxury, I cheerfully followed him to his convent».

They amount to twelve or thirteen, are of the order of St. Francis, and, though mendicants by profession, they possess an independence and hospitality that are beautiful features of their character, and form a strong contrast with the avariciousness and servile existence of the continental Portuguese (Ashe 1813: 15-108).

Ashe chega desta forma a distinguir os açorianos dos portugueses continentais, os quais destaca pelos seus traços negativos da avareza e da servilidade. No que respeita a natureza e o aproveitamento dos seus recursos Ashe (1813: 134-135) põe em questão a capacidade de os açorianos ultrapassarem as suas superstições, pelo que se torna necessário recorrer ao auxílio dos ingleses iluminados:

But superstition and terror palsy the capacity of the Portuguese: it remains for the English to bring to light the hidden treasures of Pico de Fer: the Portuguese will never struggle against difficulties which priests and dæmons unite in rendering more and more insurmountable (Ashe 1813: 15-16).

Se bem que o conhecimento pessoal de alguns religiosos franciscanos em cujos mosteiros foi albergado o leva a uma avaliação mais benévola dos frades como indivíduos, a postura marcadamente negativa torna-se mais uma vez evidente no seguinte trecho:⁷⁸

But the places where intrigues are conducted on a principle unknown to the rest of the world is at the female convents; I say different, because every nun, celebrated for wit or beauty, not only possesses a lover, but boasts of her possession; corresponds with him publicly and sends him presents of preserved fruits, artificial flowers, and rings and ornaments composed of her own hair. Never was love carried on in a more con amore manner. The lover daily attends at the gate, the nun converses with him for hours, and the parting is often attended with that effusion of sentiment which is the true characteristic of impassioned hearts. And yet these tender lovers are perpetually separated by two iron gates, and continue attached to each other though conscious that they can never experience any other than the delights of a mental intercourse. At least I could never learn that it is possible to gain access to a nunnery, nor is it at all understood that the nuns, who

⁷⁸ No entanto, fica manifesto o fascínio do autor com a vida monástica nos Açores. Deixando de lado a história semelhantemente camiliana de duas irmãs, 'presas' no Convento de Nossa Senhora da Esperança da Ponta Delgada por causa dos seus amores, Ashe (1813: 256-257) oferece a seguinte constatação sobre a vida nos mosteiros femininos: «The greatest harmony and friendship exists amongst the inmates of each house, and the novitiates, and the daughters of the poor, are educated in their gloomy walls in a manner that is truly astonishing, and which is a strange contrast with the education of those who have not been in convents: an education which barely extends beyond the alphabet, which I esteem worse than the most direct and barbarous ignorance». Para Ashe, o facto de as religiosas nos mosteiros receberem uma educação bastante cuidada choca com a realidade da falta de educação para a restante população do sexo feminino que fica sem educação.



enjoy this platonic intercourse with the men, are by any means of perverted judgment or depraved mind (Ashe 1813: 184).

Na percepção do autor, todas as religiosas bonitas, recolhidas nos mosteiros e conventos açorianos, dispõem de amantes aparece nas grades para encontrar-se com as suas amadas. Tanto esta descrição geral dos amores não consumados, como de outras histórias que têm a ver com religiosas de que Ashe declara ter conhecimento indireto, permitem perceber que a mera noção do recolhimento de mulheres em mosteiros e conventos era estranho ao autor.

Na verdade, observa-se ao longo de toda a obra que Ashe quase parece obcecado pelas mulheres nos mosteiros açorianos, pois várias vezes chega a pronunciar-se sobre quão lamentável julga a perda dessas mulheres bonitas à sociedade e ao mundo.

No que respeita aos habitantes de 'Cete Cetades', ou seja, das Sete Cidades, Ashe (1813: 204) constata que têm menos em comum com portugueses do que com os árabes:

Their villages, which are numerous, occupy the arable lands which encompass two thirds of the mountains which bound the Lakes. The houses are neatly built of lavatic stone but do not abound in furniture, and in many a mattress of rushes serve the peaceable inhabitants to sleep on. In their customs they approach nearer to the Moors than to the continental Portuguese. The women particularly hold their arms upright to their ears and sit on the ground in a Moorish posture. The men employ themselves daily in their vineyards, orange gardens, and corn lands, and the youth were fully employed in drying, breaking, scratching, and kicking the flax to fit it for spinning, while the women were occupied in spinning and reeling it, to fit it for weaving, and in weaving, cutting and finishing the cloth for the markets.

Mas é mesmo a nível geral que Ashe constata que os açorianos seriam superiores aos portugueses continentais, que, para ele, reúnem a soma de tudo que é negativo:

The continental Portuguese have as many ill qualities as these their descendants have good ones. They are universally unpolished, brutal, and ignorant; guilty of the most despicable treachery; cruel to a degree; not sparing even their own brother, if his death will turn out any thing to their advantage. Their bodies meagre, and badly proportioned, their features irregular, and their complexion tawny. Looking upon labour as mean and unmanly, they make their women and slaves perform all the necessary drudgeries of life. Whereas the exotic Portuguese, the inhabitants of the island, differ entirely from their ancestors in their persons, tempers, and principles. Their bodies are tall and well proportioned, their features are mild and regular, their complexion inclined to florid. They are naturally industrious, and employ themselves daily in the hardest labours. They are by no means unskilful in the practical part of agriculture, and are acquainted with several methods of breeding

and nourishing their cattle, which the continental, Portuguese are entirely ignorant of (Ashe 1813: 209-210).

Na compreensão do nosso autor, todos os aspetos negativos nos portugueses do continente mudaram para o positivo com os seus descendentes açorianos.⁷⁹ Dado que não acredita que a razão disso seria meramente uma questão de longitude ou latitude, acaba por isolar o bom clima açoriano como sendo responsável pela qualidade superior dos açorianos:

I would assign it to purity of climate, and on the principle that it strengthens the mind as well as the body, and serves to create that fire of imagination which is necessary for invention, and which produces the works of art, of genius, and of taste (Ashe 1813: 221).

Se não fossem, portanto, as características negativas dos opressores portugueses, tais como a superstição, a intolerância religiosa e a falta de liberdade em geral, Ashe (1813: 225-227) manifesta a sua convicção que os açorianos poderiam criar uma civilização bem-sucedida. Fica evidente que para ele o maior 'problema' da sociedade açoriana para o autor seria a religião católica, tendo a 'dependência' dos padres inclusive motivado aquilo que identifica como pouca moralidade, falta de honra e vaidade das pessoas, bem como a ausência de qualquer afeto dentro do seio familiar.⁸⁰ Ao resumir as suas observações sobre o povo açoriano, Ashe (1813: 231) chega à seguinte caracterização final:

And yet, I might have described them in two words: they are an ignorant yet inoffensive people: a people who only want some leading minds to rouse them into action, and point them to their proper end: or, rather, as I have just said, like a lifeless ball sleeping in the cannon, they only want some superior, intelligence, to give them both impulse and direction.

Noutras palavras, os açorianos, ignorantes e inocentes, na visão do nosso autor estão à espera somente de chegar-lhe qualquer faísca para tirar-lhes da sua letargia.

Na sua avaliação final sobre o comportamento dos açorianos, o autor contrasta as suas observações constantemente com a norma na sociedade britânica:

The Portuguese loves his repast in solitude, and eats without a fork. We like society at meals, and feel disgust at seeing a person serve himself with his fingers (Ashe 1813: 258).

⁷⁹ Não se consegue imaginar louvor mais forte do que o que afirma Ashe (1813: 221): «In this light the inhabitants of these islands ought to be celebrated for inventive capacity and intellectual endowments. For, what people of the earth are blest with such a climate as these?»

⁸⁰ Perante estas ponderações, a avaliação da religiosidade açoriana por Ashe (1813: 230) não pode deixar de ser sumariamente negativa: «When this is the ruling system, what must be expected from such established ignorance, but errors in the first Concoction».



No que toca às mulheres açorianas da classe mais elevada, uma amiga chamada Dona Paulino terá explicado ao nosso autor que estas não são outra coisa senão prisioneiras dos seus maridos, sendo os padres os únicos que também têm acesso legítimo a elas:

Perpetually secluded; going abroad very rarely, and under a veil, with which the face is completely covered, the sun can impress no blemish on the freshness, or the colouring of the complexion of the better order of females in these islands; an acrid and saline air, such as is common in Lisbon, can never affect the fairness and the delicacy of their skin. And for whom are so many charms so carefully preserved? For the sight of one single man; for a tyrant who holds his wife in perpetual captivity. An insuperable line of separation is drawn, in these countries, between the two constituent halves of the human species: the one the graces of which form a contrast so agreeable to the force and the masculine beauties of the other, a prisoner in the Azores, becomes the exclusive slave of one individual. No man but the proprietor or his priest can enter where the wife is: no one must behold her face without the husband's permission. No where is jealousy carried to such a horrid excess; no where is it more ferocious. An inevitable death awaits the stranger who shall attempt to introduce himself into the apartments of the wife, or address a few words to her on meeting her out of doors (Ashe 1813: 260-261).

Aparentemente, pelo menos nos olhos do viajante inglês, a atitude protetora dos maridos micalenses não é completamente em vão, pois a ele as mulheres parecem irresistivelmente atrativas:

The idea of a very fat woman is almost always associated in England and Holland with that of flabbiness of flesh, of defect in the elasticity of the contours. This is not, however, the case with the women of the Azores in general. Those of St. Michael's in particular, more favoured by nature than the females of the other islands, preserve longer their firmness of flesh: and that attractive property, added to the softness, to the fairness of their skin, to the freshness of their carnation, render them very agreeable, very desirable women, when their en-bon-point is not carried to excess (Ashe 1813: 265).

Mas não é somente para os habitantes de São Miguel, o autor tem palavras simpáticas para os residentes da Terceira. Ao criticar o facto de os terceirenses somente usarem produtos vindos do continente ou do Brasil, em vez dos produtos superiores da própria ilha, Ashe (1813: 281) até chega a declarar que do ponto de vista civilizacional os terceirenses seriam superiores aos restantes habitantes dos Açores:

I know not whether to attribute this insensibility to the bounty of nature, to perversion of judgment, or to depravity of heart. Yet it cannot be the latter, for the people of Terceira are held in great estimation; regarded as mild and benevolent; as superior in point of civilization to the inhabitants of the sister islands around.

Também os habitantes da Graciosa são descritos de forma simpática. Estes são descritos como pacíficos, ignorantes e felizes – mas não no sentido de serem bárbaros!

The character of the inhabitants accords with the features of the country. They are mild and peaceable, ignorant and happy. When I say ignorant, let it not be thought that I am speaking of a horde of savages. Every operation performed by the people of Graciosa bears the stamp of the most perfect intelligence. Their houses are well built; their boats of a construction from their own model; their linen wove by themselves; the fruit trees ranged judiciously in their fields, which have all the embellished aspect of your orchards and plantations, without their tedious uniformity; all their farms cultivated to the highest degree, and the instruments of their arts for the most part made by themselves; such are the rights which they possessed, at least to my esteem, notwithstanding the little time which I had to be acquainted with them (Ashe 1813: 287-288).

Em relação ao Pico, o facto de o autor não ter sido capaz visitar a ilha pessoalmente chega a condicionar a informação sobre a ilha e os seus habitantes, pois limita-se a falar da forma de povoação na ilha:

The inhabitants of the Peak prefer to live in detached houses, villas, and hamlets, to towns and villages (Ashe 1813: 296).

Ao estabelecer novamente uma comparação com o carácter negativo dos portugueses continentais, o autor tem mais uma oportunidade de destacar uma característica positiva nos açorianos, destacando desta vez a hospitalidade dos faialenses:

There is a great uniformity in the character of the Portuguese. The Portuguese of all parts are the same. And the Portuguese of the fifteenth century, and him of the present day, are in principle and manners the same. There is one trait, however, in the disposition of these islanders, which is marked with peculiar force at Fayal, and which it would be peculiarly illiberal in me to pass over, I mean their civil and hospitable conduct to strangers. The hospitality, of other countries is a matter of policy or convenience, in civilized Europe of the first, in savage America of the latter, but the hospitality of the people of the Western Isles is not the running account of posted or ledgered courtesies, or of abject necessity, it springs, like all their qualities, their faults, their virtues, directly from the heart. The heart of an Azorean is by nature mild, and he sympathizes; it is tender, and he loves; it is generous, and he gives; it is social, and he is hospitable (Ashe 1813: 300-301).

Ao passo que Ashe reputa a hospitalidade europeia, em geral, como sendo mais devida ao hábito do que à sua disposição geral das pessoas, sendo tratada mais como necessidade nas Américas, ele vê nos açorianos (e mais ainda nos faialenses) a disponibilidade natural que deriva de um coração generoso e puro...



4 Mark Twain e os Açores em *The innocents abroad* (1869)

Em inícios de 1867, o jornalista americano Samuel Longhorn Clement (1835-1910) teve conhecimento do projeto de viagem que era suposto levar cerca de 150 passageiros americanos no navio *Quaker City* (1854-1871) à Terra Santa, ao Egito, à Crimeia, à Grécia e outros pontos de interesse.⁸¹ Mark Twain, como o jornalista já na altura era mais conhecido como escritor popular, resolveu pagar o preço de \$1250 para participar na viagem, obviamente com a intenção de capitalizar da excursão através da sua publicação sendo o resultado dos seus esforços publicado em forma de livro em 1869.⁸² Entre os muitos tópicos do livro, o tempo que o navio passou nos Açores é mencionado nos capítulos V e VI (Twain 1999: 77-94). A primeira referência que Mark Twain (1899: 82) faz aos açorianos aquando da chegada do navio à Horta, refere-se aos marinheiros que vêm a bordo do navio:

A swarm of swarthy, noisy, lying, shoulder-shrugging, gesticulating Portuguese boatmen, with brass rings in their ears and fraud in their hearts, climbed the ship's sides, and various parties of us contracted with them to take us ashore at so much a head, silver coin of any country.

Os marinheiros são descritos como portugueses sujos, barulhentos, mentirosos e ignorantes – noutras palavras, uma péssima primeira imagem. Mas a segunda imagem é semelhantemente negativa, uma vez que o autor testemunha a perseguição constante dos viajantes por pedintes durante o tempo inteiro da sua presença na ilha:

The group on the pier was a rusty one - men and women, and boys and girls, all ragged and barefoot, uncombed and unclean, and by instinct, education, and profession beggars. They trooped after us, and never more while we tarried in Fayal did we get rid of them.

Perante estes primeiros contactos, pouco admira o testemunho francamente negativo da população do Faial. No entanto, ele parece reconhecer, no início do capítulo VI, que nos Estados Unidos as informações sobre os Açores devem ser bastante escassas:

I think the Azores must be very little known in America. Out of our whole ship's company there was not a solitary individual who knew anything whatever about them. Some of the party, well-read concerning most other lands, had no other information about the Azores than that they were a group of nine or ten small

islands far out in the Atlantic, something more than halfway between New York and Gibraltar (Twain 1899: 86).

Claro está, o remédio é o fornecimento de algumas informações essenciais sobre a ilha e os seus habitantes – o que leva a um dos trechos mais famosos do autor sobre os Açorianos:

The community is eminently Portuguese - that is to say, it is slow, poor, shiftless, sleepy, and lazy (Twain 1899: 86).

Por ser portuguesa, a população açoriana nos olhos do nosso autor é, portanto, lenta, pobre, torpe, sonolenta e preguiçosa.

Twain (1899: 86-87) não consegue mesmo encontrar nada de positivo sobre os açorianos, ainda mais porque vê neles uma ignorância e aversão à inovação que o irrita de maneira perceptível:

Everything is staid and settled, for the country was one hundred years old when Columbus discovered America. The principal crop is corn, and they raise it and grind it just as their great-great-great-grandfathers did. They plow with a board slightly shod with iron; their trifling little harrows are drawn by men and women; small windmills grind the corn, ten bushels a day, and there is one assistant superintendent to feed the mill and a general superintendent to stand by and keep him from going to sleep. When the wind changes they hitch on some donkeys and actually turn the whole upper half of the mill around until the sails are in proper position, instead of fixing the concern so that the sails could be moved instead of the mill. Oxen tread the wheat from the ear, after the fashion prevalent in the time of Methuselah. There is not a wheelbarrow in the land - they carry everything on their heads, or on donkeys, or in a wicker-bodied cart, whose wheels are solid blocks of wood and whose axles turn with the wheel. There is not a modern plow in the islands or a threshing machine. All attempts to introduce them have failed. The good Catholic Portuguese crossed himself and prayed God to shield him from all blasphemous desire to know more than his father did before him.

Se bem que a descrição da moagem no moinho, com a atividade do superintendente adjunto face à inércia do superintendente (que não tem mais nada a fazer do que supervisionar a produção) lembre em certa maneira aspetos do funcionamento da função pública portuguesa moderna, os comentários sobre a ausência dos carrinhos de mão, dos arados modernos e das máquinas de debulha levam a crer que Mark Twain terá estado mais interessado num retrato negativo duma sociedade que encarava como retrógrada e inferior. Também o seguinte trecho parece ser mais elucidativo sobre a atitude do autor do que uma fiel descrição do observado:

The donkeys and the men, women, and children of a family all eat and sleep in the same room, and are unclean, are ravaged by vermin, and are truly happy. The

⁸¹ Cf. a reprodução do opúsculo publicitário em Twain (1899: 47): «Excursion to the Holy Land, Egypt, the Crimea, Greece, and Intermediate Points of Interest».

⁸² Como afirma o próprio Twain (1899: xxxvii-xxxviii), ele escreveu cartas para os jornais *Daily Alta California* (San Francisco), bem como *New York Tribune* e *New York Herald* (New York) que posteriormente foram aproveitadas para a publicação em forma cosmográfica com 60 capítulos.



people lie, and cheat the stranger, and are desperately ignorant, and have hardly any reverence for their dead (Twain 1899: 89).

As pessoas descritas obviamente vivem a vida pobre dos lavradores, acolhendo os animais em casa, sendo sujos mas contentes. Os comentários sobre a honestidade e ignorância das pessoas permitem mesmo ver alguma amargura, talvez até compreensível desde o ponto de vista de viajante que se vê explorado financeiramente simplesmente por ignorar a língua e os costumes locais.

5 Conclusão

Um dos alvos principais do presente artigo foi a apresentação e sistematização das obras que forneceram informações sobre os Açores no século XIX. Como pertencentes à categoria da literatura de viagens, é de destacar o grupo das publicações de natureza monográfica, no qual (até agora) contamos onze publicações maioritariamente dedicadas aos Açores ou às vivências dos autores no arquipélago. As motivações que levaram os autores a escrever as suas obras sobre os Açores divergem de obra para obra, podendo isolar-se razões políticas, científicas ou mesmo a vontade de informar sobre as maravilhas do arquipélago.

Tanto na categoria dos artigos em revistas de divulgação (inteiramente dedicados aos Açores) como nas outras obras, nas quais os Açores somente adquirem um papel secundário em relação ao resto das obras, deve-se constatar que o levantamento é forçosamente provisório, pois falta proceder a uma investigação bibliográfica exaustiva antes de um tratamento completo deste corpus.

No entanto, é possível estudar obras individuais e, pelo que escolhemos a obra de Ashe (1813) que é tido por ser a primeira publicação monográfica em inglês sobre os Açores, bem como os respetivos capítulos na obra de viagens de Mark Twain.

Pouco admira que o povo açoriano não se saia propriamente bem nas referências dos nossos autores. Para Ashe, que aparentemente terá escrito o seu livro com base de um conhecimento apenas rudimentar que travou com a ilha de São Miguel, os açorianos são um povo bom e honesto, trabalhador, acolhedor, mas também supersticioso e demasiadamente religioso (ou seja, aderente a uma religião que o autor condena). Para o autor, as qualidades positivas dos açorianos explicam-se pelo clima do arquipélago, o que na sua argumentação faz perfeito sentido, pois para ele os portugueses do continente reúnem as piores qualidades num ser humano.

Tal como a descrição das ilhas como terra de lavoura e que fornecem outros bens naturais, para Ashe, a caracterização dos açorianos serve a um determinado fim: trata-se de uma idealização dos Açores no sentido de garantir o interesse por parte dos governantes ingleses, visando uma anexação dos Açores pela Grã-Bretanha. Na

verdade, a agenda do autor não é nada secreta, é declarada frequentemente ao longo da obra, pelo que tudo leva a crer que caracterizações do povo como ignorante mas inofensivo, etc. se integram perfeitamente na sua agenda.

Na sua passagem pelo Faial, Mark Twain, um dos maiores escritores americanos de oitocentos, pinta uma imagem bastante negativa dos faialenses que toma como portugueses típicos (por não partilhar a agenda colonial com Ashe não precisava de idealizar os açorianos face aos portugueses do continente). Sendo esta imagem obviamente governada pela forma em que o autor conheceu os primeiros habitantes da ilha (que eram logo pedintes e pessoas desonestas a aproveitar-se dos viajantes), a atitude de o autor é não só marcadamente negativa, mas até adquire traços cínicos.

Mesmo que na altura a obra de Ashe talvez não tenha sido levado demasiadamente a sério por causa dos seus traços fantasiosos que motivaram imediatamente a rejeição na literatura séria da época, as referências aos açorianos nas duas obras não podiam deixar de deixar as suas marcas na perceção dos habitantes do arquipélago no espaço anglófono oitocentista, ainda mais a obra de Mark Twain, pois era um dos livros de viagens mais populares no século XIX.

Os comentários sobre os habitantes das ilhas tornam evidente que ambos os autores vieram aos Açores com bastantes preconceitos sobre o povo português em geral, julgando o observado, como frequentemente acontece na literatura de viagens, desde uma posição de superioridade. Obviamente sem qualquer disposição para repensar a pertinência dos seus preconceitos, os dois autores chegaram de facto a eternizá-los através das suas obras.

Na obra de Ashe a atitude do autor talvez não seja tão surpreendente, por ele visar uma integração dos Açores no domínio britânico. Neste sentido, a sua descrição dos Açores na sua inteiressa integra-se na estratégia da própria obra. No que concerne a Mark Twain, porém, especialmente se atendermos às suas origens modestas, não deixa de ser notável a falta de tolerância geral no seu relato sobre os Açores, como ainda a falta de compreensão pelas circunstâncias de vida das pessoas que, se viam condenadas a viver na penúria.

6 Referências bibliográficas

6.1 Fontes primárias

Ashe, T[homas] (1812) *A commercial view, and geographical sketch, of the Brasils in South America, and of the island of Madeira, being a description of the Portuguese colonies, Islands, Cities, Chief Towns, Harbours, Rivers, &c. &c. together with their Climate, Soil, and Produce; Trade, Religion, Manners, Customs, &c.* London: printed and published by Allen & Co.



- A[sh], T[homas] (1813) *History of the Azores, or Western Islands, containing an account of the Government, Laws, and Religion, the Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants and demonstrating the importance of these valuable islands to the British Empire, illustrated by Maps and other Engravings*, London: Printed for Sherwood, Neely, and Jones.
- Baker, C[harlotte] Alice (1882) *A Summer in the Azores with a glimpse of Madeira*, Boston; New York: Lee and Shepard, Publishers; Charles T. Dillingham.
- Masson, Francis / Banks, Joseph (1778) "An Account of the Island of St. Miguel: By Mr Francis Masson, in a Letter to Mr William Aiton, Botanical Gardener to His Majesty, Communicated by Joseph Banks, Esq. F. R. S." in *Philosophical Transactions of the Royal Society of London* 68 (1778), pp. 601-610.
- Benjamin, S[amuel] G[reene] W[heeler] (1873) "A Cruise among the Azores" in *Scribner's Monthly, an Illustrated Magazine for the People* 5 (September 1873), pp. 513-522.
- Benjamin, S[amuel] G[reene] W[heeler] (1878) *The Atlantic islands as resorts of health and pleasure*, New York: Harper & Brothers, Publishers.
- Boid, E[dward] (1835) *A Description of the Azores or Western Islands: From personal observation, comprising remarks on their peculiarities, topographical, geological, statistical, etc., and on their hitherto neglected condition*, London, Edward Bull (Late Bull and Churton).
- Brassey, Annie Allnutt (1885) *In the Trades, the Tropics, & the Roaring Forties*, New York: Henry Holt and Company.
- Bullar, Joseph / Bullar, Henry (1841) *A winter in the Azores: and a summer at the baths of the Furnas*, vol. I, London: John van Voorst [vol. II com as mesmas referências bibliográficas].
- Dabney [Roxana Lewis] (1873) "Summer Cruise Among the Azores and Canary Islands" in *Harper's New Monthly Magazine* 276 (May, 1873), pp. 865-875.
- Dabney, Roxana Lewis (1899) *Annals of the Dabney family in Fayal*, Boston: edição da autora para circulação particular.
- Fowler, John (1831) *Journal of a tour in the state of New York, in the year 1830; with remarks on agriculture in those parts most eligible for settlers: and return to England by the Western islands, in consequence of shipwreck in the Robert Fulton*, London: Whittaker, Treacher, and Arnot.
- Freitas, Bernardino José de Sena (1845) *Uma Viagem ao Valle das Furnas na Ilha de S. Miguel em junho de 1840*, Lisboa: Na Imprensa Nacional.
- Gibbons, Marianna (1880) *Happy Days: a Summer Tour to the Azores and Lisbon: Described in a series of Letters, Written for the Times*, Lancaster: John A. Hiestand.
- Godman, Frederick Du Cane (1870) *Natural History of the Azores or Western Islands*, London, John van Voorst.
- Henriques, Borges de F. (1867) *A trip to the Azores or Western Islands*, Boston: Lee and Shepard.
- Heriot, George (1813) *Travels through the Canadas, containing a description of the picturesque scenery on some of the rivers and lakes; with an account of the productions, commerce, and inhabitants of those provinces. To which is subjoined a comparative view of the manners and customs of several of the Indian nations of North and South America*, London: Richard Phillips.
- Kettle, William R. (1887) *A report on the artificial harbour of Ponta Delgada, St. Michael's, Azores Islands: from the observations made during a visit to the same, November-December 1886*, s.l.: R. Holmes Laurie.
- Murray, Charles Augustus (1839) *Travels in North America during the years 1834, 1835, and 1836: including a summer residence with the Pawnee tribe of Indians in the remote prairies of the Missouri, and a visit to Cuba and the Azores Islands*, volume I, London: Richard Bentley.
- Osborne, John (1844) *Guide to the Madeiras, Azores, British and foreign West Indies, Mexico, and Northern South America: compiled from documents specially furnished by the agents of the Royal Mail Steam Packet Company, and other authentic sources, with a description of the passage across the Isthmus of Panama*, London: Simpkin, Marshall & Co.
- Roundell, Julia Anne Elizabeth (1889) *A Visit to the Azores, with a Chapter on Madeira*, London: Bickers and Son.
- Steele, Robert (1810) *A tour through part of the Atlantic, or Recollections from Madeira, the Azores (or Western Isles), and Newfoundland: (including the period of discovery, produce, manners and customs of each place, with memorandums from the convents), visited in the summer of 1809, in H.M.S. Vestal*, London: Printed for J. J. Stockdale.
- Swindells, Rupert (1876) *A Summer Trip to the Island of St. Michael, The Azores*, Manchester: edição do autor.
- "The Azores, or Western Isles No. I.: St. Michael's" in *The Saturday Magazine* 458 (August 24th, 1839), pp. 65-67.
- "The Azores, or Western Isles No. II.: Fayal" in *The Saturday Magazine* 462 (September 14th, 1839), pp. 97-98.
- Thorpe, T. E. (1890) "St. Michael's" in *The English Illustrated Magazine* (1889-1890).
- Trelease, William (1897) *Botanical Observations on the Azores*, St. Louis: Missouri Botanical Garden.
- Twain, Mark (1899) *The Innocents Abroad*, Volume I, New York: American Publishing Company (Writings of Mark Twain; 1).
- Walker, Walter Frederick (1886) *The Azores or Western Islands: A political, commercial and geographical account, containing what is historically known of these islands, and descriptive of their scenery, inhabitants, and natural productions; having special reference to the eastern group consisting of St. Michael and St. Mary, the Formigas and Dollabaret Rocks; including suggestions to travellers and invalids who may resort to the archipelago in search of health*, London: Trübner & Co.
- Webster, John While (1821) *A description of the Island of St. Michael, comprising an account of its geological structure, with remarks on the other Azores or Western*



Islands: originally communicated to the Linnean Society of New-England, Boston: Published by R. P. & C. Williams

Weeks, Lyman H. (1882) *Among the Azores*, Boston: James R. Osgood and Company.

6.1 Fontes primárias

Castelo-Branco, Maria dos Remédios (1995) "Viajantes ingleses nos Açores nos inícios do Século XIX" in *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX*, Horta: Núcleo Cultural da Horta, págs. 283-289.

Afonso, João (1995) "Dos Anais da Família Dabney para a História Oitocentista dos Açores numa Perspetiva Atlântica" in *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX*, Horta: Núcleo Cultural da Horta, págs. 231-266.

Vermette, Mary T. Sílvia (1995) "Os Yankees e o Faial" in *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX*, Horta: Núcleo Cultural da Horta, págs. 291-318.

Barker, George Fisher Russell (1891) "Hastings, Francis Rawdon, first Marquis of Hastings and second Earl of Moira (1754–1826)" in Stephen (1885, XXV: 117-122).

Bullar, Joseph / Bullar, Henry (?1986) *Um inverno nos Açores e um verão no Vale das Furnas*, tradução por João Hickling Anglin, com um prefácio de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Instituto Cultural da Ponta Delgada [primeira edição 1949].

Calado, Kathleen J. Mundell (1988) "Prescription, description: a doctor-invalid and his brother explore the Azores" in Arquipélago: *História* (Número Especial) ISSN 0871-7664, pp. 233-245 in <http://hdl.handle.net/10400.3/1066> (última consulta:).

Costa, Ricardo Manuel Madruga da (2004) "Os Açores em finais do regime de capitania geral, 1800-1820", tese de doutoramento, Ponta Delgada: Universidade dos Açores in <http://hdl.handle.net/10400.3/517> (última consulta: 28 fevereiro 2011).

Costa, Ricardo Manuel Madruga da (1999) "As invasões francesas e a transferência da coroa portuguesa para o Brasil: algumas repercussões nos Açores" in Arquipélago: *História* 3 (2ª série) ISSN 0871-7664, págs. 275-324 in <http://hdl.handle.net/10400.3/286> (última consulta: 28 de fevereiro de 2011).

Dabney, Roxana Lewis (2004-2006) *Anais da Família Dabney no Faial*, 3 volumes, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura

Roxana Dabney Coedição: Núcleo Cultura da Horta e Instituto Açoriano de Cultura Ano: 2006 Páginas: 652 Vendas: Instituto Açoriano de Cultura (maio, 1873), pp. 865-875.

Henderson, Thomas Finlayson (1885) "Ashe, Thomas (1770-1835)" in Stephen (1885, II: 169)

Leite, João Emanuel Cabral (1991) *Estrangeiros nos Açores no Século XIX*, Ponta Delgada: Eurosigno in <http://hdl.handle.net/10216/19462> (última consulta: DATA)

Leite, José Guilherme Reis (1988) "Os Açores e os interesses ingleses no Atlântico durante a Guerra Peninsular" in *Arquipélago: História* (Número Especial) ISSN 0871-7664, págs. 101-122 in <http://hdl.handle.net/10400.3/1059> (última consulta: 28 de fevereiro de 2012).

QR (1814) = "ART. XIII. *History of the Azores, or Western Islands; containing an Account of the Government, Laws, and Religion; the Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants; and demonstrating the Importance of these Valuable Islands to the British Empire*. London. 1813." in *The Quarterly Review* 11 (April & July 1814) pp. 190-203.

RBM (1813) = *Representations of the Brazilian Merchants against the insults offered to the Portuguese flag, and against the violent and oppressive capture of several of their vessels by some officers belonging to the English Navy: to which is added a short analysis of a work entitled The History of the Azores, of Western islands &c. in which is shown the injustice of that author towards the Portuguese nation, and the impudence with which he proposes to the English government to seize upon those islands, as an indemnity for the debt which is owing from Portugal to Great Britain; and also, other interesting pieces*, London: Printed by J. Darling, Minerva Press.

Rogers, Francis Millet (1988) "St. Michael's Hickling's, Fayal Dabneys, and their british connections" in Arquipélago: *História* (Número Especial) ISSN 0871-7664, pp. 123-148 in <http://hdl.handle.net/10400.3/1060> (última consulta: DATA).

Stephen, Leslie (ed.) (1885) *Dictionary of National Biography*, 63 vols. London: Smith, Elder, & Co.

30. RUI FARIA, CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE



RUI FARIA SILVA nasceu em Rabo de Peixe e depois seguiu os seus estudos superiores na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, obtendo a sua licenciatura na área de História da Arte.

A sua experiência profissional teve início em 2004 na Câmara Municipal de Ponta Delgada. Ingressou na Câmara Municipal da Ribeira Grande no ano de 2005 com a responsabilidade de concretizar o projeto do Museu da Emigração Açoriana.

Atualmente é Chefe de Divisão Promoção Cultural e Juventude do Município da Ribeira Grande, sendo o coordenador de oito serviços do organigrama cultural desta Câmara Municipal (Museu Municipal, Museu da Emigração Açoriana, Museu Casa do Arcano, Biblioteca Municipal, Arquivo Municipal, Posto Turismo, Centro Comunitário e



Juventude de Rabo de Peixe e Teatro Ribeiragrاندense). Além da sua área profissional, é dirigente associativo da Associação Juvenil de Rabo de Peixe e do Clube Naval de Rabo de Peixe onde desenvolve diferentes projetos, desde a área desportiva à cultural. Como áreas de intervenção artística, o teatro e a música são duas vertentes bastante presentes na sua vida, tendo estado na criação do único grupo camarário de Teatro dos Açores, “O Figurino”. Também esteve na fundação do grupo de teatro AJURPE. Na área musical, criou algumas bandas de música, sendo que continua ativo em duas delas. Dos trabalhos publicados, destacam-se os artigos nos “Encontros de Cultura Popular” e na METRÓPOLES, além de artigos em revistas culturais.

TEMA 1.3.2. IMIGRAÇÃO AÇORIANA: NOVAS VIAS DE APRESENTAÇÃO ÀS NOVAS GERAÇÕES, RUI FARIA, CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE

Esta apresentação é para as gerações de descendentes de emigrantes açorianos que não conhecem a terra de seus pais - o futuro da história e cultura açoriana em países da diáspora. Mas como fazemos regressar estudantes às escolas oficiais de Língua Portuguesa ou às salas educativas dos clubes? A proposta é aproveitarmos o que gerações de académicos e investigadores da nossa história açoriana nos ofereceram e transmitir às novas gerações açorianas de uma forma mais próxima deles, com o apoio da Arte, como o teatro, por exemplo. Acredito que não poderemos ensinar uma língua estrangeira sem que os alunos sintam a sua história. A partir deste princípio, e desde 2007, o grupo de Teatro “O Figurino” do Município da Ribeira Grande tem desenvolvido um projeto pedagógico junto das escolas, e não só, com o objetivo de divulgar a história e cultura do concelho, das ilhas, assim como o ensino da emigração açoriana através do teatro, música e outras atividades interativas. Algumas provas do seu prematuro sucesso são-nos demonstradas pelos professores e estudantes que anseiam pelo início dos projetos ou pelas sessões programadas. Em todos os nossos trabalhos recolhemos dados dos alunos e professores que nos levaram à conclusão simples de que os alunos têm captado a informação. Alguns até já visitaram o nosso Arquivo Municipal à procura da documentação dos seus familiares, nomeadamente, as fichas de emigrante. O nosso grande objetivo era ver se os alunos, por sua própria iniciativa, tomavam o próximo passo, o mais difícil para os nossos estudantes mais jovens, pesquisarem e perguntarem para saberem mais. Muitos o fizeram!

O Dr. Manuel, investigador e historiador, passou a sua vida entre toneladas de informações, documentos e livros. Nestas suas pesquisas surgem informações sobre o nosso passado e ferramentas para o nosso futuro, mas sempre que acabava um trabalho tinha sempre dois desejos: o primeiro era a vontade de continuar outro trabalho e voltar aos livros, aos documentos, aos jornais, voltar ao trabalho, como costumava dizer; o segundo desejo era descobrir quem iria ler toda aquela

informação? Quem iria estudá-la e investigá-la? Quem iria questionar as suas teorias? Estes desejos perseguiram o Dr. Manuel em cada trabalho que iniciava ou terminava.

Um dia, sentado nas mesas da Biblioteca, entre jornais e livros, encheu-se de coragem e foi perguntar a um grupo de rapazes se eles achavam que todos os livros parados nas estantes que viam eram realmente necessários para a sua vida? Necessário não é, mas se não os lermos, a professora chumba-nos, respondeu apressadamente, e entre um sorriso, um dos rapazes. E o que é que falta a vocês para lerem mais por vossa iniciativa, para descobrirem mais? Questionou mais uma vez o Dr. Manuel. Oh meu senhor, isto dos livros pode ser um pouco chato, muitas vezes não se percebe metade do que se lê e limitamo-nos a decorar. Eles falam aqui, apontando para o livro que estudava, de coisas que já não existem ou então de outras que nunca vimos. Como poderemos ter atenção a algo que não cativa e se os professores insistem nas mesmas técnicas de ensino que não resultam e, além disso, têm provas suficientes para verem isso, respondeu o mais esperto dos rapazes. O Dr. Manuel, não satisfeito, tentou mais pergunta. Mas vocês estão aqui a ler e a pesquisar? Tenho-vos visto aqui várias vezes? Pois, mas nós somos uma exceção que confirma a regra da não-leitura entre os jovens e a falta de interesse generalizada dos nossos colegas. E não é só cá, com os meus primos que estão na América é a mesma coisa. Os meus tios querem que os filhos aprendem o português, mas eles já tentaram várias vezes nas escolas de língua portuguesa lá, mas ora desistem ou não continuam todos os anos e agora com estes cortes, muitas escolas ameaçam terminar os seus propósitos.

Aquele alerta para os filhos dos emigrantes deixou o Dr. Manuel curioso e fê-lo regressar para os seus estudos.

Este trabalho que agora se apresenta é uma tentativa de alerta para o tempo em que estamos e para as técnicas que estamos a utilizar no nosso ensino, nomeadamente, no nosso ensino da língua portuguesa nos países da diáspora que, além das condições que os professores e alunos dispõem, alia-se um estilo de educação similar ao que se encontra nas escolas públicas portuguesas, o do ensino passivo.

A língua é o início de muito ou quase tudo, é i.e. como Batista e Marujo afirmam, (1) *a definição e afirmação de uma identidade, contribui para um maior equilíbrio emocional e para a consciencialização de uma cidadania plena*. A Língua é uma porta que abre oportunidades, mas também as fecha e aí está a grande alavanca pela qual teremos de repensar o modo de transmitir o saber.

O Dr. Manuel tentou pesquisar como andava o ensino da língua portuguesa nos países da nossa diáspora. Leu artigos de Manuel Marujo, Aida Batista, José Carlos Teixeira e percebeu que no Canadá, o ensino da língua portuguesa apresenta muitas dificuldades, talvez ainda mais do que em Portugal. O Dr. Manuel apercebeu-se que existem diferentes problemas. O que lhe saltou aos olhos foi o que leu de Mayone Dias sobre os falares “emigreses” e a herança paterna dos pais, mas também a composição das turmas de alunos com necessidades de aprendizagem muito diferentes entre si. O que leu como problemas, o Dr. Manuel viu partes da solução e



contributos significativos para a evolução da própria língua que sempre acreditou não ser estática; sobre o problema da diversidade dos alunos, viu a oportunidade de enriquecer os mais fracos e comprometer os mais ágeis no processo de aprendizagem com os colegas. Outros problemas que observava mostravam-se essenciais na sua resposta, como viu no relatório da Reunião de Trabalho de 5 novembro de 2007 da FLAD, nomeadamente a falta de estatística sobre o ensino da língua portuguesa no mundo e a impossibilidade de agir de forma direta no ensino do português no ensino básico e secundário público norte-americano. Até aqui, estava entusiasmado com a sua pesquisa.

O Dr. Manuel voltou-se para as suas leituras e intrigava-o o facto de ainda não terem visto, os responsáveis, que o ensino como está não está a corresponder às necessidades nem aos anseios de uma geração de filhos de emigrantes que não conheceram a humidade das ilhas açorianas ou as pronúncias em uma só ilha. Mas o que fazer de novo? Questionou-se várias vezes.

Os seus amigos no canto da sala estavam a trabalhar em conjunto. O Dr. Manuel juntou-se a eles e tentou perceber o que andavam eles a fazer. Para surpresa dele, estavam a fazer um trabalho, proposto pelo seu professor de português, sobre como deveria ser o ensino da língua e da história portuguesa na escola deles? Que interessante, achou o Dr. Manuel. Mas digam-me, querendo saber mais, vocês já chegaram a uma conclusão? A única conclusão a que chegamos foi que as aulas formatadas como estão não estão bem e, como tal, terão de ser repensadas. O Dr. achou graça, mas queria saber mais. E como acham que se deve fazer isso? Nós estamos inclinados a ver a solução pelo lado da Arte, da criatividade... Entretanto, o Dr. Manuel interrompe o raciocínio dos rapazes e sugere “o teatro, por exemplo?”. Sim, o teatro pode ser muito bem uma das soluções, responderam os rapazes em tom de ideia consensual.

Depois desta pequena conversa, voltou-se para o seu lápis e caderno e começou a escrever: “O modo como é definida a educação da língua portuguesa nos países da Diáspora e como esta é transmitida, não deixa espaço para os interessados saberem mais sobre a sua história, saber mais sobre a terra natal de seus pais – podemos gostar de coisas que não sentimos, mas só podemos amar aquilo que sentimos. Portanto, vamos dar às futuras gerações algo que eles sentem e de que possam fazer parte, e não algo que ouvem, ouvem e não deixem de somente ouvir. O sucesso em estudar e promover a história e cultura da emigração açoriana a gerações que desconhecem o clima das ilhas e o estrato verde delas oferecem-me duas soluções: a primeira é na continuação de gerações académicas como José Carlos Teixeira, Onésimo Almeida, Gilberta Rocha, Walter Piazza, Artur Madeira, Dinis Borges, Vamberto Freitas, entre muitos outros. Segundo, na utilização de novos mecanismos, inspirando o estudo da história e cultura da emigração Açoriana. A inspiração é a principal chave. Não podemos dar como objetivo primário e principal a leitura de páginas. A solução é dar os livros como instrumento, e não como único instrumento. Teremos de deixar a arte fazer parte deste processo, fazer parte do seu sucesso. Se a ferramenta académica está assegurada por algumas gerações, então

viremo-nos com mais atenção para outras necessidades, o de oferecer a história e cultura às gerações descendentes de emigrantes. O ensino tradicional da língua portuguesa a estes descendentes não poderá ser a única ferramenta ao dispor nas várias escolas de língua portuguesa que existem nos Estados Unidos e Canadá. Teremos de passar mais tempo pela cultura, pelo teatro, pela arte como veículo ativo dos alunos na sua aprendizagem.”

O Dr. Manuel estava entusiasmado a escrever sem parar até ser interrompido por um dos rapazes. Diga meu rapaz? Olhe senhor, encontramos aqui uma ferramenta pedagógica que se está a utilizar na Ribeira Grande como forma de transmissão da história local aos alunos. Veja. O Dr. Manuel sentiu-se um jovem explorador entre a rapaziada mais nova e mudou para os óculos de ver ao perto, a fim de apreciar as fotografias e vídeos do iPad de um dos rapazes. Eram imagens do Grupo de Teatro “Figurino” da Câmara Municipal da Ribeira Grande. Está a ver senhor? Eles têm este projeto que é muito interessante e que pode ser uma das ferramentas a usar no novo método de ensino que temos de apresentar ao prof.

O Dr. Manuel agradeceu o interesse e a partilha daquelas imagens. Ficou curioso, aproveitou a deixa e continuou nas suas linhas. “A minha apresentação é baseada na sugestão de diferentes formas de conseguir ensinar o português às novas gerações nascidas nos países de acolhimento, apresentando alguns resultados práticos de experiências que tiveram lugar na ilha de São Miguel, a qual acredito que poderá ser importante para a mudança necessária do rumo da educação da língua portuguesa na diáspora. Ensinando o alfabeto e gramática durante duas ou três horas semanais porque “os meus pais dizem para o fazer” não é interessante, não é apelativo. Não podemos ensinar uma língua estrangeira sem que os alunos sintam a sua história, sem que sintam as ilhas de bruma, a beleza das lagoas açorianas ou compreender uma Viola da Terra. Eles devem sentir antes de começar a aprender. E como podemos fazer isto? Através da arte!”

Enquanto pensava sobre o que continuar a escrever, começou a ligar e a pesquisar na internet sobre o que realmente este grupo “Figurino” andava a fazer de diferente e que resultados estavam a ter. Depois de algum tempo e esquecendo a pausa para almoço, achava-se já com matéria suficiente para o rascunho que andava a fazer e lá continuou nas suas linhas.

“Desde 2007, o grupo de Teatro municipal “Figurino” do Concelho de Ribeira Grande tem desenvolvido um projeto com o objetivo de divulgar a história e cultura da cidade e da ilha, assim como do ensino da emigração Açoriana através do teatro, música e outras atividades interativas. O principal objetivo do “Figurino” é transmitir, de uma forma dinâmica, a informação de honradas senhoras e cavalheiros de pesquisadores que nos deixaram enormes contribuições para sabermos mais de nós próprios. Para dar uma forma mais interessante e apelativa à história e língua Portuguesa, temos de ser mais criativos e menos formais.

Em 2007, o grupo apresentou-se com a peça “A Ribeira Grande e o Foral”, durante as comemorações dos 500 anos de elevação da Ribeira Grande a Vila. Nesta direção, apresentaram a história da elevação da Ribeira Grande a Vila no ano de 1507



pelo Foral de D. Manuel e que nos foi deixada por Gaspar Frutuoso para a prosperidade, criando, o grupo de teatro, uma versão teatral da mesma. No fim da peça, foi distribuído pelos professores um inquérito a ser distribuído pelos alunos que assistiram à peça, mas com um pormenor, o inquérito, uma espécie de teste, só deveria ser entregue aos alunos duas semanas depois da apresentação da peça de teatro, pois os autores do projeto estavam esperançados que depois de duas semanas seria difícil para os estudantes se lembrarem de factos históricos e culturais apresentados na peça. O questionário disponha de respostas rápidas, uma parte de resposta em desenvolvimento e a outra em sistema de verdadeiro ou falso. Quase setenta e cinco por cento das perguntas foram baseadas no que os alunos viram na peça de teatro, ficando a restante percentagem para ser respondida depois de alguma pesquisa a ser realizada pelos alunos sem obrigação para tal. Não dispo de livros habituais para as respostas, o sucesso estaria na memória e na biblioteca municipal.

O objetivo do projeto “Figurino” com esta experiência era testemunhar até que ponto a história oferecida aos estudantes em base artística, como foi neste caso o teatro, teriam resultados positivos, ou não. A resposta dada aos questionários foi a melhor das surpresas. A percentagem de respostas corretas foi elevada, especialmente com perguntas específicas, nas quais incluíam datas e nomes. Nas perguntas de desenvolvimento notaram-se problemas na gramática, mas a substância estava lá. O que mais impressionou os autores dos projetos foram as respostas que não constavam da peça teatral e que necessitavam de pesquisa para serem respondidas. O objetivo era ver se os alunos, por sua própria iniciativa, tomavam aquele passo sempre mais difícil para os estudantes mais jovens, o de pesquisarem e perguntarem para saberem mais. Muitos alunos o fizeram e recorreram à Biblioteca Municipal na procura de respostas. O sucesso do projeto estava à vista.”

O Dr. Manuel estava entusiasmado com este rascunho e apressou-se a pesquisar iniciativas ou estudos que recordassem o papel da arte como ferramenta eficaz para o ensino da língua. Entre os vários livros que foi escondendo o tempo da sua mesa de estudo, destacavam-se os autores brasileiros e foi percebendo que o Brasil já entendeu há muito tempo que a arte é uma ferramenta preciosa no ensino da língua. O Dr. Manuel retomou o pensamento para esta problemática do ensino através da Arte e do Teatro em particular, lembrando o grupo de teatro “Figurino”. Em algumas entrevistas com responsáveis deste projeto teatral, compreendeu que o sucesso não está no ensinar, mas na partilha de conhecimento entre professor e aluno. Ia apercebendo-se que deveríamos prestar mais atenção aos mais novos e a maneira correta de o fazer estará na compreensão do que lhes pode motivar. A prova disto tem sido demonstrada pelos professores e estudantes que anseiam pela próxima apresentação das novas experiências pedagógicas do “Figurino”.

O Dr. Manuel apercebeu-se que depois das primeiras experiências deste grupo, a receção dos professores e estudantes foi muito satisfatória e os resultados direcionaram-nos para o contínuo trabalho nesta área da aprendizagem através da arte e, neste caso, através do teatro. Desde então, o “Figurino” leva a cena os projetos “À Volta de Gaspar Frutuoso”, o projeto histórico “Cinco Passos” e os projetos

relacionados com a emigração açoriana, “*Emigração vai à Escola*” e “*Emigração com Idosos*”, projetos que têm tido bastante aceitação e muito bons resultados na Ribeira Grande e em outros concelhos da ilha onde o grupo é frequentemente convidado a participar.

O projeto “*Emigração vai à Escola*” e o Projeto “*Emigração com Idosos*” são facultados aos alunos utilizando bases académicas mas em ações criativas e na audição daqueles que disponham da memória das coisas, os mais idosos. Neste sentido, os idosos com os mais jovens partilham experiências de vida que cada geração tem ou teve, tornando estes dois projetos aliciantes no programa escolar ribeirão-grandense e de outras escolas fora deste concelho que requerem estes projetos. Os objetivos destes dois projetos foi o de levar a história e cultura da Emigração Açoriana ao público que ainda retém na sua memória fatos sobre a emigração Açoriana e a outras que retêm mas não a compreendem, como os estudantes que sabem do “barril da América” ou “O tio em Toronto”, mas não imaginam o que foi a emigração Açoriana e a sua importância na história Açoriana.

Uma das ferramentas mais apelativas para o sucesso destas “aulas” sobre a emigração açoriana, é a base de dados pública de documentação sobre a emigração que está à disposição no sítio da internet do Museu da Emigração Açoriana. Esta base de dados é um sucesso no projeto “*A Emigração vai à Escola*”, pois permite que os alunos possam pesquisar de maneira rápida um documento do tio ou avô que está ainda emigrado, ou não, e poder oferecer o fruto da sua pesquisa a este seu familiar, recebendo, em alguns casos, ofertas físicas que servem de incentivo ao aluno para continuar a pesquisar. Este tipo de incentivo tem-se revelado deveras inspirador para a contínua aposta do “Figurino” neste tipo de ações com as escolas.

Depois de mais algumas leituras e outros tantos apontamentos, o Dr. Manuel colocava agora a questão prática de como pôr isto em ação? Como poderia aplicar isto na educação da língua portuguesa aos descendentes de açorianos? Refletiu e começou a rabisar pensamentos. Em primeiro lugar, escrevia ele, “Devemos repensar os meios tradicionais usados nas salas de aulas que, infelizmente, não têm resultado de maneira satisfatória no ensino do português; segundo, enraizar fortes bases de cultura Açoriana antes de tentarem ensinar a língua, pois a língua deverá ser entendida como um processo da cultura de um povo e não o início de tudo, pois se um chinês quiser aprender português, certamente será difícil se esta língua não for aplicada como proveito de retorno, quer económica ou política, como é o caso dos descendentes de açorianos nos países da Diáspora que ainda não vêm a importância da língua portuguesa como forma de sucesso das suas carreiras, daí os estímulos para o ensino da mesma deverá passar pela afetação da cultura açoriana e portuguesa no processo de ensino utilizando, para tal, a arte e o envolvimento recíproco nos projetos do aluno e professor.”



O Dr. Manuel sentia-se cansado e dava por terminado a sua pesquisa por hoje, mas já via algumas luzes naquilo que viria a ser um trabalho final sobre novas propostas processuais do ensino da língua portuguesa nos países da Diáspora. Começava a acreditar que o sucesso da língua portuguesa nos descendentes de açorianos deveria ser vista num segundo patamar, sempre depois de oferecermos a mágica cultura açoriana. As ferramentas estão por todo o lado e aos olhares de todos com as festas, as filarmónicas, os bailios, o desporto, desde Lowell a Toronto. Entendeu que se deve usar o que eles veem e ouvem. A arte em bases académicas é um bom veículo para o ensino da língua portuguesa na diáspora. Dá espaço para eles sentirem e apreciarem a cultura e só depois *atacar* com a língua. O Dr. Manuel acreditava cada vez mais no sucesso destes procedimentos, no poder do informalismo do teatro e na direção que levará um aluno a escrever algo para ser aplicado na prática, como uma peça de teatro. Os alunos procuram a experiência e não o resultado, procuram o desafio e não a espera. O Dr. Manuel estava tão entusiasmado que até levou consigo vários livros para ir aprofundando a questão em casa.

Fotografias de alguns dos trabalhos do Grupo de Teatro Municipal da Ribeira Grande, "Figurino"



"Figurino": Recriação Teatral com alunos dos quadros "Os emigrantes" de Domingos Rebelos e "Os regressantes" de Tomás B. Vieira



Halloween

"Figurino" – Tradições trazidas da Diáspora, o



Recriação Teatro de "Quando os Sinos tocam a Rebate" de Sacuntala de Miranda



"Figurino" – Recriação Teatral de quando Ribeira Grande se tornou Vila em 1507



"Figurino" – Recriação Teatral das Lutas Liberais e o papel do local da Ladeira da Velha (Porto Formoso, Ribeira Grande)

Bibliografia



(org.) Marujo, Manuela (2010) *Avós e migração: raízes e identidade*, Toronto: University of Toronto, Department of Spanish and Portuguese: Friends of Portuguese Studies

(org.) Marujo, Manuela e Ferreira, Pedro (2010) *Ensinar português nas universidades da América do Norte = Teaching portuguese in north american universities*, Toronto: Department of Spanish and Portuguese-University; [Lisboa]: Instituto Camões

Santos, Odete (1988) *O português, na escola, hoje: contributos para uma pedagogia da comunicação em língua moderna*, Lisboa: Editora Caminho

FLAD (2007) *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo*,

(org.) Batista, Aida e Marujo, Manuela – *A Língua Portuguesa na Sociedade Canadiana: Afirmação de uma Identidade*, Toronto

Teixeira, Carlos e Da Rosa, Victor M. P. (200) *The Portuguese in Canada*, Toronto: University of Toronto Press

31. SIMONA VERMEIRE, UNIVERSIDADE DO MINHO, ROMÉLIA



Simona Vermeire, de nacionalidade romena, é doutoranda e bolsista da FCT e investigadora de Literatura Comparada na Universidade de Minho, CEHUM, Braga. Prepara atualmente uma tese de doutoramento sobre *Corpo e Epidemia* na obra de José Saramago e de Eugène Ionesco. É licenciada em Letras (Francês-Português) e mestre (parte curricular) pela Universidade de Bucareste, em *Teoria e Prática da Imagem*, no Centro da Excelência nos Estudos da Imagem. Em 2005, publicou, em romeno, o ensaio crítico *A Ficção, variante verosímil da História na obra de José Saramago*. Trabalhou como editora e redatora na revista cultural *Tomis* de Constanta, Roménia, e tem vindo a organizar vários projetos internacionais artísticos interdisciplinares na Roménia, no Brasil e em Portugal.

É SÓCIO DA AICL.

TEMA 1.3.1. O CONTÁGIO MEMÉTICO NO ROMANCE *ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ* DE JOSÉ SARAMAGO, SIMONA VERMEIRE, ROMÉLIA, UNIVERSIDADE DO MINHO, CEHUM, BOLSEIRA DA FCT

"We are all tainted with viral origins. The whole quality of human consciousness [. . .] is basically a virus mechanism." (*Burroughs*, 1981: 25)

"You will encounter a resisting organism that *forces you to talk*. That organism is the word." (*Burroughs*, 1962:57)

A epidemia, como representação literária recorrente na obra de José Saramago⁸³, configura uma visão do mundo que opõe dois paradigmas de replicação da informação incorporada: biológica (através dos vírus que parasitam o *soma*) e cognitiva (através dos patogénicos da mente). Focalizar o interesse crítico no segundo tópico de replicação de informação mental num dos romances mais representativos na abordagem deste assunto, *O Ensaio sobre a Lucidez*, tem como objetivo uma leitura que configura um ponto de vista literário evolucionista em relação ao discurso do contágio omnipresente na obra de José Saramago.

Explorar o potencial replicativo das unidades cognitivas impõe um percurso analítico interdisciplinar na recuperação dos sentidos conferido ao neologismo *meme*, termo emergente na obra do biosociólogo Richard Dawkins, *The Selfish Gene* (1989: 192): "We need a name for the new replicator, a noun that conveys the idea of a unit of cultural transmission, or a unit of *imitation*. 'Mimeme' comes from a suitable Greek root, but I want a monosyllable that sounds a bit like 'gene'. I hope my classicist friends will forgive me, if I abbreviate mimeme to *meme*. If it is any consolation, it could alternatively be thought of as being related to 'memory', or to the French word *même*. It should be pronounced to rhyme with 'cream'."

A inauguração desta linha de pensamento abre novos caminhos à interpretação da evolução humana da mente incorporada (o *meme* sendo o replicador informacional analógico do gene), dentro dum paradigma teórico emergente: a memética. Desenvolvida por vários cientistas, psicólogos, filósofos e antropólogos, como Daniel Denett, Richard Brodie, Aaron Linch e Susan Blackmoore, a memética não foi reconhecida como ciência tendo em conta a sua falta de provas científicas empíricas⁸⁴ (as entidades internas do cérebro não são ainda observáveis), mas também, o seu ponto de vista reducionista em relação ao desenvolvimento cultural.

Abordar as ideias, os comportamentos humanos como replicadores da informação, de modo similar à evolução através da replicação hereditária dos genes, implica uma perspetiva transdisciplinar que alarga o vivo para além da perspetiva

⁸³ Na maioria dos seus romances há um núcleo contagiante recorrente: epidemia de gravidez (*Jangada de Pedra*), epidemia de falta de lucidez (*Ensaio sobre a Lucidez*), epidemia da cegueira branca (*O Ensaio sobre a Cegueira*), epidemia da peste (*Memorial do Convento, Que farei com este livro?*), a replicação das identidades somáticas (*O Homem Duplicado, A Morte de Ricardo Reis*), a epidemia da imortalidade (*As intermitências da Morte*).

⁸⁴ McNamara, Adam (2011), "Can we measure meme" in "Frontiers in evolutionary neuroscience".
O autor parte do substrato neuronal como base para investigar cientificamente os memes: " [...] memes are termed as either internally or externally represented (i-memes/e-memes) in relation to whether they are represented as a neural substrate".



biológica; a partir desta perspectiva, o estudo do meme gerou o termo consiliência⁸⁵, que o sociobiólogo Edward O. Wilson propõe como uma “solução epistemológica” que integra as ciências humanísticas no estudo das ciências evolucionistas. Os conceitos da memética e da consiliência abriram novas possibilidades de interpretar os textos literários, como “produtos culturais” resultantes do processo bio-evolucionista⁸⁶: a dinâmica vital dos memes, os tropos e os conceitos tomados de empréstimo da biologia abriram um novo horizonte de emergência no campo da crítica literária: biocrítica ou os estudos da literatura evolucionista (“darwinian Lit-Crit”⁸⁷).

O meme, metáfora da memória na literatura⁸⁸, exige um percurso analítico evolucionista da ficção de inspiração darwinista: interpretar o romance *O Ensaio sobre a Lucidez* em função da dinâmica de difusão, de constituição, mutação, competição-seleção dos memes, seguindo um modelo epidemiológico que alterna “um parasitar” biológico com um contágio memético seria a meta crítica para completar o percurso analítico das representações do contágio viral na obra de José Saramago.

O contacto epistemológico entre memética e epidemiologia torna-se evidente mesmo a um nível superficial dos sintagmas metafóricos associados ao termo *meme*: “virus of the mind” (Dawkins 1993) ou “thought contagion” (Lynch, 1996). Este “virus-like view” (Ewald, 2000: 18), esta perspectiva epidemiológica aplicada ao fenómeno cultural aponta para uma “disseminação ilimitada” das ideias: a transmissão horizontal⁸⁹, (durante a mesma geração) com vários “centros” de infeção e vetores de sentido, e vertical (de uma geração para outra) tornam o contágio memético um processo contínuo e sem limites claros em relação a uma epidemia que ataca o corpo físico e que pode ser limitada no tempo e no espaço. A memética tenta identificar estes padrões epidemiológicos na difusão de ideias e padrões culturais, detetando possíveis

códigos parasitários, para configurar o *design* do parasita da mente. Transferindo estas ambições para o campo da literatura, poderíamos focalizar a nossa atenção crítica sobre uma possível “epidemiologia das representações”, como difusão ao nível ficcional da informação “endémica”.

A metáfora do vírus na literatura pós-modernista foi explorada ao nível da linguagem como “entidade mutante” e desteritorializante⁹⁰ do significado. Na literatura americana, William Burroughs foi o escritor que “antecipou” Richard Dawkins nos seus textos de ficção, aproximando-se do conceito de meme: em *Word Virus* (1998) indica a linguagem como mecanismo viral replicativo semântico, instrumento de controlo ideológico. A perspectiva do vírus não é reduzida apenas à linguagem, mas associa-se aos vários “produtos do pensamento” (assim como indica também a visão memética de Dawkins): os vírus são “simply very small units of sound and image” (Burroughs, 1998:301) que podem ameaçar a integridade do corpo biológico, tal como aparece no texto *The Ticket That Exploded* (1962:49), organismos parasitas que invadem o sistema central nervoso, provocando morte e horror. Os memes que interferem na vida somática das pessoas através dos “produtos do pensamento” aparecem como representação literária recorrente nos romances de José Saramago, simbolizando a continuidade e a unidade do corpo, entidade de carne e pensamento; tal como Burroughs, Saramago materializa o pensamento, esculpindo-o na carne do corpo como uma invasão agressiva da informação à consistência somática, configurando um “ecossistema” memético incluindo *memeplexes*⁹¹ políticos, filosóficos e religiosos. Cada obra de ficção saramaguiana desenvolve, numa técnica de contraponto, tópicos epidémicos em que alternam o parasitar biológico e o parasitar memético, a praga impondo sempre sequências obrigatórias (a quarentena, a propaganda política, filosófica e religiosa) que tornam as mentes num terreno fértil para novos memes. Poderia a “leitura” da *Lucidez*, no romance *Ensaio sobre a Lucidez*, ter uma interpretação memética, de percurso seletivo das entidades replicantes, como código em contínua construção de uma “sabedoria” de sobrevivência? E qual seria o

⁸⁵“Literally a ‘jumping together’ of knowledge by the linking of facts and fact-based theory across disciplines to create a common groundwork of explanation.” (Wilson, 1998:7)

⁸⁶ A tendência de reinterpretar o mundo de uma maneira complexa que faz concorrer várias áreas de saberes para seguir a linha evolutiva do corpo humano já foi claramente indicada pelo filósofo Michel Serres: “Pan tue Panoptès: l’âge du message tue l’ère théorique. Les sciences humaines vont-elles réabsorber les sciences exactes, comme elles l’avaient fait dans l’Antiquité ? Comme elles le disent par le mythe ?” (Serres, 1985 :49) e “[...] comment se fait-il que les sciences les plus objectives et dures se rapprochent plus et mieux du corps que celles dont on pourrait concevoir qu’elles devraient en parler au plus près ?” (Serres, 1999 :125).

⁸⁷ O darwinismo literário é considerado por vários teóricos da crítica literária e da evolução da cultura (Joseph Carroll, Brett Cooke, Frederick Turner, Jonathan, Gottschall, Michael Austin, Brian, Boyd) um ramo das ciências da literatura, emergente do neodarwinismo, que estuda os textos ficcionais num contexto coevolucionista dos genes e memes, de interação entre as características genéticas transmitidas e as configurações culturais.

⁸⁸ O metadiscorso, a teoria da retórica literária veicula os memes profundos, os metamemes, que tornam a literatura viva nos nossos pensamentos.

⁸⁹ “I have assumed that during most of human evolution memes were transmitted largely vertically and changed at speeds not very different from human genetic change, but that there was sufficient horizontal transmission to make memetic driving possible. Nowadays, however, memetic transmission is very fast and largely horizontal.” (Blackmore, 200:37-38)

⁹⁰ “Se déterritorialiser, c’est quitter une habitude, une sédentarité. Plus clairement, c’est échapper à une aliénation, à des processus de subjectivation précis” (Deleuze, 1972 : 162).

⁹¹ O conceito de memeplex apareceu pela primeira vez no livro *The Meme Machine* (1999) de Susan Blackmore, sendo definido como um conjunto de memes que trabalham juntos para facilitarem a transmissão da informação em grupo. A autora explica o memeplex de religião: “The purpose of religion may seem awkward or even unintelligible, but to the host the memeplex of religion creates a paradigm through which he or she can solve philosophical questions and feel content in knowing that these questions can be solved. The built-in defense mechanisms against other explanations will furthermore protect the host (and the memeplex) from being subjected to changes of this basic belief system. Aside from protecting the host from hostile meme-intrusions, religions also include a factor of ‘conversion’. All major world-religions have a religious task to spread the religion and convert non-believers. Next to that, they all have their own holy scriptures which hasten spreading and make sure the memes can survive over time”. (Blackmore, 1999: 187-194).



replicador destinado à sobreviver, o gene ou o meme? Neste caso de processo automático de replicação⁹² qual seria o sentido da lucidez? Seria o homem mais do que um “recipiente” de memes e de genes, erguendo “muros de brancura” contra os replicadores à procura de uma [própria] identidade? Partindo de uma situação de crise política, imaginada como um *fiasco* ideológico da democracia dissolvida num ato epidémico de abstenção, Saramago implica o leitor num memplex filosófico complexo de confronto permanente entre várias “fontes de lucidez” canalizadas por vários discursos de propaganda. O voto em branco seria, então, uma realidade memética latente que desenvolve “virtualidades” entre um espaço mental imunodeficiente propício à replicação das informações parasitas (desvios ideológicos da política) e um espaço mental imune à infestação propagandística? A prontidão da mente para obedecer a instruções dos discursos políticos é anulada pela vacina do “voto em branco” que implica uma insolação hermética do convívio social, pois a coerência social é determinada por uma epidemia memética que pressupõe ataques “subtis” e contínuos dos vírus que se introduzem na mente. Por isso, a abstenção dos eleitores é acompanhada por um mutismo obstinado que corta o canal de transmissão memética através da fala. “O claustro” voluntário contra o parasitar da mente provoca danos ao próprio corpo que fica sujeito à situação de estado de sítio, abusado e ameaçado na sua parte somática, percecionada como “embalagem” e veículo dos memes danosos e subversivos do memplex político da democracia. Neste caso, a opção de se opor à tendência geral memética (o voto), cimentada pela tradição maciça retórica, revela-se como um ato fatal contra os próprios genes:

We now have two effects operating. First, everyone gets gradually better at imitating the successful memes, which means that more and more memes are created and culture expands. Second, genes for the ability to copy meme fountains and their popular memes have an advantage and more people come to behave this way. But this now creates selection pressure for the ability to discriminate between useful and useless memes (i.e., useful or useless from the genes' point of view), because copying a popular meme just might prove fatal. As memes evolve in one direction or another, according to the outcome of memetic selection and the kinds of memes the meme fountains happen to be best at propagating, survival increasingly depends on the ability to choose which memes to copy and which to avoid. (Blackmore, 2000: 32)

No romance *Ensaio sobre a Lucidez*, o percurso memético é “uma consequência intertextual” da epidemia de cegueira branca do romance *Ensaio sobre a cegueira*; o contágio por um vírus biológico misterioso do romance *Ensaio sobre a Cegueira* provoca uma epidemia de voto em branco, de comportamento memético (a abstenção generalizada) que expressa um pensamento antimemético (*shift*

paradigm).⁹³ O sucesso reprodutivo diferencial garante a evolução, o voto em branco (que podem ser interpretados também como um “antimeme”, pois a brancura da mente é uma forma subversiva de cancelar o efeito sedutor⁹⁴ da ideologia, em proveito da unicidade da *soma*), produzindo mudanças de paradigmas mentais. Esta “brancura” da mente poderia ser associada à proliferação excessiva das imagens da hiperrealidade; não é por acaso que a epidemia da cegueira que simboliza o vazio do excessivo visual provoca uma reação epidémica de esvaziamento da mente. O voto em branco pode ser interpretado como uma purificação da paisagem mental que instala um novo paradigma de pensar o mundo (no romance *Ensaio sobre a Lucidez*), em analogia com a epidemia de cegueira branca, um novo paradigma de sentir a realidade (no romance *Ensaio sobre a Cegueira*). A acumulação de mutações induz a evolução que se estende para além dos processos biológicos como uma dinâmica de replicadores, tendo como objetivo a adaptação da mente ao meio; os eventuais “erros” no processo de replicação dos memes podem produzir um replicador mais potente, assim como o “voto em branco” um espaço mental esvaziando-se preparado para outras virtualidades meméticas. A mutação ao nível dos conteúdos meméticos indica a “fenda de liberdade” na qual as pessoas podem inserir “desvios” do processo replicador da informação, tendo em vista que o meme é um código informacional, móvel, transformável, suscetível, apesar da sua fiabilidade, de mudanças e “interpretações” originais:

Assim é, além disso, há outro fator importante, talvez o mais importante de todos, Qual, Por muito que se tenha tentado e continue a tentar-se, nunca se há de conseguir que as *peessoas* pensem todas da mesma maneira, [...]” (Saramago, 2004:88)

A seleção dos memes políticos implica uma “leitura” metamemética “descodificada” pelo discurso oral que segue as leis da manipulação de propaganda, de propagação dos memes através das ondas sonoras. O aspeto oral do discurso propagandista no romance *Ensaio sobre a Cegueira* predomina em comparação com os outros meios de infestação das mentes, sustentando a visão linguística de José Saramago em relação à incorporação da oralidade no texto escrito; a prosódia da frase prepara a mente, através da função fática da linguagem, para uma recetividade

⁹³ Esta representação literária de Saramago, relativa à dinâmica dos memes, é uma forma suprema de versatilidade do ato de pensar; no nosso texto argumentativo, o voto em branco vai ser interpretado como um processo subversivo do pensamento memético.

⁹⁴ “Em todo o caso, só alguém com uma prodigiosa ignorância histórica poderia crer que da competição entre as ideias pudesse resultar o triunfo da verdade. É certo que as ideias competem entre si, mas as vencedoras são normalmente as que têm o poder e a loucura humana do seu lado. [...] A teoria darwiniana diz-nos que o interesse na verdade não é necessário para a sobrevivência ou a reprodução. Muitas vezes, é mesmo uma desvantagem. [...] Entre os seres humanos, os melhores enganadores são os que se enganam a si próprios; «Enganamo-nos a nos próprios a fim de melhor enganarmos os outros» diz Wright.” (Gray, 2007:37).

⁹² “My own body is a meme machine designed by a long history of meme-gene coevolution. It is furnished with plenty of memes it has already copied and surrounded by masses more potentially copyable memes from which it has to choose.” (Blackmore, 2000:40)



adequada ao parasitar memético. A linguagem torna-se uma *performance* que tenta atrair as mentes numa espécie de *vórtex* de adesão unânime que paralisa uma possível suscetibilidade para memes concorrentes:

Language is a good way of creating memes with high fecundity and fidelity. For example, sound carries better than visual stimuli to several people at once. Sounds digitized into words can be copied with higher fidelity than continuously varying sounds. Using different word orders in different circumstances opens up more niches for memes to occupy and so on. For this general reason we should expect language memes to succeed in memetic evolutions and then memetic driving to cause the spread of the genes that make that language possible. That is, in an environment in which simple language is spreading memetically, the meme fountains will have the best command of the new language because they are good at imitation, while the people who cannot pick it up will be at a disadvantage in a way they never would have been before language appeared. (Blackmore, 2000: 33)

O discurso do primeiro-ministro (que concretiza um outro meme ocorrente em situações epidémicas – o discurso da conspiração), referindo-se à crise do contágio do voto em branco, indica a epidemia de cegueira dos olhos como origem desta nova epidemia de cegueira do pensamento (a clonagem da mente como imagem do poder autorreplicativo dos pensamentos...). No estudo evolucionista aplicado aos vários períodos culturais, *On Deep History and the Brain* (2008), Daniel Lord Smail considera a epidemia (a praga) como um dos fatores de “stress” ecológico que pode contribuir para a configuração do perfil psicofarmacológico da mente. Será que se poderia pensar nesta referência intertextual de Saramago (a epidemia do voto em branco surge quatro anos depois da epidemia da cegueira como uma resposta automática do corpo ritmado pelo pulsar ideológico) como uma alusão ao poder da irradiação da praga na mente, provocando um reflexo memético? As duas atitudes epistemológicas, a epidemiologia e a memética, conjugam variantes do contágio no longo fragmento abaixo citado do romance *Ensaio sobre a Lucidez*, um verdadeiro “bloco semântico de memes”:

Senhor presidente, meus senhores, usemos dar um passo em frente, substituamos o silêncio pela palavra, acabemos com este estúpido e inútil fingimento de que nada aconteceu antes, falemos abertamente sobre o que foi a nossa vida, se era vida aquilo, durante o tempo em que estivemos cegos, que os jornais recordem, que os escritores escrevam, que a televisão mostre as imagens da cidade tomadas depois de termos recuperado a visão, convençam-se as pessoas a falar dos males de toda a espécie que tiveram de suportar, falem dos mortos, dos desaparecidos, das ruínas, dos incêndios, do lixo, da podridão, e depois, quando tivermos arrancado os farrapos de falsa normalidade com que temos andado a querer tapar a chaga, diremos que a cegueira desses dias regressou sob uma nova forma, chamaremos a atenção da gente para o paralelo entre a brancura da cegueira de há quatro anos e o

voto em branco de agora, a comparação é grosseira e enganosa, sou o primeiro a reconhecê-lo, e não faltará quem liminarmente a rejeite como uma ofensa à inteligência, à lógica e ao senso comum, mas é possível que muitas pessoas, e espero que depressa se venham a converter em esmagadora maioria, se deixem impressionar, que se perguntem diante do espelho se não estarão outra vez cegas, se esta cegueira, ainda mais vergonhosa que a outra, não os estará a desviar da direção correta, a empurrar para o desastre extremo que seria o desmoronamento talvez definitivo de um sistema político que, sem que nos tivéssemos apercebido da ameaça, transportava desde a origem, no seu núcleo vital, isto é, no exercício do voto, a semente da sua própria destruição ou, hipótese não menos inquietante, de uma passagem a algo completamente novo, desconhecido, tão diferente que, ai, criados como fomos à sombra de rotinas eleitorais que durante gerações e gerações lograram escamotear o que vemos agora ser um dos seus trunfos mais importantes, nos não teríamos com certeza lugar. Creio firmemente, continuou o primeiro-ministro, que a mudança estratégica de que necessitávamos está à vista, creio que a recondução do sistema ao status quo está ao nosso alcance, porém, eu sou o primeiro-ministro deste país, não um vulgar vendedor de banha da cobra que vem prometer maravilhas, em todo o caso dir-vos-ei que, se não conseguirmos resultados em vinte e quatro horas, confie que começaremos a percebê-los antes que passem vinte e quatro dias, mas a luta será longa e trabalhosa, reduzir a nova peste. (Saramago, 2)

Uma leitura orientada no sentido de detetar valências meméticas no discurso oficial do primeiro-ministro enfatiza, desde as primeiras palavras, um “desafio” (“substituamos o silêncio pela palavra”) lançado contra uma possível “virgindade” da mente (no sentido da originalidade identitária), fazendo referência aos memes veiculados pelos mass-media. O mundo dos simulacros, da contaminação viral através das imagens veiculando memes, expõe a mente humana a um outro tipo de cegueira que torna os vírus do pensamento uma base “transparente” da realidade: “man is nothing but a dirty little germ - an irrational virus marring a universe of transparency” (Baudrillard, 1993:61). Este fragmento citado é um exemplo de genética de ideias, uma prova literária de que a cultura é uma matéria viva que tem uma evolução paralela ao desenvolvimento biológico do corpo e que existe mesmo o perigo de sermos utilizados como recipientes dos replicadores: somos os recipientes biológicos dos nossos próprios genes e dos memes, um sistema replicador do *eu* a que Susan Blackmore chama “memeplexes”⁹⁵. O romance *Ensaio sobre a Lucidez* pode abrir novos caminhos

⁹⁵ Susan Blackmore (1999), “Meme, Myself, I” in “New Scientist”. Disponível em: <http://www.susanblackmore.co.uk/journalism/NSmeme%201999.htm> em 08/10/2011: “Just as selfish genes group together for mutual protection, so whenever memes can propagate better as part of a group than on their own they form co-adapted meme complexes, or memeplexes. Memeplexes include languages, religions, scientific theories, political ideologies and belief



de interpretação em relação ao “jogo” entre dois tipos de replicadores, um ponto de vista original sobre a incorporação de vários tipos de informação: o vírus biológico (através das referências intertextuais à epidemia de cegueira branca no romance *O Ensaio sobre a Cegueira*) e o vírus da mente (o meme). A configuração do mundo material (neste caso o corpo humano) a partir da informação veiculada, mas, sobretudo, a partir do contágio entre vários tipos de informação reverte fundamentalmente para questões de ontologia: como podemos interpretar a nossa “existência” se somos apenas a “concretização” material de vários tipos de informação replicada? ⁹⁶ A dinâmica dos memes em termos de transmissão não segue sempre as regras de “sedução”, de indução, de “infiltração discreta” na mente, mas, sobretudo, um “discurso conflitual” de competição-seleção, como no caso dos “genes egoístas” (R. Dawkins), onde os memes mais comuns se impõem como os mais fortes (“a luta será longa e trabalhosa, reduzir a nova peste”). O processo de seleção determina a aparição de mutantes (“a cegueira desses dias regressou sob uma nova forma”, “sem que nos tivéssemos apercebido da ameaça”, “hipótese não menos inquietante, de uma passagem a algo completamente novo, desconhecido, tão diferente”). Da mesma maneira, dirigindo o seu discurso para um “terreno memético”, o primeiro-ministro do romance *Ensaio sobre a Lucidez* faz referências autodenunciadoras em relação à “fragilidade” racional de veiculação e inserção dos memes na mente: “a comparação é grosseira e enganosa”, “uma ofensa à inteligência, à lógica e ao senso comum”, “se deixem impressionar”, “desviar da direção correta”. O alvo do seu discurso impõe uma perspetiva claramente evolucionista, de seleção dos memes mais fortes que sejam colocados num grande número de “recipientes” humanos, através da linguagem, “o cavalo troiano” que seduz a mente transformada num palco de alternância entre dúvida e persuasão: “e espero que depressa se venham a converter em esmagadora maioria, se deixem impressionar, que se perguntem diante do espelho se não estarão outra vez cegas, se esta cegueira, ainda mais vergonhosa que a outra, não os estará a desviar da direção correta, [...]”. A transmissão vertical dos memes (que trabalham para si próprios e não para o indivíduo ou organismo) de uma geração para outra, no exercício “democrático” do voto, torna-se uma maneira de capitalizar “ideologias” (neste caso, políticas), memosfera fundamental de coerência social: “sombra de rotinas eleitorais que durante gerações e gerações lograram escamotear [...]”. Estas “rotinas” são dispositivos transportadores dos memes, verdadeiros “protetores” que garantem a qualidade e a fidelidade de replicação, num processo similar à transmissão genética.

systems such as acupuncture or astrology. Like memes, memplexes spread as long there is some reason for them to be copied. Some are true or useful; others are copied despite being false”.

⁹⁶A. Lynch, (1996), “*Memes: Self-replicants or Mysticism*”. “Memeticists don't say that people have memes, we say that memes have people”.

A propaganda transforma o corpo em “meme machine”⁹⁷, que veicula os memes nos corpos, “diminuindo” a complexidade ideológica do mundo aos simples fenómenos da mente. Os mitos antigos são, desta maneira, substituídos pelo discurso propagandista, derivado das ideologias políticas e lendas urbanas, proliferando e contagiando matrizes cognitivas que configuram novas “realidades” de convivência. Uma consequência de uma situação epidémica é o controlo da propagação através de um outro meme, da quarentena, efeito da colisão entre vários memplexes. No romance *Ensaio sobre a Lucidez*, o estado de sítio indica este esforço de proteção de uma *memosfera*, tornando-se a cláusula do corpo e a coerção da mente um esforço conjugado para preservar o mesmo “canal memético”: as pessoas são reduzidas pela ideologia política a meras “ferramentas” eleitorais. O desvio deste caminho preestabelecido pelos hábitos e ritmos meméticos (o exercício do voto será, então, interpretado como um ato automático do corpo ideológico) provoca uma colisão inevitável. A quarentena da mente é quase um projeto utópico de controlar e vigiar um fluxo imprescindível de pensamentos, de impedir um processo de contágio que provoque uma degradação do meio vital dos corpos veiculando memes:

“ [...] a cidade, reparando bem, já não faz parte do mundo conhecido, tornou-se numa panela cheia de comida podre e de vermes, numa ilha empurrada para um mar que não é o seu, um lugar onde rebentou um perigoso foco de infeção e que, à cautela, foi posto em regime de quarentena, à espera de que a peste perca a virulência ou, por não ter mais a quem matar, acabe por se devorar a si mesma. (Saramago, 2004: 117)

A propaganda política que gera através de discursos “doses de certezas”, configurando novas perspetivas ideológicas de uma maneira “industrial”, explora instintos básicos de sobrevivência, justificando a coesão social em memplexes da nacionalidade que “garantissem” os princípios das instituições democráticas:

Queridos compatriotas, queridas compatriotas, o país tem vivido nas últimas semanas aquela que é sem dúvida a mais grave crise de quantas a história do nosso povo regista desde o alvorecer da nacionalidade, nunca como agora foi tão imperiosa a necessidade de uma defesa à outrance da coesão nacional, alguns, uma minoria em comparação com a população do país, mal aconselhados, influenciados por ideias que nada têm que ver com o correto funcionamento das instituições democráticas vigentes e do respeito que se lhes deve, vêm-se comportando como inimigos mortais dessa coesão, é por isso que sobre a pacífica sociedade que temos sido para hoje a ameaça terrível de um enfrentamento civil de consequências previsíveis para o futuro da pátria, o governo foi o primeiro a compreender a sede de liberdade expressada na tentativa de saída da capital levada a cabo por aqueles a quem sempre reconheceu como patriotas da mais pura água, esses que em circunstâncias



das mais adversas têm atuado, quer pelo voto quer pelo exemplo da sua vida dia a dia, como autênticos e incorruptíveis defensores da legalidade, assim reconstituindo e renovando o melhor do velho espírito legionário, honrando, ao serviço do bem cívico, as suas tradições, ao virarem decididamente as costas à capital, Sodoma e Gomorra reunidas no nosso tempo, assim demonstraram um ânimo combativo merecedor de todos os louvores e que o governo reconhece, [...] (SARAMAGO, 2004:163)

A técnica propagandística remete para a diabolização do “inimigo memético” (“inimigos mortais”), que veicula comportamentos subversivos contra um sistema ideológico preservado pela tradição, pelo “velho espírito legionário”; a virulência do discurso constrói-se em séries binárias opostas (“inimigos mortais”, “patriotas da mais pura água”, “autênticos e incorruptíveis defensores da legalidade”), dividindo o mundo em dois campos de confronto obrigatório (os ouvintes não têm uma terceira opção, pois o mundo é construído à imagem do voto, “escolher” uma fórmula política da sociedade ou ficar excluído. O intertexto bíblico que se refere a um mundo apocalíptico provocado pelo castigo, Sodoma e Gomorra, e a “salvação” dos patriotas, dos “legionários” do paradigma democrático do voto, reconstrói, de uma maneira alusiva, a experiência extrema do nazismo, que aniquilava o espaço mental e somático do inimigo através de uma quarentena abusiva. A hostilidade toma formas intolerantes em relação a estes “hereses” meméticas, polarizando uma guerra aparentemente metafísica, entre o Bem e o Mal, numa metapropaganda destinada a diminuir o impacto de uma outra fonte memética: “mal aconselhados, influenciados por ideias que nada têm que ver com o correto funcionamento das instituições democráticas vigentes”.

Fortificar o próprio memplex memético para prevenir “falhas” de vulnerabilidade em relação a um possível ataque intrusivo por um outro paradigma do pensamento seria uma estratégia que teria um alcance importante no que respeita ao impacto psicológico, mas também ao número de pessoas contaminadas através dos meios de comunicação social:

Faça saltar da cama o seu melhor redator de discursos, ponha-o a trabalhar à vista, e entretanto despache à comunicação social a informação de que o ministro do interior falará pela rádio às seis horas, a televisão e os jornais ficam para depois, o importante neste caso é a rádio, São quase cinco horas, senhor primeiro-ministro, Não precisa de me dizer, tenho relógio, Desculpe, só queria mostrar que o tempo é apertado, Se o seu escritor não for capaz de arrumar trinta linhas num quarto de hora, com ou sem sintaxe, melhor é pô-lo na rua, E que deverá ele escrever, Qualquer arrazoado que convença aquela gente a voltar para casa, que lhe inflame os bríos patrióticos, diga que é um crime de lesa-pátria deixar a capital abandonada às mãos das hordas subversivas, diga que todos aqueles que votaram nos partidos que estruturam o atual sistema político, incluindo, como não se pode evitar referir, o partido do meio, nosso

direto competidor, constituem a primeira linha de defesa das instituições democráticas, diga que os lares que deixaram desprotegidos serão assaltados e saqueados pelas quadrilhas insurretas, não diga que nós os assaltaremos se for necessário, Podíamos acrescentar que cada cidadão que decida regressar a casa, quaisquer que sejam a sua idade e a sua condição social, será considerado pelo governo como um fiel propagandista da legalidade, Propagandista não me parece muito apropriado, é demasiado vulgar, demasiado comercial, além disso, a legalidade já goza de suficiente propaganda, levamos o tempo todo a falar dela, Então, defensores, heraldos ou legionários, Legionários é melhor, e soa forte, marcial, defensores seria um termo sem tesura, daria uma ideia negativa, de passividade, heraldos cheira a idade média, ao passo que a palavra legionários sugere imediatamente ação combativa, ânimo atacante, ainda por cima, como sabemos, é um vocábulo de sólidas tradições, [...] neste momento todos os rádios dos carros estão ligados, o que importa é que a notícia da comunicação ao país seja anunciada já e repetida minuto a minuto, O que eu temo, senhor primeiro-ministro, é que o estado de espírito de todas aquelas pessoas não esteja muito no sentido de se deixarem convencer, se lhes dizemos que vai ser lida uma comunicação do governo, o mais provável é pensarem que os autorizamos a passar, as consequências da decepção podem ser gravíssimas, É muito simples, o seu redator de arengas vai ter de justificar o pão que come e todo o mais que lhe pagamos, ele que se desenrasque com o léxico e a retórica [...] (Saramago, 2004: 154-155)

A estratégia de infestação segue uma hierarquia dos canais transportadores de meme, tendo em vista a importância da função fática da linguagem, o impacto emocional que facilita a inserção da informação na mente dos virtuais hospedeiros: a rádio tem prioridade, pois a informação dirigida só ao ouvido permite a construção fantasmática da realidade a partir do medo veiculado de uma maneira sistemática repetitiva (“o que importa é que a notícia da comunicação ao país seja anunciada já e repetida minuto a minuto”) pelas palavras de um orador especializado em textos que disfarçam a realidade. A imagem aparecerá só depois, através da televisão e jornais, para apoiar este “desvio” perceptivo controlado na configuração de um mundo estável de “certezas” meméticas. Os mecanismos da propaganda são claramente indicados pelo controlo de informação, da censura (“diga que os lares que deixaram desprotegidos serão assaltados e saqueados pelas quadrilhas insurretas, não diga que nós os assaltaremos se for necessário”), mas também por uma seleção lexical muito rigorosa em relação ao próprio termo de propagandista. Mais uma vez o termo legionário impõe-se no discurso, através das suas conotações marciais e do seu uso conetado com “sólidas tradições” ideológicas (memeplexes que tiveram sucesso por um longo período de tempo na história de perseguição humana). Esta propaganda intensivamente mediatizada que tem por objetivo persuadir “com o léxico e a retórica” é um *topos* literário emergente também no romance *Intermitências da Morte*, onde a



epidemia da imortalidade impõe um discurso patético propagandista de quarentena dos corpos doentes nos próprios lares.

Neste caso, o controlo do movimento demográfico representa um esforço de preservar o memplex religioso, de regresso “aos valores transcendentais”:

Teoricamente assim é, ainda que, como sabemos, eles sejam capacíssimos de espremer de uma pedra a água que lá não está e depois vendê-la mais cara, de um modo ou outro continuo sem ver que ideia é essa sua, É simples, senhor primeiro-ministro, Oxalá o seja, Em poucas palavras, estancar o caudal da oferta, E isso como se conseguiria, Convencendo as famílias, em nome dos mais sagrados princípios de humanidade, de amor ao próximo e de solidariedade, a ficar com os seus enfermos terminais em casa, E como crê que poderá produzir esse milagre, Estou a pensar numa grande campanha de publicidade em todos os meios de difusão, imprensa, televisão e rádio, incluindo desfiles de rua, sessões de esclarecimento, distribuição de panfletos e autocolantes, teatro de rua e de sala, cinema, sobretudo dramas sentimentais e desenhos animados, uma campanha capaz de emocionar até às lágrimas, uma campanha que leve ao arrependimento os parentes desencaminhados dos seus deveres e obrigações, que torne as pessoas solidárias, abnegadas, compassivas, estou convencido de que em pouquíssimo tempo as famílias pecadoras se tornariam conscientes da imperdoável crueza do seu atual comportamento e regressariam aos valores transcendentais que ainda não há muito tempo eram os seus mais sólidos alicerces (*Saramago*, 200: 60)

Nos dois fragmentos citados acima existem varias referências ao discurso literário, quanto ao léxico e à retórica, à sintaxe, aos universais humanos como temas literários de impacto intersubjetivo (“em nome dos mais sagrados princípios de humanidade, de amor ao próximo e de solidariedade”), indicando a replicação memética através da propaganda sempre associada ao universo de ficção, onde o Senso seria um resultado dos erros na adaptação dos memes ao ecossistema mental de fantasmas: os memes sucedidos, inseridos na mente, são aqueles que preenchem uma falha de inadequação estrutural afetivo, tornar menos denso o mundo real, produzindo um senso conectado sempre com o universo ficcional. O romance *Ensaio sobre a Lucidez* explora de uma maneira sistemática este discurso orientado para a manipulação dos comportamentos meméticos visando alargar a complexidade do simbolismo da lucidez: o descondicionamento e a desprogramação do ato memético, como subversão das ideologias políticas que uniformizam a paisagem mental. A ideologia como estrutura de representação no espaço literário poderia constituir um contexto reflexivo em relação à inserção do memes através das várias formas discursivas das “ideias itinerantes”, num ritmo de repetição obsessivo; a matriz discursiva do texto ideológico e literário teria em comum um “palco estilístico” incorporando conteúdos meméticos. Mas, o espaço literário adiciona o nível simbolístico subversivo, um verdadeiro “ensaio sobre a lucidez” que obriga o leitor a um confronto pessoal crítico de análise metamemética. A literatura, como *performance*

artística da memória cognitiva e afetiva da experiência humana, transpõe vários paradigmas meméticos num plano de expressão estética, configurando uma “base” para novos espaços de liberdade em relação aos memes: “denunciar” os “lares” normativos da mente provoca espaços livres para uma interpretação própria, criativa do mundo. O simbolismo associado a este ato interpretativo implica um indeterminismo e uma abertura do texto literário suscetível de impregnar a mente de valências virtuais na conotação do real, ultrapassando o nível teleológico das propagandas reais que mobilizam o aparelho burocrático de uma maneira que se quer científica. Censurar, desinformar, manipular a informação disponível em função do alvo memético da propaganda torna-se *topos* literário comum na maioria das obras de José Saramago, conectado sobretudo com situações de epidemias biológicas. A propaganda exaltante, marcial, empática toma várias formas de expressão, numa variedade impressionante, que deixa pouco espaço de revolta para os outros memes rivais:

O vexame do ministro do interior foi ter de testemunhar, impotente, como, a pretexto de uma impostergável urgência nacional, o primeiro-ministro punha em movimento, ainda por cima com a forçada concordância do presidente da república, a maquinaria mediática que, englobando imprensa, rádio, televisão e todas as mais subexpressões escritas, auditivas e visualizáveis disponíveis, quer decorrentes quer concorrentes, haveria de convencer a população da capital de que, desgraçadamente, estava outra vez cega. (SARAMAGO, 2005:186)

À cegueira física ocorrente quatro anos antes da epidemia da abstenção, o governo opõe um outro tipo de cegueira, provocada por uma intensiva propaganda que explora de uma maneira abusiva o visual; a confusão provocada pela explosão de informações visuais invalida o ato cognitivo próprio, sendo o corpo assaltado pelos memes, veiculando a sua única razão de existência – o processo autorreplicativo⁹⁸:

Digamos que pôs a estopa e eu contribuí com o prego, e que a estopa e o prego juntos me autorizam a afirmar que o voto em branco é uma manifestação de cegueira tão destrutiva como a outra, Ou de lucidez, disse o ministro da justiça, Quê, perguntou o ministro do interior, que julgou ter ouvido mal, Disse que o voto em branco poderia ser apreciado como uma manifestação de lucidez por parte de quem o usou, Como se atreve, em pleno conselho do governo, a pronunciar semelhante barbaridade antidemocrática, deveria ter vergonha, nem parece um ministro da justiça, explodiu o da defesa, Pergunto-me se alguma vez terei sido tão ministro da justiça, ou de justiça, como neste momento, Com um pouco mais ainda me vai fazer acreditar que votou em branco, observou o

⁹⁸ In our new mimetic view of the universe, we should see these great steps in copying technology not as inventions consciously created for our own benefit, but as the inevitable consequences of memetic evolution. And cui bono? The memes. It is this process that may one day let memes right off the leash. (*Blackmore*, 2000:40)



ministro do interior ironicamente, Não, não votei em branco, mas pensá-lo-ei na próxima ocasião. (Saramago, 2004:176)

O corpo deficiente de experiência visual reconstrói um mundo memético “fraco”, tendo em conta a construção de um universo de vivência sensorial diferente, a partir dos sentidos pouco explorados durante a predominância sensorial da visão: o tato, o olfato, o sabor implicam uma empatia entre o corpo e o mundo, um contacto sensorial direto que torna as estereotipias visuais inválidas no ato de cognição. A cegueira física do romance *Ensaio sobre a cegueira* “prepara” um corpo imune à epidemia ideológica do voto do romance *Ensaio sobre a cegueira*: as personagens que viveram uma vez a “experiência total” do corpo através da cegueira ganharam outras “visões do mundo” inflexíveis em relação à manipulação memética habitual. O corpo redescoberto através da cegueira ganha a lucidez necessária para se opor ao fluxo memético que configura padrões obrigatórios de existência; o sofrimento da *soma* seria um “desvio” necessário contra o engano da mente:

Le corps survit en faisant son affaire de ce double aveuglement. Il ne triche pas, mais demeure silencieux ; il dit la vérité, mais nous l’entendons mal. Son expérience l’emporte sur toute spéculation. *Patior, ergo sum*. Je suis d’abord ce que la douleur a fait de mon corps ; après seulement, loin derrière et longtemps après, je suis ce que je pense. Je vois que tu souffres et comment tu t’y prends pour supporter la douleur, je peux te dire qui tu es ; ce que tu penses avoue rarement et ce que tu dis ment à l’infini. (Serres, 1999 :56)

O confronto entre o ministro de justiça e o ministro de defesa é um momento dilemático na interpretação subversiva dos papéis sociais que nos obriga a escolher um caminho memético: ser ministro de justiça não implica sempre lucidez do pensamento, mas, antes, seguir uma coerência artificialmente construída pelo processo replicativo do meme da “democracia”; a autodenúncia deste falso modelo de lucidez provoca uma reação de defesa do próprio memplex político (a opção de Saramago pela figura do ministro de defesa transforma o espaço mental num jogo estratégico de xadrez de inserção de inimigos meméticos no terreno do adversário...). Técnicas de verosimilhanças da mentira e da falsificação das fontes informativas, impregnando o discurso oficial dos representantes políticos de confiança, como o do presidente, provocam dissonâncias cognitivas (“introduzirei as alterações que achar convenientes”), variantes enganadoras da lucidez, que invadirão a mente, como os papéis que bombardeiam fisicamente a cidade, veículos “brancos” da nova cegueira de lucidez:

O que proponho, senhor primeiro-ministro, é uma ação rápida, de choque, com helicópteros, Não me diga que está a pensar em bombardear a cidade, Sim senhor, estou a pensar em bombardeá-la com papéis, Com papéis, Precisamente, senhor primeiro-ministro, com papéis, em primeiro lugar, por ordem de importância, teríamos uma proclamação assinada pelo senhor presidente da república e dirigida à população da capital, em segundo lugar,

uma série de mensagens breves e eficazes que abram caminho e preparem os espíritos para as ações de efeito previsivelmente mais lento que o senhor primeiro-ministro preconizou, isto é, os jornais, a televisão, as recordações de vivências do tempo em que estivemos cegos, relatos de escritores, etc., a propósito, lembro que o meu ministério dispõe da sua própria equipa de redatores, pessoas muito treinadas na arte de convencer as pessoas, o que, segundo tenho entendido, só com muito esforço e por pouco tempo os escritores conseguem, A ideia parece-me excelente, interrompeu o presidente da república, mas evidentemente o texto terá de vir à minha aprovação, introduzirei as alterações que achar convenientes, de todo o modo acho bem, é uma ideia estupenda, que tem, além do resto, a enorme vantagem política de colocar a figura do presidente da república na primeira linha de combate, é uma boa ideia, sim senhor. (Saramago, 2004:183)

Poderíamos associar este ato simbólico de difusão visível da informação através da “chuva dos papéis” à propaganda branca, que tem sempre uma fonte abertamente identificada (neste caso o governo) e que prefere optar, numa primeira etapa, por métodos brandos de persuasão, através dos discursos que tentam apresentar e argumentar um ponto de vista. Os memes atravessam de uma maneira viral as máquinas tecnológicas do sistema político, alternando várias “morfologias” da propaganda, para que o conteúdo seja acessível a um maior número de hospedeiros mentais. Na ótica literária de Saramago, a força de replicação dos memes, no contexto político, denuncia o descontrolo e a proliferação da informação “canalizada” através dos meios tecnológicos (que permitem uma velocidade fatal no processo do contágio memético), subvertendo os princípios básicos da própria democracia: a liberdade de expressão não pode proibir a propaganda, que, em realidade, revela ser uma forma perversa de proselitismo⁹⁹:

Tomai a severidade dos meus avisos, não como uma ameaça, mas como um cautério para a infeta supuração política que haveis gerado no vosso seio e em que vos estais revolvendo. Voltareis a ver-me e a ouvir-me no dia em que tiverdes merecido o perdão que, apesar de tudo, estamos inclinados a conceder-vos, eu, vosso presidente, o governo que haveis elegido em melhores tempos, e a parte sã e pura do nosso povo, essa de que neste momento não sois dignos. Até esse dia, adeus, e que o senhor vos proteja. (Saramago, 2004: 99)

⁹⁹ Como um vírus de computador, o meme prolifera antes pelo simples facto de programar a sua retransmissão. Recordemos o exemplo clássico dos dois missionários em missão num país rico e politicamente estável - um deles diz: «O fim está próximo, arrependei-vos ou tereis um grande sofrimento», enquanto a mensagem do outro recomenda apenas que se goze uma vida feliz. Embora a segunda mensagem seja muito atraente e reconfortante, será a primeira que triunfará. Porquê? Porque, se realmente acreditarmos que o fim está próximo, faremos um esforço tremendo visando a conversão do maior número de pessoas possível, ao passo que a segunda crença não requer o mesmo empenhamento no proselitismo.” (Zizek, 2010: 172)



Este proselitismo fervente que defende um memplex político opõe-se ao martírio do corpo que se protege contra a contaminação ideológica; a morte da mulher vidente que salvou a humanidade cega demonstra que a verdadeira cegueira não é dos olhos, mas da mente, esvaziada da lucidez pela invasão contínua do fluxo memético.

BIBLIOGRAFIA:

- Aunger, Robert (2002), *The Electric Meme*, New York: Free Press.
- Blackmore, Susan (1999), *The Meme Machine*, Oxford: Oxford University Press.
- Blackmore, Susan (1999), "Meme, Myself, I" in "New Scientist". Disponível em: <http://www.susanblackmore.co.uk/journalism/NSmeme%201999.htm> em 08.10.2011
- Blackmore, Susan (2000), "The memes's eye view". In Robert Aunger (ed.). *Dawinizing Culture. The Status of Memetics as a Science*. Oxford: Oxford University Press.
- Brodie, Richard, (1996), *Virus of the Mind*, Seattle: Integral Press.
- Burroughs, William (1981), *Cities of the Red Night*, New York: Henry Holt and Company.
- Burroughs, William (1961), *The Ticket That Exploded*, New York: Grove Press.
- Burroughs, William (1998), *The Word Virus*, New York: Grove Press.
- Carroll, Joseph (ed.) (2004), *Literary Darwinism*, London/New York: Routledge.
- Dawkins, Richard (1989), *The Selfish Gene*, Oxford: Oxford University Press.
- Dawkins, R. (1993), "Viruses of the mind". In B. Dahlbohm (ed). *Dennett and his Critics: Demystifying Mind*. Oxford: Blackwell.
- Ewald, Paul W. (2000), *Plague Time: How Stealth Infections Cause Cancers, Heart Disease and Other Deadly Ailments*. London: The Free Press.
- Deleuze, Deleuze (1972). *L'Anti-Oedipe. Capitalisme et schizophrénie*, Paris: Les éditions de Minuit.
- Guillo, Dominique (2009). *La Culture, le gène et le virus – La mémétique en question*. Paris: Hermann.
- Gray, John (2007), *Sobre Humanos e outros animais*, Lisboa: Edições Asa.
- McNamara, Adam (2011), "Can we measure meme" in "Frontiers in evolutionary neuroscience" ..
- Lynch, A. (1996), "Memes: Self-replicants or Mysticism".
- Lynch, A. (1996). *Thought Contagion: How Belief Spreads Through Society*, New York: Basic Books.
- Serres, Michel (1985), *Les cinq sens*, Paris: Bernard Grasset.
- Serres, Michel (1999), *Variations sur le Corps*, Baumes-les-Dames: Le Pommier.
- Wilson, Edward O. (1998), *Consilience: the Unity of Knowledge*, New York: Alfred A. Knopf.
- Smail, Lord Daniel (2008), *On Deep History and the Brain*, California: University of California Press.
- Zizek, Slavoj (2010). *Viver no fim dos tempos*, Lisboa: Relógio da Água.

32. TIAGO ANACLETO-MATIAS, PARLAMENTO EUROPEU, BRUXELAS, BÉLGICA

tiago.ferreira@europarl.europa.eu; tagusnunus@hotmail.com



TIAGO ANACLETO-MATIAS é mestre em Tradução e Interpretação Especializadas (2008), licenciado em Tradução Especializada (2002) e bacharel em Línguas e Secretariado (2000) pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Politécnico do Porto (ISCAP), tendo sido aluno na Escola Superior de Comércio e Gestão (*Handelshøjskole Syd*) de Esbjerg – Dinamarca, em 1998, ao abrigo do Programa *Erasmus*.

Possui uma pós-graduação em Tradução para Legendagem pelo Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes do Porto (2004).

As suas publicações são nas áreas dos Estudos da Tradução e da Linguística Aplicada. Já participou em vários Colóquios da Lusofonia e cooperado no apoio ao secretariado em diversos Colóquios, nomeadamente nos Açores, Bragança e Brasil, sendo Secretário da Direção da AICL:

Desde 2004 que é funcionário efetivo do Parlamento Europeu, em Bruxelas.

[INTEGROU A COMITIVA OFICIAL DOS COLÓQUIOS AO BRASIL EM 2010 E A MACAU EM 2011.](#)

[É SÓCIO FUNDADOR DA AICL](#)

33. URBANO BETTENCOURT, ESCRITOR CONVIDADO, UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Manuel Urbano Bettencourt Machado nasceu na Ilha do Pico, freguesia da Piedade, concelho das Lajes.

Completo os seus estudos secundários no Seminário de Angra, ilha Terceira.

Em 1975 ingressou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde obteve a Licenciatura em Filologia Românica.

Foi Professor de Português e Francês nas Escolas da Amora, Bela Vista (Setúbal), Lagoa e Antero de Quental, entre os anos letivos de 1980-1990.

Desde 1990 leciona na Universidade dos Açores, as disciplinas de Literatura Portuguesa, Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, entre outras.



Têm-lhe merecido particular atenção as literaturas insulares, sobre as quais já proferiu conferências a em Cabo Verde, Madeira, Canárias e Açores.

Colaborador da imprensa desde muito jovem, ficou ligado ao suplemento «Glacial», de *A União*, jornal terceirense em que viria a alargar a sua participação através dos suplementos «Juvenil» e «Cartaz», nos anos de 1972-1974, altura em que cumpria serviço militar obrigatório na Guiné.

No final dos anos 70 dirigiu em Lisboa, juntamente com o poeta J. H. Santos Barros, *A Memória da Água-Viva* (revista de cultura açoriana).

Colaboração frequente em revistas da especialidade, no país e no estrangeiro.

(Ensaio)

1983 — *O Gosto das Palavras*. Angra do Heroísmo, SREC. (*Ensaio sobre Antero de Quental e outros autores açorianos; o caráter cósmico de alguma poesia barroca; os Apólogos Dialogais de D. Francisco Manuel de Melo*).

1989 — *Emigração e Literatura*. Horta, Gabinete de Cultura da Câmara Municipal. (*Ensaio que aborda aspetos da emigração nalguns contistas açorianos do final do século XIX*).

1995 — *O Gosto das Palavras II*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura. (*Ensaio sobre autores açorianos e ainda Maria Ondina Braga, Helena Marques, António Tabucchi, Raul Brandão, entre outros*).

1998 — *De Cabo Verde aos Açores – à luz da «Claridade»*. Mindelo - Cabo Verde, Câmara Municipal de S. Vicente. (*Ensaio sobre a receção açoriana da literatura cabo-verdiana*).

1999 — *O Gosto das Palavras III*. Lisboa, Ed. Salamandra. (*Ensaio sobre Literatura Clássica Portuguesa, Literatura Açoriana e Cabo-Verdiana*).

2003 — *Ilhas conforme as circunstâncias*. Lisboa, Ed. Salamandra, (*Ensaio sobre Literatura Açoriana, Cabo-verdiana e São-tomense*).

2004 — *José Martins Garcia: a palavra, o riso*. Separata da revista *Arquipélago - Línguas e Literaturas*, XVII. Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

2008 — *O tempo de Florêncio Terra*. Separata do *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 17. Horta, Núcleo Cultural.

(poesia, narrativa)

1972 — *Raiz de Mágua*. Setúbal, Ed. do Autor.

1976 — *Ilhas* (de parceria com Santos Barros). Lisboa, Ed. dos Autores.

1980 — *Marinheiro com residência fixa*. Lisboa, Ed. do Grupo de Intervenção Cultural Açoriano.

1987 — *Naufrágios Inscricções*. Ponta Delgada, Signo.

1995 — *Algumas das Cidades*. (poemas em prosa) Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

2005 — *Lugares sombras e afetos* (com desenhos de Seixas Peixoto). Figueira da Foz, Ed. dos Autores.

2005 — *Santo Amaro Sobre o Mar* (com desenhos de Alberto Pêssimo). Arganil, Editorial Moura Pinto.

2006 — *Antero* (com desenhos de Alberto Pêssimo). Arganil, Editorial Moura Pinto.

2007 — *Nas Lajes, um chá imprevisível*. Separata da revista *Magma*, 4. Lajes do Pico, Câmara Municipal.

2009 - *Azoru. Dzejas antologija* (com Leons Briedis). Riga Letónia

2009 - *Santo Amaro Sobre o Mar* (com desenhos de Alberto Pêssimo; (2.ª edição revista, Câmara Municipal de S. Roque).

2010 - *Que paisagem apagarás*.

(colaboração)

1976 - *Ilhas* (de parceria com Santos Barros). Lisboa, Ed. dos autores, 1976. (*narrativas*)

2005 - *Caminhos do Mar*. Antologia Poética Açoriano-Catarinense (com Lauro Junkes e Osmar Pisani); Florianópolis, Santa Catarina.

2006 — *Frases para ter na algibeira*, org. de Sara Pais. Lisboa, Livramento.

2006 — *Mística e Nuvens do Vulcão do Pico* (com Victor Hugo Forjaz, Zilda Tavares Melo França, Lurdes Bettencourt e Oliveira, João José Fernandes). Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores.

2006 - *Pontos Luminosos*. Açores e Madeira, Antologia Poética do Século XX (com Maria Aurora Homem e Diana Pimentel). Campo das Letras, 2006.

Colaborou na rádio e na televisão – para esta última colaborou com José Medeiros na adaptação do romance *Mau Tempo no Canal*, de Vitorino Nemésio, e no documentário «Djutta Ben-David, Voz & Alma».

2011 In Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. Calendário de Letras / AICL, VN de Gaia

Tema 3: Fernando Aires e a geração de (19)40, URBANO BETTENCOURT, UNIVERSIDADE DOS AÇORES, PONTA DELGADA.

Numa entrada do seu diário, com a data de 15 de fevereiro de 1998, escreveu Fernando Aires:



A rever fotografias de há quase cinquenta anos. O grupo do Jade em casa do António Canavarro, na Rocha Quebrada (Pópulo). Está o Jacinto Albergaria, está o Eduíno, o Eduardo Vasconcelos Moniz (o sujeito que o havia de assassinar ainda não tinha nascido). Estou eu. É o grupo fundador do Círculo Literário Antero de Quental que, pelos anos 40 (mais precisamente, 46), se arvorou em mentor do movimento modernista a introduzir na Ilha e se destinava, por definição, a acabar com o conservantismo que estagnava as letras açorianas. Em 48 junta-se-nos o Carlos Wallenstein, o Rui-Guilherme de Moraes, Mário Barradas, Machado da Luz, tudo rapazes frequentando ainda o Liceu de Ponta Delgada. José Enes, Dias de Melo., Madalena Férin, gente de nome feito, vêm dar credibilidade ao projeto. Naquele tempo vivia-se no Estado Novo. O que cheirava a novidade, cheirava a subversão, que era sinónimo de comunismo. Assim, éramos elementos suspeitos, «espíritos imbuídos de ideias perniciosas», como se dizia de nós. (1999: 62)

Não é de geração que nos fala o texto de Fernando Aires, apenas de grupo – a, que aliás, já se chamou o «grupo de Ponta Delgada», o «grupo d'A Ilha» (nome do jornal onde mais sistematicamente se manifestaram as suas intenções e intervenções estéticas), «grupo de 47» (Silveira, 1986: 40) ou mesmo o «grupo do Bar Jade», designação da preferência de Fernando Aires (1990: 27). Na verdade, aquilo que em primeiro lugar se deteta é a existência de um grupo, entidade mais facilmente delimitável do que a de geração, conceito de contornos fluidos, imprecisos por vezes, insuscetíveis de uma delimitação rigorosa a régua e esquadro.

Se a idade pode ser um dos critérios para falar de geração, importaria definir a amplitude temporal que a circunscreveria, analisando ainda a noção pessoal de pertença ou não a uma geração; neste caso, entrariam em jogo fatores como afinidades ou proximidades estéticas, convergências ou divergências em relação ao grupo etário, ressaltando-se ainda o facto de que, mesmo dando sinais de vida pela década de quarenta, a nível da imprensa, esta geração só se afirma de forma definitiva em livro a partir do início da década seguinte.

Em todo o caso, o sentido de geração não era totalmente alheio à reflexão e à prática desses tempos.

A 27 de outubro de 1945, o jornal *A Ilha* trazia à esquerda da primeira página um *fundo* de Pedro da Silveira intitulado «Posição e ponto de partida duma geração». O texto de Pedro da Silveira não constituía um manifesto, mas procedia a uma análise do quadro histórico e social em que se situava uma geração, a sua, e das tarefas que lhe eram exigidas nesse contexto. A leitura de outros textos do autor vindos a público n'A *Ilha* permite-nos uma perspetiva mais abrangente dessa análise e dos vetores que a enformavam, nomeadamente o fim da segunda guerra e o triunfo da democracia

sobre a irracionalidade, com o que isso criava de expectativas (goradas, como se sabe) de uma transformação política interna, no sentido de um outro modelo político e social.

E esse mesmo sentido de geração já tivera, em termos meramente literários, um afloramento anterior com a *Miscelânea de prosa e verso* editada em 1943 por Carlos Tomé. Aí se reúnem textos de Egito Gonçalves (precisamente um dos militares continentais expedicionários em S. Miguel), Gustavo de Fraga, J. M. Camilo de Melo, Lopes de Araújo, Lopes de Almeida, Raposo de Lima e Virgílio de Oliveira.

A breve nota de apresentação, não assinada, traz à consideração alguns aspetos da literatura na sua dimensão institucional ao referir a insuficiência da imprensa enquanto lugar onde os autores possam devidamente instituir-se como tais, ocupando o seu espaço público e de onde possam estabelecer um diálogo com o leitor: é um meio de comunicação fugaz, precário, que se esgota no próprio momento da publicação e traduz, além do mais, uma cedência do jornalista às expectativas e sobretudo ao gosto do leitor comum. Só livro poderia fazer face a estas limitações, pelo seu caráter duradouro, não sujeito às contingências do tempo, aberto à comunidade de leitores presentes e futuros. Na perspetiva do seu editor, *Miscelânea* cumpria a missão de assinalar a presença da nova geração no mundo em preparação: «mensagem, embora modesta, da Mocidade de hoje ao Mundo de amanhã.» (Tomé, 1943: 6).

Em qualquer dos casos, e olhando para esses anos de 1940, o que importa ressaltar para lá de tudo é a existência de um conjunto de jovens (uns mais do que outros, biologicamente) que partilham um determinado momento histórico, têm em comum um quadro de referências estéticas e literárias e o propósito de intervenção e de afirmação literária num espaço social e cultural (também geográfico) bem definido – e de que o referido texto de Fernando Aires dá conta.

Aos nomes referidos por este, acrescenta Eduíno de Jesus os de Fernando de Lima e Eduardo Bettencourt de Ávila, registando que outros que não pertenciam ao Círculo acabaram por integrar a sua roda literária, como por exemplo, Pedro da Silveira. Eduíno de Jesus traça ainda um quadro da arte e da literatura nos Açores nesses anos, ao mesmo tempo que desenvolve e aprofunda os propósitos do grupo:

«Os nossos objetivos eram, por um lado, acabar com o ostracismo a que estavam votadas nos Açores a literatura e as artes modernas, não obstante o prestígio que tinham nas letras (por se ignorar ou fazendo-se por ignorar a sua obra «modernista») autores como Armando Côrtes-Rodrigues e Vitorino Nemésio e o contributo dado à modernidade no campo das artes plásticas por Canto da Maia, Domingos Rebelo, Albuquerque Bettencourt, António Dacosta, e, por outro lado, encontrar, pela teoria e na prática a identidade (se a tinha) de uma literatura propriamente açoriana, seguindo o exemplo de Cabo Verde e na pegada de Roberto de Mesquita, Vitorino Nemésio, etc. Não foi fácil. Naquele tempo, a palavra «Modernismo», nos Açores, ainda cheirava a enxofre e pronunciá-la era como anunciar a 8.^a praga do Egito, e quanto a ideias «nativistas», mesmo



só no âmbito da Literatura, sustentá-las era concitar a suspeição de antipatriotismo, um pouco como hoje, é certo, mas com a agravante de que, naquela altura, se indistinguiam os conceitos de «pátria» e «Estado Novo», do que resultava as ideias «nativistas» serem tidas por abjurantes do tabelónico «repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas». (1987: 3)

As referências de Eduíno são claras: a modernidade nas artes plásticas e na literatura, o exemplo (a *lição*, dirá Pedro da Silveira) colhido noutra espaço insular, o cabo-verdiano, a proposta de uma reflexão teórica que, acompanhando a prática literária, indagasse a possibilidade e os termos de uma literatura açoriana. Em suma, tratava-se de um projeto que articulasse as expressões estéticas da modernidade com uma reavaliação da tradição açoriana em várias dimensões (a poética de Mesquita e o enquadramento da literatura açoriana, uma questão que vinha já desde meados do século XIX e atravessava praticamente o século XX até àquele momento). Sob um outro ângulo, o que aí se configurava era a construção de um projeto cultural e literário assente numa dinâmica de exterior-interior, não numa atitude de simples imitação, mas de incorporação e transformação de acordo com as condições do próprio espaço, uma «poética da relação», para utilizar os termos de Edouard Glissant.

Aos modernismos português e cabo-verdiano, referidos por Eduíno, importa ainda acrescentar o modernismo brasileiro da Semana de Arte de 1922 como um dos modelos mais presentes no horizonte do grupo.

As águas literárias agitavam-se, mas é preciso ver que as coisas não começavam de modo abrupto (como os próprios intervenientes reconhecem).

Desde 1945, Pedro da Silveira (alguns anos mais velho) vinha marcando uma presença incisiva no jornal *A Ilha*, onde, a 14 de julho desse ano, inaugurara uma secção intitulada «Notas sobre Literatura Contemporânea», em que se ocupou da moderna literatura cabo-verdiana e do seu poeta Jorge Barbosa. Ao longo dos seis anos seguintes, Pedro da Silveira «visitou» com regularidade os escritores cabo-verdianos e publicou-os cá, alguns deles tendo-se mesmo estreado no jornal de Ponta Delgada. Estava aí aquele que foi um dos principais campos de referência literária e sociocultural do grupo, em termos práticos e teóricos (ao lado do modernismo português de 1915 e do modernismo brasileiro de 1922). De resto, em mensagem eletrónica de 17.09.2006, o próprio Eduíno de Jesus se referia a este aspeto e ao papel desempenhado pelo cabo-verdiano João de Deus Lopes da Silva, comandante da marinha mercante e irmão do escritor Baltasar Lopes, que a bordo do seu navio reunia em tertúlia os jovens intelectuais de Ponta Delgada, sempre que por cá passava.

E quatro anos antes disso, já Ruy Galvão de Carvalho escrevia sobre a poesia modernista e sobre ela fazia palestras de «introdução», uma delas no liceu e em que se empenhara na demonstração de que a poesia modernista é uma poesia de inquietude metafísica de «consciencialização da vida interior». Ocupara-se explicitamente de Orfeu e da *Presença* e ilustrara as suas palavras com exemplos

concretos, a tentar afeiçoar os «ouvidos burgueses dos tradicionalistas» (*A Ilha*, 1 de fevereiro de 1941, p. 2).

De resto, sobre o ambiente desses anos em Ponta Delgada, importa ter em conta o depoimento prestado a J. M. Tavares Rebelo pelo poeta português Egito Gonçalves, que, na sua condição de militar expedicionário, esteve em Ponta Delgada entre 1942 e 1944 e viria a reconhecer mais tarde a importância e o papel desse tempo na sua formação e mesmo no despertar da sua vocação literária:

Tive a sorte de ser “expedido” para S. Miguel onde me foi dado conviver com alguns dos escritores de Ponta Delgada. Estive ali dois anos e, transitando pela cidade, ou enchendo os olhos pelas estradas de Nordeste aos Mosteiros, frequentando o “Bureau de Turismo” que me fornecia as últimas novidades em livros, eu ia crescendo... (...) sei quanto devo, na minha formação, aos dois anos que ali passei... trouxe dos Açores um acréscimo de cultura, o interesse por coisas que antes desconhecia, e os olhos cheios de uma paisagem inesquecível. (Rebelo, 2001: p. 9)

E, dentre os seus mentores ou padrinhos literários, referia Egito Gonçalves os nomes de Armando Côrtes-Rodrigues, Diogo Ivens, Ruy Galvão de Carvalho e João da Silva Júnior¹⁰⁰, que, não sendo um escritor, sempre esteve ao lado deles, enquanto divulgador atento das suas obras e livreiro que também era, mediante o seu Bureau de Turismo; viria depois a convivência com os jovens da geração seguinte, uns e outros convocados no seu primeiro livro, *Poema para os Companheiros da Ilha* (1950).

Sobre o sentido geral desse tempo, a sua dinâmica e a sua projeção, interrogava-se ainda Egito Gonçalves:

“Sempre uma incógnita insolúvel me perturbou: se os acasos da sorte não me tivessem levado para Ponta Delgada, o que teria sido? Como poderia a literatura ter surgido, se surgisse?” (Rebelo, *ibidem*)

Apesar de o Bar Jade estar referenciado como o ponto de encontro ou de tertúlia do grupo, não há informação muito precisa sobre o seu «funcionamento», digamos assim. As referências que a ele faz Fernando Aires são meramente pontuais e falta-nos a evocação memorialista que poderia traçar-nos um quadro mais preciso do seu «ambiente», embora possamos admitir alguma atitude de hostilidade decorrente da atitude geral do meio cidadão que tanto Eduíno de Jesus como Fernando Aires

¹⁰⁰ Em mensagem eletrónica que me enviou a 10 de março de 2012 (data do centenário de nascimento de Silva Júnior), escreveu Eduíno de Jesus: «Pelo Bureau do Turismo (não sei se se escrevia “tourismo”, assim hibridamente), passavam, no tempo da 2ª Guerra, e ali se encontravam, os rapazes do 1º Grupo de *A Ilha* (o Egito Gonçalves, o Silva Duarte, o Virgílio Filipe e outros), e às vezes também o Côrtes-Rodrigues e não sei se ainda o Ruy Galvão e o Diogo Ivens. Depois da dispersão deste Grupo com o fim da Guerra, o Grupo que os substituiu n’ *A Ilha* também aparecia no Bureau: o Pedro, eu e o Jacinto, o Fernando de Lima, etc. O Silva Júnior lá estava para nos aturar. Acho que merece ser lembrado. A História da Literatura moderna nos Açores passou pelo seu Bureau.»



anotam, respetivamente, na referida entrevista e no volume V de *Era uma vez o tempo*. Ainda assim, um apontamento mais específico ocorre numa mensagem eletrónica de Eduíno de Jesus. A 27 de janeiro de 2006, e a propósito da passagem dos 250 anos do nascimento de Mozart, enviei a um grupo de amigos o poema «Mozart no céu», de Manuel Bandeira. E recebi em resposta o seguinte comentário de Eduíno de Jesus, que é também um depoimento geracional:

Manuel Bandeira é ainda hoje o "meu" poeta da saudade (a minha grande saudade!) da tertúlia do Bar Jade. Vocês, os rapazes de hoje, não podem ler os "modernistas" do 1º Modernismo português, o de 1915-17, ou do modernismo brasileiro da Semana de Arte Moderna de 22, com a mesma emoção que nós, os rapazes de há 60 anos. Vocês já nasceram "modernos", não há extravagância estética que não seja familiar a vocês. Mas nós tínhamos nascido românticos (podíamos admitir no máximo as ousadias realistas de um Cesário Verde), quando, de repente, descobrimos Pessoa e o seu entourage paúlco-interseccionista-sensacionista/futurista. Foi o delírio! Os brasileiros vieram logo a seguir. Ler Bandeira em voz alta no Bar Jade e "gozar" o arpejo que isso fazia o auditório bufar, remexer-se nas cadeiras ou pagar a conta e ir bocejar para outro lado, era um prazer malévolo nosso que jamais foi possível sentir de novo depois desse tempo passado.

Qual o papel, o desempenho do «grupo do Jade», do Círculo Literário Antero de Quental?

Em primeiro lugar, o grupo deve ser avaliado por aquilo que foram as suas atividades (iniciadas efetivamente a partir de 1948) e as dos seus membros individualmente. E *A Ilha* constitui, neste aspeto, um bom repositório. Aí é possível encontrar o registo das Conferências promovidas pelo Círculo, os recitais de Carlos Wallenstein no Cine Jade e no Liceu, trazendo ao conhecimento do público micalense a moderna poesia de língua portuguesa: lá estão, nos recitais de 19 e 23 de setembro de 1949, nomes como os de Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Eugénio de Andrade, Vitorino Nemésio, Violante de Cisneiros/Armando Côrtes-Rodrigues, José Régio, Miguel Torga, os cabo-verdianos Manuel Lopes e Jorge Barbosa, o brasileiro Manuel Bandeira.

A Ilha é, no entanto, mais do que isso. Não poderá dizer-se que foi o porta-voz do modernismo, nunca o foi: nas mesmas páginas onde a poesia e a estética modernistas marcavam presença era possível encontrar a notícia de uma série de conferências a organizar pela Mocidade Portuguesa, e com a informação de que João Ilhéu faria um soneto alusivo ao tema de cada uma delas (faria... e fez mesmo e o jornal publicou alguns deles).

Mas graças ao ecletismo e à tolerância do seu diretor José Barbosa, *A Ilha* tornou-se o local mais visível onde o modernismo pôde manifestar-se, um espaço aberto a outros jovens como Eduíno Borges Garcia e à colaboração diversificada que

de Portugal chegava e aberto igualmente a discursos e universos de diferentes quadrantes literários e culturais, em especial os referentes a Cabo Verde, como se disse, e ainda ao Brasil e a Angola, no mundo de língua portuguesa. É ainda o local privilegiado para observar o que foi nesses anos o esforço de renovação e também as resistências verificadas: aí está o fundamentado ensaísmo de Eduíno de Jesus, as polémicas literárias entre antigos e modernos (mesmo entre alguns modernos como Jacinto Soares de Albergaria e Pedro da Silveira); aí está o eco dos pruridos moralistas provocados pela exposição de Víctor Câmara, «o maior *sismo* artístico de que há memória nos Açores» (Jesus, 1987: 3) e que justificaram um ensaio de Eduíno de Jesus sobre o problema da moral na arte (10.6.1949); aí está, já por 1953, o debate motivado pelos quatro textos de Eduíno Borges Garcia reunidos posteriormente em separata sob o título de *Por uma autêntica literatura açoriana*¹⁰¹ – uma proposta de reflexão que prolonga, noutro contexto histórico, ideológico, a atividade teórica que, desde meados do século XIX, tem vindo a ser feita em torno da literatura açoriana – e neste aspeto os artigos de Borges Garcia (mesmo lacunares do ponto de vista informativo) integram-se nitidamente nos propósitos do grupo.

Em segundo lugar, importaria referir que, mesmo indiretamente, se deve a um membro deste grupo¹⁰² uma parte da divulgação e estudo da literatura açoriana no sul do Brasil, em especial do que se tem desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob orientação de Luiz Antônio de Assis Brasil, conforme mensagem eletrónica do próprio (23.6.1999):

«Esquecia de dizer: conheci, pois emigrou para o Brasil e veio residir em Porto Alegre, o Eduardo Vasconcelos Moniz a que te referes a certa altura do teu livro [*O Gosto das Palavras III*]. Aqui, dedicou-se ao comércio. Tive com ele imensas conversas e foi ele quem me introduziu na literatura açoriana, despertando-me para nomes então desconhecidos, como Pedro da Silveira, Vitorino Nemésio, Roberto de Mesquita. (Eu tinha então 19 ou 20 anos). Emprestou-me o *Mau tempo no Canal*, que li de um só golpe, e, o que não entendi, ele me explicou. Li dele próprio alguns contos interessantes.¹⁰³

Em terceiro lugar, é justo incluir nesta espécie de visão global a projeção do grupo em termos açorianos, traduzida na aproximação de outros autores ao grupo do Jade, como já Fernando Aires deixa ver na entrada do diário inicialmente referida e que Eduíno de Jesus, novamente, integra numa leitura abrangente:

¹⁰¹ Já depois de editada a separata, Borges Garcia publicou n' *A Ilha* (30 de janeiro de 1954) um quinto texto em que responde a dúvidas suscitadas pelos quatro primeiros.

¹⁰² Eduardo Vasconcelos Moniz, «que se calou, mas nunca se desinteressou.» (Silveira, 1986: 42)

¹⁰³ Luiz Antônio Assis Brasil deixou um depoimento mais extenso sobre o assunto em «De como conheci Pedro da Silveira», in SAAL, n.º 4, revista *Saber/Açores*, n.º 43. Ponta Delgada, junho 2 de 2003.



«A geração a que pertenci só veio a adquirir dimensão verdadeiramente açoriana nos anos 50, quando convergiram no mesmo combate pela renovação estética e temática da literatura dos Açores, em que estávamos empenhados, autores como João Afonso, José Enes, Borges Garcia, Silva Grelo [pseudónimo poético de Cunha de Oliveira], Coelho de Sousa, Tomás da Rosa, Dias de Melo, Madalena Férin, etc. (Jesus, 1987: 3)

Finalmente, o papel do grupo, da geração, deve ser avaliado pelo futuro que veio a ser: a escrita e a atividade cultural de uns e outros, a poesia de Pedro da Silveira, Eduíno de Jesus e de Jacinto Soares de Albergaria, o diário e a narrativa de Fernando Aires, a narrativa de Fernando de Lima, de Eduíno Borges Garcia e de Eduardo Vasconcelos Moniz, a investigação dos dois primeiros deles e de Fernando Aires e de Borges Garcia, o ensaísmo e a crítica de artes plásticas por Eduíno de Jesus. É certo que houve aqui diversos andamentos, para utilizarmos a gíria política em circulação: os que não se publicaram em livro, como Vasconcelos Moniz, ou que só postumamente foram editados como Borges Garcia, ou ainda o caso de Fernando Lima, cujos contos só tardiamente foram reunidos em livro – em contraponto aos que fizeram um percurso literário regular, mesmo que precocemente interrompido, como aconteceu com Jacinto Soares de Albergaria. Entre todos eles, o destino literário de Fernando Aires merece uma palavra especial, porque também me parecem especiais os traços que o configuram.

Em 1988, Fernando Aires tem sessenta anos. Por coincidência editorial, esse é o ano em que se estreia em livro de ficção com um volume de contos, *Histórias do entardecer* (premiado num concurso da Direção Regional da Cultura) e em que surge *Era uma Vez o Tempo*, que ficaria depois como o primeiro volume do seu diário¹⁰⁴. Mesmo tendo publicado mais dois livros de ficção narrativa, Fernando Aires acabaria por ser reconhecido fundamentalmente como diarista.

Ora, há neste caso alguns aspetos peculiares a considerar: Fernando Aires não é um escritor com carreira feita, que faça do diário uma muleta ou que precise dele como arena para ajuste de contas com adversários, concorrentes e inimigos ou que se sirva do diário como vitrina para derrame e exposição das dores de umbigo e de cotovelo.

Ou seja, o diário nasce como um projeto literário em si mesmo, trata-se de um diário *intransitivo*. Numa outra perspetiva, refira-se que a primeira entrada do diário traz a data de 18 de dezembro de 1982, quando Fernando Aires já ultrapassara «o meio do caminho da nossa vida» – é um homem a quem a idade e a experiência proporcionavam um conhecimento do mundo e a sabedoria necessária para fazer contas ao tempo ido e abrir-se ao que lhe restava, no espaço concreto da ilha.

Tudo isso confere a *Era uma Vez o Tempo* um timbre muito especial e o coloca num lugar de destaque na diarística nacional, como escreve Eugénio Lisboa num

volume de conjunto dedicado a Fernando Aires e que constitui um olhar plural sobre uma obra também ela diversa e plural:

Os cinco volumes do seu diário ficarão, creio eu, como um dos melhores momentos da diarística nacional, ao lado dos de Raul Brandão, Miguel Torga, Vergílio Ferreira e Manuel Laranjeira. Pela sutileza e perturbada serenidade que o caracteriza, uma boa oitava acima destes. (Lisboa, 2011: 45)

Feito o desvio, regresso a essa geração de (19)40 para uma nota final e muito pessoal.

Vendo as coisas de um outro lado que é o meu (e na dupla perspetiva de quem escreve e se ocupa da escrita dos outros), direi que aquilo que desses tempos continua ainda a tocar-me de perto é a atitude de reflexão e prática que dialoga com a pluralidade das referências externas, sem complexos e sem a pretensão de pôr-se em bicos de pés para ser visto *lá fora*. A prática cultural e literária arranca sempre de um chão, sabendo que há mais mundo para lá do horizonte – a inteligência está em saber compreendê-lo, depois desconstruí-lo, reescrevendo-o ao serviço de uma *causa* que é a nossa. Esta será talvez a melhor lição transmitida pela geração de quarenta aos que vieram depois. É também a melhor lição que estes poderiam receber dos que vieram antes. Entre o Bar Jade e o jornal *A Ilha* cabia, afinal, o mundo todo e arredores.

BIBLIOGRAFIA

- A Ilha*, 1 de fevereiro de 1941.
Aires, Fernando (1990), *Era uma Vez o Tempo. Diário*, 2.º vol. Ponta Delgada, Instituto Cultural.
Aires, Fernando (1999), *Era uma Vez o Tempo. Diário V*. Lisboa, Edições Salamandra.
Jesus, Eduíno de (1987), Entrevista ao Suplemento «Quarto Crescente», n.º 153, jornal *A União*, 6 de fevereiro, p. 3.
Rebelo, J. M. Tavares (2001), «O poeta que se formou na “Universidade de Ponta Delgada”», in *Atlântico Expresso*, 2 de julho, p. 9.
Lisboa, Eugénio (2011), «Fernando Aires – um grande escritor açoriano», in Leonor Simas-Almeida, Maria João Ruivo Sousa e Onésimo Teotónio Almeida (orgs.), *Fernando Aires. Era uma vez o seu tempo*. Ponta Delgada, Instituto Cultural, pp. 45-46.
Silveira, Pedro da (1986), «Aqueles anos de 1940 e tal», in Onésimo Teotónio Almeida (org.), *Da Literatura Açoriana – subsídios para um balanço*. Angra, SREC, (1986), pp. 31-42.
Tomé, Carlos (ed.), (1943), *Miscelânea de prosa e verso*. Ponta Delgada, oficinas tipográficas do *Correio dos Açores*.

¹⁰⁴ Seguir-se-iam mais quatro volumes de *Era uma Vez o Tempo* (em 1990, 1993, 1997, 1999).

**34. VASCO PEREIRA DA COSTA, ESCRITOR, CONVIDADO**

VASCO PEREIRA DA COSTA nasceu em Angra do Heroísmo, no ano de 1948.

Professor do ensino secundário, durante vários anos, esteve ligado à formação de professores, exercendo funções docentes na Escola Superior de Educação de Coimbra.

Desempenhou durante vários anos as funções de diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Coimbra.

Tem proferido conferências sobre temas literários e pedagógicos em Portugal e nos EUA, Venezuela, África do Sul, Senegal, Espanha, França, Inglaterra, Bélgica, Holanda e Itália.

Integrou o grupo de trabalho Culture sans frontières da DG X da União Europeia para o estudo do turismo cultural nas cidades europeias de média dimensão.

Em representação da A. P. E. tem integrado diversos júris de prémios literários, designadamente, o Grande Prémio A. P. E. de poesia.

Foi representante de Portugal no programa FAULT LINES da True and Reconciliation Commission da República da África do Sul.

Tem trabalhado para a rádio e para a televisão em programas de índole literária e cultural e exercido, nesta área, funções de consultor para programas infantis.

Foi Diretor Regional da Cultura do Governo Regional dos Açores (2003-2008) e antes disso foi cônsul honorário de França em Coimbra.

Integra o Conselho Diretivo da Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento (FLAD).

É Doutor Honoris Causa pela Universidade de São José (Macau)

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

PRINCIPAIS OBRAS PUBLICADAS:

Nas Escadas do Império: Contos. (1978) Coimbra, Centelha
Amanhece a Cidade, romance. (1979) Coimbra ed. Centelha
Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo, (1980) novela; Ed. Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Lisboa.
Ilhíada; (1981), (poesia) Angra do Heroísmo: SREC, col. Gaiyota.

Plantador de Palavras, Vendedor de Lérias, 1.º Prémio Torga de 1984; ((1984) Coimbra, Câmara Municipal,
Memória Breve, (1987) contos. Angra do Heroísmo, Inst.º Açoriano de Cultura
Terras; (1997), (poesia) 1ª ed. Porto: Campo das Letras
Riscos de Marear; (1992) (poesia) Ponta Delgada : Eurosigno
Sobre-Ripas-Sobre-Rimas; (1994), Coimbra: Minerva
My Californian Friends; (1999), ed. Gávea-Brown:
My Californian Friends (2ª Edição) (2000) Viseu, Palimage Editores
Fogo Oculto Calendário de Letras, 2011
 2011 In Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. Calendário de Letras/AICL, VN de Gaia

Além do mais é pintor, com o pseudónimo Manuel Policarpo. A sua mais recente Exposição intitulava-se *As Ilhas Conhecidas - Cartografia e Iconografia*



TEMA 1.1 A LÍNGUA PORTUGUESA EM TEMPO DE CRISE

35. VILCA MARLENE MERÍZIO, ESCRITORA, STA CATARINA, BRASIL



VILCA MARLENE MERÍZIO (Brusque, Santa Catarina, Brasil) vive em Florianópolis há 49 anos.

Professora Doutora em Literatura Portuguesa (Universidade dos Açores, Portugal, 1992); Mestre em Literatura Brasileira (1978) e Licenciada em Letras (1973) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Mestre em Reiki (1999). Formação Holística de Base/UNIPAZ (1999-2001). Professora universitária de Língua Portuguesa e Literaturas Brasileira e Portuguesa, aposentada pela UFSC.

Criadora e Coordenadora do PORTEPRÁ – Programa de Atualização e Especialização para Professores MEC/UFSC/SE (1979-87).

Criadora, Coordenadora e Professora de Cursos de Língua e Literatura para Professores do Ensino Médio e Fundamental em SC, no Paraná e em Rondônia/Brasil (1973-2002) e do Programa Cultural Açores-SC para o Festival do Mar, Florianópolis, 1996 e Missão Açores 2007- 2012.

Conferencista e palestrante de congressos, colóquios, painéis e outros, no Brasil e em Portugal.

Membro de júris de doutoramento, mestrado e graduação. Revisora de livros. Artista Plástica (1993-2012).

Pesquisadora do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP Portugal, 1987/88) e da CAPES-Brasil (1987/92).

Ex-Presidente da Associação Catarinense de Artistas Plásticos – ACAP (1977/78). Vice-Presidente da Academia São José de Letras.

Membro da Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa e da União Brasileira de Escritores.

Sócia-fundadora da Associação dos Poetas Livres de Florianópolis. Trabalhos premiados - Redação: uma Experiência de ensino-aprendizagem. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1979: 3º lugar em nível nacional; 1º lugar no Estado de SC. Outras premiações de âmbito nacional e estadual; comendas.

Livros publicados:

Janelas da Alma: livro de afetos e desejos. Florianópolis: Papa Livro, 2011.

A História de Um Amor Feliz. Estudo Literário. 2004. 375 p.

Açores... De memória. Contos. 2004. 122 p.

Quase... de Corpo Inteiro. Poesia. 1996. 190 p.

Redação: uma Experiência de ensino-aprendizagem. Brasília. Ministério da Educação e Cultura, 1979, 180 p. 2ª ed. 1980.

Publicações em Antologias, Coletâneas, Jornais e Revistas Literárias.

Correio eletrônico: vilca_merizio@hotmail.com

Correio eletrônico alternativo: vilcamerizio@yahoo.com.br

[É SÓCIO DA AICL.](#)

TEMA 1.1.4. HOMENAGEM A ALMEIDA PAVÃO: DAS RAÍZES À DIÁSPORA: PERENIDADE GARANTIDA PELA ARTE

A partir de 1992, entidades culturais catarinenses receberam do Governo dos Açores biblioteca de autores açorianos: Núcleo de Estudos Açorianos, da UFSC, e o Museu Etnográfico – Casa dos Açores, de Biguaçu. Entre esse acervo, desponta a obra de J. de Almeida Pavão. Ser humano de incontestável envergadura moral e intelectual que, com simpatia e alma aberta, partilhava com amigos e familiares saberes e fazeres.

Em 1996, expôs sua obra na UFSC: sucesso! Pessoas queriam conhecer os livros, mas não havia exemplares à venda. Tive a sorte de receber doze publicações do autor. Pergunto-me: quem ou quantos catarinenses leram a obra de Almeida Pavão? Amigos, alguns privilegiados que já foram aos Açores, outros poucos que sabem da existência dessas bibliotecas? O que fazer, então?

Minha sugestão é divulgar em congressos, escolas, universidades, associações literárias (proliferam academias...) o que tais obras, ao lado de outras de igual valor, encerram, ao mesmo tempo que revelam, do universo açoriano: tipos humanos, ideias, comportamentos, tradição, reflexões e pesquisa, desde a realidade do homem ilhéu às profundezas do imaginário.

Do popular ao erudito; da cátedra ao ambiente familiar. Tudo junto: eu criador e eu social.

Obra como criação cultural, ressonância do passado que se perpetua, pela arte, além-fronteira, atingindo público que, das mesmas raízes, ainda conserva o poder de sentir-se como se tivesse “corpo e alma de Ilha, mesmo fora dela”, Que sente essa “ausência perene” da qual fala o autor: “perpétua saudade que identifica a ânsia da partida com o desejo do retorno.

Um cárcere que se transporta dentro de nós, à maneira duma tartaruga que fosse capaz de engolir a carapaça que a protege, mas que a oprime’. Assim também somos e sentimos, nós, os descendentes dos que primeiro dos Açores imigraram para SC.

DAS RAÍZES À DIÁSPORA: PERENIDADE GARANTIDA PELA ARTE, VILCA MARLENE MERÍZIO, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Conheci o Prof. Doutor José de Almeida Pavão nos corredores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, quando ele e a Sra. Dona Lili pediam informações a respeito do local onde ficava a parada de ônibus para o centro da cidade. A universidade estava em greve e o Prof. Pavão acabara de lecionar para uma turma do Departamento de Língua e Literaturas Vernáculas. Ouvi o pedido de informação por acaso: também eu saíra de meu gabinete com certo atraso. Na secretaria do curso, naquela hora de almoço, não mais havia professores nem funcionários. Passava das doze horas.

Era 1986. Eu sabia da presença do casal Pavão em Florianópolis, mas ainda não os conhecia. Apresentamo-nos e, em razão da dificuldade em apanhar condução àquela hora e por considerar deselegante deixá-los sem companhia, convidei-os para almoçar em minha casa, que ficava a pouca distância da universidade. Aceitaram. Fomos a pé. A feijoada agradou-lhes. A Sra. Dona Lili confessou-se surpreendida pela facilidade como havíamos nos entrosado, inclusive almoçando juntos, em minha casa,



numa segunda-feira, nem mesmo duas horas decorridas do nosso primeiro encontro.¹⁰⁵ Havíamos, naquele instante, iniciado uma trajetória de amizade, amor e respeito que até hoje perduram, mesmo já tendo os dois amigos partido para outra dimensão espiritual.

Mais duas vezes, o Prof. Pavão e a Sra. Dona Lili voltaram a Santa Catarina. Em julho de 1987, por ocasião da II Semana de Estudos Açorianos, na UFSC, visitaram-nos com uma comitiva grande, nela incluída uma representação do Governo Regional e professores da Universidade dos Açores, inclusive os Doutores António M. Machado Pires, Rosa Goulart e Maria Margarida Maia Gouveia, entre outros. Prof. Pavão e a Sra. Dona Lili também foram à minha residência, dessa vez na casa de sítio, em Picadas do Sul, São José, onde, com todos os outros convidados, serviram-se de um churrasco à moda gaúcha, sem que os comensais sentassem formalmente à mesa. Lembro-me da observação da Sra. Dona Lili, dirigindo o olhar complacente para os outros visitantes açorianos, como que a me desculpar: *em Roma, como os romanos*; e, sentando-se num banquinho baixo de madeira, apoiou o prato com saladas, farofa e carne de boi, nas pernas, tentando equilibrar o copo de suco de pitanga na mão esquerda. O Prof. Pavão, em paz, e à vontade, com mais sorte, pois encontrara uma pilastra sobre a qual apoiara o prato, e com a bonomia que lhe era característica, interessava-se em saber como se assava tão deliciosa carne de gado.

No mesmo ano, em outubro, cheguei a Ponta Delgada, onde permaneci por cinco anos, sempre amparada pelo casal Pavão que me abriu as portas de seu lar, pondo-me em contato com pessoas da sociedade açoriana, além de me dar – e à minha família – preciosas lições de vida e riquíssimas aulas sobre o Arquipélago dos Açores, Portugal Continental e as terras da diáspora no hemisfério norte. Que me lembre, só mais tarde, em 1996, o casal Pavão retornou à Santa Catarina para participar das comemorações do Festival do Mar.

E por que menciono sempre a Senhora Dona Lili, quando penso ou falo no Prof. Pavão? Por que o casal era inseparável. E, acredito, o caráter e a fibra da Sra. Olívia da Conceição Pereira de Almeida Pavão, a Dona Lili, devem ter servido de substrato para a composição dos traços fortes e positivos que marcaram certas personagens criadas pelo escritor J. Almeida Pavão.

Uma vez o professor me disse: *minha mulher é uma generala*, expressão que encontrei mais tarde no romance *O Fundo do Lago*, ao ser revelado o caráter de Liduína, esposa de Clemente Guimarães, mulher de espírito aberto, *paradigma de tolerância e compreensão*:

– *A minha mulher é uma generala. Nasceu para mandar. Eu obedeco como soldado disciplinado.*

[...] *Se alguma vez o Guimarães tentava pôr-lhe objeções, o olhar de Liduína fulminava-o sem mais delongas como a traduzir em linguagem discursiva:*

– *É inútil, Clemente, não gastes argumentos desnecessários.*

O marido, a justificar esta subserviência nada custosa, explicava aos estranhos:

– *A nossa vida é pautada por uma norma que nós observamos religiosamente: em casa, manda ela, mas fora sou eu que dou a sentença final.* (Pavão, 1987:31).

O excesso de zelo de Liduína para com o esposo Clemente é marcante.

No romance: *Guimarães tinha uma dívida perpétua de reconhecimento para com a mulher, embora com algumas reticências: a Liduína, com a imaginação incandescente pelo ciúme, arvorava-o às culminâncias dum Don Juan* (1987:31).

Acontecido na vida real: no final da década de oitenta, não sei precisar a data, houve um congresso promovido em Ponta Delgada pela Universidade dos Açores sobre as comunidades de cultura de raiz açoriana (se bem me lembro) a que compareceram o reitor da UFSC e outros professores catarinenses. Fazia parte da programação cultural do evento um passeio pelos pontos turísticos da ilha de São Miguel. No dia aprazado, à entrada do autocarro, quando ainda estávamos escolhendo o lugar para sentar, a Sra. Dona Lili, sorridente, depois de me cumprimentar com dois beijinhos e um abraço, observou, sorrindo:

– *Então, estás com meu marido ao peito, hein!*

Sem entender o tom a observação, disse-lhe que não, que trazia o Prof. Pavão no coração – e logo acrescentei com sinceridade, mas também, no fundo, preocupada com a fama das mulheres brasileiras no estrangeiro: *trago no meu coração toda a família Pavão, a senhora também*. E ela, sem cerimônias, tocou no broche de marquesite com a forma de um pavão, recém-adquirido numa ourivesaria de Ponta Delgada, e que eu usava na lapela do casaco. Rimos, e o caso ficou por aí, embora a mesma cena tenha se repetido sempre que eu aparecia com o tal broche na gola de um vestido ou do casaco.

Lembro agora que antes, assim que cheguei a Ponta Delgada, em 1987, sem marido, a quem o casal conhecia, e com quatro filhos, três dos quais já adultos, num jantar oferecido, se não me falha a memória pela Universidade dos Açores no Hotel São Pedro (acredito que foi durante o mesmo congresso), a convite do casal Pavão, sentei-me à mesa junto com os seus amigos. Trajava eu um *tailleur* de veludo verde cujo casaco, sobre um vestido tomara que caia, apresentava um decote quadrado (no meu entendimento não muito pronunciado). Assim que me acomodei ao seu lado, a Sra. Dona Lili, tirando uma echarpe da sua bolsa, ofereceu-me para cobrir-me o colo: *é melhor agasalhar-se, pode pegar uma constipação...* explicou-me ela. Acedi, agradecida, entendendo o que nós, as mulheres, às vezes não dizemos por palavras; no entanto, agimos por precaução. A partir daí, aprendi, e muito, com a Sra. Dona Lili, a viver nos Açores sem perturbar a vizinhança ou quem quer que fosse, em especial as mulheres.

¹⁰⁵ Foi naquela ocasião, que o Prof. Pavão falou-me entusiasticamente sobre os Açores, que eu conhecia apenas pelas lembranças da minha avó, pela história da colonização de Santa Catarina e pela vivência com os manezinhos do litoral catarinense, na época ainda discriminados pelos descendentes dos colonizadores alemães e italianos do interior do Estado (com quem convivi até os meus dezenove anos).



E foram incontáveis naquela época, os domingos que passamos juntos, na residência do casal, junto com a família, nos passeios pela ilha (muitas vezes o Prof. Pavão me disse: *vocês* – referindo-se também aos meus filhos – *conhecem a ilha de São Miguel muito mais que a maioria dos micaelenses*), nos aniversários em minha casa, quando eu lhes servia feijoadada ou sopa de mocotó (na falta de melhor...), quando o Prof. Pavão podia, então, oferecer-nos árias musicais do seu seletto repertório. E agora me vêm à mente também as canções do Aníbal Raposo e da Conceição Tavares que, admiravelmente, junto com os demais convidados davam-nos provas da beleza contida na música portuguesa. E havia o serão poético. Ah! Que encanto, meu Deus! E se espaço houvesse, outros nomes ilustres aqui poderia apontar.

Em quase todas as quintas-feiras, no final da tarde, ou muito cedo, logo depois do almoço, de 1987 a 1992, excetuando apenas quando estavam em viagem ou com sérios compromissos, o casal passava rapidamente por minha residência – só o tempo de um chá – para, no sentido de dar-me apoio. Jamais poderei deixar de me sentir grata e orgulhosa por tão generoso acolhimento, acompanhamento incondicional e companheirismo durante a minha formação em Ponta Delgada. Amor familiar mesmo. Com simpatia e alma aberta, ambos partilhavam seus saberes e fazeres. Por isso, aos dois, a minha gratidão, ternura e amor agora materializados nesta homenagem. Vi-os pela última vez quando, em novembro de 2002, voltei a Ponta Delgada e, numa visita, ministrei Reiki à Senhora Dona Lili, a pedido do Prof. Pavão. Ele me disse:

- *Primeiro ela, quero que Lili fique bem.*

Dona Lili adormeceu na sala. O Prof. Pavão arrumou-lhe as almofadas e levou-me até a porta. Despedimo-nos pela última vez. Em 2003, telefonei para a filha do casal, cujo endereço eletrônico eu encontrara por acaso. Doutora Leonor me deu a notícia: o Prof. Pavão, meu querido amigo e compadre, havia falecido. A Senhora Dona Lili estava bem; mas nunca mais a vi. De ambos, conservo intato o calor da amizade e condolente saudade.

Vivesse entre nós hoje, Prof. Pavão estaria com 93 anos de idade. Faleceu com 84 anos, dos quais, conforme já dito, cinco tive a graça de partilhar com ele e sua família (1987-1992) num convívio de muita amizade, compreensão, troca de experiências e aprendizagem (da minha parte), cheguei mesmo a convidá-lo para padrinho de crisma do meu filho mais moço, então com 17 anos. De 1992 até sua morte, continuamos a amizade jamais quebrada pelos longos períodos de ausência física; pelo contrário, cada vez mais solidificada pelo respeito mútuo e admiração crescente.

Quando optei por homenagear o escritor açoriano J. Almeida Pavão¹⁰⁶, tinha em minhas mãos quase uma vintena de livros de sua autoria, grande parte dos quais

oferecidos pelo próprio autor, outros, minuciosamente garimpados em bibliotecas catarinenses, todos configurando o retrato da feição poética e científico-literária desse grande humanista nascido em Ponta Delgada em 1919 e falecido na mesma cidade em 20 de setembro de 2003.

Do seu patrimônio imaterial, remontam *mais de sessenta publicações, que incluem investigação, ensaios e ficção* (Pavão, 2001, 2ª orelha), dos quais contam estudos e análises literárias, ensaios, artigos e teses sobre grandes nomes e temas da literatura portuguesa. Consegui pelo site Estante Virtual sua primeira obra publicada sob o título *Sub Tegmine Fagi, de 1947*: sete ensaios a que o autor pediu que não rotulassem de crítica literária: (1) *A sombra de Bernardim Ribeiro nas 'Saudades da Terra' de Gaspar Frutuoso*, (2) *Mito e Fatalismo no Sentimento Trágico dos Gregos*, (3) *Os Reflexos do Fatalismo Grego num Clássico e num Romântico*, (4) *O sentido da Realidade em Júlio Dantas*, (5) *A indisciplina Romântica de Eça na sua Evolução Literária*, (6) *O Diabo na Literatura e* (7) *A Eternidade de D. João*.

Nas *Duas Palavras de Abertura*, texto que antecede os ensaios *Sub Tegmine Fagi* (1947), o autor posiciona-se a respeito da crítica portuguesa da época e seus autores, que se *arroga[va]m um saber enciclopédico aliado à superabundância do talento capaz de devassar todas as esferas*, e que se vangloriavam de *dizer mal da prosa ou dos versos dos outros* Dizia J. Almeida Pavão que a verdadeira Crítica, era aquela que, segundo ele, deveria ocupar *um lugar ao sol, como subsidiária da Cultura*, que desempenha *papel relevante [e] que voga muito acima desses conceitos comezinhos de se dizer à boca pequena o que não havia coragem para ser dito em público...* E continuava, no mesmo parágrafo: *... o mal dos portugueses está no uso e no abuso das Ideias Gerais, apanágio de tantos pseudo-Fradiques, que escondem a sua superficialidade no ouropele da ciência barata dos compêndios* (Pavão, 1947:1).

E esse testemunho inabitual, maneira de ser que fugia à regra do senso comum expresso naquele momento, foi o fulcro determinante por onde navegaram suas obras vindouras. Com esse pronunciamento, inaugurou-se a pedra fundamental onde se alicerçou o eixo do que pode ser considerado o seu mito pessoal, no dizer de Charles Mauron (1962), ou como mais recente tem-se evidenciado, expandindo em viva voz o estilo do seu pensamento de acordo com as Ciências da Vida (Parreiras, 2006); melhor eu diria: as ciências literárias que servem de fonte e de foz da criação artística.

Essa opção por repelir a má-língua no julgamento de obras alheias, manifestada ainda no começo de sua carreira, acompanhar-lhe-ia por toda vida, imprimindo-lhe incontestável envergadura moral e intelectual e plena aceitação em toda a comunidade científica. Ainda há algumas semanas, no Brasil, às margens do Atlântico Sul, na ilha de Anhatomirim, ouvi dele dizer: o Doutor Pavão *era um querido*.

¹⁰⁶ Nome próprio conforme anuncia o escrito na capa de *Horas sem Tédio* (2001). Ou: José de Almeida Pavão, José Almeida Pavão, ou, ainda José de Almeida Pavão Jr., poeta, romancista, ensaísta, pesquisador, amante inveterado e divulgador da cultura açoriana. Prof. Doutor Pavão tinha o dom de ensinar por tudo o que vivia e contava. Era um *homem de bem*, como o definiu

Vamberto Freitas. A Prof.^a Doutora Maria do Céu Fraga, que o substituiu na cadeira de Literatura Portuguesa na Universidade dos Açores confirmou: o Professor *conseguia muito bem conciliar a parte da exposição de ideias, em que era muito vivo, com a parte do trabalho duro, onde ele também era muito exigente* (Açoriano Oriental, 2003:3).



E quem dizia, num misto de ternura e reconhecimento e com conhecimento de causa, era a Prof.^a Doutora Maria da Graça Borges Castanho.

Impunha-se naquele distante 1947, publicamente, o homem de letras, o professor que defendia a crítica de pendor construtivo, aquela que, na sua *função interpretativa, pode abrir novos horizontes ou lançar um rasto de luz nas trevas de que por vezes se rodeia a solução de um problema não raro mal posto...* Prof.; Pavão era a favor da crítica (e ele a grafava com letra maiúscula) que, *desprovida de ideias preconcebidas, orienta[ria] as correntes de gosto e da opinião*, ao mesmo tempo, sistematiza[ndo] a *Cultura* (Pavão, 1947: I). Contundente, o mestre afirmava: *ser um crítico de arte não implica necessariamente que este seja um poeta ou um pintor, interpretando, comentando ou corrigindo aquilo que ele próprio não faz ou pode não ser capaz de fazer*.

E tomando os imperativos da profissão que abraçou, o magistério, força que o impeliu ao estudo permanente e *ao uso exclusivo de todas as energias, com sacrifício quase completo doutros sectores de atividade espiritual*, punha-se ao lado do professor competente que, ao contrário do pedagogo de atitude despótica, rejubila-se com o ... *aparecimento de novos valores que despontam para a vida*; e concluía o humanista micaelense que exercia o magistério como um sacerdócio: *é no interesse desinteressado de si próprio que se cifra a beleza do magistério, ... assim como disse Aquiles a propósito de um filho: Mas este era muito melhor do que era o pai* (Pavão: 1947: III-IV). Queria que os seus alunos ultrapassassem-no em sabedoria (impossível, isso!).

Educador e Amigo assim era J. Almeida Pavão. Homem de fé tinha o dom de ensinar por tudo o que vivia e contava. Era um *homem de bem*, definiu-o Vamberto Freitas. A Prof.^a Doutora Maria do Céu Fraga, que o substituiu na cadeira de Literatura Portuguesa na Universidade dos Açores confirmou: o Professor *conseguia muito bem conciliar a parte da exposição de ideias, em que era muito vivo, com a parte do trabalho duro, onde ele também era muito exigente* (Açoriano Oriental, 2003:3).

Ma dedicatória de *Sub Tegmine Fagi* (1947) dirige-se ao Pai, com uma ternura que tanto envolve a sua ascendência quanto a descendência (dois filho e netos); a sua ternura paternal transcende a família de sangue e bafeja alunos e amigos. Na dedicatória ao Pai, diz: *À memória de meu Pai em/ quem encontrei, acima de tudo/ um Amigo, o melhor exemplo/ a legar ao meu filho* (Pavão, 1947: Dedicatória).

E, assim, amigo de todos, ouvindo para aprender e ensinando sempre, até o final do seu tempo, foi fiel a si mesmo, deixando o registro escrito de suas pesquisas e estudos como investigador, ensaísta, articulista, romancista, poeta e professor. Poderia dizer mesmo que esse pendor de J. Almeida Pavão ergue-o ao estatuto das bem-aventuranças quando partilha, de boa vontade, casos e causos do seu cotidiano. Nesses momentos, a modéstia que o identificava dava provas da sua grandeza interna, permitindo que o seu nome fosse inscrito indelevelmente na galeria dos que se afirmam como os melhores, desde a terra onde medraram suas raízes até os países da diáspora açoriana.

Ainda em relação às suas obras de investigação, vieram outros textos ensaísticos onde foram abordadas obras de Gil Vicente, Frei Luís de Sousa e Garrett, Luís de Camões e Fernando Pessoa, Antero de Quental, Vitorino Nemésio, só para citar alguns, desde a poesia à ficção narrativa; do romance clássico ao folclore; do teatro às tradições populares; do documento histórico, político e social aos temas religiosos; das referências às paisagens telúrica e humana da ilha de São Miguel ao falar das gentes dos Açores e de Santa Catarina. Nada escapou ao ensaísta que tinha na alma o condão de transformar em poesia tudo o que os seus olhos viam e o coração sentia.

Em 1956, publicou *O Sacrifício*. Ensaios que abordam o tema do sentimento religioso. Na *Nota Breve* que antecede o texto, diz que *é um trabalho de pura especulação*, sem apologia a nenhum credo. Da segunda parte, das Manifestações do Sacrifício Antropocêntrico entre os Primitivos, destaca que *... o homem crê no destino, mas integral[...]-o no mundo da sua vivência* (Pavão, 1956: 219). E a sua compreensão sobre o destino foi transposta para a ficção. Tanto que, no que se refere às narrativas, a força arquetípica do destino, da sorte ou do fado, provavelmente pesou na escolha das diretrizes que o ajudaram a compor as suas personagens, muito especialmente as femininas, como é o caso, por exemplo, de Marianinha e Margarida.

Em Marianinha (1997), o narrador, no final do romance, dá a entender que crê no destino e na previsão da cigana. Entretanto, Marianinha, sofrida e calada, vivendo num tempo mais afastado do nosso, justificava-se, lembrando as palavras da mãe a propósito de uma promessa que pretendia que a filha fizesse a favor da recuperação do marido dependente de drogas ilícitas: *nós, os humanos, é que somos responsáveis pelos nossos atos. Para isso Deus nos concedeu inteira liberdade*. Ela nada fizera para receber a punição de ter um marido malandro, irresponsável, traficante e usuário de drogas. Por isso, em seus pensamentos, ainda acovardado pela educação assentada na religião do castigo, terminava sempre com um ato de contrição: *– Perdoai-me, Senhor, por vos ter ofendido* (Pavão, 1997:138). Mesmo reconhecendo a situação, subjazia na consciência o pecado. A culpa instalara-se na inocente.

Em *O Além da Ilha* (1990), mais culta e socializada do que Marianinha, Margarida tem outra concepção a respeito do seu próprio destino. Ao dar contas de sua vida e, principalmente, do seu labor literário para a amiga confidente, à pergunta *Onde aprendeste tudo isto*, responde:

– Na busca de um encontro comigo própria e da minha própria liberdade.

Foi a luta contra a adversidade que mo ensinou. Deixar de me submeter passivamente ao destino. E o destino ... é constituído ...por um conjunto de circunstâncias criadas por nós próprios. Fui eu a grande responsável do que me aconteceu. E, como tal, hei de superar-me a mim mesma. Tem de ser a razão a vencer e, com esta armadura de sofrimento, sinto-me mais forte para enfrentar o futuro. (Pavão, 1990:131).

Os tempos eram outros. A evolução acontecia. A descoberta da força interior alavancava as consciências, embora a fé numa força superior continuasse tão forte quanto em todos nos tempos idos:



– Creio numa força sobrenatural, misteriosa que, neste mundo, me instila a coragem que sinto para enfrentar o mundo. Um Deus interior, que se instala no meu próprio ser. Uma voz que sinto e cujos ecos reboam, ao mesmo tempo estranhos e inerentes à minha essência. Um Deus feito de vontade e determinação.

E o julgamento da amiga madeirense encerrou a questão: Marianinha, agora, depois de todo o sacrifício pelo qual passara era *Uma alma que sofre metamorfoseada num ser que pensa* (Pavão, 1990: p. 222-223). Estava posto o Mistério...

Mas o escritor não escreve para si mesmo, porque, se assim fosse, ele encontraria no texto criado apenas o seu saber, a sua vontade, os seus projetos. E encontrar-se-ia inexoravelmente! E não se sabe o que poderia resultar disso. Dentro da sua condição humana, poderia encerrar-se na redoma das suas fraquezas ou cristalizar-se nos picos de glória, não mais se importando com a magnificência do cenário natural em que habitasse, no caso em foco, o arquipélago dos Açores, tão cheio de exuberâncias e tão frágil quanto aos cataclismos. Nem a sua gente tão rica de predicados, persistente, forte e generosa no lar farto, mas também com aquela parte, mesmo que minoria, solta de língua e encolhida na casca de um, céu cinzento, despertaria o seu interesse de pintor das letras nessa ilha mãe e madrasta conforme o capricho momentâneo da natureza.

A aclamação aos santos, o sacrifício dos romeiros por uma boa causa, o folclore, as danças populares, as quadrinhas, as sopas do Espírito Santo, a fé no Senhor Santo Cristo, as promessas, a cultura urbana e a do campo, a evolução dos costumes, a destrinça entre vizinhos e gerações conflitantes, a vontade de expansão mar a fora quando a falta do que comer desenha sonhos de abundância, a coragem da entrega ao desconhecido (o Além da Ilha...), tudo fornecia matéria para o imaginário de J. Almeida Pavão. Mas, se na sua obra, o riso e o pranto coabitam, a tragédia é sobreposta pelo engraçado – *Queres mais água, Jacinta?* – pela resolução dos conflitos, pela volta à paz.

E quando penso num espírito tão singular quanto o de J. Almeida Pavão ao tratar de uma rica e múltipla gama de temas e modos da cultura da sua região, lembro-me da pergunta que frequentemente José Martins Garcia impunha quando procurava demarcar uma obra literária posta em leitura: qual o modo pelo qual o autor descortina o fulcro de sua obra? E se me fosse dado responder, não vacilaria em dizer que J. Almeida Pavão escrevia (para usar uma expressão de David Mourão-Ferreira) o que ele considerava mais sublime e sagrado: a Vida com tudo o que ela é. Possivelmente bebendo na fonte dos grandes mestres da literatura portuguesa, também ele, Mestre, respeitou os costumes de sua terra natal, com seus altos e baixos, evidenciando a sua gente, com as suas glórias, seus tropeços, misérias e condenações. Possivelmente, enjoou-se quando teve de contar as mazelas escondidas nas quatro paredes de uma casa, a velha mortificação da alma quando se sabe que a inimidade alicerçada na traição floresce entre irmãos, vizinhos e parentes. Condescendente, sabia a distância que vai da aceitação à comiseração. Salva tudo

isso o seu lirismo pungente que lhe permite intrometer-se na diegese, deixando sua voz ser reconhecida por aqueles que com ele privavam. Mesmo assim, em seus aproximados 54 anos de escrita ininterrupta, falou, anunciou, denunciou. Disse. Disse diretamente pela palavra oral, por fábulas, pelo exemplo, sobretudo pelo registro escrito, cuja leitura comprova ainda hoje o monumento que sua obra é.

Em todos os tempos, e em todas as pátrias, na relação autor/leitor, uns mais que outros escritores têm o condão de conduzir o leitor na direção do seu objetivo, muito embora o próprio texto distancie-se da intenção primeira do autor. Jean-Paul Sartre (2004:14) afirmou que o escritor lida com os significados enquanto os poetas silenciam ao alcançarem o que está além do signo, além da linguagem, além das palavras que se instalam no nível exterior do homem. O poeta vê as palavras *do avesso, como se não pertencessem à condição humana*; o escritor não se serve da palavra como um signo de um aspecto do mundo, ele apenas a reveste da imagem de um desses aspectos, criando o *espelho do mundo*, onde a sonoridade, a extensão, as desinências, as aliterações, as onomatopeias e as animizações representam muito mais do que significam.

Por outro lado, Milan Kundera (1991: 18) partilha a ideia de que *a única razão de ser do romance é descobrir uma porção de vida até então desconhecida da existência*. Eu diria que, J. Almeida Pavão, acima de tudo, e principalmente nas suas narrativas, descobre e desvela para revelar aquilo que sua percepção primeiro viu e sentiu como coisa verdadeira, fermentou o visto, o sentido e o intuído em seu imaginário, depois manifestou a amálgama criada sob forma de arte literária. O modo de ser, de pensar e de agir de suas personagens – que vão do cômico ao trágico – pode até ser apontado como originado em fatos reais, mas a sua obra ganha foros de universalidade quando a literariedade do conjunto transcende o regional. É dentro desse aspecto que J. Almeida Pavão, no mais das vezes, deu voz ao seu eu lírico que surge demasiado em sua prosa de ficção. Bem assim como Sartre diz: *a palavra que arranca o prosador de si mesmo e o lança no meio do mundo, devolve ao poeta, como num espelho, a sua própria imagem* (2004: 15 e 16).

O ser lírico manifesto na prosa de José de Almeida Pavão já foi apontado por Francisco Topa na Apresentação de *A Roda do Tempo*, de J. Almeida Pavão (1993: 3), aquando da sua segunda edição, ao focar o tempo da memória, que se expressa pela presença de:

... um eu claramente expresso ... um eu que se projeta e se revela, mesmo no discurso sobre os outros, à maneira de uma fotografia em espelho que revelasse mais o interior do fotógrafo. Concluída a leitura, a imagem mais forte que nos fica é desse eu – entrevisto de perfil, denunciado por pequenos traços que vão assumindo contornos líricos.

Francisco Topa exemplifica essa quase osmose entre autor/narrador e personagem do conto *Entre a terra e o mar*. Depois de fixado o retrato de João Levinho, maltrapilho e miserento, pai de família, morador de praia de cuja casa o mar, à medida que lhe dava o sustento, perturbava-lhe o modo de viver; o confidente que lhe destruíra o teto, não era o causador dos males de sua vida:



– *Má raios partam o vento, que não deixa em paz o mar!* (Pavão, 1993: 179).

J. Almeida Pavão é um poeta e, concomitantemente, investigador convicto. Ele, pelos seus escritos, fala, conta, acrescenta, declara, traz à lembrança, relaciona, contorna, interpela, persuade e ensina. Nele é a mente que opera através do coração. O poeta convive, partilha, comove e nos comove pela sua própria comoção. Por isso, não posso deixar de fazer menção a dois dos textos de *Evocações* (1968: 167-175): *A Personalidade de Milorde* e *Lamentos de uma Formiga*, o primeiro dedicado ao filho Eduardo, o segundo uma forma de, em nome do seu próprio altruísmo, fazer jus à cigarra tão vilipendiada na literatura pela fama de malandra.

Amiga cigarra... Admiro-te pela felicidade de seres boa... Admiro-te... vivendo o sonho da tua arte e a beleza do teu canto com uma firmeza inquebrantável, superior ao desânimo ou à decepção que poderia trazer-te uma visão mais lúcida do mundo e dos seres que o habitam.

Admiro-te pela ingenuidade com que interpretas a maldade dos outros... pela fome que te realça, em pequenos e curtos contrastes, os contornos da ventura que persistes em não perder, insensível aos favores alheios.

Admiro-te ... por aquela felicidade que eu não tenho e que imagino nos outros que eu julgo menos tristes e menos desventurados do que eu. Uma felicidade que se reflete no fundo da minha alma como uma dor de ausência e de privação daquilo que se deseja e que se crê que nunca se possa possuir. Felicidade que é, que se sente, que se quer e que se imagina. (Pavão, 1968:181).

Aí o retrato do homem em reverência à Natureza. Bem essa a imagem que trago do Prof. Pavão.

Desde que optei por homenageá-lo, falando de sua vasta obra, pensei reportar-me apenas à sua obras de prosa poética e ficção narrativa: *Evocações* (1968), *O Fundo do Lago* (1987), *O Além da Ilha* (1990), *A Roda do Tempo* (1993) e *Marianinha* (1997); no entanto, o texto por si só se constrói e, diante da memória saudosa do querido amigo e autor, outros trechos foram transpondo o umbral da escolha. Do elenco acima citado, que pretendi que fosse o *corpus* deste trabalho, só não faz parte *Os Xailes Negros*. Explico: por ironia do destino, talvez, não encontrei exemplar algum em toda Santa Catarina¹⁰⁷ e nem mesmo nas bibliotecas públicas, livrarias e sebos do Brasil. O exemplar que, cuidadosamente ocupava lugar de destaque no meu acervo particular, também sumiu. Portanto, de *Os Xailes Negros* só tenho em mãos limitada bibliografia passiva. Aliás, sobre a fortuna crítica da obra de J. Almeida Pavão, em Santa Catarina, infelizmente existe pouco material.

Sobre essa falta, Vamberto Freitas, ao considerar J. Almeida Pavão como o profissional *sempre pronto para ver o bom e o positivo na obra alheia* (*Açoriano Oriental*, 2003:3), afirmou ter existido uma *certa injustiça crítica* em relação à obra de

Almeida Pavão, em especial frente a *Os Xailes Negros*, *precioso documento sobre a mais conturbada época moderna do nosso país* (Freitas, 1992:73 e 74).

... os Xailes Negros contém em si... uma clareza narrativa,,., algumas das poucas... pulsações dos anos 60 e 70, em Portugal. Narrativa ora de hesitações, ora de intromissões mais ensaísticas e moralistas do que ficcionais ... nos seus melhores momentos quase que desanda para nos oferecer um retrato perfeito do seu tempo. Romance de denúncia e ao mesmo tempo, de clara apologia de um mundo que está visivelmente a cair, digamos que é o texto perfeito da era nacional caetanista. Reconhece um passado perdido, mas teme a incógnita do futuro.

O meio físico – o das ilhas – e psíquico – como resultado de se ser ilha e de se estar na ilha – prendem o ser à terra ao mesmo tempo que estimulam a fuga pelo mar ou ar; e essa vontade de emigrar que pode parecer ser o fim da miséria como solução de abundância para a maioria dos autores açorianos, em Almeida Pavão não é. A fuga mal sucedida de Guiomar e o amante da novela *Crime na Povoação Velha*, escrita pela personagem Margarida a partir da informação histórica fornecida por Gaspar Frutuoso e encaixada na narrativa principal sob a forma de *mise en abyme* do romance *O Além da Ilha* (1990) provam-nos que não é.

José Martins Garcia demonstra que para J. Almeida Pavão, o ato de emigrar reveste-se de um tom próprio: *... partir para a América representa a solução para situações difíceis, por outro lado, essa solução acarreta dissabores e frustração* (19877: 121-122) ao exemplificar com o sofrimento de Manuel, personagem de *Passaporte para a América* (*Evocações*, 1968:133-140), micaelense de torna-viagem que, embora tentasse se convencer de que havia realizado seus sonhos de felicidade fora da ilha (levaria uma conterrânea como consorte), no estrangeiro seus projetos *de vida são totalmente aniquilados* quando ela o *larga com um filho de uma ano, para casar com um rapaz da sua idade*. E J. Almeida Pavão conta:

Ao regressar:

... Manuel voltou. Vinte e cinco anos... decorrido[s] como vinte e cinco séculos. As primeiras notícias não tinham sido boas, valha a verdade! Custara-lhe, de começo, a entender aquela algaravia dos diabos, as letras eram poucas e valera-lhe o primo ...

– *E tua viola, Manuel?*

– *Qual viola! A gente tem lá tempo para pensar na viola? Nem para dormir... ... era dormir com o corpo moído e bêbado de sono.. Mas as saudades! ... À hora de deitar, o Manuel não ocultou uma lágrima de júbilo ao deparar com a sua velha cama com uma nova colcha de fustão branco...* (Pavão: 1987:134-1137)

Assim, nas narrativas de Almeida Pavão, a emigração surge como arremedo de uma situação conflituosa, tal como no caso da afilhada Fatinha, que, violentada pelo padrinho Sebastião, aceita o casamento com o amor da sua vida (José Luís) e viaja para o exterior, com aquele marido, cujos olhos estavam postos na terra da abundância, aceitando criar o filho que não era seu (*No Fundo do Lago*: 1990). O amor que unia os dois jovens venceu, embora o remorso tenha acompanhado

¹⁰⁷ É possível que o Prof. Celestino Sachet possua exemplar de *Os Xailes Negros*, mas não me foi possível contato com o professor.



insistentemente Alexandre, o pai da noiva, o qual, visitando a filha e já com saudades da ilha, não se acostumava com as comodidades americanas: e na América ...*uma saudade súbita fazia-lhe rolar uma lágrima que vinha perder-se, evaporando-se com o calor da face.* (Pavão, 1987: 246). A saudade, sempre presente nas lágrimas do açoriano que parte e na mágoa do açoriano que fica.

Outro caso de violação sexual acometida pela figura de um padrinho e sogro em relação à sua afilhada e nora está presente em *Marianinha* (Pavão, 1997), cujo desfecho leva o irmão da agredida a cometer um crime de assassinato em defesa da irmã, personagem que também sofre calada a ausência de um marido inconsequente dedicado à droga e a outras delinquências até à sua prisão e morte:

Marianinha escrevia agora um presente sem futuro. Era como se mão estranha lhe tivesse arrancado as últimas páginas do livro da sua existência... em cujo percurso as relações entre a realidade e o sonho se combinam em movimentos recíprocos, mas divergentes. [...] A existência de Marianinha assemelhava-se a uma hora de crepúsculo eternizada e sem cambiantes ou a uma paisagem lunar, feita de solidão e silêncio. Viver para quê?

Salvou-a o filhinho, o seu luzeiro de esperança: – *Querido filho da minha alma! Vais ser feliz!*

Mais uma vez, o bem vencia.

Em *O Além da Ilha* (1990:150-151), outra desdita: o namorado de Margarida, açoriana afastada de sua ilha, estudando em Lisboa, engana-a. Ela engravida e, com receio de não ser compreendida pelos pais, esconde a verdade. Depois de um acidente, em que perde a criança, a mãe descobre a situação e a ajuda. O pai também a perdoa. Mas, durante o conflito, expulsa do colégio onde era interna, e sem o apoio do noivo, a personagem entrelaça no mesmo sentimento de medo e vergonha, a proteção e a saudade: a Mãe e a Ilha – Mãe/Ilha.

A Mãe e a Ilha ... um espaço virtual de tranquilidade de espírito, de segurança e de paz, a constituir um mundo endêmico, muito diverso dos outros mundos, seguro, no isolamento e na distância, pelo mar que o cercava como uma muralha protetora. A Ilha-ermo transmutava-se num objeto de sonho e de refrigério. Agora era outra Ilha que ela tinha dentro de si e do seu desamparo. Duas Ilhas que contracenavam numa dialéctica de forças entre a saudade e aquele pavor de se sentir só. Terrivelmente, irremediavelmente só. A Mãe e a Ilha convertiam-se... na Ilha-Mãe.

E a ilha, essa ilha que viaja, como disse José Martins Garcia (1987:119) transformada em ilha-mãe era o mesmo caracol em cujo corpo se enlaça o cárcere e a liberdade. Para J. Almeida Pavão: *A Verdadeira Ilha, que transita das coordenadas geográficas para um mundo de irrealidade que se interioriza em mim, participando dum devir que só morre com a alma* (1990:15).

Miguel de Unamuno (1989:127;130) diz que toda a narrativa de ficção contém de uma forma ou de outra traços da vida do próprio criador literário. A permanência de certos romances que se eternizam são testemunhos do movimento constante: tudo o que se processa no imaginário do autor traz em si parte do seu

criador; por isso o poema ou a obra de ficção contém uma porção autobiográfica. E se o escritor foi sensibilizado por uma pessoa, no momento em que ele se apropria das características daquele ser, o resultado é uma ficção; portanto quando o personagem nasce ele nasce do escritor ou poeta não importa em quem ele tenha sido inspirado. *Viver na história é viver a história! E um modo de viver a história é contá-la, criá-la em livros.*¹⁰⁸

Quer dizer, há uma lógica entre a intencionalidade do escritor e a utilização de certas virtudes e/ou características físicas de determinadas pessoas do seu convívio para compor as personagens. Afinal, o autor está trabalhando com fatores humanos e podem coincidir, ou ele mesmo pode optar, por valer-se de certas prerrogativas que suavizam ou enfatizam traços de personalidades dos que vivem a sua volta. Em relação ao ciúme, por exemplo, no romance *Marianinha*, a personagem Teresinha, acintosamente ciumenta, culpava as demais mulheres pelos possíveis deslizes do marido Bezerra, ao qual desculpava as pequenas traições, ou à *pequena 'facadinha' no matrimônio*, em nome da condescendência usual própria das mulheres da primeira metade do século passado que aceitavam a ideia corrente da necessidade viril do homem, *espécie de atributo imanente ao sexo masculino*, de dar uma escapadela conjugal. Mas a culpada sempre era a outra, a instigante que provocava o deslize.

Não seria a velhaca da Lajinha que andaria a pôr a cabeça do marido a andar à roda? O diabo que o jurasse, se não tinha sido ela a provocá-lo, com aqueles trejeitos dengosos de serigaita lambida. [...] amaldiçoava agora as mulheres da Lomba – mãe e filha – às quais não dirigia palavra, dizendo, furibunda para si:

– Rica justiça, não há dúvida! Matam o meu rico marido e pouco faltou para porem em liberdade o assassino. Má fogo os abrase, que não quero vê-los diante de mim! (Pavão, 1997:154 e 184).

Mas essa leitura de ir além do texto, depende da capacidade de interpretação do leitor que figura sempre como colaborador da obra literária desde o momento em que ele desvenda o mistério que encerra aquela escrita, recriando, por sua vez a trama apresentada. E esse apelo implícito do autor também se faz presente na obra de J. Almeida Pavão, haja vista a sua preocupação com o meio social, político, cultural e familiar do arquipélago açoriano.

O texto de ficção vale pelo que é e não pelo que nele busca o pesquisador. Milan Kundera (1991:60), em *A Arte do Romance*, diz categoricamente *que o romancista não é nem um historiador nem um profeta: é um explorador de existências* e explica que a existência, sendo o campo das possibilidades humanas, permite o

¹⁰⁸ ... *toda obra de ficción, todo poema, cuando es vivo, es autobiográfico.* E mais: *Todo ser de ficción... hace parte del autor mismo. Y se éste pone em su poema um hombre de carne y hueso a quien há conocido, es después de haberlo hecho suyo, parte de si mesmo. Vivir em la historia y vivir la historia! Y um modo de vivir la historia es contarla, crearla em libros...* Toda obra de ficção é autobiográfica. Todo ser de ficção...faz parte dele mesmo. E se esse colocar em seu poema um homem de carne e osso a quem conheceu, depois de se ter apropriado dele, ele é parte de si mesmo... Viver na história é viver a história! E um modo de viver a história é contá-la, criá-la em livros (Unamuno, 1989:127;130) (tradução nossa).



desvelamento do que é estar-se no mundo. Assim, há que se entender os elementos constitutivos da obra de arte literária como uma possibilidade humana resultante da própria vida, tanto na forma de retrato das personagens, quanto na ação e no cenário. O universo literário é um mundo de possibilidades não importa de que fontes foram bebidas. A imaginação do autor é que as faz frutificar até despojarem-se do seu élan primordial que pode ou não estar vinculado à realidade de vida do autor.

No Prefácio da 1ª edição de *O Fundo do Lago* (1978), J. Almeida Pavão, vale-se da assertiva de Jean Cohen, *O poeta é poeta não pelo que pensou, mas pelo que disse*, querendo dizer que a obra, sendo *pertença do público*, não pode explicar-se pelas *intenções que lhe sejam porventura subjacentes*; o leitor é que se converte em seu *juiz ou intérprete*. O que o autor tentava era, pela segunda vez, a *experiência de um romance tipicamente açoriano*.

E no Prefácio da 2ª edição da mesma obra (1987), justifica, nove anos mais tarde: *O Fundo do Lago pretende ser em parte um testemunho ou um depoimento sobre uma época e uma sociedade conturbadas, na região insular, reflexo de uma viragem maior a nível nacional...*, evidenciando o comportamento de *certas personagens por entre as manifestações frequentemente estereotipadas, próprias das agitações de massa e de aspectos específicos da emigração*. Na obra, *entremeiam-se o cómico e o trágico que transpostos para o plano da ficção, não deixam de se constituir como componentes irrecusáveis duma teia, que é a própria vida real*. (Pavão, 1987). A História, nesse caso, pano de fundo da trama, foi utilizada como uma situação existencial por meio das ações das personagens, em especial de Liduína, deixando à mostra a caracterização do homem e da mulher das ilhas em plena sociedade que evoluiu.

A conversa, que principiara em separado, em dois grupos, segundo os sexos, acabou por se generalizar e descambou para a política, a incidir sobre a nova ordem social e sobre as últimas conquistas revolucionárias: *...nem reforma agrária, nem ocupações ou expropriações, poucas reivindicações e, quanto a saneamentos, praticamente zero. Uma miséria! Não havia dúvida de que o povo açoriano ainda se encontrava muito pouco e muito mal esclarecido...* (Pavão, 1987:81).

Essa mesma preocupação com a realidade insular circundante e a sua transposição como matéria ficcional é reafirmada, assim como já fora nos romances anteriores, pelo autor micaelense no texto *Uma vida de romance*, que precede o primeiro capítulo de *Marianinha*:

Uma vida de romance ou romance de uma vida? Dois termos mutuamente imbricados...Uma existência real romanceada na sua essencialidade, que assume..., uma expressão escrita literatizada. Há realidades que, na sua intensidade factual e dramática, se assemelham à superlativação ou à refracção, próprias do ficcionismo, como há ficções que se afiguram ao acontecido no tablado da realidade vivida e sentida. A história duma vida ou uma vida com história para contar. Sim porque há vidas sem história. Mas a história (referimo-nos à estória) também possui a sua autonomia, mesmo

quando procura refletir a realidade vivida. Autonomia na medida em que a sua ação se desenrola numa linha paralela à do real que caminha ao seu lado, mas sem nunca se encontrarem. (Pavão, 1997: 15) .

Ao transcender o seu mister de investigador, a ligação com sua terra natal faz J. Almeida Pavão deixar rolar a pena a partir de sua alma iluminada e descreve a ilha em peças ricas em imagens metafóricas que, afastando-se do documental, transportam o leitor para o mundo infinito da poesia. E é principalmente no romance *Marianinha*, a par do que vinha acontecendo em outras obras de cunho ficcional que J. Almeida Pavão consegue as mais ternas páginas sobre os cenários em que assentam as suas estórias: as paisagens paradisíacas da ilha de São Miguel que, por toda a sua vivacidade, são actantes encenando num espaço humanizado, ou melhor, dizendo, personagens e uma ilha animizada.

No entanto, a voz do narrador de *Marianinha* alerta que não é no aspecto turístico das ilhas, no passeio pó fora *que se revela a alma insular*. É preciso *...ver por dentro, vivendo a vida dos seus habitantes, comungando do seu teor comum de existência, penetrando e assimilando um pouco dos seus mundos. Tudo o mais é paisagem* (Pavão, 1997:106).

E ainda na mesma obra, aparece a confissão de um genuíno ilhéu que conhece as vicissitudes de habitar um território coroado de belezas naturais, mas afeito às intempéries meteorológicas desde o vento cortante aos sismos destruidores: *as narrativas sobre a História Insular, a constituírem-se num extenso martirólogo e num holocausto dos que não teimaram em não arredar pé*. Referia-se ele às Sete Cidades, uma das descrições mais comoventes de todo o conjunto da obra de J. Almeida Pavão, se bem que sejam irretocáveis todas as outras que aparecem em trechos sucessivos, em especial às que compõem as Aquarelas, de *A Roda do Tempo* (1993).

Na voz do narrador de *Marianinha*:

Do outro lado da cumieira e num plano bastante inferior ao das lagoas, divisava-se o mar que... parecia espreguiçar-se numa dolência de mostrengo que se deixa amansar, matizado na superfície por salpicos brancos que se moviam irregularmente com a mesma lentidão. Quanto às lagoas, eram o resultado duma natureza indomável que se devolve a si própria, repondo o caos que originou com esses rastos de beleza compensatória das suas fúrias desorganizadas. (Pavão, 1997).

Uma natureza cruel nos seus caprichos, em relação ao homem que habita as ilhas que, talvez por isso mesmo, na sua exuberância endêmica, tornam-no mais interiorizado, mais centrado na profundidade do seu ser de onde se projeta por meio de manifestações que surpreendem pela poeticidade de suas imagens tecidas por palavras cuja melodia transporta o leitor para aquele mar de saudade, ora leitoso e materno das costas da Povoação no sentido do Nordeste, ora virilmente mexido pelo turbilhão das ondas da costa ocidental (se não estou em erro, lá pelas bandas da Ribeira Grande) da ilha de São Miguel. Muito mais se teria a dizer a respeito da obra multifacetada do escritor J. Almeida Pavão, mas o que ainda resta como sugestão é a



retomada dos estudos sobre esse autor tão genuinamente açoriano que deve ter sua obra completa reeditada.

Quando comecei a traçar os objetivos desta palestra, lembrei-me de que a partir de 1992, entidades culturais catarinenses receberam do Governo Regional dos Açores bibliotecas de autores açorianos, entre eles o Núcleo de Estudos Açorianos, da UFSC, e o Museu Etnográfico – Casa dos Açores, de Biguaçu. Fui até esses locais. Realmente os livros estão lá. Na Biblioteca Central da UFSC existem quatro títulos de livros de J. de Almeida Pavão. Onde estariam o acervo completo que em 1996, o professor visitante expôs na hall de entrada da reitoria da UFSC? Já naquela ocasião, pessoas queriam conhecer os livros, mas não havia exemplares à venda. Hoje continuam ausentes nas livrarias do país.

Tive a sorte de receber doze publicações do autor e encontrar mais três livros nos sebos contactados pela internet e cinco nas bibliotecas públicas de Florianópolis. Pergunto-me: quem ou quantos catarinenses leram a obra de Almeida Pavão? Amigos, alguns privilegiados que já foram aos Açores, outros poucos que sabem da existência dessas bibliotecas? Lembro mais uma vez as palavras de Jean-Paul Sartre que dizia que a obra literária é um estranho pião que só existe em movimento (2001: 35). Para que esse pião/obra literária comece a rodopiar tem de existir o ato concreto da leitura; pião e obra literária só permanecem na dança enquanto o rodopio/leitura durar. O que fazer, então? Minha sugestão é divulgar em colóquios (e aqui a minha saudação comovida aos organizadores deste evento), escolas, universidades, associações literárias (proliferam academias...) o que tais obras, ao lado de outras de igual valor, encerram, ao mesmo tempo que revelam, do universo açoriano: tipos humanos, ideias, comportamentos, tradição, reflexões e pesquisa, desde a realidade do homem ilhéu às profundezas do imaginário. Do popular ao erudito; da cátedra ao ambiente familiar. Tudo junto: eu criador e eu social. Obra como criação cultural, ressonância do passado que se perpetua, pela arte, além-fronteira, atingindo público que, das mesmas raízes, ainda conserva o poder de sentir-se como se *tivesse corpo e alma de Ilha, mesmo fora dela*, que sente essa *ausência perene* da qual fala o autor: *perpétua saudade que identifica a ânsia da partida com o desejo do retorno. Um cárcere que se transporta dentro de nós, à maneira duma tartaruga que fosse capaz de engolir a carapaça que a protege, mas que a oprime*. (Pavão: 1987:15) Assim também somos e sentimos, nós, os descendentes dos que primeiro dos Açores emigraram para SC.

E termino, embora pesem os preconceitos (imaginários, espero!), entre compadres, valendo-me da despedida dos dois personagens de *Um ladrão na Noite*, de *A Roda do Tempo* (1993:168):

– Um compadre é sempre compadre até a morte – gritava o Capote, limpando os olhos com a manga da camisa, enquanto o Roqueira, apertando-lhe o peito num amplexo mais prolongado, confirmava com a voz igualmente comovida, sublinhada por um soluço:

– Até à morte!

E assim, das raízes à diáspora, para sempre, a arte permanece e, por meio dela, sobrevive a amizade, eternamente. E transcende!

REFERÊNCIAS

- Açoriano Oriental. (2003) “Um humanista e incansável lutador pela cultura açoriana”, in Abertura. LITERATURA, Cultura e Evocação da Vida e Obra do Autor de “Xailes Negros”, 28 de setembro de 2003.
- Mauron, Charles. (1962) Des Métaphores obsédants au Mythe Personnel. Introduction à La Psychocritique, Paris: Librairie José Corti.
- Eco, Umberto. (1979) Leitura do Texto Literário. Lector in Fabula. A cooperação interpretativa nos textos literários, Lisboa: Editorial Presença.
- Freitas, Vamberto. (1992) O Imaginário dos Escritores Açorianos, Lisboa: Salamandra.
- Garcia, José Martins. (1987) Para uma Literatura Açoriana, Universidade dos Açores: Ponta Delgada.
- Kundera, Milan. (1991) A Arte do Romance, Tradução de Luísa Feijó e Maria João Delgado, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pavão Jr., José de Almeida. (1947) Sub Tegmine Fagi. Ensaio, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada/ Livraria Âmbar.
- Parreiras, Márcia M. M. (2006) Ludwig Flek e a historiografia da Ciência diagnosticada de um estilo de pensamento segundo as Ciências da Vida. Disponível em www.bibliotecadigital.ufmg.br. Acesso em 10 fevereiro de 2012.
- Pavão Jr., José de Almeida. (1956) O Sacrifício. Ensaio, Coleção Arquipélago, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada/Coimbra Editora, Limitada.
- Pavão, José Almeida. (1987) O Fundo do Lago, Direção Regional dos Assuntos Culturais/SREC/Açores, Ponta Delgada: Signo Editora.
- Pavão, José de Almeida. (1968) Evocações. Páginas dum Álbum, Ponta Delgada: Diário dos Açores.
- Pavão, José Almeida. (1990) O Além da Ilha, Ponta Delgada: Empresa Gráfica Açoreana.
- Pavão, José Almeida. (1993) A Roda do Tempo, Ponta Delgada: Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- Pavão, José Almeida. (1997) Marianinha, Ponta Delgada: Coingra.
- Pavão, José Almeida (2001) Horas sem Tédio, Ponta Delgada.
- Sartre, Jean-Paul. (2004) Que é a Literatura? Tradução Carlos Felipe Moisés, São Paulo: Ática.
- Topa, Francisco. (1993) Apresentação de A Roda do Tempo, de José Almeida Pavão. Ponta Delgada: Direção Regional dos Assuntos Culturais. 1993. Página consultada em fevereiro de 2012 <[http:// webletras.up.pt/topa](http://webletras.up.pt/topa)>.
- Unamuno, Miguel de. (1989) San Manuel Bueno, Martir. Como se hace una novela, Barcelona: Alianza Editorial, S.A.

**36. ZILDA ZAPPAROLI, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL****É SÓCIO DA AICL.**

TEMA 1.3.1. UM TRIBUTO AO MESTRE ISAAC NICOLAU SALUM, Zilda Maria Zapparoli, Universidade de São Paulo, Brasil com a presença da filha do autor Maria Josefina Leuba Salum e apresentação de vídeo homenagem

RESUMO

O texto tem o propósito de prestar um singelo tributo ao Prof. Dr. Isaac Nicolau Salum, teólogo, linguista e filólogo brasileiro, conhecedor profundo da língua portuguesa, das demais línguas românicas, do grego, do latim, além da Bíblia e da língua hebraica, em virtude da sua formação religiosa. Motivada por gratidão e apreço para com o Prof. Salum, dedico uma homenagem ao mestre maior de todos os que receberam a dívida de encontrá-lo no caminho. Oportuno dedicar um tributo num encontro da Lusofonia a quem tanto zelo e empenho devotou à língua portuguesa. Oportuno, também, dedicar-lhe um tributo nos Açores, dada a sua origem: sua seis vezes bisavó materna nasceu na Freguesia de Nossa Senhora das Angústias - Ilha do Faial, Arquipélago dos Açores -, na primeira metade do século XVIII. O texto inclui: (a) dados biográficos do Prof. Salum com base no livro *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*, publicado sob a direção de Francisco da Silva Borba pela T. A. Queiroz e EDUSP, em 1981, e no texto inédito *Breve biografia de Isaac Nicolau Salum*, escrito em 2005 por Maria Josefina Leuba Salum, uma de suas filhas, e a mim gentilmente cedido com o intuito de subsidiar a apresentação de trabalho no Colóquio; (b) depoimentos de familiares, colegas e ex-alunos; (c) referências a artigos de autoria do mestre Salum, os quais descrevem, analisam e interpretam padrões de comunicação escrita do português, publicados na coluna *Linguagem e Estilo* do Jornal *Folha da Manhã*, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Theodoro Henrique Maurer Júnior, em 1956-1957, os quais não foram citados na bibliografia que consta do livro *Estudos de filologia e linguística*. Tenho, com isso, a intenção de partilhar preciosas lições de português dadas por quem, no artigo *À rua ou na rua* (set. 1956), escreveu: “Estudar a língua é o meu ofício e meu prazer”.

INTRODUÇÃO

Inserido no tema *Homenagem contra o Esquecimento*, o texto tem o propósito de prestar um singelo tributo ao mestre Isaac Nicolau Salum, teólogo, filólogo e linguista brasileiro, conhecedor profundo da língua portuguesa, das demais línguas românicas, do grego, do latim, além da Bíblia e da língua hebraica, em virtude da sua formação religiosa.

Motivada por gratidão e apreço para com o Prof. Salum, por tudo o que me fez e pelo que representou no meu percurso acadêmico e na minha vida, sinto-me gratificada ao dedicar um tributo ao Mestre maior de todos os que receberam a dívida de encontrá-lo no caminho, em primeiro lugar, por ter sido sua aluna e depois docente da área de

ZILDA MARIA ZAPPAROLI nasceu em Itu, São Paulo, Brasil, em 2 de agosto de 1945.

É professora associada aposentada junto ao Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), instituição em que obteve os títulos de Mestre, Doutor e Livre-Docente, e onde continua desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e orientação no Curso de Pós-Graduação em Linguística, área de Semiótica e Linguística Geral, linha de pesquisa Informática no Tratamento de Corpora e na Prática da Tradução.

Foi professora assistente da área de Linguística Românica de 1980 a 1994, junto ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP.

Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Informática, Linguística de Corpus e Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: linguagem e tecnologias, informática e ciências humanas, análise informatizada de textos, pesquisas baseadas em *corpora*, educação a distância, processamento de língua natural, análise do discurso oral, lexicologia, fonética e fonologia.

Tem cerca de quarenta anos de atuação em Linguística Informática, com tese de doutorado, tese de livre-docência, pós-doutorado na Universidade de Toulouse II e trabalhos publicados na área.

É líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Linguística Informática, certificado pela Universidade de São Paulo e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq em 2002.

É consultora *ad hoc* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq –, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Integrou comissões e colegiados na USP, destacando-se os trabalhos relativos ao processo de informatização da FFLCH-USP, enquanto Membro da Comissão Central de Informática da USP e Presidente da Comissão de Informática da FFLCH-USP por cerca de treze anos.



Linguística Românica da Universidade de São Paulo (USP) e, em segundo lugar, pelo privilégio de ter recebido de suas mãos exemplares de artigos publicados, em 1956-1957, no jornal *Folha da Manhã*, aos quais dedico a seção 3 deste texto. Oportuno dedicar um tributo num encontro da Lusofonia a quem tanto zelo e empenho devotou à língua portuguesa. Oportuno, também, dedicar-lhe um tributo nos Açores, dada a sua ascendência açoriana.

O que me cabe, neste texto, é a iniciativa ao tributo ao Mestre. Partilho, portanto, a sua autoria com os familiares, amigos, colegas e alunos do Prof. Salum que, tão pronta e gentilmente, aquiesceram ao meu convite para participarem desta homenagem por meio de depoimentos pessoais; partilho, também, a autoria com o Prof. Bechara e com o Prof. Antônio Cândido, aqui citados, que, no livro *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum* (1981), já haviam escrito sobre o mesmo tema; com Maria Josefina Leuba Salum, uma de suas filhas, que gentilmente me cedeu o texto inédito *Breve biografia de Isaac Nicolau Salum* (2005)¹⁰⁹ com o intuito de subsidiar este trabalho; com Marcos Chaves, autor do texto também inédito *As três ilhoas*, e, ainda, e principalmente, com o próprio homenageado nas citações de artigos de sua autoria publicados no jornal *Folha da Manhã* (1956) e de um depoimento feito no encerramento de um ciclo de conferências que o Instituto de Estudos Brasileiros – IEB – promoveu em julho de 1980, o qual foi publicado na *Revista do IEB* (1980).

O texto inclui: (1) dados biográficos do Prof. Isaac Nicolau Salum; (2) depoimentos de familiares, amigos, colegas e ex-alunos do Prof. Isaac Nicolau Salum; (3) referências a artigos de autoria do Prof. Isaac Nicolau Salum.

1 DADOS BIAGRÁFICOS DO PROF. ISAAC NICOLAU SALUM

Isaac Nicolau Salum (24/03/1913 – 03/05/1993).

Os dados biográficos do Prof. Salum dão destaque à sua ascendência açoriana e tomam por base a *Apresentação* do livro *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum* (1981), o texto inédito *Breve biografia de Isaac Nicolau Salum* de Maria Josefina Leuba Salum (2005); a autobiografia que consta do artigo *Depoimento e Demonstração* (1980), a súmula genealógica de Marcos Chaves, intitulada *As Três Ilhoas* (2012) e as seções *As “Três Ilhoas”* e *Professor Isaac Nicolau Salum – 1913* da obra *História de Alpinópolis: nos séculos XVIII, XIX e XX, até 1983*, de José Iglair Lopes (2002).

Isaac Nicolau Salum nasceu em Alpinópolis, antiga Ventania, situada no sul do estado de Minas Gerais, a 350 km da capital mineira, no dia 24 de março de 1913. Se estivesse vivo, completaria, em 2013, 100 anos.

Filho de Maria Jesuína de Jesus, posteriormente Maria Vilela Salum (1887-1968), nascida também em Ventania, e de Nicolau Jorge Salum (1882-1958), de Tel-abessa,

Síria, o Mestre é o terceiro filho do casal de seis filhos, sendo Rita Gonçalves de Faria (mãe Sia Rita) e Francisco Quirino dos Reis Sobrinho seus avós maternos, e Maria Sallum e Jorge Sallum, paternos. Casou-se com Antoinette Leuba (Nety) em 24 de junho de 1942, com quem viveu durante 50 anos, até seu falecimento, tendo tido com ela cinco filhos: Maria Luiza Salum Caporali – 21/03/1943 – (Lily), Carlos Augusto Leuba Salum – 31/05/1945 –, Maria Josefina Leuba Salum – 1º/05/1948 – (Suzy), Marta Heloísa Leuba Salum – 8/04/1952 – (Lisy) e Maria Elizabeth Leuba Salum – 18/01/1955 – (Betty) (Salum, 2005: 12-13).

A sua ascendência açoriana é do lado materno: sua seis vezes bisavó materna, Júlia Maria da Caridade, a segunda das chamadas três “Ilhoas”, nasceu na primeira metade do século XVIII, em 8 de fevereiro de 1707, na Vila da Horta, Freguesia de Nossa Senhora das Angústias – Ilha do Faial, Arquipélago dos Açores – Portugal.

As *Três Ilhoas* foram três irmãs açorianas – Antônia da Graça, Júlia Maria da Caridade e Helena Maria de Jesus –, filhas de Manuel Gonçalves Corrêa, apelidado de “O Burgão”, e de Maria Nunes, casados religiosamente em 22 de julho de 1685. Imigraram para o Brasil com a mãe, viúva, tendo desembarcado no Rio de Janeiro por volta de 1723 e fixado residência em Minas Gerais, para onde foram provavelmente ao encontro do irmão, Antônio Nunes, casado com Ana Maria Silveira, sobrinha de Diogo Garcia da Cruz, também natural da Freguesia de Nossa Senhora das Angústias, em cuja residência moraram, no Rio das Mortes Pequeno, Freguesia de São João del Rei. Júlia Maria da Caridade casou-se com Diogo Garcia da Cruz, em 29 de junho de 1724, na Capela de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, com quem teve 14 filhos. Residiram em Carrancas e posteriormente em Madre de Deus. Deram origem, dentre outras, a tradicionais e importantes famílias: aos Garcias, Carvalhos, Nogueiras, Vilelas, Reis e Figueiredos. (Lopes, 2002: 84-85; Chaves, 2012: 1-2)

Sobre a sua infância, em Alpinópolis, segue o relato de sua filha Maria Josefina:

... viveu uma infância cheia de relatos e recordações: dos Congados e das Cavalhadas, das Festas de Santo Reis, dos passeios na Gruta e dos banhos no Rio Conquista, dos *meninos levados*, das brigas de rua punidas com energia pelo pai no retorno a casa, das amizades e inimizades na escola, dos brinquedos com carrinhos improvisados com rodinhas de carretel de madeira, da venda de laranjas e mangas colhidas no pomar de casa carregadas em cestos pelas ruas e da relação afetuosa com sua mãe e com sua avó, a mãe Sia Rita, ambas muito amadas por ele e cuja memória preservou com emoção por toda a vida. (Salum, 2005: 4)

O curso primário foi feito em sua cidade natal, na Escola Pública masculina, e o curso secundário, no Ginásio Mineiro de Muzambinho, no sul de Minas. Fez seu curso superior na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, diplomando-se em Letras Clássicas e Português, e em Línguas Estrangeiras (1937-1939). Fez, simultaneamente, curso superior de Teologia, bacharelado-se pela Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, em São Paulo (1938-1940).

¹⁰⁹ Este texto que segue para vs, ainda inédito, eu o preparei mais como um documento que fique para meus filhos, de modo que um dia - quando a curiosidade da maturidade chegar - debrucem-se sobre o perfil do vovô que pouco pôde conviver com eles.



Iniciou suas atividades docentes como professor secundário de português, latim, francês e grego em 1937, e ingressou no magistério de 3º grau como teólogo, na Faculdade de Teologia da Igreja Metodista do Brasil, onde lecionou de 1942 a 1951. Foi professor estável de latim na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Mackenzie (1947-1959) e professor assistente do Prof. Maurer na cadeira de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1947-1967), tendo sido, em 1968, nomeado regente da Cadeira. Sua carreira científica desenvolveu-se na Universidade de São Paulo: em 1954, defendeu tese de doutoramento, intitulada *A Contribuição Linguística do Cristianismo na România Antiga*, sob a orientação do Prof. Maurer. Em 1967, fez o Concurso de Livre-Docência, com a tese *A Semana Astrológica e a Judeu-Cristã: Introdução à Problemática da Nomenclatura Semanal Românica*; em 1968, submeteu-se ao Concurso de Cátedra com a tese *A Problemática da Nomenclatura Semanal Românica*. Em 1985, recebeu o título de Professor Emérito da USP (Apresentação, 1981: 2).

Exerceu várias funções administrativas na USP: chefia do Departamento de Linguística e Línguas Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH (1970-1973), vice-direção da Faculdade de Educação (1972-1975), presidência da Comissão de Pós-Graduação da FFLCH (1976-1979). Foi membro do *Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta*, a partir de 1969, como um dos responsáveis por sua execução em São Paulo. Nesse mesmo ano, convocou uma reunião de que resultou a fundação do *Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo - GEL*. (Apresentação, 1981: 2).

Na FFLCH-USP, foi criador e divulgador do estudo da língua romena dada a sua importância para a reconstituição do latim vulgar e, pois, para o estudo comparativo das línguas românicas, a cujo ensino se dedicou, mesmo após sua aposentadoria, em encontros semanais com o grupo de professores da área de Linguística Românica.

Devotou-se, também, ao ensino de uma *abordagem sintático-semântica do texto*, de sua criação, que concebe

o texto um enunciado ou uma sucessão coerente de enunciados. Os períodos que se alinham são enunciados coordenados, os parágrafos são uma sucessão de períodos coordenados, os capítulos uma sucessão de parágrafos coordenados. (...)

[A Interrelação sintático-semântica do texto engloba] considerações de natureza múltipla, incluindo as históricas, mitológicas, psicológicas, sociológicas, retóricas, fonológicas e rítmicas, tudo isso sem sair do texto, ou antes, saindo precisamente do texto.

Isso quer dizer que este método de análise não é um sucedâneo ou substituto de quaisquer outras abordagens, mas reclama uma anatomização sintática – que não deve ser atomização – como ponto de partida. Não é atomização nem é requinte terminológico – aliás, elimina quase totalmente a terminologia –, valorizando, por questão de justiça,

os dados da boa gramática tradicional, naquilo em que os estudos modernos ainda não a conseguiram substituir.” (Salum, 1972: 4)

A sua vocação maior foi o magistério: indicava, esclarecia, tendo sido orientador não só de direito, mas também de fato de inúmeras dissertações de mestrado e de teses de doutoramento.

Realmente lhe era impossível sobrar tempo para dedicar-se aos textos próprios que lhe teriam rendido inúmeras publicações. Optou mesmo por ser o Mestre e o autor anônimo através dos trabalhos de seus alunos. E ensina-nos a arte de ensinar:

Desde muito, venho percebendo que *ensinar* – verbo que vem de *in + signare*, isto é, “marcar dentro”, e é bem parente de *inculcar*, que vem de *in + calcare*, “calcar dentro”, “imprimir” – é, antes de tudo, “fazer aprender”, que vem de *ad + prehendere*, “apanhar”, “agarrar”. *Fazer aprender* é, dando as orientações metodológicas, “fazer estudar”. (Salum, 1980: 196)

Transcrevo a seguinte notícia publicada por ocasião de seu falecimento em 03/05/1993:

Perde a Universidade de São Paulo um dos seus mais dignos mestres, pela vastidão da sua ciência e pelo calor humano que a todos contagiava. O Prof. Salum era o modelo de sábio e santo, cujas lições não ficam apenas no que escreveu, ficam mais na lapidação profissional e científica de grande parte do magistério secundário e superior que labuta no Brasil, especialmente em São Paulo, muitos dos quais pertencem hoje ao que de melhor ostentam a investigação e a pesquisa entre nós. Seus livros - representados pelas teses universitárias -, suas traduções e supervisões de obras básicas, seus gráficos que nos anteciparam alguns temas da linguística textual, suas aulas e suas arguições de teses, seu coração sempre dadivoso e acolhedor, tudo isso fazia do Prof. Salum um mestre e um amigo (...) uma lição de vida totalmente dedicada às letras e à religião. (Noticiário. Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro. n. 5, 1º semestre de 1993). (*apud* Salum, 2005: 18)

2 DEPOIMENTOS DE FAMILIARES, AMIGOS, COLEGAS E EX-ALUNOS DO PROF. ISAAC NICOLAU SALUM

Esta seção dedica uma homenagem ao pai, avô, tio, amigo, colega e professor Isaac Nicolau Salum. Assim sendo, as informações apresentadas a seguir retratam as vozes de familiares, amigos, colegas e alunos do Mestre, aos quais agradeço o envio de seus depoimentos. Reproduzo seus textos por veicularem, de forma mais fiel, os seus discursos, e, pois, o que significam suas experiências. Chamo as memórias aqui relatadas de um elogio e um agradecimento ao Mestre que nos acolheu e nos deu a mão para o aprendizado das línguas românicas e, em especial, da missão de ser professor.



Início com o depoimento de seus amigos, seguido pelo de seus ex-alunos, alguns deles posteriormente colegas, o de seus familiares e concluo com o meu depoimento. Trago, também, ao texto outras homenagens que lhe foram prestadas e é com elas que começo esta seção.

EVANILDO CAVALCANTE BECHARA é professor, gramático e filólogo brasileiro de renome internacional: professor titular e emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF); titular da cadeira nº 16 da Academia Brasileira de Filologia e da cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras; membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra; patrono da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia – AICL.

Referindo-se ao “nosso” Salum, assim se expressou na mensagem eletrônica de 08/02/2012, em resposta ao convite que lhe formulei para o envio de depoimento:

Prezada Prof.^a Zilda,

Achei excelente e justa sua proposta de homenagear nosso Salum, saudosa memória. Tão logo me livre de compromisso destas próximas semanas, lhe atendo ao pedido. Você conhece a homenagem ao Salum, e daí poderá tirar o que eu disse do amigo.

Abraços e até os Açores.

Evanildo Bechara

É o que faço agora, reportando-me à homenagem que Bechara presta ao amigo de “inteligência luminosa”:

A primeira impressão que nos transmite a sua presença é a de alguém que de nós se aproxima em busca de aprender mais. Entretanto, pela sua inteligência luminosa, pela sua cultura multiforme e pela sua curiosidade intelectual sem limites e sem hierarquizações (...) o pretenso aluno ávido de informações se transforma logo no professor seguro, que faz calar aos circunstantes, convencidos de que têm muito mais para aprender do que para ensinar. (...)

[Destacando os valores da humildade e do verdadeiro mestre, assim se expressa:] A verdade é que Salum ensina a todos nós com uma modéstia tal, como se estivesse a nos pedir perdão pelo muito que sabe; mas, sua lição não termina aí; dá-nos também o modelo do verdadeiro mestre, desse mestre de que hoje tanto precisamos – misto de estudo e de autoridade, mas com sorriso, como diz – para fazer que o magistério saia de seus augustos limites de sala de aula e participe dos destinos mais altos da sociedade brasileira.

(Bechara, 1981: 303-304)

ANTÔNIO CÂNDIDO DE MELLO E SOUZA é ensaísta e crítico literário respeitado internacionalmente, doutor em Ciências Sociais, professor titular aposentado de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH-USP, professor emérito da USP e da UNESP, doutor *honoris causa* da Unicamp; foi honrado com o Prêmio Camões em 1998.

A origem açoriana comum levou o Prof. Antônio Cândido a chamar o amigo de “primo”, dedicando-lhe uma homenagem de mesmo nome – *O primo* – em Cândido (1981: 299-301). Foram, também, colegas de universidade nos bancos escolares e na atividade acadêmica:

Salum e eu somos um para o outro o “Primo”, que é como nos tratamos. Sendo muito remoto, o nosso parentesco é mais de boa vontade que de outra coisa, mas nós o consideramos próximo e atuante, como se tivesse vivido ontem o casal de açorianos do qual descendemos, lavradores perto do Rio das Mortes Pequeno, Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII. Além do mais somos vizinhos de torrão - ele da Ventania (atual Alpinópolis) e eu (apesar de nascido no Rio) de Santa Rita de Cássia (atual Cássia), uma de cada lado de Passos, no sudoeste de Minas, e todas as três em fila inclinada no Vale do Rio Grande. Por isso conhecemos a mesma gente, tivemos experiências parecidas e falamos mais ou menos do mesmo jeito. (...)

[Cândido destaca a sabedoria, honestidade intelectual e respeito pelo próximo:] O que sempre me impressionou no Salum foi a sapiência. Um sábio ele é, sem dúvida, com todo o arsenal de informação e reflexão que o termo implica. Os amigos gostariam que fosse menos enrolado e um pouco mais afoito, para publicar o que elabora lentamente e guarda na gaveta ou arredores, sempre querendo melhorar, completar, tornar o escrito mais útil e acabado. Trata-se de certa ilusão de totalidade, derivada de sua honestidade fundamental, do rigoroso escrupulo que cancela qualquer improvisação e do respeito tanto pela ciência quanto pelo próximo. (...)

[Assinala, também, a sua capacidade de doação,] a boa disposição para resolver os problemas dos outros; a aplicação minuciosa ao interesse alheio (...)

JOSÉ SEBASTIÃO WITTER é professor emérito da USP, instituição onde exerceu a função de diretor do Centro de Apoio à Pesquisa Histórica (CAPH) Sérgio Buarque de Holanda e do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), e de Coordenador Geral da Coordenadoria de Comunicação Social (CODAC). Foi, também, diretor geral do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

Em Witter (dez.-fev. 1993-1994: 145-146), faz uma homenagem ao Mestre, intitulada *O PROFESSOR*:

Isaac Nicolau Salum é um caso perfeito do homem certo que escolhe uma profissão certa e a exerce com a certeza de estar contribuindo para o avanço da própria humanidade. Foi, é e será sempre o professor. O professor que acredita no que faz, faz com empenho e ensina de verdade... Suas obras de intelectual consagrado continuarão por muito tempo a "dar aulas" às gerações que nos sucederem.



A minha lembrança mais marcante do Prof. Salum continua sendo aquela da minha adolescência... Nos primeiros dias de aula no Colégio Estadual e Escola Normal de Mogi das Cruzes. Ano de 1946... (...)

Voltemos ao mestre Salum, dessas lembranças de menino. Pacientemente ele explicava a todos nós a importância de se aprender latim e lastimava que o grego já não fosse matéria obrigatória... Sabia, no entanto, com a sensibilidade que era também sua marca que todos nós preferíamos brincar e "jogar bola" a estudar as complicadas declinações que ele, com todo empenho, procurava amenizar, tornando o seu aprendizado o menos aversivo possível. E, todos nós, que com ele convivemos, não esqueceremos de sua forma de nos fazer gravar os sufixos de cada uma delas. Ele cantava e andava na frente da classe e, como bom maestro, exigia que os pequenos cantores o acompanhassem. (...)

Foi um professor secundário de seu tempo e formou muitos jovens que acabaram engenheiros, médicos, dentistas, advogados e também professores. Os que escolheram seguir o mestre nesta profissão, ao mesmo tempo penosa e gratificante, tiveram nele um modelo a ser seguido. Muitos de nós, que como ele passamos por diferentes graus de ensino, saindo da experiência do professor normalista para chegar às funções de professor universitário, sabemos o que ele nos queria inculcar quando dizia que só fôssemos "dar aulas" se realmente "gostássemos de crianças e não gostássemos de ser ricos". Queria dizer que gostássemos de dar aulas e não de ter posses além daquelas que nos permitissem uma vida segura e digna para exercer, como ele exercia, o magistério.

(...) todos saímos dessa escola com marcas indeléveis deixadas por homens que exerciam a nobre e digna profissão de ensinar... Dentre esses muitos homens está Isaac Nicolau Salum, um homem que acima de tudo foi professor. E, como professor, soube orientar sem tolher, exigir sem impor, e deixar fluir as qualidades de cada um.

Eu sinto saudade desse homem, desse ser diferenciado, desse professor que foi Mestre: Isaac Nicolau Salum."

IZIDORO BLIKSTEIN é licenciado em Letras Clássicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, tem mestrado pela Université de Lyon – França, é doutor, livre-docente e titular em Linguística e Semiótica pela Universidade de São Paulo, professor aposentado do Departamento de Linguística da FFLCH-USP. Atualmente, é professor e consultor de Semiótica e Comunicação e professor de Comunicação Corporativa e *Media Training*.

Izidoro prestou várias homenagens ao Mestre, de quem foi aluno e amigo exemplar. Em artigo intitulado *Maurer, Salum e a Romanística: pioneirismo, sabedoria e humildade* (set.-dez. 1994: 261), registra que

O professor Maurer tornou-se catedrático de Filologia Românica em 1952, aposentando-se em 1967, quando o sucedeu o professor Salum, que permaneceu como titular da área até a aposentadoria, em 1983. Ambos, infelizmente, já faleceram, mas deixaram a sua marca indelével de cultura e de erudição e... sobretudo de humanismo e de humildade.

Na seção *Homenagem da Revista da USP* (dez.-fev. 1993-1994: 147-153), Izidoro deixa um outro depoimento ao Mestre:

Mas... o que falar do Prof. Salum? A sua passagem pela Faculdade foi tão exuberante que talvez não caiba num depoimento limitado como este e deva, na verdade, ser matéria de uma dissertação de mestrado ou, melhor ainda, de uma pesquisa que conduza a uma tese de doutorado. Vou, portanto, ater-me a alguns aspectos de sua atuação como professor, pesquisador e como ser humano, irradiando um exemplo de sabedoria e humildade a servir de guia para todos os que querem aventurar-se pelas veredas do magistério. Tenho a certeza, contudo, de que o Prof. Salum retrucaria, declarando categoricamente: "Eu não sou nem fui nada disso. (...)

E quantas coisas não terá feito o Prof. Salum? Aulas, conferências, orientação, conversas, conselhos, estímulos, artigos, teses, palestras, mais aulas, mais conselhos, mais orientação, mais conversas, contínuas e infatigáveis pesquisas, enfim... a inteireza de uma vocação como professor. Mas que tipo de professor foi Isaac Nicolau Salum? (...)

Estar disponível, dentro mas também fora do espaço da sala de aula. Sem nenhum formalismo, o Prof. Salum conversava e trocava ideias sobre fatos linguísticos com qualquer pessoa (não necessariamente o aluno "oficial"), independentemente da condição social, do momento ou do lugar. Para o Prof. Salum, todo ser humano pode produzir uma "ciência" linguística: para tal, é preciso que sejamos atentos observadores, com sensibilidade e memória atiladas, capazes de saber perceber, registrar e interpretar a contínua produção de fatos linguísticos por parte do falante. (...)

[Conclui, observando que o] Prof. Salum, ao protestar contra o epíteto *humanista*, a ele aplicado, permite-nos desenhar a inteireza de sua figura humana e intelectual, mais do que nunca viva entre nós, com a sua humanidade, mas sobretudo com a sua generosidade e a sua grandeza de espírito:

"Se o Prof. Aubreton é um humanista, eu não posso ser posto junto: ele é um nome europeu, eu sou apenas um professorzinho brasileiro, que, especialmente nestes últimos anos, só estudo um pouco de *teimoso*. De qualquer maneira, se as minhas 'tolices' não o escandalizaram, eu lhe agradeço a complacência".

Não, Prof. Salum, nós é que lhe agradecemos por tudo o que o senhor fez pela Faculdade, pela Universidade e pela cultura brasileira.



Izidoro expressa, mais uma vez, o apreço e a admiração pelo Mestre através do seguinte depoimento, preparado especialmente para o tributo no Colóquio dos Açores:

O Prof. Isaac Nicolau Salum foi, para mim, além de competente orientador de minhas teses de doutorado e de livre-docência na USP, um exemplo de probidade intelectual e humildade. Pioneiro no ensino e na pesquisa na área de Filologia Românica, o Prof. Salum estava sempre aberto para as novidades no campo dos estudos da linguagem. Com efeito, ele praticava uma linguística de alto nível, denominada *Desconstrução do Texto* [“Método Gráfico para o Estudo Estilístico do Texto”]. Ele desconstruía o texto, mostrando todas as suas relações sintáticas e semânticas. Criava uma árvore sintático-semântica que ilustrava toda a rede de dependências entre as palavras e as orações no texto: tratava-se, na verdade, de um trabalho de coesão e coerência textuais. Com isso, o Prof. Salum fazia uma radiografia do texto. Portanto, era um trabalho de linguística sincrônica, ao qual ele aliava o aspecto diacrônico com seus conhecimentos de Filologia, Grego, Latim, Árabe, Hebraico etc. O Prof. Salum fazia uma bela junção da Filologia, da Linguística Histórica e da Linguística Estrutural.

Como ser humano, o Prof. Salum era um erudito que tinha uma atitude humanística e humilde perante a vida. Essa postura humilde, que é a verdadeira atitude científica, nos ensinava a reconhecer que nem sempre estamos certos e que o outro pode ter razão. Com esse espírito democrático, ele impulsionou o desenvolvimento da Linguística entre nós, embora sempre dizendo que não era linguista.

Para percebermos o reconhecimento de sua figura, basta observar a lista de professores que participaram do livro *Estudos de Filologia e Linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum* (Borba (org.) 1981. T. A. Queiroz e Editora da Universidade de São Paulo). Em depoimento, o Prof. Antônio Cândido afirma: “Sei pouco da sua atividade no campo religioso, mas acho significativo a circunstância de pertencer ele originariamente a um setor da Igreja Presbiteriana que vai sempre dividindo-se, dando lugar a organizações cada vez mais abertas, que procuram inserir o Cristianismo na luta pela solução dos problemas na terra. Esta tendência afina bem com a sua personalidade tolerante mas atuante, capaz de indignação e estrilos oportunos quando os princípios estão em jogo” (op. cit.: 301). E isso realmente o Prof. Salum fez. Embora não fosse filiado a nenhum partido político, ele era capaz de, com toda a transparência, manifestar-se corajosamente pelos princípios democráticos. Era capaz, por exemplo, de, em sala de aula, discursar a favor de um intelectual que eventualmente tivesse sido cassado. Ele tinha essa coragem, essa bravura política.

Houve aqueles que ofereceram resistência à Linguística, mas é preciso esclarecer que houve professores, como o Prof. Salum, com a mente

suficientemente aberta, para aceitarem as novidades e as integrarem em seu campo de conhecimento. E com isso a Linguística conseguiu desenvolver-se, transformando-se em um departamento que reúne diferentes tendências.

ATALIBA TEIXEIRA DE CASTILHO é licenciado em Letras Clássicas (1959), com especialização em 1960, é doutor em Linguística (1968), livre-docente (1997) e titular em Filologia e Língua Portuguesa (2002) pela USP. Foi professor titular nas três universidades oficiais paulistas e é professor titular aposentado da USP e da UNICAMP.

Na mensagem eletrônica enviada com o depoimento, datada de 13/02/2012, Ataliba, ex-aluno do Prof. Salum, escreve: “Meus parabéns pela ideia de homenagear o Prof. Salum, a quem me referi na conferência de encerramento do II Congresso Internacional de Linguística Histórica”, 10/02/2012.

Conheci o Prof. Salum como seu aluno de Filologia Românica na USP e, pouco depois, por sua participação na Igreja Evangélica de São Paulo, cujo pastor era o Prof. Theodoro Henrique Maurer Jr., catedrático da mesma disciplina.

Em 1962, fui convidado a lecionar Língua Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, hoje integrada à Unesp. Tendo pedido sua ajuda, o Prof. Salum preparou os quatro cursos anuais que ia ministrar, iniciando-me no magistério superior.

Em 1970, pedi ao Prof. Salum que aceitasse a coordenação da equipe paulista do Projeto NURC [Norma Urbana Culta], tarefa que ele aceitou, assegurando assim que os trabalhos desse projeto tivessem sucesso em São Paulo.

Sua ajuda foi decisiva nos primeiros tempos do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, associação que conta hoje com 6000 associados. Ele segurava, por assim dizer, os arroubos dos jovens associados, garantindo que os objetivos da jovem sociedade fossem atingidos.

É preciso lembrar também que ele ajudou o Prof. Maurer na implantação da Linguística na USP.

Homem generoso e extremamente culto, ele não hesitava em deixar suas coisas de lado sempre que alguém o procurava, pedindo ajuda.

CARLOS ALBERTO DA FONSECA, bacharel e licenciado em Letras (Português / Sânscrito), mestre e doutor em Linguística pela FFLCH-USP, é professor aposentado do Curso de Língua e Literatura Sânscrita da FFLCH-USP (1974-2001). É com humor, admiração e estima que fala do seu Mestre num depoimento que intitula *Nicolau, é o Melhor e Não Faz Mal!!!*

Havia resolvido iniciar este texto lembrando o episódio “Bunã dimineatã!”, mas a memória me deu um passa-moleque e colocou na frente essa paródia do conhecido *jingle* do comprimido que meus sentimentos se entrecantavam no dia seguinte às aulas do Prof. Salum



enquanto tentava colocar ordem na montanha de informações com que havia topado no dia anterior. Era nas calendas de 1975, os dois semestres, e eu e mais dois colegas – Wilson Galhego e José Luiz Fiorin – formávamos a turma das disciplinas “Romeno e Ibero-romance: exame contrastivo I e II”, nas quais, além de aprendermos a gramática do romeno, nos fascinávamos com as análises comparativas dessa gramática com as das demais línguas românicas. As aulas eram autênticas touradas: tínhamos que pegar à unha toneladas de referências, além da aprendizagem da língua romena, porque era durante ela que se faziam os contrastes. Um pé lá e outro cá, a cada *feria* nos surpreendia a erudição acadêmica sem limites e a generosidade de alma daquele homem que escolhera o magistério superior como coroamento de sua passagem por este mundo-vida. A expressão “Bună dimineața!” foi das primeiras que descobrimos sozinhos e em todas as aulas saudávamos o Mestre quando ele chegava para a aula, carregando aquela pasta entulhada de livros e recortes de papel com textos “engaranhados” naqueles seus esquemas geniais de descobertas de mecanismos de textualização e, nos dias de alguma temperatura mais baixa, seu boinê de lã xadrez com protetores para as orelhas. Ele fez parte também da Banca Examinadora de minha dissertação de Mestrado, da qual saí com um 9,8 com distinção e uma cópia do trabalho (a que ele lera) com centenas de anotações do que ele chamava de *lana caprina*, minudências de correções ou sugestões de linguagem escrita que ele queria fosse sempre rigorosa. Numa delas, uma tia minha, na plateia, ergueu-se em minha defesa: “existe, sim; lá no meu Nordeste, todo pernambucano como eu conhece um tipo de pé de algodão que é mais uma árvore do que um arbusto”. Isso em função de uma tradução que eu fizera de uma palavra sânscrita como “árvores de algodão” (“algodoeiro” só não me servia – uma ideia de floresta/bosque era importante ali) porque eu não queria que parte da palavra arbusto reverberasse um sentido que naquele trecho o texto não apresentava. E assim se deu a convivência com aquele exemplo de humanidade e de homem de humanidades. O “Bună dimineața!”? Ah ali pela terceira ou quarta aulas, havia ainda muito contraste a aprender, saudei-o animadamente (achava que tinha aprendido num vocativo a chave do mundo), ainda no térreo do bloco B dos prédios do CRUSP, onde então estavam abrigados os cursos da área de Letras, com um “Bună dimineața, Învățătorule!” – “Bom dia, professor”. Interrompendo o passo e colocando a mão em concha junto à boca, corrigiu-me sorrindo, falando ao meu pé de ouvido: “Isso você diga a um professor primário, que já fui com orgulho. Mas agora somos ambos, cada um, um Professorule”. Lição aprendida, saudoso e sempre estimado Mestre. E seu admirado Columbo, está por aí?

DIANA LUZ PESSOA DE BARROS é professora titular aposentada do Departamento de Linguística da FFLCH-USP; exerce atualmente, na Universidade Presbiteriana Mackenzie, as funções de professora da graduação e da pós-graduação, e de coordenadora da Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Em seu depoimento, *Isaac Nicolau Salum: exemplo de intelectual*, deixa registrado:

Conheci o Professor Isaac Nicolau Salum quando era aluna do primeiro ano do Curso de Letras na Faculdade de Ciências e Letras de São José do Rio Preto. Fui, com o entusiasmo dos 18 anos, a um congresso de linguística na Universidade de Marília. Não sei mais do que se falou lá, mas sei que foi um deslumbramento o contato, mesmo à distância, com os grandes linguistas brasileiros da época. Lá vi, pela primeira vez, o professor Salum, de quem já tinha ouvido falar pelos meus professores, quase todos seus ex-alunos e admiradores. A jovem estudante de letras encontrou, naquele primeiro encontro, um modelo a ser seguido e difícil de ser atingido. A admiração se manteve em outros contatos, sobretudo no GEL - Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, de que o professor Salum era o mentor. Muitos anos depois, já professora na Universidade de São Paulo, pude, finalmente, ter um relacionamento mais próximo com o professor Salum, como colega na Universidade. Convidou-me para bancas de seus orientandos, passou-me um aluno, que foi o meu primeiro orientando de doutorado, estivemos juntos em reuniões do Conselho do Departamento e em bancas examinadoras diversas, conversamos no café e nos corredores. A proximidade e o amadurecimento não impediram, porém, que mantivéssemos a relação de professor e aluna. O professor Salum continuou sempre a ser o mestre, que, em grupos de estudos sobre as línguas românicas, em aulas de romeno, galego ou catalão, em estudos precursores dos textos, a partir das propostas de Tesnière, em conversas informais, dava-nos lições de linguística e de vida.

A passagem do tempo e a maior proximidade não apagaram ou mesmo fizeram diminuir o caráter exemplar do professor Isaac Nicolau Salum, como muitas vezes acontece com nossos ídolos da infância ou da juventude. Isaac Nicolau Salum foi um modelo de professor, visto à distância por uma aluna de primeiro ano de Letras e manteve-se, no contato mais estreito com uma colega-aluna, como um exemplo de intelectual.

ELISA GUIMARÃES PINTO é mestre e doutora em Letras pela Universidade de São Paulo, onde lecionou na área de Filologia e Língua Portuguesa, bem como orientou mestrands e doutorands na mesma área. Atualmente, é professora titular da área de Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Guardo do Prof. Isaac Nicolau Salum a mais bela das lembranças. Fui sua aluna no curso de pós-graduação em Letras da Universidade de São Paulo. Participei de aulas magistrais, reveladoras do senso crítico de um



analista ao mesmo tempo carinhoso e exigente - acima de tudo, competente e perspicaz. Essas aulas permanecem incorporadas ao repertório antológico de meus textos os mais ricos e os mais cativantes. De aluna pós-graduanda passei a ser, na mesma Universidade, colega do Prof. Salum. Aí, encontraram-se os dois mineiros; ele, de Muzambinho; eu, de São Sebastião do Rio Verde - duas cidadezinhas incrustadas nas montanhas de Minas Gerais. Colega exemplar, transmitia a ciência da amizade sincera, do devotamento oportuno, da oferta no momento preciso. Profundamente modesto, encantava-me com a arte de ocultar nas dobras da modéstia seu imenso cabedal de sabedoria. Enfim, não poderei nunca varrer da memória esse mineiro de alma pura, inteligência brilhante, espírito austero, coração magnânimo.

MARIA VALÍRIA ADERSON DE MELLO VARGAS tem bacharelado em Letras – Português e Sânscrito, mestrado em Filologia e Língua Portuguesa e doutorado em Filologia e Linguística Românica pela FFLCH-USP. É professora aposentada do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP, tendo atuado na Área de Língua e Literatura Sânscrita (graduação) e no Programa de Pós-Graduação em Linguística. Atualmente, é professora do corpo permanente do Programa de Mestrado em Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul.

Na mensagem eletrônica que acompanhou o envio do depoimento, de 28/02/2012, Maria Valíria, ex-aluna do Prof. Salum, agradecendo-me o convite, diz “um prazer lembrar meu convívio com o Prof. Salum. Que saudades!!” Intitula o seu depoimento *Meu convívio com o Prof. Salum*:

O Professor Salum foi, sem dúvida, meu grande mestre. Devo-lhe muito em relação a minha formação acadêmica, mas o legado maior se situa no desenvolvimento de uma prática mais acurada de reflexão do papel social e histórico do ser humano em diferentes culturas. Em 1979, por orientação do Prof. Izidoro Blikstein, cursei a disciplina “Romeno X Ibero-romance: exame contrastivo I e II”, ministrada pelo Prof. Salum, no curso de pós-graduação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP. São fortes as lembranças das aulas, em que o romeno era tomado como paradigma para o estudo de uma série de reflexos do latim nas línguas ibero-românicas e em que o exame contrastivo entre o romeno e essas línguas era enriquecido pela tomada de exemplos de outros idiomas do ramo: ítalo-romance, reto-romance e galo-romance. Essa abordagem serviu-me de modelo para o estudo dos aspectos linguísticos, geográficos e histórico-culturais dos textos sânscritos, em especial, do romance sânscrito clássico, objeto de minha pesquisa de Mestrado naquela época. Durante dois semestres, a condição de única aluna da disciplina tornou possível a elaboração conjunta de vários quadros comparativos de fenômenos das línguas românicas e do sânscrito e, desse modo, a reflexão estendia-se para mais um ramo das línguas indoeuropeias. Esse convívio com o Prof. Salum resultou numa

forte amizade entre nós e numa profunda admiração de minha parte por seu modo de agir, fundamentado, sobretudo, na ética e no respeito ao ser humano, fosse quem fosse. Seu amplo conhecimento, sua vivacidade e bom humor, suas “histórias de mineiro”, como dizia, davam o “tom” àqueles encontros inesquecíveis. Por essas razões, considero um privilégio poder dizer que fui aluna do Professor Salum.

OPAZIA CHAIN FERES tem licenciatura, mestrado e doutorado em Letras pela FFLCH-USP. É professora de Língua e Literatura Italiana na Universidade Federal Fluminense – UFF.

Em seu depoimento, Opázia rememora as inesquecíveis festas romenas, organizadas pela Associação Cultural Brasil-Romênia, na companhia agradável do Mestre querido:

Quando cursei a disciplina Linguística Românica durante minha graduação em Letras na FFLCH da Universidade de São Paulo – USP, conheci aquela figura singular isenta de qualquer vaidade, distante dos estereótipos do *intellectual*, do erudito, do sábio e mais distante ainda do asséptico título de *profissional*. Em sua simplicidade havia algo da graça de um menino, que se doava aos estudos, aos alunos, aos amigos – a quem dele precisasse. Quase como um avô, que compartilha as próprias lembranças, recordava para nós, alunos, como era a USP do seu tempo de estudante, queixava-se da falta de menção aos gramáticos do século XV, fonte de tantas teorias então em voga ou dava suas preciosas aulas... São lembranças de um mundo acolhedor e querido. Sua inteligência privilegiada e formação rigorosa permitiam ao professor Salum ‘brincar’ com os conteúdos programáticos: um dia ele entrou na sala de aula declamando ‘O teu lenço’, de Guimarães Passos: com uma explicação rápida e eficaz, em poucos minutos, transformou o soneto numa pintura em movimento... Em outra ocasião, declamou uma poesia numa língua que nós não identificamos: ele havia, apenas, substituído os sufixos de uso corriqueiro por outros de uso excepcional. Uma noite foi aplaudido entusiasticamente pela colônia romena, que ouviu uma sua conferência num romeno irrepreensível: senti-me flutuar como num mundo perfeito de ideias, sem poder aquilatar o alcance de tamanha precisão.

E as festas? Sua timidez era um convite a nossas provocações para que entrasse nas brincadeiras dos saudosos bailes romenos.

Ele também tinha essa qualidade mágica – compartilhada por sua sobrinha e assistente Professora Onélia de Lima Salum: a de transmitir, em linguagem simples, acessível a alunos ignaros do latim, o conteúdo de uma disciplina que partia em grande parte dessa língua.

Quem avaliava os alunos era Onélia. Um dia, contou-me o José Carlos (Barcellos), de bom humor nato, luz fascinante e saudosa memória, que



depois de ter sabido de sua nota (e da minha), dez, colocou as mãos sobre a cabeça e exclamou: “Que vergonha!”...

Tínhamos o professor Salum como único, irrepetível, seja pela profundidade e abrangência de seus conhecimentos, seja pela simplicidade do seu ser. Quem o visse pelas ruas da cidade de São Paulo ou pelos corredores da USP, sandálias nos pés, boné na cabeça, oclinhos no nariz – e não o conhecesse – jamais imaginaria estar diante de um personagem de tamanha envergadura. Longe dos holofotes, ele apontava os erros dos colegas em cartas pessoais. Nenhum estrelismo: apenas o conhecimento, a naturalidade do saber, sua pele.

MARIA ZÉLIA BORGES é doutora em Linguística pela FFLCH-USP e professora aposentada pela Faculdade de Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Conheci o professor quando entrei na USP e o via circular sua grandeza, com a maior simplicidade e despreensão. Logo de saída encantei-me diante daquele professor e aos poucos o fui conhecendo pelo que fora no Mackenzie e era, então, na USP: plataforma de lançamento para novos valores, incentivador e modelo permanente, orientador e, por fim, prêmio maior para seus alunos e colegas.

Ele foi mestre, orientador quando a ele recorri, amigo e vizinho pelas ruas e pelo bairro em que morávamos na década de 70. Cursava ainda a graduação quando me convidou para frequentar suas aulas para a pós-graduação (subida honra para mim). A mim se referia dizendo “a menina da beira da Fernão Dias”. Conto como glória ter vindo, como ele, das Minas Gerais. Até me atrevo a dizer que, se ele tivesse conhecido Wilson Pereira, poeta de Coromandel – MG –, gostaria de repetir junto comigo:

O que eu tenho de Minas em mim
é este sonho de subir montanhas
e garimpar estrelas.

Passo, agora, ao depoimento dos familiares do Mestre.

MARIA LUÍZA (LILY) SALUM CAPORALI, a filha mais velha do Prof. Salum, fez enfermagem na USP e se especializou em Saúde Pública, com mestrado na Faculdade de Saúde Pública e doutorado em Comunicação pela USP. Trabalhou na área até essa data, cumprindo funções de administração em Serviços de Saúde Pública e dando aula nas Escolas de Enfermagem da USP e Escola Paulista.

Falando sobre a influência do pai em sua vida profissional e pessoal, faz um lindo depoimento em que aborda um aspecto único relativo ao método de análise linguístico-retórica do texto do Prof. Salum, que os seus alunos e colegas provavelmente desconhecem, certamente fazendo com que o Mestre seja conhecido e reconhecido não somente como artista das Letras, mas também do pensamento humano.

Entre 1984 e 1986, atraída pelas formas especiais de expressão de doentes de tuberculose com os quais trabalhei no final da década de 1970, linguagens diferenciadas da verbal e aproximando-se das

linguagens visuais, cinestésicas e sonoras, procurei referências sobre essas manifestações mantendo paralelamente longas conversações com o professor Salum sobre seus diagramas. Neste caso, conversações sobre a sua abordagem sintático-estilística de um texto e formas de graficar processos de pensamento humano dentro das áreas da psicologia cognitiva e suas implicações, e sobre estudos de simetrias da natureza sob o princípio da ordem onde a geometria, as matemáticas e as artes se faziam presentes. Entre gráficos ou formas de representação, falávamos e observávamos sistemas arbóreos encontrados na existência real de plantas, árvores sobretudo, rios e outros, incluindo traços no chão arenoso provindos de ventos e outros movimentos.

Essa característica do professor de observação da natureza pouco se fez conhecer porque fazia parte de momentos livres em que ele dava asas a sua imaginação e a seus processos intuitivos de pensamento.

Quando ele se via obrigado a pensar mais objetivamente os conceitos mentais, eram os temas de maior concentração nas conversas em que ele, com o seu método, mostrava como desmembrar um texto a partir de significação, sentido e suas conexões com a compreensão humana do mundo. Como minha área no momento era saúde resultante de aspectos anatômicos, fisiológicos e funcionais do corpo humano, a psicologia animal e suas resultantes norteavam a construção e o desenvolvimento de diagramas equivalentes aos que ele propunha.

Entre 1987 e 1991, fiz um doutorado na Escola de Comunicações e Artes, tendo o Professor Luis Barco como meu orientador. Nesse processo estudei formas de comunicação não verbal e, em todos os momentos de pesquisa, desenvolvimento de ideias e conclusões, criei gráficos sempre pensando nas classificações, na ordem e nas conexões que o professor Salum aplicava em seus diagramas. Nesse percurso, falávamos sobre autores do final do século XIX e início do século XX ligados a diferentes áreas do conhecimento, que se preocuparam com formas de pensamento e linguagem e suas relações com processos de aprendizagem, observação do mundo, criação nas artes e na música e estudos neuropsíquicos.

Viajando aos Estados Unidos e vivendo em Filadélfia por um ano, recolhi razoável bibliografia sobre esses assuntos que me deram a base do doutorado. Em 1991, já não pude ter o meu pai presente na defesa de tese por sua doença. Mas, desde então, avancei as ideias desenvolvidas com ele, aplicando-as na música, nas artes visuais e na cinestesiologia, áreas pelas quais passei estudando e desenvolvendo práticas até os dias de hoje. Como profissional, hoje sou ceramista e música, mas não deixo de estar com suas ideias metodológicas em tudo o que faço. Além disso, dentro dos próximos dois meses, inicio cursos para professores



sobre formas de aplicar processos de pensamento e expressão de ideias na aprendizagem e no desenvolvimento de habilidades criativas. Isso, visando o ingresso de artes nas escolas, encontrando professores ainda não preparados para as linguagens humanas mais expressivas: a sonora, a cinestésica, a visual e a plástica. Aplicando métodos arbóreos e simétricos, componho música e faço meu trabalho artístico nas artes visuais e plásticas, conectando e sincronizando as linguagens do som, da imagem e do movimento através de seus sentidos e códigos. Tudo isso tenho a possibilidade de desenvolver porque há por detrás um método de conceituação, classificação e construção (incluindo a criação) aprendido com o professor Salum, sem que ele pudesse imaginar que este poderia ser aplicado em outras áreas do conhecimento, sobretudo como um possível desenvolvimento humano.

SÉRGIO AUGUSTO CAPORALI FILHO, neto do Prof. Salum, filho de Maria Luiza, é professor da Universidade Federal de Porto Rico, na área de Ciências Médicas, engenheiro especializado em Ergonomia. Revela, em seu depoimento, que aprendeu com o avô a arte de ser professor, os valores da solidariedade e do amor ao próximo.

Vô Isaac!

Ele sempre foi um vovô bonzinho, tranquilo e muito interessado nos seus estudos. Não tenho muitas lembranças de brincar com o vô, mas sim de conversar com ele sobre coisas da vida e do seu trabalho. Lembro também que ele lavava sua roupa no tanque da sua casa, que era vegetariano e que gostava muito de tomar água de bolinha (água com gás em garrafa de vidro). Mas nada disso foi o que eu realmente aprendi dele! Hoje sou professor da Escola de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade de Porto Rico, sendo minhas áreas de atuação a Higiene Industrial, a Ergonomia e a Segurança do Trabalho. Como engenheiro, trabalhei no campo de fabricação industrial e consultoria por vários anos e acumulei experiências práticas que são muito úteis para o ensino das disciplinas associadas à Higiene e Segurança Industrial. Comecei a dar aula logo depois que me formei em Engenharia em Lima, Peru, em 1994. Vivo fora do Brasil desde 1989 e, desde 1996, quando comecei os meus estudos de pós-graduação, dou aula como minha atividade laboral principal. Vivi no Peru de 1989 até 1996, em Porto Rico de 1996 até 1998, nos Estados Unidos de 1999 até 2003 e, desde então, em Porto Rico novamente. A vida me levou a vários lugares e várias culturas, uma oportunidade que me permitiu conhecer vários ambientes docentes. Durante essa trajetória, conheci alguns professores que foram forjando o meu estilo de ministrar aulas. Cada um deles aportou em um aspecto diferente! Uns na parte técnica, outros com sua metodologia e alguns mais com sua paixão de ensinar. Essas pessoas contribuíram muito para o meu desenvolvimento como professor e essa influência é reconhecida frequentemente pelos meus

alunos. O que realmente me faz destoar do grupo de docentes, segundo as avaliações dos meus alunos, é uma característica muito especial, uma qualidade aprendida que pode ser traduzida como a consciência de que a verdadeira função de um professor é a de incentivar seus alunos pelo exemplo, pelo respeito, pelo verdadeiro sentimento de que as palavras de um docente têm uma repercussão muito mais perene do que se imagina. Essa qualidade eu aprendi com o meu avô, com o vô Isaac. A vontade de ajudar os alunos em sua vida, tanto dentro como fora do salão de aula, eu herdei dele. Sinto-me honrado por ter recebido dele esse presente, esse empurrão que me faz decolar na viagem do ensino, o prazer em fazer o que faço. Esta é a lembrança latente que guardo do professor Salum, do meu vovô, do meu professor!

FLÁVIO AUGUSTO CAPORALI também é neto do Prof. Salum, filho mais novo de Maria Luiza. É artista plástico, dedicando-se às pinturas marinhas, e reside em Lima, Peru. Guarda reminiscências boas da convivência com o avô e conserva seus ensinamentos:

Meu querido, o vô Isaac, participou de nossas vidas numa relação de amor, de compreensão. Elevado nos estudos e na intelectualidade, também dedicou-se à família, dando o melhor de si para seus filhos, sua esposa e nós, os netos.

Meu vô Isaac se deixou iluminar pelas belezas da vida com um espírito puro e profundamente religioso. Sua inspiração, seus trabalhos, hinos e poemas sempre me atraíram e hoje, no que posso e faço, procuro pensar no que ele dizia e fazia pensando nos homens, nas sociedades humanas e seu desenvolvimento espiritual.

MARIA JOSEFINA (SUZY) LEUBA SALUM, a terceira de cinco filhos, tem graduação em Enfermagem (1973) e habilitação em Enfermagem em Saúde Pública (1974) pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. É mestre em Fisiologia Humana (1979), doutora em Ciências (1985) pelo Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo e professora aposentada do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva – EEUSP – desde 2001.

Maria Josefina destaca, em seu depoimento, o ambiente em que foi criada, os traços do pai e os valores que dele recebeu.

Minha primeira lembrança é de 1952, quando meu pai concluía a tese de doutorado. As folhas de papel de seda sobrepostas e separadas por folhas de papel carbono iam sendo tocadas e preenchidas por minha mãe, à medida que ele produzia o texto oralmente. Infatigáveis, os dois prosseguiram noite adentro. Vez por outra, era preciso fazer correções, peça por peça, delicadamente, de modo a preservar a integridade do papel. Foi nesse ambiente de trabalho intelectual que eu cresci, cultivando a solidariedade com os de casa e os de fora.

Generoso, paciente, amoroso e especialmente entusiasmado no desempenho de sua missão teológica e intelectual, meu pai ensinou-me



a cumprir minhas obrigações com responsabilidade, estimulando em mim o amor pela humanidade e a tolerância frente às adversidades. Guiada por ele aprendi a organizar o pensamento e a rever exaustivamente o que escrevia. Vem dele também o gosto pelo estudo. Não para dar respostas previsíveis, mas para realizar um trajeto incessante de ampliação e aprofundamento do conhecimento. E isso me permitiu reconhecer no estudo sistemático e criterioso uma fonte inesgotável de prazer e aperfeiçoamento, suspeitando dos modismos e respeitando os clássicos. Não fosse ele, não teria reunido forças para sobreviver aos desmandos de uma pós-modernidade que veio para celebrar o que é imediatista, efêmero e superficial.

No seu *blog* <http://leuba.blogspot.com>, há um lindo e meigo depoimento de uma neta do Prof. Salum, Taís Meneguelo Lobo Leuba Salum, filha de Carlos Augusto Leuba Salum. Ainda menina, motivada pela leitura do texto *Humanismo, Humildade e Sabedoria* – disponível no *blog* –, de autoria de Izidoro Blikstein, Taís escreve:

Ler este artigo provoca em mim uma saudade imensa. Eu também me orgulho por ter convivido, ainda que por pouco tempo, com o Prof. Salum, para mim, o meu querido avô Isaac, para sempre guardado no meu coração.

Abraços,

Taís Meneguelo Lobo Leuba Salum

Sábado, maio 23, 2009 5:11:00 PM

MARTA HELOÍSA (LISY) LEUBA SALUM, a quarta de cinco filhos, é artista plástica, mestre em Antropologia e doutora em Arte Africana. Traz ao depoimento prazerosas lembranças da vida em família e da sua adolescência, e assinala a veia poética do pai através dos versos que traz à memória.

Penso sobre o papai um pouco como cada um de meus irmãos. Afinal sua presença entre nós, também na família, era de um observador silencioso, de uma inquietude sem par, mas serena, além é claro de um rigor severo no trato intelectual, ainda que extremamente amoroso, como foi sempre, com todos.

Na vida acadêmica e universitária de hoje é raro não recair no esquecimento aquele que como ele buscou a totalidade atento a sua vocação – o que parece importar de menos nos dias atuais.

Três lembranças de melhor sempre me vêm para desanuviar a imagem da implacável tristeza que tomou partes dele depois que chegou à compulsória.

Da minha adolescência lembro não haver noite de céu aberto em que ele não nos fazia partícipes da especulação se eram mesmo estrelas cadentes o que havíamos visto, indo ao telefone para falar com quem quer que atendesse no observatório astronômico da USP àquelas horas da noite. Já não sei se eram mesmo dele as suas para mim preferidas *Três Marias*.

Imbatíveis foram, desde sempre, as ocasiões em que, todo feliz por alguma descoberta nos estudos ou boa conversa sobre eles, vinha cantando todo desafinado que era o *Pai Francisco*, rodopiando a passos largos e com os olhos virados: “(...) como ele vem todo requebrado, parece um boneco desengonçado (...)”. Ele tinha essa habilidade genética de dobrar as pálpebras, fazendo com que tivéssemos medo e ao mesmo tempo ríssemos, quando crianças. Certamente que maior que esta, da genética, era sua habilidade de zombar-se de si próprio. Talvez um modo de esvair-se de seduções exteriores e centrar-se no que considerava ser seu sempre a fazer.

Para tentar entender sua forma de ser, de olhar para os outros e para si, e de dedicar-se de amor aos estudos e aos outros ensinando, lembro sempre de sua tradução de um hino (original em alemão, creio).

No tecer da vida parece comportar todos os embates que transparecem (podem transparecer) em tudo o que ele foi, fez e deixou no mundo. Bom seria se na Universidade, ainda mais hoje, pudéssemos fazer valer, sem literalidade e com largueza naturalmente, o que dizem seus versos que aqui transcrevo a partir do que guardo na memória:

“No urdir da minha vida trabalho e ajudo a Deus, mas a seleção das cores fica aos cuidados seus.”

“De cima no direito ele antevê o padrão, debaixo olhando o avesso só vejo imperfeição.”

“Às vezes acho estranho tecer tristeza e dor, mas continuo a obra, confio em seu amor.”

“Ele enche lançadeira, pois sabe o que convém, e eu tecerei com zelo, e a obra sairá bem.”

“Chegado ao fim da vida com ele irei morar, e irei pelo direito a tela examinar.”

“Então verei bem claro por que razão se uniu o gozo à dor na tela que a mão de Deus urdiu”.

MARIA ELIZABETH (BETTY) LEUBA SALUM, a última de cinco filhos, é bacharel em Português e Francês (1977) pela FFLCH-USP, licenciada em Português (1977) pela FE-USP e doutora em Filologia e Língua Portuguesa (2007) pela FFLCH-USP. É professora da área de português do Centro de Línguas da FFLCH-USP desde 2000. Maria Elizabeth fala do pai e do professor:

Do Isaac, meu pai, herdei o gosto pela conversa com desconhecidos nas ruas, nas filas de banco, nos bancos dos ônibus.

Do professor Salum, herdei o gosto pela análise dos fatos linguísticos posta a serviço da compreensão daquilo que se ouve e que se lê, assim como daquilo que se fala e que se escreve.

ONÉLIA DE LIMA SALUM ANDRADE, sobrinha do Prof. Salum, é professora aposentada do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP, tendo sido assistente do Prof. Salum junto à disciplina Linguística e Filologia Românica.



Onélia, atendendo igualmente ao convite que lhe fiz para um depoimento, destaca o gosto do Prof. Salum pelo estudo, pesquisa e ensino, e assinala um aspecto singular da sua produção, referente a publicações ligadas à sua vivência espiritual, nas quais se revela um outro traço do Mestre, a sua veia poética.

Lembro-me de muitos fatos ligados ao Prof. Salum, por causa do convívio de anos com ele, na qualidade de sua sobrinha, sua aluna no colegial e pós-graduação, sua orientanda para obtenção do Título de Mestre, sua assistente na FFLCH/USP, junto à disciplina Filologia / Linguística Românica.

O que ressalta, nas lembranças desse convívio, é que o Mestre Salum foi, antes de tudo, professor. Na preocupação de passar os conhecimentos aos alunos, ler teses de orientandos, o tempo correu sem que realizasse muitas publicações.

Enquanto discutia temas com os alunos, no escritório da casa da Guapiaçu (SP), via-se o professor subindo e descendo as escadas junto às estantes, apresentando, diretamente a eles, desde as primeiras gramáticas das línguas românicas (Diez, Meyer-Lübke), até outros livros mais modernos, frisando que era importante conhecer as obras fundamentais e não apenas ler menção delas nos manuais. Na medida do possível, os alunos de pós-graduação deveriam ter conhecimentos da maior parte das línguas românicas, com ênfase especial no romeno, estudado no segundo ano de Românica e na pós-graduação, por ser fonte importante de comparação com as outras línguas e de reconstituição do latim vulgar.

Não costumava responder perguntas diretamente nem facilitar a vida dos alunos: queria ensinar a estudar; para uma pergunta, ele aparecia com os braços cheios de livros que continham a resposta...

Achava importante o aspecto visual do ensino. Os mais antigos alunos de graduação lembram-se dos “terríveis” mapas geográficos e históricos, que deviam executar para aprovação em Românica. No desejo de explicar os textos latinos para tradução, esquematizava longos períodos que mal cabiam no quadro negro. É essa a origem do trabalho de esquematização de textos e, dentro dos textos, períodos e orações.

Esse trabalho com textos, de anos, infelizmente, está inédito – o professor Salum queria estudar, pesquisar e, depois, ensinar: publicações não eram sua preocupação. Gostaria de mencionar, aqui, alguns trabalhos publicados, ligados a uma vivência fundamental em sua existência, a espiritual, que não são divulgados na comunidade acadêmica: algumas traduções de letras de hinos, que mostram, também, a vocação poética do Prof. Salum e que fazem parte de hinários de Igrejas Protestantes e da Igreja Episcopal Anglicana, e alguns poemas religiosos publicados em boletins de igrejas.

Mestre entusiasmado e cortês no trato, o Prof. Salum sempre foi estimado pelos alunos, e seu saber, respeitado. De suas ideias somente uns poucos que receberam cópias de seus rascunhos se lembrarão por inteiro, mas as atitudes ficaram, e vamos sempre nos lembrar de seu exemplo.

ZILDA MARIA ZAPPAROLI – professora associada aposentada junto ao Departamento de Linguística da FFLCH-USP, instituição em que obteve os títulos de mestre, doutora e livre-docente, e onde continua desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e orientação no Curso de Pós-Graduação em Linguística, área de Semiótica e Linguística Geral. Foi professora assistente do Prof. Salum na área de Linguística Românica (1980-1994), junto ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP.

Sou do interior de São Paulo, da cidade de Itu, de formação tradicional. Conheci o Prof. Salum como chefe do Departamento de Linguística e Línguas Orientais da FFLCH-USP (1970-1973), quando eu cursava pós-graduação em Linguística.

Contrariando qualquer imagem que eu pudesse ter feito de um professor catedrático da USP, lá estava diante de mim um homem simples, humilde, acessível, acolhedor, muito distante dos estereótipos do erudito; portador, sim, de uma intelectualidade e de uma sabedoria incomparável na visão do mundo e do homem, mas, ao mesmo tempo, um ser humano especial, que vivenciava, intencionalmente, os valores cristãos da doação, do respeito e do amor ao próximo. Tudo isso sem falar no convívio agradável que proporcionava, dotado que era de um brilhante humor. Todos esses valores, alguns talvez aparentemente opostos, estavam em diálogo, em comunhão, em sintonia no Mestre que foi para mim, como cheguei a dizer ao meu pai, um segundo pai. Foi assim que encontrei nele não só um exemplo de Mestre como de pessoa humana. Fiquei encantada! Certamente, também, o Mestre tenha “farejado”¹¹⁰ em mim não uma mineira, mas uma interiorana. Fui acolhida por ele e, a partir daí, não mais o abandonei, e nem ele a mim. Tive o privilégio de receber suas orientações, de ter correções e anotações feitas, com riqueza de detalhes, nos meus trabalhos de pesquisa – sempre disposto a informar e a orientar, até por telefone, consultas sobre dúvidas que eu lhe apresentava. Tive a felicidade de usufruir a amizade e o convívio intelectual com o Mestre não só na USP, mas também na sua residência, na rua Guapiaçu, em que contava com o acolhimento cordial e a simpatia de todos – a D. Antoinette Leuba – a D. Nety, sua esposa –, os seus filhos e a Maria Aparecida Moreira – a Cida –, que nos brindava com seus deliciosos pães de queijo.

¹¹⁰ Na seção 3, encontra-se o esclarecimento para o uso de “farejar”, quando cito o artigo de jornal *À Rua ou NA Rua?*.



O Mestre dedicou-me especial atenção sobretudo nos momentos delicados e difíceis que vivi na USP, expressando apoio e solidariedade até mesmo através de um respeitoso silêncio.

O prazer de ensinar o levava a reunir-se com professores da área para estudos das línguas românicas. Como sua assistente na área de Linguística Românica, integrei o grupo de professores que se reuniam semanalmente, às segundas-feiras de manhã, para, sob a orientação do Mestre, desenvolverem estudos a partir do seu método de análise de textos e fazerem uma incursão pelas línguas românicas, em especial o romeno, ao qual o Mestre dava maior atenção, sempre destacando seus aspectos singulares.

O Prof. Salum mantinha relacionamento estreito e amistoso com a cultura romena, representada em São Paulo pela Sociedade Cultural Brasil-Romênia, cujo presidente era o Sr. Augustin Hila Fratsila. Tive a felicidade de participar, juntamente com o Mestre, professores e alunos da área, das tradicionais festas romenas promovidas pela Sociedade – já lembradas pela Opázia –, saboreando músicas, danças e pratos típicos da cultura romena.

Seguir os passos do Mestre significa, antes de tudo, devotar-se ao estudo e às tarefas da docência no sentido mais pleno, o de educador. Foi esse o testemunho de vida que o Mestre me deixou e que ilumina o meu percurso na prática do magistério.

É do recôndito do meu coração, onde a linguagem dos sentimentos pode alcançar, com profundo respeito e consideração, que lhe digo, com carinho de filha, muito obrigada.

3 REFERÊNCIAS A ARTIGOS DE AUTORIA DO PROF. ISAAC NICOLAU SALUM

Numa das últimas visitas que fiz ao Prof. Salum em sua residência, na rua Guapiaçu, 19, Bairro de Indianópolis em São Paulo, cerca de dois anos antes de ele nos deixar, conversávamos na sala, quando me pediu licença, foi até o seu escritório e retornou, oferecendo-me recortes originais de páginas de jornal com artigos de sua autoria publicados, em 1956 e 1957, na coluna *Linguagem e Estilo do Jornal Folha da Manhã*, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Theodoro Henrique Maurer Júnior. Disse-me: “Leve para você que já não vou mais fazer uso disso”.

Trata-se de artigos que descrevem, analisam e interpretam padrões de comunicação escrita do português, redigidos em resposta a consultas feitas por leitores. Esses artigos não estão citados na bibliografia que reúne os trabalhos que o Mestre publicou, no livro *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum* (1981).

Nesta seção, partilho um pouco das preciosas lições de língua portuguesa que me foram apresentadas por quem, no artigo *À rua ou na rua*, escreveu: “Estudar a língua é o meu ofício e meu prazer”, reportando-me a uma série de artigos publicados de

setembro a dezembro de 1956, em que o Mestre discute a questão do uso do *à* ou *em* nos complementos de lugar.

O Mestre inicia o primeiro deles, intitulado *A ou Em*, reconhecendo que

A matéria é vasta e complexa, se discutida do ponto de vista românico, e parece ficar um tanto além do alcance desta coluna. Mas, a examiná-la só no Português, perder-se-ia um pouco a visão do conjunto. Tentemos, pois, hoje uma história sucinta do problema, fazendo comparação com sobriedade, só para ceder ao “uso do cachimbo”! E que o passeio e o piquenique não tragam indigestão!

Para isso, partindo do Latim Clássico, observa que “o Latim Vulgar perdeu logo a noção das sutilezas de significação ligadas às formas de advérbios de lugar, à oposição dos casos e aos matices secundários de significação das preposições, do que resultou uma simplificação do seu quadro e do seu uso”.

Embora o foco seja a língua portuguesa, não deixa de tecer comparações com outras línguas românicas: romeno, sardo, italiano, francês, galego.

Destaca que “foram *ad* e *in* as duas preposições que sobreviveram com maior vitalidade, na expressão das noções de repouso e direção. (...) Mas, tanto no Latim Vulgar, embora talvez menos, como no Latim Clássico, *in* e *ad* se opunham francamente, e não para exprimir repouso e direção, como é a tendência hoje em Português (...)”.

Conclui esse artigo, observando que, se a oposição entre *ad* e *in* se atenuar ou desaparecer, “ou o uso de *ad* e *in* tenderá a confundir-se, ou uma eliminará a outra, ou ambas ajeitarão um *modus vivendi*, ou cada uma ‘se defenderá’, buscando aliança e proteção com certos complementos específicos”.

No artigo *Complementos de Lugar*, discute a construção dos complementos de procedência e de lugar *onde* e, no artigo *Localização e Direção*, os de localização e direção, “que são os que oferecem maiores problemas”. Conclui este último notando que

Mas eu creio que vale a pena economizar a quota de boa vontade e de paciência do leitor, para continuar a ter leitor. Por isso não convém cansá-lo mais com outras distinções. Chegando a este ponto, poderemos dar satisfação aos que preferem morar à rua X, n.o, a morar na rua X, n.o É o que nos irá ocupar a atenção num dos próximos artigos.

No artigo *À Rua ou NA Rua?*, o Mestre refere-se à terra em que nasceu e em que viveu sua infância e parte de sua juventude com amor e patriotismo. Brinca com a língua portuguesa e com as palavras, tal é a familiaridade que tem com elas, transita entre as estratégias da oralidade e da escrita, conjugando as duas modalidades da língua num texto brilhante, reflexivo e crítico. Observando que, com o verbo *morar* e derivados, a preposição *em* e *a* são usadas no português do Brasil, adverte que não se pode considerar erro o que já está consagrado pelo uso. O texto está entremeado de parênteses com observações brilhantes e o mais das vezes com um tom de delicada ironia, retratando bem o delicioso estilo do Mestre, em que erudição se harmoniza com



humor, rigor com espontaneidade, seriedade com descontração, franqueza com respeito, “*sua personalidade tolerante mas atuante, capaz de indignação e estrilos oportunos quando os princípios estão em jogo*” (Mello e Souza, 1981: 301).

É tal a genialidade linguística e literária com que o Mestre responde a um consulente anônimo, que tive a nítida impressão de estar face a face com ele, ao vivo e a cores. A leitura do texto permitiu-me revivenciar momentos únicos de alegria e de prazer na companhia do Mestre.

À RUA ou NA RUA?

Quem escrever para esta seção, sobretudo protestando, deve assinar, datar e pôr o lugar de onde escreve na carta; senão, atirado o envelope fora, só ficam as soluções do contexto e uma porção de interrogações na mente. É o que acontece com a carta (?) do sr. (?), do Estado de Minas. Enviou-nos uma... página de protesto, furioso, só porque eu disse, em resposta rápida a um consulente de Tupã, neste Estado, que “é indiferente dizer-se “moro na rua tal” ou “à rua tal”. Digo entre parênteses que sei que é página, porque é página mesmo, que é de protesto, porque começa pela exclamação “Caramba!”, a letra é tremida de raiva, e termina com uns conselhos meio desafortunados para que eu leia Cândido de Figueiredo e Mário Barreto, e finalmente que é de Minas, porque o “missivista” diz que “cá em Minas” qualquer aluno de grupo sabe que preposição é palavra invariável! Mas quem é que o contesta?! Eu também aprendi isso lá, e não desaprendi aqui! Mas fechemos o parêntese.

Falando sério, eu não devia amofinar-me com um protesto anônimo e neurastênico. Segundo uma velha anedota, o presidente Lincoln achava que quem está com raiva de alguém deve escrever a carta de desabafo, mas deve depois atirá-la às urtigas (se não tiver cesto), porque, escrito o desabafo, não há mais função para a carta! Transforme-se essa opinião narrada em conselho e não há conselho, nem melhor, nem mais sábio, sobretudo para nós, depois que fomos vítimas do “reajustamento”, apenas das tarifas postais! É até meio cristão esse conselho; meio apenas, porque, escrevendo a carta, chegou-se a dar um lugarzinho, inofensivo embora, à ira. Quer dizer que eu devia mandar ao cesto estas notas? Não, porque isto aqui não é desabafo, mas lição, e sobretudo um devaneio de homem da terra.

Eu levo a sério o meu mal humorado “consulente”, porque o assunto é sério mesmo, e porque ele é mineiro, e por isso me faz pensar. Desabafar-me do quê?! Carta anônima não ofende a ninguém. Demais estudar a língua é o meu ofício e meu prazer; (...) se a zanga entrar no meio, até o prazer – que é a única utilidade que fica – vai-se embora. Não podendo misturar o útil ao doce, deixo ao menos de misturar-lhe o fel.

Se eu disse que são indiferentes as duas regências, prefira ele e cada um a que lhe parece mais correta ou mais espontânea. Mas, democraticamente, deixe os outros preferirem a outra, se o quiserem. São indiferentes do ponto de vista de correção e legitimidade, mas não quanto à extensão ou espontaneidade do seu uso. Pessoalmente, prefiro *em*, mas muitas vezes uso *a*. E eu também sou mineiro: nasci em Minas, numa aldeia, Ventania, hoje cidade, Alpinópolis, e até comarca; lá aprendi, não em grupo escolar (...), mas numa escola primária, com Seu Laninho (o inesquecível Seu Laninho!), que preposição era palavra invariável! (...)

Mas eu, aqui, nostálgico (continuemos as confidências), nas bancas examinadoras, farejo mineiros. Se ouço e vejo um candidato falando “dialeto” semelhante ao meu, e o vejo humilde, modesto, sério, mas jeitoso e sobretudo manso e tímido, sem covardia, está feito o diagnóstico. Aviso o meu colega de banca, paulistano, o Prof. Toniolo: “Este é mineiro.” Com um ah! meio céptico ele às vezes sorri. Mas eu isolo o “cabra”, localizo-o diplomaticamente, sem indiscrição, “à mineira”, e pronto: é de Jacuí, Ouro Fino, Formiga, Mariana, Três Pontas, Lafaiete, ou não sei mais onde! E eu digo-lhe triunfante: “Eu já sabia!” Claro está que há uma margem de erro, que eu atenuo e quase elimino, farejando mineiramente. (...)

Mas voltemos à sua prezada “missiva”. Em Minas, li Cândido de Figueiredo, acompanhei as respostas de João Ribeiro a consultas de Português, aprendi a ler os clássicos e os nossos, até os da língua brasileira; alguns dos antigos, porque, infelizmente, só há não muito tenho podido ler os mais modernos. (...)

Se quiser combater o que é usual, combata. Mas eu aqui lhe repito uma frase bem brasileira, bem mineira, de que gosto muito: estará “dando murros em ponta de faca”! E eu nem cheguei “à rua”! Examinaremos apenas esse problema, sem regionalismos, da próxima vez. Continue lendo-nos, mas à mineira, isto é, com mais mansidão e sem ofender São Paulo, o que não pode fazer um mineiro legítimo!

I. N. SALUM

CONCLUSÃO

Os diferentes depoimentos celebram que Isaac Nicolau Salum foi e continua sendo um dos Mestres mais representativos da Universidade de São Paulo. Do Mestre Salum não ficaram apenas primorosas lições das línguas românicas, mas também e sobretudo exemplos da sua figura humana e intelectual, do seu rigor e honestidade científica, da sua generosidade, do seu entusiasmo e da sua modernidade.

Além, e acima de tudo, o Prof. Salum é o modelo do autêntico Mestre. Realizou a missão de professor que ele mesmo procurou, que ele mesmo almejou e que, com sua vontade e inteligência, ele mesmo escolheu. Com o dom divino e sublime com que foi



dotado, ele teve, ao escolher essa profissão, uma intuição exata, uma visão total da grandeza da missão a que se propôs.

A Susy, numa das mensagens que me enviou, disse: "Salum não nos abandona". Isso é certo, porque ficaram lembranças do pai, do avô, do tio, do mestre, do colega, ficou a saudade, ficaram as lições dos livros e da vida, ficou um presente de Deus dado a cada um com extremo carinho.

Neste ano que antecede a comemoração do centenário de seu nascimento, receba, Mestre Salum, esta nossa homenagem póstuma. Nós todos lhe agradecemos por ter sido quem foi e como foi, por ter aceitado partilhar conosco a sua sabedoria, o seu delicioso humor, por ter-nos deixado, além de preciosas lições de filologia e de linguística, lições de vida, de humanidade, de humildade, de dignidade, de amor ao próximo. A sua vida valeu a pena! "Descansa, ó alma", pois "Tuas obras Te coroam"¹¹¹. Mestre querido, todos nós, seus familiares, amigos, colegas e alunos, somos disso testemunhas.

AGRADECIMENTOS

Aos familiares, amigos, colegas e alunos do Mestre Salum, pelo enriquecimento do texto com seus depoimentos.

À Susy, pela prestimosa ajuda com o envio de informações, pela produção de vídeo para apresentação no Colóquio dos Açores e por representar pessoalmente o pai na homenagem que lhe será prestada no *Colóquio*, juntamente com José Sérgio Larothona Jr., seu marido.

Ao Manoel, que sempre devotou um grande apreço para com o Prof. Salum, pelo apoio na execução dos eslaides para a apresentação oral no Colóquio.

Acima de tudo, ao Mestre Salum, por tudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO (1981). In: BORBA, Francisco da Silva (Org.). *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. T. A. Queiroz, EDUSP, FAPESP, p. 1-6. (Biblioteca Universitária de Língua e Linguística; v. 2).

BECHARA, Evanildo Cavalcante (1981). Isaac Nicolau Salum. In: BORBA, Francisco da Silva (Org.). *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. T. A. Queiroz, EDUSP, FAPESP, p. 303-304. (Biblioteca Universitária de Língua e Linguística; v. 2).

BLIKSTEIN, Izidoro (dez.-fev. 1993-1994). Humanismo, Humildade e Sabedoria. Homenagem a Isaac Nicolau Salum. *Revista da USP*, São Paulo: Superintendência de

Comunicação Social da USP, n. 20, p. 147-153. Disponível em <<http://leuba.blogspot.com/2006/08/isaac-nicolau-salum-quem-foi.html>>.

BLIKSTEIN, Izidoro (set.-dez. 1994). Maurer, Salum e a Romanística: pioneirismo, sabedoria e humildade. *Estudos Avançados*, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 8, n. 22, p. 259-261. Perfis de Mestres. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000300031>>.

CÂNDIDO DE MELLO E SOUZA, Antônio (1981). O Primo. In: BORBA, Francisco da Silva (Org.). *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. T. A. Queiroz, EDUSP, FAPESP, p. 299-301. (Biblioteca Universitária de Língua e Linguística; v. 2).

CHAVES, Marcos (2012). *As três ilhoas*. São Paulo. Texto inédito.

LOPES, José Iglair (2002). *História de Alpinópolis: nos séculos XVIII, XIX e XX, até 1983*. Belo Horizonte: O Lutador.

SALUM, Isaac Nicolau (1972). *Abordagem sintático-semântica do texto*. São Paulo, FFLCH/USP, 20 f. Mimeografado.

SALUM, Isaac Nicolau (1980). Depoimento e Demonstração. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros - IEB*, São Paulo: IEB/USP, n. 22, p. 191-216.

SALUM, Isaac Nicolau (set.-dez. 1956). A ou Em, Complementos de Lugar, Localização e Direção, À rua ou na rua? NA Rua ou À Rua. *Folha da Manhã*, São Paulo. Linguagem e Estilo.

SALUM, Maria Josefina Leuba (2005). *Breve biografia de Isaac Nicolau Salum*. São Paulo. Texto inédito.

Witter, José Sebastião (dez.-fev. 1993-1994). O Professor. Homenagem Isaac Nicolau Salum. *Revista da USP*, São Paulo: Superintendência de Comunicação Social da USP, n. 20, p. 145-146.

Disponível em <http://www.ventaniaonline.com.br/isaac_salum.htm>.

¹¹¹ Faço referência ao nome de dois hinos cujas letras de salmos são de autoria do prof. Salum: "Descansa, ó alma", hino congregacional, baseado em trecho do poema sinfônico "Finlândia", de Sibelius, e aproveitado em "Salmos e Hinos" (n. 373); existe arranjo para coro, intitulado "As Tuas mãos dirigem meu destino" – <http://www.abordo.com.br/nassau/art_01.htm> – e "Tuas obras Te coroam", trecho de movimento coral de Beethoven, aproveitado no hino n. 70 de "Salmos e Hinos" – <http://www.abordo.com.br/nassau/art_01.htm>.



ATAS/ANAIS, SINOPSES E BIODADOS XVII COLÓQUIO DA LUSOFONIA



ISBN: 978-989-95891-9-3 (ATAS/ANAIS)
XVII COLÓQUIO DA LUSOFONIA 30 MARÇO 3 ABRIL 2012



ORGANIZAÇÃO AICL:



Governo dos Açores



SECRETARIA REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS

APOIO



DIREÇÃO REGIONAL DAS



COMUNIDADES
MIGUEL, AÇORES

PATROCÍNIO: CÂMARA MUNICIPAL DA LAGOA, S.



AICL - COLÓQUIOS DA LUSOFONIA - ORGANIZA O 17º COLÓQUIO (30 MARÇO A 3 DE ABRIL 2012) COM O ALTO PATROCÍNIO DA CÂMARA MUNICIPAL DA LAGOA

TODOS OS TEXTOS CONFORME O ACORDO ORTOGRÁFICO 1990